Ana Paula Ribeiro Ferreira Menino Avelar

Da *Ars Historica*

A cronística portuguesa da Expansão
No confronto com a alteridade

(1ª metade do séc.XVI)

Tese de Doutoramento em
Ciências Sociais e Humanas

Universidade Aberta

1999

Ana Paula Ribeiro Ferreira Menino Avelar

Da *Ars Historica*

A cronística portuguesa da Expansão no confronto com a alteridade

(1ª metade do séc.XVI)

Tese de Doutoramento em

Ciências Sociais e Humanas, na Especialidade de História

Orientadora : Professora Doutora Maria José Ferro Tavares

UNIVERSIDADE ABERTA

1999

RESUMO

Da *Ars Historica* -A Cronística Portuguesa da Expansão no confronto com a Alteridade (1ª metade do séc. XVI)

Tese de Doutoramento de Ana Paula Ribeiro Ferreira Menino Avelar

A dissertação tem como objectivo demonstrar a existência de um modelo de escrita da História comum aos cronistas da Expansão na primeira metade do séc. XVI, assumindo como núcleo de análise a *História do Descobrimento e Conquista da Índia pelos Portugueses,* de Fernão Lopes de Castanheda, a *Ásia* ..., de João de Barros, e as *Lendas da Índia*, de Gaspar Correia.

Consideramos que estes textos denunciam uma concretização específica de afirmação de *poder*, o de um autor, o cronista, e o de um reino, Portugal afirmando-se num Oriente e numa Europa. Deste modo, desvendamos quer os processos de construção de um texto quer o cronista, o arquitecto da *História* que escreveu; o agente que se deseja tradutor da realidade. Consequentemente, revelamos estruturas temáticas que, no espelhar de vivências, denunciam a formulação ou recuperação de ficções ou *imaginários*.

Fundamentamos o nosso percurso analítico a partir do princípio metafórico da *viagem*, a nossa, e a dos homens de Quinhentos. Definimos assim três momentos aos quais correspondem três capítulos. No primeiro - *À descoberta do* ***sujeito*** *e da História- A construção da* ***Ars Historica-***, observamos de que forma se concebe um modelo de cronística da Expansão, em diálogo com a percepção de novas formas de ver o espaço e os *outros.* No segundo - *A viagem - Desvendando a diferença, construindo a* ***novidade-***, analisamos a concepção de um paradigma em torno da primeira viagem de Vasco da Gama, entendendo-se igualmente o conceito de viagem como percurso iniciático e indiciador dos primeiros contactos com as *novidades.* No terceiro - *Construções do* ***Outro*** *nos horizontes da Ars Historica-*, centramo-nos na chegada à Índia e nos vários processos de conhecimento do O*utro*, sejam eles a memória do que foi feito e dito, ou a actuação pessoal.

Com este percurso metodológico propomos uma abordagem do objecto, sustentada pelo desvendar de afinidades, interacções e diálogos, que nos permitem entender os textos da Expansão num espaço mais amplo de um tempo novo que emerge.

Para a minha mãe por toda a sua ternura,
Para o Raúl e o Mário José com todo o carinho,
Para o Mário com todo o amor.

ÍNDICE

Índice 3
Agradecimentos 4
Introdução 5
Capítulo I À descoberta do *sujeito* e da História- A construção da *Ars Historica* 18
1.Modos de um escrever a História 29
2. *Ars Historica* europeia-sínteses de um modelo 40
3. A cronística da Expansão 46
3.1. Breves percursos biográficos dos seus autores 54
3.4. As estruturas narrativas 89
3.5. Os textos prefaciais 104
4. Outros *discursos* 171
Capítulo II A viagem- Desvendando a diferença, construindo a *novidade* 184
1. A importância da *medida* 192
1.1. O *tempo* e a procura do *objectivável* 201
1.2. O *espaço - cinematização* do *tempo*? 205
1.3. O *experienciar* - explicando o inexplicável 214
1.4. O inexplicável num confronto com o observado 232
5. O paradigma da *viagem* 248
2.6. Matrizes de uma *viagem* 275
2.2. Outras *viagens* 309
Capítulo III Construções do *Outro* nos horizontes da *Ars Historica* .. 324
1. Primeiras *leituras* de uma vivência 329
2. Os costumes como construções plurais de um olhar sobre o *Outro* ... 346
2.1. Nos ritos e costumes : primeiros *quadros* expositivos..... 353
2.2. Traços de uma matriz do *Olhar* 374
2.3. Nos ritos e costumes : outros *quadros* expositivos 393
4. Á descoberta do domínio do *Outro* 423
3.1. Primeiros momentos de uma presença e de um domínio português no Oriente 432
3.2.Operacionalidade de um domínio português - Os primeiros governos da Índia 450
3.3. Operacionalidade de um domínio português - Outros governos da Índia 485
Conclusão..... 539
Fontes Impressas e Bibliografia 565

Devemos expressar os nossos agradecimentos

à *Professora Doutora Maria José Ferro Tavares, cujo saber, superior orientação, constante disponibilidade e profundo empenhamento, tornaram possível este trabalho;*

ao Professor Doutor Joaquim Veríssimo Serrão, cuja sabedoria e incentivo constituiram o estímulo primeiro para a sua realização;

à Universidade Aberta que nos acolheu, deste modo impulsionando a realização deste trabalho;

ao Centro de Estudos Históricos Interdisciplinares, em cujo seio pudemos expor e debater aspectos fulcrais do nosso objecto de estudo;

à Fundação Oriente a quem devemos a possibilidade de uma reflexão incontornável nesta área de investigação;

ao Departamento de História da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa que inicialmente nos recebeu entre os seus doutorandos;

aos colegas da Universidade Aberta e a todos aqueles com quem, nesta instituição, pudemos partilhar os diferentes momentos deste percurso, e cujo incentivo e apoio tanto nos honra;

a todos os colegas de outras instituições que, ao longo destes anos, connosco dialogaram e cujo saber nos alargou horizontes.

Introdução

"No slice of historical time is self-contained. But what has usefully come to be referred to as the 'long' sixteenth century does have a coeherence of its own."

John Hale, *The Civilization of Europe in the Renaissance*, p.XIX.

A primeira metade do século XVI representa para Portugal o confronto e consolidação de um olhar que se debruça sobre o espaço oriental. Este vai-se redescobrindo e construindo através da multiplicação e banalização dos contactos entre os portugueses que partem do reino, atravessam um espaço que é o oceano, gerador de novas orientações, e penetram noutro, o Oriente, algo de formulado ao longo de séculos no nosso imaginário cultural de então. Trata-se de uma viagem que se constrói a partir das múltiplas viagens, daquelas que cada sujeito - o homem de Quinhentos - transmite a quem permanece ou regressa à Europa, a Portugal.

A multiplicidade de contactos e de grupos envolvidos nestas interacções quotidianas com novos lugares, levou não só à transformação da forma como o *Homem* se relacionava com o espaço, componente integrante de uma realidade quotidiana, mas também ao reequacionar de um certo imaginário. Este vai-se formulando através dos contactos parcelares e autonomizados dos que alcançaram

as paragens orientais e delas deram conta aos seus contemporâneos, como as viagens de João de Carpino, ou as de Marco Polo.

Deste imaginário participam também as *fábulas* fantásticas divulgadas através dos *Mirabilia* que, pelo exótico e estranho, encantavam os homens do século XV. Por outro lado, será na reposição da presença e das vivências que ganham corpo os textos do século XVI.

A afirmação do eu - *do que eu vi*, *do que eu presenciei*, *ouvi*, ou *indaguei* - é um dos vectores das narrativas que se produzem em Quinhentos. Estas vão de encontro a um horizonte de expectativas mais alargado na sociedade coeva, nomeadamente devido a um dos mais importantes instrumentos de aproximação entre os homens na época moderna: a imprensa. Os relatos já não corriam unicamente sob a forma de manuscritos, embora alguns ainda assim permanecessem, frequentemente sendo lidos na corte e nos círculos culturais da época, como aconteceu com a crónica anónima encontrada no espólio do *British Museum*[1]. Muitos não seriam ao tempo impressos, como sucedeu com a obra de Gaspar Correia. As suas crónicas régias redigidas sobre as figuras de D. Manuel e de D. João III, só foram publicadas em 1992 e as suas *Lendas da Índia* só deram à estampa pela primeira vez em 1858, sob os auspícios da Academia das Ciências.

A imprensa alarga o âmbito de intervenção da narrativa, facultando-a a um maior número de pessoas, daí que, ao longo do século XVI, surjam as impressões de missivas que se debruçavam sobre acontecimentos marcantes do fluir histórico. Estas narrariam, preponderantemente, as notícias sobre vitórias conseguidas no espaço oriental; recorde-se as cartas régias enviadas pelos monarcas portugueses tanto aos Reis Católicos como ao Papa.

---

[1] Cf.Luís de Albuquerque, *Crónica do Descobrimento e Conquista da Índia pelos Portugueses*, Coimbra, Junta de Investigações do Ultramar, 1974, p. VII.

Muitas narrativas cumpriam o seu desígnio de serem impressas. Deste modo, obedeciam quer aos propósitos determinados pelos autores, quer a eventuais condicionalismos, aos quais não seriam estranhos os *patronos* das edições.

Fernão Lopes de Castanheda escreve a sua *História do Descobrimento e Conquista da Índia pelos Portugueses*, fazendo sair o primeiro livro sob os auspícios da Universidade de Coimbra onde ocupava primordialmente o lugar de bedel da faculdade das Artes, solicitando, no entanto, a protecção régia para a impressão dos restantes livros. João de Barros evocaria igualmente a protecção régia para dar à estampa a sua *Ásia...Dos feitos que os Portugueses fizeram no descobrimento e conquista dos mares e terras do Oriente*, como afirma no prólogo da *Primeira Década* [2].

O encontro com as novas realidades orientais, em tudo tão distintas das europeias, obviamente conduz à sua necessária transmissão. Tal ocorre seja ao descrever as novas plantas, as suas potencialidades e propriedades nos *Colóquios dos Simples e das Drogas* de Garcia da Orta, seja ao evocar os costumes de lugares tão diferentes e distantes como o Mar Roxo ou a China, na *Suma Oriental* de Tomé Pires ou no *Livro de Duarte Barbosa*.

As viagens e as suas peripécias obedecem a propósitos específicos quanto os de uma armada, como a primeira de Vasco da Gama, e o desvendar de um caminho marítimo para a Índia, de um *Álvaro Velho*, o relato da sua segunda expedição feito por Tomé Lopes, os vários roteiros de D. João de Castro, ou ainda as deambulações cosmográficas de um Duarte Pacheco Pereira no seu *Esmeraldo De Situ Orbis*. O devir pessoal cruza-se assim com o devir histórico.

---

[2] Cf. João de Barros, *Ásia...Dos feitos que os portugueses fizeram no descobrimento e conquista dos mares e terras do Oriente*, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1988. p. 3.

Registá-lo torna-se, deste modo, premente. Esse registo obedece às esferas dos interesses pessoais, inserindo-as numa tradição. Por outro lado, exige-se a escrita de um devir colectivo que marca um espaço extra-europeu, repercurtindo-se intra-Europa. A memória do presente, como afirmação de um lugar no concerto das nações europeias, intersecciona-se com a matriz do passado, numa nítida marca renascentista que perpassa a produção cultural portuguesa de Quinhentos.

A produção do discurso histórico associar-se-á a um registo épico, e à consequente recuperação deste género literário. Embora detendo um estatuto incontornável na literatura do século XVI, *Os Lusíadas* não deverão ser entendidos enquanto exemplo único da produção épica. Com efeito, outras obras coevas subscrevem o género, elevando-o assim a um estatuto particularmente relevante na evocação de uma empresa, a da Expansão. Apenas a título de exemplo, recorde-se o *Sucesso do Segũdo Cerco de Diu: Estando Dõ Ioham Mazcarenhas por capitam da Fortaleza. Año de.1546.* escrito por Jerónimo Corte-Real.

A epopeia da Expansão deveria igualmente ser fixada, não só de acordo com o registo poético mas obedecendo também ao da cronística. As crónicas régias descreveriam, sob os auspícios protectores dos monarcas, os eventos sucedidos durante o seu reinado, onde a empresa da Expansão seria obviamente contemplada.

No entanto, o tratamento específico de uma presença e domínio num espaço extra-europeu mereceria, seguindo uma inscrição clássica, um tratamento em crónica. Esta servia a empresa da Expansão apesar de ultrapassar os limites cronológicos deste ou daquele reinado, e faria perdurar a narrativa pelas fronteiras cronológicas de uma presença noutro espaço que não o europeu.

O enfoque seria agora o *Descobrimento* e *Conquista* - dos portugueses - noutras paragens - as *orientais*-, sempre obedecendo aos desígnios régios. Assim, as crónicas da Expansão são protegidas pelo monarca D. João III, visto serem impressas sobre os seus auspícios; tenhamos em mente a *História do Descobrimento e Conquista da Índia pelos Portugueses*, de Fernão Lopes de Castanheda, ou a *Ásia... Dos feitos que os portugueses fizeram no descobrimento e conquista dos mares e terras do Oriente*, de João de Barros. Quanto às *Lendas da Índia*, importará não esquecer que o autor viveria grande parte da sua vida no Oriente, onde morreria, ficando a sua obra por publicar durante quase quatro séculos.

Pelas suas características modelares, estas crónicas da Expansão deverão ser objecto de uma análise particular, constituindo como tal o núcleo axial da nossa investigação. Antes de esboçarmos os momentos construtores deste nosso trabalho, será forçoso determo-nos sobre os olhares que se têm debruçado sobre esta cronística.

Ao longo dos tempos, e nomeadamente no momento em que estas obras foram escritas, as crónicas da Expansão são de imediato consideradas como fazendo parte integrante do património literário, e, como tal, devendo ser tidas em atenção. São observadas no estilo que guardam, bem como na função primeira que defendem, isto é o narrar dos feitos dos portugueses no Oriente. É como se perdurasse o pressuposto aristótelico da *Póetica* onde a distinção entre poeta e historiador é contemplada. Ao poeta é de seu ofício não o: "(...) narrar o que aconteceu; é, sim, o de representar o que poderia acontecer, quer dizer: o que é possível segundo a verosimilhança e a necessidade."[3] A função do historiador e a

[3] Aristóteles, *Poética*, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1986, p.115.

do poeta são por isso mesmo claras, pois:"(...) diferem, sim, em que diz um as coisas que sucederam, e outro as que poderiam suceder."[4]

Mesmo actualmente o modo como são analisadas as crónicas da Expansão numa História da Literatura obedece à sua inscrição no lugar que ocupam no fluir dos tempos, sendo integradas no momento da sua produção, século XVI. Classifica-se, ainda, a arquitectura da narrativa, os propósitos mais gerais que as orientam através, muitas vezes, da enunciação dos modelos clássicos evocados pelos autores, e a riqueza vocabular e mestria de emprego que as caracterizam[5]. Aplicando este ou aquele modelo de análise literária[6], de um estruturalismo a uma semiologia, as vertentes metodológicas utilizadas passam de um modo mais ou menos explícito pelas estratégias de construção narrativa.

No entanto, as crónicas da Expansão, nomeadamente a *Ásia ...Dos feitos que os Portugueses fizeram no descobrimento e conquista dos mares e terras do Oriente*, a *História do Descobrimento e Conquista da Índia pelos Portugueses* e as *Lendas da Índia*, foram em maior ou menor escala, logo no momento em que se deram a conhecer, confrontadas e consultadas por quem também escreveria sobre a presença portuguesa no Oriente. Veja-se João Baptista Lavanha, Diogo do Couto ou Francisco de Andrada. Isto, apesar dos condicionalismos inerentes ao facto de estas terem sido ou não ao tempo impressas.

Estas obras continuariam a ser o objecto de consulta ou estudo por excelência do historiador que se debruça sobre o século XVI. Muitas vezes ele busca aí a comprovação de dados, a verdade ou falsidade das suas hipóteses de

---

[4] *Ibidem.*

[5] Cf. António José Saraiva, *História Ilustrada das Grandes Literaturas,* Lisboa, Editorial Estúdios cor,1963, p.74.

[6] Recorde-se os trabalhos desenvolvidos no âmbito da literatura de viagens, nomeadamente objectos de seminários e de reuniões académicas, como colóquios. Veja-se somente a título de

trabalho. Procura-se a atitude tomada por este ou aquele governador neste ou naquele cerco; o caminho percorrido por esta ou aquela armada neste ou naquele dia, mês ou ano; a disputa que estalou entre este ou aquele fidalgo; a primazia deste ou daquele acto tomado no momento objecto de estudo histórico. Deste pressuposto decorre a sua constante evocação quando a área de investigação abarca o período quinhentista, e muito particularmente a Expansão; trate-se de biografias, ou de abordagens com uma vertente mais económica, social, institucional, política, ou cultural.

Não iremos enunciar os estudos desenvolvidos sobre o Renascimento e Humanismo português, ou mesmo os que se debruçam especificamente sobre a influência da Expansão na nossa produção cultural que tocam esferas onde circula a cronística da Expansão. Pelo diálogo atento e próximo que estabelecemos com alguns desses estudos, evocaremos somente os incontornáveis. Referimo-nos, obviamente, aos de José de V. de Pina Martins e de Luís de Matos, nomeadamente a sistematização feita por este último na sua obra *L'Expansion Portugaise dans la Literature Latine de la Renaissance*, ou ainda o minucioso trabalho levado a cabo por António Alberto Banha de Andrade no estudo *Mundos Novos do Mundo*, em cujo subtítulo se equaciona a sua abrangência temática, isto é, o *Panorama da difusão, pela Europa, de notícias dos Descobrimentos Geográficos Portugueses.*

O debruçar sobre esta ou aquela figura produtora de um discurso histórico tem sido alvo de variados estudos. Devido ao seu imediato impacto nos círculos culturais humanistas de Quinhentos, algumas personalidades têm sido, ao longo dos tempos, objecto de inúmeros e variados trabalhos, como Damião de Góis ou

---

exemplo, Maria Alzira Seixo e Alberto Carvalho, *A História Trágico-Marítima - análises e perspectivas*, Lisboa, Edições Cosmos, 1996.

mesmo João de Barros, se contemplarmos o século XVI, ou Diogo do Couto já no século XVII.

No entanto, não são frequentes os estudos contemplando cada um dos forjadores de cada crónica da Expansão e a sua contextualização abrangente na historiografia quinhentista, seja a nível do esboço dos seus perfis, seja nas abordagens caracterizadoras das diferentes narrativas. Relembre-se, contudo, pelo seu carácter exemplar, o trabalho de Joaquim Veríssimo Serrão, *A Historiografia Portuguesa - Doutrina e Crítica*, que perpassa, desde o século XII até ao século XVIII, os diferentes autores que se debruçaram sobre o fazer História, moldando escolas e intervindo na cultura do seu tempo.

Para além deste trabalho integrador da produção da cronística da Expansão no conjunto da historiografia, ou de trabalhos de compilação que muitas vezes seguem como princípio estrutural o recurso a esta ou àquela passagem demonstradora de um fazer a História, estes autores foram por vezes alvo de estudos biográficos e epocais. Aliás, tem-se assistido a uma crescente publicação e republicação de inúmeros relatos quinhentistas que se debruçam sobre cercos, ou viagens, acompanhados de interessantes estudos introdutórios.

No entanto uma exegese das crónicas da Expansão, tendo como núcleo as obras de Fernão Lopes de Castanheda, João de Barros e Gaspar Correia, não foi, todavia, alvo de uma análise sistemática desencadeada por um pressuposto específico, o de que cada uma destas obedece a um modelo comum. Esta é a proposta *fundadora* da nossa dissertação.

O nosso trabalho tem assim como objectivo procurar os traços da aplicação de um modelo da escrita da História naquilo que isso significa de concretização específica de um objecto muito preciso: contar a História dos Portugueses no Descobrimento e Conquista do Oriente. O nosso método basear-se-á,

igualmente, numa exegese textual, através da qual se tentará o diálogo entre dois mundos de análise, o literário e o histórico, embora a nossa busca se centre neste último. Do primeiro tentámos fundamentalmente importar dados tão relevantes como a descoberta dos processos de construção de um texto, ou dos modos como o autor expressa a sua visibilidade. Além disso, recorremos a outros instrumentos de análise tradicionalmente conotados com os domínios da sociologia mas que fazem actualmente parte da utensilagem metodológica empregue pelo historiador[7].

O eixo da nossa investigação é o da descoberta do cronista, entendido também ele como arquitecto da História que escreveu; como agente que se deseja objectivo tradutor de uma realidade, apesar de sujeito do devir temporal. Pretendemos desvendar a construção do seu olhar, não só na sua diversidade autoral, mas buscando igualmente o fio do seu tempo, as vozes que corriam e atravessaram a sua obra.

Para tal definimos duas *fronteiras* decorrentes de limites próprios: a temporal, traçada desde 1498 - momento da primeira viagem de Vasco da Gama e do primeiro relato sobre esta expedição - e 1550, o que corresponde, sensivelmente, à primeira metade do século XVI; e, por outro lado, a espacial - definidora de um domínio- o Índico, sendo Malaca o extremo considerado. Esta representa o ponto de entrada e saída para o Extremo-Oriente, ponto de passagem entre o Mundo do Índico - africano e hindu - e o Mundo do Pacífico - chinês e malaio.

Dois aspectos deverão ainda ser explicitados. O primeiro aspecto prende-se com o facto de não ser objecto do nosso estudo a explicitação dos complexos

[7]Recorde-se as abordagens feitas por Luís Filipe Barreto. Alguns dos seus estudos serão, aliás, citados ao longo do nosso trabalho.

socio-económicos que se desenvolveram no espaço contemplado pelo nosso trabalho, até porque esta temática tem sido amplamente estudada por vários historiadores; teremos sim em atenção os diferentes espaços geoculturais, tentando desvendar, ainda que de um modo que se pretende paradigmático, como estes eram vivenciados pelos portugueses através das suas narrativas.

O segundo aspecto prende-se com o facto de o conjunto de fontes a que podemos chamar a cronística da Expansão constituir o objecto axial do nosso estudo. Isto, apesar de as *Histórias* mais gerais só terem sido publicadas depois de 1550 - o primeiro livro de Fernão Lopes de Castanheda é impresso em 1551, logo seguido da publicação da *Primeira Década* de João de Barros. As *Lendas da Índia*, como referimos, permaneceram manuscritas até ao século XIX. Com efeito, tanto Fernão Lopes de Castanheda, como Gaspar Correia e João de Barros, escreveram na primeira metade do século XVI e sobre esse mesmo período.

Apesar do nosso *corpus* documental ser constituído nuclearmente pelas crónicas da Expansão, evocaremos outras narrativas que se debruçam sobre a presença portuguesa, seja colectiva ou pessoal, nas paragens orientais, nomeadamente os relatos de viagem, como a da Primeira viagem de Vasco da Gama, os dois textos conhecidos sobre a sua segunda viagem, a crónica anónima encontrada no espólio do *British Museum*, o *Tratado dos Descobrimentos* de António Galvão, as descrições dos cercos a Diu, ou os relatos dos encontros com o tão almejado reino do Preste João. São outros olhares que corporizam as imagens e as vivências do Oriente. Desvendá-los num diálogo constante com a cronística da Expansão é também um dos percursos do nosso estudo.

Escrever na língua vernacular denuncia uma intencionalidade própria e comum a estes autores, uma forma específica e propositada de transmitir a *História*, corporizada numa vontade que atravessava os meios culturais

portugueses quinhentistas. Já Garcia de Resende, no seu prólogo do *Cancioneiro Geral*, dá voz a esta vontade. Daí que a esfera da nossa investigação se mova nos textos criados na língua vernacular.

A estrutura condutora do nosso trabalho recusou uma eventual enunciação cronológica das narrativas, ainda que respeitando a sua organização interna, nomeadamente a vertente cronológica. Optámos antes pela formulação de estruturas temáticas que, por seu turno, designariam formas de pensar e modelos mais gerais que seriam revelados nos textos.

Não é igualmente nosso objectivo elaborar uma colação de biografias, sejam estas de autores da cronística, sejam de outros intervenientes na Expansão cujos actos são descritos nas obras. Recorreremos contudo a dados biográficos sempre que estes permitam iluminar os propósitos e os diferentes discursos.

Através do espelhar de vivências que os textos representam, pretendemos desvendar construções de imaginários, com toda a dimensão pessoal e subjectiva que lhes são inerentes. Deste modo, procuraremos esboçar algumas das *realidades experienciadas*, ensaiando um encontro com os olhares portugueses que, num determinado tempo, a primeira metade de Quinhentos, se cruzaram sobre um espaço, o oriental - muito particularmente o indiano-, e que formularam modos de estar, sentir e de transmitir .

Estruturámos assim esta análise a partir de um princípio, também metafórico e subjectivo, de uma *viagem*, a nossa, a da autora desta investigação, e a dos homens de Quinhentos. Definimos três momentos que se corporizam em três capítulos: os momentos que antecedem a partida, onde buscamos a formação e vivência de uma Europa e de um reino o de Portugal; a viagem, entendida enquanto percurso, indiciadora dos primeiros contactos com as *novidades*; e o último momento a da chegada a um Oriente - a Índia - o Índico.

No primeiro capítulo, *À descoberta do sujeito e da História- A construção da Ars Historica*, enunciamos alguns dos vectores *metodológicos* que nos ajudaram a iniciar a descoberta do sujeito histórico de Quinhentos, tendo sempre em atenção as suas narrativas. Pretende-se dar corpo ao percepcionar de novas formas de ver o espaço e os *outros*.

No segundo capítulo, *A viagem - Desvendando a diferença, construindo a novidade*, aborda-se a viagem como o caminho de iniciação da descoberta, na qual, a travessia do Atlântico, a passagem do cabo da Boa Esperança, e a chegada ao Índico, funcionam como *paradigma*, exemplarmente identificado com a primeira viagem de Vasco da Gama. São os primeiros esboços do lidar com a novidade, e a forma como se espelharam nas narrativas que corporizam o nosso eixo de investigação.

Por último, no terceiro capítulo, *Construções do Outro nos horizontes da Ars Historica*, analisaremos os vários processos de conhecer o *Outro*, mesmo que essa interiorização passe pela memória do que foi feito e dito, da actuação pessoal, e numa busca da própria curiosidade coeva. Observaremos, então, um primeiro vivenciar de quem escreve sobre os novos espaços quinhentistas, o olhar sobre o *Outro* através da descoberta do seu processo de construção e transmissão. É o olhar de quem procura o domínio de um espaço que evidencia a sua vivência e a de um *universo* que o rodeia, e que ele também *construiu*.

Capítulo I

À descoberta do *sujeito* e da História

A construção da *Ars Historica*

"O que eu vou dizer provirá de uma tríplice raiz: o que pessoalmente observei, ao cultivar as minhas propriedades; as minhas leituras; o que eu ouvi dizer a pessoas sabedoras."

Varrão , *Vida Rural*, I.1.11.

Para revelar o *homem fazedor* da História na primeira metade do século XVI deveremos reflectir sobre um conjunto de questões que nos auxiliarão nesse processo de descoberta. Este *homem* que pretendemos desvendar, seguiu propósitos próprios na elaboração do seu texto; é um autor que explícita e implicitamente escreve sobre outras realidades; é o português de Quinhentos que se debruça sobre culturas que, apesar de lhe serem estranhas, por vezes, são de certo modo também suas, transmitindo-as segundo *estratégias* diferenciadas.

Este escritor da História vive um ambiente cultural todo ele marcado pela cultura Clássica a qual se espelha na sua obra de um modo, muitas vezes, especular e reflector. Ao desvendar essas imagens prismáticas, essas construções subjectivas revelam faces de um sujeito actor e construtor de uma narrativa histórica.

A língua que este homem de Quinhentos utiliza para escrever a História é, para além do latim, o português. Aliás, são as obras escritas na língua

vernacular o objecto do nosso trabalho. Estamos num período cultural em que se assiste à afirmação das línguas nacionais como transmissoras do discurso, verificando-se um verdadeiro paradoxo na formulação do texto dos humanistas do Renascimento. A par da profunda paixão pelas línguas e culturas clássicas, estes humanistas são os primeiros a estudarem intensamente as línguas vernaculares que"(...)entrarão em competição com o prestígio cultural do latim, do qual, finalmente sairão vencedoras."[1]

Por seu turno, a *ars grammatica* integra o *studia humanitatis*, em conjunto com a retórica, a história, a poesia e a moral filosófica. Ora, como Donald Kelley fundamentou no seu estudo sobre o humanismo renascentista:" For as many scholars from Petrarch's time suspected and some argued, the five original "humanities" were associated with alternative ways of perceiving, understanding, and evaluating the human condition and indeed the natural environment."[2] Este aspecto marca os nossos textos quinhentistas e muito particularmente aqueles que analisamos e que se debruçam sobre a Expansão portuguesa.

A gramática será entendida no humanismo renascentista segundo um estatuto *logocêntrico* : " Grammar was thus an essentially conventional rather than a rational discipline, which meant that it was based on custom, authorithy, and memory rather than on nature, reason, and logic."[3] Assim, em vez de uma narrativa baseada na lógica discursiva de eventos, recorre-se à citação de autores, sejam eles antigos ou modernos - lembremo-nos das obras de Fernão Lopes de

---

[1] Maria Leonor Carvalhão Buescu,*Gramáticos Portugueses do século XVI*, Lisboa, Instituto de Cultura Portuguesa ,1978, p.17

[2] Donald Kelley, *Renaissance Humanism*, Boston, Twayne Publishers, 1991, p.76.

[3] *Ibidem*, p.78.

Castanheda, João de Barros ou António Galvão - e utilizam-se as convenções da linguagem corrente, seja ela o latim, o grego, ou mesmo a língua vernacular[4].

Em Portugal, e na esteira do movimento que se vivia no Renascimento humanista europeu, surgiram igualmente os defensores da língua vulgar, os *Zagais da Estremadura* [5], grupo assim designado por Sá de Miranda [6] que, por seu turno, lhes servia de modelo. Estes proclamam a imitação dos autores clássicos, gregos e latinos, recorrendo aos seus modelos de escrita, e defendendo o recurso à língua vernacular, tal como acontecia em Itália, França, Espanha e na própria Inglaterra.

Fernão Lopes de Castanheda segue na esteira desta corrente. Referindo-se à tradução de Nicolau Grouchy para língua francesa do primeiro livro da *História do Descobrimento e Conquista da Índia pelos Portugueses*, afirma-se também ele um defensor do português como veículo transmissor da sua obra. Nesse sentido, acentua a erudição e qualidades poéticas do doutor Sá de Miranda, considerando-o "(...)com as obras que tem compoſtas na noſſa lingoa em proſa & em verſo, outro Terẽcio de noſſo tempo, outro Plauto. & outro Virgilio. E outro tão marauilhoſo engenho como ho de cada hũ deſtes." [7]

---

[4] "(...) the emphasis fell on the primacy not of rational argument but of textual authority and the conventions of ordinary language - whether Latin,Greek, or even vernacular . "*Ibidem* , p.79

[5] Cf.Teófilo Braga,*História da Literatura Portuguesa*,Lisboa,Imprensa Nacional -Casa da Moeda, 1984, 2, pp. 137-145.

[6] Exemplar do que afirmamos é esta composição de Sá de Miranda:"Garcilasso e Boscão, que graça e 'sprito/ Déstes à vossa língua, que princeza/ Parece já a todos na arte, e ditos !// E quem limou assi a Lingua franceza /Se não os bons francezes curiosos /com diligencia de honra e amor accesa?// E vós, oh namorados e ingenhosos/Italianos, quanto trabalhastes / Por serdes entre nós n'isto famosos!// Assi enriquecestes e apurastes/Vosso toscano, que será já tido / Por tal, qual pera sempre o vós deixastes." *Ibidem*, p. 241

[7] Fernão Lopes de Castanheda, *História do Descobrimento e Conquista da Índia pelos Portugueses*, Porto, Lello & Irmão - Editores, 1979 , II , p. 494.

Por seu turno, João de Barros defende, no Prólogo da primeira *Década* da *Ásia... Dos feitos que os portugueses fizeram no Descobrimento e Conquista dos Mares e Terras do Oriente*, a importância da escrita como forma de perpetuar o significado das *coisas*. Essa é a função comum a todos os que elaboram um registo histórico, esteja tal princípio explícito ou implícito no texto.

Normalmente, a função destas narrativas passará pelo não esquecimento dos actos cometidos na empresa da Expansão, e pela sua possível recompensa. Esta é uma intenção que, tal como outros no seu tempo, Gaspar Correia corporiza nas *Lendas da Índia*.

Dever-se-á, porém, assinalar a dupla significação que a palavra *lingoa* ganha no seu texto, isto é, corpo físico, voz, e signo escrito: "(...) nom deixarey de escreuer, pera que cada hum aja o galardão de seu bem e do mal, neste mundo nas lingoas e memorias das gentes, e no outro, ante Deos, cada hum auerá direita satisfação de seus merecimentos."[8]

A explicitação dos princípios enunciadores de um discurso é uma preocupação que, poderiamos considerar, bem renascentista. Este é um caminho na procura *das particularidades da língua vernácula e a cultura do povo respectivo* [9]. Fernão de Oliveira é um desses homens, tendo sido o autor da primeira gramática da linguagem portuguesa. Importa assinalar o facto de João de Barros ter igualmente escrito uma gramática, chamando a si a primazia do acontecimento, o que, segundo Maria Leonor Carvalhão Buescu, teria até razão de ser pois é já "(...) dotada de sistematização e dum carácter não só vincadamente pedagógico mas também normativo"[10]. Encontramos por parte dos

---

[8] Gaspar Correia, *Lendas da Índia*, Porto, Lello & Irmão-Editores, 1975, II, p. 5.
[9] Cf. Maria Leonor Carvalhão Buescu, *Gramáticos Portugueses do século XVI*, p.17.
[10] Cf. *Ibidem*, p.9.

autores que se debruçam sobre os problemas gramaticais o "(...)meditarem pela primeira vez sobre a natureza da linguagem" [11], seguindo um percurso diverso do que tinha sido o da escola gramatical clássica, ligada à"(...) indagação especulativa e teórica da origem do vocábulo e do seu sentido primordial e 'motivado'"[12] . Este facto será ainda mais relevante por ocorrer no contexto de uma narrativa da Expansão. No prólogo da primeira *Década*, João de Barros repensa não só a relação realidade- nome, mas também a importância do signo escrito,contrapondo, nomeadamente, a efemeridade da palavra oral à perenidade da palavra escrita [13] .

Ora, a *Grammatica da Lingua Portuguesa*, de João de Barros, tinha sido escrita, segundo alguns autores, em 1538, com o objectivo de ensinar o príncipe D. Filipe. Na sua edição de 1540 encontramos o *Dialogo em louvor da nossa linguagem*[14], no qual, erguendo-se contra outras *vozes* que a consideravam pobre e grosseira, João de Barros expõe, podemos sucintamente assinalar, seis motivos pelos quais o português seria digno de louvor: a sua riqueza vocabular; a sua

---

[11] Maria Leonor Buescu, *A Gramática da linguagem Portuguesa de Fernão de Oliveira*, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1975, p.8.

[12] Cf.*Ibidem* p.17.

[13]" (...) aſſy quis que mediante os characteres das letras de que vſamos, diſpóſtas na órdem ſignificatiua da valia que cada naçam deu ao ſeu alfabeto, a viſta objecto receptiuo deſtes characteres, mediante elles, formáſſe eſſencia das couſas & os racionáes conceptos, ao módo de como a fala em ſeu officio ōs denuncia. E ajnda quis que eſte módo de elocuçam artificial de letras: per beneficio de perpetuidade precedeſſe ao natural da fála. Porque eſta, ſendo animáda nam tem mais vida que o jnſtante da ſua pronũciaçam, & páſſa a ſemelhança do tempo que nam tem regreſſo: & as letras ſendo huũs characteres mórtos & sam animádos, contem em ſy eſpirito de vida, pois ãdam a cerca de nós a todalas couſas ." João de Barros, *Ásia ...Dos feitos que os Portugueses fizeram no Descobrimento e Conquista dos mares e terras do Oriente- Primeira Década*, Lisboa, Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 1988, pp. 1-2 .

[14] Maria Leonor Carvalhão Buescu tem trabalhado nesta área, sendo de sua autoria uma nova edição anotada e prefaciada destes textos de João de Barros, intitulada *João de Barros, Gramática da Língua portuguesa, Cartinha, Gramática, Diálogo, em louvor da nossa Linguagem e diálogo da Viciosa Vergonha*,Lisboa, Faculdade de Letras, 1971.

inscrição na língua latina; o tom grave e majestoso; a sonoridade amplamente agradável; a capacidade de abstracção e a possibilidade de enriquecer o vocabulário, através da adopção e adaptação de outras palavras, sobretudo as de origem latina[15].

A escrita na língua vulgar também possibilitaria um discurso elaborado e rico a nível prosódico. É corrente a defesa de uma língua elegante e literária. Tal é exigido não só para que se cumpra um determinado modelo estético, mais ou menos superficial, mas sim por uma exigência de clareza e naturalidade discursiva, a qual possibilitaria a compreensão por parte de um público mais alargado[16]. Além do mais, a língua, para os homens do Renascimento, funcionava como um factor unificador das gentes, sendo igualmente um elemento definidor do conceito de fronteira nesta Europa renascentista [17].

A própria permanência de uma presença portuguesa noutros espaços que não o europeu passa, em João de Barros, pela linguagem. Esta surge como um elemento que provocaria não só a aproximação entre os povos, mas que garantiria também o perdurar no tempo, na memória dos homens, um pouco à semelhança do que se tinha passado com Roma; seria assim um sinal do Império[18] .

---

[15] Maria Leonor Carvalhão Buescu, *Gramáticos Portugueses do século XVI*,p.43.

[16] Cf.Renato Barilli, *Retórica*, Lisboa, Editorial Presença, 1979, p.87.

[17] Como defende John Hale: "There was little sense either that geographical features, save the sea, were natural frontiers. No two countries were content to be separated by a river, so natural was the bond between its banks at a time of roads and comparatively cheap water transport. Mountain ranges existed to be crossed, though their passes might be held on both sides. There was, however, a notion that the limits of a spoken language formed a frontier." *The Civilization of Europe in the Renaissance*, New York, Atheneum, 1994 , p. 33.

[18] " Exemplo temos em todalas as monarquias, cá, se perderam com a variedade do tempo e fortuna das cousas humanas, péro leixou a língua latina este sinál de seu império, que durará eternamente. As ármas e padrões portugueses, póstos em África e em Ásia, e em tantas mil ilhas fóra da repartiçám das três pártes da terra, materiáes sam, e póde-âs o tempo gastár, péro nam gastará doutrina, costumes, linguágem, que os Portugueses nestas terras leixárem."Maria Leonor Carvalhão Buescu, *Gramáticos Portugueses do século XVI*, p.90.

Igual princípio nortearia Fernão de Oliveira, o autor da primeira anotação da língua portuguesa[19].Porém, enquanto João de Barros escreveu um *Diálogo em Louvor da nossa Linguagem*, apologético da língua vernacular, Fernão de Oliveira expressa este mesmo objectivo na sua gramática, salientando a necessidade de um trabalho aturado na língua portuguesa, pois será ela o veículo da memória e do permanecer de um povo, do preservar da nossa presença [20].

Não analisaremos neste momento estes possíveis comportamentos, fruto da opinião de Fernão de Oliveira, que não foi decerto colhida numa vivência sua nas referidas paragens. Sabe-se da sua biografia que terá estado em Espanha, Itália, França, Inglaterra,e no Norte de África[21]. O contacto com povos de outros continentes determina que se torne premente não só aprender as novas línguas mas também ensinar o português. Lembremo-nos do manuscrito que se encontrou apenso ao *Diário da viagem de Vasco da Gama*, intitulado *Esta he a linguajem de calecut*, que se revelou como um pequeno vocabulário malaio-português[22]. Este registo denuncia já, por parte do possível utilizador-autor, um

---

[19] Maria Leonor Carvalhão Buescu, *A Gramática da Linguagem Portuguesa de Fernão de Oliveira*, p.37.

[20] "(...) apliquemos o nosso trabalho a nossa língua e gente e ficará com maior eternidade e memoria dele e não trabalhemos em língua estrangeira, mas apuremos tanto a nossa com boas doutrinas, que a possamos ensinar a muitas gentes e sempre seremos delas louvados e amados porque a semelhança é causa do amor e mais em as línguas.E ao contrário, vemos em África, Guiné, Brasil e Índia não amarem muito os portugueses que entre eles nascem só pela diferença da língua e os de lá nascidos querem bem aos seus portugueses e chama-lhes seus porque falam assim como eles."*Ibidem*, p. 45.

[21] *Ibidem*, pp. 14-18.

[22] Na edição por nós utilizada da descrição da primeira viagem de Vasco da Gama à Índia, elaborada por Damião Peres e intitulada *Diário da Viagem de Vasco da Gama* (Porto, Livraria Civilização, 1945), no segundo volume, foram incluídos vários artigos escritos tanto sobre a descrição em si, nomeadamente os estudos do almirante Gago Coutinho sobre a rota seguida por Vasco da Gama, bem como os estudos escritos por Franz Hümmerich sobre a viagem e também sobre este vocabulário malaio- português.Cf.*op.cit.*, pp. 191-230.

forte recurso à linguagem gestual, primeiro estádio de estabelecimento de um contacto.

As palavras referenciadas correspondem, em traços gerais, à satisfação do que seriam as primeiras necessidades de contacto entre dois povos, bem patentes, aliás, nos vocábulos traduzidos. O autor procurou transmitir a designação da noite e do dia, do sol e da lua, da terra e do mar, da chuva; das diferentes fases de desenvolvimento do homem ("menino," "moço"); dos verbos de movimento ("tirar," "alargar," "dar," "vir," "dançar," "levantar," "andar"), dos que traduzem percepções ("olhar," "ver"). O autor tentou igualmente traduzir diferentes estados de espírito, ainda que imediatamente perceptíveis ao interlocutor, como chorar ou cantar, e traduziu os verbos relacionados com a comunicação ou com a sua ausência ("falar," "calar").

São também referenciadas algumas palavras que possibilitariam traçar um perfil a nível psicológico ("doudo," "sesudo") e a nível físico, tanto do homem como da mulher ("olhos," "beiços," "nariz," "testa," "cabelos," "pescoço," "língua," "dentes," "pernas," "braços"). O autor assinalou, além disso, as palavras que descreveriam a satisfação das necessidades básicas, como comer ou beber, sem se esquecer de referenciar peças de vestuário. Como não podia deixar de ser, encontramos igualmente a indicação de alguns vocábulos necessários às práticas naúticas ("ventos do norte," "ventos do sul," "agulha," "remo," "verga," "ancora," "gávea"...) e à vida militar ("arco," "adarga," "lança," "bombardas"...) .

É ainda no século XVI que aparecem em Portugal as obras jesuítas de maior fôlego, como o *Dictionarum Latino-Lusitanum ac Japonicum*, e a *Cartilha em Tamul e Português*, havendo igualmente notícias da existência de várias outras cartilhas para ensinar a ler. Frequentes são as cartas que, como a de D. Duarte de Meneses, as pedem do Oriente, neste caso ao doutor Pero Nunes, vedor da

fazenda:"(...)nestas ditas partes, que mandes entregar ao feitor de Goa cymquenta cartylhas e cimquo Fros Samtorum e quatro avamjeliorum pera os ele dar a moços e orffãos pera por elles apremderem a ler (...)"[23].

A língua é também um instrumento do império, como escreve António de Nebrija à rainha D. Isabel aquando do oferecimento da sua gramática castelhana, a primeira a ser escrita (1492). Aliás, o processo de normalização linguística está presente nas diversas nações europeias; pensemos quer no referido caso espanhol, quer no édito de Francisco I de 1539, consagrando o francês falado na região de Paris como o normativo que deve ser adoptado em toda a França.

Contudo, e apesar da referência constante a uma necessária normalização, esta decorre durante todo o século XVI, pois as diferenças persistem. Por exemplo, em Inglaterra em 1589 propõe-se que "(...) ye shall take the usuall speech of the court and that of London and the shires lying about London within sixty miles and not much above"[24]. Em Itália o próprio Maquiavel lamenta, em 1516, que o toscano esteja de certo modo a ser misturado com a linguagem de Milão ou da Lombardia, isto apesar de Dante, através da sua *De Vulgari Eloquentia*, ter sido o pioneiro no observar a gramática como uma ciência que analisa a linguagem sem que esta seja necessariamente a latina, e de, por volta de 1495, aparecerem as *Regole*, a primeira obra gramatical italiana [25].

Além disso, se atentarmos no caso alemão, em 1597 encontramos o registo de "(...) in a journey of "ninety-three days, provided that you travel five miles a day you would walk the circunference of Germany as far as the German

---

[23] A.NTT, *C.C.* ,7-120 in António da Silva Rego, *Documentação para a História das Missões do Padroado Português do Oriente*,Índia,Lisboa, Agência Geral das Colónias,I, 1950, p. 419.
[24] John Hale, *op. cit.*, p.67.
[25] Cf.Maria Leonor Carvalhão Buescu, *Gramáticos Portugueses do século XVI*, p.14.

language is spoken"[26]. É certo que, como Hale também assinala, não se teve em atenção as diferenças linguísticas entre o norte e o sul da Alemanha. No entanto, importa salientar que a normalização gramatical da língua vernacular é, nesta altura, um processo identificador de uma nação no mundo das nações europeias de Quinhentos, e um dos vectores que marcam o Renascimento europeu.

Dever-se-á, por outro lado, ter presente que a necessária comparação entre diferentes línguas conduz igualmente a um novo *olhar* sobre o homem, e a uma necessariamente diferente redimensionação do seu *estar* e *ser* [27].

Esta utilização da língua nacional, no nosso caso, do português, como veículo da escrita, ganhando não só a sua consolidação em termos estruturais, mas também enquanto modo de transmissão do que é narrado nos círculos culturais da época, não é o único aspecto que teremos que ter em atenção na análise dos textos quinhentistas que estudamos. Os modelos de escrita seguidos pelos homens do século XVI são, também eles, diversos, abrangendo, por exemplo, desde a crónica da Expansão ao relato de viagem. Contudo, algo eles apresentam de comum: todos escrevem *sobre* e *na* primeira metade do século XVI e obedecem ao dizer "(...) as coisas que sucederam"[28].

---

[26] John Hale ,*op. cit.*, p.68.

[27] "(...)Babel was, as it were, rediscovered and was made the target of scholarly investigation - and of the efforts to find universal linguistic structures (or "innate ideas") behind the cultural diversity revealed by expanding temporal and geographical horizons. In this way of definig the human condition - not only *homo sapiens* but also *homo loquens* and *homo scribens* " . Donald Kelley, *op. cit.*, p.82.

[28] Aristóteles, *Poética* , Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1986, p.115.

1. Modos de um escrever a História

Vários são os modelos de escrita que encontramos nas obras que descrevem o Oriente, focalizando o micro ou o macrocosmo abrangentes do espaço que é preferencialmente objecto deste estudo, o Índico. É certo que os primeiros relatos que se debruçam sobre os Descobrimentos portugueses, nomeadamente sobre as sucessivas expedições do século XV, foram relatados por viajantes estrangeiros em particular pelos italianos. O levantamento exaustivo levado a cabo por António Alberto Banha de Andrade, na sua obra *Mundos Novos do Mundo*, reflecte bem esta afirmação. Segundo este historiador, até ao relato das viagens de Cadamosto, os portugueses não se tinham preocupado com a divulgação destes acontecimentos tendo como objectivo o público em geral [29].

Contudo, tornou-se premente essa divulgação e essencial reforçar junto das cortes europeias e dos outros povos, o que foram os novos espaços abertos pelas Descobertas e os *senhorios* que Portugal ia conquistando. Coube a Gomes Eanes de Zurara, segundo os auspícios de D. Afonso V, escrever sobre os feitos de D. Henrique[30], justificando o facto de, apesar de estes feitos estarem relatados nas crónicas dos reis em cujo reinado aconteceram,"(...) não se leixa porem de escrever apartadamente os feitos dalguns vassalos quando o grandor deles é assim notavel, de que se com razão deve fazer apartada escritura (...)"[31].

---

[29] Cf. António A. Banha de Andrade, *Mundos Novos do Mundo...*, Lisboa, Junta de Investigações do Ultramar , 1972, p. 54.

[30] " (...) os grandes e mui notaveis feitos do senhor infante D. Henrique (...) os quaes lhe pareceram assim especiaes entre muitos que alguns principes cristãos em este mundo fizeram, pareceu-lhe erro não haverem ante o conhecimento dos homens autorisada memoria, especialmente pelos grandes serviços que o dito senhor sempre fizera aos reis passados e pela grande bemfeitoria que pelo seu azo receberam seus naturaes ."Gomes Eanes de Zurara, *Crónica da Guiné* , Porto, Livraria Civilização, 1927, p. 9.

[31] *Ibidem.*

Os exemplos colhidos noutras cortes são bem elucidativos, como o poema de gesta de João de Lançon, um dos paladinos de Carlos Magno em França, ou os feitos de Cid Rui Dias, em Castela [32].

Já na carta de Gomes Eanes de Zurara ao monarca que acompanhava o livro da sua *Crónica da Guiné*, ele refere as palavras que teriam sido pronunciadas pelo monarca relativamente ao conhecimento que deveria ser dado da vida e obra do Infante D. Henrique, seu tio, e o louvor que deveria ser dado à sua memória[33]. Daí não ser de admirar que Zurara surja como exemplo a seguir para os autores das crónicas sobre a Expansão. Fernão Lopes de Castanheda cita-o, embora não o faça relativamente à sua crónica da Guiné, ou à descrição que o conista fez da actuação do Infante D. Henrique. Castanheda evoca-o no que se prende com a crónica de D. Duarte de Meneses, e, muito particularmente, com a necessidade de se conhecer, isto é, de *ver* os espaços para se escrever a História.

Na redacção da crónica de D. Pedro de Meneses, Gomes Eanes de Zurara tinha, de certo modo, delineado o seu percurso metodológico, no qual não confiaria única e exclusivamente nas informações recolhidas por outros, utilizando assim um testemunho indirecto - ou seja, o que teriam ouvido, e que obedeceriam também a critérios, segundo os quais a principal preocupação se prendia com a sua fama pessoal, com o facto de o seu nome ser conhecido. Para além destas informações defendeu igualmente dois aspectos: a consulta das

---

[32] Cf. *Ibidem*.

[33] "Que vos parecia que seria erro de tão santa e tão virtuosa vida ficasse sem exemplo, não sómente para os príncipes que depois de vossa idade possuissem estes Reinos, mas ainda por todolos outros do mundo que de sua escritura cobrassem conhecimento, por cuja razão aos naturaes haveria causa de conhecer sua sepultura, perpetuando sacrifícios divinos, para acrescentamento de sua gloria. E os estrangeiros trazeriam seu nome ante os olhos, com grande louvor de sua memoria."*Ibidem*, p. 4.

cartas enviadas ao monarca, narrando os acontecimentos; e o confronto, por parte do cronista, das suas informações "(...) no que ſe todos acordavam, procedia em minha iſtoria"[34]. Contudo, e tentando "(...) evitar novos erros de pormenor, na feitura da *Chronica do Conde D. Duarte de Meneses*, Zurara procurou escutar o depoimento de testemunhas reais, para o que visitou o Norte de África, com o objectivo de conhecer as praças de Ceuta e Alcácer Ceguer."[35] .

Fernão Lopes de Castanheda inscreve-se no método de fazer História definido por Zurara, salientando as virtudes do seu trabalho, e destacando, no seu percurso enquanto historiador, os aspectos coincidentes, como a metodologia por ele apontada. Deste modo, assinala a sua permanência na Índia, e a importância do conhecimento dos espaços que se descrevem, visto ser,"(...)muyto ſobre natural ha de ſer ho engenho que ha de ſaber eſcreuer do que nunca vio ." [36]

---

[34] " (...) eu achei os feitos pela mayor parte tam maravilhoſos, que ſe ſoomente os ouvera de eſcrepver per enformaçom d'alguns, que o ſouberam per ouvida d'outros, eu duvidára certamente de os eſcrepver, nem os eſcrepvera ſe na boca de dous, ou de tres achára o conhecimento deſtas couſas, porque entendêra, que o dizia por engrandecer ſeu nome, e fama; mas porque alem do que achei eſcripto nas Cartas, que os Officiaes, que os Reys tinham naquella Cidade pera governança dos moradores della, que nellas foram, ſe acordavam na verdade; e o que mais era, porque departidamente perguntava, e no que ſe todos acordavam, procedia em minha iſtoria(...)" Gomes Eanes de Zurara, *Crónica do Conde D. Pedro de Menezes*,Porto, 1988, p.13.

[35] Joaquim Veríssimo Serrão, *A Historigrafia Portuguesa - Doutrina e Crítica*, Lisboa, Editorial Verbo, 1972 , I, p. 73.

[36] "(...) & o que vi dela, que ſe iſſo não fora bem me poderão enganar como a quẽ não tinha viſto a terra, nem ſabia como ſe podião ou não podião fazer nela as couſas, nos lugares em q̃ acõtecerão, E por iſſo quẽ ha deſcreuer hiſtorias ha de fazer as diligẽcias que eu fiiz & ver a terra de q̃ ha de tratar como eu vi, que aſſi ho fizerão eſſes hiſtoriadores antigos & modernos. E bem ſentia iſto el rey dõ Afonſo ho quinto de portugal, quando mandou Gomezeanes dazurar croniſta deſtes reynos a Alcacere pera lá eſcreuer coom teſtemunha de viſta, o que os noſſos fizeſſem. E ſoubeſſe ho ſitio da terra de que auia deſcreuer, & aprẽdeſſe as particularidades da guerra pera ſaber como auia de falar. Porque muyto ſobre natural ha de ſer ho engenho que ha de ſaber eſcreuer do que nunca vio."Fernão Lopes de Castanheda,*op. cit.*, I, p.495.

Digno de registo é o facto de Fernão Lopes de Castanheda referir que os historiadores antigos e modernos teriam igualmente subscrito este processo. A admiração pelos antigos não será todavia isenta de crítica. Já o próprio Zurara havia criticado os gregos, pois, segundo ele, a forma como estes escreviam a História era marcada pelo exagero, enquanto que o nosso cronista defendia a contenção. Os gregos"(...) ſupriam com formoſas palavras o que na grandeza dos feitos mingoava; e a mim foi neceſſario fornecer a mingoa da palavra com grandeza dos feitos(...)"[37].

Semelhante processo de enaltecimento será comum aos historiadores quinhentistas, onde frequentemente os feitos dos portugueses em tudo superam os dos Antigos, Gregos e Romanos. Logo no prólogo do seu primeiro livro, Castanheda refere que, ao serem escritas as façanhas dos portugueses "(...) durarâ a memoria deles pera ſempre. Porque a eſcriptura os fara preſentes como faz os dos gregos, & dos Romãos que ha tãtos ãnos que paſſarão. E por iſſo eles como homẽs prudentes, ſabendo que iſto era aſſi, trabalharão tanto por deixar ſuas couſas por eſcrito (...)"[38].

O registo escrito é o que garante a perenidade, a memória dos homens; decerto outros feitos não são lembrados, não tanto por não serem tão importantes como os que encontramos registados, mas porque não passaram para o papel. Daí a importância, já reconhecida pelos antigos, da escolha de quem escreve. Este deveriam ser eloquente e, como já gregos e romanos o praticavam, receber todo o favor, até porque o conhecimento dos feitos de um povo quer

---

[37] Gomes Eanes de Zurara, *Crónica do Conde D. Pedro de Menezes*,p. 218.

[38] Fernão Lopes de Castanheda,*História do Descobrimento e Conquista da Índia pelos Portugueses*, edição de 1551 , prólogo.

através de fontes indirectas quer da ausência de um registo escrito, leva ao seu desconhecimento.

A historiografia portuguesa surge, preponderantemente, em dois momentos, nos reinados de D. Duarte e de D. Manuel, sendo de imediato continuada sob os auspícios de D. João III. É certo que anteriormente tinham aparecido alguns registos, como os *Scriptores* que se encontram na *Portugaliae Monumenta Historica,* a *Crónica Geral de Espanha,* e o *Nobiliário* do Infante D. Pedro.

A nomeação dos cronistas Fernão Lopes e de Gomes Eanes de Zurara inscreve-se nesta necessidade de construir um registo histórico de certo modo legitimador de um passado. D. Manuel prossegue nesta mesma atitude, encarregando Duarte Galvão e Rui de Pina de prosseguirem as crónicas régias[39]. No entanto o propósito de escrever uma crónica que não seja régia, mas sim da Expansão, torna-se cada vez mais premente. A sua escrita vai, encontrar a sua *inscrição*, nos historiadores de Quinhentos, em termos, não só de conceptualização, mas também de *tradição*, em Zurara. Já o demonstrámos no caso de Fernão Lopes de Castanheda, observemos agora João de Barros.

Logo na sua *Primeira Década*, este cronista menciona Zurara, nomeadamente ao traçar o que seria o fio condutor do seu trabalho histórico. João de Barros disponibiliza-se a escrever os feitos portugueses no *Descobrimento* e *Conquista* do *Oriente*, para que se guarde a memória e não se percam: "(...)como veẏmos ſerem perdidos de vóſſos progenitores, mayóres em louuor do que lemos

---

[39] António Alberto Banha de Andrade,*Gaspar Correia Inédito*, Lisboa, Junta de Investigações Científicas do Ultramar, 1977, pp.20-21.

em ſuas chronicas ſegũdo móſtram alguũs fragmẽtos de particuláres eſcripturas(...)"[40]

João de Barros denuncia uma grande cautela face ao trabalho que se propôs realizar, o que se justifica até pelo facto de, no momento em que a sua obra é impressa, já Fernão Lopes de Castanheda ter iniciado a publicação da sua História. É certo que, numa fase inicial, Castanheda imprime o primeiro livro em 1551, em Coimbra, sem ainda possuir o privilégio real que lhe será concedido por D. João III. Contudo, percepciona-se nas palavras de João de Barros um questionar dos métodos que teriam sido utilizados por outros cronistas, nomeadamente por Castanheda. Para João de Barros, era frequente a *imitação descuidada*, e o seu único antecessor teria sido Zurara : "(...)chroniſta mór deſtes reynos em as cousas do tempo do jnfante dom Anrique do qual nós confeſſamos tomar a mayór parte dos ſeus fundamentos, por nã roubar o ſeu a cuio e.s."[41]

O autor das *Décadas da Ásia* integra-se, deste modo, no processo de escrita de Zurara, utilizando-o como fonte. Mas se, como vimos, tanto Castanheda como João de Barros seguem, cada um a seu modo, Zurara, *inscrevendo-se* no seu modelo e, essencialmente, no processo de escrita desse cronista dos feitos da Expansão portuguesa africana, já Gaspar Correia não o cita. Aspectos específicos da sua vida levam a que as próprias fontes que utiliza para a elaboração da sua

---

[40] João de Barros, *Ásia...Primeira Década*, p.2.

[41] "(...)ante quero ſer tido por tam ouſado como foy o derradeiro dos trinta & tantos eſcriptóres que eſcreuram a paſſágem & expediçam que Alexandre fez em Aſia, o qual temeo pouco o que delle pódiam dizer tendo tantos ante ſy: que jmitar o deſcuido de muytos, a quem eſte meu trabálho per officio & profiſſam competia. Pois auẽdo cento & vinte annos (porque detãtos tráta eſta eſcriptura) que vóſſas ármas & padrões de victórias tem tomádo póſſe, nam ſómente de toda a térra maritima de Africa & Aſia: mas ainda de outros mayóres mundos do que Alexándre lamentáua por nam ter noticia delles:nam ouue alguem que ſe antremeteſſe a ſer primeiro neſte meu trabálho,ſómẽte Gomezeanes de Zurára chroniſta mór deſtes reynos em as cousas do tempo

obra sejam diferentes das dos seus *pares*, Fernão Lopes de Castanheda e João de Barros. Gaspar Correia tem contudo a vivência do Oriente. Dos três, ele é o que mais tempo aí passa, pois terá embarcado em 1512, com Jorge de Melo Pereira, e, ainda que encontremos curtas estadias em Lisboa, lá teria permanecido durante, aproximadamente, cinquenta e dois anos [42].

O conhecimento dos lugares descritos, assim como a vivência dos espaços é algo que de comum tem com Fernão Lopes de Castanheda.Este cronista acompanhou o governador Nuno da Cunha, como governador da Índia, aí permanecendo dez anos[43], e regressando em seguida a Portugal, onde ocuparia um lugar de bedel na Universidade de Coimbra. Apesar de subscrever o modelo de escrita de Zurara, João de Barros é, destes três cronistas da Expansão, o único que jamais percorreria as paragens orientais, tendo consultado documentos de arquivo e ouvido os relatos dos marinheiros durante a sua permanência na Casa da Índia[44].

A singularidade de Gaspar Correia manifesta-se até no facto de, para além de escrever a crónica da Expansão, também elaborar crónicas régias, nomeadamente sobre as figuras de D. Manuel e D. João III, cruzando deste modo objectivos de escrita diferenciados. Para tal, basta cruzar o modo como alguns dos acontecimentos directamente relacionados com a nossa presença no Oriente são narrados nas *Lendas da Índia* e nas referidas crónicas. Gaspar Correia será também o cronista que não verá a sua obra ser publicada.

---

do jnfante dom Anrique(do qual nós confeſſamos tomar a mayór parte dos ſeus fundamentos, por nã roubar o ſeu a cuio ę."*Ibidem*, pp.2-3.

[42] Cf. António Alberto Banha de Andrade, *Gaspar Correia Inédito* , p.13.

[43] Cf. Ana Paula Menino Avelar, *Fernão Lopes de Castanheda Cronista do governo de Nuno da Cunha* , Lisboa, Edições Cosmos, 1997, pp.38-44.

[44] Cf. Joaquim Veríssimo Serrão , *op. cit.*, pp. 215-228.

Se encontramos um objectivo idêntico- a descrição das acções dos portugueses em terras e mares orientais, assim como elementos comuns a nível dos modelos de escrita, estes denotam, porém, especificidades. Encontramos diferentes tipos de textos sobre esta temática,tendo Joaquim Veríssimo Serrão,no seu estudo sobre a historiografia portuguesa,sintetizado os diferentes marcos historiográficos. Relativamente ao século XVI, o historiador considera, na tradição cronística, as crónicas régias, isto é, as narrativas que descrevem os acontecimentos decorrentes num determinado reinado, tendo, como fio condutor, a sequência cronológica.

Assinalam-se assim, no século XVI, *"as crónicas de D. Manuel"*, escritas por Fernão de Pina, Damião de Góis e D. Jerónimo Osório, e as *"crónicas de D. João III"*, escritas pelo Doutor António Pinheiro, pelo Doutor António Castilho e por Francisco de Andrada. Para Veríssimo Serrão, no século XVI a nossa historiografia sobre o Oriente é marcada por quatro nomes, João de Barros, Gaspar Correia, Fernão Lopes de Castanheda e Diogo do Couto, corporizando este último já a transição para o século XVII.Encontra-se ainda, segundo este historiador:"(...)um conjunto de autores "menores", como Lopo de Sousa Coutinho, Leonardo Nunes, Miguel de Castanhoso, João de Bermudez, Frei Gaspar da Cruz, António de Castilho, Brás de Albuquerque e João de Lucena, que se ocuparam de temas orientais e africanos."[45]

Apesar desta enunciação, Joaquim Veríssimo Serrão distinguiu estes "historiadores menores" da chamada historiografia de viagens, abundante no século XVI e que se liga ao processo da Expansão[46]. Neste capítulo, Veríssimo Serrão inclui os *Itinerários*, escritos por viajantes e religiosos, e"(...)outros

---

[45] *Ibidem*, pp.214-215.

homens que ajudaram à concepção do Experimentalismo moderno: *roteiristas*, como Álvaro Velho, João de Castro e João Lisboa, *geógrafos*, como Duarte Pacheco Pereira e Valentim Fernandes, *cientistas*, como Tomé Pires e Garcia da Orta (...)"[47]. Nesta secção sobre a historiografia de viagens, tendo como espaço a África e o Oriente, são igualmente referenciados Duarte Barbosa, Francisco Álvares, António Soares de Albergaria, António Tenreiro, Mestre Afonso, Frei Pantaleão de Aveiro e António Galvão.

Partindo nós da premissa do tempo de escrita das diferentes obras - primeira metade do século XVI-, e do seu propósito - narrar os feitos dos portugueses no Oriente nesse mesmo espaço de tempo-, podemos, desde logo, esboçar um primeiro modelo de escrita a ***Crónica da Expansão***: representar a ***História*** de um povo - os portugueses - num espaço - o Oriente, tendo como feito enaltecedor a *Descoberta* do caminho marítimo. Neste modelo narrativo procurariam os autores, não só descrever os contactos estabelecidos em terras do Oriente, mas também conhecer esses espaços, inquirir o seu passado, procurar as transformações provocadas pela chegada dos portugueses, narrando os feitos modificadores do estado de facto[48].

Dentro deste quadro definidor incluem-se Fernão Lopes de Castanheda, e a sua *História do Descobrimento e Conquista da Índia pelos Portugueses*, João de Barros, com a sua *Ásia ... Dos feitos que os Portugueses fizeram no descobrimento e conquista dos mares e terras do Oriente* , e Gaspar Correia, com as suas *Lendas da Índia*. Poder-se-ia contrapor outras obras que estariam igualmente incluídas na

---

[46] *Ibidem*, p.214.

[47] *Ibidem*, p.364.

[48] António Alberto Banha de Andrade, "Gaspar Correia, o 1ºHistoriador do Oriente", in *Actas do II Seminário Internacional de História Indo-Portuguesa*, Lisboa, Centro de Estudos de História e Cartografia Antiga, 1985, p. 673.

nossa tipologia, nomeadamente a *Crónica do Descobrimento e Primeiras Conquistas dos Portugueses na Índia*, de autor ou autores anónimos, publicada por Luís de Albuquerque, ou o *Tratado dos Descobrimentos*, de António Galvão. Importa, contudo, salientar que as obras de Fernão Lopes de Castanheda, João de Barros e Gaspar Correia, correspondem à concretização de um projecto de escrever a *História dos portugueses em terras do Oriente* segundo um determinado modelo que mimeticamente seguia os clássicos.Trata-se de projectos que se estruturam tendo em vista um quadro alargado do relato histórico, em que uma tonalidade epopeica percorre a narrativa, correspondendo àquilo que seria um desejo presente na sociedade portuguesa de Quinhentos. Lembremos Garcia de Resende e o seu prólogo do *Cancioneiro Geral*, onde o compilador se atreve unicamente a apresentar as trovas"(...) por que ſenhor as outras cousas ſſam em ſy tam grandes, que por ſua grandeza, & meu fraco entender nam deuo de tocar nelas(...)"[49].Lembremos, igualmente, as já mencionadas crónicas de Zurara.

João de Barros denuncia, aliás, na sua *Terceira Década*, a difusão que o *Cancioneiro Geral* tinha na altura, e a eventual influência da *Palavra* no comportamento dos homens. Fá-lo, nomeadamente, ao relatar a expedição de António Correia ao reino de Pegu, no momento em que este assentou as pazes com o rei local. Logo após a assinatura das mesmas,e segundo o costume, foi lido pelo *Raulim* um livro sagrado. Tudo seria feito com:"(...) tanta cerimonia, atençam, & silençio, que fez grande admiraçam aos nóſſos."[50] António Correia tentaria responder com idêntica solenidade, para tal devendo o capelão da nau, envergando a sobrepeliz "alva" , ler um texto:" E porque em a náo nã auia outro liuro que fizeſſe mayór pompa por ſer de folha de papeł jnteira, que hum

---

[49] Garcia de Resende, *Cancioneiro Geral*, Lisboa, Centro do Livro Brasileiro , I,1973, p. 3

Cançeoneiro de tróvas emprimidas, em o qual eſtáuam as óbras que os fidalgos, & peſſoas deſte Reyno que tinham vea pera iſſo tinham feito(...)"[51]. Ora, o passo escolhido corresponde ao início de uma composição poética de Luís da Silveira: "(...)o argumẽto das quáes e̦do Eccleſastices de Salamam que começa. Vaidade das vaidádes,& tudo e̦ vaidáde."[52]

O relato da História significa também o demarcar da nação portuguesa no concerto das nações europeias. Além disso, acompanha-se o humanismo europeu na procura de uma tradição nacional, tal como acontece tanto na Alemanha humanista, que encontrou o seu autor clássico em Tácito e na sua obra *Germania*, como em França, com a busca das raízes levada a cabo, por exemplo, por Robert Gaguin no seu *Compendium de Origine et Gestis Francorum* (1495).

Existem, com efeito, pontes fundamentais entre os nossos cronistas da Expansão - Fernão Lopes de Castanheda, João de Barros, Gaspar Correia - e a forma como o humanismo europeu, particularmente o italiano que tanto influenciou os círculos portugueses, entendeu a escrita da História .

---

[50] João de Barros, *Ásia ...Terceira Década*, fol.67.

[51] *Ibidem*.

[52] *Ibidem*.Não conhecemos o excerto que foi lido. No entanto, esta composição de Luís da Silveira elabora uma parafrase poética e rimada, em estrofes de oito versos, mais precisamente, um monólogo dramático, tendo como ponto de partida os versículos iniciais do Eclesiastes. Debruça-se sobre o fluir do tempo, a memória dos homens e a diferente natureza das coisas: "Vaydaade das vaydades, /& tudo he vaydaade,/aſsy paaſſam as vontades /comaas couſas da vontade." Garcia de Resende , *Cancioneiro Geral*, III, p. 310.

2. *Ars Historica* europeia -sínteses de um modelo

Ainda antes do século XVI, os humanistas conceberam um modo de escrever a História, sendo, como afirmou Felix Gilbert:"(...) les premiers dans le monde postclassique à concevoir l'écriture de l'histoire comme un genre littéraire indépendant et important"[53]. Partindo do princípio humanista da *mimesis* clássica, seria necessário estabelecer os modelos a imitar, e, para tal, analisá-los correlativamente. A *Ars Historica* teria a sua génese a partir da definição aristotélica dos géneros elaborada na *Poética* e da distinção aí estabelecida entre *Poesia* e *História* :"Com efeito, não diferem o historiador e o poeta, por escreverem verso ou prosa (...) diferem, sim, em que diz um as coisas que se sucederam, e outro as que poderiam suceder."[54]

Importa relembrar que não encontramos na literatura greco-latina uma obra que se debruce essencialmente sobre a teoria e os métodos da história. Contudo, são dois os autores que de uma ou de outra forma tocaram esta problemática : Aristóteles que, como referimos, distingue a *História* da *Poesia*, e Cícero que estabeleceu as diferenças entre *o historiador* e *o orador*; aliás, "(...) les quelques remarques de ce dernier sur le style requis pour l'écriture de l'histoire dans le *De Oratore* constituent les sources essentielles quant aux idées des

---

[53] Félix Gilbert, *Machiavel et Guichardin Politique et Histoire à Florence au XVIe siécle*, Paris, Editions du Seuil , 1996. p. 169.

[54] Aristóteles distingue aquilo que são os dois tipos de narrativas, situando-os ao nível do seu *topos* central "(...) não é ofício de poeta narrar o que aconteceu; é, sim, o de representar o que poderia acontecer, quer dizer: o que é possível segundo a verosimilhança e a necessidade. Com efeito, não diferem o historiador e o poeta, por escreverem verso ou prosa(pois que bem poderiam ser postas em verso as obras de Heródoto, e nem por isso deixariam de ser história, se fossem em verso o que eram em prosa)-diferem, sim, em que diz um as coisas que se sucederam, e outro as que poderiam suceder. Por isso a poesia é algo de mais filosófico e mais sério do que a

anciens sur la théorie de l'histoire."[55] O paralelo estabelecido entre o orador e a História, passa pelos princípios e pelo método que deverão ser utilizados. A eloquência deve atingir três objectivos: *probare* , *conciliare* , *movere* . Como afirma Maria Helena da Rocha Pereira : "(...)provar, agradar, comover; o que será capaz de despertar a multidão ou de moderar os seus excessos ."[56]

A História estaria, deste modo, intimamente ligada à *ars retorica* pois também ela "(...)a pour but démontrer et charmer."[57]Aliás, um dos aspectos mais interessantes a reter no pensamento ciceroniano, será exactamente o valor por ele atribuído à escrita como processo preparador do *bem falar* , e a defesa de um ritmo de oratória distinto do ritmo da poesia, visto a prosa possibilitar a utilização de uma métrica própria, distinta da do verso, embora igualmente agradável "(...) não se trata de uma novidade, pois o seu uso vinha dos Sofistas gregos do séc. v a. C.; nem mesmo o seria entre os Romanos, segundo agora se pensa. Mas a sua extensa teorização e adaptação à cadência da língua latina é sem dúvida um importante contributo de Cícero."[58]

Em Cícero é claro que a escrita da História é um trabalho próprio do orador, apesar de ele considerar a existência de dois vectores que enformariam o trabalho histórico: por um lado, uma tradição *analística* de origem religiosa, de que Múcio Cévola Pontífice (cerca de 120 a.C.) seria um dos seus represantantes, e, por outro, uma historiografia mais próxima do seu tempo que

---

história, pois refere aquela principalmente o universal, e esta, o particular." Aristóteles , *op. cit*, p.115.

[55] Félix Gilbert , *op. cit.*,p. 171.

[56] Maria Helena da Rocha Pereira , *op.cit.*,p.137.

[57] Pierre Grimal , *La Littérature Latine*, Paris , Fayard , 1994,p.173.

[58] Maria Helena da Rocha Pereira , *op.cit.*, p.136.

teria a sua origem em vertentes laicas, onde se integrariam autores como Fábio Pictor, Cíncio Alimento, Catão-o-Censor, Pisão e Fânia[59] .

Para Cícero, a História funcionava como *paradigma*, sendo a forma dada pelo orador a garantia de uma *voz* imortal :"E a História, que é testemunha dos tempos, luz da verdade, vida da memória, mestra da vida, mensageira do passado, que outra voz, que não seja a do orador, a torna imortal ?"[60] É certo que, para ele, as primeiras leis da História são de todos conhecidas: "Pois quem ignora que a primeira lei da História é não dizer falsidade alguma? Em seguida, ousar afirmar a verdade? E não deixar nem uma suspeita de parcialidade ou de animosidade? Estes princípios todos os conhecem ."[61]

Cícero sistematizaria um modelo de escrita da História. Na sua perspectiva, ela devia obedecer a uma ordem cronológica, e elaborar a descrição dos lugares onde a acção se desenvolve,pertencendo ao historiador expressar a sua opinião sobre os acontecimentos que está a enunciar. Ele exporia não só os actos praticados mas também as diferentes afirmações pronunciadas sobre os acontecimentos; explanaria ainda rigorosamente as causas, para que fosse possível discernir e salientar no discurso o *acaso*,a *sabedoria* e a *temeridade*. Deste modo, se traçariam as biografias dos intervenientes que nela se destacavam.

O historiador deveria ter igualmente em atenção o seu estilo: a arte de bem escrever está na base do valor da obra histórica[62].Como se pode constatar, Cícero revelar-se-ia, fundamentalmente, no plano teórico:" A outros viria a caber o papel de narrar o passado de Roma de molde a merecerem o título de

---

[59] Cf.*Ibidem*, p.139.
[60] *Ibidem*, p. 180.
[61] *Ibidem* , p.140.
[62] *Ibidem* ,p. 141.

historiadores.Mas a Cícero pertence a glória de ter sido o primeiro dos Latinos a compreender as implicações teóricas de tão importante ramo do saber"[63].

Aristóteles e Cícero foram as primeiras fontes nas quais beberam os historiadores humanistas, e muito particularmente os historiadores italianos. Tal como Aristóteles, também eles comparavam a *História* à *Poesia*, e, assim como Cícero, consideravam a verdade como o principal requisito naquilo que dizia respeito ao escrever da História. Estava implícito no seu discurso as palavras pronunciadas em *Do Orador*. A evidência de tal ligação seria óbvia, ainda que não aparecesse teorizada nos tratados de oratória:"(...) no entanto, esses preceitos metem-se pelos olhos dentro. Pois quem ignora que a primeira lei da História é não dizer falsidade alguma? Em seguida, ousar afirmar a verdade? E não deixar nem uma suspeita de parcialidade ou de animosidade ?Estes princípios todos os conhecem." [64]

À boa maneira ciceroniana, também consideravam como conteúdo nuclear da História as campanhas militares e os detalhes topográficos. No seu discurso eram introduzidos exemplos retirados dos historiadores clássicos, o que reforçaria as suas afirmações. Os autores que funcionariam como principal fonte, seriam Salústio e Tito Lívio ainda que, segundo, por exemplo, Bartolomaeus Fontius"(...) Tite-Live dépassait tous les autres historiens par son éloquence, son exhaustivité, sa clarté dans l'organisation et son style."[65]

Este olhar sobre o modo como era escrita a História, relacionava-se com o desejo de encontrar o melhor processo para descrever o passado; daí que o princípio primeiro a seguir fosse o da *imitação*. Esta deveria ser aplicada não só no

---

[63] *Ibidem*.
[64] *Ibidem*, p.140.
[65] Felix Gilbert, *op. cit.*, p.172.

que dizia directamente respeito à forma mas também ao estilo. Assim, e segundo o exemplo colhido na *História de Roma*, de Tito Lívio, cada história dividir-se-ia num certo número de livros, contendo, no seu início, reflexões de carácter mais geral; além disso, a narrativa deveria seguir a sequência cronólogica de cada ano.

É necessário ter em atenção que este fio condutor representado pela cronologia da sucessão dos anos, não poderia, contudo, ser confundido com outro modelo de escrita, o dos *anais*. Tito Lívio teria intitulado a sua obra *Ab Urbe condita libri;* desta forma, iria escrever os livros que começariam na fundação de Roma. Neste seu título não incluiu o designativo de *Annales* ou de *Historiae*, visto o primeiro implicar aquilo que seria a enunciação dos acontecimentos segundo a progressão ditada pela sequência dos consulados, método seguido pelos historiadores mais antigos; o recurso ao segundo, *Historiae*, indiciaria que o autor só se debruçaria sobre alguns acontecimentos mais ou menos particulares.

Ora, Tito Lívio refere o nome dos consulados, e segue uma sequência cronológica que obedece, em certa medida, ao registo ano a ano, mas as articulações do seu registo discursivo são estabelecidas através, e, podemos mesmo afirmar, ditadas pelo fluir dos acontecimentos. O limite que estaria consignado na palavra *Historiae*, conotada com um anterior método de escrever, não corresponderia ao propósito primeiro e último de Tito Lívio, isto é, à sua ambição "(...) d'embrasser dans sa totalité la vie du peuple romain. Le temps n'est pas loin où certains historiens assimileront la vie de ce peuple à celle d'un être vivant, qui autait traversé successivement l'enfance, la maturité et parvenait à la vieillesse."[66]

---

[66] Pierre Grimal, *op. cit.*, p. 359

A obra de Tito Lívio seria composta por 142 livros dos quais se conhecem 36 (do I ao X e do XXI ao XXXXV), isto, para além de resumos e passagens que se debruçam sobre alguns acontecimentos mais particulares, relatando por vezes até prodígios. A obra estaria agrupada em cinco livros; por outro lado, dois grupos de cinco formariam uma década. Com efeito, esta forma de organização do discurso histórico é algo que encontramos presente na nossa historiografia da Expansão. Observemos um pouco mais em detalhe os processos enunciados pelos humanistas relativamente à forma de escrever a História.

Vários são os recursos estilísticos na escrita da História que se desvendam. Pontano, no seu *Actius*, considerava que, como Tito Lívio e Salústio, os historiadores deveriam socorrer-se de certos processos estilísticos que estariam adaptados ao redigir da História. O autor designa-os como *brevitas* e *celeritas*, formas que teriam sido utilizadas por estes autores clássicos, pois os exemplos escolhidos por Pontano tinham sido retirados das obras de Tito Lívio e de Salústio. Assim, a *brevitas* contemplaria uma breve enunciação do plano expositivo, oferecendo um certo detalhe; ao mesmo tempo dever-se-ia imprimir um certo movimento ao discurso, de molde a transmitir a sensação de um fluir rápido dos acontecimentos, e tal corporizaria a *celeritas*.

Para além dos possíveis e desejáveis processos de escrita, também seria necessário observar quais os temas que, por excelência, deveriam ser tratados pelos historiadores. Para tal, participaria da *exegese* humanista olhar para os conteúdos abordados pelos autores clássicos e observar os diferentes enfoques temáticos, aqueles que funcionariam como modelos a seguir. Em Salústio o tema foi as guerras *exemplares*, denunciando, tal como Tito Lívio, o relevo que deveriam assumir os aspectos políticos. Por seu turno, Tito Lívio acentua os aspectos relacionados com a política externa, muito particularmente as acções

militares. Para os humanistas italianos, Tito Lívio narrava a história de Roma, uma cidade-Estado que seria um exemplo a seguir no presente.

Um dos princípios que está presente no discurso histórico,é o enunciado por Cícero-*"Nom solum quid actum aut dictum sit, sed etiam quomodo(...)"*[67] o qual seria seguido pelos humanistas. Encontrado o modelo clássico a nível temático - a guerra-, analisada a forma - de que modo *o como* e *o porquê* são trabalhados-, *basta aos humanistas modernos imitar*. Assistimos, assim, como que à aplicação de um modelo fixo de descrever uma guerra. Em primeiro lugar, observa-se o carácter e a história dos povos envolvidos na contenda, em segundo lugar, explanam-se as diferentes negociações encetadas antes da batalha, em terceiro lugar, descrevem-se os combates. Ora, os nossos historiadores da Expansão elaboram as suas narrativas bélicas através do recurso ao modelo *clássico* - a sua imitação-, como é amplamente demonstrado na forma como são narrados os sucessivos combates.

3. A cronística da Expansão

Analisemos neste momento as obras que têm o propósito de narrar uma História da Expansão Portuguesa, e que, segundo o modelo clássico - recordemos Tito Lívio-, obedecem a um propósito mais geral de narrar os acontecimentos que consubstanciam a presença portuguesa num determinado tempo e num novo espaço, a Índia. Essas obras são, como acima referimos, a *História do Descobrimento e Conquista da Índia pelos Portugueses*, de Fernão Lopes de

---

[67] Felix Gilbert, *op. cit.*, p. 174.

Castanheda, a *Ásia ...Dos Feitos que os portugueses fizeram no descobrimento e conquista dos mares e terras do Oriente, d*e João de Barros, e as *Lendas da Índia,* de Gaspar Correia.

Observemos a estrutura de cada uma delas e os propósitos narrativos que comprovam a sua designação de crónicas da Expansão. Começaremos pela obra de Fernão Lopes de Castanheda,visto ter sido a primeira a ser impressa; em seguida analisaremos a de João de Barros e, por último, a de Gaspar Correia .

Como os próprios títulos indicam, todas estas obras se centram em dois vectores: o papel dos portugueses no *Descobrimento* e *Conquista* da *Índia*, no caso de Fernão Lopes de Castanheda, do *Oriente*, no caso de João de Barros. No entanto, e apesar de não estar expresso no título da obra de Fernão Lopes de Castanheda, não deixam de ser narrados nos diferentes livros que a compõem, a acção dos portugueses noutras paragens, nomeadamente no Extremo Oriente .

Contudo, o propósito de João de Barros é, sem dúvida, mais abrangente, pois, para além de se debruçar sobre o Oriente, partindo do marco temporal que seria a primeira viagem de Vasco da Gama à Índia - como acontece com Castanheda-, descreve os feitos dos portugueses por *mares e terras do Oriente* - embora isso esteja igualmente implícito em Castanheda.

Logo a seguir ao prólogo, surge na primeira *Década* de João de Barros um capítulo inicial, intitulado *como os mouros vieram tomárEſpánha: & depois que Portugal foy intituládo em reyno, os reys delle os lançáram alem már, onde os foram conquiſtar, aſſy nas pártes de Africa como nas de Aſia : & a cauſa do titulo deſta eſcriptura ;* a este segue-se um segundo que trata *das cauſas que o Infante Dom Anrrique teue pera deſcobrir a coſta occidental da terra de Africa: & como Ioam Gonçaluez & Triſtam Vaz deſcobriram a ylha do porto ſancto, por razam de huũ temporal que os aly leuou.* Em seguida, João de Barros prossegue com a descrição do avanço

português na conquista das terras e dos mares. O desejo de que fosse realizada uma História mais geral sobre a presença portuguesa no Oriente, era algo de presente na sociedade portuguesa do século XVI. Várias são as vozes que clamam por esse registo. O próprio monarca envia indicações aos seus governadores para que estes forneçam informações detalhadas acerca dos acontecimentos com o objectivo de se elaborar uma História mais geral.

João de Barros, logo no prólogo da primeira *Década*, refere que D. Manuel teria escrito a D. Francisco de Almeida e a Afonso de Albuquerque para que estes enviassem uma descrição circunstanciada dos acontecimentos de forma a que, e devido à intenção demonstrada por este cronista de narrar os feitos dos Portugueses no Oriente, se obtivessem informações mais precisas face aos acontecimentos. Também D. João III teria dado, em 1531, idêntica indicação a Nuno da Cunha[68]. Porém, não será João de Barros o primeiro a publicar a sua obra. Fernão Lopes de Castanheda antecipa-se, e, a 6 de Março de 1551, é publicado em Coimbra, por João Barreira e João Álvares, impressores do rei na Universidade, o primeiro livro da *História do Descobrimento e Conquista da Índia pelos*

---

[68] "(...) Mas parece que aſſy eſtáua ordenádo de cima, que nam somente me coubeſſe per ſórte da vida, os trabálhos de feitorizar os cõmeçcios de Africa & Aſia: mas ajnda eſcreuer os feitos que vóſſos vaſſalos na milicia & conquiſta dellas fizerã. Porque correndo o tempo & achãdo eu antre alguũas cartas q̃ el rey vóſſo padre ante minha offeçta tinha eſcripto a dom Frãciſco Dalmeyda & a Afonſo de Alboquerque que cõquiſtáram & gouernárã a India, encomendandolhe que meudamẽte lhe eſcreueſſem as couſas & feitos daquellas pártes, com tençam de as mandar poer em eſcripto, & que vóſſa alteza cõ a meſma tençã o anno de quinhẽtos & trinta & huũ, tãbem o eſcreueo a Nuno da Cunha q̃ naquelle tẽpo a gouernáua mandandolhe ſobriſſo regimentos feitos por Lourenço de Caceres a quem tinha encomendádo a eſcriptura destas pártes, o que nam ouue efecto, & ſeria peruentura por elle falecer: de terminey por ſenam dilatáar eſte deſejo que vóſſa alteza tinha, & eu pagar a confiança que el rey vóſſo padre de my teue, reparty o tempo de vida, dando os dias ao officio & parte das noytes a eſta eſcriptura da vóſſa Aſia:& aſſy cõmpry com o regimento do officio, & com o deſejo que ſempre tiue deſta impreſa ." João de Barros, *Ásia ...Dos feitos que os portugueses fizeram no descobrimento e conquista dos mares e terras do Oriente -Primeira Década*, p. 4.

Portugueses, que seria dedicado a D. João III. No ano seguinte, o monarca concederá um privilégio real para a publicação da obra de Castanheda.

Pensamos que tal privilégio terá sido concedido após a visita do monarca à Universidade de Coimbra, onde Fernão Lopes de Castanheda ocupava o lugar de bedel, e onde terá oferecido a sua obra ao monarca. Como o próprio João de Barros refere na passagem acima citada, foi enviado a Nuno da Cunha um pedido de registo dos acontecimentos ocorridos na Índia, tendo, como igualmente mencionámos, Fernão Lopes de Castanheda acompanhado este governador ao longo dos cerca de dez anos que durou o seu governo.

Em 1552 são impressos o segundo e o terceiro livros, e, no ano seguinte, são publicados, numa mesma edição, os quarto e quinto livros. Por último, em 1554, é reimpresso o primeiro livro, o qual sofre alterações face à primeira edição, sendo ainda impressos o sexto e o sétimo livros. Já após a morte do autor, e com prólogo dos seus filhos, dá à estampa, em 1561, o oitavo livro[69]. Todos os livros de Fernão Lopes de Castanheda são impressos em Coimbra .

Por seu turno, a *Década Primeira* da *Ásia*, de João de Barros, sai a 28 de Junho 1552, em Lisboa, da Imprensa de Germão Galharde, apresentando igualmente um prólogo dedicado a D. João III. A *Década Segunda* sai pela mão do mesmo impressor, também em Lisboa, a 24 de Março de 1553. Finalmente, a *Década Terceira* dá à estampa nesta mesma cidade, impressa por João Barreira, a 18 de Agosto de 1563 [70].

Ficou patente no primeiro prólogo de João de Barros quanto lhe custou ter sido outro o primeiro dos historiadores a publicar uma História da Expansão.

---

[69] Cf. António Joaquim Anselmo, *Bibilografia das Obras Impressas em Portugal no século XVI*, Lisboa, Biblioteca Nacional, 1926, nºos 130-132, 159, 281, 290-291, 297.
[70] Cf. *Ibidem*, nºs 648, 176.

A dado passo enuncia o propósito de escrever os *gloriosos feitos*, veladamente criticando os historiadores seus contemporâneos que logo se lançaram na empresa de escrever a História dos Portugueses[71].Pelo contrário, ele teria acautelado os seus passos e apresentado a D. Manuel um esboço do seu trabalho que se consubstanciaria na *Crónica do Imperador Clarimundo*[72].O cronista chama mesmo a atenção para o facto de existirem testemunhas que presenciaram esta atitude do monarca, sendo esta sua obra o início da construção do seu *debuxo.* É na sequência deste trabalho que João de Barros se lançou nesta empresa e tendo só : "(...) huũ zelo da glória que ſe deue a vóſſas ármas, & fama a meus naturáes que militando nellas verteram ſeu ſangue & vida: fuy o primeiro que brotey eſte fructo deſcriptura deſta voſſa Aſia, ſe ç licito por ſer de áruore agreſte ruſtica & nam agricultada, poder merecer eſte nome de fructo ante vóſſa real Mageſtade."[73]

Ora, a edição extremamente próxima no tempo destas duas obras sobre a Expansão portuguesa, leva a que surjam críticas veladas, e não só por parte de João de Barros. De igual modo Fernão Lopes de Castanheda se terá sentido atingido, sendo frequentemente referido como prova disso a reedição do seu primeiro livro, a qual sofre alterações que certamente responderam a algumas das críticas que lhe teriam sido feitas[74]. No entanto, logo em 1552, no segundo momento da edição dos segundo e terceiro livros da *História do Descobrimento e*

---

[71] Cf. nota 42.

[72] João de Barros, *Ásia ...Dos feitos que os portugueses fizeram no descobrimento e conquista dos mares e terras do Oriente -Primeira Década*, p. 3.

[73] *Ibidem*, p. 4.

[74] No nosso livro, *Fernão Lopes de Castanheda -Historiador dos Portugueses na Índia ou Cronista do Governo de Nuno da Cunha?*,fizemos uma apreciação relativamente, não só aos estudos que se debruçaram ainda que sumariamente sobre estas duas edições, bem como aos princípios que as nortearam. Cf. pp. 98-100.

Conquista da Índia pelos Portugueses, Fernão Lopes de Castanheda, no prólogo do terceiro livro, acentua a importância que teve a sua presença no Oriente para a escrita da História, e as *duvidosas* intenções que estariam subjacentes às críticas pronunciadas contra o seu livro:"Porque muyto ſobre natural ha de ſer ho engenho que ha de ſaber eſcreuer do que nunca vio. O que me não pode dizer Porque vi tormentas, vi batalhas no mar & peleias na terra, & espedaçar nauios, & bater muros & vẽcer a ĩnimigos & falo como eſprementado(...)"[75].

Castanheda denuncia, porém, a sua firme determinação no sentido de publicar o terceiro e, logo, os outros livros, sob protecção régia, pois ao rei "(...) ſe deue ho que daqui por diante ſouber das couſas da India, como ſe deuẽ outras muyto grãdes & mui aſſignadas merces que faz cada dia a ſeus vaſſalos, que ſam muy largas de contar."[76] Frequentemente são citadas as pressões exercidas sobre quem escreve a História, tendo sido por demais estudadas as alterações efectuadas por Damião de Góis à sua *Chronica do Felicissimo Rei Dom Emanuel*, motivadas pelas críticas que lhe foram movidas pelo conde de Tentúgal, membro da poderosa família dos Braganças, e que estão na origem das modificações da referida crónica de Damião de Góis[77]. Convém relembrar que

---

[75] "(...) E ſe iſto ſouberão os que tacharão minhas obras, bem creo que ho não fizerão, antes me aiudarão polo muyto q̃ todos meus naturaes me deuem em iluſtrar ſuas honrras & de ſeus anteceſſores que forão no deſcobrimento da India & em ſua conquiſta, que eſtauam & eſteuerão sepultadas, ſe eu não fora. Mas não quero que me deuão iſto, aſſi polo preſente como polo futuro, ſe não a V. A. Porque eu por eſte deſgoſto de todos ſaberem tachar & poucos fazer eſtaua determinado de da qui por diante, não ſair a luz com meus trabalhos, ſe não fora ſaber camanha & quam ſingular merce me V. A. fez em ſe auer por ſeruida dos dous liuros que emprimi, & dizer que não ouuera ho q̃ vay neles deſtar encuberto tanto tempo. E como ho fauor de tamanha merce não temi inueioſos, nem mal dizẽtes."Fernão Lopes de Castanheda, *op. cit.*, p. 495.

[76] *Ibidem*.

[77] Relativamente às vicissitudes porque passou a *Crónica do Felicíssimo Rei D. Manuel* escrita por Damião de Góis é de referir o excelente trabalho de cotejo e levantamento das críticas

igualmente a *Chronica do Principe Dom Joam*, escrita por este mesmo historiador, foi alvo de controvérsia, tendo o autor procedido a alterações, as quais não foram todavia tão extensas quanto as que sofreram a crónica de D. Manuel [78] .

Outro dos autores que escreveu no século XVI uma *crónica da Expansão* foi Gaspar Correia. Também ele se refere às críticas que são lançadas sobre as obras que se debruçam sobre a presença portuguesa no Oriente: "E nom temo as sentenças, e avessos, que muitos querem dar nas cousas, querendo dar a entender que nellas se acharão, e por isso o melhor sabem, chegando-se à honra que lhe dahi fica."[79] Se relativamente a João de Barros e a Fernão Lopes de Castanheda se levantam quer as questões de primazia no escrever uma História da Expansão quer o reconhecimento público face a esse primado, relativamente à obra de Gaspar Correia é necessário ter em atenção que ela permanece manuscrita durante o século XVI, sendo só publicada pela primeira vez em 1858, sob os auspícios da Academia Real das Sciencias de Lisboa que tinha adquirido o manuscrito de Gaspar Correia no final do século XVIII[80].

---

levantadas pelo conde de Tentúgal que foi feito por Damião Peres incluso na introdução da edição pela Universidade de Coimbra, da referida obra no ano de 1949.

[78] Cf. Elisabeth Feist Hirsch, *Damião de Góis*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1987, pp. 242.

[79] Gaspar Correia , *Lendas da Índia*, I, p 2.

[80] Como escreve Rodrigo José de Lima Felner,na sua notícia preliminar da edição por ele organizada, através da Academia Real das Sciencias de Lisboa, em 1858, da obra de Gaspar Correia:"Quasi tres seculos depois de escriptas por Gaspar Correa, sahem á luz as *Lendas da India*, muito desejadas pelos cultores das lettras. Convencida da falta que este escripto fazia aos estudiosos, e disposta a prestar-lhes mais um serviço relevante, divulgando-o pela imprensa, encarregou Real das Sciencias de Lisboa , ha mais de septenta annos, aos seus socios Joaquim de Foyos, e Stockler, de tractarem ao mesmo tempo da adquisição do Ms.de Gaspar Correa, e do *Soldado Pratico* por Diogo do Couto.Imprimiu-se este livro em 1790; mas de que ainda n'esse anno não estava cumprida a determinação académica, pelo que respeitava às Lendas, é prova achar-se repetida nas actas mais formal e explicitamente. Se eram copias ou os proprios originaes que se diligenciava obter, e se a deliberação se começou a executar, e como, e quando, para se alcançarem, pelo menos, bons trasumptos da obra que publicâmos, é o que hoje se ignora. As

Este facto não é de modo algum inédito, outras obras correram em Portugal através de cópias manuscritas; basta lembrar a *Crónica do Descobrimento e Conquista da India pelos Portugueses*, o manuscrito encontrado no *British Museum*, ou o chamado *Diário da Viagem de Vasco da Gama*, do qual conhecemos a versão apócrifa. Com efeito, o facto de determinadas obras permanecerem manuscritas não significa que não corram nos círculos culturais da época, nem que não sejam consultadas como fontes por outros historiadores.

A publicação das obras dependia muitas vezes da proximidade dos autores dos círculos de edição e da própria corte. Se olharmos para as biografias de Fernão Lopes de Castanheda, de João de Barros e de Gaspar Correia, rapidamente se chegará a essa conclusão. Não é objecto do nosso trabalho proceder à elaboração de biografias exaustivas dos diferentes homens que se debruçaram sobre a Expansão portuguesa. No entanto, o seu percurso biográfico esclarecerá não só os dados vivenciais que as suas obras espelham mas também os limites que as determinam. Assim, à medida que nos debruçarmos sobre as diferentes narrativas, evocaremos, ainda que sucintamente, alguns dos dados conhecidos acerca da vida dos diferentes autores. Frequentemente, nestes textos são apresentados dados autobiográficos, os quais funcionam muitas vezes como processo legitimador da escrita.

---

actas, ás vezes concisas demais, guardam silêncio sobre isto, e não existem os livros das contas d'aquelle tempo, que talvez ministrassem mais alguns esclarecimentos. Assim privados de noticias, apenas podêmos asseverar que entre os papeis da Academia encontrámos uma copia, assaz imperfeita, da maior parte do primeiro dos quatro volumes de Gaspar Correia; copia que mostra ter sido tirada no fim do seculo passado, ou já no principio d'este(...)"p.V.

3.1. **Breves percursos biográficos dos seus autores**

Deveremos começar por conhecer um pouco mais das vidas de Fernão Lopes de Castanheda, João de Barros e Gaspar Correia, para em seguida desvendarmos, não só a estrutura das suas obras, mas também as fontes que estes cronistas da Expansão tomaram como suas. Como afirmámos, seria a presença de Fernão Lopes de Castanheda em Coimbra que lhe possibilitaria a publicação do primeiro Livro da sua *História do Descobrimento e Conquista da Índia pelos Portugueses*. Porém, olhemos um pouco para trás, no sentido de vislumbrar o motivo pelo qual este homem se lançou nessa tarefa.

Não sabemos qual a data de nascimento do cronista. Sabemos, no entanto, que era filho natural de Lopo Fernandes de Castanheda. Este tê-lo-á reconhecido, ainda que não conheçamos a carta de legitimação, pois, como Pedro de Azevedo salienta, o documento que tem sido referenciado como sendo a sua carta, é a passada a um Fernão Lopes, filho de Lopo Fernandes, morador em Pinheiro Grande, no termo de Santarém. Esta não menciona, porém, o título de licenciado, do qual, na altura, já Lopo Fernandes de Castanheda seria possuidor e que pela importância do facto não deixaria de ser referenciada[81]. Segundo Barbosa Machado, Fernão de Castanheda terá nascido em Santarém de uma ligação extra-matrimonial. Para Joaquim Veríssimo Serrão, o seu nascimento aconteceu por volta de 1500, antes da permanência de Lopo Fernandes de Castanheda em Estremoz. O licenciado escreveu a D. Manuel em 1512

---

[81] Este historiador publicou a obra de Fernão Lopes de Castanheda, em Coimbra, pela Imprensa da Universidade em 1924, e traçou na sua introdução um perfil não só do cronista, mas também de seu pai. No nosso livro *Fernão Lopes de Castanheda -Historiador dos Portugueses na Índia ou cronista do Governo de Nuno da Cunha* pp. 15-66, não só esboçamos o perfil do cronista como damos conta das diferentes notícias conhecidas relativamente ã sua vida, obra, ascendência e descendência.

afirmando que, nesse momento, tinha quatro filhos e já havia onze anos que estava ao serviço da coroa[82].

Contudo, parece-nos que o seu nascimento deveria ter ocorrido num ano posterior ao de 1500, pois, se tivesse sido esta a data do mesmo, Fernão Lopes de Castanheda teria acompanhado seu pai na sua viagem para a Índia, já com vinte e oito anos. Ao regressar a Portugal, dez anos mais tarde, teria frequentado a Universidade de Coimbra com trinta e oito anos e o próprio pai teria partido para o Oriente com cinquenta, o que se revelaria ser uma idade já um pouco avançada.

Deste modo, somos levados a considerar que Fernão Lopes de Castanheda talvez seja o quinto filho a que se refere Lopo Fernandes de Castanheda na citada carta. Fernão Lopes de Castanheda teria assim partido com seu pai com uma idade que oscilaria entre os dezasseis e os vinte anos.Tal situação permite-nos pensar que, ao regressar a Portugal, o nosso cronista teria entre vinte e seis e vinte e oito anos, iniciando os seus estudos na Universidade com essa idade, e ocupando, com trinta e seis ou trinta e oito anos, o cargo de bedel nessa mesma instituição.

Por outro lado, a afirmação de que Fernão Lopes de Castanheda é filho ilegítimo de Lopo Fernandes de Castanheda chega-nos através da nota biográfica coligida por Barbosa de Machado[83]. O próprio Pedro de Azevedo chamou a atenção para o facto de as genealogias não indicarem que o cronista é filho natural. Os dados que possuímos não invalidam a hipótese de ser Fernão Lopes de Castanheda filho legítimo de Lopo Fernandes, o que tornaria perfeitamente natural que este acompanhasse seu pai.

---

[82] Joaquim Veríssimo Serrão, *op. cit.*, pp. 228, nota 1.

Importa recordar que Lopo Fernandes iria ocupar o lugar de ouvidor da cidade de Goa. É Castanheda que o afirma logo no prólogo do seu primeiro livro, na primeira edição de 1551, ao escrever que:"(...)me aiudou muyto ter ãdado na India, õde fuy cõ meu pay que por mãdado de V.A. foy lâ ſeruir douuidor."[84] Posteriormente, na reedição do mesmo livro, em 1554, explicita ainda mais o cargo que teria sido ocupado por seu pai escrevendo:"(...)me ajudou muito ir à India, onde fuy cõ Nuno da Cunha em companhia do licenciado Lopo Fernandez de Caſtanheda meu pay, que por mandado de. V. Alteza foy ho primeiro ouuidor da Cidade de Goa ."[85]

Várias questões se levantaram, nomeadamente face ao facto de Castanheda referir que seu pai teria ocupado o lugar de primeiro ouvidor da cidade de Goa, pois noutros textos se teriam assinalado outros nomes que teriam ocupado tal lugar, o que, segundo os autores, significaria que o cronista não obedeceria à verdade. Contudo, Lopes de Almeida explica tal situação, lembrando que Goa, enquanto capital do estado português do Oriente, exigiria a permanência de um ouvidor privativo que exercesse a justiça na cidade; daí a explicitação do nome de *primeiro ouvidor da cidade de Goa*[86].

Voltemos ao percurso biográfico de Fernão Lopes de Castanheda. Este teria estudado, nos seus primeiros anos, no convento de S. Domingos em Santarém, onde receberia a preparação necessária para poder ocupar um lugar na Índia. Seu pai que em Portugal ocupou os lugares de juiz de fora e corregedor, numa carta ao monarca, solicita, para o sobrinho Amador Leitão - que teria sido

---

[83] Cf. *Bibliotheca Lusitana* ..., II, p. 31.
[84] Fernão Lopes de Castanheda , *op. cit.*, p.4.
[85] Fernão Lopes de Castanheda , *op. cit.*,p. 4.
[86] *Ibidem*, p.IX

pagem de D. Diogo de Castro-, e para seu filho, o pagamento de um soldo. Porém, tal pedido foi-lhe negado, pois, já na Índia, Lopo Fernandes escreve ao rei D. João III relembrando o pedido que lhe tinha sido feito, para que seu filho prosseguisse os estudos. Assim, Castanheda parte para a Índia na armada de Nuno da Cunha, acompanhando seu pai, e ocupando, talvez, um lugar numa escrevaninha na Índia [87].

Fernão Lopes de Castanheda não refere na sua obra a função que terá desempenhado no Oriente, mas menciona que o seu pai teria assumido o lugar de ouvidor da cidade de Goa, e posteriormente, em 1530, desempenharia a função de ouvidor geral da Índia o:"(...)licenciado Lopo fernandez de caſtanheda meu pay ouvidor de Goa, & por sua induſtria crecerão as rendas de goa vinte mil pardaos" [88].

Lopo Fernandes ocupou temporariamente este lugar até à chegada de António de Macedo, tendo também exercido temporariamente o cargo de vedor da fazenda. Não encontramos mais referências a seu pai, o qual teria regressado a Portugal em 1532. Aliás, tal não é de estranhar, pois mesmo relativamente à presença de Castanheda no Oriente, as notícias são escassas e surgem pela sua pena. É Fernão Lopes de Castanheda quem afirma que foi para a Índia na nau de António Saldanha [89], e menciona ainda que estava em Goa no momento em que, ainda não tendo chegado Nuno da Cunha a essa cidade e sendo governador em exercício Lopo Vaz de Sampaio, o cronista o viu sair para castigar oito homens que roubavam nas costas de Melinde [90].

---

[87] Cf. Ana Paula Menino Avelar , *op.cit.*, 32.
[88] *Ibidem* , p. 37.
[89] Fernão Lopes de Castanheda , *op. cit.*,II, p. 518
[90] *Ibidem* ,II, p.555.

É igualmente neste momento em que Fernão Lopes de Castanheda faz o elogio à figura de Lopo Vaz de Sampaio que alude à chegada da armada de Diogo da Silveira, a qual tinha tido tão boa viagem que, ao chegar a Goa, os quinhentos homens que a compunham estavam:"(...) taõ ſãos & tão gordos q̃ parecia q̃ auia quīze dias q̃ partirão de lisboa, & *nũca deſpois eu vi outros tais*"[91].

Quando posteriormente Castanheda menciona a prisão de Lopo Vaz de Sampaio e a estranheza que alguns portugueses na Índia teriam manifestado face a tal acontecimento, evoca a sua presença como testemunho da situação:"E todos os da India ho dizião aſſi pubricamẽte, *o que eu ouui a muytos*"[92]. Esta é uma situação que aparecerá igualmente noutros momentos, como quando descreve o reino de Narsinga e enuncia as suas riquezas. Nesta altura assinala que tais informações lhe foram dadas por mouros mercadores quando estava na Índia. De igual modo confirma a veracidade dos documentos citados ou mesmo transcritos, afirmando que os terá visto. Esta situação é tanto mais recorrente quanto os acontecimentos descritos se debruçam sobre situações conflituosas ocorridas entre os portugueses, como por exemplo, as disputas entre António de Miranda e Pedro de Mascarenhas[93].

Será talvez no cerco de Diu que a sua presença se torna mais marcante. Na verdade, esta empresa de Nuno da Cunha era esperada havia longo tempo, tanto na Índia quanto em Portugal, e, como não podia deixar de ser, o nosso cronista acompanhou o governador, e disso dá conta, nomeadamente, através do seu discurso profundamente visual, onde pontuam as descrições das acções de conjunto perfeitamente entrecortadas com as actuações mais particulares. O

---

[91] *Ibidem*, II, p.556(itálico nosso)
[92] *Ibidem*, II, p.562-63.(itálico nosso)
[93] Cf. Ana Paula Menino Avelar, *op. cit.*, pp.38-43.

autor elabora toda a descrição através da focalização da narrativa pelos diferentes campos visuais que o seu olhar percorreu[94].

De igual modo, Gaspar Correia assinalou a sua presença na tomada de Diu e fã-lo em diferentes momentos da sua narrativa. A primeira referência que ocorre é no momento em que o governador Nuno da Cunha prepara a armada que se deveria dirigir a Diu. Este, segundo Gaspar Correia, mandou provisões no sentido de incentivar os portugueses que se encontravam nas diferentes praças a fazer embarcações que pudessem ser utilizadas no combate, fornecendo o rei a armaria e tornando os donos seus capitães, pagando-lhes o respectivo soldo, se quisessem ir tomar a praça. Caso contrário, deveriam entregar a sua embarcação ao cuidado de um parente ou amigo que ganharia igual regalia[95].

Gaspar Correia assinalou igualmente a sua participação na armada de Nuno da Cunha. Ao mencionar a grande armada que o governador tinha preparado, a qual foi, segundo as suas palavras, *a mayor que nunqua ouve na India* [96],

---

[94] No nosso livro sobre a figura de Fernão Lopes de Castanheda assinalamos igualmente este aspecto. Não deixa de ser paradigmática a seguinte passagem:"E neſte inſtante eſtando dom Vaſco em pê no ſeu batel leuou um pelouro dos imigos a cabeça com parte dos hõbros, reſpondendo ele ao seu condeſtabre(que lhe dizia que ſe abaiſſe) que não auia medo a pelouros. E aſſi como aconteceo a eſtes bateis aſſi aconteceo a outros nauios da bateria que lhes não valerão arrombadas nem fortaleza pera resistirem às brauas çurriadas de pelouros que lheas dauão os imigos em roda viua: & a todos arrõbarão, & meterão muytos dentro, com que lhes matarão aſſaz de gente, principalmente a Manuel dalbuquerque que eſtaua mais pérto do baluarte que tinha a cargo. E os mouros receberão algum dano, porque polas maeas dhum pano do muro entrou hũ pelouro noſſo que acertou de dar em hum caixão de poluora que eſtaua junto de hum tiro: & acendeoſe ho fogo na poluora. E queymou muytos dos imigos, & *eu vi ho fumo:* & aſſi outros tiros perdidos lhes fizerão tambem muyto dano & muyto mais lho ouuerã de fazer ſe os noſſos tiros groſſos não arrebentarão todos ſem ficar nenhum ." Cf. *op. cit.*, pp.40-41.

[95] Como Gaspar Correia escreveu:"Em que ouve homem que fez dous e tres nauios pera sy, e pera seus filhos e parentes, que metião nas capitanias, a que o Gouernador lhe passaua suas patentes: com o qual modo se forneceo grande armada ás custas alheas. E eu que cahy nésta paruoyce, que fiz um hum catur latino em que gastey de minha casa quinhentos pardaos, afóra o que me dérão d'ELRey(...)"*Lendas da Índia.*, III pp.355-356.

[96] *Ibidem*, III, pp.390.

não se constata já a crítica negativa que acompanhou as suas primeiras palavras acerca do assunto. Após enunciar os nobres fidalgos que a integraram, escreve: "(...) e eu Gaspar Correa, que ysto escreuo, que fuy em hum meu catur, e outros honrados fidalgos: e toda a gente muy luzida e armada mais do que nunqua se ajuntou na India"[97].

Gaspar Correia narra o ataque à ilha de Bete, rebaptizada «ilha dos mortos», devido ao combate que se desenrolou. Após o assalto à mesquita onde os mouros se haviam refugiado, Correia contabiliza os mortos e cativos, e descreve o episódio dramático por ele presenciado do suicídio de mulheres mouras que preferiram ser degoladas a ser capturadas vivas pelos portugueses:"(...)e eu as vy aparar a garganta que o mouro as degolasse; a que nom pude tanto remar que primeyro degolou duas. As outras duas ficarão, porque hum tiro d'espingarda derribou o mouro; e estas duas se deitarão ao mar por se matar e afogar (...)"[98]. Apesar da intervenção dos remeiros portugueses, que as obrigaram a entrar num catur, de novo estas mulheres se atiraram à água para morrerem afogadas. Ao narrar o combate de Diu, Gaspar Correia refere também o episódio da morte de D. Vasco, e a intensa bateria portuguesa a um baluarte inimigo. A hipérbole pontua esta micronarrativa das *Lendas da Índia*[99].

---

[97] *Ibidem*, III, pp.391.

[98] *Ibidem*, III, pp.404.

[99] "Logo dom Vasco fez o primeyro tiro com o espalhafato, com que passou o baluarte do mar, em que matou muytos mouros, e fez tamanho buraco que se vião os que dentro estauão; e logo fez outro, e com os batés, que todos tirarão, que derão pola câdea e fustas, em que fizerão grande destroyção. E n'este tempo tirarão todos os nauios da bataria; ao que o rume fez o sinal da bombarda, com que todos os mouros derão fogo em suas artelharias, que foy tanto que parecião muytas camaras juntas que desparauão, que se aleuantou tão grande fumaça que cobrio o sol, e o dia, que era craro, fiqou escuro, e se passou grande espaço primeyro que escrareasse. Da qual çurriada o batel de dom Vasco foy arrombado por muytos lugares, e elle pareceo morto caydo de bruços sobreo tiro de hum pilouro que o passou polos peitos, e morto hum bombardeiro e três remeiros e feridos das rachas do batel casy todos ."*Ibidem*, III, pp.404.

Todavia, nem Gaspar Correia alude ao nome de Fernão Lopes de Castanheda, nem Castanheda ao de Gaspar Correia, o que não será de espantar, pois nenhum dos nossos cronistas tinha como tarefa escrever os feitos dos portugueses na Índia, nem seriam um dos grandes chefes da contenda, nem se teriam evidenciado no combate. A sua idade era igualmente bem diferente e os seus percursos distintos. Gaspar Correia há muito que se encontrava no Oriente, detendo vários cargos ao serviço dos governadores, enquanto que Fernão Lopes de Castanheda era um jovem que ocuparia, decerto, um modesto lugar na administração portuguesa .

Pelas pontuais informações recolhidas na sua obra, chegamos à conclusão de que, como Lopes de Almeida já havia assinalado, Fernão Lopes de Castanheda deve ter permanecido em Goa durante os dez anos da sua estadia na Índia. É possível que, pontualmente, se tenha deslocado a outras paragens[100]. O seu regresso a Portugal deu-se por volta do ano de 1538, ainda que a notícia do mesmo nos seja fornecida por outro cronista, Diogo do Couto, sem que, no entanto, sejam precisadas as condições desse mesmo regresso. É provável que Fernão Lopes de Castanheda tenha partido com Nuno da Cunha para o reino, depois de este ter terminado o seu longo governo da Índia, e morrendo no regresso a Portugal. Isto, apesar de pender sobre o governador cessante uma ordem de prisão emitida pelo monarca.

Talvez estas circunstâncias tenham, de algum modo, ditado o regresso de Fernão Lopes de Castanheda a Portugal, até porque seu pai, Lopo Fernandes de Castanheda, já por volta de 1532, tinha regressado ao reino [101]. Sejam quais forem as razões do seu regresso, é certo que, por carta régia de D. João III, datada de 25

---

[100] Cf. Lopes de Almeida , *op.cit.*, I , p. XV.

de Setembro de 1545, encontramos a nomeação de Fernão Lopes de Castanheda para o cargo de bedel da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, sendo através dessa mesma carta que ficamos a saber que o nosso cronista tinha sido estudante nessa Universidade[102].

Não encontrámos, no entanto, informações algumas relativamente à sua matrícula ou a possíveis frequências e exames que tenha prestado na referida instituição. Circuntâncias várias, nomeadamente o desaparecimento dos registos nos prováveis anos da sua frequência, tornam impossível encontrar qualquer outra prova documental. Logo dois meses após esta nomeação, Fernão Lopes de Castanheda é nomeado guarda do cartório e da livraria da Universidade de Coimbra, recebendo pela acumulação de três lugares um rendimento anual de 16 mil reais, e usufruindo assim de um rendimento superior a qualquer outro obtido pelos restantes bedeis das diferentes faculdades[103].

Devido à sua longa permanência nesta instituição, Fernão Lopes de Castanheda acompanha os importantes momentos de transformação da Universidade de Coimbra. De 1545 a 1557 encontramos periodicamente referência ao nosso cronista no dia a dia da Universidade. Não nos deveremos esquecer que a morte de Fernão Lopes de Castanheda teria ocorrido a 23 de

---

[101] Cf. Ana Paula Menino Avelar , *op. cit.*, p.37.

[102] "Eu elRej faço saber a *vos* padre Rector lentes deputados & cõ/selh^{ros} da vnjversydade de cojmbra q̃ comfiando eu de fer/não lopez da castanheda estudante dela q̃ njsto me ser/ujra bẽ & fyelm^{te} ey por bem & me p̃z q̃ ele tenha & syrua / o offiçio de bedel da faculdade das artes ẽ quãto o ele / bem fizer & eu o ouuer p̃ bem o q̃l offiçio ele *ser*ujra se/g^{do} forma d*os* estatut*os* da vnjuersydade & p̃la ordenaçã / de *vos* dito Rector" Mário Brandão , *Documentos de D. João III* , II, p.268.

[103] Cf.Ana Paula Menino Avelar , *op. cit.*, p.50.

Março de 1559, tendo sido sepultado na igreja paroquial de S. Pedro de Coimbra, paredes-meias com o corpo central da Universidade[104].

Castanheda não foi, decerto, uma figura fulcral na transformação desta instituição; porém, vivendo próximo das disputas em torno das orientações que deveriam nortear a Universidade, conviveu de perto com os professores *bordaleses* e *parisienses* que deram corpo às várias correntes do ensino universitário. O cronista observou a reforma do Colégio das Artes e do funcionamento da Universidade, testemunhou a presença da Inquisição em Coimbra e acompanhou alguns dos processos movidos aos professores da instituição. Presenciou ainda a entrada aí da Companhia de Jesus, a ela se referindo logo no prólogo da primeira edição do seu primeiro livro.

O elogio à acção missionária e apostólica desta Companhia surge no momento em que o Colégio das Artes tinha sido entregue ao provincial da Companhia. A carta régia de 10 de Setembro de 1550 tinha ordenado ao principal do Colégio das Artes, Diogo de Teive, que este entregasse o Colégio, o qual, por alvará de 16 de Fevereiro de 1553, receberia os privilégios da Universidade, sendo dela indissociável[105].

Ora, a impressão a 6 de Março de 1551 dá voz a essa recente e que seria amplamente contestada presença da Companhia de Jesus, traçando o que seria a *reformulação* dos estudos. Castanheda elogia quem possibilitou a vinda a lume do

---

[104] Cf. *ibidem*, p.65.

[105] Não é objecto deste nosso trabalho delinear a história da Universidade de Coimbra nesta altura. Esta foi traçada por historiadores como Mário Brandão, que publicou obras tão fundamentais como *O Colégio das Artes*, onde se descreve a Hitória deste estabelecimento e o modo como funcionou, ou os *Documentos de D. João III*, onde encontramos toda uma série de documentação que esclarece a acção cultural de D. João III, ou ainda a publicação que foi feitas das Actas do Conselho da Universidade de Coimbra, também do mesmo autor. Exemplares bibliográficos que se encontram citados na bibliografia final.

seu primeiro livro da *Descoberta e Conquista da Índia pelos Portugueses*, e quem poderia tornar florescente esta Universidade, não só nos estudos teológicos mas também: "(...) a republica & a alargã cõ as armas, aſſi outros a ẽnobreção com as letras (...)"[106].

Contudo, quando se dá a reedição do primeiro livro, em 1554, no prólogo, já não é evocada a Companhia de Jesus, nem a política de ensino seguida pelo monarca, mantendo-se apenas a referência à presença de Castanheda na Universidade de Coimbra e ao facto de aí ter ocupado alguns ofícios. Curiosamente o único momento em que é citada esta Companhia na obra do cronista, surge quando, ao descrever a permanência de Vasco da Gama em Calicute, e evocando uma vontade divina, Castanheda cita o serviço da Companhia de Jesus:"(...)cõuertẽdo tãto numero de infies á noſſa ſctã fé"[107]. Decerto a protecção do monarca abrangia não só a impressão dos seus livros, mas também o seu lugar na Universidade, não sendo pois de renovar a protecção dada à primeira publicação do primeiro livro feita sob os auspícios da Companhia de

---

[106] "(...)queria noſſo ſõrgentes barbaras ẽganadas cõ a vaidade dos idolos & falſidade da ſeita de Mafamede ſe aiũtaſſẽ cõ a igreja catholica pa ſe fazer hũ curral: & hũ paſtor, como teſtemunha: ho muyto q̃ lâ tẽ multiplicado a religião Chriſtaã , deſpois que p mandado de V. A. a forã enſinar os hirmãos da companhia de Ieſu, de q̃. V. A. tẽ tamanho cuydado como principe Chriſtianiſſimo, que a fora mandar trazer de Roma os primeyros pa inſinãça de ſeus reynos, ſoſtem â ſua cuſta neſta ſanta companhia os muytos que cada dia entrã nela: como ſe vẽ no ſeu ſũptuoſo colegio de Coimbra, onde pa mor nobreza de ſeus reynos tem fũdada hũa vniuerſidade, q̃ cõ os gaſtos q̃ faz nela & fauor que lhe da ſe eſpera que ſe poſſa contar antre as florecẽtes da Europa, & ſuſtenta nela a cuſta a cuſta de ſua fazẽda muytos colegios das õrdẽs mendicãtes & das outras, porq̃ aſſi como lhes aproueitou muyto cõ a reformação que fez nelas: aſſi lhes quer aproueitar cõ auer nelasmuytos theologos:pa que decrarẽ a ley euãgelica, & não ſoomẽte tẽ eſte gaſto cõ religioſos: mas tambẽ arepublica & a alargã cõ as armas, aſſi outros a ẽnobreção com as letras (...)"Fernão Lopes de Castanheda, *História do Descobrimento e conquistya da Índia pelos Portugueses*, edição de 1551, prólogo. Sempre que façamos menção à primeira edição do primeiro livro de Castanheda assinalaremos a data de 1551, visto o primeiro livro da citada obra nunca mais ter sido republicado, observando-se sempre a republicação do primeiro livro através da edição revista pelo autor de 1554.

Jesus. Além de tudo mais, Fernão Lopes de Castanheda procurou sempre ao longa da sua permanência na Universidade de defender uma certa equidistância face aos conflitos travados entre a Companhia e as diferentes instâncias universitárias, ou melhor os seus professores. Além disso Castanheda é um admirador de alguns dosdocentes perseguidos pela Companhia, recorde-se Nicolau Grouchy.

Contudo Castanheda não foi banido pela própria Companhia, pois a sua obra seria consultada por um autor desta ordem o padre Maffei. Por outro lado, a sua narrativa não se afirmava como sendo uma descrição directamente vocacionada para a exposição da acção missionária da Igreja, ainda que fosse elogiado o papel das várias ordens religiosas na Expansão e evocados os seus directos interventores.

A necessidade de uma obra que se debruçasse sobre a acção das ordens religiosas no Oriente é sentida no século XVI, e, claro está, muito particularmente a descrição da actuação que a Companhia de Jesus desenvolveu naquelas paragens; basta para tanto relembrar as cartas dos Jesuítas que vão sendo impressas ao longo da segunda metade do século XVI. Isto, para além do esforço de se elaborar uma História da presença missionária. Lembre-se a *História das Missões do Oriente* escrita pelo padre jesuíta Manuel da Costa, texto que conheceu uma tradução francesa(1571), castelhana(1575), e alemã (1586), sem que no entanto tenha sido impressa em português.

Mas seria a sua primeira tradução, a latina, feita por Maffei, a que suscitaria a admiração do Cardeal D. Henrique. Esta saiu em 1571 com o título *Rerum a Societate Iesu in Oriente gestarum ad annum usque a Dei para Virgine*

---

[107] Fernão Lopes de Castanheda, *op. cit.*,I, pp. 52-53.

acompanhada de um conjunto de 40 cartas. Na sequência deste trabalho o Cardeal D. Henrique pede a Giovanni Pietro Maffei S.J., que escreva em latim a *História* da presença portuguesa, com especial e primordial destaque, para a acção das ordens religiosas, A *Historiarum Indicarum Libri XV*, a qual seria por excelência uma *História* da evangelização. Para a sua elaboração Maffei auxiliou-se, para além de testemunhos orais, de cartas e das obras de vários cronistas entre as quais, como à pouco referimos, a de Fernão Lopes de Castanheda. É devido ao seu trabalho de recolha de documentação para a elaboração desta obra, que possuímos actualmente alguns dos capítulos do IX livro da *História do Descobrimento e Conquista da Índia pelos Portugueses*[108].

A presença de Fernão Lopes de Castanheda junto dos círculos universitários de Coimbra influenciou a escrita dos seus livros .Tal é bem patente nas evocações que são feitas de Sá de Miranda ou de Nicolau Grouchy, o qual traduz, dando à estampa, em 1553, o primeiro livro de Castanheda para língua francesa. É também certo que o traço da permanência no Oriente não só pontua a sua obra, como funciona como ***a qualidade*** que a deveria distinguir de outras.

Não será por acaso que repetidamente se refere à importância da presença no local para a descrição dos acontecimentos; lembremo-nos do prólogo do primeiro livro -1ª e 2ª impressão- e do prólogo do terceiro livro em que, quase sob a forma de resposta à *Primeira Década* de João de Barros - onde o autor salienta que a sua obra seria a primeira que fez brotar:"(...) eſte fructo

---

[108] Falta ainda fazer o cotejo desta obra de Mafei com as fontes por ele utilizadas de molde a que se possa aferir a importância que teria tidopor exemplo a obra de Castanheda para este escritor jesuíta da segunda metade do século XVI.

deſcriptura deſta voſſa Aſia"[109]-Castanheda escreve que foi"(...)ho primeiro Portugues que na noſſa lingoa as reſuſcitey, eſtãdo mortas de cincoenta annos, & não ſomente em Portugal, mas em outros reynos onde deſeiauão muito de as ſaber. Do que he teſtemunha imprimirſe agora em Paris em lingoa Frãceſa ho primeyro liuro deſta hiſtoria(...)"[110].

Se Fernão Lopes de Castanheda escreveu levado pela sua ligação às letras e pela sua inclinação face às *Histórias antigas* que tinha lido, pelo estudo na Universidade, pelo convívio com os livros como guarda do cartório e da livraria, e pelas conversas com os lentes, bebendo nos círculos de Coimbra as disputas e as novas correntes literárias e do saber, já João de Barros escreveu percorrendo caminhos diferentes.

A biografia do autor da *Ásia...Dos feitos que os Portugueses fizeram nos descobrimento e conquista dos mares e terras do Oriente* foi desvendada por vários historiadores, sendo o primeiro esboço historiográfico de Manuel Severim de Faria, continuado, já no século XX, por António Baião, o qual elaborou um levantamento documental exaustivo sobre a vida do cronista, sendo a sua

---

[109]João de Barros, *Ásia ...Dos feitos que os Portugueses fizeram no descobrimento e conquista dos mares e terras do Oriente, Primeira Década*, p. 4.

[110] "Deume ouſadia a eſcreuer o que os Portugueſes fizerão no deſcobrimento & cõquiſta da India ſerem as façanhas tays, que em grandeza, fama & admiração, teuerão muyta auãtagem ás q̃ eſcreuerão Tito liuio & Homero. E tenho que ganhei muito em ſer ho primeiro Portugues que na noſſa lingoa as reſuſcitey, eſtãdo mortas de cincoenta annos, & não ſomente em Portugal, mas em outros reynos onde deſeiauão muito de as ſaber. Do que he teſtemunha imprimirſe agora em Paris em lingoa Frãceſa ho primeyro liuro deſta hiſtoria, que tornou na meſma lingoa meſtre Nicolao, que ca foy lẽte dartes no Colegio Real & afora iſto fuv ho primeiro que moſrey ho engano que muytos tinhão q̃ a lingoa Portugueſa não podia eſcreuer quanto quiſeſſem aſſi como nas outras, ſe ouueſſe quem o ſoubeſſe fazer E aiudoume a moſtrar eſta verdade aquele grande poeta Portugues de muyta erudição ho doutor Franciſco de ſá, com as obras que tem compoſtas na noſſa lingoa em proſa & em verſo, outro Terẽcio de noſſo tempo, outro Plauto & outro Virgilio. E outro tão marauilhoſo engenho como ho de cada hũ deſtes." Fernão Lopes de Castanheda, *op. cit.*, I, pp. 493-494.

biografia objecto de atenção de outros historiadores como António Alberto Banha de Andrade, Joaquim Veríssimo Serrão, Jorge Borges de Macedo ou António Borges Coelho.

João de Barros terá nascido provavelmente em Viseu, segundo alguns historiadores, por volta de 1496, pois como o próprio cronista escreveu, entrou para o paço na idade do jogo do pião [111]. É possível que o tenha feito pela mão de D. João de Meneses, cavaleiro do conselho de D. Manuel e camareiro-mor do príncipe, sendo igualmente provável que a sua entrada no Paço tenha sido feita através da intervenção de seu tio Lourenço de Cáceres, o qual era mestre do infante D. Luís, e teria igualmente sido cronista do reino.

João de Barros era filho natural de Lopo de Barros,o qual ocupou o lugar de corregedor de Entre-Tejo e Guadiana, sendo neste aspecto similar a sua origem à de Fernão Lopes de Castanheda, também este filho de um funcionário da justiça régia. O seu avô paterno foi Álvaro de Barros, senhor do morgado de Moreira, junto a Braga e também corregedor da comarca da Beira. A sua vida terá decorrido entre Viseu, Braga, Pombal, Évora, e, muito particularmente, Lisboa. Foi nesta cidade, e mais especificamente no Paço de D. Manuel, que João de Barros teria aprendido as artes liberais, as ciências matemáticas, o latim e também o grego. Conviveu com o futuro rei D. João III, tendo sido, como ele próprio refere no prólogo do seu livro *Crónica do Imperador Clarimundo*, seu moço de guarda roupa[112].

Em 1520 terá lido a D. Manuel a *Crónica do Imperador Clarimundo* que, como escreve no prólogo da sua *Primeira Década*, é"(...) hũa pintura metaphórica

---

[111] Cf. António Alberto Banha de Andrade, *João de Barros-Um Historiador do Pensamento Humanista Português de Quinhentos*, p. 34.

de exercitos & vitórias humanas, neſta figura racional do emperador Clarimũdo, titulo da tráça (conforme á jdade que eu entam tinha) afim de aparár o eſtilo de minha poſſibilidáde pera eſta vóſſa Aſia."[113] Esta obra seria muito bem recebida pelo monarca. Em 1522 João de Barros teria partido para a Mina com D. Afonso de Albuquerque, onde teria desempenhado, segundo alguns dos seus biógrafos, o cargo de governador da Fortaleza de S. Jorge da Mina[114]. Não se conhecem promenores desta viagem, referindo o autor a mesma na *Terceira Década*, e pincelando de um olhar presencial, muito particularmente, as descrições feitas na *Primeira Década* , livros I e II, dos povos da África Ocidental[115].

Tendo regressado ao reino, ocupou, como ele próprio afirma no prólogo da *Primeira Década*, o ofício de tesoureiro da casa da Índia e da Mina, e feitor dessas mesmas casas. Deveremos, todavia, explicitar um pouco mais os ofícios exercidos por João de Barros. Barros ocupou o lugar de tesoureiro do dinheiro da casa da Índia, de tesoureiro da casa da Mina, e de tesoureiro-mor de Ceuta, entre 1525 e 1528[116]. Em 1533,por carta régia de 23 de Dezembro, é nomeado feitor da Casa da Índia, renunciando a este ofício a 12 de Agosto de 1567. Foi igualmente donatário de duas capitanias do Brasil, por uma carta de 8 de Março de 1535 "(...) privilégio que acarretou grandes prejuízos à sua fazenda ."[117]

Foi na sua quinta da Ribeira de Alitém que escreveu grande parte das suas obras, como a *Ropica Pnefma*, bem como, decerto, momentos da sua *Ásia*.

---

[112] João de Barros, *Ásia ...Dos feitos que os Portugueses fizeram no descobrimento e conquista dos mares e terras do Oriente, Primeira Década*, p. IX.

[113] *Ibidem*,p.3.

[114] Cf.António Borges Coelho, *Tudo é Mercadoria*, p.26

[115] João de Barros, *Ásia...Dos feitos que os Portugueses fizeram no descobrimento e conquista dos mares e terras do Oriente, Primeira Década*, p.3.

[116] *Ibidem*, XI.

[117] Joaquim Veríssimo Serrão, *op. cit.*, p. 216.

Grande parte da sua vida foi passada nesta quinta, situada perto de Pombal, e em Lisboa, sendo, todavia, perto de Pombal que teria falecido a 21 de Outubro de 1570, *entrevado, sem falar, de ar de aplopexia* ... [118].

Da sua obra, variada nos temas, ainda que por vezes recorrente no que é a mundividência de Barros, debruçar-nos-emos sobre a cronística da Expansão. Um dado digno de referência é o facto de, já avançado na idade, lhe ter sido encomendado por D. João III a escrita da crónica de D. Manuel. No entanto, não conseguiria concretizar esta vontade, expressa na sua *Ásia*. É o próprio Damião de Góis que, mesmo antes de enunciar os diferentes *escritores* que escreveram as crónicas régias, o referencia[119].

Contudo, a *Crónica do Imperador Clarimundo* denuncia, de certa forma, o olhar do jovem sobre a presença portuguesa no mundo da altura. Por outro lado, a *Grammatica da lingua Portuguesa com os mandamentos da santa madre igreja*, o *Dialogo em louvor da nossa Linguagem*, a *Cartinha para aprender a ler*, o *Dialogo da uiçiosa Vergonha*, e o *Diálogo de Ioam de Barros com dous filhos seus, sobre preceptos Morais*[120], constituem, em certa medida, aquilo que Banha de Andrade tão bem considerou como um programa pedagógico, tendo talvez o próprio cronista a esperança de vir

---

[118] João de Barros, *Ásia ...Dos feitos que os Portugueses fizeram no descobrimento e conquista dos mares e terras do Oriente- Primeira Década*, p.XLIV.

[119] "(...)senhor Rei dom Iam, ha deu a Ioã de Barros feitor da casa da India, & mina, encomendandolhe muito a tal obra, ho q̃ elle tomou a cargo, mas hauendo já çinquo ou seis annos q̃ ha tinha em casa, sem lhe poer ha mão, por lhe não responderem cõ has merçes que hũ tamanho seruiço mereçia, veo elRei dom Ioam a faleçer, depois do faleçimẽto do qual lha tomou ho Infante dõ Anrrique Cardeal de Portugal, tal qual ha elle reçebera, & ma entregou a mim, encomendandome muito q̃ de nouo fezesse esta Cronica del Rey seu pai, ho que eu tomei a meu cargo, & acabei com tanto trabalho quanto Deos sabe, & ha historia, & proçesso della ho de sim stam mostrando."Damião de Góis, *Crónica do Felicíssimo Rei D. Manuel*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1949, IV, p. 100.

[120]Cf.António Joaquim Anselmo,*op. cit.*,nºs, 138,172-176,567,596,648-648a,1005,1011,1017,1019.

a ocupar o lugar de *Mestre-Escola* na corte[121]. Ainda que, como Luís Filipe Barreto assinalou , estes diálogos obedeçam a um propósito de educação espiritual da juventude sendo:"(...) ao mesmo tempo intelectual e moral, que inicie à problemática do classicismo e humanismo, mas balizada no interior de um cristianismo fortemente existencial, corpo de doutrina que é também prática de vida e norma de conduta individual e social ."[122]

É igualmente certo que não podemos deixar de citar toda *a arquitectura de um pensar os poderes*, seja numa *Ropica Pnefma*(1531-32), obra escrita no pleno desenvolvimento da sua maturação física e intelectual, e, embora com características diferentes, no seu *Panegírico de D. João III* (1533). Como António Borges Coelho escreveu: "Na *Ropica* uma Razão ortodoxa mas fortemente marcada, como confessa, pela Sandice Erasmiana, tenta rebater as ideias heréticas que afloram à boca do Tempo, do Entendimento e da Vontade. O texto revela um intenso convívio com as Escrituras e os Padres da Igreja."[123] Além disso, como igualmente é referido por este historiador : " (...) no *Panegírico* afloram-se e ideias para uma prática de governo que traz a marca do mundo da mercadoria. Este pretendia um aparelho de Estado que defendesse os empreendedores do apetite dos fidalgos e favorecesse o desenvolvimento dos seus empreendimentos."[124]

O enaltecimento da importância do *saber* na sociedade coeva, é reafirmado no *Panegírico da Infanta D. Maria*, escrito por volta de 1547. Não nos compete, no espaço deste trabalho, analisar toda a obra de João de Barros,

---

[121] Cf.António Alberto Banha de Andrade ,*op.cit.*, p. 39

[122]Luís Filipe Barreto,"João de Barros", in Luís de Albuquerque, *Dicionário de História dos Descobrimentos Portugueses* , Lisboa, Editorial Caminho, I, p.125.

[123]António Borges Coelho, *op.cit.*, p. 35.

[124] *Ibidem*, p.40.

nomeadamente aquela que se debruça sobre a polémica anti-judaica, e que seria escrita por volta de 1543, o *Diálogo Evangélico sobre os Artigos da Fé, contra o Talmude dos Judeus.* Porém os seus conhecimentos atravessam as *Décadas*[125].

Duas notas importantes a registar:por um lado, o facto de ter escrito romances de cavalaria; por outro, as possíveis ligações entre Fernão Lopes de Castanheda e João de Barros. Analisemos a primeira. Do ponto de vista de alguns historiadores, a *Crónica do Imperador Clarimundo* seguiria um modelo de romance de cavalaria. Ora, encontramos igualmente uma notícia, relatada por Barbosa Machado, segundo a qual Fernão Lopes de Castanheda teria escrito o que seria, de acordo com um dos seus filhos, de nome Cirico, um manuscrito intitulado *Livro das Cavallarias*[126], o qual estaria inserto na terceira parte do *Palmeirim de Inglaterra*, terceira parte esta que, como se sabe, nunca chegou a ser impressa.

Continuavam a correr durante este século XVI os romances de cavalaria, género caracterizado pela sucessão de gigantescos combates, constantes aventuras, momentos de sonho, encantamento e utopia. Esta é a mundividência cortês e guerreira onde a intriga se desenvolve em torno de duas isotopias: o amor e a aventura[127]. Semelhante atracção no escrever destas obras, tanto em João de Barros, como em Castanheda, prende-se não só com as suas vivências culturais, e com o facto de estarem mergulhados nos círculos culturais de Lisboa ou de Coimbra, mas também com o focalizar, por parte do autor, de um processo de construção narrativa, que auxiliaria, decerto, a organização de um texto de maior fôlego, como seria uma crónica da Expansão. Facto bem explícito em João

---

[125] Nomeadamente quando o cronista se debruça sobre a Abissínia.Cf. *Ásia...Terceira Década*, fol.87v.

[126]Cf.Pedro de Azevedo,*op. cit.*,p.VI.

[127] Cf.Vitor Manuel de Aguiar e Silva, *Teoria da Literatura*, Coimbra, Livraria Almedina, 1983, pp.673-674.

de Barros que o escreve no prólogo da sua *Primeira Década*, quando afirma que a *Crónica do Imperador Clarimundo* foi o texto preparatório para a sua *Ásia*.

Por outras palavras, uma das isotopias fundamentais do romance de cavalaria é a aventura. A sua conceptualização está dependente de uma regra narrativa em que esta funciona como uma prova que, por seu turno, se situa numa série de provas as quais permitem ao herói evoluir até atingir o estado de perfeição *exemplar* que irá restabelecer a *ordem comum* . É certo que as sequências narrativas possibilitam o prolongamento da intriga, assistindo-se a uma sequência de acontecimentos que prendem a atenção do leitor e marcam o ritmo discursivo.

Com efeito, o ritmo discursivo é algo de fundamental na escrita de uma *História dos Portugueses*. Se a demanda é incontornável no romance de cavalaria, sendo, muitas vezes, formadora do auto-conhecimento e"(...)achieves fulfillment through the overcoming of obstacles"[128], a superação dos mesmos é algo igualmente presente numa *História da expansão*. Com efeito, como Kenneth Varty escreveu, este tipo de romance: "(...) is distinguished from the older epic forms by its less heroic tone, its greater sophistication, its use of interlace, and its apparently looser structure and less obvious unity of action."[129]Cruzemos esta técnica com os modelos de escrita de uma crónica da Expansão, e aproveitemos a sua fluidez e poder encantatório para prender o *leitor*. Pense-se nomeadamente no empolgante ritmo descritivo de um Gaspar Correia.

Debruçemo-nos agora sobre os possíveis contactos entre João de Barros e Fernão Lopes de Castanheda. Como já vimos, Castanheda passa a sua vida em

---

[128] Cf. Kenneth Varty," Medieval Romance", *in* Alex Preminger and T. V. F. Brogan(eds.), *The New Princeton Encyclopedia of Poetry and Poetics*, Princeton, Princeton University Press,1993, p. 52.
[129] *Ibidem*

Coimbra após ter regressado ao reino. Aí constituirá família, e, também aí, os seus filhos irão ser os obreiros da impressão do seu oitavo livro, escrevendo o prólogo do mesmo. Sabemos que, por um alvará de 16 de Julho de 1556, D. João III teria concedido a um dos filhos de Castanheda a possibilidade de ocupar um dos oficios de seu pai [130];encontramos, com efeito, referências à presença de um Rui Fernandes de Castanheda na Universidade de Coimbra[131]. Por outro lado, e já Pedro de Azevedo, o referiu, encontra-se a presença de um Rui Fernandes de Castanheda como juiz de fora em Coimbra (1562) e como desembargador da Casa do Cível (1576) [132]. O nome de um outro filho de Castanheda, Cirico, teria sido revelado por Barbosa Machado.

Poderemos igualmente apontar algumas convergências biográficas. Sabemos que Fernão Lopes de Castanheda está na Universidade de Coimbra, e que possivelmente um dos seus filhos terá cursado na referida instituição. Por seu turno, João de Barros permaneceu na cidade de Lisboa, ocupado nos seus afazeres de feitor da Casa da Índia. Em 1522 casara com D. Maria de Almeida, com a qual teve dez filhos:"(...)Jerónimo, António (interlocutores nos seus *Diálogos*, em cuja educação tomou parte activa, discípulos também de Fernão de Oliveira), João (morto na Batalha de Alcácer-Quibir, em 1578) Lopo (casado e fixado em Goa), Diogo (morto também em Goa), Maria, Isabel e Catarina, sendo desconhecidos os nomes das duas outras filhas."[133] Não encontramos referências directas a possíveis contactos estabelecidos entre Fernão Lopes de Castanheda e João de Barros. Terão certamente lido as respectivas obras, e as censuras que cada um levanta aos seus *taxadores* terá implicado necessariamente uma crítica

---

[130] Cf. Mário Brandão, *Documentos de D. João III*, IV, p.416.

[131] Cf.Mário Brandão , *Actas dos Conselhos da Universidade de 1537 a 1557*, II, parte 3ª, p.210,227.

[132] Cf. Pedro de Azevedo, *op. cit.*, pp. XI-XII, e Lopes de Almeida , *op. cit.*, pp.XXVI-XXVII.

directa ao outro autor de uma *História dos portugueses no Oriente*[134]. No entanto, mesmo através dos seus filhos, encontamos os possíveis ecos que a um e outro chegariam dos respectivos percursos individuais. Como já afirmámos, Fernão Lopes de Castanheda move-se no espaço universitário coimbrão e decerto teve conhecimento do facto de um dos filhos de João de Barros, de seu nome António, ter sido implicado num processo pela Inquisição movido a D. Lopo de Almeida.

António de Barros e D. Lopo de Almeida tinham-se conhecido em França onde ambos foram condiscípulos no Colégio de Guyenne. Com efeito, este processo decorria no âmbito do instaurado pelo tribunal da Inquisição em 1550 aos lentes do Colégio das Artes. Mas ele não seria levado até às últimas consequências, devido à não existência de provas, sendo António de Barros escolhido para fazer parte de uma missão diplomática ao serviço da coroa em 1556[135].

Todavia, se os percursos biográficos de Fernão Lopes de Castanheda e de João de Barros se cruzaram, mesmo que indirectamente, no reino, o certo é que neste triângulo autoral, de certa forma composto pelos cronistas da Expansão Portuguesa no Oriente que escreveram na primeira metade do século XVI, Fernão Lopes de Castanheda como que representa o elo da cadeia, já que, se tem a vivência nos círculos culturais portugueses, tal como João de Barros, também permaneceu cerca de dez anos no Oriente, espaço onde se moveu Gaspar Correia.

Desvendemos, neste momento, os principais dados biográficos do autor das *Lendas da Índia*. Podemos afirmar que estes foram traçados por Barbosa

---

[133] Maria Leonor Carvalhão Buescu, *Gramáticos Portugueses do século XVI*, p. 58.
[134] Cf.Ana Paula Menino Avelar, *op.cit.*, p.127.

Machado; por Rodrigo José de Lima Felner que deverá ser considerado o primeiro biógrafo deste cronista, traçando o seu percurso vivencial na *Noticia Preliminar* à primeira edição, no século XIX, do manuscrito de Gaspar Correia; por Audrey Bell; por Manuel Lopes de Almeida, o qual *procura deslindar os diversos homónimos*[136]. Porém, será António Alberto Banha de Andrade quem, até à data, terá procedido a uma última sistematização das diferentes informações aqui e ali recolhidas acerca do autor. Iremos, pois, delinear brevemente os possíveis dados conhecidos .

Gaspar Correia afirma nas *Lendas da Índia* que em 1563 escreveu sobre a construção da fortaleza de Chalé, erigida por D. Nuno da Cunha em 1531. No mesmo passo afirma andar há cinquenta anos nos trabalhos da Índia e que o único senhor que teve foi o rei, tendo servido como moço de Câmara quando nasceu o infante D. Luís filho de D. Manuel e D. Maria[137]. Ora, como Lopes de Almeida deduz, e partindo da idade de catorze anos que seria a determinada para ocupar o ofício de moço de Câmara[138], e sabendo que D. Luís nasceu a 3 de Março de 1506, logo depreendeu este historiador que Gaspar Correia teria

---

[135] Cf. Mario Brandão, *A Inquisição e os Professores do Colégio das Artes*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1948, I, p.336 e António Borges Coelho, *op. cit.*, p. 61.

[136]António Alberto Banha de Andrade, *Gaspar Correia -Inédito*, Lisboa, Juntade Investigações científicas do Ultramar, 1977, p. 6.

[137] " (...) agora que ysto escreuo, passa de cincoenta annos que ando n'este rodizio d'este seruiço, aleijado de feridas com que hirey á coua sem satisfação, porque não tenho outro senhor senão Sua Alteza, que comecey a seruir de moço da camara quando naceo em Abrantes o Infante dom Luiz, filho d'ElRey dom Manuel e da Raynha dona Maria, que todos estão em gloria." Gaspar Correia, *Lendas da Índia*, III,p.437-438.

[138] É o próprio Lopes de Almeida que transcreve uma passagem de um dos capítulos das Cortes da Guarda realizadas a 25 de Agosto de 1465, onde em reposta a uma chamada de atenção dos procuradores face a existência de um grande número de jovens na corte, D. Afonso V enuncia a idade do mocço fidalgo, que seria de 12 anos, moços de camara de 14 anos e o escudeiro não teria menos de vinte anos. Cf. Lopes de Almeida na sua introdução às *Lendas da Índia*, publicadas no Porto, Lello& Irmão-Editores, 1975, p. VII. Esta edição é também a que nõs utilizamos neste nosso trabalho.

nascido por volta de 1492, sendo por isso um pouco mais velho que João de Barros(c.1496) e que Fernão Lopes de Castanheda (depois de 1500) .

Devido à existência de vários homónimos, é possível encontrar a filiação de três Gaspares Correia. Contudo subscrevemos o raciocínio de Banha de Andrade, que considera que o pai do nosso cronista seria, com um maior número de probabilidades, Aires Botelho, Comendador de S. Martinho das Freixedas, no bispado de Viseu[139].

Para conseguirmos destrinçar o percurso deste cronista teremos de cruzar os diferentes documentos em que surge o nome Gaspar Correia com as informações que o próprio refere nas suas obras, metodologia, aliás, adoptada por Banha de Andrade. É assim que podemos localizar aproximadamente a partida para o Oriente, pois é o próprio Gaspar Correia que, logo no primeiro volume das *Lendas* e quando se dirige *Aos Senhores Letores*, afirma:"(...) E por auer dezaseis annos que a India era descoberta quando eu a ella vim em moço de pouca idade."[140] Este passo permite-nos chegar à conclusão da data aproximada da sua partida, a qual deveria ter ocorrido em 1512, na companhia de Jorge de Melo

---

[139] Passamos a transcrever o raciocinio de Banha de Andrade: " Conhecem-se os pais de três Gaspares Correia: Afonso Correia, de um Cavaleiro da Casa Real; Pêro Correia Paio, de Escudeiro Fidalgo da mesma Casa; e Aires Botelho, do Comendador de S. Martinho das Freixedas no Bispado de Viseu (...)" António Alberto Banha de Andrade, *Gaspar Correia-Inédito*, p. 6. Este mesmo historiador remete-nos para uma outra passagem do seu texto em que vai eliminando as diferentes hipóteses levantadas por outros biógrafos afirmando a certa altura que: "Gaspar Correia, "moço da Camara da Raynha " filho de Aires Botelho, Contador dos Resíduos da Comarca da Beira, recebia em 29 de Abril de 1529, por transferência do pai, a Comenda de S.Martinho das Freixedas, bispado de Viseu(...) Apesar de parecer que se trata de um homónimo, convém aproximá-lo da declaração do Cronista, em 1532, de que possuía o Título de Cavaleiro da Ordem de Cristo(ver nº 13), visto igualmente se considerarem membros da Ordem, tanto os Cavaleiros como os Comendadores, e verificarem-se casos(por exemplo o de Miguel de Castanhoso) em que el-Rei concedia sucessivamente as duas mercês ao mesmo indivíduo."*Ibidem*, p. 10.

[140] Gaspar Correia , *Lendas da Índia*, I , p.2

Pereira, ainda que não se encontre na descrição da referida armada referência à sua presença; porém, segundo Lopes de Almeida:"Apesar de toda esta real imprecisão, não estamos longe de admitir a saída de Gaspar Correia na armada de 1512, por ser a mais conforme com algum testemunho pessoal."[141] Este biógrafo não apresenta os dados que lhe permitem fazer esta apreciação, contudo, através do modo como Gaspar Correia descreve a viagem das diferentes armadas, somos levados a concordar com o seu ponto de vista.

Analisemos um pouco mais em detalhe esta afirmação. Como sabemos pelo cronista, em 1506 este ocupava o lugar de moço de Câmara do infante D. Luís. Será analisando as descrições das armadas seguintes que podemos demonstrar o que afirmamos. A partida da armada de 1507 é descrita enunciando-se brevemente o que teria acontecido às diferentes capitanias que saíram apartadas do reino, e introduzindo esta micronarrativa a partir de um *topos* que é Cochim, e não, como poderiamos pensar, Lisboa[142]. Por seu turno, a partida da armada de 1508 é relatada através da enumeração das diferentes embarcações e seus capitães, assim como se assinala o nome de alguns portugueses que iriam ocupar este ou aquele lugar no Oriente[143]; salienta o cronista o naufrágio do capitão-mor Jorge de Aguiar, não se coibindo de o criticar,

---

[141] Lopes de Almeida , *Ibidem*, I, p.VII.

[142] " Sendo Chegados a Cochym os três homens que vinhão da nao, com que ouve grande aluoroço, e veo toda a gente a ouvir, o Visorey se assentou na ramada, e presente todos perguntou as nouas, e contarão que partirão do Reyno capitanias apartadas, a saber: (...)"Gaspar Correia ,*Lendas da Índia.*, I, p.783. O cronista prosseguiu com o relato sucinto de um ou outro episódio que marcaria cada uma das viagens.

[143] Gaspar Correia inicia a sua narrativa por : " Este presente ano partio do Reyno Jorge d'Aguiar por Capitão mór d'armada, o qual vinha na nao Sam João, nao grande e noua , que ElRey mandaua que nella se fosse o Visorey pera o Reyno; e Vasco Carualho armador nanao Carualha, e Ruy da Cunha na Gallega, e João Rodrigues Pereira na Bota fogo, e Aluaro Bareto em Sancta Marta, e Tristão da Silua na Magdalena ,e(...) "*Ibidem* , I, p. 886.

atitude aliás comum em Gaspar Correia[144]. A narrativa da partida da armada de 1510, de Gonçalo Sequeira, e a de 1511, de Garcia de Noronha, é bastante sucinta e cruza-se com a descrição dos acontecimentos que o cronista vinha fazendo.

Apesar do seu silêncio face à sua presença na armada de 1512, capitaneada por Jorge de Melo, assistimos à inclusão na narrativa de um maior número de detalhes relativamente aos encontros e às quezílias entre os portugueses que nela participava. Além disso, a descrição da chegada a Goa, pautada por uma notável minúcia, recorda-nos algumas passagens onde o autor se socorreu de textos elaborados por testemunhas dos acontecimentos, como aconteceu com a descrição da primeira viagem de Vasco da Gama.

A cidade de Goa estava cercada e Jorge de Melo que seria muito bem recebido pelos portugueses sitiados, determinou que deveriam combater os mouros sitiantes. Será nesta entrada em Goa que encontramos a admiração bem patente em expressões como:"(...) a gente da armada a mais fermosa e limpa que nunqua passou à India ou, era fermosa cousa de vêr a riqueza das armas, lanças, adargas."[145] Observamos uma minúcia narrativa da descrição, perfeitamente

---

[144] Jorge de Aguiar apesar de ser aconselhado pelos pilotos para que pairasse durante a noite perto das ilhas de Tristão da Cunha :"(...) cobiçoso de nom perder caminho, porque trazia bom vento nom quis pairar contra a vontade de todos; e porque o visem, ao sol posto tomou todalas velas, e ficou com os papafigos sem monetas, e se pôs diante de todos, e mandou acender grande forol, e que o seguissem, o que assy fizerão; sem querer dar polo que o proprio piloto bradaua. E por a noite ser escura, e parece que nom leuou tão boa vigia como deuera, deu em huma das Ihas, que são pedra e nom tem fundo, onde a nao se fez em pedaços, sem escapar cousa uiua." *Ibidem*, I, p. 887.

[145] Cf. Gaspar Correia, *Lendas da Índia.*, II, pp. 131,196.

topográfica, como aliás é processo recorrente na prosa quinhentista e muito particularmente nestas crónicas da Expansão[146].

Este cronista teria servido Afonso de Albuquerque na Índia, mantendo-se no lugar três anos e sendo um dos seus sete secretários. Manter-se-ia ao seu serviço até à morte do Governador, descrevendo os seus últimos momentos de uma forma pungente, multiplicando-se em detalhes naquelas que foram as últimas horas do governador, e criando um verdadeiro climax dramático.

Gaspar Correia afirma que Afonso de Albuquerque pretendia morrer em Goa e vai descrevendo o caminho percorrido, assim como os diversos pedidos feitos desde a elaboração do seu testamento até à ordem para que lhe vestissem o hábito de Santiago de que era Cavaleiro, passando pelo requerer da presença do vigário geral e do físico, e pelo pedido de um crucifixo. A chegada à barra de Goa, o levantar da cama "(...)sobraçado chegou à porta da camara, em que se encostou com o hombro, e se abaixou(...)"[147]e o avistar da casa de Nossa Senhora, alevantando as mãos: "(...)e fez oração, e se tornou à cama, e se tornou 'abraçar com o crucificio, e pedio a candea, resando *miserere mei Deus,* com que foy calando

---

[146]"Ao outro dia, que todos forão prestes, com a viração à tarde todos os batés à vela com bandeyras e trombetas, Jorge de Mello com seu batel diante com sua bandeyra real, e os capitães nos seus batés com seus guiões, a gente armada e mais fermosa e limpa que nunqua passou à India, que erão mil e quinhentos homens, chegando ao caez da cidade fizerão salua com os berços, e a cidade tambem lhe fez salua; onde no caez estaua Manuel de Lacerda, capitão, comtodolos fidalgos e gente, que os receberão com grandes prazeres. Entrarão logo de caminho no castello a fazer oração na igreja, que era em huma casa da feitoria, porque a igreja grande se andaua corregendo; e tornando a sayr todos em ordem se forão pola rua direita, sayndo logo pola porta da cidade, que se abtio, que estaua fechada com pedra, que nom tinha aberto mais que o postigo; e sayndo fóra, cada capitão se ajuntou em esquadrão com sua gente, que era fermosa cousa de vêr a riqueza das armas, lanças, adargas; com que todos em ordem sobirão ao outeiro que agora se chama moinho do vento, e d'ahy pera o outeiro de Nossa Senhora do Monte." Gaspar Correia , *Lendas da Índia.*, II,p.292.

[147] *Ibidem.*

a palaura; e dizendo *credo*, deu'alma em a nao largando'ancora, que foy em vinte e sete de dezembro d'este presente anno de 515."[148]

É certo que todas as referências que encontramos em Gaspar Correia ao seu ofício junto de Afonso de Albuquerque, são elogiosas. A primeira com que nos deparamos, prende-se com o facto de Gaspar Correia ter encontrado entre os papéis velhos de Afonso de Albuquerque um *trelado* da autoria de um clérigo, João Figueira, o qual teria registado a viagem de Vasco da Gama, e teria-o motivado no sentido de escrever as *Lendas da Índia*:"(...) eu vi os pedaços d'hum delles em poder d'Afonso d'Albuquerque, antre huns papeis velhos, que eu Gaspar Correa o serui tres anos de seo escriuão(...)"[149]. A segunda referência aparece na sequência da confirmação de um procedimento do governador que enviaria as suas informação por três vias:"E eu Gaspar Correa, que este liuro escreuo, fuy hum dos seus escriuães, que com elle andey tres annos."[150] Repete a informação em idêntico contexto ao descrever o modo como o governador despachava os assuntos do governo da Índia, elaborando um perfil detalhado de Afonso de Albuquerque[151].

As referências continuam, justificando o cronista as suas afirmações dizendo o que tinha ouvido o governador ou que o tinha acompanhado nesta ou naquela diligência[152]. Em 1515 teria ido com Afonso de Albuquerque a Ormuz[153],

---

[148] *Ibidem*,pp.459.

[149] *Ibidem*,I, p.134.

[150] *Ibidem*, 46

[151]"O Gouernador se aleuantaua ante menhã, e com sua guarda a pé hia ouuir missa, e caulgaua só,com huma cana na mão e hum sombreiro palhete na cabeça, e com seus alardeiros hia correr a ribeira e os muros, vêr as obras que se fazião, que tudo via por seu olho e mandaua fazer. razia após sy quatro escriuães, criados d'ElRey, com tinta e papel, fazendo mandados e despachos, que assinaua assy a cauallo como andaua; e eu Gaspar Correa, que esta lenda faço, fuy assy seu escriuão."*Ibidem*, pp.365.

[152] *Ibidem* ,II,pp.172,406,247,268, 398.

e com ele teria regressado a Goa, assistindo à sua morte. Em Janeiro de 1516 encontramos notícia de Gaspar Correia como vedor das obras de Goa, lugar que lhe teria sido atribuído pelo novo governador Lopo Soares. Contudo, este não grangeava as simpatias do cronista o qual denuncia uma certa acrimónia. Perante a reverência das populações junto do túmulo de Afonso de Albuquerque o governador acabaria, aliás, por destruir a capela[154].

Como Lopes de Almeida assinalou, em Maio de 1525 encontramos de novo notícia do cronista, quando descreve uma altercação entre Pero de Mascarenhas, capitão de Malaca, e o vedor da fazenda, Afonso Mexia, na ribeira de Cochim "(...) O que todo eu Gaspar Correia via passar, que era presente, que seruia o cargo d'almoxarife do almazem da Ribeira."[155] Como já anteriormente referimos, em 1530 o cronista prepara uma embarcação para acompanhar o governador Nuno da Cunha na sua expedição a Diu, e esteve presente não só nos combates travados na ilha de Bete como no próprio cerco de Diu[156]. Em 1533 encontramo-lo na tomada de Baçaim, levada a cabo sob as ordens de Nuno da

---

[153] Cf.*Ibidem*, p.406.

[154] "E porque os fidalgos sabião a tenção do Gouernador, que era destroir as cousas d'Afonso d'Alboquerque, sobre que elle nom tomaua seus pareceres, nom hião á mão. Então me disse a mym Gaspar Correa, que eu era védor das obras da cidade, que derrubasse a capella, e que a ossada d'Afonso d'Alboquerque a deitasse debaixo de huma aruore grande que hy estaua, ou o fosse deitar na igreja. Eu lhe disse que bolir com seus ossos que o mandasse fazer polos crelgos, que o demais eu o faria; e que a capella se nom podia derrubar porque era d'abobada, e auia mester gastar muyto dinheiro'armarlhe dentro o simpres de madeira pera a desfechar doençarramento d'abobada. Do que elle ouve paixão. Então me mandou que serrasse as traues da capella , e desfizesse o sobrado, O que fiz, e assy esteue a capella sem sobrado muyto tempo; e me mandou que derrubasse as boticas, que estauão fóra da porta,dizendo que erão ally perjudiciaes,se mouros entrassem na ilha e fossem guerrear a cidade. O que assy fiz, que as derribey. E mandou que as boticas se fizessem além da ponte do ribeiro d'agoa, que era d'ahy hum tiro de bésta. A ysto lhe nom hião á mão os fidalgos, porque sabião sua má tenção que tinha às cousas d'Afonso d'Alboquerque." *Ibidem*, p.891.

[155] *Ibidem*, p.472

[156] Cf.p. 38.

Cunha, expressando o seu espanto face ao estrondo provocado pelo rebentamento da fortaleza e baluarte existente, ordenado pelo governador[157]. Gaspar Correia continuou a acompanhar Nuno da Cunha sem que no entanto tenhamos notícia de ele ter ocupado algum lugar ao seu serviço.

Sabemos que esteve presente em Diu por volta de 1535-1536, no momento em que Nuno da Cunha, em troca do auxílio que prestaria ao rei Badur contra os seus inimigos, recebeu finalmente deste permissão para aí construir uma fortaleza. O cronista interrompe a sua narrativa para relatar um dado fantástico, ainda que o faça como se algo de verdadeiro se tratasse: "E porque me pareceo rezão, digo por cousa d'espanto o que eu vy, e o virão todos homens e o Gouernador: hum homem que passaua de tresentos annos de idade, e bem desposto, e hum filho de duzentos."[158] Ora, como Lopes de Almeida salienta, Gaspar Correia vai acompanhar Nuno da Cunha nas expedições militares-navais de 1533 e 1535-1536.

A frequência de registos referidos por Gaspar Correia durante este longo governo da Índia, leva-nos a pensar que este cronista terá conhecido Fernão Lopes de Castanheda que, como já referimos, servia o governador . Mas, se face a Fernão Lopes de Castanheda afirmamos que este terá essencialmente

---

[157]"(...) e mandou dar fogo nos caneiros das minas, que chegarão á poluora em amanhecendo, com que arrebentou o baluarte e forteleza, com grande terramoto que pareceo que o mundo se fundia; com tão grande relampado do fogo que parecia que o ceo ardia: e fez tal obra que até os alicerces nom ficou huma só pedra, e tão grande coua como se a terra se abrira pera baixo huma legoa; e as pedras derão polas aruores e palmeiras que alcançarão, que tudo derribarão por terra; o que o Gouernador sayo a ver por cousa marauilhosa. E eu vi pedra tamanha como pipa, chea de vaza, que parece que era do alicerce, que foy cayr mais longe da fortaleza que o tiro de hum falcão. Homens antigos, e sabidos de bombardeiros e artificios de fogo, derão de tudo rezão ao Gouernador, dizendo que se a forteleza estiuera em terra forte o fogo nom tiuera lugar pera hir pera os alicerces, como fez aquy, porque o chão era fraqo; mas que se fôra rijo, o fogo tudo repuxara pera cima, e d'ahi a duas legoas deitara todas as pedras." Gaspar Correia, *Lendas da Índia.*, III, p.474.

permanecido em Goa, ainda que esporadicamente se possa ter deslocado a outras partes do Oriente, já o percurso de Gaspar Correia será muito mais deambulatório, ou, pelo menos, dele nos foi deixando algum registo. Sabemos que esteve em Goa, Ormuz, Diu, Baçaim, e que também teria passado por Coromandel, mais concretamente S. Tomé de Meliapor .

Como se sabe, o interesse dos portugueses por esta povoação está ligado ao facto de aí poder ter permanecido o apóstolo S. Tomé. Ora, Gaspar Correia afirma que teria acompanhado Pero Lopes de Sampaio em 1521 na visita à possível casa do apóstolo, tendo aí ouvido missa. Com efeito, a sua ligação à dita casa passa até pela pintura que dela realizou em 1534; segundo o que afirmam os moradores da dita povoação, esta teria sido enviada ao monarca[159].

Gaspar Correia esteve igualmente em Cochim, em 1539, tendo presenciado as rixas que se desencadearam entre Pero Lopes de Sousa e António da Silveira [160]. Em 1540 esteve no porto de Negapatão[161], conheceu a feira e o pagode de Tremelle, mas esta provocou uma forte impressão neste homem que percorria as terras do Oriente, pois afirma que"(...)se acharão todalas as nações de gente do mundo, e mercadarias quantas se puderem nomear per boca de gentes, em que affirmo que se acharão todalas cousas do mundo todo onyuerso aquy se acharão (...)"[162].

Ainda que o exagero cruze muitas vezes a narrativa, a pluralidade das gentes e a multiplicidade de costumes confrontou o narrador com a incapacidade

---

[158] *Ibidem*, p.689

[159] Cf.António da Silva Rego, *Documentação para a História das Missões do Padroado Português do Oriente : Índia* , Lisboa, 1949, II, p. 254, in, Lopes de Almeida ,*op. cit.*,I, p. XXIII .

[160] Gaspar Correia, *Lendas da Índia*, IV, pp.100-101.

[161]Cf.*Ibidem*, pp.131-132.

[162]*Ibidem*, pp.301.

de os descrever. O ritmo com que tenta transmitir, e a sucessiva enumeração dos elementos, denuncia ao leitor a possibilidade de este os imaginar; como Gaspar Correia escreve:"(...)E de seus costumes, e riquezas de suas joyas, e comedias, e aposentos , se se contasse faria grande leitura , e de cousas muy increyues."[163]

Gaspar Correia acompanha os diferentes governos da Índia e os sucessivos governadores. Ele próprio refere que D. João de Castro lhe encomendara o desenho dos governadores portugueses, o que ele fez em conjunto com um pintor autóctone. Gaspar Correia forneceria as informações necessárias para que o trabalho fosse efectuado, sendo também pintado D. João de Castro[164]. O autor manifestaria forte simpatia por este governador no relato que fez por exemplo na actuação de D. João de Castro aquando do segundo cerco de Diu[165].

A última referência que encontramos à presença de Gaspar Correia é datada de 1550. O cronista escreve então sobre o despacho que fazia Jorge de Cabral, o último governador a ser descrito nas *Lendas da Índia*, quando cita a sua longa permanência em terras do Oriente[166].

Gaspar Correia permaneceria assim mais de quatro décadas na Índia, convivendo tanto com os portugueses que se estabeleceram naquelas paragens,

---

[163] *Ibidem*.

[164] Cf.*Ibidem*, pp. 596-597.

[165] Cf.*Ibidem*, pp. 551-570.

[166] "Em tanta maneira erão seus seus despachos que punha nas cousas, sem auer mais outra prouisão, que o sacretario se queixou com elle, dizendo que lhe tiraua ametade de seu officio, e sobre isto teue contenda com o Gouernador casy em modo de lhe requerer; a que o Gouernador respondeo graciosamente que aindaque lhe tiraua hum pouqo do estado de as partes o nom agardarem por seus despachos, que elle lho satisfaria n'este mundo, por ganhar no outro o muyto seruiço que n'isto fazia a Deos. Este modo de grande despachar teue sempre assy em casa como na Ribeira, e onde quer que se sentaua, sem nunqua faltar senão ao dia santo e domingo; e se a parte nom hia satisfeita do que pedia, hia satisfeita e muyto contente com boa reposta. Polo que affirmo, *porque vy o seu, e dos outros quantos ouue na India que gouernarão, tirando dom Francisco d'Almeida que nom alcancey*, mas de todolos outros até o presente Jorge Cabral foy o milhor despachador que ouue na India, nem sey quando outro tal terá."*Ibidem*, p.728(itálico nosso)

como com aqueles que por elas passaram. Tendo servido em diferentes momentos o estado português e convivido com os vários homens que governaram no Oriente, o seu testemunho revela-se particularmente importante. A data da sua morte tem sido objecto de inúmeras controvérsias, em muito motivadas pela existência de vários homónimos. Contudo, socorrendo-nos dos estudos levados a cabo por Banha de Andrade, poderemos afirmar que este cronista teria morrido em Goa, segundo a informação veiculada por Barbosa Machado. Mas, como escreve Banha de Andrade, decerto teria falecido com bastante idade visto ter cerca de 52 anos de permanência no Oriente, e sendo a data do seu nascimento aproximadamente o ano de 1492, quando estaria a concluir as suas *Lendas*, andaria pelos:"(...) seus 71 anos de idade. Lima Felner balisa o termo *ad quem*, no ano de 1538, em que andaria pelos 91 anos -idade talvez excessiva, para quem já se sentia tão alquebrado cerca dos 70."[167]

Para além das *Lendas da Índia*, Gaspar Correia escreveu as *Chronicas das Reys de Portugal e Summarios das suas vidas, com a historia da India e Armadas que se mandaram athé o anno de 1533, por Gaspar Correa. A que vem junta a carta de D. João de Mascarenhas, cappitam do Segundo cerco de Dio,escrita ao Infante Dom Luis com a noticia de tudo o que se obrou no dito cerco e as Epistolas de Ouvidio traduzidas de Latim em romance por Fernam da Silveira quando militava na India,* narrativa que, segundo Barbosa Machado, teria sido começada a 1 de Agosto de 1532[168]. Esta última obra traduz bem o interesse que corria no próprio Oriente face ao que seria a necessidade de registo da História de Portugal e o cruzamento sempre presente

---

[167]António Banha de Andrade , *Gaspar Correia-Inédito*, p. 13.

[168] Como Banha de Andrade escreveu:"O fólio 2 abre com a legenda copiada por Barbosa Machado com alterações de grafia : *Tavoada gerall de todallas llemdas deste llyvro que e de Gaspar Correa cavalleiro da Ordem de Christo que começou a fazer trelladamdo doutros que polla Ymdia achou onde*

com a narrativa dos acontecimentos que iam tendo lugar naquelas longínquas paragens.

Mas não será sobre estas crónicas que recai a nossa atenção, pois elas inserem-se no âmbito da cronística régia, na qual, no que diz respeito a esta obra, Gaspar Correia se inscreve ao os processos de escrita segundo o *traslada*, *renovar* ou *sumariar* que encontramos empregue por Duarte Galvão, Rui de Pina ou no presente exemplo, de Gaspar Correia. Este não deixa de referenciar a vontade de D. Manuel em que se redija a *História* dos seus antecessores, mandando Duarte Galvão fazer *cartorio nouo de breue sumario das vidas e feitos dos reis seus antecessores*[169].

Um dos aspectos interessantes a ter em atenção é exactamente o título que Gaspar Correia deu à sua obra e que podemos dizer balanceou entre *Coronica* e *lenda*. Como já referenciámos, esta obra corre manuscrita nos círculos da época,

---

ha XX anos que saue (sic) el Rey dom Manuell que samta gloria ajaa ora seu filho elRey Dom Johão nosso Senhor, Começado em o primeiro dagosto de mill quinhemtos XXXII anos."Ibidem, p.16.

[169]"Polo que, os gloriosos Reys de Portugal, auendo que nom fazião nada, nom fazião conta nem memoria de seus gloriosos feitos, porque lhe nom satisfazião os altos pensamentos de seus varonis corações; polo que nom ouverão por bem mandar escreuer e caronizar suas grandes cousas, tão milagrosas no querer de Deos, como se aqueçerão em seus dias no principio do reynado de portugal:polo que ficarão em esquecido, até o tempo d'elRey dom manuel de gloriosa memoria. O qual mandando renouar as sepulturas velhas dos gloriosos Reys seus antecessores, que estauam no mosteiro de santa cruz de Coimbra, desejoso de reçositar e memorar seus altos feitos, mandou Duarte Galuão, seu cronista mór, que com muyto cuidado trabalhasse, buscando o tombo de seu antigo cartorio e ajuntasse e fizesse cartorio nouo de breue sumario das vidas e feitos de seus antecessores. O qual nello trabalhando, com papés podres , velhos, e pedaços, ajuntou e fez huma breue lenda d'elReydom Afonso Anriques (...)" Gaspar Correia, *Lendas da Índia*, III, p.6. Um pouco mais adiante prossegue Gaspar Correia:"No qual trabalho andando Duarte Galuão, em ajuntar e cronizar as ditas lendas, Elrey o enuiou por embaixador ao Preste João, em Companhia d'outro embaixador que o mesmo Preste lhe mandára. Polo que fiqou seu encargo a Ruy de pina, a que ElRey deu o cargo de Cronista mór, que tambem fez e ajuntou, per os papés velhos do tombo, algumas lendas dos ditos Reys, e de cada hum pouqa cousa, por tudo estar esquecido e perdido, por nom auerem costume de os Reys terem cronistas que escreuessem suas cousa; que forão tantas, como se passarião em tantos annos de reynados de tão famosos Reys." *Ibidem*, p.7. É certo que como Banha de Andrade tão bem salientou Gaspar Correia ignora a actividade cronística de Fernão Lopes. Cf.António Banha de Andrade, *Gaspar Correia -Inédito*, pp.21-24.

só sendo publicada já no século XIX e sofrendo ao longo dos tempos variados reveses. Alguns historiadores referem que desta obra de Gaspar Correia foram comprados, na primeira metade do século XIX, pela Torre do Tombo, três dos quatro volumes autógrafos, sendo posteriormente adquirido um primeiro volume apógrafo. Sabe-se igualmente que os manuscritos teriam chegado a Lisboa por volta de 1582, através de D. Miguel da Gama que os teria adquirido em Goa, tendo-os dado ao sobrinho D. Francisco da Gama. Por volta de 1613, Francisco de Andrada tê-los-ia consultado para a elaboração da sua crónica de D. João III. Por volta do ano de 1620, o padre João Sardinha Mimoso utilizaria a leitura que tinha feito desta obra na sua *Relacion de la real Tragicomedia*. Por seu turno, Frei Luís de Sousa referi-la-ia na sua *História de S. Domingos*. Em 1623, Barbosa Machado assinala que esta obra ainda se encontraria nas mãos da família Gama, mencionando a existência de cópias tanto na casa dos Marqueses de Abrantes, como na dos Marqueses de Niza [170].

A sua opção de designar o documento como *Coronica dos feytos da India*[171] ou de *Lendas*[172] decorre do projecto mais vasto de descrever os actos dos portugueses no Oriente durante um largo espaço de tempo, seguindo uma estrutura própria; isto, apesar de recorrer à designação de *Lenda*, para a sua obra, sendo esta entendida como a narração de feitos extraordinários e dignos de memória.

Porém, o autor utiliza igualmente este vocábulo no sentido mais primitivo de *milagre*[173], reforçando o que foi a sua valoração determinista quanto ao acto de narrar a História. A utilização de um determinismo causal na

---

[170]Cf. António Banha de Andrade, *Gaspar Correia Inédito*, pp. 14-15.
[171] Cf. Gaspar Correia, *Lendas da Índia*, IV, p. 5.
[172] *Ibidem*, II, p. 5.

exposição dos factos históricos será por nós em breve analisada, pois neste momento importa reflectir sobre as estruturas narrativas presentes nas crónicas da Expansão.

3.2. As estruturas narrativas

Comecemos pela obra de Fernão Lopes de Castanheda. A sua *História do Descobrimento e Conquista da Índia pelos Portugueses* foi, como o próprio autor indica no seu prólogo à segunda edição, feita já sob chancela régia composta em dez livros. Esta obedece a uma estruturação clássica do escrever a *História*, seguindo o modelo de Tito Lívio, o qual organiza a sua História de Roma segundo a divisão em *Décadas*, ainda que, como se sabe, cerca de dois terços dos seus livros tenham desaparecido. Relembremos que a obra de Barros tem como subtítulo o designativo de *Década* e que cada uma se encontra organizada em dez livros.

Por outro lado, a obra de Gaspar Correia debruça-se sobre, aproximadamente, cinquenta anos da presença portuguesa na Índia. A sua primeira *Lenda* descreve os acontecimentos que decorrem entre o ano de 1497- preparativos para a viagem de Vasco da Gama, até 1509- e o último ano de governo de D. Francisco de Almeida. A sua segunda *Lenda* narra os acontecimentos que se passam entre 1509 - início do governo de Afonso de Albuquerque, e 1526 - termo do de D. Henrique de Meneses. A terceira *Lenda* descreve os anos de 1526 - governo provisório de Lopo Vaz de Sampaio, a 1537 - ano em que termina o governo de Nuno da Cunha. Por último, a quarta *Lenda* narra desde 1538 -governo do vice-rei D. Garcia de Noronha, até 1550 -altura em

---

[173] *Ibidem,* III, 424.

que Jorge de Cabral acabou o seu governo da Índia, chegando o novo vice-rei D. Afonso de Noronha [174].

O número dez representa o todo, ou o universal. Como Corneille-Agrippa escreveu: " Ce nombre est circulaire de même que l' unité, parce qu'étant accumulé il revient à l'unité d'oú il sort(...). De même que le dixième nombre reflue sur l'unité d'où il a tiré son origine, ainsi tout flux retourne à ce qui lui a donné le principe de son effluence (...)"[175].Por seu turno, o número cinquenta: "(...) signifie la rémission des péchés et de la servitude , et la liberté(...)"[176]; e o número quatro:"(...) est la source et le chef de toute la divinité. Les pythagoriciens l'appellent source perpétuelle de la nature: car il y a quatre degrés dans l'échelle de la nature, savoir, être, vivre, sentir, comprendre."[177]

Com efeito, Fernão Lopes de Castanheda escreveu dez livros que se debruçariam sobre cinquenta anos da presença portuguesa no Oriente, como refere no frontispício da reedição do seu primeiro livro em 1554[178]. Gaspar Correia descreveria esses anos da presença portuguesa no Oriente, assim dando corpo às quatro *Lendas da Índia* .

Por seu turno, João de Barros escreveria as suas primeiras quatro *Décadas* da Ásia, cada uma dividida por dez livros, embora se debruçasse sobre a presença portuguesa num projecto muito mais próximo do modelo clássico de Tito Lívio, visto começar pelo momento em que os mouros tomaram a *Hispânia*, e Portugal foi intitulado reino, até ao fim do governo de Nuno da Cunha. É de relembrar que, deste projecto das primeiras quatro *Décadas*, só três foram impressas sob os

---

[174] Cf.Sinopse Descritiva das *Lendas da India* .
[175] Henri Corneille Agrippa, *La Philosophie Occulte ou la Magie* , Paris, Saint-Michel, 1981, II,p. 57.
[176] *Ibidem*, p.70
[177] *Ibidem*, p.25
[178] Ana Paula Menino Avelar, *op. cit.*, p.108.

Gaspar Correia -*I Lenda* - 1497-1509

"Contendo as acções de Vasco da Gama, Pedralvares Cabral, João da Nova, Francisco de Albuquerque, Vicente Sodré, Duarte Pacheco, Lopo Soares, Manuel Telles, D. Francisco de Almeida." *

Aos Senhores Letores

(Viagem de João da Covilhã e Gonçalo Paiva; A costa do infante; morte de D. João II e subida ao trono de D. Manuel)

1498
Armada de Vasco da Gama -22 caps.
1500
Armada de Pedro Álvares Cabral -15 caps.
1501
Armada de João da Nova- 8 caps.
1502
Armada de Vasco da Gama-13 caps.
1503
-**Armada de Vicente Sodré** -7 caps.
O primeiro capitão do mar
1504
Armada de Lopo Soares -7 caps.

1505

Armada do 1º Vice-rei D. Francisco de Almeida -19 caps.
1506-2º Ano do vice-rei
Armada de Tristão da Cunha -18 caps.
1507-3º ano do vice-rei
(No cap. IX faz-se o balanço da actuação deste governador e da sua morte e no último refere-se a abertura da segunda sucessão na governação da Índia.)

Armada que partiu sem capitão-mor
1508- cont. 3º ano do vice-rei.
Armada de Jorge de Aguiar-7 caps.
(No capítulo VI narra-se as desavenças entre Afonso de Albuquerque e D. Francisco de Almeida por causa da passagem do governo da Índia; no capítulo VIII Afonso de Albuquerque é obedecido como governador e D. Francisco de Almeida parte para o reino morrendo na aguada Saldanha.)
-Elaboração de um elogio fúnebre a D. Francisco de Almeida.

*** Não se deve esquecer que este livro é composto a partir de vários ms. truncados .**

Gaspar Correia -*II Lenda* - Dez.1509-1526

"Em que se recontão os famosos feitos d'Afonso d'Albuquerque, Lopo Soares, Diogo Lopes de Sequeira, D. Duarte de Meneses, D. Vasco da Gama Visorey, D. Anrique de Meneses."

Jesus Christo

1509

Afonso de Albuquerque - segundo governador -17 caps.
1510
Armada de Gonçalo Sequeira - do cap.XVIII ao XXIV-7 caps.
1511
Armada de D. Garcia de Noronha - do cap.XXV ao XXXIV-10 caps.
1512
Armada de Jorge de Mello -do cap. XXXV ao XLIII-9 caps.
1513
Armada de João de Sousa de Lima -do cap. XLIV ao XLV- 2 caps.
-**Armada dos Albuquerques** -23 caps.
1514
Armada de Cristovão de Brito -do cap.XLVI ao LIV- 9 caps.
(No último capítulo desta armada descreve-se a partida do governador Afonso de Albuquerque de Ormuz para Goa, e a sua morte nesta cidade.)
-Elaboração de um elogio fúnebre a Afonso de Albuquerque.

1515

Lenda do Governador Lopo Soares
- *Evocação de Jesus Christus* e de imediato o capítulo I a V
1516
Armada de João da Silveira-do cap. VI ao XIII-8 caps.
1517
Armada de António Saldanha -do cap. XIV ao XVII-4 caps.

1518

Lenda do Governador Diogo Lopes Sequeira
Evocação a Jesus e de imediato o capítulo I a III- 3 caps.
-Balanço da actuação na Índia de Lopo Soares.
1519
Armada de capitães sem capitão -mor -do cap. IV ao XI-8 caps.
1520
Armada sem nomeação de capitão -mor -do cap. XII a XXI-10 caps.

1521

Lenda do Governador D. Duarte de Meneses
- *Evocação a Jesus* e de imediato o capítulo I a IX-9 caps.
(no capítulo IX faz o balanço da actuação de D. Duarte de Meneses)
1522
Armada em que veio a nova da morte de D. Manuel e da subida ao trono de D. João III -cap. X a XIII-4 caps.
1523
Armada de Diogo da Silveira-cap. XIV a XVIII - 5 caps.
-Chegada de D. Martinho bispo de anel.

1524

D. Vasco da Gama-2º Vice-rei da Índia -do cap.I a VII- 7 caps.
-as disputas com D. Duarte de Meneses que era para regressar preso ao reino, mas entretanto Vasco da Gama morre, e no capítulo V narra-se e o seu funeral - a abertura no capítulo VI das sucessões.
- a partida de D. Duarte de Meneses, o qual, ao chegar ao reino é preso e mais tarde é solto por intervenção do conde da Castanheira e volta a ocupar o lugar de capitão de Tangêr.

1525

Lenda do governador D. Henrique de Meneses, o primeiro por sucessão -do cap.I a VI-6 caps.
-Armada do ano de 1525- do cap. VII a X.
(No cap. IX faz-se o balanço da actuação deste governador e da sua morte e no último refere-se a abertura da segunda sucessão na governação da Índia.)

a das *Lendas da Índia*

Gaspar Correia -*III Lenda* - Fev.1526-1538

"Que conta dos feitos de Pero de Mascarenhas , Lopo Vaz de Sampaio e Nuno da Cunha ."

Prologo-Jesus

-De novo uma pequena síntese antes do I Capítulo com a Evocação a Jesus

1526
Lopo Vaz de Sampaio- Governador provisório -3caps.
Pero de Mascarenhas , oitavo Governador- do cap. IV a VI-3 caps.
-Armada de 1526- do cap. VII a XV- 9 caps.
disputas entre Pero de Mascarenhas e Lopo Vaz de Sampaio
1527
Armada de Manuel Lacerda - do cap. XVI a XVIII- 2 caps.
(sentença no último capítulo a favor de Lopo Vaz de Sampaio para que ocupe o lugar de governador).
1528 Jan
Lenda do que fez Lopo Vaz de Sampaio depois de ser julgado Governador - Nono Governador do cap. I a VIII-8 caps.
1528 Out.
Armada do Governador Nuno da Cunha- do cap. IX a XII- 4 caps.
(no último capítulo é feito o seu elogio.)

1528-1529

Lenda do Governador Nuno da Cunha

- do cap. I a VI- 6 caps.
1529
Armada de Diogo da Silveira - do cap.VII a XVII- 11 caps.
1530
Armada sem capitão-mor
-do cap. XVIII-XXVIII - 11 caps.
1531
Armada -do cap. XXIX a XXXIII- 5 caps.
1532
Armada -do cap. XXXIV a XLIV -11 caps.
1533
Armada - do cap. XLV a LIII- 9 caps.
1534
Armada de Martim Afonso de Sousa
do cap. LIV a LXIII- 10 caps.
1535
Armada de Fernão Peres de Andrade
do cap. LXIV a LXXXVII- 24 caps.
1536
Armada de Jorge Cabral -
do cap. LXXXVIII a CII - 15 caps.
1537
Armada - do cap. CIII a CXX- 19 caps.
(No último capítulo chega o novo vice-rei)

Gaspar Correia - *IV Lenda* - 1538-1550

"(...) residirão seis Gouernadores. D. Garcia de Noronha, D. Esteuão da Gama, Martim Afonso de Sousa, D. João de Castro, Garcia de Sá e Jorge Cabral."

Jesus Christo
-Palavras introdutórias ao livro.

1538

Lenda de D. Garcia de Noronha

-Armada do vice-rei.- do cap. I a XXXIV-39 caps.
-Narra-se no I e II cap. as malquerenças que sobrevieram à morte de Nuno da Cunha.
1539
Armada - do cap. XXXV a XLIV -10 caps.

Lenda do Governador D. Estevão da Gama -

do cap. I a VII- 7 caps.
1540
Armada - do cap. VIII a XXXV - 28 caps.
1541
Armada - do cap. XXXVI a XLI- 6 caps.

1541

Lenda do Governador Martim Afonso de Sousa

do cap. I a XII- 12 caps.
1542
Armada - do cap. XIII a XXXVI-24 caps.
(no capítulo XIII noticia da partida de D. Estevão da Gama para o reino)
1543
Armada -do cap. XXXVII a LIX- 23 caps.
1544
Armada -do cap. LX a LXIX- 10 caps.

1545

Lenda do Governador D. João de Castro

do cap. I a LI - 51 caps.
(No capítulo II noticia da partida de Martim Afonso de Sousa)
1546
Armada - do cap. LII a LXXIII- 22 caps.
1547
Armada -do cap. LXXIV a C -27 caps.
(No último capítulo descrição da morte de D. João de Castro e abertura da sucessão no governo da Índia)

1548

Lenda do Governador Garcia de Sá do cap. I a III- 3 caps.

1548
Armada -do cap. IV a XI - 8 caps.
(No último capítulo descrição da morte de governador e abertura da sucessão no governo da Índia).

1549

Lenda do governador Jorge Cabral do cap. I a V - 5 caps.

1549
Armada -do cap. VI a XXX- 25 caps.
(No capítulo XXIX noticia da chegada de um novo vice-rei à Índia e no último capítulo notícia da partida para o reino de Jorge Cabral.)

auspícios do autor, tendo sido os apontamentos da quarta entregues por seus filhos a António Baptista Lavanha, o qual, a partir desses apontamentos, teria composto a quarta *Década*.

As vicissitudes de impressão acompanharam, porém, todas estas crónicas, como aliás já referenciámos: a obra de Gaspar Correia permanece manuscrita até ao século XIX, e, da *História do Descobrimento e Conquista da Índia pelos Portugueses*, só os primeiros sete livros são impressos em vida do autor, o oitavo é publicado com o prólogo dos seus filhos, e do nono apenas se conhecem trinta e um capítulos que teriam sido copiados pelo padre jesuíta Giovanni Pietro Maffei, para deles se servir na elaboração da sua obra, elogiando, este homem da Igreja, o próprio cronista, na sua *Historiarum Indicarum Libri XVI*[179].

É também uma vivência do simbólico o que ressalta desta estruturação das crónicas da Expansão. Elas são o espelho de uma cultura discursiva na qual se cruzam quadros fundamentais e hegemónicos deste tempo: a escolástica; o humanismo e um certo racionalismo pragmático-experimental. As acentuações, nestas obras, de cada um destes quadros culturais, depende do momento narrativo e da própria formação do sujeito autoral. A simbologia do número e a sua inserção numa corrente explicativa, seja num empirismo pitagórico, seja num idealismo platónico, ou ainda num intelectualismo aristotélico ou escolástico, corre nestes autores que repetem, imitando ou interrogando-se, os modelos narrativos que seguem. Contudo, o facto de esta estrutura procurar a ideia de unidade (dez) circular/esférica significará igualmente o processo de se atingir a perfeição.

---

[179]Cf. *Ibidem*, p.111.

Continuemos o confronto do modelo organizativo destas crónicas da Expansão. Fernão Lopes de Castanheda descreve no seu primeiro livro o curso da Expansão dos anos de 1497 a 1505; no segundo livro trata do governo do 1º vice-rei da Índia, D. Francisco de Almeida(1505-1509); no terceiro livro descreve o governo de Afonso de Albuquerque (1509-1515); no quarto, o governo de Lopo Soares (1515-1518); no quinto, o governo de Diogo Lopes de Sequeira (1518-1521); no sexto, os governos de D. Duarte de Meneses (1521-1524), D. Vasco da Gama (1524) e D.Henrique de Meneses (1524-1526); no sétimo, o governo de Lopo Vaz de Sampaio (1526-1528); no oitavo, o governo de Nuno da Cunha (1528-1538); no nono (a partir dos capítulos conhecidos), os governos de D. Garcia de Noronha (1538- 1540), de D. Estevão da Gama (1540) e de Martim Afonso de Sousa (1541-1545)[180]; segundo Diogo do Couto[181], o décimo livro narraria o governo de D. João de Castro, e seria até alvo de censura, tendo sido, a mando régio, recolhido .

Por seu turno, a *Primeira Década*, de João de Barros, descreve, em dez livros, desde o momento em que os mouros vieram tomar a *Hispânia* até ao abandono da praça de Quíloa durante o governo de D. Francisco de Almeida. A *Segunda Década* também ela organizada em dez livros, narra os acontecimentos que ocorreram desde a partida de Tristão da Cunha e de Afonso de Albuquerque para a Índia, até à morte do governador Afonso de Albuquerque. A *Terceira Década*, também organizada em dez livros, contaria os eventos desde a partida como governador de Lopo Soares de Albergaria até à morte de D. Henrique de Meneses.

---

[180] Cf.Sinopse Descritiva da *História do Descobrimento e Conquista da Índia*

[181] Ana Paula Menino Avelar, *op. cit.*,pp. 108-109.

F. L. de Castanheda- *I° Livro*-1497-1505

-1ª imp. 95 cap. 2ª imp. 97 caps.

publicado -1551-1554

- A nossa primeira referência é a 2ª impressão revestida por Castanheda. *(Existem diferenças de numeração dos capitulos mas os conteúdos são iguais ou muito idênticos quando tal não sucede assinalamos as diferenças.)*

"em que ſe contem o deſcobrimento da Índia per dom Vasco da Gama cõde da Vidigueira& almirante do mar Indico. E a guerra que fizerão os Portugueſes a el rey de Calicut no tempo que forão capitães móres Franciſco dalbuquerque & Duarte Pacheco."

Prologo-Textos diferentes na 1ª e 2ª impressões.

Dedicado a D. João III

(No cap.I descreve a acção de D. João II de mandar descobrir a Índia por mar e por terra, a sua morte e sucessão e no Cap. II descrição da viagem de Vasco da Gama à Índia - na 1ª impressão a referência a D. Manuel é mais extensa.)

Viagem de Vasco da Gama à Índia - caps. II a XXIX

- A referência às datas vem no corpo do texto.

(cap. XXVIII--"De como Niculao coelho deu noua a el rey dõ Manuel que a Índia é diſcuberta" e inclusão da profecia de SibilaCumea que não vem na 1ª impressão)

- Os títulos da 1ª impressão são maiores do que os da segunda.

- Do cap. XVIII da 1ª impressão fizeram-se o XVIII e o XIX

Viagem de Pedro Álvares Cabral - caps. XXX a XLII

- Informação no título do capítulo que Pedro Álvares Cabral ia como capitão mor de uma armada a Calicute.
- Referência às datas corpo do texto.
- Na 1ª impressão não se encontra a carta de D. Manuel ao rei de Calicute, embora venha a informação dos acontecimentos de Pedro Álvares Cabral em Calicute com diferenças a nível de redacção.
- O capítulo XXXIX foi suprimido este tinha como Titulo "De como carregando ho Capitão mór em cochim veo ter cõ ele hũ clerigo Indio christão da Cidade de Crangalor, para ir coele a Portugal e do que lhe contou dos christãos desta Cidade."

Viagem de João da Nova - cap. XLIII

- Indicação da partida deste capitão antes da chegada de Pedro Álvares Cabral ao reino.

2ª Viagem de Vasco da Gama- caps. XLIII a XLVIII

- Os caps. XLIV, XLV, XLVI da 1ª impressão estão incluídos com algumas variantes no cap. XLV da 2ª impressão.

- **Guerra de Calicute a Cochim (Acção de Vicente Sodré)**
- caps. XLIX a LIIII
- Não é explícito nos títulos dos capítulos a actuação deste capitão aquilo que ganha importância é a guerra que Calicute quer fazer a Cochim, cidade que acolheu os portugueses e onde estes tinham feitoria. No cap. LIIII referência à morte de Vicente Sodré.

3 Armadas de capitães móres- Francisco de Albuquerque - Afonso de Albuquerque - António Saldanha-informação da partida de Duarte Pacheco- cap.LV

- Acção de Francisco de Albuquerque -caps. LVI, LVII, LXII.
- Acção de Afonso de Albuquerque-caps. LVIII, LXI.
- Acção de Duarte Pacheco -caps. LIX, LX.
- Partida de Francisco e Afonso de Albuquerque para Lisboa e Duarte Pacheco ficou como capitão mor em Cochim -cap. XXIII
- Acção de António Saldanha cap. LXIIII

Acção de Duarte Pacheco (guerras com Calicute)- cap.LXV a LXXXIX; XCIII e honras dadas por D.Manuel XCVII

Partida de Lopo Soares como capitão mor da armada *indicação do ano de 1504* -cap. XC a XCII; XCIIII a XCVII

LAVS DEO

F. L. de Castanheda- *II ° Livro*- 1505-1509

- 123 caps.

publicado -1552

"Em que ſe contem o que os Portugueſes fizerão, ſendo della Viſorey Dom Franciſco Dalmeyda, do anno de mil & quinhentos & cinco, ate ho de mil quinhentos & noue. E aſſi ho que fizeram neſte tempo da coſta Darabia. & da Perſiaſendo capitão môr Afonſo Dalbuquerque."

Prologo-Dedicado ao principe D.João.

Acção do Vice-rei D. Francisco de Almeida desde a partida até o desfazer da fortaleza de Anjediva -caps. I a XXXII

- Acção de Pero Danhaya em Sofala -caps. X e XI.
- Acção do vice-rei a Onor e sua chegada a Cananor -caps.XII a XV
- Descrição de Narsinga - cap. XVI, e a embaixada do vice-rei a - cap. XVII.
- Acção de **D. Lourenço de Almeida** em Coulão e regresso a Cochim -caps. XVIII eXIX
- O governador recebe o rei de Cochim e envia **D. Lourenço** às Maldivas -cap. XX
- Regresso de Fernão Soares a Portugal e descoberta da ilha de S. Lourenço pela banda de fora -cap. XXI
- Descrição da ilha de Ceilão cap. XXII e chegada de **D. Lourenço** a esta ilha cap. XXIII e neste cap. também o regresso ao reino de João da Nova e Vasco Gomes de Abreu.
- Acção de **D.Lourenço** na costa do Malabar e luta e vitória contra Calicute caps. XXIIII a XXVI
- O que aconteceu em Moçambique a Francisco Danhaya e como Pero Barreto de Magalhães e outros capitães chegaram à Índia. -cap. XXVII
- Início da construção da fortaleza de Cochim ...-cap. XXVIII
- A morte de Pero Danhaia em Sofala. -cap. XXIX
- **Viagem de Tristão da Cunha** "(...) capitão da armada no anno de seis -caps. XXX-XXXI
- Acção de **D. Lourenço** em Dabul -cap. XXXIII
- Descrição do reino de Daquém -cap. XXXIIII
- Acção de **D. Lourenço** em Chaul depois da descrição da cidade -cap. XXXV
- Acção de **Tristão da Cunha** em Hoja -cap. XXXVI e em Brava -caps. XXXVI e XXXVII
- Descrição da ilha de Socotorá -cap. XXXVIII
- Acção nesta ilha de **Tristão da Cunha e Afonso de Albuquerque** -caps. XL a XLII
- Acção de **D. Lourenço** em Cananor -cap. XLIII e XLV a LII
- Viagem de capitães mor para a Índia no ano de 1507 -cap. XLIV
- Acção de **Afonso de Albuquerque** como capitão -mor da costa Dalem e o seu caminho e conquistas e regresso a Socotorá -caps. LIII a LVII e caps. LIX a LXX e LXXII a LXXIIII.
- Descrição da cidade de Ormuz -cap. LVIII
- O que aconteceu a Vasco Gomes de Abreu -cap. LXXI
- Descrição do poder do sultão do Cairo e da sua ajuda à Índia -cap. LXXV
- Acção de **D.Lourenço** contra Mirocem e sua morte -cap. LXXVI a LXXXI
- Luta de Pero Barreto e de Rui Soares, -cap. LXXXII e LXXXIII
- O que aconteceu a quem invernou em Moçambique -cap. LXXXIIII
- Acção de **Afonso de Albuquerque** -caps. LXXXV a LXXXIX
- A construção da torre de Moçambique, a perda de Vasco Gomes de Abreu e a partida de Jorge de Aguiar -caps. XC e XCI
- A notícia do regresso do vicerei e o não acatamento e a chegada de Afonso de Albuquerque com a notícia de ser o governador -caps. XCII e XCIII
- Partida de Afonso de Albuquerque para Cochim -cap. XCIII
- vicerei não passa o governo da India e combate em Dabul, Chaul, e em Diu e o seu regresso a Cochim -caps. XCIIII a CII
- Disputa entre D. Francisco de Almeida e Afonso de Albuquerque -caps. CIII e CIIII
- O que aconteceu a Duarte de Lemos e Diogo Lopes Sequeira -caps. CV e CVI
- O continuar das disputas entre D. Francisco de Almeida e Afonso de Albuquerque -caps. CVIII a CX
- Descrição da ilha de Samatra e da acção nesta ilha e em Malaca depois de no cap. seguinte se descrever esta ilha bem como a acção de Diogo Lopes Sequeira -caps. CXI a CXVI
- O que aconteceu a Duarte Lemos -cap. CXVII
- As disputas finais entre D. Francisco de Almeida e Afonso de Albuquerque e o regresso do vicerei para o reino e a sua morte no caminho -caps. CXVIII a CXXII
- O último cap. faz um balanço da actuação do vicerei e o regresso do corpo a Portugal.

F.L. de Castanheda-*III Livro*-1509-1515

155caps.

Prologo dedicado à rainha D. Catarina

publicado - 1552

"per mandado do inuictiſſimo rey dom Manuel de glorioſa memoria, em que ſe contem as couſas que forão feytas no tempo que Afonſo dalbuquerque a gouernou"

- **Acção de Afonso de Albuquerque** e do Marichal contra Calicute -caps. I a IIII
- O que aconteceu a Bastião de Sousa Francisco de Sá e Pedro Afonso no regresso ao reino -caps. V e VI
- A acção do governador face a Goa -caps. VII a XIII e amizade com Narsinga Cap. XII e acção cabo Guardafui cap. XIII
- Ataque do Hidalcão a Goa e sua Defesa XV a XXXIIII -notícia das naus que chegam de Portugal, saída do governador da cidade.
- Acção na costa do Malabar e contactos com Cambaia -caps. XXXV a XXXVII
- Ataque do Hidalcão a Goa e sua Defesa XV a XXXIIII -notícia

A *Quarta Década* ocupar-se-ia dos governos de Lopo Vaz de Sampaio e de Nuno da Cunha, partindo nós do volume escrito por Baptista Lavanha, o qual, apesar de se ter auxiliado dos esboços de João de Barros, elaborou a sua própria narrativa; daí que, neste trabalho, não nos debrucemos sobre a *Quarta Década*. A sua escrita é mais tardia, e o sujeito autoral responde a outros propósitos narrativos, situando-se numa perspectiva de escrita que sugere estruturações algo diferentes das que analisamos[182]. Esta inscreve-se num registo de finais do século XVI, inícios do XVII, muito mais próximo do discurso narrativo de um Diogo do Couto, em que se acentua uma vertente que avalia negativamente o saldo económico-material dos Descobrimentos, e no qual, em termos modelares, se intensificam as confrontações discursivas entre o *autor* e os *outros*. Exemplo do que acabamos de referir são as citações feitas, nesta obra, por João Baptista Lavanha, a Fernão Lopes de Castanheda, Francisco de Andrada e ao próprio Diogo do Couto[183].

Ao analisarmos as estruturas narrativas destas diferentes crónicas da Expansão, vimos que o que estabelece a organização interna do discurso é a sequência temporal, perfeitamente delineada em Gaspar Correia através do recurso da datação da armada [184]. Esta constitui o núcleo aglutinador da descrição dos diferentes acontecimentos, podendo cada *Lenda da Índia* descrever as actuações dos vários governos da Índia, como se observará tanto na segunda *Lenda* - nela o autor evoca a Lenda de Lopo Soares, Diogo Lopes Sequeira, D. Duarte de Meneses, D. Henrique de Meneses, e a actuação de D. Vasco da Gama, 2º vice-rei, e de Afonso de Albuquerque, 2º governador-, como na quarta

---

[182] Cf. Sinopse Descritiva da *Ásia* ...

[183] Cf. Ana Paula Avelar, *op. cit.*, p. 253 nota 53.

[184] Cf. Sinopse Descritiva das *Lendas da Índia*

Terceira Década -1515-1526

Prólogo

Livro Primeiro -segue de imediato os caps.-10 caps.
O governo de Lopo Soares de Albergaria até à viagem de António Saldanha em 1517 e o seu envio pelo governador para a costa da Arábia.

Livro Segundo - "(...) em que ſe contem o que fez Lopo Soarez Dalbergaria que per el Rey dom Manuel gouernou & conquiſtou aquellas pártes por tempo de tres annos." -9 caps .

Livro Terceiro -" (...) em que ſe contem parte das cousas: que ſe nelle fizeram, em quãto Diogo Lopez de Sequeira gouernou aquellas partes." -10 caps.

Livro Quarto - " (...) em que ſe contem parte das couſas que ſe nelle fizeram em quanto Diogo Lópes de Sequeira gouernou aquellas partes." -10 caps.

Livro Quinto - "(...) em que ſe contem parte das couſas que ſe nelle fizeram em quanto Diogo Lopes de Sequeira gouernou aquellas partes." -10 caps.

Livro Sexto -"(...) em que ſe contem as couſas que ſe nelle fizeram ate,o fim do tempo que Diogo Lopez de Sequeira gouernou aquellas partes." -10 caps .

Livro Sétimo -" (...) em que ſe contem párte das couſas que ſe fizeram em quamto gouernou dom Duarte de Meneſeses." Notícia da morte de D. Manuel" -11 caps.

Livro Oitavo - " (...) em que ſe contem parte das cousasq̃ ſe fizerã em quanto gouernou dom Duarte de Meneſes." -10 caps.

Livro Nono-"(...) Em q̃ ſe contem as couſas q̃ ſe nella fizerã em quanto o almirante conde da Vedigueira foy viſo rey naquellas partes. E aſſy do tempo que dom Anrique de Meneſes as gouernou." -10 caps.

Livro Décimo -"(...) Em que ſe contem parte das couſas que ſe nella fizeram em quanto dom Anrique de Meneſes nelle gouernou." -10 caps.
Elogio fúnebre a D. Henrique de Meneses.

Quarta Década - 1526-1538

Apontamentos manuscritos entregues a Francisco Lavanha.

Descrição dos governos de Pedro de Mascarenhas , Lopo Vaz de Sampaio e Nuno da Cunha.

Lenda - nela o autor expõe as lendas de D. Garcia de Noronha, D. Estevão da Gama, Martim Afonso de Sousa, D. João de Castro, Garcia de Sá e Jorge Cabral.

É certo que, por vezes, se encontra a designação explícita da unidade narrativa «Lenda» como modo de agrupar a descrição da actuação deste ou daquele governador ou mesmo vice-rei; outras vezes não encontramos essa designação. Exemplo daquilo que acabamos de afirmar será o que ocorre na primeira *Lenda*, a qual, como sabemos, surge a partir do confronto entre vários manuscritos, realizado pelos autores da publicação efectuada no século XIX. No caso da segunda e da terceira *Lendas*, o designativo é utilizado relativamente à narrativa do governo de Nuno da Cunha, e não o é quando o autor se refere a Lopo Vaz de Sampaio, no momento em que foi governador provisório, e a Pedro de Mascarenhas .

Contudo, tal não terá a ver com o facto de o autor elaborar um discurso em que a hierarquização do mesmo passaria por este designativo, pois esta unidade narrativa é aplicada a personalidades tão diversas como D. João de Castro ou Martim Afonso de Sousa. Com efeito, é sabido que Gaspar Correia expressa a sua admiração pelo primeiro e que, face ao segundo, não se cansa de escrever que:"(...) se embarqou e foy, sem deixar hum só vintem, nem sómente pagar diuidas d'ElRey que se fizerão no corregimento das naos."[185]

Pensamos que a circunstância de a obra ter corrido manuscrita, sem ter sofrido a necessária revisão por parte do autor, terá de certo modo influenciado esta dualidade na *nomeação* das unidades narrativas. As sequências narrativas são marcadas e diferenciadas através da numeração dos capítulos (em número variável), que se integram na subunidade *armada* (ano), e na unidade *lenda* .

---

[185] Cf. Gaspar Correia, *Lendas da Índia*,IV, p. 438

Diagrama da estrutura narrativa das *Lendas da Índia*

Lenda I

Prólogo Armada 15..... Armada 15..... Armada 15..... Armada 15..... Armada 15... 15....

Partida do Governador ou Vicerei (no respectivo ano)

cap.I capII capIII...

narrativa de eventos por anos

cap.V cap.VI cap.VII..

narrativa de eventos por anos

cap.V cap.VI cap.VII..

narrativa de eventos por anos

cap.X cap.XI cap.XII...

narrativa de eventos por anos

Novo Governador

cap.I cap.II cap.III...

narrativa de eventos por anos

cap.V cap.VI cap. VII..

narrativa de eventos por anos

Lenda II

Prólogo Armada 15..... Armada 15..... Armada 15.....Armada

Lenda do governador ou vicerei (no respectivo ano)

cap.I capII capIII...

narrativa de eventos por anos

cap.V cap.VI cap.VII..

narrativa de eventos por anos

cap.V cap.VI cap.VII..

narrativa de eventos por anos

Novo Governador

cap.I cap.II cap.III...

narrativa de eventos por anos

Em certas ***Lendas*** o último capítulo é um breve elogio fúnebre ao Governador ou Vicerei.

Unidade -Lenda Subunidade-Armada Subsubunidade- Capítulo.

É possível encontrar referências a acontecimentos descritos noutros capítulos ou lendas mas são situações pontuais

O número de Armadas de Lenda para Lenda é variável bem como o número de capítulos

(Cf. Sinopse Descritiva das ***Lendas da Índia***)

* O projecto inicial seria de dois ***livros*** subordinados a dois textos prefaciais, contudo o autor subdividiu a sua obra em 4 elaborando no volume 2 e 4 breves enunciações dos conteúdos descritos.

A sequência diacrónica constituirá igualmente o fio subliminar, por vezes explícito, noutros casos implícito, presente, tanto nas *Décadas* de João de Barros, como na *História do Descobrimento e Conquista da Índia pelos Portugueses*, de Fernão Lopes de Castanheda. Todavia, a estruturação do discurso seguirá, de um modo mais ou menos preferencial, uma lógica narrativa diacrónica e sincrónica.

Por seu turno, as digressões autorais aparecem frequentemente obedecendo a um propósito que se torna, porém, verdadeiramente condutor, pois são elas que explicitam, junto do leitor, qual o espaço descritivo. Este é perspectivado segundo uma concepção ampla que abrange tanto o contexto histórico-cultural das micro-narrativas, como o espaço físico e humano das mesmas. Em João de Barros tais digressões podem mesmo corresponder a uma sub-subunidade narrativa, isto é, a um ou mais capítulos que se debruçam sobre um espaço determinado. Aliás, João de Barros, ao terminar uma subunidade discursiva, normalmente explicita qual o núcleo narrativo sobre o qual se debruçará no livro seguinte. Se tal sequência comporta uma digressão discursiva, esta é situada no conjunto do desenrolar dos acontecimentos que constituem o núcleo central da narração.

Exemplo do que afirmámos, será, na *Terceira Década* e no momento de concluir o seu quarto livro, o que o cronista escreve:"E porque todos ſe forã adjuntar em a jlha de Samatra: primeyro que entremos na relaçam dos feitos, faremos hũa digreſſam, dando conta della."[186] O livro quinto, apesar de ter como tema aglutinador os acontecimentos que se passaram durante o governo de Diogo Lopes Sequeira, descrevendo-se logo no primeiro capítulo a situação da

---

[186] João de Barros, *Ásia...Terceira Década*, p.118.

Diagrama da estrutura narrativa
da *Ásia* ....

I Década	*Analepse*	*II Década*	*Prolepse*

fluxo temporal

Prólogo I Livro (organização temporal e temática)
cap. I cap.II cap.III...
narrativa de eventos ou digressões temáticas
II Livro (organização temporal e temática)
cap. I cap.II cap.III...
narrativa de eventos ou digressões temáticas
III Livro(organização temporal e temática)
cap. I cap.II cap.III...
narrativa de eventos ou digressões temáticas
IV Livro (org.temporal e temática; governador tomou o cargo)
cap. I cap.II cap.III...
narrativa de eventos ou digressões temáticas
V Livro (org. temporal e temática; cont. o governador no cargo)
cap. I cap.II cap.III...
narrativa de eventos ou digressões temáticas
VI Livro(organização temporal e temática)
cap. I cap.II cap.III...
narrativa de eventos ou digressões temáticas
VII Livro(organização temporal e temática)
cap. I cap.II cap.III...
narrativa de eventos ou digressões temáticas
VIII Livro (organização temporal e temática)
cap. I cap.II cap.III...
narrativa de eventos ou digressões temáticas
IX Livro (organização temporal e temática)
cap. I cap.II cap.III...
narrativa de eventos ou digressões temáticas
X Livro (organização temporal e temática)
cap. I cap.II cap.III...
narrativa de eventos ou digressões temáticas

Prólogo I Livro (organização temporal e temática)
cap. I cap.II cap.III...
narrativa de eventos ou digressões temáticas
II Livro((org.temporal e temática ; novo governador)
cap. I cap.II cap.III...
narrativa de eventos ou digressões temáticas
III Livro (org. temporal e temática; cont. novo governador)
cap. I cap.II cap.III...
narrativa de eventos ou digressões temáticas
IV Livro(organização temporal e temática)
cap. I cap.II cap.III...
narrativa de eventos ou digressões temáticas
V Livro(organização temporal e temática)
cap. I cap.II cap.III...
narrativa de eventos ou digressões temáticas
VI Livro (organiz. temporal e temática; novo governador)
cap. I cap.II cap.III...
narrativa de eventos ou digressões temáticas
VII Livro (organização temporal e temática)
cap. I cap.II cap.III...
narrativa de eventos ou digressões temáticas
VIII Livro(organização temporal e temática)
cap. I cap.II cap.III...
narrativa de eventos ou digressões temáticas
IX Livro(organização temporal e temática)
cap. I cap.II cap.III...
narrativa de eventos ou digressões temáticas
X Livro (organização temporal e temática)
cap. I cap.II cap.III...
narrativa de eventos ou digressões temáticas

Em certos Livros no momento temporal em que termina a narrativa de um governador pode aparecer um elogio à sua figura e mesmo se este morreu um elogio fúnebre.

Unidade -Década Subunidade - Livro subsubunidade- Capítulo

O número de Livros por Década é sempre 10 ainda que o número de capítulos seja variável.
(Cf. Sinopse Descritiva da *Ásia* ...)

ilha de Samatra e dos seus reinos, bem como o que teria acontecido com os portugueses.

Esta mesma estratégia discursiva é seguida por Fernão Lopes de Castanheda, ainda que ele não recorra à utilização da sub-subunidade narrativa, e os capítulos funcionem na estrutura da *História do Descobrimento e Conquista Índia pelo Portugueses* como subunidades narrativas. A descrição dos acontecimentos é entrecortada quando o autor considera que tal se justifica; assim, por exemplo, no momento em que Diogo Lopes Sequeira parte para Malaca, partida esta noticiada no capítulo CX do segundo livro da obra de Castanheda, o capítulo XI, desse mesmo livro, é *"Da grande ilha de çamatra: & de como ho capitão mòr aſſentou paz com el rey de Pedi, & com el rey de Pacem, & ſe partio pera Malaca."*[187]

O recurso a analepses e prolepses, enquanto processos narrativos, é frequente nestes dois autores. João de Barros e Fernão Lopes de Castanheda utilizam, como estratégia condutora do discurso, o encadeamento lógico dos eventos ainda que de modo algum descurem a sequência cronológica .

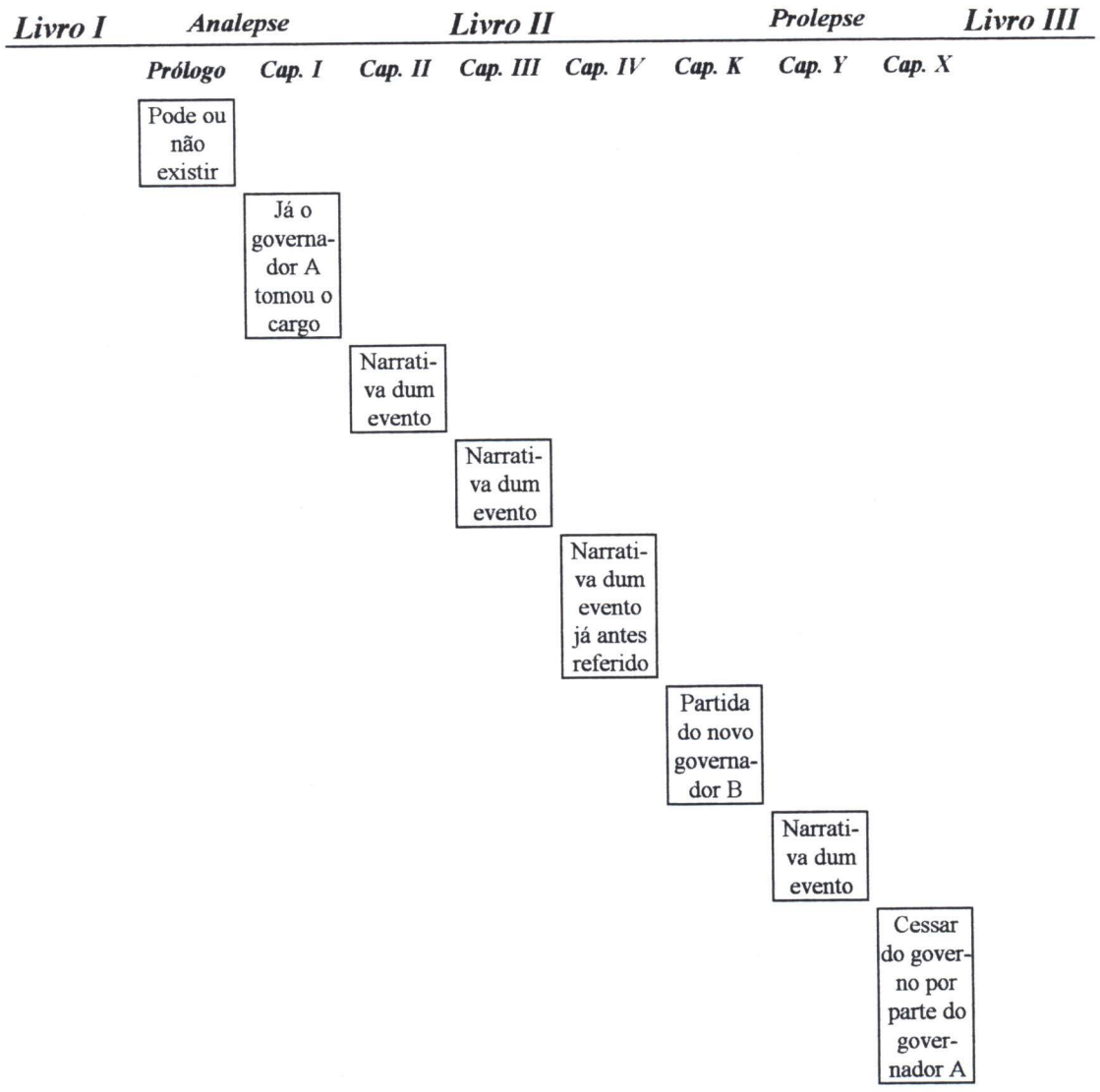
Ao observar as diferentes estruturas narrativas, constata-se que estão subjacentes ao modelo discursivo perspectivas autorais diferentes, relativamente à forma como o autor se posiciona face ao discurso. Vejamos um ponto mais detalhadamente. Gaspar Correia organiza a sua narrativa a partir das armadas que saem de Lisboa, isto é, a partir do reino. Por seu turno, João de Barros fá-lo através da mistura dessas mesmas sequências e do fluir das suas digressões, mais ou menos temáticas, que vão desde os conhecimentos geográficos ao saber dos antigos, ao discurso sobre o exercício do poder, a considerações de ordem moral ou ética, colocando-se igualmente, enquanto narrador, a partir do reino.

---

[187] Fernão Lopes de Castanheda , *op.cit.* , I, p. 458.

Diagrama da estrutura narrativa

da *História do Descobrimento e Conquista da Índia pelos Portugueses*



Em certos livros o último capítulo é um breve elogio fúnebre do governador ou vice-rei.

Unidade-Livro. Subunidade-Capítulo.

O número de capítulos de livro para livro: Livro primeiro: 97 capítulos; Livro segundo: 123 capítulos; Livro terceiro: 155 capítulos; Livro quarto: 46 capítulos; Livro quinto: 69 capítulos; Livro sexto: 133 capítulos; Livro sétimo: 104 capítulos; Livro oitavo: 200 capítulos; Livro nono: só conhecemos 31 capítulos.

O encadeamento lógico de Fernão Lopes de Castanheda, embora respeitando a sequência temporal, move-se num encadeamento muito mais local, e, quando nos referimos a local, estamos obviamente a ter em atenção os diferentes microcosmos geográficos orientais contemplados pelo autor. Esta observação não deverá ser entendida como um elemento de sobrevalorização de uma narrativa face a outras. Com efeito, a contemplação e observação dos diferentes microcosmos orientais é igualmente patenteada em Gaspar Correia e em João de Barros, como aliás emergerá neste trabalho.

Esta é uma Europa que vive a afirmação das identidades. O movimento humanista europeu faz reviver a procura do narrar as Histórias nacionais, mesmo que sejam as das cidade-estado, como as Histórias de Florença, de Bruni, Poggio e Scala, e a História de Veneza, de Sabellicus. O narrar da presença portuguesa no Oriente significa igualmente a afirmação de um país, Portugal, no concerto geral das nações europeias. Este aspecto revelar-se-á tanto mais explícito quanto nos aparece referido nos prólogos tanto da obra de Fernão Lopes de Castanheda, quanto de João de Barros.

Não iremos neste momento abordar as questões que se prendem com distinções entre o conceito de nação *moderno* ou contemporâneo. A nação deste tempo, século XVI, e muito particularmente nos textos que analisamos, as crónicas da Expansão, comunga, em termos conceptuais, da noção abraçada a partir da designação clássica de *natio*, isto é, um conjunto de indivíduos nascidos no mesmo lugar, formulando a sua identidade a partir de um factor aglutinador gentílico ou reinícola[188].

3.3. Os textos prefaciais

Os textos prefaciais das crónicas da Expansão são o *campus* por excelência onde se enquadra o discurso narrativo e onde se expõe a função que este desempenha, partindo sempre do sujeito-cronista, no contexto épocal. Comecemos pelos prólogos e uniformizemos a designação atribuída a estes textos prefaciais por Gaspar Correia, visto ser este o autor que obedece a uma maior linearidade discursiva.

O primeiro prólogo de Gaspar Correia *Aos Senhores Letores* inicia-se, de imediato, com a ideia-chave comum a todos os que escrevem as crónicas da Expansão: a importância que deverá ter. Esta ideia do *dever ser* é uma das funções do discurso, a" (...) lembrança e memoria dos bens e males passados regendo a vida pera n'elles nom cairmos, segundo os bons fizerão(...)"[189].

De seguida, o autor evoca a protecção divina ganha através da memória e lembrança dos feitos passados e da obtenção da glória. Esta presença de uma *ideologia teocêntrica,* explícita na frequente evocação da palavra bíblica, é algo de constante na narrativa de Gaspar Correia, toda ela percorrida por uma intensa visão escatológica da vivência social.

Desde logo, o seu discurso segue as regras do *decoro*:"Eu, o somenos de todos que cousas alheas memorauão, com meu fraco e rudo entendimento m'inclinou o desejo pera escreuer e memorar as cousas da India, com me parecer que em outro tempo parecerão bem a quem as ouvir."[190] Em seguida, situa esta

---

[188]Cf. Ana Cristina Nogueira da Silva e António Manuel Hespanha, "A identidade Portuguesa" in dir. José Mattoso, *História de Portugal* ,Lisboa, Círculo dos Leitores, 1993,IV, pp.19-25.

[189] Gaspar Correia , *Lendas da Índia,* I, p 1.

[190]"E quiz tomar este trabalho a mi tão escusado,(...)pois na grande Chronica do Excellentissimo Rey Dom Manuel, que a India mandou descubrir, e do exclarecido Principe Dom João nosso

crónica no conjunto da sua produção textual, distinguindo os métodos narrativos empregues numa e noutras produções, ainda que todas elas sejam discursos sobre a *História*. Acentua-se, porém, o facto de o seu texto ser distinto do que seria produzido por um cronista do reino, pois:"Do que a mi somente fica ser escritor testemunha de vista, e o do Chronista do Reino he de ouvida."[191] Assiste-se à assunção da sua condição de homem do Oriente. O que Gaspar Correia presencia são os acontecimentos que se desenvolveram no espaço asiático e os eventos régios a ele chegariam através de outros. Daí que as suas *Crónicas* sobre os reinados de D. Manuel e D. João III tenham funcionado, muito particularmente, como texto preparatório das sua *Lendas*.

Os segmentos narratológicos obedecem primordialmente às acções que decorreram noutros espaços que não a Europa, assistindo-se como que a uma certa inversão do processo de construção destas crónicas, pois habitualmente o fio condutor a que obedece a narrativa parte do percurso biográfico do monarca. O *topos*, é o reino de Portugal inscrevendo na corrente diacrónica os eventos ocorridos noutros espaços extra-Europeus. Para tal basta recordar a crónica régia de Damião de Góis ou de Francisco de Andrada.No caso específico deste último autor as referidas inferências são por demais evidentes até porque Francisco de Andrada utilizou como fonte primária da sua crónica de D. João III, as *Lendas da Índia* de Gaspar Correia[192].

Senhor, sucessor em sua gloria , em tanta perfeição serão recontadas, e escritas em tanta perfeição. Do que a mi somente fica ser escritor testemunha de vista, e o do Chronista do Reino he de ouvida ." *Ibidem.*

[191] *Ibidem.*

[192] Cf. Francisco de Andrada, *A crónica de D.João III,* introdução da autoria de M. Lopes de Almeida, pp.LIX-LXXII., Porto, Lello & Irmão-Editores, 1976.

O traçar do percurso que as «cousas da Índia» iam tomando é visto segundo o seu labor pessoal, porque"(...)os começos(...)forão cousas tão douradas que parecia que não tinham debaixo o ferro que despois descobrirão(...)"[193]. No entanto: "Crecerão males, mingoarão os bens, com que quasi tudo se tornou viuos males, com que o escritor delles com razão se pode chamar praguejador, e não bom escritor de tão ilustres feitos e acaecimentos no descobrimento e conquista de tantos reynos e senhorios(...)"[194]. Até porque o carácter miraculoso e o determinismo causal pontuam a sua explicação dos factos históricos. Não é de estranhar que para Gaspar Correia :"(...) os feitos dos portuguezes parecem mais milagrosos que per outra razão com tão gloriosas honras acabados, como Nosso Senhor por sua grande misericordia os quiz dar em nossas mãos, acabados como hoje em dia aparecem ."[195]

A exemplo do que Fernão Lopes de Castanheda e João de Barros fizeram, o autor evoca como foi adquirindo suas informações: fez *breues lembranças na verdade que passarão as que vi*; questionou *homens antigos que foram neste descobrimento, e as duvidas tirando com os homens que nos feitos se acharão*, encontrando mesmo homens *que vierão nas proprias naos do descobrimento*, situando-se ele na Índia, a qual *era descoberta*(...) havia *dezaseis annos*. As suas fontes foram também *lembranças que achei em poderde mouros e gentios;* explicitando as que encontrou em *Cananor, que escreuerão com espanto de verem o que nunqua cuidarão*.

Gaspar Correia orienta-se por critérios de verdade, e acentua ter contado com a ajuda divina; assim apurou e *nada acrecentarei, nem diminuirei da verdade que*

---

[193] Gaspar Correia , *op .cit.*, I, p 1
[194] *Ibidem.*
[195] *Ibidem*, I, p.2.

melhor pude saber[196]. As críticas tão constantes ao que é escrito, e assinaladas como já afirmámos, tanto por Fernão Lopes de Castanheda como por João de Barros, são igualmente referenciadas por Gaspar Correia[197]. Este cronista assume-se como motivador único do escrever a História, *satisfazendo a meu desejo, e contentamento de vontade*, e definindo igualmente qual o espaço de discurso de que se ocupará, excluindo *terras, gente, e trato, porque houve alguns que d'isso se ocuparão*, e chegando mesmo a assinalar que *vi alguns volumes mormente um liuro que d'isso fez Duarte Barbosa*[198].

A sua escrita é essencialmente militar, inscrevendo-se num tipo de discurso que se aproxima de uma escrita da *História* segundo um modelo que, neste aspecto, poderá radicar em Tácito[199]. Não que se assista a uma necessária distorção do perfil que é traçado; contudo, as suas descrições obedecem, de certo modo, à revelação de um carácter, na acepção de:"«um carácter» é um agente, não uma acção. As acções surgem e desaparecem, mas os «caracteres» (como lhe chamamos), os agentes de que procedem as acções, são substâncias, sendo portanto eternos e imutáveis."[200]

Por outro lado, à semelhança do que defende João de Barros no seu conceito de *História*, Gaspar Correia não irá só apresentar os bons exemplos, mas escrever também: "(...)em muita verdade de cada hum seus máos e bons feitos assi como acaecerão, em a nenhum tirar seu merecimento de bem ou de mal:

---

[196] As passagens que se encontram transcritas em itálico são todas referentes ao prólogo de Gaspar Correia, *Ibidem.*

[197] " E nom temo as sentenças, e avessos, que muitos queremdar nas cousas, querendo dar a entender que nellas se acharão, e por isso o melhor sabem, chegando-se á honra que lhe dahi fica ."*Ibidem.*

[198] As passagens que se encontram transcritas em itálico são todas referentes ao prólogo de Gaspar Correia,*Ibidem.*

[199] Cf. R. G. Collingwood, *A ideia da História*, Lisboa, Editorial Presença, 1978, pp.55,61.

protestando d'em meus dias esta lenda nom mostrar a nenhum, por que depois d'esta vida passada assi dizem polos bons, como dos máos(...)"[201] Os princípios bíblicos encontram-se presentes no seu discurso e " (...)chegados á igualança da morte, ficão no que forão." [202]O seu encomendar é a Deus, surgindo a Verdade no que será não só a definição de uma verdade cristã[203], mas também a assunção do princípio da unidade da Verdade, corrente no Renascimento[204].

Seguindo uma estrutura coerente neste princípio orientador, encontramos, logo no prólogo da segunda *Lenda*, a invocação a *Jesus Christo.* A própria evocação do *milagre*, como epíteto designativo do *descobrimento da India*, organiza o discurso num princípio de determinismo causal em que a vontade divina de certa forma comanda os acontecimentos humanos, concedendo-lhes, através da sua intervenção, e sob seu desígnio, um *feito*. A exposição do que teria sido narrado no livro anterior, é referida através de uma enumeração repetitiva da estrutura linear que será utilizada na obra[205], reforçando sempre e como

---

[200] *Ibidem*, p. 61.

[201] "(...)somente trabalharei por escreuer mui inteiramente os nobres feitos dos nossos Portuguezes militantes n'estas partes da India, e dos grandes e pequenos, que for necessario e razão, escreuerei em muita verdade de cada hum seus máos e bons feitos assi como acaecerão, sem a nenhum tirar seu merecimento de bem ou de mal: protestando d'em meus dias esta lenda nom mostrar a nenhum, por que depois d'esta vida passada assi dizem polos bons, como dos máos; e muitos ha que emendão o alheo, e ninguem a si mesmo, e os grandes e pequenos, chegados á igualança da morte, ficão no que forão."Gaspar Correia, *Lendas da Índia,*I, p. 2-3.

[202] *Ibidem*

[203]Como aliás fica bem patente nas palavras de Gaspar Correia:"A só Deus m'encomendo me queira ajudar com a tenção de meu desejo e vontade, que toda oferreço a seu santo seruiço e louuor, e louvor, e da sua santa misericordia alcance meus dias acabar em seu santo seruiço, e esta obra na inteira verdade, sem algum defeito de minha conciencia, escreuer e acabar, porque se dos mortos alguma má falsidade se escreuesse, seria grande encargo meu, e acusação ante o senhor Deos."*Lendas da Índia,* I, p.3.

[204] Cf. Paul Oskar Kristeller, *Renaissance Thought and its Sources*, New York,Columbia University Press, 1979, pp.197-209.

[205] Cf.Gaspar Correia, *Lendas da Índia,*I, p.3 e :"No primeyro Liuro he recontado todo o milagroso descobrimento da India polas primeyras naos que partirão do Reyno de Portugal, no ano de 1497,

conclusão o critério verdade, isto é, a validação do discurso através da não ocultação de qualquer acto, seja este digno de louvor, ou não, demarcando nós a valoração da transmissão oral que implica neste discurso ao apelo de outros sentidos que não unica e exclusivamente a vista; atentemos nas *cousas da india tão gostosas* (...) e no *contentamento ouvilas recontar*.

Por outro lado, reafirma a função da memória no presente como meta para a satisfação dos merecimentos; note-se a função pragmática do discurso e a prática da comunicabilidade oral, representativa do importante lugar ocupado pela sociabilidade:"He verdade que quando comecey esta acupação de escreuer as cousas da India erão ellas tão gostosas, per suas bondades, que daua muyto contentamento ouvilas recontar; mas, porque as boas cousas pouquo durão, as bondades se forão danando e comrompoendo, como ao diante direy(...)"[206] De imediato continua: "(...) que nom deixarey de escreuer, pera que cada hum aja o galardão de seu bem e do mal, neste mundo nas lingoas e memorias das gentes, e no outro ante, Deos, cada hum auerá direita satisfação de seus merecimentos."[207]

Na terceira *Lenda*, de Gaspar Correia, após a nomeação do prólogo, assiste-se de novo à invocação de Jesus. O autor não se limita a enunciar brevemente as linhas de força da sua narrativa, apresentando toda uma série de noções face aos seus princípios da escrita desta crónica. Assim, explicita a função

---

que tornarão o ano de 1500, em que partio outra armada, e depois cad'ano huma armada com Capitão mór de viagem, até o ano de 1505, em que passou à India por Visorey dom Francisco d'Almeida, principal fidalgo de Portugal, que gouernou a India até o ano de 1509, que he lenda de doze annos: as armadas, e capitães dellas e seus aquecimentos, tudo em penturas, como no dito Liuro parece. E ora este segundo Liuro, em que recontarey, a Deos prazendo, da Lenda do illustre Afonso d'Alboquerque, que ficou na gouernança da India após o Visorey dom Francisco; o qual Afonso d'Alboquerque gouernou a India até seu fallecimento, e após alle outros Gouernadores, que neste volume hirão intitulados, de que farey suas Lendas, com protestação de a nhenhum tirar nada do bem ou mal que fizerão em suas gouernanças."*Ibidem*, II, p.5.

[206] *Ibidem*.

dos cronistas:"Muy grande primor, e muy acertada cousa he os valerosos e grandes Principes e Reys terem loquentes cronistas dos seus tempos, pera escreuerem, notarem testificando, os aquecimentos de males e bens, pera mór merecimento de suas grandezas(...)"[208].

Ora, a função da narrativa não se restringe ao *escrever*-este acto representará um nível superior de elaboração de um discurso, contemplando também o que seria um primeiro nível de registo discursivo, isto é, o *notar testificando*, o que é narrado. Complementarmente, a narrativa desempenhará uma função didáctica, pois através dela:"(...)mandando escreuer os males se emendem os que depois vierem, e assy escreuendo as bondades tomem voluntario exempro, cobiçando galardão dos louuores que achão dos passados."[209]

Os *prudentes escritores, verdaderios cronistas*, são levados, segundo Gaspar Correia, pela matéria da escrita a, com *suas penas no papel*, desempenhar uma função laudatória usando as estratégias retóricas, *boas oratorias, gostosos estilos, modos cordeaes, louvores aprazives aos letores*, não deixando nunca de se observar a protecção divina. Através do confronto entre a nação portuguesa e *todalas nações do Universo*, surge ainda a noção de totalidade tão importante nesta época.

O cronista enaltece o valor paradigmático da viagem de Vasco da Gama e utiliza o *decoro retórico* que estaria subjacente, enquanto texto prefacial, ao narrar dos feitos, pois, segundo Gaspar Correia, os portugueses ficariam"(...) sempre descontentes (...), por nom alcançarem o desejo de suas vontades, e nom querem ouuir nem que outrem falle de seus feitos(...)"[210]. Não seguem, deste modo, o exemplo clássico, pois os romanos tinham por hábito:"(...)de muy somenos feitos

---

[207] *Ibidem.*
[208] *Ibidem*,III, p.5
[209] *Ibidem.*

se triumphauão e punhão estatuas e letras memoraues tomando pera sy honras e louuores de seus feitos, que per ventura lhe nom forão per outrem julgados(...)"[211]. Gaspar Correia emite os seus juízos de valor, reforça e transmite a sua visão algo negativa pois "(...) tão estranhado he, na nossa patria, algum se gabar de seus feitos, por gloriosos que sejão ."[212]

Como podemos observar, é patente a linearidade de inserção da narrativa histórica na Antiguidade Clássica, optando o cronista pela inscrição do seu texto no que seria a tradição, ou melhor, o passado cronístico português. Esta inscrição revela o continuar de uma cronística, na qual o autor ressalta ainda, em certa medida, os traços da cronística medieva, essencialmente no que será uma noção de *Lenda*; nesta destacam-se os elementos mais *prodigiosos*, nomeadamente ao citar o que é feito de Duarte Galvão da função como cronista do rei D. Manuel. Dever-se-á recordar que este cronista passou à Índia na companhia de Lopo Soares de Albergaria no ano de 1515, incumbido da missão de visitar a corte do Preste João .

Segundo Joaquim Veríssimo Serrão, ele seria um dos grandes amigos de Afonso de Albuquerque, tendo-se indisposto com Lopo Soares de Albergaria, devido às disputas que entre estes dois capitães se levantaram[213]. Ora, o papel de Gaspar Correia junto de Afonso de Albuquerque, já por nós referido, terá possibilitado o encontro entre estes homens, de certa forma patente no modo

---

[210] *Ibidem*, III, p.6.
[211] *Ibidem.*
[212] *Ibidem.*
[213] Joaquim Verissimo Serrão, *A Historigrafia Portuguesa- Doutrina e Critica*, I, p.131.

como Duarte Galvão é citado, descrevendo Gaspar Correia o estado em que estariam os documentos depositados no cartório[214].

São os traços de providencialismo divino que determinam o discurso e que ao mesmo tempo se cruzam com o modo como os actos dos reis são descritos. Os mitos que envolvem as figuras históricas são narrados, e, elemento fundamental para a compreensão do pensamento deste cronista, acentuados, chegando mesmo ele a criticar a narrativa de Duarte Galvão que considera pouco reveladora dos aspectos proféticos que acompanhariam a actuação de D. Afonso Henriques[215]. As profecias, os sinais tradutores dum pensamento imbuído pela marca do desígnio divino, a exposição da noção de *pouo escolhido*, são, portanto, traços construtores do discurso de Gaspar Correia[216].

---

[214]"(...)os gloriosos Reys de Portugal, auendo que nom fazião nada, nom fazião conta nem memoria de seus gloriosos feitos, porque lhe nom satisfazião os altos pensamentos de seus varonis corações; polo que nom nom ouverão por bem mandar escreuer e caronizar suas grandes cousas, tão milagrosas no querer de Deos, como se aquecerão em seus dias no principio do reynado de Portugal: polo que ficarão em esquecido, até o tempo d'ElRey dom Manuel de gloriosa memoria. O qual mandado renouar as sepulturas velhas dos gloriosos Reys seus antecessores, que estauão no mosteiro de santa cruz de Coimbra, desejoso de reçositar e memorar seus altos feitos, mandou a Duarte Galuão, seu cronista mór, que com muyto cuidado trabalhasse, buscando o tombo de seu antigo cartorio, e ajuntasse e fizesse cartorio nouo de breue sumario das vidas e feitos dos Reys seus antecessores." Gaspar Correia, *Lendas da Índia*, III, p.6.

[215]O autor continua exactamente o seu discurso escrevendo:"(...) O qual nello trabalhando, com papés podres, velhos, e pedaços, ajuntou e fez huma breue lenda d'ElRey dom Afonso Anriques, que nom foy a ***deicima parte do que devia ser***, segundo forão grandes e muyto milagrosos feitos, pois mostrou sinaes de muytas feridas em seus peytos, na requesta que teue com o delegado, que elle foy tomar no caminho, que se tornaua pera Roma deixando escomungado Portugal; como se contém em sua lenda, em que se nom faz menção de pelejas em que fosse ferido, de que tinha sinaes. O que Nosso Senhor acrecentou com seu grande poder, que mostrou no campo d'Ourique, onde se lhe mostrou posto n'aruore da cruz; dandolhe o vencimento dos cinquo Reys mouros, com mortindade de tantos infiés; de que tomou os cinqo escudos com os pontos dos trinta dinheiros, como se lhe contém nas reaes quinas de Portugal." *Ibidem.*

[216] "E por elle, o primeyro Rey de Portugal, Nosso Senhor quis mostrar em pronosticos, videntes profecias, o que auiade ser. O qual fez na sé de Coimbra de seu poder osuluto, per Deos ispirado, hum bispo homem preto de nação; sinal em que Nosso Senhor mostrou que auia de ser depois tantos annos, que do Reyno de Portugal no Reyno do Manicongo em gentes pretas fosse sua

No discurso narrativo de Gaspar Correia são importantes as informações conducentes à inscrição do seu trabalho no contexto cronístico coevo, nomeadamente ao citar Duarte Galvão e ao referir o facto de ter sido enviado pelo monarca ao Preste João e Rui de Pina; este, socorrendo-se igualmente de papéis velhos do tombo, escreveu:"(...) algumas lendas dos ditos Reys, e de cada hum pouqa cousa, por tudo estar esquecido e perdido, por nom auerem costume de os Reys terem cronistas que escreuessem suas cousas; que forão tantas, como se passarião em tantos annos de reynados de tão famosos Reys."[217]

Contudo, e cumprindo sempre uma noção recorrente nos textos prefaciais destas crónicas da Expansão, encontramos a referência a ser *antigo costume em nossa patria portugueza, e terem que he ponto d'abatimento de alguem falar louvando seus feitos*, e a não existência de alguém que *tomasse por gloria escreuer e cronizar o descobrimento da India , tão milagroso e depois suas conquistas*[218]. Nota-se, assim, a constância que existiria nos círculos portugueses, tanto em Portugal, como no Oriente, desta escrita da História, que estava já em curso; lembremo-nos de Fernão Lopes de Castanheda e de João de Barros. Gaspar Correia integra-se neste movimento do *escrever*, do *cronizar*. No entanto, deve-se salientar a combinatória elaborada por este autor entre os conceitos de nação - numa perspectiva gentílica e reinícola, pátria - numa acepção latina de país de origem,

---

santa fé enxaltada, com cesardotes letrados pregadores, gente preta, tão dotos e cientes em nossa fé; mostrando Nosso Senhor poe elles estas outras gentes christãs, tão ocultas, metidas na Tyopia, que tinha pera nos mostrar nas terras do Preste João, que por sua misericordia temos visto. E por seu querer, n'estas partes, per ensinança de Nosso Senhor, já temos dos naturaes gentios pagãos, alumiados do espiritu santo, letrados pregadores, que aos seus proprios naturaes, em sua lingoa, lhe ensinão e mostrão suas erroneas seytas, acrarandolhe nossa fé." *Ibidem*, III, p.6-7.

[217] *Ibidem*, III, p.7

[218]Pela inserção que estas palavras de Gaspar Correia têm no nosso discurso optámos, como aliás já o fizemos anteriormente pelo itálico . *Ibidem.*

e desígnio divino - em que a *perfeição* do universo se traduz na sua esfericidade e finitude[219], e que se desvenda através do *nome dos portugueses com muy alta fama he notado por toda a redondeza do mundo, que já casy toda temos descoberta* [220].

Cumpre o cronista aquilo que é uma das funções do texto prefacial, explicitando os conteúdos abrangidos pelos seus livros anteriores e até as fontes utilizadas. O seu *topos* informativo local tem como núcleo os gentios de Cananor e Cochim. Por outro lado, o seu desejo de escrever foi:"(...) crecido de um caderno que me veo ter ás mãos, que fez hum degredado que veo com dom Vasco da Gama no descobrimento, perguntando per os portugueses mais antigos na India e muytos gentios em Cananor e em Cochim (...)"[221].

Gaspar Correia é, no entanto, o cronista que, nestes textos prefaciais, manipula um tom oratório próximo do sermão onde a exortação ganha peso, onde a tautologia empregue se destaca, e onde a pequenez humana se entrega à magnitude divina:"(...) o que tudo ponho nas mãos do meu Senhor Deos, com esta Alma pecadora, que perdoe meus, pecados; pois lh'aprouve padecer polos pecadores errados, d'esta minha alma pecadora se queira amercear, por sua grande misericordia. Amen"[222].

Este ciclo de escrever a História é retomado no último livro, no qual começa por invocar *Jesus Christo Redemptor do mundo, em cujo nome todolas cousas hão começo e fim*, enunciando em seguida uma estrutura de ***notação*** narrativa onde enumera os limites cronológicos dos seus livros, dando enfoque às armadas e

---

[219] Cf. Alexandre Koyré,*Do Mundo Fechado ao Universo Infinito*, Lisboa, Gradiva, s.d., p.7, naquilo que é a sua caracterização do conceito do Mundo no século XVI e muito particularmente no século XVII.

[220]Gaspar Correia,*Lendas da Índia* , III, p. 7.

[221]*Ibidem*, p.8

[222] *Ibidem*, p.9.

afirmando ser sua meta temporal o ano de 1550. Convém, todavia, salientar um aspecto importante, o modo como Gaspar Correia teria encadernado os seus manuscritos. Assim, haveria um primeiro livro que comportaria desde a primeira viagem de Vasco da Gama até Lopo Soares, isto é, cinco capitães de viagens e três governadores; o segundo narraria a actuação de doze governadores. A isto correponderiam os dois textos prefaciais enunciadores de um discurso que traduzia os princípios presentes na narrativa destes dois livros; no entanto, estes seriam subdivididos, apresentando-se em termos finais quatro *Lendas* .

A este propósito inicial corresponde todo o carácter escatológico que informa a obra de Gaspar Correia. Pense-se na dualidade Bem /Mal, a simbologia corporizada nas palavras de Corneille-Agrippa:"Le nombre Duel est le premier nombre, parce que c'est la première quantité ou multitude, il ne peut être mesuré par aucun nombre, que par la seule unité qui est la mesure commune de tous les nombres; il n'est point composé de nombre, mais de la seule unité(...)"[223]. Um pouco mais adiante este mesmo autor refere:"On l'appelle aussi médiateur de possibilité, participant des biens et des maux, principe de division, de multitude et de distinction, et il signifie la matière."[224] E a matéria é a História, é o narrar epopeico dos feitos dos portugueses.

O símbolo perpassa toda a imagética de Gaspar Correia, profundamente influenciada pelas vozes que se fazem ouvir nos púlpitos. Não deixa de ser notório que este cronista utilize exactamente a língua (órgão corporal) na valoração simbólica que ela ganha no sermão litúrgico; lembremo-nos por exemplo dos sermões de Santo António. Estamos numa época em que se intensificam os textos que tentam traçar as fronteiras entre uma mundividência

---

[223] Henri Corneille-Agrippa, *La Philosophie occulte ou la Magie* ,II, 17.

ocultista não cristã e o discurso *revelador* da vontade de Deus. Levantam-se então vozes contra os astrólogos. Basta pensar em frei António da Beja e no seu livro *Contra o juízo dos Astrólogos*.

Na sequência da análise dos textos prefaciais das *crónicas da Expansão* que temos vindo a realizar, deveremos observar agora qual o modelo discursivo utilizado por Castanheda na *História da Conquista e Descobrimento da Índia pelos Portugueses*, por nós sumariamente abordado na nossa dissertação de mestrado. Afirmámos então que se desvenda, nos textos prefaciais dos diferentes livros da obra, uma hierarquização implícita ao conteúdo e importância estabelecida pelo autor; esta decorre da sua ordenação lógica dos vários livros. No entanto, este modelo é-nos, em certa medida, ocultado pelas circunstâncias que envolveram a publicação do oitavo livro, o conhecimento parcial do nono e, finalmente, o desaparecimento do décimo.

Assim, eventualmente devido ao facto de ser o sétimo livro o último a ser impresso(1554) ainda em vida do autor, ele surge como o encerrar de um ciclo, pois, para além de fechar com a palavra *Finis*, a sua dedicatória, à semelhança do que acontecera com o seu primeiro livro, é dirigida a D. João III. Por outro lado, este ano de 1554 é também o da reimpressão do primeiro livro organizada pelo autor; como, aliás já analisámos, esta sofre modificações face à primeira impressão. O oitavo livro é impresso já após a sua morte, e segundo mercê que teria sido concedida ao cronista, pela mão de seus filhos que, no texto prefacial, o dedicariam ao rei D. Sebastião. Aí solicitam a impressão do nono e décimo livros, o que, no entanto, não chegaria a acontecer.

---

[224] *Ibidem*, p.18.

Nos primeiros cinco livros encontramos um texto prefacial -«prólogo», segundo designação pelo autor. Convém referir que aquele que acompanha o quarto livro contempla igualmente o quinto. O sexto livro não tem qualquer texto introdutório. Por outro lado, os livros são dedicados, respectivamente, a D. João III, ao príncipe herdeiro D. João, à rainha D. Catarina, e à princesa D. Joana, sendo o sétimo de novo dedicado ao monarca .O oitavo livro tem um breve texto introdutório da autoria dos filhos de Castanheda, e do nono só se conhecem alguns capítulos copiados pelo padre Maffei. Este teria decerto seleccionado os aspectos relevantes para a sua narrativa, observando-se anotações à margem que o comprovam [225].

É através não só da existência de um prólogo mas também da organização interna dos conteúdos explorados e agrupados pelo cronista que este estabelece uma certa hierarquia valorativa relativamente à importância que cada governador ganhou na *História*. Assim, observamos que os livros que se ocupam dos governos de D. Francisco de Almeida, Afonso de Albuquerque, Lopo Soares de Albergaria, Diogo Lopes de Sequeira possuem um texto prefacial. Contudo, no que concerne estes dois últimos governos, os respectivos livros têm único prólogo. No sétimo livro, onde se descreve o governo de Lopo Vaz de Sampaio, e o último que teria sido impresso ainda sob o olhar do cronista, encontramos também um prólogo, tal como no livro impresso já por seus filhos e dedicado à figura de Nuno da Cunha. Relativamente ao nono e décimo livros só conjecturas poderemos aventar. Pensamos que a figura de D. João de Castro teria sido igualmente alvo de um prólogo da autoria do cronista; isto, para além de ser este o seu décimo livro, e, portanto, o último que encerraria o ciclo da *História*.

---

[225] Cf.Ana Paula Menino Avelar, *op. cit.*, p.107.

Aliás, as objecções levantadas ao tempo, e que, segundo Diogo do Couto, motivaram a censura e a retirada da impressão deste livro, é mais um dado que confirmaria esta nossa afirmação[226]. Dever-se-á afastar a hipótese de a existência ou não de um texto prefacial poder de alguma forma estar relacionada com os anos de impressão, pois todos foram impressos na cidade de Coimbra pelos impressores da Universidade: o primeiro em 1551 - e reimpresso em 1554; o segundo e o terceiro no ano de 1552, apresentando cada um deles o seu prólogo; o quarto e o quinto livros publicados em conjunto, com um texto prefacial comum; o sexto e sétimo em 1554, tendo unicamente o sétimo um prólogo. Deste modo, a data de impressão não justifica a existência ou não de um prólogo.

Por outro lado, deveremos recordar que D. João III visitou a Universidade, ocupando já Fernão Lopes de Castanheda o seu lugar de bedel; seria igualmente este monarca quem protegeria a impressão dos restantes livros da sua obra[227]. Cada prólogo desenvolve um tema nuclear, o qual , no entanto, se integra num ciclo mais alargado e nitidamente concêntrico que representa os cinco prólogos escritos nos sete livros; este ciclo iniciar-se-ia e concluir-se-ia em vida do autor pela dedicatória ao monarca D. João III.

Observemos quais os temas nucleares. O primeiro decorre da resposta que o cronista dá ao que seria para si a *História* e qual a sua funcionalidade (dedicado ao Monarca); o segundo demonstra a utilidade prática da *História* para

---

[226] Refere-se Diogo do Couto a Fernão Lopes de Castanheda:"Eſte homem andou na India quaſi dez annos, correndo a mor parte della, ate chegar a Maluco, eſcreuendo as couſas daquelle tempo muy diligentemente, que recapitulou em dez liuros, acabando o ſeu decimo com o Gouernador João de Caſtro.Eſte volume nos deixarão algũas peſſoas dignas de fé que ElRey Dom João mandàra recolher a requerimento de alguns Fidalgos que ſe achàrão naquelle raro, e eſpantoſo cerco, porque falava nelle verdades." *Decada Quarta* ..., Lisboa, Officina de Domingos Gonsalves, 1736, pp.113-114.

[227]Cf.Ana Paula Menino Avelar *op. cit.*, p.59.

o bom governo do rei e da *respublica* (dedicado ao futuro rei - o princípe D. João), acentuando-se o valor pedagógico-didáctico da *História*; no terceiro, o cronista expõe o seu método e explicita as suas ideias, recorrendo também a exemplos tanto dos antigos como dos seus contemporâneos(dedicado à rainha D. Catarina); acentua-se aqui o carácter explicativo do seu discurso; o quarto prólogo é o desenvolvimento de um fluido e *retórico discorrer* sobre os seus conhecimentos de geografia política quinhentista, até porque estes livros são dedicados à princesa D. Joana; o quinto prólogo - o fechar do ciclo - é a *demonstração* da importância que as *Artes, Ciências e Letras* têm na sociedade, e do papel protector e majestático desenvolvido por D. João III - já no primeiro prólogo se evocaram as virtudes régias e se pedira a protecção, consubstanciada na referida impressão da obra.

Analisemos agora mais em detalhe estes textos prefaciais no que diz respeito às suas modelações internas e estruturais. No primeiro prólogo, Fernão Lopes de Castanheda inicia logo o seu *discurso* recorrendo ao *decoro* e salientando o providencialismo divino que acompanharia o escrever as *milagroſas façanhas que fizerão os Portugueſes no deſcobtimento & conquista da India, que eſtiue muytas vezes pera ho deixar*. Contudo, o acto de escrever significaria o perpetuar da memória dos monarcas, tanto de D. João III quanto de D. Manuel .

A inscrição que o cronista faz da História dos portugueses e do valor que ela deverá ter conseguida através do registo escrito, está directamente relacionada com a valoração que o registo histórico tem na vivência dos homens. Por outro lado, era fulcral a conceptualização que na época ganhava o analisar a forma como a Antiguidade Clássica tinha registado a sua História e o processo

seguido na sua elaboração, nomeadamente os processos retóricos, e muito particularmente os dons oratórios utilizados[228] .

Na enunciação dos feitos dos diferentes povos, menciona, além de Gregos e Romanos, os Medos, os Persas, os Assírios, e até momentos específicos de um passado - os africanos nas suas lutas contra os romanos; os suevos no combate contra Júlio Cesar; os espanhóis nas suas lutas contra os mouros pela recuperação da *Hispânia*.

O eixo em torno do qual gira a comparação é o das narrativas históricas *clássicas*; contudo esta articulação discursiva denuncia já a percepção *do outro* algo *descentrada* e *relativa*, pois referencia a intervenção histórica destes *outros povos*, podendo esta ser marcante como a de Gregos e Romanos. Também estes escreveram a sua História, elaboraram um registo; *os outros*, por vezes intervindo nesse *historia*, como opositores, não são lembrados, não entram na memória, pois, segundo o autor, não registaram a ***sua*** História.

O cronista contrapõe pontos de vista necessariamente diferentes, relativizando uma posição, colocando-a no seio de outras, e reforçando deste modo o seu princípio enunciador; insinua-se, assim, neste primeiro *discurso* a alteridade autoral. Castanheda inscreve a actuação dos monarcas portugueses

---

[228] " fazia couſa tão iuſta, como he darſelhe gloria,& louuores a. V. A. & ao muy famoſo, & muyto afortunado Rey dom Manuel voſſo pay: que poſto que ſeião muy diuulgados pelo mundo, ho não ſão tão perfeitamente, como ho ſerão por eſcrito: & durarâ a memoria deles pera ſempre. Porque a eſcritura os fara preſentes como faz os dos gregos, & dos Romãos, que ha tãtos ânos que paſſarão. E por iſſo eles como homẽs prudentes, ſabendo que iſto era aſſi, trabalharão tanto por deixar ſuas couſas por eſcrito: & vendo que a grandeza delas conſiſtia muyto na eloquẽcia de quẽ as eſcreuia, eſcolherão pera iſſo varões tão eloquẽtes, como forão os q̃ as eſcreuerão, dandolhes por iſſo muyto fauor. E outras q̃ nã forã menores q̃ as ſuas, ou quiça mayores, não lẽbrã: porq̃ não ficarã eſcritas: aſſi como dos Aſſirios, dos Medos, dos Persianos, dos Africanos contra os Romãos, dos Sueuios contra Iulio Ceſar, dos Eſpanhoes contra os mouros na recuperação deſpanha:(...)"Fernão Lopes de Castanheda, *História do Descobrimento e Conquista da Índia pelos Portugueses*, edição de 1551, s.p.

nesse processo de conquista, colocando o reino de Portugal no seio das nações cristãs, na sua luta contra os mouros pela *recuperação da Espanha*. Como o cronista escreve:"(...) principalmente no que fizerão os inuenciueis & ſanctos Reys de Portugal voſſos anteceſſores, el rey dom afonſo Anrriquez, el rey dom Sancho ſeu filho: el rey dom Afonſo ſeu biſneto, que ganharã os reynos de portugal & do Algarue(...)"[229].

Encontra-se, também , a constante repetição de palavras como *milagrosas* façanhas no descobrimento da Índia, *maravilhosos* feitos de armas na conquista do reino de Portugal, e a descrição feita pelo cronista das *cousas milagrosas* levadas a cabo na Índia pelos vassalos; feitos que se destacam por de algo assim não haver memória.

O cronista tem noção do tempo, e, porque se refere à memória, dá ênfase à sua vertente psicológica. Isto é, o cronista recorre a valorações psicológicas, escrevendo"(...) não ha nenhũa memoria, pera quanta auia dauer: & ate das couſas da India, que forão *ontẽ*, não ha lẽbrança mais que em quatro peſſoas, que ſe morrerẽ,ſe acabara co elas(...)"[230]. No decurso da narrativa, o cronista situa, porém, as acções descritas, precisando a medida temporal, assinalando anos, dias, e mesmo horas. Para tal recorre ao calendário civil, ainda que não deixe de referenciar o calendário litúrgico .

Num processo nítido de valoração discursiva, compara e enaltece a acção dos portugueses face aos povos da Antiguidade Clássica. De imediato surge, então, a figura de Alexandre, cujo valor paradigmático não se confina à Antiguidade Clássica - recorde-se sua inclusão no célebre passo de *Pro Archia* de Cícero, um dos mais queridos e evocados do período renascentista. Como refere

---

[229] *Ibidem*.

Américo da Costa Ramalho: "O tópico das letras, sobretudo a poesia épica, como veículo de glória, aparece repetidamente em Portugal, desde o começo do século XVI. E este *exemplum* de Alexandre no promotório de Sigeu, tirado do *Pro Archia* de Cícero, é frequentemente referido."[231]Castanheda cita igualmente este passo no prólogo do terceiro livro, episódio igualmente presente em Plutarco[232]. O recurso a Alexandre na prosa de Castanheda é constante, verificando-se sempre nos prólogos. Como escreveu Luís de Matos, uma das tautologias coevas é exactamente a de colocar "a glória" de D. Manuel I:"(...) au-dessus de celle d'Alexandre le Grand."[233]

No entanto, a valoração heróica e paradigmática de Alexandre corporiza-se durante o próprio período medieval, encarnando, então, o princípio de *demanda*, o carácter de eleito e protegido dos deuses, o revelador do desconhecido. O *romance de Alexandre* está presente nas bibliotecas medievais, revelando-se, a par de *De mirabilibus mundi*, de Plínio, uma: "(...) source de la connaisssance du monde, de l'enseignement de la physique et des sciences naturelles."[234]

As referências à figura do *Macedónio* conhecem vertentes diferentes em Fernão Lopes de Castanheda. No primeiro prólogo de 1551, Castanheda refere o descobrimento e conquista da Índia, e escreve:" A cuias façanhas nenhũas antigas não ſoomente não tẽ auãtagẽ: mas nem ſe igoalão coelas. Porq̃ deixo as cõquiſtas de Semiramis, de Cyro, de Xerxes & doutros Barbaros, que não forão

---

[230]*Ibidem*(itálico e bold nosso).

[231]Américo da Costa Ramalho, *Estudos Camonianos*,Lisboa, Instituto Nacional de Investigação Científica, 1980, p. 24-25.

[232]Cf.Ana Paula Menino Avelar, *op.cit.*, p. 78-79.

[233] Luís de Matos,*L'Expansion Portugaise dans la litterature latine de la Renaissance*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1991, p. 45

[234]Laffont-Bompiani, *Dictionnaire des Personnagesde tous les temps et de tous les pays*, Paris,Robert Laffont, 1986, p.45.

nada em cõparação deſta. E tomo a do grãde Alexandre, que foi no mundo tão eſpãtoſa (...)"[235].

Para Castanheda, a acção dos portugueses sobrepunha-se à de Alexandre, como era, aliás, corrente na época, pois era feita por mar e não por terra, o que implicaria toda uma série de novos recursos, deste modo valorizados. A própria noção de finitude do universo, através da redondeza da esfera, está presente no pensamento do cronista. Ela implica a abertura a novos espaços, em tudo superando o que os Antigos atingiram, não só no domínio dos elementos naturais - o mar e as suas tormentas-, mas também nos esforços de guerra.

O cronista estabelece, então, os paramêtros da medida da grandeza dos gregos -emblematizados na figura de Alexandre-, e dos Romanos - corporizados no poderio no mar, demonstrando os seus limites e exercitando o *pathos*[236]. Castanheda estabelece igualmente a diferença entre as figuras dos reis

---

[235] Fernão Lopes de Castanheda, *História do Descobrimento e Conquista da Índia pelos Portugueses*, edição de 1551, s.p.

[236] " Porque a conquiſta Dalexandre foy por terra, & contra gentes pouco exercitadas na guerra, & indo ele no exercito: & a da India fez ſe por mar, & por voſſos capitães: & com nauegação de hũ anno, doyto meſes & seys ao menos, & não a viſta de terra: ſe não metade do profundo & muy grande mar oceano: partîdo dos limites do ocidẽte, & nauegando ate ho cabo das prayas, ou em tais ſem ver mais que agoa & ceo, rodeando toda a ſphera: couſa nũca cometida de nhũs mortaes, nem menos imaginada pa ſe fazer, paſſando muyta fome,ſede, doenças, & cada dia offerecidos a morte mil vezes, cõ tormẽtas de furioſos ventos, & brauas chuuas.E paſſados eſtes medos & perigos,na India outros muyto grandes de medonhas e crueis batalhas, não cõ gente q̃ não peleia mais q̃ com frechas & lanças como em tpo Dalexãdre, mas cõ mais feroz & mais exercitada na guerra q̃ ha,não ſoomente na India mas em tudo ho que temos ſabido Daſia,& que afora ſuas armas coſtumadas que ſam muytas & muy boas, tem artelharia, eſpingardaria & todolos arteficios de fogo ẽ mais abastãca que os Portugueſes & foy ſempre ho poder deſta gente tamanho que nunca ho delRey Poro, com quem Alexãdre peleio lhe foy igoal, & com tudo ſempre a deſbaratarão os capitães Portugueſes, que tendo tão pouco poder de gente como tinhão nunca deſiſtirão da guerra,como fez Alexandre. E deixando as facanhas gregas & falando nas dos Romãos, que com ſuas hoſtes ſoberbas & armadas que cobrião ho mar, quiſerão conquiſtar o mundo, nunca ſeu atreuimento ſe pode alargar por mar mais que ate ho mar roxo, nẽ nũca a mayor de ſuas muyto famoſas vitorias pode chegar â mais pequena das que os noſſos ouuerão na India ." *Ibidem*

portugueses e as dos chefes da Antiguidade Clássica, *ſem bolirdes de voſſas caſas, deſcobriſtes & onquiſtaſtes por voſſos capitães, ho que nũca nhũs principes poderão por ſi meſmos deſcobrir, nẽ conquiſtar*[237]; a diferença é a marca do tempo.

Acentua-se o valor missionário dos portugueses, o alargamento da nação cristã, e o papel da companhia de Jesus. Nota importante neste primeiro prólogo, não renovada na reimpressão deste primeiro livro, é a actuação da Companhia de Jesus na Universidade de Coimbra e a própria evolução desta instituição. O *ethos* autoral deveria neste momento expor-se, e o facto de Fernão Lopes de Castanheda ter estado presente nos momentos de transformação da Instituição, acompanhar as várias contorvérsias que se desencadearam, nomeadamente, as disputas entre os professores da Escola de Paris e de Bordéus; a entrada da Inquisição e a entrega da orientação desta Universidade aos Jesuítas; a transformação dos *curricula*; o papel desempenhado pela imprensa da Instituição; o acesso que tinha, como guarda do cartório e da livraria, a toda uma série de documentação; para além do convívio com estudantes e professores devido ao seu lugar de bedel[238]. Enfim, decerto poderia constatar que, como escreve neste primeiro prólogo, *muytos de ſeus vaſſalos defendẽ a republica & a alargã cõ as armas, aſſi outros a ẽnobreção.*

Em seguida, Fernão Lopes de Castanheda afirma o facto de ter acompanhado seu pai à Índia, de ter sido *criado com as letras* e muito dado às Histórias antigas que em boa parte leu, lançando-se, assim, na escrita da sua obra. Os materiais que recolheu são por ele explicitados, bem como o método utilizado, salientando a sua ida para a Índia, na companhia de seu pai, e o cargo

---

[237] *Ibidem.*

de ouvidor que este teria ido ocupar no Oriente. Castanheda assinala ainda a fadiga decorrente do seu trabalho de historiador, no tempo que lhe sobraria das suas ocupações na Universidade de Coimbra [239]. Recordemos as palavras de João de Barros nos seus textos prefaciais das *Décadas*, onde evoca igualmente o facto de ter gasto o tempo que lhe sobrava dos afazeres de feitor para compilar a sua *Ásia*.

Embora a estrutura seguida seja a mesma, já a forma de desenvolver o tema nuclear e de *dispositio* do seu discurso, é um pouco diferente. São, com efeito, outros os tempos de impressão. Comecemos pelo fim e toquemos no modo como Fernão Lopes de Castanheda refere este seu trabalho e a relação com o pai no texto prefacial. Neste prólogo de 1554, o cronista afirma a importância de ter vivido na Índia, *onde fuy cõ Nuno da cunha, em companhia do licenciado Lopo Fernandez de Caſtanheda meu pay*[240]. Para além do nome do governador, em cuja armada teria seguido, e da explicita *nomeação* de seu pai, afirma que este teria sido, por mando régio, o primeiro ouvidor da cidade de Goa.

---

[238] As intensas e estreitas ligações deste cronista com a Universidade de Coimbra e o seu quotidiano nesta instituição foi por nós amplamente desenvolvido na nossa dissertação de mestrado. Cf. Ana Paula Menino Avelar, *op. cit.*, pp.47-66.

[239]"(...) E aſſi ho ſoube ho melhor q̃ pude de muytos fidalgos & capitães q̃ se acharão preſẽtes: aſſi nos cõſelhos ſobre as couſas q̃ ſe auião de fazer como na execução deles, & aſſi por muytas cartas & ſumarios q̃ eſcreuerão peſſoas dinas de fee, q̃ examiney cõ teſtemunhas de viſta: & não ſòmẽte fiz eſta diligẽcia na India: mas ainda deſpois de ſer em Portugal, porq̃ como as cousas q̃ auia de eſcreuer erão muytas & muy diuerſas: aſſi era neceſſario q̃ as ſoubeſſe e muytos, & alẽ de me todos afirmarẽ cõ iuramẽto: o q̃ me diſſerã me derão licẽça paos alegar por teſtemunhas, & muytos deſtes ãdey buſcãdo ẽ Portugal cõ muyto trabalho de minha peſſoa: & gaſto de minha fazẽda por estarẽ eſpalhados ẽ diuerſos lugares:& niſſo gaſtey ho melhor tempo de minha idade, porque eſtes forão todos meus deſenfadamẽtos, & tẽdo compiladas todas eſtas enformações, deſpois que eſtou em Coĩbra ſeruindo. V. A. na vniuerſidade. No tempo q̃ me ficaua deſocupado do ſeruiço de meus officios cõ aſſaz de fadiga aſſi do corpo como do eſprito fiz eſte liuro& outros (...)" Fernão Lopes de Castanheda ,*História do Descobrimento e Conquista da Índia pelos Portugueses*,prólogo de 1551, s.p.

[240] Fernão Lopes de Castanheda , *op. cit.*, I p. 4

Assiste-se a um encadeamento narrativo muito mais depurado que o que do primeiro prólogo, assim como a uma certa resposta a *vozes* que se teriam erguido contra a sua obra. Deste modo assinalou que a sua única riqueza foi o trabalho de compilar informações; as suas testemunhas teriam sido apenas capitães e fidalgos, a sua exegese das fontes ter-se-ia realizado numa consulta das suas testemunhas. O historiador reforça igualmente o facto de ter visitado os lugares onde as acções decorreram, de molde a não cometer os erros de outros ao escrever sobre algo que desconheciam. Por último, Fernão Lopes de Castanheda refere que teria gasto vinte anos da sua vida nesta fadiga, tendo isso implicado a sua aceitação de *uns oficios* na Universidade de Coimbra para, deste modo, garantir o seu sustento.

É igualmente inovador que o historiador refira que tinha acabado de compor a sua História e de a ter dividido em dez livros. Elemento comum aos dois prólogos é o facto de ofertar a obra a D. João III e de louvar a sua descendência. O tom das suas palavras é, todavia, bem mais amargo e acusatório do que o empregue no texto prefacial de 1551[241].

---

[241] "E a riqueza que lâ trabalhey por alcãçar, foy ſaber muyto particularmente o que ate aquele tempo fizerão os portugueſes no deſcobrimetno & conquiſta da india, & iſto não de peſſoas quaeiſquer, ſenão de Capitães & Fidalgos que ho ſabião muyto bem por ſerem preſentes nos conſelhos das couſas & execução delas, & per cartas & summarios que examiney coeſtas teſtemunhas. E aſſi vij os lugares em q̃ ſe fizerão as couſas que auia de ſcreuer peraque foſſem mais certas: porq̃ muitos ſcritores fizerão grandes erros no que ſcreuerão por não ſaberem os lugares de que ſcreuião. E não ſomente fiz eſta diligẽcia na India, mas ainda deſpois em Portugal, por não achar nela quem me diſeſſe tanta diuerſidade de couſas & tão particularmente como queria ſaber. E alẽ de me todos affirmarẽ cõ juramento o q̃ me diſſerão me derão licẽça pera os alegar por testemunhas. E eſtas peſſoas com que faley em Portugal andey buſcãdo per diuerſas partes, com muito trabalho de minha peſſoa & gasto diſſo pouco que tinha: no que gastey vinte ãnos, que foy o melhor tempo de minha idade, & nele fuy tão perſeguido da fortuna & fiquey tão doẽte & pobre, que por não ter outro remedio com que me mantiueſſe aceitei ſeruir hũs officios na vniuerſidade de Coimbra(...)" *Ibidem*, pp.4-5.

Regressemos ao início deste seu prólogo. Este inscreve-se no modo como expõe os seus princípios, numa prática discursiva que observa a logicidade da *dispositio* retórica ciceroniana, subscrevendo a definição de *História* traçada por Cícero: " According to this endless rhetorical formula, history is "the witness of time, the light of truth, the life of memory, the mistress of life, and the messenger of antiquity"[242]. Assim, e num processo perfeitamente assente no que é o perseguir a função cultural e política da *História*, inicia Castanheda o seu prólogo. Subjacente ao seu discurso, surge a visão *moderna* de uma sociedade organizada em estados, onde está presente uma hierarquia valorativa. No seu imaginário historiográfico, os homens criaram laços de dependência com os produtores da *História* :"Em grande obrigação ſam os homẽs aos hiſtoriadores muito alto & muito poderoso Rey noſſo Senhor, principalmente os princepes pera quem parece que ẽ eſpecial ſe fez a hiſtoria, cousa tão proueitosa pera a vida humana q̃ inſina o q̃ façamos & do q̃ auemos de fugir, o q̃ conuẽ muito mais aos princepes q̃ aos homẽs(...)"[243]. E Castanheda prossegue :"(...)porq̃ qualq̃r homẽ priuado q̃ faça hũ erro não he nada pois não dana mais q̃ a ſi meſmo, & hũ princepe ſe ho faz dana a todos os q̃ tẽ debaixo de ſua gouernãça, porq̃ dela ſer boa ou mâ depẽde ho bem & mal de todos os de ſua Republica(...)"[244].

A História possui, assim, um carácter pedagógico e exemplar, servindo o bom governo da *república*. Na lógica do seu discurso encontra-se o manuseamento da inferência válida dos princípios enunciados. Estes são comprovados pela naturalidade que transparece do raciocínio. Castanheda identifica o príncipe como destinatário, por excelência, da narrativa. Deste modo, ela cumpriria uma

---

[242]Donald Kelley ,*op. cit.*, p.96.
[243] Fernão Lopes de Castanheda ,*op. cit.*, I, p.3.
[244] *Ibidem.*

função didáctica. Importava conhecer a história, para que esta funcionasse como modelo. Os feitos dos antecessores régios, em paz e na guerra, seriam assim destacados pelos cronistas, devendo mesmo tal conhecimento ser objecto de um *regimento* real.

Castanheda reforça igualmente a necessidade de um *bom governo* ser marcado, não pela paixão mas sim pelo afastamento necessário à correcta tomada de decisão. Duas notas importantes. A primeira prende-se com a valoração atribuída por Fernão Lopes de Castanheda ao tempo, primeira característica da História e mais-valia nuclear para o governo dos homens; os exemplos colhidos nas crónicas oferecem modelos de actuação que ultrapassam a experiência individual. Segunda nota, o valor da norma, como garante da aquisição do conhecimento[245].

Fernão Lopes de Castanheda repete o que já antes tinha afirmado no prólogo de 1551, nomeadamente o facto de tomar a escrita da *História do Descobrimento e Conquista da Índia pelos Portugueses* para que, com a morte de quatro das pessoas ainda vivas, não se perdesse a memória dos feitos. D. Manuel é o rei afortunado, e as *façanhas* dos portugueses ao serem escritas *durarião para sempre como as dos Gregos & Romãos*. Atente-se em algo de importante: a referência do cronista é precisa; a transposição do conhecimento que tem dos feitos, através

---

[245] "(...)pera que aprenda eſtas couſas não tẽ melhor preceitor q̃ a hſtoria, porque? que doutrina q̃ diſcrição q̃ prudẽcia ha pera boa gouernança da Republica aſſi na paz como na guerra que a hiſtoria não insine com experiẽcia de exempros, que ſam muito mais do que hũ homẽ pode ver em ſua vida por mais comprida q̃ ſeja, & poriſſo todos eſſes princepes famoſos aſſi Barbaros como Gregos & Latinos forão taõ dados a ler hiſtorias. E por a historia ſer tão neceſſaria aos princepes eſpecial as de ſeus anteceſſores de q̃ muito melhor hão de tomar exempro q̃ dos estrangeiros foy inſtituido q̃ nos reynos ouueſſe croniſtas que fiel & particularmente ſcreueſſem os feitos dos Reys aſſi na paz como na guerra & os costumes & qualidades que teuerão, pera que ficaſſem por regimẽto de ſeus ſubceſores que viſſem no q̃ auião de ſeguir &

das letras dos Gregos e dos Romanos, ainda que os dos Portugueses possam ser comparados, não só aos destes povos, mas também aos Bárbaros, precisando ainda alguns desses nomes. Aliás, nos tratados joaninos sobre a imagem do príncipe, encontramos como *topos* especular a sabedoria, cruzando-se e confrontando-se a *sapientia / fortitudo* , e *as armas/ letras*[246].

Estas temáticas são recorrentes nos textos prefaciais de Fernão Lopes de Castanheda, acentuando-se os aspectos pedagógico-didácticos da sua *História*, nomeadamente no prólogo dedicado ao príncipe D. João que acompanha o seu segundo livro. O autor reforça a necessidade de os príncipes conhecerem o passado dos seus antecessores, pois serão estes que melhor lhe servirão de exemplo. E a História é, afinal, *exemplar*[247].

A enunciação do exemplo radica igualmente na aplicação do casuísmo jurídico vivido durante o período moderno em que "julgar" é o exercício de uma arte, devendo conhecer-se os particularismos *naturais* das acções analisadas[248]. Depreende-se do que Fernão Lopes de Castanheda afirmou que a *História* seria muito mais necessária ao princípe, ao que exerce o poder político, a cabeça do corpo social, do que aos homens *priuados*, daí decorrendo a elaboração da sua História. A logicidade retórica é, portanto, plenamente assumida.

---

do que ſe auião de goardar, No q̃ eles deuião docupar algũas oras do dia pois tãto importa a ſua boa gouernãça(...)" *Ibidem* ,I, pp.3-4

[246] Cf. Ana Isabel Buescu ,*Imagens do Píncipe (1525-49)*, Lisboa , Edições Cosmos, 1996, p.65 ss

[247] "(...)inſtituido q̃ nos reynos ouueſſe croniſtas que fiel & particularmente ſcreueſſem os feitos dos Reys aſſi na paz como na guerra & os costumes & qualidades que teuero, pera que ficaſſem por regimẽto de ſeus ſubceſores que viſſem no q̃ os auião de ſeguir & do que ſe auião de goardar, No q̃ eles ẽe deuião docupar algũas oras do dia pois tãto importa a ſua boa gouernãça, & ſem duuida q̃ iſſo abaſtaua pera per ſi ſe conſelharem melhor do que muitas vezes ſão conſelhados, porque hi & nas hiſtorias acharão caſos conformes aos em que ſe conſelhão, em que elas como peſſoas deſapaſſionadas dão mais verdadeiros cõselhos que os conſſelheiros, que muitas vezes errão como humanos. "Fernão Lopes de Castanheda , *op. cit.*,I, pp.3-4.

É certo que à figura de D. Manuel é justaposta a ideia também prevalecente nesta época da *fortuna* e do carácter *premonitório* que teria tido a escolha feita pelo monarca da *Esfera* como seu símbolo. Não será, obviamente, por acaso que Fernão Lopes de Castanheda assinala a *Esfera* como sinónimo de mundo, ao referir o caminho percorrido pelos portugueses e precisando as léguas, o que anteriormente não tinha feito. O cronista escreve, contrapondo esta viagem às conquistas da Antiguidade Clássica: Para além do facto de as anteriores terem sido feitas por terra, as dos portugueses foram-no por mar:"(...)cõ nauegação dũ anno & doito meſes & de ſeis ao menos: & não a viſta de terra ſenão afaſtados trezentas e ſeiſcentas leguas partindo do fim do Occidente & nauegando ate ho Oriente ſem verem mais que agoa & ceo, rodeando toda a Sphera couſsa nunca cometida dos mortais, nem imaginada pera ſe fazer ."[249]

O cronista prossegue neste prólogo as ideias enunciadas no de 1551, explicitando e transcrevendo aquilo que já anteriormente afirmara acerca das tormentas ultrapassadas pelos portugueses na sua viagem. Refira-se, contudo, o seguinte. No primeiro texto prefacial, ele destaca a figura de Alexandre de outras, explicitando mesmo a sua expedição na Índia através da evocação do combate travado com o rei Poro, e aproximando o herói Alexandre dos portugueses.

Já no prólogo de 1554, aparecem vários nomes ligados a grandes conquistas e feitos rodeados de uma auréola mítica. No entanto, em 1551 surgiam referenciados os povos. Assim, em 1554, Castanheda assinala que as

---

[248]Cf. António Manuel Hespanha, *História de Portugal Moderno Político e Institucional*, Lisboa, Universidade Aberta, 1995, pp.83-93.

[249] Fernão Lopes de Castanheda ,*op. cit.*,I,p. 4.

façanhas dos portugueses"(...)ſendo ſcritas durarião pera ſempre como as dos Gregos & Romãos que ho forão, a que eſtas dos Portugueſes & ás dos Barbaros tem grande & conhecida auãtage, porque as ſuas cõquiſtas forão todas per terra, a ſſi como a de Semiramis, de Ciro, de Xerxes, do grande Alexãdre, de Iulio Ceſar & doutros barbaros, Gregos & Latinos & indo eles cõ ſuas gentes."[250]

A meticulosidade da informação fornecida pelo autor é uma constante nesta obra. O próprio Fernão Lopes de Castanheda inscreve a sua informação relativamente aos feitos dos Bárbaros nos dados recolhidos através das letras da Antiguidade Clássica. Os *Bárbaros* serão todos aqueles que não são nem Romanos nem Gregos. De notar a explicitação do nome da rainha Semiramis, figura lendária e possível responsável pelos diques do Eufrates e pelos célebres jardins da Babilónia, tão admirados por Alexandre. A própria construção da figura de Semiramis está intimamente relacionada com traços que a confundem com a deusa assíria da guerra e da volúptia, Isthar. Até Estrabão, na sua *Geografia*, afirma que no seu tempo todas as construções da Ásia, cujo autor se desconhecia, eram atribuídas a Semiramis[251]. Com efeito, também Ciro e Xerxes foram objecto da pena de Heródoto. É certo que a figura de Alexandre é aqui unicamente nomeada, ainda que adjectivada como *o grande Alexandre*, não se explicitando a sua expedição ao Oriente, assim como se encontra a simples nomeação a Júlio César e ao império romano.

No prólogo que acompanha o segundo livro, e respondendo ao cáracter eminentemente didáctico que a *História* deveria ter, até porque este livro é dedicado ao futuro rei, Castanheda prossegue o que já havia enunciado no seu primeiro texto prefacial. Deste modo, o cronista evoca o costume existente entre

---

[250] *Ibidem.*

os antigos reis do Egipto de terem diariamente lições de *História*, não se restringindo única e exclusivamente os seus conteúdos aos acontecimentos dos seus antecessores, abarcando também o passado de outros reis *estrangeiros*. Fernão Lopes de Castanheda inscreve a função da História não só no melhorar a capacidade de governo da *república*, mas também na inscrição conjunta que reis e vassalos deverão ter no exercício das suas funções. A *História* ajudaria, segundo o cronista, ao estreitar de laços funcionais[252].

Depois deste enunciado geral, Castanheda elogia a posição do jovem príncipe que cumpre este enunciado geral e que *teria ouvido* o que cronista tinha narrado no primeiro livro. Salienta-se o facto do autor referir *o ouvir*, e o valor que o exercício da oratória tinha na construção deste discurso. O cronista demonstra ter disso plena consciência. É o uso dos *géneros da voz*[253].

A peroração exemplar de imediato por ele feita, salienta o carácter unitário do valor dos portugueses. Estes adquirem, enquanto conjunto, a dimensão heróica de cada uma das figuras enunciadas. O cronista joga com o corpo unitário, os portugueses, e o valor individual, ele próprio também elevado às categorias do *Herói*. Tal ideia é concretizada pelo autor através de um *crescendo* expositivo conseguido pela enumeração, estruturada em polissíndoto.

---

[251]Cf. Laffont-Bompiani, *op.cit.*, p. 892.

[252] Cf.Fernão Lopes de Castanheda , *op.cit.*, I,p. 207.

[253] "No q̃. V. A. principe muy eſclarecido, he digno de muyto louuor, pois em idade tã pequena quer eſta lição dos feitos tã memoraueis como fizerão os ſeus Portugueſes por mandado do inictiſſo rey dom Manuel voſſo auo de glorioſa memoria, ſegundo ſe mostrou na continuação que teue de ouuir ho primeyro liuro que fiz da hiſtoria do deſcobrimento e conquiſta da India: no que recebi tamanha & tão ſingular merce, que a fora me ficar por galardão do immenſo trabalho que leuey em a fazer, me fez nouo deſeio pera com mais breuidade do que poſſo ſayr a luz com ou outros liuros, porque logrem de tamanha merce como fez ao primeyro, & os que hão de ſer voſſos vaſſalos a recebão, em que Voſſa A. ſaiba as façanhas que fizerão: no ſoomente com eſforço & valentia mas com conſelho de muyta prudencia, & de grande viueza de engenho."*Ibidem*, I,p.208.

Os *Heróis* que modelam o seu discurso são Gregos e Romanos, não se encontrando já referências a outros, os *barbáros*:"(...)ſe em Atenas ouue hũ Themiſtocles, hum Alcebiades, & hũ Miltiades, & em Macedónio hũ Alexandre, & em Epiro hũ Pirho, & em Thebas hũ Epaminõdas, & em Roma hũ Iulio Ceſar, hũ Fabio maximo, dous Catões, tres Scipiões, & outros muytos em geral, mas de cada hũ dous tres em eſpecial(...)"[254]. Prosseguindo o autor:"(...)q̃ tem vaſſalos,q̃ não em hũ, dous, & tres no particular: mas geralmente quando he neceſſario, ſam todos cada hum deſtes Gregos & Romanos, aſſi no eſforço, como no conſelho, como na preſteza da execução dele, de que a meſma hiſtoria dâ muytos teſtemunhos."[255]

Castanheda encerra o seu prólogo com a evocação da sucessão no reino e com o exemplo régio de D. João III, e dos seus feitos de arma *contra os mouros, como ſam feytos, & ſfazem cada dia no do muyto alto & muyto poderoſo rey dom Ioão voſſo pay noſſo ſenhor, que em grandeza, eſpanto, & fama tem muyto grande auantagem aos de ſeus anteceſſores*[256]. Ora, se no final do prólogo do segundo livro, os exemplos dos Gregos e Romanos são evocados, o texto prefacial do terceiro livro inicia-se exactamente pela inscrição da obra numa evocação directa do Império Romano e de um modo muito directo no modelo de escrever a *História*. Nesse sentido, Castanheda evoca Tito Lívio, figura modelar no Renascimento, e cita a sua atitude face à escrita da História de Roma, lembrando tanto a figura como a admiração suscitada junto dos seus contemporâneos:"(...) foy antreles tão celebrado, que por iſſo ho teuerão em grande admiração nas prouincias eſtranhas. Em tanto que muytos naturais delas, ſendo Roma naquele tẽpo a

---

[254] *Ibidem.*
[255] *Ibidem.*
[256] *Ibidem*

mays notauel couſa do mũdo, mais hião a ela por ver a Tito liuio que a ſuas grandezas."[257]

A referência aos historiadores da Antiguidade Clássica não se encerra aqui. O cronista menciona, ainda que indirectamente, Plutarco que referencia este episódio na sua *Vida de Alexandre*, e Cícero que o nomeia no seu *Pro Archia*[258]. Esta citação é habitualmente registada no nosso Renascimento, seja na paranética seja nas trocas epistolares. O próprio pai de Fernão Lopes de Castanheda fá-lo nas oração que pronunciou em Santarém aquando da visita de D. João III e de D. Catarina[259] a esta cidade. Aliás, o recurso a este exemplo clássico, perfeitamente inscrito na figuração paradigmática de Alexandre, é uma das recorrências dos nossos textos renascentistas.

A própria inscrição da *História do Descobrimento e Conquista da Índia pelos Portugueses* numa tradição algo épica, é concretizada pela nomeação de Homero, na sua evocação de Aquiles renomeada pelo próprio Alexandre. Este é o traçar de um percurso mítico revelatório do *Herói*[260]. Ao inscrever o seu modelo de escrita em Tito Lívio e ao evocar Homero, Castanheda subscreve afinal um registo épico[261].

---

[257] *Ibidem*, I p. 493.

[258] Cf. Américo da Costa Ramalho, *op. cit*, p. 25.e Cf. Ana Paula Menino Avelar , *op. cit.*, p. 76-79

[259] Cf.*Ibidem*, p.25.

[260]"E ho meſmo fizerão outros muytos hiſtoriadores de ſuas couſas, que por ventura não foram tão famoſas , ſe aqueles que as eſcreuerão as não ſouberão tão bem repreſentar, Porque na ſua eloquencia conſiſte muyto, ſerem elas grandes ou pequenas, o que ſentindo bem aquele grande Alexandre teue Achiles por tão bẽ auẽturado em ter Homero por eſcriptor de ſuas façanhas, como teſtificão aqueles dous versos tão notorios que diſſe quando vio a ymagem Dachiles, & deſeiou tanto que Homero fora em ſeu tempo pera eſcreuer ſuas couſas, que dizẽdolhe hũa vez hũ ſeu q̃ lhe leuaua hũa grãde noua, pregũtou ſe era Homero reſucitado." Fernão Lopes de Castanheda , *op.cit.*, I, p. 493.

[261]" E vendo eu quã eſtimados erão os hiſtoriadores de couſas, que dignas de memoria. Poſto que fique muyto abaixo do engenho de Homero & não chegue à eloquẽcia de Tito liuio. Deume ousadia a eſcreuer o que os Portugueſesfizerão no deſcobrimento e cõquiſta da India ſerem as

Castanheda acentua a sua primazia na escrita destes feitos em português. Além disso, outros pretenderiam conhecer esses feitos, como o prova a impressão coeva em língua francesa do seu primeiro livro[262], traduzido por Nicolau Grouchy, que teria sido lente de artes do Colégio Real. Deste modo, Castanheda demonstraria também a sua admiração pelos mestres franceses, nomeadamente os que seguiam a escola de Bordéus. Os *bordaleses*, como seriam conhecidos, dominam o ensino no Colégio das Artes, no período que medeia entre 1549 e 1550, entrando em disputas com os mestres da Escola de Paris, ou seja, os mestres mais antigos da Faculdade das Artes.

Aliás, os inúmeros processos que irão correr na Inquisição respeitantes a estes mestres, acusados de simpatizantes de heresias, levou a que Nicolau de Grouchy - entre outros, como Jorge Buchanan-, tenha abandonado o reino. Em 1551, já Fernão Lopes de Castanheda faz o seu elogio à Companhia de Jesus. No entanto, em 1554, em vésperas da entrega do Colégio das Artes a esta companhia, e no prólogo que escreveu para a reedição do seu primeiro livro, tal referência é omissa, como aliás já referenciámos. Este mesmo terceiro livro sai a público em 1552. Fernão Lopes de Castanheda cruza-se, assim, em Coimbra com aqueles que foram um dos veículos transmissores das várias correntes do saber do Renascimento europeu[263].

Neste processo de inclusão das novas correntes defendidas em círculos culturais portugueses e muito particularmente universitários, poderemos ainda

---

façanhas tays, que em grandeza, fama & admiração, teuerão muyta auãtagem ás q̃ eſcreuerão Tito liuio & Homero." *Ibidem.*

[262]Cf. *Ibidem*, I, p.493-494

[263]Na nossa dissertação de mestrado amplamente analisámos os contactos estabelecidos entre este cronista e as diferentes facções que atravessam e se disputam a vida universitária coimbrã . Cf. Ana Paula Menino Avelar , *op. cit.*, p. 47-66.

observar a referência de Fernão Lopes de Castanheda à valorização dada ao português enquanto língua transmissora da nossa *História*, no nomear de Francisco Sá de Miranda, e a sua hábil manipulação dos géneros literários renascentistas, evocadores da Antiguidade Clássica, tanto no discurso poético quanto na prosa. Castanheda precisa alguns dos modelos seguidos e, segundo as suas palavras, igualados, por Sá de Miranda [264].

O cronista prossegue o seu prólogo reforçando as queixas face aos seus contemporâneos, os quais *tacharam*, sem nomearem, os erros que teriam sido cometidos. Com efeito, Castanheda reafirma o facto de ter durante vinte anos escrito esta mesma história, o que, de certa forma, surge quase como resposta àquelas que seriam as críticas lançadas por João de Barros. Esta reafirma que o que se tinha escrito sobre a História os portugueses na Índia até ao momento, seria algo de pouco cuidado. Por outro lado, a sua obra seria fruto de um trabalho cuidado; um trabalho que teria passado, até, por um esboço preparatório[265].

Na realidade, a acentuação da sua experiência em terras do Oriente e de não se ter unicamente socorrido de outros testemunhos, sem haver vivenciado a viagem, confirmam esta possível crítica implícita a quem, como ele, tinha impresso o primeiro livro, ou melhor, a primeira década, do que seria a História dos portugueses no Oriente. A sua *verdade* decorreria da experiência:"(...)E lâ com mil perigos, em muy eſpantoſas peleias de bõbardas & eſpingardas ſem

---

[264]"(...) fuy tambem ho primeiro que moſtrey ho engano que muytos tinhão q̃ na lingoa Portugueſa não ſe podia eſcreuer quanto quiſeſſem aſſi como nas outras, ſe ouueſſe quem ho ſoubeſſe fazer E aiudoume a moſtrar eſta verdade aquele grande poeta Portugues de muyto grande erudição ho doutor Franciſco de ſá, com as obras que tem compoſtas na noſſa lingoa em proſa & em verſo, outro Terẽcio de noſſo tempo, outyro Plauto. & outro Virgilio. E outro tão marauilhoſo engenho como ho de cada hũ deſtes. " Fernão Lopes de Castanheda, *op. cit.*, I, p.494.

[265] Cf.João de Barros, *Asia ...Primeira Década*, p. 3.

conto: E antrelas ſoube eu a verdade do que auia deſcreuer de muytas couſas de viſta & outras douuida ."[266]

A busca de informação relativamente a outros factos continuou junto de quem os presenciou, confrontando o cronista as diferentes informações: "(...)E não de quaeſqr pe ſſoas, ſenão de capitães e fidalgos, peſſoas de muyto credito que forã preſentes a elas, enformandome por mim meſmo dos mais que pude ho mais miudamẽte que mo podião dizer: E afirmandome de todos com iuramento, que ſegundo ſua lembrãça me falauam verdade."[267]

A verdade é, deste modo, um dos critérios procurados; para ele, é a possibilidade de reprodução das coisas corrigidas pela informação factual, também ela recolhida em Portugal, e de uma experiência existencial / visual, defendendo a coerência discursiva e a comprovação através de outras fontes, nomeadamente as escritas[268].Contudo, a vivência, a experiência, funcionaria como elemento depurativo do que seria narrado, o que poderia já ser, de certo modo, transformado pelo discurso do tempo[269]. Como Castanheda escreveu: "E foy me grande aiuda pera me não contentar tudo o que me dizião ho tẽpo que andey na India, & o que vi dela, que ſe iſſo não fora bem me poderão enganar

---

[266]Fernão Lopes de Castanheda , *op. cit.*, I , 494.

[267]*Ibidem*

[268] Ainda que segundo uma prespectiva que passa pela observação mais detalhada do que foi a ciência naútica em Portugal no que diz respeito a uma análise da construção de um saber Cf. Luis Filipe Barreto, *Os Descobrimentos e a ordem do Saber - Uma análise sociocultural*, pp. 76-78.

[269] " E bem pode ſer que eſtes aque pregũtey lhes não lembraria de me dizerem algũs nomes proprios de Capitães ou doutras peſſoas que dirião hũs por outros. Porem a realidade da couſa como paſſou, foy verdadeyra polos muytos que cõformauão nela, e por achar que era aſſi em cartas messiuas q̃ algũs eſcreuião a outros do que paſſaua. E aſſi em trelados & lembranças que muytos curioſos eſcreuerão do que ſe fazia naqueles tẽpos."Fernão Lopes de Castanheda, *op. cit.*, I ,pp. 494-495.

como a quẽ não tinha viſto a terra, nem ſabia como ſe podião ou não podião fazer nela as couſas, nos lugares em q̃ acõtecerão(...)"[270].

Assiste-se a um processo de concepção da categoria de verdade empírica, a qual flui de um conceber a História segundo um próprio conceito retórico de tradutor da verdade. Esta seria nitidamente entendida como veracidade, isto é, o discurso deve respeitar, na sua composição, a ordenação e as diversas modelações que a experiência provoca; ou melhor, é concebida como processadora desse discurso[271]. Perfeitamente demonstrativo da construção do fazer História, é a inscrição desta narrativa, não só naqueles que seriam os modelos antigos e modernos, mas também na forma de escrita de Zurara, que foi aos reinos de Alcácer para *eſcreuer como teſtemunha de viſta o que os noſſos fizeſſem*, e que recebeu a protecção do monarca. O reforço da sua experiência surge através do polissíndoto: "(...)Porque muyto ſobre natural ha de ſer ho engenho que ha de ſaber eſcreuer do que nunca vio. O que ſe me não pode dizer Porque vi tormentas, vi batalhas no mar & peleias na terra, & espedaçar nauios, & bater muros & vẽcer a ĩmigos, & falo como ſprementado(...)"[272].

A conclusão deste prólogo obedece à estrutura sincrónica -presente num todo, a *História do Descobrimento e Conquista da Índia pelos Portugueses*-, e ao encadeamento modelar estabelecido entre os vários prólogos. Assim, face ao *emparo de V. A.*, o cronista espera a impressão dos restantes livros, apesar de todas as pesadas críticas. Além disso, porque o livro é dedicado à Rainha, e porque o Rei governa sobre um povo que se insere num universo de povos, sendo, porém o mais bem aventurado:"(...) por ter ho mays excelente & ſingular Rey dos que

---

[270] *Ibidem*

[271] Cf. Marie -Dominique Couzinet, *Histoire et Méthode a la Renaissance,- Une lecture de la Methodus de Jean Bodin*, Paris, Vrin, 1996, p. 40.

reynão em todo ele. Por nos defender das muyto grandes & enſofriueys oppreſſões, que os outros pouos padecẽ, como he notorio. Aſſi ho ſomos em ter por Raynha & ſenhora a V.A. cuias heroycas virtudes não tem conto & aquem outra nenhũa princeſa he igoal."[273]

Esta é uma Europa agitada por várias tensões: as lutas entre França e o Império que se prolongaram durante um período de 40 anos; as guerras travadas contra os ventos reformistas; o accionar da política de alianças entre os estados, implicando a inclusão de vários estados europeus em diferentes disputas, nomeadamente fronteiriças. Recorde-se ainda a tentativa de estabelecimento de uma aliança que protegesse a Europa da ameaça otomana, respondendo aos pedidos da Santa Sé, Veneza e Hungria. Recordem-se também as disputas entre cidades italianas, entre príncipes alemães, entre os portos Hanseáticos e a Dinamarca, entre a Inglaterra e a Escócia; e a enumeração poderia continuar.

Serão sintomáticas as palavras de Philippe de Commines que, por volta de 1500, descrevia de uma forma mais ou menos geral este estado de coisas. Era como se a Europa estivesse condenada a ser retalhada pelas múltiplas e mútuas hostilidades. Ainda que o conhecimento deste diplomata e conselheiro de Carlos VIII de França fosse de certa forma circunscrito à Europa -"(...) for the affairs of Asia and Africa I am not sufficiently informed."[274]-, ele assumiria que este clima de constante hostilidade constituiria uma norma - "(...) all the world over."[275]

O exercício da paz era um dos princípios defendidos pelos teóricos do bom governo do príncipe. Como frei António da Beja escreveu na sua *Breve Doutrina e*

---

[272] Fernão Lopes de Castanheda, *op. cit.*, I , p.495.
[273] *Ibidem.*
[274] Citado por John Hale, *The Civilization of Europe in the Renaissance*, p. 94
[275] *Ibidem.*

Ensinança de Príncipes:"Ho fim do regimento publico, quando he verdadeiro, he paz. E entonces se governa bem a república quando a paz e sossego do povo se guarda."[276] A defesa feita por parte de Fernão Lopes de Castanheda da política de neutralidade [277] de D. João III, decorreria do que seria, de certa forma, o levar à prática o ideário de *bom governo*. O próprio situar de Portugal na Europa, e a referência ao contexto político, constitui o núcleo temático do texto prefacial que acompanha o quarto e o quinto livros, visto estes terem o mesmo prólogo. É igualmente um dos temas recorrentes no Renascimento português, a ideia de que Portugal seria o único país que, no século XVI, se encontraria em paz, como relembra Luis de Matos no seu livro *L'Expansion Portuguaise dans la Littérature Latine de la Renaissance*, evocando a oração de Arnaldo Fabrício, intitulada *De liberalium artium studiis oratio.*

Ao iniciar o seu texto prefacial, o autor evoca o costume persa, segundo ele, preservado em toda a Ásia, de se ofertar algo ao monarca e a outras pessoas reais no momento em que se efectua uma visita. Duas notas deverão ser assinaladas. A primeira prende-se com o facto de neste livro se continuar com a exposição da nossa actuação mais ou menos permanente naquele espaço asiático. Recordemos que é exactamente no capítulo XCVII, do livro segundo, que se descreve o senhorio do Preste João, e que as referências à presença portuguesa no golfo pérsico se acentuam, consideravelmente, a partir do terceiro livro. A segunda nota prende-se com a valoração atribuída pelo Renascimento à herança persa, muito particularmente através da construção do modelo cultural

---

[276] Frei António da Beja, *Breve Doutrina de Ensinança dos Príncipes*, Lisboa, Instituto de Alta Cultura, 1965, p. 147.

[277] Para um breve situar nesta problemática referente à actuação diplomática de D. João III. Cf. Pedro Soares Martínez, *História Diplomática de Portugal*, Lisboa, Editorial Verbo, 1986, pp.103-104.

propagandeado por Alexandre, e, através desta figura, inscrito nos anais históricos da Antiguidade Clássica.

Após enunciar as virtudes de tal costume, expõe-se a obrigação a ele subjacente, visto serem as «pessoas reais»:"(...) noſſos ſenores na terra, & na que he ſua viuemos: & temos noſſas fazendas & nos dam leys per q̃ ſomos gouernados & regidos: & finalmẽte nos mantem em paz & em juſtiça que he parte da bem auenturança deſte mundo."[278]

De seguida, o cronista elogia as virtudes da princesa D. Joana a quem dedica estes livro, como ele próprio afirma, *auẽdo de visitar V.A.* A explanação laudatória da genealogia da princesa, denuncia o conhecimento que, segundo a *dispositio* retórica, Fernão Lopes de Castanheda revela do contexto político europeu, seguindo um processo de *decoro* retórico, ocultador / revelador daqueles que seriam os principais conflitos que cruzavam a Europa coeva. Castanheda utiliza a *ampliatio* discursiva, aplicando-a como estratégia narrativa criadora de um certo clímax oratório[279].

---

[278] Fernão Lopes de Castanheda , *op. cit.*, I ,p.867.

[279] "Deyxo agora a nobreza & antiguidade de voſſo eſclarecido ſangue de todas as partes, dos mais excelẽtes ẽperadores Dalemanha, de tãtos & tão famoſos & bẽ auẽturados Reys do antigo & muyto nobre ſangue dos godos, abaſta ſer. V. A. filha daq̃lles dous lumes do mũdo, Carlos quinto rey dos Romãos & Emperador Dalemanha & rey de Caſtela & doutros ẽ eſpanha & fora della , & ſenor de grãdes ſenhorios: cuja fortuna foy em tãto crecimẽto q̃ per ſeus capitães rompeo cõ eſtrago eſpãtoſo ho cãpo de Frãciſco Rey de França, que nele eſtaua em peſſoa com poder que parecia inuenciuel, & o desbaratou & prẽdeo com muytos ſenhores de Frãça: a quem ho Turco terror do mundo entrando com ſeu temeroſo exercito por Vngria volueo as coſtas & não ouſou dir auante cõ medo de pelejar com ſua mageſtade que tinha diãte: & cõ ardentiſſimo zelo da gloria do eterno Deos todo poderoſo & da religião Christaã, eſquecido dos immenſos trabalhos da guerra, penetrou polas frialdades grandiſſimas da alta Alemanha, & desbaratou aquelas duas crueis & danoſas beſtas, cabeças & colunas da peſſima & abominauel hereſia luterana ho duque da Saxonia & ho Lanſtgrauio: & ſometeo todas aquelas terras que eſtauão corruptas deſta maluada hereſia a ſanta Se Apoſtolica: & fez outras muytas e notaueis couſas, que deixo por não parecer que ſcreuo hiſtoria. Ho outro lume do mundo foy ſua molher a emperatriz dona Iſabel voſſa may, exemplo de todas as virtudes, q̃ com tanto aſſeſſego

Seguindo o que seria a logicidade do seu discurso, Fernão Lopes de Castanheda passa pelas virtude do príncipe D. João *em quẽ ſe achão todas as boas & virtuoſas inclinações que conuem a hũ bom principe*, a função do bom pai, e de sua boa mãe, entrando na excelência dos feitos em armas dos portugueses. De novo acentua a importância dos bons vassalos no crescimento do reino, a perfeita assunção da natureza corporativa da sociedade, auxiliando-se, para tal, do valor do exemplo. Tal sucede com o recurso a Dario, pois não nos deveremos esquecer que esta figura foi objecto do discurso histórico de Heródoto. Castanheda menciona a admiração que Dario teria por Zopiro, que se teria revelado tão esforçado e prudente na guerra aquando da conquista da Babilónia. No terceiro livro sobre o reinado e campanhas de Dario, o próprio Heródoto refere estas palavras.

A dimensão exemplar deste passado é por ele acentuado, tendo sempre em atenção o valor dos vassalos, no quadro político das monarquias, os quais serão o sustentáculo do reino[280]. Deste modo, a razão de um declínio e queda de

---

gouernou Caſtela, & outros reynos deſpanha: em tantos annos que S. M. foy auſente, que nunca ſeus vaſſalos ho acharão menos (...)"*Ibidem*,I,pp.867-868.

[280] "(...) porque de que tem os Principes & ſehores mais neceſſidade que de bõs vaſſalos, que os fazem ſer amados de ſeus naturais & temidos de ſeus ĩmigos, que lhes ſegurão ſeus Reynos, & acrecentão outros a ſeus ſenhorios, com que os fazem ricos, & eſtendem por toda a terra ſeu nome com muyto grande louuor & fama. E bem ſentia iſto aquele grande Rey Dario quando diſſe que queria tantos Zopiros como erão os grãos da romaã, por ſer Zopiro tam eſforçado & prudente na guerra que lhe conquiſtou Babilonia, & aſſi fizerão outros muytos & bõs vaſſalos muy grandes & aſſinados ſeruiços a ſeus ſenhores, como as hiſtorias antigas & modernas dão teſtemunho: que cotejados cõ os que fizerão os Portugueſes ficão muyto abaixo deles, pois os das outras nações acabarão, & os ſeus ſempre permaneçem: os Aſſirios, os Medos, os Perſas, cujas monarchias forão de tantos Reynos, de cidades tam notaueis, de gente ſem conto, emnobrecidas com tam groſſas riquezas, fortificadas com tão medonhos & eſpãtoſos exercitos que cobrião a terra & ſecauão os ricos, todos acabarão & ſe deſfizerão em pouco tempo: & eſtes Reynos no mundo tam celebrados ficarão ſugeitos a outros. A monarchia dos Gregos & do Romãos que forão muyto mayores que eſtoutras, & q̃ pareceo que auião de ſometer todo o mundo a ſeu imperio quaſi que não durarão nada pera ho começo que leuauão: & aſſi outras muytas de barbaros,

muitas monarquias, nomeadamente dos assírios, medos, persas, gregos, romanos, teria a ver com:"(...) culpa dos vaſſalos deſtes monarcas, que ou por treições ou por outras maldades forão cauſa de ſe apagarem & deſfazerem."[281]

Fernão Lopes de Castanheda aproveita esta sua constatação para enunciar o que seria a acção dos Portugueses enquanto conjunto. Esta ideia do *corpo* como elemento constituitivo da História é um dos traços essenciais do seu discurso historiográfico. Dele ressalta a unidade do conjunto, onde todavia se revela o valor individual. Contudo, noutros relatos, como o de Gaspar Correia, o que pontua o discurso da *História* é a deambulação pelos vários intervenientes no processo de decobrimento e conquista da Índia, como aliás já referimos.

A ideia de *nação* será um dos elementos constituintes do discurso de Fernão Lopes de Castanheda. No seu texto ele recorre a processos estilísticos que contribuem para o empolgamento oratório do final deste prólogo. Para além de partir da constituição do reino de Portugal, do seu percurso em África e na Ásia, Castanheda concretiza plenamente o *movere* discursivo no *ouvinte/ leitor*. Acentua ainda o ritmo da narrativa que culmina no animismo estilístico, com o qual pretende encantar a audiência.

Os portugueses serviram com lealdade os seus reis:"(...)ſobre as outras nações, não ſomente ho engroſſarã em Eſpanha, nem ſe contentarão de ho eſtender por Africa: mas abrindo nouos mares & deſcobrindo nouos mundos, dobrando aquele eſpantoſo cabo de boa eſperança, eſtenderão ho ſenhorio de Portugal & ho fizeram conhecer em Ethiopia, Arabia, Perſia, & nas Indias."[282]E

---

gregos, & latinos, que ſe apagarão: de maneira q̃ não ha nenhũa memoria delas."*Ibidem*, I, p. 868-869.

[281] *Ibidem.*

[282] *Ibidem*,I, p.269.

continua Castanheda:"(...)não deſcanſando ainda aqui ſeus brauos corações, ho leuarão ate a riquiſſima China pela banda do norte: & ate as odoriferas ilhas de Maluco pela bãda do ſul: receo de medonhos perigos ſoſteuerão ho ſenhorio de Portugal neſtas, arreigandoho de cada vez mais. Em tãto q̃ parece que a terra, ho mar, & a gente ſe cõuidão pera ho receber."[283]

Após o elogio à princesa D. Joana, e o pedido de protecção dos seus vassalos, surgem três composições poéticas de Fernando Coronel, dirigidas ao rei D. João III, e feitas a próposito da *hiſtoria Indica nunc recens edita* , de Fernão Lopes de Castanheda. Num tom *épico*, o poeta celebra aí os feitos dos portugueses e muito particularmente a escrita deste cronista, inscrevendo-a na tradição que seguiria o modelo de Tito Lívio[284].

O último prólogo escrito por Fernão Lopes de Castanheda, fecha o ciclo iniciado com o primeiro, visto ser também ele dirigido ao monarca D. João III. Castanheda discorre aí acerca de vários tópicos: a importância da *História* e da sua função; o seu carácter didáctico-pedagógico; a inscrição do seu fazer *História* nas correntes da época - a filiação em Gomes Eanes de Zurara,Tito Lívio, Plutarco, Homero, Heródoto, Marco Túlio Cícero; a explicitação de modelos, motivações, e a relação estabelecida com os contemporâneos, nomeadamente através das várias críticas de que foi alvo. Depois de ter explanado o seu conhecimento sobre os grandes conflitos políticos europeus e a defesa intransigente dos portugueses, enquanto *corpo* que alcançou a sua *História dos Descobrimento e Conquista da Índia pelos Portugueses*, surge a evocação de Marco Túlio Cícero e das suas *Tusculanae Disputationes*.

---

[283] *Ibidem.*

[284] Cf. *Ibidem*, I, 870-871 . Relativamente ao possível percuros literário de Fernando Coronel não nos foi dado encontrar qualquer notícia.

Esta era uma obra de leitura obrigatória nas escolas pré-universitárias da Europa[285]. Ora, como analisámos na nossa dissertação de mestrado, este cronista teria decerto estudado em Coimbra, o seu cargo de bedel assim o indicia. Deste modo, o seu conhecimento dos clássicos passaria pela leitura dos mesmos, não só através dos rudimentos que lhe teriam sido dados na sua formação académica, mas igualmente pelo acesso quotidiano às obras através do cargo de guarda do cartório e da livraria da Universidade de Coimbra. Por outro lado, dever-se-á lembrar a proximidade dos círculos humanistas de Coimbra, o contacto com os lentes que cursavam as humanidades, os quais trocavam correspondência com os outros humanistas europeus, numa vivência mais alargada, europeia do propósito renascentista de existência de uma certa "República das letras", e ainda a proximidade dos círculos que se formavam em redor da imprensa. Não deveremos esquecer, por fim, a proximidade existente entre Castanheda e os impressores da Universidade, pois ele tinha a seu cargo a guarda do material de impressão que entregava aos impressores sempre que estes o solicitassem[286].

Regressemos a este prólogo e à expressão escolhida pelo cronista para o seu início. De imediato é citado o prólogo das *Tusculanae*, obra que, segundo alguns especialistas, procura o sentido da condição humana, e onde Cícero, depois de afirmar a importância de existir uma literatura filosófica em Roma e de enumerar as capacidades e qualidades dos Romanos[287], afirma que estes

---

[285] Cf.Américo da Costa Ramalho, *Para a História do Humanismo em Portugal*, Lisboa, Instituto Nacional de Investigação Científica, 1988, pp. 36-37 .

[286]Cf. Mário Brandão, *D Documentos de D.João III*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1937-1941,I , pp.139-140.

[287] Como Maria Helena da Rocha Pereira refere nos seus *Estudos de História da Cultura Clássica*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1990,II, p.174 e passo a citar:"Os Romanos são superiores pelos costumes e instituições (*mores et instituta vitae)* e que a sua forma de governo *(res publica)*é mais temperada. É melhor o exército e sua disciplina. Têm mais gravidade, constância,

conheceram tarde a poesia e não lhe prestaram as devidas honras[288]. Cícero considera que *honos alit artes*[289]. Parafraseando Cícero, escreve Fernão Lopes de Castanheda:"Sentença he Tulio nas ſuas tuſculanas, muyto alto & muyto poderoſo Rey noſſo ſenhor q̃ a hõrra cria as artes & deſejoſos da gloriada virtude, nos acedemos pera ganhar."[290]

Com efeito é igualmente nas *tusculanas* que Cícero igualmente analisa a questão da glória e da virtude. Socorrendo-nos da tradução de Maria Helena da Rocha Pereira, observemos as palavras de Marco Túlio Cícero:"A glória é coisa sólida e moldada, não apenas esboçada: é o louvor concorde dos bons, a voz incorrupta dos homens que sabem avaliar da excelência da *virtus*, é aquele que se faz eco da *virtus*, como se fosse a sua cópia."[291] Por outro lado, *virtus* seria:"(...) aquilo que chamamos honesto, recto, conveniente, dando-lhe por vezes o nome de *virtus* (...)"[292].

Obedecendo a estes princípios, defende o cronista o *bom governo* do Rei face aos seus vassalos, isto é, a recompensa que deverá ser dada com honras e mercês. Não deveremos esquecer que, no prólogo anterior, Fernão Lopes de Castanheda tinha exactamente elogiado a acção dos portugueses enquanto os *melhores vassalos q̃ podẽ ſer* concretizando neste momento que se deveriam galardoar as façanhas nas armas, na ciência das letras, e nos engenhos das artes mecânicas, pois tal era o costume entre Gregos e Romanos; e quando tal costume cessou, logo se inverteu a situação, e:"(...) nem ouue mais capitães,

---

grandeza de alma, honestidade, lealdade."sendo só superados pelos gregos naquilo que diz respeito à cultura e às letras.

[288] *Ibidem* ,II, p. 121 .

[289]Cf *Ibidem,* n. 14.

[290]Fernão Lopes de Castanheda, *op. cit.*, II,p.371.

[291] Maria Helena da Rocha Pereira,*Estudos de História da Cultura Clássica* ,II, p.334.

[292] *Ibidem* ,II, p.403.

nem caualeyros, & falecerão os ſabios, & letrados: nem ouue mais officiaes que nas arte macanicas ſe prezaſſem de terem as perfeições que os antigos teuerão."[293]

Ora, o Renascimento é um período em que se levantam toda uma série de questões relativamente ao posicionamento das ciências, das armas, das letras, muitas vezes reclamando a superioridade de umas em relação a outras. Castanheda opta por as diferenciar, sem no entanto estabelecer qualquer tipo de hierarquização. É a recompensa do trabalho, um dos motores de valorização.

Após denotar o interesse que a Rainha teria manifestado face ao primeiro livro, evoca as palavras que ela teria dito a D. Maria de Noronha, acerca da necessidade de a sua obra ser conhecida. De novo, aproveita para lembrar a edição do primeiro livro em França e a preparação de uma impressão em língua italiana[294].

Com efeito, o primeiro livro de Fernão Lopes de Castanheda é impresso em língua francesa, em 1553, tendo sido traduzido por Nicolau Grouchy. Assim, quando sai este sétimo livro, o cronista escreve *impreſſa parte dela em frãça.* Porém, da tradução italiana não se encontrou qualquer vestígio material. Isto, embora Francisco Leite de Faria observe haver indicações que apontam para ter existido uma publicação feita, em Roma, por A. Cravaliz[295] no ano de 1556. Assim se explicaria que, em 1554, no momento de impressão deste livro, Fernão Lopes

---

[293] Fernão Lopes de Castanheda , *op. cit.*, II,p.371.

[294]" Que couſa tamanha como aquela, mais cedo ſe ouuera de pubricar, & não ouuera deſtar eſcondida tanto tempo, & de ſer auida por muyto miraculoſa nos reynos eſtrangeiros: he impreſſa parte dela em frãça & ſe imprime em Italia: polo que mereço merce pois fuy ho primeiro portugues que tomey tão honrrada empreſa, & lhe dey fim tanto a minha cuſta como noſſo ſenhor Deos he teſtemunha(...)"*Ibidem*, II, p.372.

[295] Cf.Francisco Leite de Faria, *Estudos Bibliográficos sobre Damião de Góis e a sua Época*, Lisboa, Secretaria do Estado da Cultura,1977, p. 189

de Castanheda escrevesse que *ſe imprime em Italia.* Possivelmente ter-lhe-ia chegado a informação relativamente ao trabalho de tradução em curso.

O oitavo livro é já impresso em 1561, com um texto prefacial da autoria dos seus filhos. Estes reafirmam o cansaço de seu pai no sentido de cumprir a tarefa de escrever os feitos dos portugueses. Evocam ainda a protecção régia, com o objectivo de que, para além deste oitavo livro, o nono e o décimo fossem igualmente publicados, desta forma dando resposta *ao muyto trabnalho que ho Autor nele teue,& alcance ho fim que pretendeo*[296]. O próprio sétimo livro encerra com *Finis.* As últimas palavras do prólogo defendem que os vassalos deverão receber de seu príncipe uma recompensa para *ſerem tão nomeados polo mundo como ſam*[297].

A obra de João de Barros é perfeitamente concorrencial ao primado de uma *História dos Portugueses no Oriente.* Dela saiu a primeira ***Década***, logo a seguir à impressão, em 1552, do primeiro livro de Fernão Lopes de Castanheda. Assim se compreende que o núcleo temático central da primeira ***Década*** seja exactamente o explanar do porquê e da necessidade do escrever uma *História*, bem como do processo seguido por Barros nessa sua construção. Desta forma, João de Barros poderia, de certo modo, fundamentar, para si, o primado na escrita de uma História da Expansão.

Como demonstrámos no caso dos diferentes textos prefaciais de Fernão Lopes de Castanheda, encontramos nestes uma logicidade discursiva que valida a narrativa. Cada um dos prólogos funciona numa relação directa não só com os contéudos temáticos dos vários livros, mas fundamentalmente com um ideário conceptual que acompanha a escrita da cronística da Expansão, ou melhor, o entendimento que dela tinha Fernão Lopes de Castanheda. É também este o

---

[296] Fernão Lopes de Castanheda, *op. cit.*, II,p.559.

princípio que se encontra subjacente à estrutura dos prólogos que acompanham as três *Décadas* de João de Barros. Após o primeiro prólogo, expositor da filosofia discursiva de Barros, encontramos, na segunda *Década*, a explicitação concretizada do processo de construção da Expansão, num paralelismo com os grandes objectivos a que pretende responder o texto. Aí se insinua uma crítica mais ou menos aberta a outros que sobre os Descobrimentos já haviam escrito. Por último, o prólogo da terceira *Década* consubstancia aqueles que seriam os *princípios vitais* do seu escrever a História, elaborando uma resposta actualizante aos modernos que igualmente praticavam esse *ofício*, e aos antigos que a escreveram, os quais funcionavam como seus modelos .

Mas comecemos pelo seu primeiro prólogo. De imediato encontramos a explanação do que seria o princípio filosófico a partir do qual se formularia a necessidade de um escrever a História. A sociedade do século XVI é regida pelas Leis da natureza as quais regulam o *mundo*. João de Barros enuncia o propósito geral das *coisas* que: " (...) trabálham em ſeu modo por ſe fazer perpétuas."[298]As da natureza dispõem, segundo o cronista, de virtudes generativas que as perpetuam, as quais são da *autoria* do homem e devido ao seu tempo natural de vida, acabam com o autor, recorrendo-se :"(...) por con ſeruar ſeu nóme em a mémora dellas, buſcaram huũ diuino artificio que repreſentáſſe em futuro, o que elles obráuam em preſente."[299] O discurso de João de Barros subscreve a validade lógica, através do traçar de um percurso aristotélico na exposição de premissas demonstrativas que justificam este caminho por entre raciocínios

---

[297] *Ibidem*, II,p.372.
[298]João de Barros , *Ásia ....Primeira Década* , p.1.
[299] *Ibidem.*

lógicos, aparecendo o artifício da linguagem, e o poder da palavra, numa nítida aproximação ao Génesis 2,19-20.

O processo de nomeação de Adão vem depois do sopro da vida, sendo a sua nomeação a da essência da coisa. Isto apesar de, como Maria Leonor Buescu refere, João de Barros se inscrever no que vinha sendo defendido pelos gramáticos medievais, numa nítida vinculação ao Antigo Testamento: "(...) o homem moderno, que desperta nele, parece entrever novas premissas para o problema, e afirma que"ao homem é natural a fala", embora tal faculdade, tornada natural, seja sem dúvida dom de Deus (...)"[300].Verdadeiramente exemplar do seu modelo de escrita, é o continuar do discurso elaborado por João de Barros, o qual estabelece a comparação entre a fala e o registo escrito, sempre numa perfeita vinculação ao vector geracional da interrogação do homem *moderno* do que será a natureza[301].

O seu discurso bebe na retórica ciceroniana e assimila aquilo que Kristeller tão bem caracteriza do pensamento ciceroniano, o qual funciona igualmente como:"(...) model of that ecletic type of thinking wich was prepared to take its crumbs of knowledge wherever it could find them, and wich also charaterizes many of the humanist treatises ."[302]

---

[300] Maria Leonor Carvalhão Buescu, *Gramáticos Portugueses do século XVI*, p. 24.

[301] "(...) Pois vémos que eſta natureza pera gerar algũa couſa, corrompe & altera os elementos de que é compoſta, & as letras ſendo elementos de que ſe compõem, & fórma a ſignificaçam das couſas, nam corrompoem as meſmas couſas nem o jntendimento(póſto que ſeja paſſiuo na intelligençia dellas polo módo de como vem a elle) mas vanſe multiplicando na párte memorátiua per vſo de frequẽtaçam, tam eſpiritual em hábito de perpetuidade, que per meyo dellas no fim do mundo, tam preſentes ſerám áquelles que entam forem néſſas peſoas feitos & ditos, como oje per eſta cuſtódia literal, ę viuo o que fizęram & diſſęram os primeiros que fõram no principio delle ."João de Barros, *Ásia ....Primeira Década*, p.2.

[302] Paul Oskar Kristeller,*Renaissance thought and its Sources*,Nova Iorque, Columbia University Press, 1979, p. 29.

Após ter desenvolvido o cárater original da escrita, e de confrontar o *fruto dos actos humanos* com *os frutos da natureza*, João de Barros inscreve a necessidade de guardar os feitos dos homens para que eles possam servir de exemplo. O tema da negligência da *nação* portuguesa é igualmente recorrente neste cronista. O conceito de nação assume aqui, como aliás já referimos para outros cronistas, a valoração latina .A acção para os portugueses seria pois o objectivo primeiro, realizando estes:" (...) os feitos que lhe compẽtem per milicia, & que mais ſe preza que dizer: quis neſta párte, vſar ante do officio deſtrangeiro, que de condiçam de natural."[303]

O cronista pretende escrever o que foi feito pelos portugueses no *Descobrimento e Conquista do Oriente*, para que a memória dos feitos permaneça, obedecendo ao que seria uma das funções da História: ela é igualmente memória constituitiva de um saber, o próprio conhecimento funcionaria enquanto construído no que se lembra, por isso a sua escrita é: " (...) por ſe nam perderem da memória dos hómeẽs que viẽem depois de nós tam glorióſos feitos, como vemos ſerem perdidos de vóſſos progenitóres, mayóres em louuor do que lemos em ſuas chronicas (ſegũdo móſtram alguũs fragmẽtos de particuláres eſcripturas)."[304]

Topos recorrente do nosso Renascimento é, como temos referido, o paradigma de Alexandre, também referido por Barros através da evocação da sua expedição à Ásia, destino dos portugueses, e do facto de trinta e um escritores sobre este tema terem discorrido "(...) que jmitar o deſcuido de muytos, a quem eſte meu trabálho per officio & profiſſam competia (...)"[305], não seria talvez algo

---

[303] João de Barros, *Ásia ....Primeira Década* , p.2.
[304] *Ibidem*
[305] *Ibidem*pp.2-3.

de muito estranho. Contudo, as razões de tal premissa não são totalmente clarificadas pelo autor, até porque estaria decerto implícita uma crítica velada a alguém que antes dele teria publicado, e recebido protecção do monarca para o continuar a fazer uma História dos Portugueses no Oriente, onde esta expedição de Alexandre era evocada.

Referirmo-nos a Fernão Lopes de Castanheda. Esta chamada de atenção não passaria despercebida a quem ouvisse ou lesse João de Barros. No entanto, o recurso a este exemplo é por demais paradigmático, até pela necessidade de superação dos Antigos; não deveremos esquecer todo o simbolismo representado por esta figura ao longo da Antiguidade Clássica, da época Medieval e da Renascença[306].

Por outro lado, o espaço em João de Barros é concebido a partir de um mundo já representado como uma *esfera*. Os portugueses andaram por toda a *terra maritima de África e Ásia*, e ainda por *outros maiores mundos*. João de Barros cruza, deste modo, uma conceptualização em que a globalidade impera. Ao mesmo tempo, o objecto sobre o qual se exerce o poder, é uma terra marítima, isto é, o espaço dominado, o espaço sobre o qual os portugueses exercem o seu poder, é o mar. Se é certo que o autor utiliza a ideia de um mundo representado de um modo mais ou menos objectivado, ele não deixa de ter em atenção o facto de existirem espaços delimitados que funcionariam como *mundos próprios*, que

---

[306] É o cronista que escreve que: "Pois avẽdo cento & vinte annos (porque de tãtos tráta eſta eſcriptura) que vóſſas ármas & padrões de victórias tem tomádo póſſe, nam ſómente de toda a tẽrra maritima de Africa & aſia: mas ainda de outros mayóres mundos do que Alexándre lamentáua por nam ter noticia delles: nam ouue alguem que ſe antremeteſſe a ſer primeiro neſte meu trabálho, ſómẽte Gomezeanes de Zurára chroniſta mór deſtes reynos em as couſas do tempo do jnfante dom Anrique(do qual nós confeſſamos tomar a mayór parte dos ſeus fundamentos, por nã roubar o ſeu a cuiu ẽ" *Ibidem*.

Alexandre lamentava por não ter noticia deles, e com os quais os portugueses tinham entrado em contacto.

Assiste-se à inscrição do escrever a *História* não só através do recurso a modelos clássicos, mas também a quem antes, e em Portugal, tinha escrito, não só a *História* , entenda-se as crónicas régias, mas também contado o que se teria passado ao tempo do Infante D.Henrique, sendo mesmo este a sua fonte primordial. Recorde-se que o projecto de João de Barros abrange não só o contar dos feitos dos Portugueses no Oriente, mas também os que precederam essa vertente da Expansão, nomeadamente as conquistas em terras de África.

João de Barros expõe ainda o seu método de trabalho, considerando que: "(...) a mageſtáde & grandeza da óbra, nam fuy tam atreuido que lógo como iſto deſejey puſeſſe mãos a ella: ante tomey por cautélla deſte cometimento, vſar do módo que tem os archetectores.Os quáes primeiro que ponham mão na óbra a traçam & debuxam,& de ſy apreſentam eſtes diliniamentos de ſua imaginaçam, ao ſenhor de cujo ha de o edificio."[307]

A filiação do seu trabalho numa outra arte, neste caso a arquitectura, que obedece a regras de construção e a modelos estudados de aplicação, aponta para o que seria a aplicação de um método de trabalho pré-ordenado, obedecendo a regras estabelecidas. Compreende-se então que, num prólogo onde os propósitos gerais são apresentados e onde se legitima um discurso, se encontre, no primeiro capítulo, a explicitação do modo como foi ordenada a narrativa histórica.

O mecenato encontrava-se presente no trabalho do arquitecto, e, para João de Barros, também o trabalho histórico obedeceria a essa necessária autorização régia, pois a "(...) materia de que eu queria tractar era dos triũphos

---

[307] *Ibidem*, p.3.

deſte reyno(...)"[308]. Daí a apresentação feita ao monarca do que seria o debuxo de tal trabalho, precisando João de Barros o momento da sua apresentação. Esta decorreria no ano de 1520, em Évora, e estaria ligada à recepção calorosa ao monarca e ao facto de ainda se encontrarem testemunhas de tal acolhimento. O monarca teria, aliás, protegido esta sua empresa. Vicissitudes várias levaram a que João de Barros não tenha de imediato continuado este seu trabalho. Ele seria prosseguido a partir do momento em que o autor ocupa, primeiro, o lugar de tesoureiro e, posteriormente, da Casa da Índia, da Mina .

É fundamental o facto de João de Barros ter filiado esta sua obra numa tradição radicada em Homero. Se, por um lado, esta filiação denuncia o desejo do autor de escrever uma epopeia, por outro lado, ele não deixa de referir que o seu *debuxo* não é uma *vactrachcmicmáchia* - guerra de rãs e de ratos -, como sucedera com Homero, o qual, segundo João de Barros, tinha tido como intenção"(...) exercitar ſeu engenho ante q̃ eſcreueſe a gueꝛra dos Gregos & Troyanos(...)"[309].

Ora, segundo Maria Helena da Rocha Pereira, esta obra é um poema *herói-cómico*[310], e, como poesia-narrativa, "(...) draw heavily for their effects on

---

[308] *Ibidem.*

[309] "(...)Porq̃ como eſta matꝛia de que eu queria tractar ꝛa dos triũphos deſte reyno, dos quáes nam ſe podia falar ſalar ſem a licença do autor delles, que naquelle tempo deſte meu propóſito é ꝛa rey vóſſo pádre de glorióſa memória: eſtando ſua alteza em Euora o anno de quinhentos & vinte, lhe apreſentey huũ debuxo feito em nome de vóſſa alteza, porque com eſte titulo antelle foſſe acepto.O qual debuxo feito nã ꝛa algũa vatrachcmicmáchia, gueꝛra de raãs & rátos, como fez Homro por exercitar ſeu engenho ante q̃ eſcreueſſe a gueꝛra dos Gregos & Troyanos: mas foy hũa pintura metaphórica de exercitos & figuras humanas, neſta figura racional do emperador Clarimũdo, titulo da tráça (conforme á jdade que eu entam tinha) afim de aparár o eſtilo de minha poſſibilidáde pera eſta vóſſa Aſia. A qual pintura por ſer em nome de vóſſa alteza, aſſy contentou a el rey vóſſo pádre depois que ſoube ſer jmájem deſta que óra trácto, que logo me pagou neu trabálho: dizendo auer dias que deſejáua eſtas couſas das pártes do oriente ſerem póſtas em eſcriptura, mas que nunca achára peſſoa de que ò confiáſſe, que ſe me eu atreuia a eſta óbra(como o debuxo moſtráua) o meu trabalho nam ſeria antrelle perdido." *Ibidem.*

[310] Maria Helena da Rocha Pereira," Homero" *in Enciclopédia Luso-Brasileira*, 10, p.419.

epic convention."[311]Barros distancia dele, afirmando que fez:"(...) hũa pintura metaphórica de exercitos & vitórias humanas, neſta figura racional do emperador Clarimũdo(...)"[312]. Porém, como afirma Borges Coelho, esta obra é uma novela de cavalaria, e:"(...) compraz-se nos combates com espadeiradas de rachar corpos até ao selim dos cavalos, nas paixões não correspondidas ."[313]

Esta obra traduz igualmente o ambiente que se vive na coroa portuguesa de exaltação heróica, de desígnio mais ou menos profético. Nesta obra, esse desígnio consusbtanciar-se-ia na profecia de Fanimor. Já em Fernão Lopes de Castanheda, ele revelar-se-ia na profecia de Sibila Cumea, introduzida na reedição do seu primeiro livro em 1554. Trata-se, afinal, de todo um imaginário simbólico que cruza a mundividência da corte portuguesa de Quinhentos .

António Banha de Andrade defende ainda que se deverá ter em atenção que João de Barros, através da:"(...) simbologia das façanhas heróicas de personagens imaginários, a servirem de moldura heráldica aos monarcas portugueses(...)"[314] procurar " (...) criar ambiente heróico para a Corte lusitana e traçar o retrato do Príncipe de acções valorosas e virtudes comprovadas."[315] Aliás, tal intenção tornar-se-á clara no panegírico que escreve em 1533 a D. João III, por altura da presença do monarca em Évora, como refere M. Rodrigues Lapa, e quando o rei assistia" (...) aos trabalhos da restauração do aqueduto de Sertório, cujos alicerces tinham sido descobertos pelo arqueólogo André de Resende em 1530."[316]

---

[311]Alex Preminger, T.V.F.Brogan ,*op.cit.*, p.815.
[312]João de Barros, *Ásia ....Primeira Década* , p.3.
[313] António Borges Coelho ,*op.cit.*, p.24.
[314] António Banha de Andrade,*op.cit.*, p.56.
[315] *Ibidem*.
[316] João de Barros , *Panegiricos*,Lisboa , Livraria Sá da Costa , 1943, p. XXVIII-XXIX .

Não podemos deixar de assinalar que o próprio João de Barros considera que o panegírico consubstanciaria uma noção de *História*. Como ele escreve ao Rei D. João III:"(...) se o principal fundamento dos que compõe crónicas e escrevem as cousas passadas é falar verdade, sem dúvida a invenção do Panegírico é de mór autoridade que outra maneira de história; por quanto o Panegírico faz sempre fé do que vê e o representa aos olhos; a história pola mór parte trata do que ouve, e isto encomenda à memória."[317]

João de Barros cruza as diferentes divisões que se encontram na retórica da Antiguidade com os três modelos de eloquência. Socorrendo-nos da sistematização elaborada por Ernst Robert Curtius, a retórica, como *ars*, comportaria cinco partes a *invention, dispositio, elocutio, memoria, actio*. O modo como o conteúdo do discurso seria apresentado, obedeceria a três tipos de eloquência: a *genus iudiciale*, a *genus deliberativum*, a *genus demonstratitivun* (ou panegírico)[318]. Tanto a *memoria* quanto a *actio* compreendiam o que dizia respeito à prática da técnica oratória. João de Barros joga aqui com a noção temporal de "passado" e com a função que teriam os vários discursos.

Para Barros, a verdade entendida na *História* como crónica, representaria possivelmente uma contradição, pois aquela, enquanto verdade, encerrar-se-ia no que comportaria o panegírico. Este último narra o que é visto, e a *História*, devido à sua especificidade - relato do passado -, confia no testemunho, naquilo que a memória preserva.

Daí que, ao narrar a sua entrevista com D. Manuel, João de Barros tenha a preocupação de apelar para a existência de testemunhas. Por seu turno, Fernão

---

[317] *Ibidem* pp.1-2.

[318] CF. Ernst Robert Curtius, *European Literature and the Latin Middle Ages*, London, Routledge & Kegan Paul , 1979, p. 69.

Lopes de Castanheda reforça o recurso aos testemunhos recolhidos ou confirmados, enquanto que Gaspar Correia explicita as fontes que utilizou, como aliás sucede com Barros e Castanheda. No entanto, em Barros cruzam-se outros elementos na sua definição de *História*, ganhando força a função por ela desempenhada. Barros selecciona os eventos que descreve, não apresentando os factos que de algum modo possam denegrir determinadas acções.

João de Barros cumpre um desejo há muito latente nos monarcas portugueses. Socorre-se de cartas de D. Manuel que tinha encontrado; segundo as palavras do cronista, o rei: "(...)ante da minha offerta tinha eſcripto a dom Frãciſco Dalmeyda & a Afonſo de Alboquerque que cõquiſtáram & gouernárã a India, encomendandolhe que meudamẽte lhe eſcreueſſem as couſas & feitos daquellas pártes, com tençam de as mandar poer em eſcripto (...)"[319]. Idêntica intenção teria tido D. João III que"(...) o anno de quinhẽtos & trinta & huũ, tãbem o eſcreueo a Nuno da Cunha q̃ naquelle tẽpo a gouernáua mandandolhe ſobriſſo regimentos feitos per Lourenço de Caceres a quem tinha encomendádo a eſcriptura deſtas partes, o que nam ouue efecto, & ſeria peruentura por elle falecer(...)"[320].

Lourenço de Cáceres teria sido oficiosamente incumbido pelo monarca para escrever *todallas cronicas dos reis passados de Portugal* ainda que o devesse fazer em latim, para, como o próprio cronista refere, que fosse inteligível fora das nossas fronteiras. As notas biográficas mencionam que a sua produção escrita passa pela escrita de dois tratados de educação dos Príncipes[321] e pelo facto de o

---

[319] João de Barros, *Ásia ....Primeira Década* , p.4.

[320] *Ibidem.*

[321] Cf. Joaquim Veríssimo Serrão , *A Historiografia Portuguesa- Doutrina e Critica,* pp.136-141.

seu discurso ser fortemente macado pela *matriz classicizante* [322] . Segundo o modelo clássico, João de Barros proclama o conceito de glória e fama. A glória decorreria de tudo o que de bom fosse praticado pelos homens, pelos seus feitos. Por seu turno, a fama, atributo intimamente associado, à Glória seria o conhecimento dos actos que a favor da *res publica* são pelos homens praticados. No discurso de João de Barros ecoam assim as definições de Cícero que surgem, tanto nas *Filipicas* como nas *Tusculanas* [323].

Segundo ele, o propósito primeiro seria o de tomar a empresa de escrever de acordo com *huũ zelo da glória que ſe deue a vóſſas ármas,& fama a meus naturáes que militando nellas verteramſeu ſangue & vida*[324]. No primeiro capítulo da primeira *Década*, e após delinear a evolução do espaço geográfico abrangido pelo reino de Portugal, o autor define com clareza qual a estrutura do seu trabalho. Sobre os domínios além Europa, a seu tempo, Barros se pronunciaria [325]. Para a descrição da sua *Ásia*, dever-se-ia ter em atenção três vertentes, as quais:"(...) antre ſy ſejam tam correlatiuas, q̃ hũa nã póde ſer ſém adjutorio da outra, comunicandoſe pera ſua conſeruaçã. A primeira ę cõquiſta, a qual tráta de

---

[322] Cf.Ana Isabel Buescu , *Imagens do Príncipe(1525-49)* , pp.162-163.

[323]Cf.Maria Helena da Rocha Pereira, *Estudos de História da Cultura Clássica* , p.333-337.

[324] João de Barros, *Ásia ....Primeira Década* , p.4.

[325]"E os reyes deſte reyno, ſendo ſenhores do reyno de Ormuz, cujo eſtado tẽ boa parte & a milhór da terra maritima da Arabia & da Perſia, & ſenhores do reyno de Cambáya com lhe ter tomado o maritimo delle, & ſenhores do reyno de Goa, Com as tęrras & ylhas a ella adjacẽtes, & ſenhores da riquiſſima Maláca ſituáda na Aurea Cherſoneſo tam celebráda dos geographos,& ſenhores das ylhas orientaes de Maluco, Banda. &c.ſómente ſe intitulam por reyes de Portugal, & dos Algarues daquem & dalem már, ſenhores da guinę & da conquiſta, nauegaçam, & comęrcio, da Ethiópia, Arábia, Pęrſia, & India: como ſe eſtoutros reynos & ſenhorios nomeádos, nam ſe gouernáſſem per ſuas leys & ordenações, & lhe nam pagáſſem tributos & rendas, & elles lhe nam tiuęſſem o peſcoço debaixo do eſcabello de ſeus pęs. Mas como de cada hũa deſtas partes em ſeu lugar mais copióſamente fazemos erelaçam(...)"*Ibidem*, pp. 9-10.

milicia, a ſegunda de nauegaçam, a que reſponde a geographia, & a terceira com ꝯcio q̃ conuem á mercadaria ."[326]

João de Barros apresenta toda uma arquitectura conceptual e explicativa, integrando o seu discurso na sua interpretação do universo, não só na divisão das partes constitutivas, mas igualmente nos factores explicativos de uma permanência humana. Assim se formula um quadro explicativo do reino de Portugal, numa evolução mais abrangente do universo, enquadrando a nossa evolução histórica nas áreas formuladores de um devir humano. Deste modo, o autor não escreve, ou melhor, pretende escrever, uma crónica dos reis de Portugal, onde apareceriam tanto tratados, como contactos mais ou menos pontuais com as outras coroas europeias, o papa e outros povos, situando, portanto, essa evolução num quadro mais geral.

Trata-se de uma conceptualizacão elaborada através de um processo intelectivo de um sistema descodificador de uma realidade histórico-filosófica. A História de Portugal será, assim, descrita a partir de um núcleo gerativo composto por três elementos: 1º Conquista/milícia; 2ºNavegação/geografia; 3ºComércio/mercadaria. Estes corelacionam-se e completam-se como esferas desenvolvendo-se num movimento de passagem que é o tempo, embora obedeçam a estruturas próprias.

Por exemplo, o primeiro elemento constrói-se a partir de um eixo que é o espaço geográfico, no qual se desenvolvem as actuações dos portugueses construtores do reino nessa sua caminhada de Expansão; assim o primeiro núcleo é a Europa, o segundo, a África, o terceiro, a Ásia, o quarto, o Brasil. Contudo, e ainda que o cronista apresente a presença portuguesa no mundo no discurso

---

[326] *Ibidem*, p. 10

dividido em quatro partes,"(...) em ſeys em a nóſſa geographia diuidamos todo o vniuerſo."[327]

Explicitemos um pouco melhor este processo, seguindo as palavras de Barros, e analisemos de imediato o vector: ***Conquista / milicia***. À primeira parte chamou Europa, descrevendo os acontecimentos do passado desde o momento em que os romanos conquistaram a Espanha, passando pela actuação do conde D. Henrique e do primeiro rei do reino de Portugal, seu filho D. Afonso Henriques, e seus sucessores. A segunda parte denominou África; esta teria o seu início na tomada de Ceuta. A terceira parte seria a Ásia (a obra por nós analisada, pois relativamente às restantes não encontramos qualquer vestígio material), assim chamada "(...) por tratar do deſcobrimento & conquiſta das t ęrras & mares do Oriẽte, começando do tẽpo do Infante dõ Anriq̃, q̃ foy primeiro jnuentor deſta milicia Auſstral & Oriẽtal."[328]

A quarta parte trataria da terra do Brasil, denominação dada por Barros a este espaço na sua geografia, mas que no entanto terá o nome de: " Sancta Cruz: nome proprio poſto per Pedrealuarez Cabral quãdo o anno de mil & quinhẽtos indo pera á India a deſcobrio, & aqui tera ſeu principio ."[329] No entanto, porque escreve a *Ásia*, também apelidada Oriental, estabelece o seu termo no ano de 1539, desdobrando o seu discurso por 40 livros, comportando quatro décadas.

Relativamente ao segundo vector explicativo, a ***navegação***, esta encontrar-se-ia contemplada na geografia. O cronista assinala a graduação em tábuas, comentando-as, e, como ele próprio afirma, *aplicando o moderno ao antigo*, escrevendo em latim. Por último, a terceira *cousa*, o ***comércio***, onde se torna

---

[327] *Ibidem*
[328] *Ibidem*
[329] *Ibidem.*

evidente o quadro filosófico presente nesta sua arquitectura do discurso. João de Barros considera que a esta parte se encontram associadas todas as gentes que não têm lei nem seguem regras de prudência, mas que:"(...)ſómente ſe gouernaua & regia pelo impeto da cobiça que cada huũ tinha: nós reduzimos & poſſ ęmos em arte com r egras vniuerſaes & particulares, como tem todalas ſciencias & artes actiuas pera boa polycia. Onde particularmente ſe veram todalas couſas de que os hómeẽs tem vſo: óra ſejam naturaes, óra arteficiaes, com a natureza & calidade de cada hũa dellas(...)"[330]explicitando pesos, medidas e outros aspectos que estariam presentes e seriam importantes para a descrição do tema central, o comércio.

Nenhuma destas partes é entendida isoladamente; elas complementam-se, ainda que se desenvolvam autonomamente e obedeçam a uma estruturação expecífica, tendo como propósito primeiro a exposição da ***verdade***. Por seu turno, o autor procura: "(...)tirar a imfamia dalgũas fábulas & ignorãcias que andam na boca do vulgo, & per pap ęs escriptos dinos de ſeus autores."[331]O processo enunciatório continua. Deste modo, o prólogo da *Segunda Década* funciona como elemento de ligação deste volume com o anterior.

A *primeira Década* consubstanciaria os alicerces do edifício, e o recurso à imagem arquitectónica é sintomática da conceptualização de uma estrutura explicativa do discurso, onde o cronista joga com os elementos construtores básicos. Assim, as pedras do edificio representariam as expedições efectuadas pelo Infante D. Henrique, a política expancionista do reinado de D. Afonso e D. João II, até ao"(...) tẽpo delrey dõ Mãnuel, que cõ o deſcobrimẽto da India moſtrou lógo a óbra ſóbre a tęra: de maneira que a nóſſa Europa começou por os

---

[330] *Ibidem.*

ólhos nella, louuãdo aſſy os principes q̃ abrirã & encherã eſtes alicerces como o diſcurſo da óbra q̃ te anno de quinhẽtos & cinquo elrey dõ Mannuel mandou fazer."[332]

O processo de construção metafórica prossegue através do que seria a analogia entre a construção do edifício e a estruturação de Expansão, em perfeita similitude com o erigir da escrita. É neste jogo que a próprio noção, ou melhor, função da *História*, de novo é reafirmada, misturando-se o processo de fazer a *História* com o produto final, o discurso resultante. Assim, é necessário escolher os feitos a ser narrados, e que estes obedeçam ao critério da perfeição, do que é correcto:"(...)conuẽ eſcolher mos pedras laurádas & pulidas dos mais jlluſtres feitos q̃ pera o efecto deſta óbra cõcorrerã, & dos meudos por a grã multidã delles & nã fazer muyto entulho, nã faremos mais conta que quãto forem neceſſários pera atar & liar a parede da hiſtória(...)"[333].

A perfeição encontra-se na medida combinada dos elementos, de forma a se atingir o equilíbrio dos mesmos, revelando a perfeita correspondência dos factores que intervêm na construção para que esta seja perfeita:"(...)pois vemos q̃ pera perfeiçã de qualquer couſa óra ſeja natural, óra mechanica, ora racional, os grãdes mẽbros ſe átã cõ muy pequenas partes, & ſem ellas nenhũa eſtá em ſua verdadeira proporçam & fermoſura ."[334]

João de Barros não se coibe de criticar o processo de escrita de outros que cansaria quem escreve e quem *ouue*, e muito particularmente o facto de todo e qualquer vulgo *julgar* a História, ainda que nas outras *Ars Humanitatis* sejam os

---

[331] *Ibidem*, pp. 10-11.
[332] João de Barros, *Ásia ...Segunda Década*, Lisboa, Imprensa Nacional -Casa da Moeda, 1988, p.1.
[333] *Ibidem.*
[334] *Ibidem.*

professores que possam arguir[335]. Através de cada testemunha entrevistada na *Ásia*, pretende-se que, como era intenção do autor, ela não fosse:"(...) hũa botica em que elle achá∫∫e mezinha da ∫ua enfermidade, nam ficáua ∫ati∫fecto porque qui∫∫eṛa q̃ fora a mayór párte chea daquella que lhe cura ∫eu effecto."[336]Contudo, as regras claramente enunciadas por João de Barros, evocando Apolo, são: "(...) de nenhũa cousa muyto, que ∫ati∫fazer ao requerimento de tantos: ∫e em tudo nam aprouuęrmos, ao menos ∫erá em dar materia a alguũs de poderẽ emẽdar & murmurar que ęa mais doce fructa da térra, & a∫∫y ∫eremos apraziuel a todos, a huũs pera louuárem o bem dicto, & a outros pera térem que dizer do mal feito."[337]

O prólogo da *Terceira Década* é um repositório de eloquência humanista. O seu discurso formula-se aí através da inscrição nos Clássicos. O autor começa por uma divagação conceptual que tem como núcleo generativo o expressar do que é a *História* e de qual a sua função. Aqui se evoca Platão e o *Timeu*, 22b, interpretando-se as suas palavras e reafirmando-se o facto de que:"(...) aquelles que ∫e nam dauam ao conhecimẽto da antiguidade das cou∫as, as quáes ∫e alcançam pela liçam da hi∫toria: tinham jntendimento de mininos."[338]O cronista

---

[335]" Com tudo bẽ ∫abęmos q̃a todos nã podemos aprazer, porq̃ ∫e em os materiaes edeficios, vemos q̃ o filho na∫cido & criádo nas cá∫as do pai , tãto q̃ as hęrda lhe muda a janęla, a pórta, a camara, & troca tudo ao ∫eu juizo por lhe de∫aprazer o daquelle q̃ o gęrou q̃ ∫e póde e∫perar do edeficio das letras, o qual o autor delle faz comũ a todalas gẽtes, principalmente o da hi∫tória em que a∫∫y os doctos como jgnorantes ∫am licenceados de arguir. A qual licença nã tem na e∫criptura dalgũa particular ∫ciencia, cá na grãmatica na lógica & rhetórica et cetera, ∫ómente julgam os profe∫∫ores della & nã o vulgo. E e∫ta ∫ãlua , nam ępor ∫aluar nó∫∫os erros, mas porque ∫e ∫ayba que ante de tirarmos e∫te nó∫∫o trabálho a luz, já nos dauamos por cõdenado no juyzo de muytos." *Ibidem*,p.2

[336] *Ibidem.*

[337] *Ibidem.*

[338]" Escreve Platam em o sev Timeo, contando a pratica que hũ ∫acerdote Egipcio tinha com Solom ∫obre a antiguidade & noticio das cou∫as della, que lhe di∫∫e o ∫acerdote com grande jndinaçã: o Solóm Solom, ∫empre vos outros os gregos aueis de ∫er moços, & o vo∫∫o animo

explicita igualmente a perpétua confusão em que vivem os que não possuem o conhecimento da História. A reiteração das suas afirmação é feita através do recurso aos clássicos, nítidos inscritores do conhecimento e do processo de escrever a *História*. Esta é, sem dúvida, uma prática humanista que João de Barros utiliza de uma forma exímia[339].

Quem são os seus mentores? Ou melhor de quem se socorre para dar corpo ao seu o discurso histórico?Para além da já citada vertente platónica, encontra-se o recurso ao discurso ciceroniano. Este é citado e contraposto no que será a recepção feita por cada homem do devir da *História*. Observemos mais detalhadamente este aspecto. João de Barros parte do pressuposto ciceroniano de que *pela falla diffirimos dos brutos*.

Barros contrapõe a ideia de que é necessário algo mais para que tal distinção seja efectiva, pois o discurso do *juizo* dos homens que ignoram a *História* e aborrecem as letras, é muito conforme: "(...) cá nunca o ſeu juizo ſe eſtende a mais que ao preſente olhando ſe lhe traz dãno ou proueito a vida, & o jntendimento das outras couſas fazem pouca conta, como ſe naceram ſomente pera contentar o corpo em ſeus affectos & deſejos."[340]

Barros elabora a sua logicidade discursiva, socorrendo-se de silogismos aristotélicos, como se os convertesse aos processos retóricos enunciados por Cícero; assim, atinge[341] uma definição algo metafórica de História:" E como a

---

ſemprte mancebo, em o qual nam há conhecimẽto da antiguidade das couſas, nem ſciẽcia de caãs." João de Barros, *Ásia ....Terceira Década* , Lisboa, Imprensa Nacional -Casa da Moeda, 1992, p. V

[339] Cf.*Ibidem*

[340] *Ibidem.*

[341] "(...) nam há nelles natural deſejo de ſaber. O qual ę tão próprio do homẽ(como diz Ariſtotelis) que lhe vięã chamar jnueſtigador & jnuẽtor das couſas. Da qual propriadade veo o meſmo Ariſtotelis fazer hum problema, pergũtando: porque os homeẽs ſe deleitauam mais em a

hiſtoria, ę um ágro & cãpo onde eſta ſemeada toda a doctrina, diuinal, moral, racional & jnſtrumental: quem paſtar o ſeu fructo, cõuertello há em forças de jntendimento & memoria, pera vſo juſta & perfecta vida, cõ que apraz a Deos & aos homeẽs."[342]

Após a comprovação da importância da *História*, é necessário definir qual a lição a tomar. Segundo ele, o exemplo é Veneza que tão bem teria escolhido a forma de atingir o bem público através do recurso aos anais e ao discurso histórico, salientando o caso italiano em relação ao espanhol ou francês. Afirma o provérbio:"Italianos ſe gouernam pelo paſſado, Espanhões pello preſente, & os Franceſes e pera o que eſta por vir."[343] Barros sente a necessidade de o explicitar. Para tal socorre-se da doutrina platónica e cita Plotino no seu livro da sapiência, explicitando o que seria um curso natural, e sua circularidade. Cruza ainda a definição do tempo com o devir histórico e a representação abstracta que traduziria esse passado.

A função da *História* seria a de "despertador do entendimento." Retirar-se-iam, assim, algumas lições. A primeira seria que a origem divina precede todas as lições, os governantes aqueles que *Deos elegeo pera o gouerno & adminiſtração pubrica* devem ser criados : "(...) em os annaes & chronicas de ſeu próprio regno & patria. E em toda a outra escriptura, pella qual venha em conhecimento dos homeẽs ante paſſados, & do que fizeram & diſſeram: ca deſta tal liçam por ſer

---

noticia das couſas que ſe ſabẽ per exemplo, que per enthymema, que ę hũa razam curta, de que os lógicos vſam , a que Tullio chama argumẽto que conclude em hũa ſoo couſa .E parece que o procede o que Ariſtotelis pergunta: porque os exemplos tẽ muytas razões, cauſas & viuos feitos, emque o jntendimento ſe mais ſatiſfaz, & deleita, que em hũa ſoo razam ſeca & curta."*Ibidem.*

[342] *Ibidem.*

[343] *Ibidem* p.VI.

própria da cáſa, vem elles gouernar & aconſelhar o regno de exmplos do meſmo regno (...)"[344].

A *casa*, reprodução natural da família, implicaria o bom governo do reino. Esta é a tradução dos princípios correntes na filosofia do Direito, em que a observação da natureza dá resposta ao correcto equilíbrio das coisas e à harmoniosa evolução do *corpo social* :"O qual regno em os negócios & ordem do gouerno, ſegue o proceſſo que a natureza leua na multiplicaçam das familias: que ſe o filho nam tem o parecer do pay, tem muyta ſemelhança com o auó, ou dalgum outro parente muyto conjunto, porque a natureza leua na multiplicaçam das familias (...)"[345].

João de Barros critica os que só conhecem o presente sem se preocuparem com o passado, ainda que neste radique a origem do seu estado. Recordando o exemplo de Marco Túlio Cícero, reafirma a importância da lição da *História* para o proveito da *Casa.* Por outro lado, a *História* pode ser veiculadora de um mal bem insinuante.Tal afirmação é legitimada pela citação de Sócrates através das palavras de Platão. As fronteiras da lição da *História* são traçadas pelo cronista de modo a que os princípios transmitidos cumpram a sua função: "A primeira & mais principal parte da hiſtoria e a verdade della, & porẽ em algũas cóuſas nam ha de ſer tanta, q̃ ſe diga por ella o dito da muyta juſtiça que fica em crueldade: principalmẽte nas couſas que tratam de infamia dalguem ainda que verdade ſejam."[346]

Tal opção relativamente ao método de escrever a *História* é justificada pelo exemplo de vários autores. Tucídides é citado no momento em que

---

[344] *Ibidem.*
[345] *Ibidem.*
[346] *Ibidem.*

Antifonte comete contra os ateninenses, e:"(...) por reuerencia de tam docta peſſoa, & de ſer ſeu meſtre, calou o modo & genero de morte que lhe foy dada per muy infame: do que ganhou Suetonio Paulo Iouio(...)"[347]. Suetónio é criticado pela exposição que faz dos: "(...) vicios alheos de que muytos não ſabiam parte, com que jnfamou as almas dos defuntos de quem os elle eſcreue: ca deſtes exemplos mais procede licẽça de vicios, que abſtinencia delles."[348]

Contudo, tanto seria de condenar esta exposição de actos menos próprios, quanto o:"(...) calar os louuores dalguem, ou notar ſuas tachas por ódio: ou por comprazer a outrem: quanta Saluſtio perdeo na primeira parte, tanta culpa tẽ Antonio de Nebriſſa, na ſegunda."[349] Para João de Barros, a eloquência denuncia-se não só pela evocação dos autores clássicos, mas também pelos seus contemporâneos, sejam os da sua *nação*, sejam os europeus; lembremos a evocação da História de Veneza, ou, como acabámos de afirmar, a referência a António de Nebrija.

João de Barros revela as várias faces do discurso autoral, elogiando Tito Lívio:"(...) na relaçam q̃ fez como os Frãceſes tomarã Roma, na ſegũda nã ganhou muyto, em dizer delles q̃ por cauſa do vinho q̃ auia em Italia entrarã nella, & iſto em módo de infamia ."[350] Aliás, idêntica critica é tecida a Gaio Júlio César, o qual segundo Barros," (...) cayo por abonar ſeus propoſitos iſto e tam eſtranhado na hiſtoria, que melhor ſofre hũ hiperbole, dizẽdo, era tamanha a grita da gente, rugido das armas, quebrar das lãças, q̃ chegaua o eſtronde ate o

---

[347] *Ibidem*, p.VIII.
[348] *Ibidem*.
[349] *Ibidem*
[350] *Ibidem* p.IX..

ceo."[351] Ora, este processo é comum nas diferentes crónicas de Quinhentos, bem como o a segunda chamada de atenção de Barros. Para ele não convém "(...) a fe da hiſtoria, dizer, q̃ dos imigos morrerã tantos mil, feridos ſem conto, & dos noſſos mortos forã dous ou tres,& feridos doze."[352]

A correcta nomeação dos reis deve igualmente ser praticada, bem como encontrar um processo de *diſsimular os taes defectos*, quando existem, seguindo o exemplo do pintor que conseguiu ao fazer o retrato de Filipe e dissimular o defeito que este tinha na vista. O cronista subscreveu o exemplo de Alexandre, utilizando-o como seu paradigma e citando o momento em que ao lhe ser oferecido um livro de Ariſtobolo:"(...) de muytos louuores deu cõ elle em hũ rio dizendo: que deſejaua depois de morto tornar ao mũdo, pera ver ſe õ louuauã tanto."[353]

Mas, por mais críticas que faça aos seus contemporâneos, e àqueles que escrevem História, não deixa de recorrer às citações utilizadas por outros, nomeadamente Fernão Lopes de Castanheda. Barros cita, por exemplo, o desejo de Alexandre de ter como seu *escritor* Homero, tal como o fez Castanheda no prólogo ao seu terceiro Livro.

As opiniões negativas de que foi alvo, levam João de Barros a explicitar esta sua atitude de crítica e até os exemplos de que se auxiliou no confronto com os *Antigos*, porque esse confronto aponta as imperfeições encontradas e depura a *imitação* dos *Antigos* que são comparados entre si. Segundo Barros, a eloquência supera os aspectos negativos da crítica, até porque mesmo os homens de *erudição e doutrina* cometeriam faltas, tal como Horácio afirma relativamente a Homero.

---

[351] *Ibidem.*
[352] *Ibidem.*
[353] *Ibidem.*

Contudo, os cometidos pelos seus contemporâneos não seriam de tão fácil perdão pois a imprensa trouxe à praça toda uma "enxorrada de escritores". Perante isso, Barros aconselha que se deve:"(...)tapar os narizes, como quẽ paſſa por um monturo, onde ainda q̃ ſe acha hũ retalho de pano de boa cor & fino: a cõpanhia em que eſtá, faz que ſe aja nojo delle. Verdade ę que ſe o mõturo deſtes, foſſe como o de Ennio, no qual dezia Vergilio q̃ achaua pedras precioſas: ainda ſe ſoffrera o ſeu mao cheiro ." [354]

A aliança entre a *poesis* e a História é por demais evidente nos autores citados por Barros. Juvenal e Horácio são nomeados na crítica que fizeram às fantasias mais ou menos contestadas no seu tempo.

O jogo feito entre a definição de fábula e o escrever a História é explicitamente assinalada neste prológo. Homero escreveu utilizando ambos os géneros, Barros fê-lo igualmente. A defesa efectuada é a da importância que tem a lição e seu valor prático.Este poderá ser alcançado através da elaboração de uma fábula, pois"(...)tem tanto poder a força da eloquencia, que mais doce & accepta ę na orelha & no animo, hũa fabula compoſta com o decoro que lhe conuem: que hũa verdade ſem órdem & compoſta e ſem ornato que ę a forma natural della."[355]

A legitimação de tal ideia é comprovada pela recurso aos doutores da igreja S. Paulo e Santo Agostinho, referindo-se muito particularmente aos princípios que norteiam a *imitação*. A sua importância, não só para a comprovação de preceitos morais e religiosos mas também políticos,leva a que Barros analise diacronicamente a estrutura das fábulas. Começa por Homero, onde, partindo do

---

[354] *Ibidem.*

[355] *Ibidem*, p. X

argumento primeiro que defendem:"(...)vay elle enxertando o diſcurso da vida actiua & contemplativa(...)"[356].

Barros examina igualmente os diferentes campos em que as fábulas de algum modo desempenharam uma função prática. Cita o imperador Justiniano, o enaltecimento de Macróbio, o estudo delas feito por Cipião e Cícero. O valor que as fábulas podem desempenhar no campo político é evidenciado por Barros ao nomear, Xenofonte, Apuleio[357]a tábua de Cebes que pintaria a vida justa e perfeita como escreve Barros, num conteúdo que se revelaria, segundo alguns autores, cínico-estóico de tendência neopitagórica. Revelador seria igualmente a menção feita pelo cronista ao seu contemporâneo Tomás More e à sua *Utopia*.

José V. de Pina Martins assinalou que nas palavras de Barros não estaria unicamente presente um modelo de governo para os ingleses mas também para "(...) tous les peuples de l'Occident, puisque l'Utopie est située dans un Orient lointain. On dirait que Barros, en disant cela, n'a pas seulement pensé à la "fable" du Livre II; mais aussi, dans la seconde partie de sa phrase, à la critique sociale implicite dans le LivreI(...)"[358], e como o próprio Pina Martins continua a afirmar: "Fiction littéraire, fable ou fiction poétique, invention "historique"?

---

[356] *Ibidem.*

[357] "En insistant sur l'importance attribuée à Homère par Alexandre, Barros se pose em précurseur, deux siècles avant Giambattista Vico, qui voyait dans l'oeuvre du poëte le premier texte historique. La fiction historique ou littéraire " a fait entrevoir la vérité aux savants sous le nuage de la fiction poétique". Macrobe n'ecirt-il pas que la póesie d'Homère est une source de toutes ces"divines inventions", et a inspiré plusieurs chefs-d'oeuvres, que cite Barros. L'*Utopie* de More en est un, après la *Cyropédie, lÁne d'Or,* etc...*La Cyropédie* est une fable exemplaire paece que Xénophon a voulu" Y exposer ce que devait être umn roi dans la conduite de son royaume"; c'est un modèle d'administration de la cité. Fable exemplaire aussi que l'*Ane d'Or*, car Apulée y montre que" les hommes sont des animaux stupides" alors qu'ils se croient doués de la raison; il leur montre que la raison s'acquiert."José V. Pina Martins, " L'Utopie de Thomas More au Portugal (XVIe et début du XVIIe siècle" in *Arquivos do Centro Cultural Português* , Paris, Fundação Calouste Gulbenkian, 1982, XVII, p.463.

[358] *Ibidem* ,p. 464.

C'est Homère, d'aprés Macrobe, le père de tout cela. La *République* de Platon a sûrement servi de modèle ou de source à More mais dit Barros- qui ne mentionne pas Platon-, il est allé plus loin."[359]

A própria razão de tal opção estaria directamente relacionado com o facto de que "(...) a moral doctrina em argumento deſcuberto & grave, ao modo de platam & Ariſtoteles(...)"[360]enfastiava as gentes. Para Barros é assim fundamental que a escrita tenha uma utilidade e que essa seja de cáracter didáctico; dêem uma lição contra os que fazem perder o tempo, *cousa mais preciosa da vida.*E é com a crítica feroz e mordaz que João de Barros responde aos do seu tempo, invocando o poeta satírico latino Aulo Flaco Pérsio, e afirmando que seria uma causa justa a ser imposta por edito público que: "(...) a pepelada das taes eſcripturas, ſer entregue ás tendeiras pera emburilhar cominhos, como dizia Perſio polos verſos dalgũus fracos poetas do ſeu tempo."[361]

4. *Outros discursos*

Após termos analisado as inspirações modelares e a estrutura das *Crónicas de Expansão*, referiremos brevemente outros textos narrativos que se debruçam sobre a Expansão Portuguesa. O *Tratado dos Descobrimentos* de António Galvão é um desses textos.

Este homem da Expansão optou pela exposição sucinta e enunciatória dos feitos que, algo ao correr da pena, registou. Fê-lo ainda que seguindo um

---

[359] *Ibidem.*
[360] *Ásia ....Terceira Década,* p.XI.
[361] *Ibidem.*

princípio cronológico abrangente, isto é, estabelecendo um verdadeiro quadro temporal, o que representa, para alguns historiadores contemporâneos, uma inovação.

O autor deste *Tratado* cruza as informações que recolheu das viagens marítimas, tanto portuguesas quanto espanholas, segundo um modelo formalmente radicado na Antiguidade Clássica. Dever-se-ão recordar alguns dados biográficos que iluminam a sua vivência. António Galvão foi filho ilegítimo de Duarte Galvão, que desempenhou o cargo de secretário de D. Afonso V e de D. JoãoII. Desde 1522 que encontramos o nome de Duarte Galvão ligado às viagens no Oriente[362]. O facto de lhe ter sido confiada a capitania de Maluco, explica o conhecimento e a importância que na sua narrativa atribui às diferentes expedições da coroa de Espanha, cruzando diacrónica os diferentes momentos da Expansão portuguesa e espanhola. Maluco foi, aliás, durante muito tempo uma área de disputa entre as duas coroas Ibéricas.

Por outro lado, a sua obra sofreu várias vicissitudes; encontramo-lo doente e pobre a partir de 1540, no Hospital de Todos os Santos, em Lisboa, tendo falecido por volta de 1557. A sua obra sai impressa em 1563, por João Barrreira, dedicada a D. João de Lencastre, duque de Aveiro; o seu prólogo é escrito pelo seu eventual testamenteiro, Francisco de Sousa Tavares, conhecedor das coisas do Oriente, tendo ocupado o lugar de Capitão de Calicute (1525), Cananor (1527) e Diu(1540).

---

[362]Joaquim Verissimo Serrão relata sucintamente a vida deste homem, chamando a tenção para a acção que este desenvolveu em Maluco, e enunciando os diferentes dados encontrados sobre este homem da expansão. Cf. Joaquim Veríssimo Serrão, *A Historiografia Portuguesa-Doutrina e Crítica* , pp.392-394.É igualmente de consulta obrigatória a notícia Bio-Bibliográfica do Visconde de Lagoa, que antecede a edição da Livraria Civilização do *Tratado* por nós utilizada.

No prólogo, é traçado o percurso do manuscrito. Segundo Francisco Sousa Tavares, este seria composto por nove ou dez livros - a proximidade à estrutura das *Décadas* é por demais evidente-, e abrangeria os acontecimentos que decorreriam em Maluco e na Índia. Por seu turno, teria sido o cardeal D. Henrique que teria dado o manuscrito a Damião de Góis[363].

O seu propósito primeiro é o de escrever um *tratado*. Este modelo de escrita é frequentemente utilizado pelos homens do Renascimento que subscreviam o modelo ciceroniano. No *Tratado* a opinião registada, ainda que muitas vezes correspondendo a um lugar comum, seria o repositório de opiniões, e princípios orientadores coligidos nos textos clásssicos, incorporando-os deste modo no saber da época[364]. Estas incursões permitem uma escrita mais fluída e por vezes mesmo liberta ou da ordem dos factos, ou da confrontação de testemunhos, ou da prisão ao que pretendia ser a transmissão do que aconteceu. É isto que acontece com o texto de António Galvão .

Ele próprio inicia a sua escrita com"*Descobrimentos em diversos anos e tempos, e quem foram os primeiros que navegaram*"[365], imprecisando as balizas temporais e espaciais, que de algum modo orientariam o discurso. Elabora uma breve

---

[363]António Galvão, *Tratado dos Descobrimentos*, Porto, Livraria Civilização, 1987, p. 175.

[364] Jacob Buckhardt sistematiza exactamente este modelo renascentista de *tratado*: "Falaremos primeiramente do tratado, na forma de exposição ou diálogo, composto segundo o modelo de Cícero. Para sermos justos com este género de trabalhos, para não os condenarmos logo à primeira vista como uma fonte de aborrecimento, é preciso considerar dois pontos: o século que quebrou os entraves da Idade Média tinha necessidade, em muitas questões de moral e de Filosofia, de ser iniciado nas doutrinas da Antiguidade; foram os autores de tratados e de diálogos que se encarregaram de o esclarecer a este respeito. Os lugares-comuns que encontramos nos seus escritos eram, para eles e para os seus contemporâneos, opiniões laboriosamente reencontradas sobre temas que desde os antigos, ninguém mais falara(...) Graças a estas obras, a língua torna-se mais livre e mais variada do que é na narração histórica ou no discurso e nas cartas."Jacob Buckhardt, *A civilização do Renascimento Italiano*, Lisboa,Editorial Presença , 1983, p. 186.

[365] António Galvão, *Tratado dos Descobrimentos* , p.179.

apreciação dos princípios que presidiriam aos conceitos de geografia da Antiguidade, delineando as expedições terrestres que teriam sido feitas desde o dilúvio, a fauna dos rios e mares, e os contactos civilizacionais entre os povos primitivos. A última barreira temporal é o ano de 1550.

Por outro lado, as explorações descritas vão desde a descoberta das ilhas da Madeira, Açores e Canárias, passando pelas explorações da costa africana, a chegada ao Oriente, e a irradiação das expedições tanto portuguesas quanto espanholas pelas várias áreas asiáticas, sem deixar de se referir aos empreendimentos ibéricos em terras americanas. É sem sombra de dúvida um texto singular no universo narrativo da Expansão.

Outro texto digno de ser notado é a *Crónica do Descobrimento e Conquista da Índia pelos Portugueses*, manuscrito publicado sob os auspícios de Luís de Albuquerque. O historiador enuncia na introdução as notícias que se podem apurar relativamente a este códice anónimo, encontrado no Museu Britânico, na colecção Egerton, com o nº 20.901, e referenciado pelo conde de Tovar no levantamento por ele feito dos manuscritos portugueses depositados nesta instituição.

É um texto que nos chegou truncado, iniciando-se a narrativa no decurso do quinto capítulo. A última página encerra com: " Ao outro dia, leixãdo muy boa guarda na fortaleza(...)"[366] e integra o capítulo 97, onde o autor tem por propósito narrar a actuação de Afonso de Albuquerque na tomada de Goa e sua escolha do rei de Cochim. Possuímos aí uma descrição do que foram os doze primeiros anos da actuação portuguesa no Oriente. É uma obra que tinha por objectivo ser lida em público; destinava-se, porém, a um público restricto, pois muitos dos feitos

narrados não teriam sofrido a depuração corrente e apresentarem aquilo que Luís de Albuquerque classifica de ser um tom desabusado[367].

É uma narrativa que descreve primordialmente os feitos de armas. Estes constituem o núcleo temático de uma narrativa estruturada linearmente, obedecendo à sequência diacrónica dos acontecimentos. Este manuscrito foi consultado por alguns dos cronistas da Expansão[368], nomeadamente Fernão Lopes de Castanheda, tendo, sem dúvida, servido de fonte.

Outro tipo de obras irão aparecendo satisfazendo a necessidade de transmitir o que aconteceu, nomeadamente os relatos de viagem, delimitados temporal e espacialmente pelo tempo de duração da mesma e seguindo passo a passo as diferentes atribulações vividas. Obedecendo à procura de concretização dos objectivos políticos *reais*, encontramos, primeiramente, as narrativas que transmitem as viagens por terra exploratórias do propósito de concretização da viagem marítima à Índia ou mesmo das primeiras expedições por terras do Oriente. Muitas destes relatos funcionariam como fonte às crónicas, lembremo-nos de Duarte Barbosa, Francisco Álvares, António Tenreiro ou do *Diário da Viagem de Álvaro Velho*.

João de Barros e Fernão Lopes de Castanheda recorrem a Francisco Álvares e à sua *Verdadeira Informação sobre a Terrra do Preste João*, ao *Itinerário* de António Tenreiro, ao *Livro de Marco Polo*. Duarte Barbosa foi consultado por

---

[366] *Crónica do Descobrimento e Conquista da Índia pelos Portugueses*, Coimbra, Junta de Investigações do Ultramar, 1974, p.212.

[367] *Ibidem*, p. VII.

[368] O professor Luís de Albuquerque, lançou-nos o repto num dos seus seminários de mestrado, que elaborássemos um trabalho de confrontação textual. O qual iniciámos nesse momento e complementásmos posteriormente . Encontra-se no prelo os resultados dessa investigação.

Castanheda[369] e por Gaspar Correia, que o cita explicitamente, dizendo que não elaborará uma descrição da fauna e flora locais pois tal tarefa já tinha sido elaborada por este autor. Gaspar Correia conheceu Miguel de Castanhoso que escreveu *Dos Feitos de D. Cristovão da Gama em Etiópia*, tendo este dado um manuscrito onde relata a referida actuação. O autor das *Lendas da Índia* ter-se-á igualmente socorrido de um relato de Miguel Ferreira sobre a embaixada que fez ao xeque Ismael(1513-1515) narrando a viagem e a sua chegada a Ormuz.

Utilizou igualmente a narrativa escrita por Diogo Mesquita Pimentel, que esteve vários anos cativo do sultão Badur onde aprendeu a língua Guzarate, e elaborou uma crónica dos reis de Guzarate, a qual teria sido igualmente utilizada por João de Barros, como afirma Borges Coelho, e como decerto teria provavelmente sido conhecida por Fernão Lopes de Castanheda. Gaspar Correia teria igualmente consultado o relato de Martin Fernandes de Figueroa[370].

Não só nas *Lendas da Índia* encontramos referência a Duarte Galvão; tal acontece igualmente nas suas crónicas régias. Aí, além de outros cronistas do reino, encontramos o pai do autor do *Tratado dos Descobrimentos*, o qual apesar de nunca ter ocupado o cargo de cronistra-mor do reino, foi encarregado por D. Manuel de reunir:"(...) crónicas antigas existentes na livraria de Santa Cruz de Coimbra."[371]

Por outro lado, o contacto entre António Galvão e Gaspar Correia terá decerto ocorrido; as acções deste capitão de Maluco são descritas com bastante atenção, facto aliás recorrente igualmente em Fernão Lopes de Castanheda. Ora,

---

[369] Cf. Ana Paula Menino Avelar, *op. cit.*, pp. 83-88, onde encontramos referenciados os autores coevos que de algum modo serviram de fonte a Fernão Lopes de Castanheda .

[370] Cf. António Alberto Banha de Andrade ,*Gaspar Correia -Inédito*, pp.13-15, onde encontramos referenciados os autores coevos que serviram de fonte a Gaspar Correia .

[371] Joaquim Verissimo Serrão, *op. cit.*, p. 131.

João de Barros ir-se-á auxiliar do *Tratado dos Descobrimentos* de António Galvão. Socorreu-se igualmente da narrativa de frei Gastão sobre a guerra entre Cochim de Calicute para descrever os feitos de Duarte Pacheco Pereira. Facto interessante será a referência feita por Fernão Lopes de Castanheda, e por nós encontrada relativamente à actuação de um frei Gastão, irmão da companhia de S. Francisco, que teria presenciado estes acontecimentos [372].

António Borges Coelho procedeu ao levantamento das fontes utilizadas por Barros: para além de Damião de Góis, e da sua *Fides Religio moresque Aethioporum* (recordemos a admiração que ele tinha por Fernão Lopes de Castanheda); João de Castro e o seu *Roteiro do Mar Roxo* (não possuímos o livro de Castanheda em que ele elaboraria a descrição do governo deste fidalgo. Gaspar Correia travou de perto conhecimento com este governador o qual lhe encomendou a supervisão da galeria de retratos dos diferentes vice-reis e governadores da Índia).

Sabe-se que João de Barros recorreu a um outro roteiro sobre o Mar Roxo, escrito por um veneziano ao serviço dos muçulmanos, e que utilizou o *Novus Orbis* "(...) colectânea latina sobre os Descobrimentos, publicada em Itália, que integra textos de Ludovico Romano, italiano fugido de Calicute e regressado a Lisboa na armada de Tristão da Cunha, e um outro escrito pelo arménio Josepe que veio à Europa em naus portuguesas e descreve' as nossas navegações não como merecem e o caso passou'" [373].

Para além destas obras, e ainda segundo Borges Coelho, Barros utilizou uma obra de Duarte Resende sobre a navegação de Castela para as Molucas, e:

---

[372]Cf.Fernão Lopes de Castanheda, *op. cit.*, p.122.

[373] António Borges Coelho, *op. cit*, p. 124

"(...)os papéis e livros da viagem de Fernão de Magalhães, nomeadamente o livro do astrólogo Andrés de S.Martin e o de Gonçalo Mendes Espinosa." [374]O cronista refere igualmente António, arcebispo de Florença, Marco António Sabelico, Pico de la Mirandola, relativamente aos costumes e religião dos etíopes. Além disso: "A Paulo Jóvio entrega documentação sobre a China para que este escreva sobre o Oriente pois teme ter ' mais cabedal em desejo que faculdade e tempo para este ofício de escritura'"[375]. Segundo Boxer[376], o seu pioneirismo enquanto orientalista reside na utilização de relatos asiáticos .

Relativamente à descrição da História de Quíloa, Borges Coelho assinala que ele utiliza uma crónica local, citando uma história muçulmana de Melinde e uma crónica Persa de Ormuz. O próprio Fernão Lopes de Castanheda elabora aquilo que seria uma síntese da História de Ormuz, tocando em aspectos citados por Barros. Tal levanta a hipótese de também ele se ter auxiliado de uma fonte idêntica [377].

Continuemos com as obras de que João de Barros se socorreu:"Utiliza numerosas vezes o *Tarigh* ' que nós transladamos desta língua persea ' e a *Vida de Tamerlão* que 'nós temos em perseu e de que ao tempo que compúnhamos esta história tínhamos tirado em nossa linguagem boa parte'"[378]. Serve-se das crónicas dos reis gentios de Bisnagá e das narrativas mouras do reino de Decão:"(...) relações dos povos malaios, um Livro de Cosmografia dos chins 'impresso por eles' com tábuas e comentários à maneira de Itinerário, uma carta de Geografia da

---

[374] *Ibidem* .
[375] *Ibidem* .
[376] C. R.. Boxer, *João de Barros, Portuguese Humanist and Historian of Asia* , New Delhi, Concept Publishing Company , 1981, p.117
[377] António Borges Coelho, *op. cit.*, p. 124-125
[378] *Ibidem* .p. 125.

China com os seus montes, rios, vilas, cidades que 'mandamos vir de lá com um chim para interpretação dela '"[379].

Isto para além de "(...)cartas de navegação dos mouros, uma crónica persa sobre a origem dos mongóis, o tratado que Haithomo fez dos tártaros, volumes de história e cosmografia persea e outros papéis chineses."[380]Confrontou as diferentes versões que possuía, seleccionando as várias narrativas. Em vez de recorrer ao relato de Damião de Góis recolhido na Europa sobre os etíopes, optou por se auxiliar das informações transmitidas por Francisco Álvares. Atitude aliás partilhada pelos cronistas da Expansão, que o fazem, todavia, segundo e sobre materiais diferenciados. Castanheda confronta e comprova testemunhos e fontes, o mesmo acontecendo com Gaspar Correia, ainda que segundo perspectivas um pouco diferentes, e denunciando uma metodologia mais subjectiva.

É igualmente de salientar o facto de João de Barros possuir um vasto conhecimento das línguas e de recorrer a intérpretes. Conhece, ainda que mal, o grego, o latim e o hebraico:" Mandou ler os textos árabes, persas e chineses nas suas próprias línguas. Entre os intérpretes-linguístas que o ajudaram, contam-se o escravo chinês que comprou e mandou vir propositadamente da China para interpretação destas cousas (...) e um escravo turco, natural do Cairo (...)"[381]. Tal como os outros cronistas, recolhe testemunhos de quem esteve no Oriente.

Encontra-se igualmente toda uma série de outros textos que relatam, tanto a vivência dos seus autores, como as suas áreas de interesse. Revela-se o interesse pelos novos espaços e costumes de um Tomé Pires, com a sua *Suma*

---

[379] *Ibidem*.
[380] *Ibidem*.
[381] *Ibidem*.

Oriental, ou de um Duarte Barbosa; ou ainda o pendor geográfico de Duarte Pacheco Pereira, e do seu *Esmeraldo De Situ Orbis*. O interesse pela flora oriental levam Garcia da Orta a abandonar o seu lugar na Universidade e a acompanhar Martim Afonso de Sousa à Índia, resultando desta permanência o seu *Colóquio dos Simples e das Drogas* o qual chega mesmo a compor em língua portuguesa:"(...) por ser mais geral, e porque sei que todos os que nestas indianas regiões habitam, sabendo a quem vai entitulado, folgaram de o leer."[382]

O registo das viagens e dos seus acontecimentos correm manuscritos, como o já citado *Diário da Viagem de Alvaro Velho*, a *relação do piloto anónimo*, sobre a viagem de Pedro Álvares Cabral (1500), o relato da viagem de Tomé Lopes (1502), a relação anónima da 2ª viagem à Índia de Vasco da Gama (1502), a relação da viagem de D. Francisco de Almeida à Índia (1505-1506), e os roteiros escritos por D. João de Castro[383].

Os próprios intervenientes da Expansão, elaboram frequentemente o seu relato pessoal dos acontecimentos vividos no Oriente. Exemplo disso será a *Brevissima e sumária relação que fez da sua vida e obra o grande Martim Afonso de Sousa*, ou, seguindo propósitos diferentes, a *Crónica de D. João de Castro*, de Leonardo Nunes, a qual é essencialmente um relato sobre o segundo cerco de Diu.

Os feitos bélicos são frequentemente o tema nuclear. Deparamo-nos com relatos de cercos, como o *Livro Primeiro do cerco de Diu*, de Lopo de Sousa Coutinho, ou a *História Quinhentista do segundo cerco de Diu*, de Leonardo Nunes. Muitas vezes nas cartas enviadas aos monarcas, ou aos que no reino ficaram ou

---

[382] Garcia da Orta, *Colóquio dos Simples e das Drogas*, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1987, I,p. 5.

regressaram, surgem igualmente os feitos bélicos narrados pelos intervenientes da Expansão. Nestas missivas surge, porém, um universo temático multifacetado, obedecendo a diferentes esferas do privado, as quais marcam a narrativa e o propósito do sujeito escritor e actor da História. Paradigmática desta vertente será, por exemplo, a análise da correspondência dos governadores e vice-reis da Índia, como Afonso de Albuquerque ou D. João de Castro.

As embaixadas seriam igualmente objecto de atenção, como a de D. Cristovão da Gama, descrita por Miguel de Castanhoso, e, ainda que ganhando um perfil quase auto-biográfico,a que foi redigida por João de Bermudes .

Apesar de modelarmente encontrarmos toda esta enorme variedade de discursos no fazer da *História*, subsiste ao discurso histórico, nesta primeira metade do século XVI, a ideia que um elemento seu construtor é a *verdade*. A *História* é mesmo intuida como sinónimo de *verdade*, tendo este conceito um valor *em si*, não sendo como que necessário a sua explicitação. Assiste-se a uma interiorização da verdade enquanto princípio filosófico e mesmo formal, isto é, uma concordância do pensamento consigo mesmo: Deparamo-nos quase com uma completa ausência de contradição e com a afirmação da verdade através da apresentação de um dado factual que pode passar pela invocação de um testemunho .

Verdade ou veracidade?Veracidade responderemos nós. As narrativas denunciam as qualidades do que é exposto, e as descrições dos factos obedecem à intencionalidade proposta pelo autor. Expõe-se, ainda que por vezes confrontando opiniões, o factor assumido como essencial à demonstração do

---

[383] Armando Cortesão e Luís de Albuquerque, *Obras Completas de D. João de Castro*, Coimbra, Academia Internacional da Cultura Portuguesa , I-IV, 1968-1981.

facto ou à lição que se pretende dar. É a fidelidade ao sucedido, defendendo-se a veracidade do narrado.

Estes propósitos cruzar-se-ão com a *memória*, e esta é frequentemente a base de formulação do testemunho, o que legitima o discurso. A *memória* está, muitas vezes relacionada com os universos pessoais dos diferentes autores em que os dados biográficos se espelham de um modo mais ou menos objectivo na sua obra. Por vezes, nesta seleccionam-se os momentos a referir, aparecendo estes com uma função nitidamente legitimadora.

As crónicas da Expansão têm sido igualmente olhadas como textos ficcionais. No entanto, importa realçar que elas não se assumem enquanto tal. Se de algum modo, em determinados momentos, o simulam - nomeadamente na descrição de feitos mais ou menos fantásticos, não é essa todavia a sua intenção. Se tal sucede, a outros se deverá.

No entanto a expressão poética é um dos valores que são cultivados pelos agentes da Expansão, e por aqueles que sobre ela escrevem. Tal acontece mesmo na sua vertente mais crítica e palaciana, como seriam as composições feitas ainda na esteia das cantigas de escárnio e maldizer que ocupavam os serões da nobreza. Também no Oriente corrriam tais composições as quais eram mesmo enviadas ao monarca. Numa das suas cartas, Afonso de Albuquerque refere a dado passo, e ao longo de uma missiva em que descreve as desavenças tidas com Gaspar Pereira, que:"(...) como me party de cochim, gaspar pireira, diogo pireira e ele [António Real] fizeram esa ornada puesia que de mim mamdaram a vosalteza, chêa das verdades da imdia: peço a vosalteza por mercê, pelo que

compre a vosso serviço, que me creaes, que havees dachar em poucos homens da imdia verdade, e tome vosalteza a espiryemcia diso, e achará o que vos digo."[384]

Contudo, o significado que adquiriu a palavra poesia é multifacetado e pode igualmente representar a arte de bem escrever, sem se enquadrar ou referir a um género literário específico. O próprio Afonso de Albuquerque utiliza-a como adjectivação ao tipo de cartas que contra ele são enviadas ao monarca, "(...) estes taes que asy pasam sua bõoa vida oceosa, nam terám eles tempo pera os espreverem mill emganos e cartas chêas de poesia, fimjimdo mill cousas(...)"[385].

Por um lado, o modelo narrativo, o facto de ser crónica, diário, relato, carta.... marca a forma como se escreve, e, por outro, espelha os universos culturais em que os autores se formaram e se movimentaram. Expõem-se valores e modelos individuais ou colectivos que os escritores da História prezam e pretendem guardar e conservar. Ao concebermos o *cronista* como sujeito produtor de uma narrativa e transmissor de uma vivência, seremos forçados a continuadamente entender o texto enquanto objecto modelado e modelador .

Deveremos, neste momento, partir ao encontro dos modos de olhar destes cronistas da primeira metade do século XVI; analisar os contactos estabelecidos com os vários microcosmos culturais espelhados nos seus textos, e desvendar de que forma a vivência no Oriente, seja a pessoal, seja a dos testemunhos, se refletiu nas realidades experienciadas ou imaginadas.

Partamos então ao encontro da sua Viagem.

---

[384] ANTT, *C.C.*,P.1ª, m. 16, doc. 116, pub., Afonso de Albuquerque, *Cartas de Affonso de Albuquerque , seguidas de Documentos que as Elucidam*, I, ed. Bulhão Pato, Lisboa, Academia Real das Sciencias de Lisboa, 1884-1935, p. 290. Utilizaremos como referência posterior a esta compilação a seguinte enunciação: *Cartas de Afonso de Albuquerque.*

[385] Carta de 1de Dezembro de 1513, ANTT, *C.C.*, P.1ª, m.14,doc.3, publ., *Cartas de Afonso de Albuquerque*, I , p. 156.

Capítulo II

A viagem

Desvendando a diferença, construindo a *novidade*

"Muitos prodígios há; porém nenhum
maior do que o homem.
Esse, co'o sopro invernoso do Noto,
passando entre as vagas
fundas como abismos,
cinzento mar ultrapassou."

Sófocles, *Antígona*,332-337.

Na nossa viagem pelos percursos narrativos de Quinhentos deveremos desmultiplicar toda uma série de instrumentos analíticos que nos permitam revelar a construção da *novidade* que foi o olhar com que os portugueses coevos vivenciaram os novos espaços traçados. Assim, e depois de ter desvendado no nosso primeiro capítulo a construção temática de cada um dos relatos, as influências discursivas reflectidas nos textos, nomeadamente a presença dos *Antigos* na elaboração destas narrativas, e os *modelos discursivos* utilizados, dever-se-á ter em atenção outra face especular do discurso, isto é, alguns dos conceitos operatórios que funcionam como estruturantes do mesmo e que o aproximam, ou afastam de um modo de estar ou escrever tardo medieval, *esboçando* uma mundividência renascentista.

Eles constituem também, neste trabalho, percursos de um método. Eles são igualmente formuladores da viagem. Depois de termos exposto o *solo* constructor do discurso, corporizado nas influências discursivas transmitidas pelo saber mais ou menos académico, assimilado através da formação inicial prestada

aos diferentes interventores e autores da Expansão, pelos estudos das *humanidades*, ou pela frequência nos círculos da corte e nas diferentes casas senhoriais, deveremos observar de que modo o ***novo*** foi vivenciado pelos portugueses de Quinhentos.

Estabelece-se no cruzar dos mares, na partida de Lisboa e no chegar ao Oriente o confronto com novas realidades, que se incorporaram no *novo* texto narrativo agora redigido. Deste farão igualmente parte integrante e formuladora do *texto* uma diferente conceptualização do espaço, tempo, acaso e as suas respectivas *nuances* autorais. Estas participam da edificação da ambiência cultural vivida em Portugal na primeira metade do século XVI.

É na descoberta destasnovas formas de viver um *tempo* que observamos os modelos descritivos utilizados para a descrição do *espaço* físico e humano, o registo que é feito do *tempo*, a *causalidade* expressa na exposição dos acontecimentos, os modos de legitimar o discurso, as fontes utilizadas, os costumes descritos, os processos de alteridade denunciados num ou noutro olhar. Estas preocupações, ou melhor, vertentes de uma análise, percorrem o nosso trabalho. Não funcionam como meros pontos de partida; pelo contrário, ao longo deste estudo eles têm sido aprofundados, tendo ganho corpo na multiplicidade de registos por nós analisados. Descortinar-se-á, deste modo, o universo cultural que envolveu e construiu os nossos primeiros contactos com o espaço oriental .

Nas narrativas cruzam-se as imagens construídas sobre os espaços humanos e naturais com as vivências individuais marcadas pelas biografias de cada autor. As fronteiras entre o ***real*** ou a assunção do ***real*** para cada um dos sujeitos que escreve, e o ***imaginário***, são por vezes explicitadas em cada obra e em cada sujeito autoral. No entanto, o seu próprio imaginário dialoga frequentemente com o do *Outro*, ganhando um estatuto de verdade, pincelada

todavia pelo fantástico. Aliás, a *ideia*, ou melhor, a *imagem* do Oriente, e mesmo deste Oriente indiano, surge frequentemente marcada pela aliança profunda entre o exótico, assumido enquanto tal, e o fantástico, por vezes representado como *verídico*.

A personalidade individual intervém nessa mesma construção, bem como o modelo de narrativa. Não é de estranhar que António Galvão, até pela natureza do seu texto que se aproxima do escrito em que a *memória* pessoal é um dos principais instrumentos constructores do discurso, escreva que: "Há nestas ilhas de Maluco homens com esporões nos artelhos, como galos. Disse-o o rei de Tidore, que na ilha de Gilolo os havia com rabos (...)"[1] Ou ainda, referindo-se a Ternate, saliente que:" (...) é uma das mais altas coisas que no mundo se sabe. Deita fogo pelo mais alto, coisa tão espantosa que lá não se sabe falar em outra(...) O que ouvindo António Galvão, determinou cometê-lo." [2]

Contudo, e apesar de ser um acontecimento repetidamente narrado pelos cronistas da Expansão, nomeadamente por Fernão Lopes de Castanheda e João de Barros, António Galvão apenas destaca o facto de ter encontrado:"(...)uma ribeira tão frigidíssima, que não havia pessoa que pudesse ter a mão nela, nem metê-la na boca."[3]

A repetição mimética deste episódio feita pot Fernão Lopes de Castanheda, conduziu a uma outra forma de transmitir o vivenciado, ou melhor observado por outrém, neste caso António Galvão, optando Castanheda por assinalar comedidamente os factos susceptíveis de serem considerados mais ou menos extraordinários. Contudo de modo algum se exime de relatar o que corria

---

[1]António Galvão, *Tratado dos Descobrimentos*, Porto, Livraria Civilização, 1987, p. 225-226.
[2]*Ibidem*, p.225.
[3]*Ibidem.*

sobre o local, as «cousas espantosas» que eram contadas, como"(...) quãdo eſte fogo arrebẽtaua daua hũ eſtouro tã fero & eſpãtoſo que tremia toda a Ilha, & apos ele ſae hũa fumaça groſſa & negra & antre ele grandes lingoas de fogo que parecia a boca do Inferno que pintã (...)"[4]. Ou ainda que o fogo lançado na proximidade da boca de fogo provocava tal destruição que aquele local:"(...) era ali tã mal aſſõbrado & medonho & eſcuro por nã dar ali ſol que parecia que andauã ali os diabos (...)"[5].

Mas a dimensão fantástica atravessa toda a cronística da Expansão. Gaspar Correia, apesar de se propor escrever sobre a história dos portugueses no Oriente, narrando o que teria acontecido, logo no título da sua obra, hesita entre nomear o seu texto como *Crónica* [6] ou como *Lenda*. Esta última opção mescla-se de toda uma carga fantástica que cruzaria, no seu entender, os feitos dos portugueses nos espaços orientais, e é dos três cronistas o que de imediato inscreve o seu texto, ou melhor expõe o seu texto a essa dimensão do *fantástico*, ou melhor do *maravilhoso*.

Por seu turno, João de Barros não deixa de referir elementos que de algum modo reflectem esta mesma dimensão do fantástico, ainda que depurada pela marca da esfera do pessoal e subjectivo. No seu discurso integra-se a narração do que o outro transmitiu. É neste contexto que se deverá entender a referência às explicações que estariam relacionadas com os medos que rodeariam o cabo Bojador [7] ou a narrativa desta expedição de António Galvão ao vulcão, na

---

[4] Fernão Lopes de Castanheda, *op. cit*, II, p. 908. Convém referir que esta passagem se encontra inserida nos capítulos copiados pelo padre Maffei do Livro IX e que o título que é dado a este capítulo IX refere que a serra de fogo seria na ilha de Tidore. João de Barros referindo-se exactamente à mesma expedição assinala-a como a feita ao vulcão de Ternate e no próprio tratado de António Galvão este cita-a como sendo a de Ternate.

[5] *Ibidem*, p. 909.

[6] Cf.Gaspar Correia, *Lendas da Índia*, II, p. 5; IV, p.5.

[7] Cf.João de Barros, *Ásia...Primeira Década*, p.13

qual são apresentados os dados e exposta a possível explicação[8]. O autor aprecia esta narrativa que lhe teria sido transmitida pelo próprio participante António Galvão, comparando-a à realizada por Plínio ao Vesúvio, dando ao episódio a sua matriz clássica, tradutora de uma ambiência e vivência humanista.

Em certa medida, a curiosidade dos homens de então espelha-se na própria assunção da ideia de ***Descoberta*** que é utilizada na época, presente desde logo neste modelo de cronística. Fernão Lopes de Castanheda redige a *História do Descobrimento e Conquista da Índia pelos Portugueses*. João de Barros subintitula a sua obra *...Dos Feitos que os Portugueses fizeram no Descobrimento e conquista dos mares e terras do Oriente* e o próprio Gaspar Correia, ainda que não utilize esse mesmo conceito no título da sua narrativa, logo na nota que dirige aos ***senhores letores*** do seu primeiro livro refere, a dado momento, o facto de: "(...) auer dezaseis annos que a India era descoberta quando eu a ella vim em moço de pouca idade"[9].

Tal conceito de imediato se radica nas expedições marítimas portuguesas, e expõe um sentir mais geral da sociedade portuguesa, que de um mundo - o europeu- outro descobre - o asiático, ou mais concretamente descobre a sua passagem. Logo na carta que D. Manuel envia aos Reis Católicos, na qual se anuncia a concretização da viagem de Vasco da Gama, refere-se o monarca aos fidalgos da sua casa que intervieram nesta expedição como *descobridores*[10]. Será que esta ideia de *descoberta* se encontra intimamente ligada ao confronto com o desconhecido tão infinito e misterioso que surgia no imaginário do homem

---

[8]"Sobido Antonio Galuão aquella altura onde viãs eſte fogo: achou toda a coroa daquelle mõte eſcaldo, & a tẽra delle fofa, nã feita em cinza, mas ligada hũa a outra & lẽue. E per toda aquella coroa auia huũs redemoinhos a maneira que vemos fazer a agoa quãdo eſtando eſtanque lhe lançã hũa pẽdra que vay fazendo aquelles circos(...)"João de Barros, *Ásia...Terceira Década*, f.133v.

[9]Gaspar Correia, *op.cit*, p. 2.

[10] ANTT, *Colecção S. Vicente*, III, Fol.513, publ. António da Silva Rego, *Documentação para a História do Padroado Português na Índia*, I, pp.3-4.

comum? Além disso, de que modo foi este mesmo imaginário alimentado pelos narrativas que correram, pelas lendas que permaneceram através da escrita?

Torna-se por isso mesmo importante para a compreensão deste complexo histórico-cultural, revelar as diferentes construções dos sujeitos quinhentistas, descodificar as suas expectativas, encontros e desencontros que, nos textos, ganham o valor de uma *voz* mais ou menos colectiva, e desvendam alguns grupos da sociedade portuguesa deste tempo. É, portanto, essencial descobrir não só o indíviduo, mas também os vários ambientes culturais que se vão formulando e vivenciando .

Situar os acontecimentos, descrever o que sucedeu, exige o registo no tempo. A forma como este conceito operatório se foi construindo é, assim, sinal da evolução dos homens e do modo como estes experienciam o seu quotidiano. O fluir do tempo atravessa o viver dos homens de Quinhentos. Como tal, ganha cada vez mais importância encontrar um sistema regulador do decurso dos dias. A *medida*, como elemento cada vez mais objectivável e comum, marca o quotidiano, ainda que surja, como processo normativo de orientação coeva a utilização frequente de elementos qualitativos, e, por isso mesmo também, muito subjectivos.

Nem o espaço nem o tempo são medidos com exactidão; contudo, a pouco e pouco, sente-se a crescente urgência de um recurso ao quantitativo, procurando-se um sistema de referências que, gradualmente, se torne mais uniforme. As navegações, e a necessidade de se utilizar um cálculo que permita a localização, influem directamente neste processo. A frequência com que nos surge nas próprias missivas a referência à elaboração de cartas de cariz geográfico traduz de que modo tal prática integrava o quotidiano. Frequentemente os governadores a elas faziam referência visto serem um dos instrumentos

essenciais ao curso da empresa da Expansão. Afonso de Albuquerque numa das suas missivas para o rei depois de o informar das naus que tinham ficado em Malaca assinala a importância de levarem dois pilotos de terra e três portugueses, Gonçalo de Oliveira, Luís Botim, Francisco Rodrigues, o qual seria de muito e bom saber, nomeadamente conhecendo o modo de se fazerem padrões[11]. Deste último conhecemos mesmo um livro, que teria sido composto em partes distintas, escrito e desenhado durante largos anos, o qual decerto teria corrido manuscrito entre os seus pares[12].

Não cabe no âmbito deste trabalho desenvolver toda a problemática encerrada não só nos processos de construção das diferentes notações cartográficas e do modo como estes revelam momentos de uma construção de um *espaço* mais objectivável. Evocaremos a descrição e notação do espaço como vertentes a reter no processo de conhecimento da época em estudo, elementos dela construtores. A aliança entre teoria e prática efectuada para se atingir o conhecimento, culmina na conjugação que, pela primeira vez, Pedro Nunes faz de ciência, técnica, observação e teorização.

A tal processo não são alheios os homens da Expansão como D. João de Castro. Aliás, deveremos ter sempre presente a importância que a *Geografia* tem para estes mesmos homens. D. João de Castro será disso um exemplo verdadeiramente paradigmático: basta ter presente os seus roteiros ou mesmo o seu fragmento de *Geografia* em que, por um lado, esboça uma breve referência ao modo como a geografia era notada pelos *Antigos*, e, por outro, pretende defini-la elaborando igual pensamento para com a *cosmografia*[13]. De igual forma convém

---

[11] ANTT, *C.C.*, P.I^{a} , m.22,doc.66, publ., *Cartas de Afonso de Albuquerque* , I, p.68.

[12] Cf. nota introdutória de Armando Cortesão, *A Suma Oriental de Tomé Pires e o Livro de Francisco Rodrigues*,Coimbra, Imprensa da Universidade,1978, pp. 102.

[13]Cf. Armando Cortesão e Luís de Albuquerque, *Obras Completas de D. João de Castro*, Coimbra,

lembrar a escrita de tratados como *Esmeraldo De situ Orbis*, de Duarte Pacheco Pereira, ou a *Geografia*, de João de Barros.

1. A importância da *medida*

A *medida*, a necessidade de precisão, é algo que atravessa e se torna permente no século XVI. Historiadores como Luís de Albuquerque e Vitorino Magalhães Godinho[14], entre outros, têm salientado que os nossos mareantes partiam ensinados e providos de instrumentos e regras de astronomia e geometria, o que se associava a um uso do cálculo, a uma inevitável busca da precisão. Esta busca será, todavia, sentida de formas distintas pela Europa coeva.

A cultura europeia desenvolveu um tipo de percepção da realidade que se caracteriza por um processo de apreensão através da *globalidade.* Como Alfred Crosby defende: " The choice of the Renaissance West was to perceive as much of reality as possible visually and all at once, a trait then and for centuries after the most distinctive of its culture."[15] Esta característica está presente no modo como os portugueses olham o espaço indiano, nomeadamente através de uma perspectivação quase cartográfica, como se a descrição se elaborasse a partir da observação feita através de um mapa.

Este traço é identificador de Barros[16] o qual chega até a salientar esse

---

1968, I , pp. 109-114.

[14] Cf. Luís de Albuquerque, *As Navegações e a sua projecção na Ciência e na cultura*, Lisboa, Gradiva, 1987, pp.9-22, e Vitorino Magalhães Godinho, *Découvertes: XV-XVI- Une revolution de mentalités*,Paris, Autrement, 1992.

[15] Alfred W. Crosby, *The Mesure of Reality-Quantification and Westren Society , 1250-1600*, Cambridge, Cambridge University Press, 1997, p. 11.

[16] Como mero exemplo assinale-se uma passagem onde João de Barros descreve a ilha de Socotorá: "(...) eſta jlha de Çocotorá ę de comprido pouco mais ou menos vinte leguoas & de

aspecto elaborando uma unidade discursiva/um capítulo em que descreve a costa marítima do oriente *com as diſtancias q̃ há entre as mais notáuees cidádes & pouoações per módo de roteiro, ſegundo os nauegantes*[17]. Além disso, João de Barros menciona uma carta que mandou vir da China, assim como um chinês que o auxiliaria na leitura dos caracteres chineses. Nesta carta sertia retratada a muralha que teria protegido aquele espaço dos invasores, bem como se notariam os pictogramas chineses que denominariam, segundo o autor, *todos* os montes, rios, cidades e vilas[18].

Esta necessidade de se apreender o geral ainda que notado de um modo mais ou menos particular através da designação dada pelos locais ou por aqueles que atravessam os espaços é um processo recorrente nos cronistas da Expansão. As descrições são elaboradas através da captação dos planos gerais percepcionados pelo olhar, seja este o conseguido através de elementos cartográficos recolhidos pelo autor, processo recorrente em João de Barros ou a tradução de uma observação no lugar, estratégia amplamente utilizada por Castanheda e por Gaspar Correia.

Nos roteiros verifica-se também este recurso ao que visualmente é

---

largura nóue. O lançamento deſta ſua compridam ę quaſy leſte oeſte & tomada quarta do noroeſte(por falarmos ſegundo arrumaçam dos marinheiros) cuja altura da parte do nórte ędoze graos & dous terços. Em todo o ſeu circuito nã há pórto nem eſtãcia em que muytas náos poſſam ſeguramente jnuernar, per o meyo della ao módo deſpinhaço córre hũa córda de ſerranias de huũs picos altos & fragóſos que demãdam as nuues: per cima dos quáes por altos que ſam quando curſam as ventanias do nórte lá lhe vam lançar as areas da práya. E por eſtar muy patente a eſtes ventos ę muy eſcaldada: poſto q̃ per entre aquellas ſerras tem alguũs valles abrigádos onde os moradores fázem ſuas ſementeiras dalgũ milho & paſtam ſeu gádo. Toda a práya della ęlimpa pera a nauegaçam, ſomente na fáçe contra o nórte tem duas jlhetas juntas a que por ſua ſemelhança chamã as duas jrmaãs, ſerá da terra firme da Arabia que lhe fica ao nórte atę cincoẽta leguoas, & do cábo de Guardafu que eſtá ao ocidente della no vltimo fim da terra de Africa trinta(...)" João de Barros, *Ásia...Segunda Década*, p. 18.

[17]Cf. João de Barros, *Ásia...Primeira Década*, pp. 335-347.

[18]Cf. João de Barros, *Ásia... Terceira Década*, fl.44v.

apreendido. Aliás, João de Barros utiliza frequentemente a forma como os mareantes registam, ou melhor, elaboram as suas notações. A formação individual marca assim o discurso, seja naquilo que importa das fontes utilizadas, isto é a *memória* de outros (não é por acaso que reconhecemos em João de Barros, Fernão Lopes de Castanheda ou até em Gaspar Correia as palavras de Duarte Barbosa), seja através do modo como se expõe aquilo que o autor presenciou.

Exemplar do modo como a formação pessoal influi no processo descritivo é, no *Diário da Viagem de D. Álvaro de Castro ao Hadramaute (1548)*, a estratégia descritiva empregue, com o recurso a elementos geométricos e ao que seria o abarcar do campo visual, não unicamente numa perspectiva mar-terra - ângulo de observação plenamente usado pelos narradores portugueses quinhentistas-, mas sim a partir de um ponto de observação elevado, o qual possibilita um maior campo de visão[19]. Com efeito, a geometria é a medida do espaço[20]. Realmente um dos aspectos mais relevantes na conceptualização da ideia de *medida* tem a ver com o facto de se tornar objectivável uma percepção sensorial, e esta é sem dúvida uma das conquistas do Renascimento europeu[21].

---

[19] " A terra da ilha de çacotora da banda do sul saia ao mar comtres fermosas pontas, s., huma oposta ao uento *leste*, e outra ao austro e a outra ao ponente; a ponta do leste e de terra mui alta e de ca do mar pareçe feita a modo de hum simisircolo per riba; a do sul não hee tão alta, hee de terra e he chã per riba sae cum *(sic)* rosto quadrado ao mar; a ponta daloeste hee huma das fermosas pontas que tenho visto per meos olhos, perque sae ao mar cum rosto quadrado muito fermoso, e em riba hee muito chã e sae assim obra de mea legoa; a terra que se contem antre estas tres pontas hee toda alta per uma propria maneira, e tanto como as duas pontas do austro e do ponente, e he toda ate baxo talhada como se fora cum picão; e do pee dela pera o mar vai como hum tavoleiro ao livel do mar: Toda a cor desta terra hee ruiva, e tão estrele ou mais que a do abexim, perque soo em huma parte vi dez ou doze palmeiras, e em toda ela huma soo mouta mais; a longuo do mar, no tavoleiro tem alguns medões d'area pequenos, e não são lançados na terra sima, o que mostra que devem ter pouca força os travesõis."In, Luís de Albuquerque, *Estudos de História*, Coimbra, Universidade de Coimbra , 1974, II, p.45.

[20] Veja-se a propósito o artigo de A. M. Amorim da Costa,"Temporalização do Espaço *versus* Espacialização do tempo" in, *Revista da Universidade de Coimbra*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1984, XXIX, pp. 259-270.

[21]"The West's distinctive intellectual accomplishment was to bring mathematics and

O universo português é ainda o das qualidades, não o das quantidades. Porém, a pouco e pouco ganha peso essa mesma quantificação que se vai estruturando nos textos renascentistas, e que são reflexo de uma mudança de mentalidade que já se vinha registando, pois a noção de preço encontra-se presente no quotidiano hodierno.

O próprio crescimento dos volumes das operações económicas obrigou a que rapidamente se procedesse a uma aprendizagem de hábitos de quantificação[22]. Daí que as exigências desencadeadas pela necessidade de registo das inúmeras operações comerciais, determinem a passagem da numeração romana para a árabe[23] e deste modo possamos observar a coexistência dos dois tipos de registo nos nossos textos quinhentistas. Como Vitorino Magalhães Godinho assinalou:"(...) os Portugueses dão uma contribuição decisiva à passagem do simbólico e do vago à precisão descritiva, à utilização operatória do mundo da qualidade, mas tão-só na medida em que joga a nova mentalidade técnico-mercantil."[24]

A esta matematização mais ou menos crescente da realidade estará igualmente inerente o interesse pela astrologia. Antes de abordarmos a valoração da astrologia no período que é objecto deste estudo, convém explicitar a nossa

---

measurement together and to hold them to the task of making sense of a sensorially perceivable reality, which Westerners, in a flying leap of faith, assumed was temporally and spatially uniform and therefore susceptible to such examination."Alfred Crosby, *op.cit.*, p.17.

[22] *Ibidem*, p.73.

[23]Como Vitorino Magalhães escreveu "(...) a mentalidade quantitativa impregna cada vez mais os círculos mercantis, a administração pública, a reflexão técnico-científica. O número implicava a notação, e portanto o abandono do sistema romano -peninsular pelos algarismos indo-árabes, e por outro lado a ciência do cálculo."Vitorino Magalhães Godinho, *Mito e Mercadoria, Utopia e prática de Navegar, séculos XIII-XVIII*, Lisboa, Difel,1990, p.84. Aliás este historiador sintetiza nesta mesma obra a evolução que em Portugal se viveu, relativamente à evolução do uso do número e do modo como cresce a necessidade de se aplicar a noção de precisão às próprias descrições.

[24]*Ibidem*, p.90.

linha de pensamento relativamente à noção de matematização do real. Como A. Marques de Almeida afirma, é necessário ter presente que a utilização do número, ou melhor, a passagem de uma mentalidade qualitativa a uma mentalidade quantitativa, não traduz o estar perante uma mentalidade matemática, pois a quantificação não representa necessariamente matematização, mas sim a introdução da *notação algorítmica indo-árabe* na cultura europeia, a qual se traduz num processo de aritmetização do real[25].

A distinção feita por este historiador é clara. Estes são processos que eclodem em períodos temporais diferenciados ainda que se encontrem intimamente relacionados:"Admitindo que a aritmetização do real está em formação histórica desde o século VII e está muito avançada em fins do século XVI - ainda que inconclusa - o processo de matematização do real - um estádio avançado do desenvolvimento científico - está em formação no século XVII, sobretudo com a obra de Descartes."[26]

Assiste-se, deste modo, no século XVI, ao avanço na passagem de uma mentalidade qualitativa a quantitativa naquilo que poderemos considerar um processo de aritmetização do real. Basta considerar a importância do *Tratado da Pratica Darismetica*, de frei Gaspar Nicolas, várias vezes impresso no século XVI (1519,1530,1541,1592, ainda que não surja o nome do autor, e 1594)[27], no qual não só existe o recurso a exemplos onde se evocam não só actividades ligadas à Expansão, como um novo vocabulário relacionado com estes novos espaços.

Radica igualmente neste mesmo século XVI o tratado de aritmética

---

[25] A. Marques de Almeida, "Aritmetização do real na sociedade Portuguesa (sécs. XIV-XVII)" in *A Abertura do Mundo. Estudos de História dos Descobrimentos*, Lisboa, Editorial Presença, 1986, p.159.

[26] *Ibidem.*

[27] Cf. António Joaquim Anselmo, *Bibliografia das obras impressas em Portugal no século XVI*, pp.162,169,300,309,1272 nº562,590,1029,1062,1272.

redigido pelo licenciado Rui Mendes(1541), e o tratado da autoria de um mercador da cidade do Porto, Bento Fernandes[28]. A par desse processo, caminha-se gradualmente para a objectivação do real, ganhando cada vez mais esta noção um relativismo conceptual no que é o processo de conhecimento.

Alguns historiadores, como Joaquim Barradas de Carvalho, afirmam, porém, que as crónicas são relatos nos quais não se recorre à utilização da medida, entendida esta enquanto instrumento preciso de situação no espaço ou no tempo. Consideramos que, no caso específico deste historiador, semelhante generalização é motivada pelo facto de os seus estudos se terem centrado fundamentalmente em Zurara e nas narrativas do início do século XVI.

Mesclam-se, por vezes, neste período de transformação duplas significações face a áreas do conhecimento que, em certa medida, se incluem neste caminhar para o objectivável. Será importante observar a forma como os homens de Quinhentos se relacionam com a astrologia, isto apesar do peso que as convulsões de carácter religioso provocaram na sociedade europeia coeva. Procura-se então distinguir a astrologia do que seriam os estudos de astronomia, e lançam-se *juízos* contra algo que, como a astrologia, poria em causa os princípios religiosos; relembremos nesse sentido frei António de Beja e a sua obra escrita por volta de 1523 intitulada *Contra os Juízos dos Astrólogos*. Contudo, nas narrativas quinhentistas ainda se observam ténues emergências dos aspectos divinatórios existentes nos estudos astrológicos. Tal presença constituirá, em certa medida, uma reestruturação dos preceitos clássicos que participam do perfil do *Herói.*

A referência a profecias é algo que atravessa o carácter divinatório e premonitório, e que perpassa as narrativas de quinhentos. O próprio facto de D.

---

[28] Luís de Matos na sua obra *L' expansion portugaise dans la Littérature Latine de la Renaissance*, foca estes aspectos.Cf. p. 28.

Manuel ter escolhido como divisa a *esfera*, denuncia o carácter simbólico desta figura geométrica, enquanto signo da ideia de perfeição, e índice premonitório da acção política manuelina espelhada na imagética quinhentista.

Outros elementos poderão ser detectados nas crónicas onde se denuncia a ligação original entre astronomia e astrologia; por exemplo, João de Barros cruza o que seriam as indicações astronómicas, como por exemplo a descrição da passagem de um cometa durante a primeira viagem de Pedro Álvares Cabral à Índia, e uma valoração astrológica, consubstanciada no *raio* deixado pelo cometa que foi visto da armada durante o espaço de oito dias e que: "(...)pronoſticáua o triſte cáſo q̃ lógo viram."[29]

Não é, igualmente, por acaso que Fernão Lopes de Castanheda inclui na segunda impressão do seu primeiro livro da *História do Descobrimento e Conquista da Índia pelos Portugueses* a descrição da descoberta de umas pedras em Sintra nas quais se encontraria inscrita a profecia de Sibila Cumea que, por seu turno, funcionaria como elemento premonitório da descoberta do caminho marítimo para a Índia e do papel então desempenhado por Portugal. Tal narração encontrar-se-ia inclusa numa obra em latim de Valentim Morávio, escrita sob os auspícios do papa Nicolau V, a qual, segundo Castanheda, teria como propósito primeiro descrever achados arqueológicos[30]. O gosto pelos artefactos do passado, traço marcante dos homens do Renascimento europeu, seria assim evocado pelo cronista.

Mas várias são as confluências culturais que encontramos nos cronistas da Expansão, por vezes no que seriam verdadeiros detalhes. O gosto, e a evocação dos vestígios do passado aparecem igualmente em João de Barros. Este escreveria

---

[29]João de Barros, *Ásia...Primeira Década*, p. 175.
[30]Cf. Fernão Lopes de Castanheda, *op. cit.*, I, pp. 71-72.

o *Panegírico de D. João III* aquando da viagem de D. João III a Évora, destinada a observar as obras de restauro do aqueduto de Sertório iniciadas em 1532. Os seus alicerces tinham sido descobertos por André de Resende em 1530[31], na sua incessante procura de vestígios da arquitectura romana em Portugal. A ele se deve a autoria de *De Antiquitatibus Lusitaniae*.

Gaspar Correia reflecte igualmente essa preocupação pelos *indícios premonitórios* ao mencionar ter visto uma carta de um mouro principal de Ormuz que descreveria uma profecia relativa à actuação de um reino cristão do Ocidente que auxiliaria o rei da Etiópia. Segundo ele, essa leitura prenunciaria a chegada dos portugueses[32]. Por outro lado, assistimos a uma constante notação na cronística da Expansão da importância que a astrologia teria para os povos asiáticos.

Tais preocupações identificam uma construção mais geral de noções edificadoras de um processo de conhecimento, de um processo de conceptualização e representação do real. Transparece nos discursos dos homens de Quinhentos a íntima relação entre a noção de espaço e a de tempo. Em termos teóricos, assistimos a uma profunda interacção entre estes dois conceitos operatórios. A emergência do carácter premente de se ser *preciso*, afectaria igualmente o modo como se registou o tempo, e ao encontrar de instrumentos mecânicos que o permitissem. Apesar de o relógio não ser uma invenção europeia é inquestionável o entusiasmo demonstrado face a ele no Ocidente, com a consequente proliferação da sua colocação em certas cidades europeias[33]. Como Gurevich afirmou, seria na cidade europeia que o tempo assumiria o valor

---

[31]Cf. introdução de M.Rodrigues Lapa, João de Barros, *Panegíricos*, p.XXIX.
[32]Gaspar Correia, *Lendas da Índia*, IV, p. 398.
[33]Alfred W.Crosby , *op. cit*, p.81

de forma pura exterior à vida[34].

A importância que o pensamento neoplatónico foi ganhando ao longo do Renascimento, marca igualmente esta conceptualização do *mundo*. Assim, a par de um aristotelismo, entendido na sua confiança na experiência imediata e na lógica meticulosa, começa a pouco e pouco a ganhar força, um neoplatonismo, entendido na sua tendência para a intuição e para a conceptualização *matemática* como manifestações do ultimar da realidade[35].

Tanto os portugueses como os espanhóis denunciam a emergência de uma noção de homogeneidade do Mundo, concretizada na possibilidade de traçar eventuais linhas de limite dos domínios de um ou de outro reino ibérico: é a demarcação da *fronteira*. Tal será tanto mais presente, quando analisamos a intenção e concretização do traçado de uma linha imaginária que dividiria os impérios português e espanhol; referimo-nos, obviamente, aos Tratados de Zaragoza e de Tordesilhas.

Apesar dos problemas práticos que se colocaram, denunciados nas sucessivas expedições enviadas pelos monarcas espanhóis e portugueses, e nas diferentes cláusulas estabelecidas pelos dois soberanos, essa linha seria efectivamente delineada. Não cabe no âmbito do nosso trabalho desenvolver as questões que rodearam este problema, mas facto de inquestionável importância é que essa linha denuncia uma abstração conceptual que traduz uma concepção espacial entendida como homogénea que se estenderia a lugares jamais vistos[36].

Os próprios cronistas como Fernão Lopes de Castanheda salientam o

---

[34] A. J. Gurevich, " Time as a Problem of Cultural Historiy" in*Cultures and Time*, Paris, Unesco Press, 1976, p. 241.Cf. para a introdução do relógio comunal e do marcar o tempo na cidade Gerhard Dohrn-van Rossum, *History of the Hour*,Chicago, Chicago University Press, 1996, pp.197-215.

[35] *Ibidem*, p.178.

[36] *Ibidem*, p.106

facto de os portugueses fazerem uma navegação marítima, sem se socorrerem da linha de terra para se orientarem. O mar e o céu são afinal os espaços de orientação[37], aos quais se associa um exercício da capacidade de abstração e de construção do real. A terra conceptualiza-se enquanto forma abstracta, pensada na sua esfericidade, decerto entendida segundo os princípios da geometria euclidiana, e representando, como salientámos, a forma perfeita.

1.1. O *tempo* e a procura do *objectivável*

Recorrente desta percepção e construção do real, o tempo é concebido enquanto medida objectivável e exterior que ordena os factos e que serve de estrutura dos mesmos. A multiplicidade de registos, por vezes qualitativos, ou tidos como absolutos em si são percepcionados como factores por vezes perturbadores da ordenação. António Galvão expõe claramente esta noção. Logo no início do seu *tratado*, considera a sua incapacidade de levar a cabo aquele que seria o seu propósito inicial: conciliar *descobrimentos antigos e modernos*, por mar e terra realizados[38]. O autor enuncia as suas razões, expressando a incapacidade de encontrar validade num único sistema de referências, e traduzindo essa multiplicidade numa combinatória que se confina ao sujeito: "Porque os hebreus dizem que da criação do mundo ao dilúvio houve 1656 anos, os setenta intérpretes 2242, e Santo Agostinho 2260 e tantos. E, assim nas alturas há muitas

---

[37] "E a da India foy feita por mar & por voſſos capitães,& cõ nauegação dũ anno & doito meſes & de ſeis ao menos: & não a viſta de terra ſenão afaſtados trezentas & ſeiſcentas leguas partindo do fim do Occidente & nauegando ate ho do Oriente ſem verem mais que agoa & ceo, rodeando toda a Sphera, couſa nunca cometida dos mortais, nem imaginada pera ſe fazer."Fernão Lopes de Castanheda, *op.cit*, I, p. 4.

[38]António Galvão, *op. cit.*, 179

diferenças: porque nunca se ajuntaram numa armada de dez a cem pilotos, que não estivessem uns numa altura e outros noutra."[39]

A dificuldade em se conseguir um registo comum e passível de ser por todos utilizado, e, *precisamente*, conhecido, torna-se evidente, existindo muitas vezes discrepâncias nos registos efectuados, nomeadamente nas notações dos diferentes roteiros. Relembre-se o que acontece nos roteiros de D. João de Castro, ainda que este tenha tido o cuidado mais ou menos constante de confrontar os seus cálculos com os de pilotos e marinheiros.

Tendo como um dos propósitos da narrativa o contar o que aconteceu, é essencial localizar o registo, encontrar o modo como o presente e o passado se dispuseram, assinalar os dias, os meses, e os anos. Estas são, a par do fluir cíclico das estações, as *unidades naturais*. Denota-se um cuidado neste registo. Numa primeira fase servem-se os cronistas daquilo que seria um cálculo mais ou menos difuso pautado pelas marcas do calendário litúrgico. A par deste cálculo, começa-se a precisar os acontecimentos através do recurso à situação espacio-temporal dos dias, meses, anos e, por vezes, do assinalar as horas. A pouco e pouco, a imprecisão do tempo psicológico vai sendo substituída pela maior determinação numérica.

A mutação espacial leva a que se deva encontrar mecanismos que possibilitem a quem cruza os mares continuar a vivenciar os seus momentos de culto. Assim a celebração das festas litúrgicas obriga a que estas sejam determinadas através de um processo considerado seguro pelos mareantes, de molde a que sejam cumpridos os rituais. Na última página do códice conhecido como o *livro de Marinharia*, de André Pires, o autor apresenta uma mnemónica para que seja mais fácil determinar as letras dominiais; através desta calcula-se o

---

[39] *Ibidem.*

dia da semana correspondente a uma determinada data do calendário. Com efeito:"(...) para se conhecer a data do domingo de Páscoa de qualquer ano era necessário saber-se a sua letra dominial, e além dela o áureo número do ano; este habilitava a reconhecer os dias das várias luas novas e a data da lunação pascal, que deveria ter lugar a 8 de Março ou imediatamente a seguir, visto cada lua nova cair 13 dias antes do correspondente plenilúnio."[40] Nas narrativas históricas esse *tempo subjectivado* ganha a função de tradutor de um testemunho, de comprovação de um evento.

O recurso ao calendário litúrgico não é todavia abolido, encontrando-se muitas vezes a dupla referência. Por outro lado, a frequência com que este é utilizado decorre inevitavelmente do perfil do autor, do momento em que escreve - início do século XVI, ou segunda metade de Quinhentos-, formação cultural, hábitos de escrita, e até *modelos* da narrativa. Exemplo do que afirmamos é a notação que ocorre na *Crónica do Descobrimento e Conquista da Índia pelos Portugueses*, de autor anónimo, representativa desta transição de um *tempo medieval* para um *tempo moderno*[41]. A numeração empregue é a romana, e a passagem do tempo revela-se ainda preponderante mas não objectivada através da sua precisa notação, sendo assinalada através da enumeração sucessiva dos eventos descritos.

Se considerarmos as crónicas de Expansão, e nomeadamente as de Fernão Lopes de Castanheda, Gaspar Correia ou João de Barros, constatamos que a notação do tempo é alcançada pelos mesmos processos, sendo a sequência cronológica respeitada, tal como observámos no primeiro capítulo deste trabalho. Encontraremos assim em Castanheda a indicação precisa do ano e do mês -

---

[40]Luís de Albuquerque, *O Livro de Marinharia*, Lisboa, Vega, 1989, p. 155.

[41] Cf.*Crónica do Descobrimento e Conquista da Índia Pelos Portugueses*, int. e notas de Luís de Albuquerque, Coimbra, Junta de Investigação do Ultramar, 1974, p.16

"Acabado o Inverno & vindo ho verão em Setembro de mil & quinhentos & seys (...)"[42] -, o tempo litúrgico - "(...) vinte & cinco dias de Setembro hũ domingo a oras de veſpera"[43] ou ainda, "(...)& durou eſta batalha das onze oras até as tres"[44]- chegando mesmo por vezes a precisar que um combate durou"(...)duas oras de relogio"[45]. De referência obrigatória, indiciadora de uma profunda vivência quinhentista, surge a indicação das várias festividades cristãs como a quaresma ou os dias dos santos.

João de Barros subscreve radicalmente este tipo de notação, defendendo de uma forma explícita o curso temporal dos acontecimentos como registo, para que estes se não confundam[46]. Contudo, as marcas construtoras do seu discurso obedecem a uma arquitectura primordialmente temática. Também Gaspar Correia utiliza os mesmos processos de notação temporal, embora a sua estrutura narrativa siga de preferência esse fluxo sequencial da passagem cíclica dos dias, meses, anos.

O fluir dos eventos marca a passagem dos tempos. Transparece, então, uma nítida cinematização desta perspectiva: o movimento dos acontecimentos manifesta o seu tempo. No entanto, tal não invalida a presença desta categoria a nível psicológico, desta forma projectando-se na acção. Os dias correm, sendo a notação mais frequente de um novo tempo a indicação do ano. Numa nota interessante e denunciadora de uma proximidade do cronista à *praxis* da navegação, este assinala a utilização dos relógios pelos mareantes ao descrever a primeira viagem de Vasco da Gama à Índia[47]. Tal como os outros cronistas,

---

[42]Fernão Lopes de Castanheda , *op.cit.*, I, p.284.
[43]*Ibidem.* I,p.343.
[44]*Ibidem,* II, p.794 .
[45]*Ibidem,* II, p.857.
[46]Cf. João de Barros, *Ásia ...Segunda Década,* p.41,319
[47]Cf. Gaspar Correia, *Lendas da Índia,* I, p. 16.

Gaspar Correia assinalaria os dias marcantes no fluir vivencial dos homens, como o dia de *Corpus Christi*, ou do *Pentecostes*, ou o *Natal*[48].

O confronto entre as variantes encontradas das notações do tempo nos vários cronistas da Expansão (devendo-se mesmo alargar o campo de investigação a outros autores deste período), e o seu possível tratamento estatístico-informático, para além de poder confirmar estas tendências, permitiria outro tipo de leitura que não se restringiria a práticas narrativas diferenciadas, abrangendo também utensilagens distintas daquele conceito operatório.

1.2. O *espaço - cinematização* do *tempo* ?

Em relação directa com a categoria *tempo*, cruza-se a noção de espaço. Paradigmático dessa relação é o modo como João de Barros a problematizou. Este cronista expôs com clareza a *relativização* do olhar, e a necessidade de operar com diferentes realidades. Fê-lo abordando especificamente a notação do tempo e a percepção das realidades exógenas ao nosso universo referencial[49], referindo o facto de ter frequentemente evocado as monções, termo que explicita como os *tempos em que lá navegam*, e considerando que deveria proceder à definição da forma como os temporais ocorrem naquelas partes do Oriente. O sistema de referência utilizado por Barros é o dos mareantes, sendo muito preciso na sua explanação, e dirigindo-a aos que não têm *experiência*[50].

---

[48]Cf. *Ibidem*, II,pp.40, 42, 510,726, IV,479.

[49] "E porque a nós os q̃ viuemos neſtas pártes da Europa, parecerá eſtranho jnuernar em taes meſes,& muytas vezes neſta hiſtória tractamos de jnuernárem as náos em Moçambique (...) dizemos jnvernárem em tal parte ſendo nos meſes do noſſo verão(...)"João de Barros, *Ásia...Terceira Década*, fo.106v.

[50]"(...) por nam terem duuida na maneira de nóſſa elucuçã, que vay confórme a vſo dos

Deveremos neste momento observar um pouco mais detalhadamente como se cruzam estas duas categorias do pensamento. A representação do espaço associou-se à funcionalidade inerente ao registo pretendido. Deste modo, o portulano foi pensado para o registo de águas fechadas, sendo eficaz nessa sua aplicação, mas, quando se passou para o registo de longas travessias, tornou-se necessário o registo da direcção e da distância. Tal implicou uma nova atitude face ao espaço físico que se traduziu não só no modo como se cartografaram os *espaços*, mas também como estes seriam descritos nas diferentes narrativas. As coordenadas geográficas seriam assim assinaladas não só nos roteiros, constituindo também um dado frequente nas crónicas da Expansão.

Castanheda fá-lo ao descrever um novo sítio. O autor demarca claramente os pontos que serviram de orientação para além de apontar as distâncias. As direcções tomadas precisam a localização. Veja-se a título de exemplo como o autor assinala Socotorá. Depois de se debruçar sobre a ilha de Brava, escreveu:"E a cẽto & ſetenta legoas deſte lugar ſeguindo pela coſta adiante ao nordeſte, & quarta do norte foi ter a hũ cabo q̃ ſe chama de goardafũ õde eſta coſta faz fim, & torna adobrar a loeſte pera ho mar roxo, eſte cabo eſtâ na boca do eſtreito de Meca (...)"[51]. A complementariedade da informação passa pelo enquadramento que o cronista estabelece na sua narrativa entre os diferentes pontos geográficos referenciados. Ao prosseguir com a descrição de Socotorá, Castanheda enumera as origens de diversas naus que aí se poderia encontrar e os seus portos de destino, referindo ao leitor ser este o ponto em que as nossas armadas

---

nauegantes daquellas partes, & iſto ſerá conferindo os tempos q̃ nellas curſam, com os deſta nóſſa Europa, & principalmẽte da cóſta de Eſpanha. Nam diuidindo o curſo do anno em quatro tempos, como geralmente p todos ẽ repartido, dando a cada quarteã delle ſeu proprio nome, mas falando em curſo de nauegaçam(...)" *Ibidem.*

[51] *Ibidem*, I, p.298.

fiscalizavam as embarcações que se dirigiriam para norte.

João de Barros utiliza idêntico processo. O facto de Barros não conhecer *in loco* as paragens referenciadas, torna o seu texto devedor dos informes de outrém. Assim, o recurso às notações dos roteiros é claramente explicitada nos momentos em que refere as descrições dos espaços, como, por exemplo, ao descrever a costa marítima do Oriente "(...) com as diſtancias q̃ há entre as mais notáuees cidádes & pouoações per módo de roteiro, ſegundo os nauegantes."[52] Por outro lado, o cronista precisa o processo narrativo da sua História, assinalando que, em certos momentos, esse processo é análogo ao de um itinerário marítimo. O autor das *Décadas* envia o leitor para a sua *Geografia.* Fazendo jus da sua fonte, referencia os lugares através do sistema de dados utilizado pelos mareantes.

A descrição de Barros é nitidamente marcada por esta construção cartográfica do espaço, ainda que afirme a sua vontade de entender este texto como algo de distinto da sua geografia. Pouco depois de começar a delinear o novo espaço, seguindo a divisão dos geógrafos para todo o universo, afirma que a costa marítima da Ásia se poderia dividir em nove partes, decorrentes de um processo natural, sem recurso a linhas imaginárias[53]. Além disso, evoca o livro de cosmografia que teria utilizado proveniente da China, onde teria sido impresso[54]. A referência às diferentes cidades segue o processo de notação corrente, como observámos, nomeadamente, em Fernão Lopes de Castanheda[55].

Poderiamos talvez questionar se tais processos são apenas episodicamente

---

[52] João de Barros, *Ásia ...Primeira Década*, p. 335.

[53] *Ibidem.*

[54] *Ibidem*, p.337.

[55] Como exemplo observe-se a descrição de João de Barros de Adem:"E tornádo a primeira párte occidẽtal deſta repartiçã, leixando o jnterior dos dous eſtreitos do már roixo& Párſeo pera ſeu tempo: da gargãta deſte roixo q̃ eſtá em altura de doze gráos & dous terços até, a cidáde de Adem cabeça daquelle reyno, auerá quorẽta léguoas, & della ao cábo Fartaque que eſtá em quatorze gráos & meyo ſerã cem léguoas."*Ibidem.*

evocados; tal não corresponde todavia à realidade. Com efeito, se Duarte Barbosa é uma das fontes recorrentes tanto em Castanheda quanto em Barros, a inclusão de outras vivências ou informações é comum à apropriação que os cronistas fazem do espaço, ou melhor ao modo como o interiorizam e o transmitem para que este se torne conhecido do leitor.

Duarte Barbosa descreve Adem segundo um processo que se aproxima do itinerário[56], guiando-se pelos propósitos que presidem à sua narrativa. Por seu turno, Castanheda e Barros ultrapassam a mera denotação mimética do texto de que se socorreram, aprofundando a sua *sinalização* do *espaço* narrativo[57]. Em contrapartida, Gaspar Correia salvaguarda o seu texto do que seriam as possíveis descrições dos espaços, remetendo o leitor, logo no seu primeiro livro, para Duarte Barbosa. A situação espacial do objecto é, deste modo, sucintamente apresentada, ressaltando como que o desenvolvimento topográfico do lugar.

A construção através da visão dos diferentes módulos em que este crescia não é um processo unicamente utilizado por Gaspar Correia. Os diferentes cronistas utilizam-no, embora os que vivenciaram *in loco* o espaço denunciem o dado sensível da percepção do lugar. Ainda considerando o mesmo dado referencial, deveremos ter presente a forma como este cronista descreve a *cidade de Adem à escala vista*, no momento em que Afonso de Albuquerque se dirigiu para o estreito do mar Roxo[58], assim como a sua precisão no registo de detalhe, do

---

[56] "Saindo assim deste mar Roxo, contra Babelmandel, que é o mais estreito lugar que nele há, que é por onde todas as naus forçosamente hão-de passar, entram logo em o mar largo de Adem de longo da costa, por onde vão alguns lugares de mouros, que são do mesmo reino de Adem, passando os quais chegam à populosa e sumptuosa cidade de Adem, que é de mouros e tem rei sobre si. Tem esta cidade muito bom porto de mar(...)"*O Livro de Duarte Barbosa*, Lisboa, Publicações Europa -América ,s.d., pp.37-38.

[57] Cf. Fernão Lopes de Castanheda, *op. cit.*, I, p. 745, e João de Barros nota 55.

[58] " (...) e foy costeando a costa d'Arabia feliz, com que se pôs a balrauento d'Adem; então arribou á outra costa d'Arabia persia, em que está Adem, e forão á vista da cidade amanhecendo, que sayndo o sol era fremosa cousa vêr, que está assentada ao longo da praya do mar, que faz

pormenor, enfim, daquilo que outros poderiam considerar eventualmente acessório e naturalmente redundante[59].

A descrição prossegue com o aparato militar de que esta cidade dispunha, expondo-se, ainda à semelhança das outras crónicas da Expansão, os sucessivos planos da cidade que se oferecem a quem da barra a observa. Trata-se, com efeito, de um processo comum aos outros cronistas que se auxiliaram quer da sua própria vivência quer da contemplada por quem lhes serviu de fonte testemunhal.

Em Gaspar Correia acentua-se o carácter prático e subjectivo do discurso, sendo ainda a medida a retirada de elementos corporais; por exemplo, escreve que tal lugar fica à *mão direita*, ou recorre à notação das distâncias através da menção aos tiros de artilharia. Embora esses processos sejam utilizados por outros cronistas, Gaspar Correia fá-lo reiteradamente. O seu *corpo*, a sua percepção sensorial, é ainda, por excelência, a *sua* medida.

Num texto com as características da relação da primeira viagem de Vasco da Gama, encontramos igualmente esta necessidade de se situar concreta e objectivamente o espaço.

Procura-se afinal a delimitação da *quantidade*, da *distância*. Esta é avaliada segundo um modelo empírico transmitido como módulo de medição mais ou menos generalizado. Deparamo-nos neste relato com o cruzamento e nomeação de uma medida naútica, as braças, com uma *medida / distância* - um tiro de pedra.

---

como baya apracela, que nom podem chegar os batés senão com mea maré(...)"*Ibidem*, II,p.336-337.

[59] "(...) e da frontaria fremoso muro com muytos cubellos redondos, e da mão direita vai o muro entestar em outra penedia, onde tem hum morro que fiqua em ilheo com prea mar, porque maré vazia fiqua todo em sequo. Para além d'este morro vai hum esteiro onde se metem as naos a carregar, que estão emparadas do ponente e leuante, que n'aquella costa ventão com muyta força, que fazem mal ás naos que estão de fóra."*Ibidem*,II,p.337.

Estes tiros eram empregues para bater nos obstáculos a curtas distâncias, de forma a provocarem estilhaços e a atingir os homens que manobrariam as embarcações ou que se encarregariam da manutenção e defesa das fortificações.

Misturam-se, deste modo, apreciações mais ou menos exactas, ou pelo menos algo uniformizadas, com outras de características acentuadamente empíricas que, no entanto, visam ser precisas. É, por outro lado, manifesta a coexistência de dois tipos de *saberes*: o da prática do mar e o do combate[60]. Este é um processo ao qual recorrem os cronistas coevos.

As diferentes referências aos tiros como indicadores de distância são uma constante. Tal dever-se-á ao facto de alguns permanecerem no espaço narrado e terem vivenciado estes dois saberes, mesmo que os não dominassem enquanto prática efectiva do seu viver. Nem todos pertenceram à equipagem das embarcações ou foram combatentes, no entanto, experienciaram tais realidades. Por outro lado, mesmo que estas não tivessem sido as suas, recorde-se João de Barros, os testemunhos recolhidos espelharam tais vivências, e integraram o fluxo narrativo, fazendo correr as noções comuns ao tempo.

Assistimos nos cronistas da Expansão a uma perfeita interiorização e manipulação do modo como a Antiguidade Clássica usava os conhecimentos geográficos e concebia a descrição do espaço. Como definiu D. João de Castro, encontrar-se-iam na Antiguidade duas formas distintas de anotar os lugares desde o ter:"(...) o mundo todo diante dos olhos, e entender a repartição das terras, numero de prouincias, os mares nauegaueis e discubertos, e, finalmente, saber*em*

---

[60]"(...) a quat° legoas desta amgra p*er*a o sueste jaz hũu Rio q̃ vem de dent° do sartaõo que he ẽ boca hũu tiro de pedra e daltura duas e tres braças de qualq̃r auguoa e chamase o rrio de sam tiaguo //" Damião Peres, *Diário da Viagem de Vasco da Gama*,Porto,Livraria Civilização, 1945. Encontramos por exemplo também a referência aos tiros de besta. Ao referenciar o ilhéu na Angra de S, Brás escreve o autor do relato: "ITEM em esta amgra esta hũu jlheo ẽ mar tres tiros de beesta(...)" *Ibidem*,p.10.

ymaginar todas as partes deste globo do mar e da terra, cada hum (*em*) seu lugar(...)"[61]

No seu *Diálogo*, D. João de Castro explicita as possíveis utilizações da Geografia. A primeira a ser enunciada *acomodar-se-ia* ao fluir da História, servindo de *ornamento* e emprestando-lhe clareza, a exemplo do que teriam feito César, Tito Lívio, Salústio e outros historiadores da Antiguidade. Estes só descreviam as terras que serviam os propósitos de resplandescer as suas *Histórias*[62]. Fernão Lopes de Castanheda inscreve-se preponderantemente neste modelo de recurso ao conhecimento geográfico para a escrita de um *espaço*.

A segunda utilização da Geografia definida por D. João de Castro, para além da descrição dos lugares e das suas possíveis demarcações, deveria contemplar os costumes e as qualidades das terras. Esta utilização radicaria em Plínio, Estrabão, Solino, Pompónio Mela, entre outros[63], sendo posteriormente estruturante nas narrativas de Duarte Barbosa e de Tomé Pires.

O *Livro das Coisas da Índia*, mais conhecido pelo *Livro de Duarte Barbosa*, escrito por volta de 1516, segue um percurso enunciado por Gaspar Correia. Segundo o autor, este livro é um: "(...)Tratado, que eu vi, de todalas terras, gentes, leis, costumes, e tratos, começando dos lequeos, correndo todo o mar, que acabou no cabo da Boa Esperança."[64] Ora, um dos aspectos relevantes a considerar é o facto de, em termos de ordenação discursiva, a narrativa desta obra percorrer exactamente o trajecto inverso, começando a sua descrição a partir do cabo da Boa Esperança e culminando nos Léquios.

---

[61] Armando Cortesão e Luís de Albuquerque ed., *Obras Completas de D. João de Castro*, Coimbra, Academia Internacional de Cultura Portuguesa, 1968, p.109.
[62] *Ibidem.*
[63] *Ibidem.*
[64] Gaspar Correia, *Lendas da Índia* , I, p. 357.

Contudo, várias vicissitudes acompanharam esta obra, publicada em Veneza em 1563 na colecção organizada por Ramúsio *Delle Navigationi et Viaggi*, e impressa em Portugal apenas em 1813. Seria, aliás, com base na tradução italiana que Mendes Trigoso elaboraria a primeira versão portuguesa. Há vários manuscritos referentes a este texto. Segundo Luís de Albuquerque, as três cópias existentes denunciariam algumas variantes, surgindo até por vezes divergências a nível de registo, e havendo em certas cópias *trechos que faltam nas outras* [65].

Escrito por volta de 1512, o livro de Tomé Pires[66] também permanece manuscrito em língua portuguesa até 1978, momento em que Armando Cortesão o edita pela Universidade de Coimbra. Nesta narrativa encontramos a *Suma Oriental* que trata do mar Roxo até aos *chins*.

Formuladoras das primeiras gramáticas civilizacionais globais das Índias[67], estas narrativas traçaram geografias humanas / económicas que transversalmente foram tocadas pela subjectividade dos seus produtores. No terceiro capítulo deste trabalho debruçar-nos-emos sobre as texturas civilizacionais destas obras.

Numa busca da definição explícita ou implícita dos arquétipos geográficos definidores dos discursos narrativos da Expansão, importa referir que D. João de Castro *reconheceria* na Antiguidade uma terceira utilização da Geografia. Referimo-nos à concepção ptolomaica que ele considera ser uma *maravilhosa, excelente e divina invenção* e a qual traria *muitos* e *mui grandes proveitos* ao

---

[65] *Livro do que viu e ouviu no Oriente Duarte Barbosa*, dir. Luís de Albuquerque, 1989, p.169.

[66] De que se possui um estudo cotado do manuscrito de Paris e do de Lisboa elaborado por Rui Manuel Loureiro e publicado sob o título *O Manuscrito de Lisboa da "Suma Oriental" de Tomé Pires (contribuição para uma edição crítica)*, Macau, Instituto Português do Oriente, 1996.

[67] Cf.Luís Filipe Barreto, *Descobrimentos e Renascimento-Formas de ser e pensar nos séculos XVe XVI*, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1983, p.144.

mundo[68]

As qualidades deste processo de registo geográfico eram evidenciadas por este vice-rei. Nele encontrar-se-ia o modo de colocar cada uma *das terras e mares deste mundo em seu certissimo lugar*; facilitar-se-ia a navegação tanto nas rotas antigas como nas que se descobrissem, prosperando os *comércios*[69]. Em contrapartida, no presente da escrita, em Quinhentos, será: "(...)tão facil dar hu*ma* uolta a todo o mundo, como era antigamente nauegar de Italia pera Affrica; e, finalmente, com muita facilidade agora se communica com todo o mundo e se nauega."[70] D. João de Castro sintetiza a sua concepção de uma *verdadeira e perfeita geografia*, e põe em prática esta sua definição nos roteiros.

Tal como observámos, João de Barros manipula estes diferentes modos de registo geográfico, estabelecendo os seus limites a partir do objecto da sua explanação. À explícita manipulação deste conceito em Barros, corresponde a interiorização de um *modo* e de um seu uso corrente, actuante em Fernão Lopes de Castanheda, e difuso em Gaspar Correia. Esta percepção patenteia-se eloquentemente na forma como Correia manuseia a noção de espaço e integra as informações de que dispõe sobre Ptolomeu. Este é citado quando o autor das *Lendas da Índia* evoca o *cabo Tormentoso*, e quando explana o papel de Abraão Zacuto na *empresa dos Descobrimentos*, nomeadamente a sua proximidade ao monarca D. Manuel[71].

As descrições topográficas dos espaços, dos diferentes lugares, da acção e transformação dos homens aí operada, é uma marca de apropriação - de descrição

---

[68]Cf. Armando Cortesão e Luís de Albuquerque ed., *Obras Completas de D. João de Castro*, Coimbra, Academia Internacional de Cultura Portuguesa, 1968, p.110.

[69] Cf.*Ibidem*.

[70] *Ibidem*.

[71] Cf.Gaspar Correia, *Lendas da Índia*, I, 262.

dos espaços urbanos, entendidos como ocupados e assimilados pelo homem - sempre tida em atenção. Ela participa, enfim, do *conhecer* e do *dar a conhecer*, revelando-se um objectivo primeiro das crónicas da Expansão. Estas detêm-se sobre o domínio, sendo o aparato bélico dele indissociável. Por outro lado, é considerada a ocupação do espaço pelos instrumentos denunciadores desse poder/domínio; atente-se, por exemplo, no cuidado prestado à descrição das fortalezas.

Um cronista como Gaspar Correia, cuja actividade em determinados momentos passou pelo cuidar da edificação ou restauro do espaço construído, denuncia, deste modo, uma particular apetência nas descrições que elabora das fortificações defensivas orientais, sejam as construídas pelos portugueses, sejam as dos autóctones.

1.3. O *experienciar* - explicando o inexplicável

Os desafios levantados pela prática da navegação conduzem à procura de respostas, ao buscar de soluções. Com efeito, o saber dos mares encontra-se intimamente ligado à *vivência das coisas*. Consequentemente, as interrogações e a praticabilidade das soluções encontradas ditam as atitudes a tomar, introduzindo a dúvida cautelar como processo de conhecimento e prática vivencial. Esta revela-se uma constante em autores cujo propósito é essencialmente o do trabalho sobre a sabedoria do Mar.

Joaquim Barradas de Carvalho colocou algumas questões relativamente ao

tratamento que teria sido dado à palavra *experiência* ao longo do nosso Renascimento. Numa procura da nossa especificidade, tratou uma baliza temporal que abarcou da segunda metade do século XI até 1580, chegando à conclusão de que a palavra «experiência» aparece pela primeira vez no final do século XIV.

Este historiador estipulou ainda o traço evolutivo desta noção. Assim, de uma assunção de que:"(...) a experiência nos ensina (...) somos ensinados da experiência (...)"[72], presente no *Livro da Virtuosa Bemfeitoria* (1415), se passou à interiorização de que esta funcionaria como processo do conhecer, apesar de seguir uma base empírica. De acordo com Barradas de Carvalho, será "(...) a experiência do senso comum(...)"[73]a noção que se formularia no discurso de Duarte Pacheco Pereira e na sua cosmografia *Esmeraldo de situ Orbis*[74].

Por outro lado, em D. João de Castro a própria experiência empírica seria corrigida pela razão (entendimento), distinguindo este razão e experiência, entendimento e dados dos sentidos, experiência e conhecimento do Mundo, ciência e experiência. Mas, como Barradas de Carvalho advertiu, seria o próprio D. João de Castro que, logo no capítulo seguinte, após ter corrigido a experiência

---

[72] Joaquim Barradas de Carvalho, *O Renascimento Português*, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda,1980, p.35.

[73] *Ibidem*, p.37.É igualmente Joaquim Barradas de Carvalho que assinala os modos como a noção de experiência é notada em Duarte Pacheco Pereira. Fá-lo precisamente na p.36:"(...) a experiência, que é a madre das cousas, nos desengana e toda a dúvida nos tira(...)" (*Esmeraldo de situ orbis*, liv. I, cap. 2) "(...)e como que a experiência é madre das cousas, por ela soubemos radicalmente a verdade (...)"(*Ibidem*, liv. IV, cap. 1)"(...) e esta terra é muito vezinha do círculo da equinocial, da qual os antigos disseram que era inabitável e nós por experiência achamos o contrário."(*Ibidem*, liv. II, cap.10)"A experiência nos faz viver sem engano das abusões e fábulas que os alguns dos antigos cosmógrafos escreveram àcerca da descrição da terra e do mar, os quais disseram que toda a terra jaz debaixo do círculo da equinocial era inabitável pola grande quentura do sol, e isto achamos falso e pelo contrário(...)"(*Ibidem*,liv. II, cap.11.) "(...) a experiência nos ensinou a verdade de tudo o que adiante dissermos."(*Ibidem*, liv.IV, cap.6.).

[74] Cf. Joaquim Barradas de Carvalho, *As Fontes de Duarte Pacheco Pereira no"Esmeraldo de situ Orbis"*, Lisboa, Imprensa Nacional -Casa da Moeda, 1982.

empírica, pelo entendimento, ao tratar dos antípodas, irá defender a imobilidade da terra. Abandonaria então a *razão* e o *entendimento*, validando os dados sensoriais e a experiência empírica. Para Barradas de Carvalho a reprodução no *Tratado da Esfera* de D. João de Castro de muitas passagens do *Tratado da Esfera* de Sacrobosco e do *Tratado do Céu* de Aristóteles[75], traduziria este movimento pendular que atravessaria as formulações explicativas do século XVI.

Sem, no entanto, tentar desvendar tal duplicidade, e entendendo-a através de um processo explicativo mais vasto, R. Hooykaas consubstancia este momento do conhecer. Segundo ele, D. João de Castro revelaria uma resposta pragmática para a tensão entre as esferas da Razão e as que poderiamos considerar pertencer à realidade empírica, ou seja, entre o mundo "racional" concebido no âmbito de um sistema filosófico, e o mundo que, efectivamente, não seria tão racional com o qual o homem se confronta, isto é, o universo que o rodeia[76].

Não iremos desenvolver, por exemplo, as correlações entre *scientia et experientia*, na obra de Duarte Pacheco Pereira, Pedro Nunes ou D. João de Castro. Não é igualmente nosso propósito confrontar os diferentes textos quinhentistas, e determinar as várias conceptualizações que os atravessam, nomeadamente no que diz respeito à definição do conceito de experiência. Procuramos tão só equacionar esta questão naquele tempo, focalizando como tal noção foi interiorizada pelos autores das crónicas da Expansão. Procuramos assim intuir as manipulações que a *experiência* sofreu nestas narrativas.

Uma das ideias-chave presente nestes textos é a capacidade de os homens de Quinhentos se maravilharem. A curiosidade atravessa os seus

---

[75] Cf.Joaquim Barradas de Carvalho, *O Renascimento Português*, p.39.
[76] Cf.Armando Cortesão e Luís de Albuquerque, *Obras Completas de D. João de Castro*, IV, p. 332.

comportamentos e interrogações. No entanto, o processo como se opera com as dúvidas, poderá ganhar acepções diferenciadas neste ou naquele autor, nesta ou naquele passagem do seu texto. Este é um tempo de mudança, um momento em construção, uma fase de destruturação de processos, de olhares, de sensações.

A natureza revelou-se como um dos campos onde o aprendido ao longo dos tempos se contrapôs, paulatinamente, com o que se experienciava. Contudo, observam-se vozes que põem em causa a atitude mais geral dos portugueses. Garcia da Orta é uma delas. Ele critica o que seria para si a atitude habitual dos portugueses que, navegando, chegam a tantas e tão variadas terras sem procurarem saber as coisas:"(...) e, se as sabem, nam dizem a quem lhas traz que lhe amostre o arvore, e, se o veem, nam o compárão a outro arvore nosso, nem proguntão se dá frol ou fruto, e que tal he."[77]

O próprio D. João de Castro no seu *Roteiro de Goa a Diu* se insurgiu com o domínio económico que imperava no comportamento dos homens, frequentemente não reconhecedores das qualidades estéticas da natureza. A propósito de uns obeliscos que tinha observado, clama contra a cobiça humana que se revelaria nas práticas de mineração que esventrariam a terra e alterariam o seu recorte natural; destruía-se sistematicamente *uma obra tão maravilhosa da Natureza*. A sua indignação manifesta-se de uma forma algo violenta, acentuando-se a veneração contemplativa/explicativa que se deveria aos fenómenos naturais: "Não nos abasta sermos pouco curiosos dos portentos da natureza que ainda lhe apagamos suas obras!"[78]

Contudo, estes queixumes deverão ser intuídos enquanto expressão de

---

[77] Garcia da Orta, *Colóquio dos Simples e das Drogas da Índia*, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1987, I, p.151.

[78] Armando Cortesão e Luís de Albuquerque, *Obras Completas de D. João de Castro*, II, pp.88-89.

um sentir individual, exacerbado pela sensibilidade do autor, pois, em termos gerais, assiste-se a uma vivência interrogativa face à novidade, uma curiosidade geral obviamente suscitada pelas motivações pessoais. Senão como se explicaria que, logo na carta em que D. Manuel transmite a descoberta do caminho marítimo para a Índia, e depois de se referir ao comércio das especiarias, um dos principais objectivos de Portugal, se registe que os portugueses trouxeram entre outras, canela, cravo, gengibre, pimenta e espécies vegetais desconhecidas ao momento na Europa, para que fossem observadas no reino?[79]

A finalidade deste transporte dos *lenhos* e *folhas* não ficou esclarecida no texto, embora o seu estudo botânico, e talvez medicinal, pudesse estar subjacente. Aliás, não é de mais referir a própria obra de Garcia da Orta que, apesar de apenas ser impressa em Goa em 1563, logo no seu primeiro colóquio definiu, sob a fala de Ruano, e através da sua curiosidade, o que seria objecto central da sua descrição. Pretender-se-ia saber das drogas de botica, e outras mézinhas simples, que existiriam no Oriente. O interesse desse conhecimento centrar-se-ia sobre as plantas e seus frutos, divulgando-se os seus locais de origem e a designação que teriam nas diferentes línguas locais[80].

A marca temporal da escrita e a permanência de Garcia da Orta durante trinta anos na Índia, facultaram-lhe um domínio do saber local, e a prática de um confronto com o aprendido na Europa que lhe permitem responder ao que seria questionado, nomeadamente o uso que os físicos indianos emprestariam às diferentes plantas e frutos da terra mesmo que o seu fim não fosse necessariamente o medicinal. Estas informações são por ele enquadradas no traçar dos costumes e de nexos explicativos buscados na história local que, por

---

[79] Cf.António da Silva Rego, *op. cit*, p.3.
[80] Cf.Garcia da Orta, *op.cit.*, I,p.19.

seu turno, serviria como contextualização periférica ao núcleo axial do discurso de Garcia da Orta[81].

A experiência aparece, deste modo, aliada a um exercício da curiosidade, do conhecer o que de novo se encontra, tentando explicar, através de um conhecimento empírico ou indutivo, as causas que motivam esta ou aquela realidade. Assiste-se, em termos globais, como que ao emprego de dois processos explicativos: um deles segue uma ordem de diálogo, no qual a causa surge numa sequência de concordância, ressaltando então uma explicação conducente à unanimidade; outro liga-se a uma ordem de confronto no qual ressaltam os aspectos discordantes. Nas crónicas da Expansão visa-se essencialmente espelhar a unidade explicativa; consequentemente, o recurso ao confronto em certa medida faculta ao narrador alguma *imparcialidade* na disputa em questão.

Tomemos uma das questões que atravessaram a comunidade intelectual portuguesa quinhentista: a razão pela qual o mar Roxo teria tal coloração e observemos os modos explicativos encontrados ao tempo. O núcleo axial desta observação, são as crónicas da Expansão, e as suas múltiplas inscrições noutros discursos coevos. De molde a possuirmos uma maior visualização dos processos explicativos elaborámos uma sinopse descritivo/comparativa das várias narrativas. Será a partir desse quadro que se evidenciam linhas de confluência e processos de compreeensão dos *fenómenos* observados.

Não é acidentalmente que João de Barros transmite a curiosidade corrente entre os mareantes portugueses face a esta denominação de mar Roxo, apresentando várias interrogações que se foram colocando a quem nesse mar navegou. Barros multiplica, aliás, as suas estratégias explicativas. O cronista da Ásia começa por evocar a a carta que Afonso de Albuquerque teria escrito a D.

---

[81] Cf. *Ibidem.*

Manuel, onde confirmaria a adequação da designação de mar Roxo a este espaço marítimo, visto variadas manchas terem sido observadas pelos mareantes na entrada do mesmo[82]. Este não seria um fenómeno isolado, pois a observação dessas manchas seria posteriormente confirmada.

O autor das *Décadas* observa a busca explicativa levada a cabo por este governador da Índia. Afonso de Albuquerque interrogaria vários pilotos mouros que afirmariam ser a causa de tais manchas a revolução que as águas sofreriam no momento das marés. Contudo, não seria somente esta a *razão encontrada*. O processo explicativo é conduzido através de toda uma panóplia de observações indutivas, pois estas manchas corriam numa determinada direcção, para jusante e montante daquele estreito, visto ser esta a única corrente do mesmo. Por outro lado, a pouca profundidade do mar e os ventos que soprariam da Arábia levantariam as terras vermelhas que seriam lançadas às águas, tingindo-as[83].

Sem esquecer esta primeira abordagem explicativa, e não deixando de a citar, João de Barros prossegue no seu texto em busca de respostas, as quais não lhe adviriam de uma interrogação directa face ao dado observado, mas sim de uma interrogação indutiva a qual seria satisfeita pelo experiencialismo de D. João de Castro.

Obervemos o método seguido por este fidalgo. Plínio é desde logo evocado, explanando-se as diferentes razões que corriam e que são por esta fonte indicadas. D. João de Castro optou por uma nítida inscrição clássica, nomeando as explicações, e evocando-as numa matriz cultural humanista. Assim, refere

---

[82]O tratamento dado pelos diferentes cronistas da Expansão à designação de mar Roxo foi abordado sob a forma de um quadro sinóptico em anexo ao presente capítulo, onde se apresenta a estruturação explicativa empregue por várias autores do século XVI.Cf.João de Barros, *Ásia ...Segunda Década*, p.358.

[83] Cf.*Ibidem*, pp.358-359.

primeiro ter sido esse o nome de um dos reis que aí teria reinado, o qual se chamaria *erithra*. Ora, *erithroo*, em grego, significaria vermelho, daí decorreria o nome de mar Roxo. Em segundo lugar, salienta que os raios solares reverberam neste mar, nascendo o sol com uma cor vermelha. Em terceiro lugar, propõe que a explicação se encontraria na água e na terra que rodearia este curso, mencionando, por último, que a *natureza* da água é vermelha.

Este processo enunciatório enquadrou o sistema explicativo de D. João de Castro, e ainda que este o conteste como a *causa* de tal fenómeno, as diversas razões citadas integrariam o discurso de cada autor sendo para este a explicação válida. D. João de Castro assentaria o seu nexo lógico no dado observável e partiria do que já antes teria sido afirmado como *razão* pelos anteriores navegadores portugueses. Para estes, as *malhas vermelhas* eram provocadas por alterações bruscas do clima, nomeadamente trovoadas súbitas, que gerariam a elevação de grandes poeiras, as quais seriam derramadas pela direcção dos ventos no mar.

Procurando a comprovação do que tantos tinham afirmado, e buscando a *causa* pela experiência, D. João de Castro demonstrou através da eliminação gradual das hipotéses que nenhuma destas era válida[84]. O autor teria realizado sucessivas *experiências*, e a minuciosa observação do objecto e a notação precisa do que é observado provariam a falsidade das razões evocadas. D. João de Castro afastar-se-ia da indução nascida de uma observação fugaz, pouco experimentada e atenta, para, através de um exímio trabalho de observação analítico dos fenómenos, a ter no que seria a *causa*.

Este fidalgo concluiu assim que a razão desta cor se encontra nas restingas de uma pedra chamada pedra de coral, a qual ganharia diferentes tonalidades, e

[84] Cf. Armando Cortesão e Luís de Albuquerque, *Obras Completas de D. João de Castro*, II, p. 369.

as emprestaria às águas[85]. Apesar do minucioso processo posto em prática, D. João de Castro não contraria, porém, a opinião dos portugueses, seja através do recurso às informações dos pilotos locais, seja devido às suas observações; isto é, D. João de Castro justifica a causa imputada pelos portugueses à coloração daquele mar. Estes teriam chegado a tal conclusão, ainda que errónea, porque a sua observação derivava do facto de somente percorrerem um parte do estreito e de não navegarem em *todo* o *seu comprimento*.

Este roteiro de D. João de Castro foi redigido por volta de 1540, correndo manuscrito, forma sob a qual o teria consultado João de Barros. O cronista manipula a interrogação indutiva de D. João de Castro e o seu experiencialismo. Barros subscreve, portanto, este mesmo registo. Assim, após ter apresentado a progenitura do vice-rei, e situado o momento em que este se debruça sobre o mar Roxo, revela os diferentes passos por ele empreendidos. Parte da utilização feita pela armada de Estevão da Gama de embarcações a remos, motivada pelas condições de navegabilidade, e chega às sucessivas buscas empreendidas no fundo do mar, de molde a determinar o tipo de lastro que seria encontrado[86].

João de Barros apresenta uma ampla explanação das sucessivas observações deste fidalgo, assinalando o facto por este narrado de noutros lugares se ter igualmente encontrado manchas avermelhadas. Barros traduziu a metodologia comparativista que teria sido empregue por D. João de Castro e referencia as manchas observadas no cabo Fartaque. Estas seriam motivadas pela matança de animais e pelo nascimento de Baleias, pois estas águas seriam claras e não apresentavam o mesmo tipo de lastro das do mar Roxo.

Embora possa existir uma nítida inscrição no processo de observação de

---

[85] Cf.*Ibidem*, II, pp. 370-371.

[86] Cf.Joaõ de Barros, *Ásia ...Segunda Década*, p.360.

D. João de Castro, e uma reprodução perfeitamente identificada desta descrição, Barros não deixa de referenciar as opiniões veiculadas por outros, como os que afirmariam que o vermelho era originado pelo facto de a ribeira do mar Roxo ser cheia de "barreiras vermelhas", como aliás refere Tomé Pires[87].

Semelhante explicação seria amplamente contestada por D. João de Castro e subscrita por João de Barros, pois nunca o primeiro tinha visto"(...) poeiras nem barreiras vermelhas que fóſſe couſa notauel: & com tudo punha todalas opiniões pera cada hum tomar a que mais racional lhe pareceſſe, conformandoſe com as experiencias que elle com tanta diligencia fez."[88]

Na sequência desta sua rede explicativa, e sumariando-a, João de Barros não deixou de sopear os diferentes argumentos, repudiando os antigos e subscrevendo a causa avançada por D. João de Castro. Porém, o autor das *Décadas* pretende esclarecer uma das questões levantadas pelo vice-rei relativamente ao parto das baleias, isto, apesar do"(...) muyto eſpanto cair algũa duuida em tam gráue baram tendo dentro do eſtreito feita tanta experiencia pera obſeruar eſta uerdade."[89]Nada deveria ser incontestável, se outra razão mais seguramente validasse a observação.

É nesta vertente que se interpretaria a referência a Afonso de Albuquerque e ao seu registo feita por João de Barros, pois a sua indagação explicaria a razão do fenómeno aventada por este governador. Os dados recolhidos por Albuquerque advêem da observação, e a sua confirmação é dada

---

[87] "(...)tem este maar tres nomees maar Roxo mar arabiqº estreito De mequa/ maar Roxo porque demtro no cabo Junto com çuez sam as barreiras ⁊melhas maar arabiqºporque jaz cerqªdo dos arabios estreito de mequa por que nele jaz mequa(...)" Tomé Pires, *A Suma Oriental...*, p.136.No manuscrito de Lisboa não vem copiada esta passagem como aliás se pode constatar no trabalho de Rui Loureiro *O manuscrito de Lisboa da " Suma Oriental" de Tomé Pires - Contribuição para uma edição crítica*, Macau, Instituto Português do Oriente,1996, pp.57-58.

[88] João de Barros, *Ásia ...Segunda Década* ,p.360.

[89] *Ibidem.*

através de elementos por outros observados; é plausível devido às condições do momento. Ao analisar esta sequência narrativa da *Ásia ...Dos feitos que os Portugueses fizeram no descobrimento e conquista dos mares e terras do Oriente*, constatamos estar assim perante uma compilação devidamente registada de um conjunto de percepções que conduzem à validação sensorial. É o estabelecer de uma ordem, de uma *unidade* confirmativa baseada na *unanimidade*. João de Barros encontra-a no confronto e na legitimação dos pontos de vista.

Barros concluiria utilizando o observável através de um processo indutivo, recorrendo nomeadamente aos mareantes portugueses ao largo da ilha Terceira[90] e alargando o seu campo indutivo visto "(...)todo már baixo & çujo com reſtingas & jlhetas criar eſtas bálſas, as quáes muytas vezes de Maláca por diante onde o már é çujo & nauegando per canáes dam trabálho aos noſſos no leuar das anchoras cá tráuam na rama deſte genero de coral de maneira que ás vezes fica a anchóra, ou trazem nella hum pedaço da balſa."[91]

Se as similitudes constatadas na explicação dos fenómenos marítimos, como sejam o que aconteceria com o sargaço e o coral, foram assinaladas por João de Barros, também as diferenças se expuseram de molde a que o conhecimento resultante se apresentasse explícito e *verdadeiro*[92]. O cronista comparou as técnicas utilizadas na recolha destes dois lastros, explicitando o dado observado por D. João de Castro, pois apesar de se encontrarem manchas de outra cor nas

---

[90] "E quem vio quantos dias as nóſſas náos córtam per çargáço vindo da India quando vem demandar as jlhas terceiras, o qual córte neſtas bálſas da párte terra nóua do nórte donde os mareantes chamam a eſte caminho a vólta do çargáço: nam auera por couſa eſtranha eſtroutras bálſas de coral que córrem o eſtreito, por ſer couſa muy comũ(...)" *Ibidem.*

[91] *Ibidem.*

[92] "Péro tem hũa differença que eſtas balſas de coral & vam per meya ágoa per que transluze a cór:& o çargaço como é materia leue de ráma andam os marinheiros com báldes tomando aquellas ramas, & ſem ſer çargáço por a ſemelhança que tem com elle lhe dẽram o ſeu nome, ſem ſe ſaber a cauſa de que procede nem o lugar donde vem(...)" *Ibidem.*

amostras recolhidas, foi dada a denominação das manchas mais abundantes e do que sensorialmente é captado pelo observador, isto é, a impressão de uma coloração avermelhada.

Este processo de conhecimento, ou melhor de explicação, atingida através da colação das observações e do sopear das explicações conseguidas, seria uma postura recorrente entre os homens da Expansão, da qual encontramos o eco na cronística, em particular no posicionamento intelectivo de um João de Barros. Esta não seria, porém, uma atitude comum aos restantes autores, fulcro do nosso trabalho.

Os temas discutidos, mesmo os que se debruçavam sobre os fenómenos observados, ou os que tinham uma inscrição humanista, como a explicação encontrada para este fenómeno do mar Roxo, são devidamente assinalados, mas a sua problematização decorre da atitude do sujeito e da sua necessária formação e centros de interesse. Fernão Lopes de Castanheda assinalou igualmente o *fenómeno*, mas, ao referi-lo, fá-lo ao tempo de Afonso de Albuquerque, sendo a explicação transmitida a veiculada pelos homens do mar.

Não podemos ter uma certeza quanto a uma eventual referência à observação feita por D. João de Castro, e quanto às razões por ele apresentadas para o fenómeno, já que não possuímos o seu último livro onde narraria a actuação deste fidalgo enquanto governador. Só conhecemos alguns capítulos, bastante resumidos, do seu IX livro, no qual assinala a actuação de D. Estevão da Gama, nomeadamente, o momento em que assume o cargo de governador da Índia por via da sucessão, as ameaças da armada do *Turco* e as disputas em Cranganor e Calicute.

A tentativa de entrada no mar Roxo por parte de Afonso de Albuquerque, constitui a micronarrativa onde Fernão Lopes de Castanheda descreve este

estreito. O governador Afonso de Albuquerque teria partido na derradeira, ou segunda oitava da Páscoa, de Adem para as portas do estreito que, segundo o cronista, se situariam a 30 léguas deste porto. Não teria Afonso de Albuquerque a aprovação nem dos seus pilotos nem dos seus capitães, estando estes muito descontentes, e chegando mesmo a requerer que não se intentasse tal viagem. Seria necessário aproveitar os levantes, e, se tal não se fizesse, a expedição poderia estar em perigo, e o regresso à Índia poderia não se realizar devido à perda da monção.

As razões apresentadas para o retrocesso da expedição são as da sabedoria do mar. Após um efeito cumulativo de vozes - marcas, aliás, de uma coloquialidade-, Castanheda elabora uma detalhada descrição do espaço. O autor da *História do Descobrimento e Conquista da Índia pelos Portugueses* revela com pormenor as portas do estreito, tendo sempre em atenção a nomenclatura local, as características físicas do solo, e as condições climáticas habitualmente sentidas.

O sistema de referências empregue é facilmente reconhecido pelo seu leitor em Portugal. Assim, o canal que se estende entre a ilha deste estreito conhecida como *Mium* e a terra firme, é: "(...) hũ canal daltura de doze braças de menos largura hũ pouco que Dalmada a Lisboa,& paſſam por elle todas as naos dos mouros que vão pera dentro do mar roxo."[93] Este processo de aproximação do leitor ao espaço e de evocação de uma imagem comum ao destinatário, é um elemento construtor do discurso de Castanheda, percorrendo a prática narrativa do século XVI[94].

---

[93] Fernão Lopes de Castanheda, *op.cit.*, I, p.758.

[94] Veja-se a carta que serve de fonte a Castanheda escrita por Afonso de Albuquerque: "(...) amtre ela e a terra firme vay huum canal de largura menos hum pouco qe dalmada a lixboa, e por aquy pasam todas as naos dos mouros que vam a judá e pera todas esas partes, porqe vem

O seu núcleo discursivo é o das condições e das práticas de navegabilidade. A referência ao vocábulo designativo deste mar aparece na sequência, e por contraposição, ao nome árabe que significaria mar cerrado, sendo, segundo o cronista, mais correcto o designativo de mar Roxo "(...)por auer nele muytas malhas dagoa vermelha como ſangue."[95]

Castanheda subscreve um critério de reserva, uma dúvida cautelar, relativamente às razões que motivariam as causas encontradas para tal vermelhidão; atente-se em expressões como *não pude mais saber*, ou como *no que parece*, por ele utilizadas no texto. O cronista escreveria que: "E da cauſa deſta vermidão não pude mais ſaber, ſenão que ſe cauſa do reuoluimẽto da agoa com as marés, no que parece q̃ a lugares he ho fundo deſte mar darea vermelha(...)"[96]. Castanheda explicita as razões dadas pelos mareantes portugueses relativamente ao fenómeno, apresentando uma descrição minuciosa dos ventos que se cruzavam em tal estreito e que dificultariam até a navegação.

Observa-se neste texto de Castanheda uma proximidade mimética à carta que Afonso de Albuquerque envia ao monarca sobre a entrada no estreito. Este é um exemplo paradigmático do seu processo de construção da narrativa, e da sua utilização das informações que tinha ao seu dispor. Na referida carta de 4 de Dezembro de 1513, Albuquerque indica a importância de que se reveste o mar Roxo, visto ser este um lugar de passagem do ouro oriundo da terra do Preste João.

Nem todas as informações transmitidas pelo governador foram todavia consideradas importantes por Castanheda, revelando a sua selecção do registo o

---

com levamtes, e pousam da bamda da terra darabia, terra do xeque dadem qe he boom porto de levamtes(...)"*Cartas de Afonso de Albuquerque*, I, p.227.

[95] Fernão Lopes de Castanheda, *op.cit.*, I, p.758.

[96] *Ibidem*,pp. 758-759.

novo momento em que escrevia. Se, para Albuquerque, anotar detalhadamente as práticas de navegação locais, mesmo as dos mouros, tinha utilidade para todos os que depois dele passassem o estreito[97], para o cronista da Expansão esta era uma rota já correntemente cruzada pelos portugueses[98]. Por outro lado, encontramos óbvias similitudes entre os dados destacados por Castanheda do discurso narrativo de Afonso de Albuquerque, e os apreendidos por João de Barros. As suas lógicas discursivas deambulam na mesma constelação temática[99].

A manipulação levada a cabo por cada sujeito autoral do seu material informativo, denuncia não só as suas práticas, intenções e concepções de escrita, mas também o tempo em que o texto foi produzido. Se atendermos ao modo como, já na segunda metade do século XVI, Brás de Albuquerque escreveu esta mesma passagem nos *Comentários do grande Afonso de Albuquerque*, constatamos que ele evoca as opiniões dos que escreveram a História da Índia (recorde-se João de Barros), e que reorganiza o seu discurso de forma a ressaltar toda uma tensão mais ou menos *dramática*.

Apesar da colagem feita às indagações e à estrutura narrativa parental, a passagem referida sofre pequenas alterações ditadas pela eficácia da narrativa e pela introdução de elementos dramáticos que provocam a sedução pelo registo. Trata-se, com efeito, de uma obra de intuitos biográfico-laudatórios. Apesar de repetir a situação das portas do estreito, das diferentes ilhas e canais, com a indicação das respectivas braças de altura e léguas de largura, Brás de Albuquerque não utiliza como sistema de referência, distâncias comummente conhecidas e empiricamente assimiladas, como a de entre *Almada e Lisboa*, ou de

---

[97] Cf. Sinopse da Designação do mar Roxo II em anexo ao presente capítulo.
[98] Cf. *Cartas de Afonso de Albuquerque*, I, p.227.
[99] Cf. Sinopse da Designaçãodo mar RoxoI e a II.

barra a barra de Lisboa, que ocorrem na carta de seu pai[100].

A subjectividade do sujeito autoral no tratamento de um dado testemunhal, ele próprio marcado pelo olhar de quem vê e relata, é tanto mais evidente quanto nos confrontamos com autores que se propõem tratar um mesmo objecto e que manuseiam a mesma informação; neste caso específico a explicação encontrada para o confronto com uma determinada realidade. Vimo-lo relativamente a Fernão Lopes de Castanheda e João de Barros, observemos agora Gaspar Correia.

Nas *Lendas da Índia* [101] Gaspar Correia limita-se a referenciar unicamente os momentos de tentativa de entrada neste mar Roxo, não se questionando quanto às causas que teriam motivado o uso de tal vocábulo. Não o faz aquando da expedição de Afonso de Albuquerque, nem ao relatar a incursão de D. João de Castro ou de D. Estevão da Gama. A sua descrição da actuação do segundo governador da Índia constitui, de certo modo, a norma que preside ao seu texto. Este cronista descreve primordialmente as acções, os conflitos, as contendas travadas no Oriente. O ritmo sequencial dos acontecimentos acompanha a fluência do quotidiano dos intervenientes da Expansão. Esta é a sua preocupação primeira, a razão da sua escrita.

---

[100]Cf. Brás de Albuquerque,*Commentarios do grande Afonso Dalboquerque(...)*, Lisboa, Imprensa Nacional.Casa da Moeda,1973,IV, pp.32-37 e Sinopse da Designação do mar Roxo II.

[101] Nas sua crónicas sobre a figura de D. Manuel e de D. João III, e porque estas obedecem ao modelo de escrita da cronística régia, as acções desenvolvidas noutros espaços funcionam na medida que correspondem, seguem, cumprem ou não, os princípios normativos imanados do monarca. Em termos do que seria a evolução de Gaspar Correia enquanto cronista teriam sido estes os momentos de exercício para a escrita das *Lendas*, a qual ocorre posteriormente. É neste contexto que se torna perceptível a inclusão na crónica de D. Manuel de uma carta escrita por D. Francisco de Almeida onde a dado passo este se refere ao mar Roxo. Cf. Gaspar Correia, *Crónicas de D. Manuel e de D. João III(até 1533)*, p.45.

Gaspar Correia parte assim da tomada da cidade de Adem por Afonso de Albuquerque e da sua entrada nas portas e no estreito propriamente dito[102]. De seguida são descritas as várias povoações situadas nas suas margens, bem como o tipo de embarcações utilizadas pelos locais, e a vegetação das ilhas.

1. 4. O inexplicável num confronto com o observado

Ao retomar a narrativa sobre o que se teria passado com a armada de Afonso de Albuquerque, o autor das *Lendas da Índia* salienta um acontecimento providencial, tradutor de um determinismo causal subjacente às acções dos portugueses; referimo-nos à descrição do *sinal milagroso* que teria sido vislumbrado pela armada de Afonso de Albuquerque.

Esta encontrar-se-ia fundeada na ilha dos pilotos, no estreito do mar Roxo. Era uma noite sem luar quando a Oriente apareceu uma cruz composta por nove estrelas:"(...) mais resplandicentes que todas as do Céo, e foy correndo o Céo assy per seu compasso sem nunqua se apartarem, que amanhecendo se forão metendo debaixo em ponente, correndo per cyma das terras do Preste João."[103] Como escreveu Gaspar Correia, na armada todos oraram, e Afonso de Albuquerque declararia que tal sinal tão *maravilhoso* seria a manifestação da intervenção divina no mostrar o caminho que deveria ser percorrido pelos portugueses no seu encontro com o reino cristão do Preste João.

Já na missiva ao rei, Afonso de Albuquerque tinha assinalado outros elementos prodigiosos como a chuvada quando invernara em Camarão, facto

---

[102] Cf.Sinopse da Designação do mar Roxo II.
[103] Gaspar Correia, *Lendas da Índia*, II, p.346.

localmente assinalado como algo de *maravilhoso*. O sinal que se teria revelado a esta armada é igualmente mencionado, sendo, no entanto, bem mais comedida a sua referenciação. O detalhe do registo deverá ser devidamente notado, pois, ao contrário de Correia, não são as estrelas que funcionam como indício premonitório mas sim um raio de fogo de grande comprimento e largura que teria aparecido da banda da terra do Preste João, espalhando-se por um *espaço*, e caindo sobre a terra de Meca e Judá[104].

A observação do fenómeno, a apreensão do movimento do raio e a contenção descrita do mesmo, presente nesta carta do governador da Índia, não corresponde à do seu filho, Brás de Albuquerque. Este, ao narrar o mesmo evento, para além de aplicar uma estratégia dramática, documenta iconograficamente a passagem[105].

Apesar de encontrarmos recorrências temáticas nos diferentes fluxos narrativos, elas servem os propósitos e as estruturações de saberes dos respectivos autores. O *maravilhoso* é conhecido, por isso deve ser narrado; porém, a sua narração obedece e sofre a depuração subjectiva do seu autor e inscreve-se no respectivo modelo narrativo. No *Tratado* escrito por António Galvão encontramos narrado este mesmo episódio. Ele é todavia submetido a uma

---

[104] *Cartas de Afonso de Albuquerque*, I, p.231

[105] É este o excerto de Brás de Albuquerque:"(...)eſtando todos ſurtos eſtando pela mercê de Noſſo Senhor, apareceo contra a terra do Preſte João huma Cruz no Ceo muito clara, e reſplandecente,(aſſi como vai pintada,)e paſſando huma nuvem por ella, partio-ſe em muitas partes, ſem lhe tocar, nem lhe cubrir ſua claridade, a qual foi viſta de toda a gente da Armada, e todos com muitas lagrimas ſe aſſentáram de joelhos, e a adoráram. Afonſo Dalboquerque, vendo aquelle ſinal no Ceo, aſſentou que Noſſo Senhor ſe havia por ſervido de elles fazerem o caminho da terra do Preſte João, e não o de Judá, pois pera aquella parte lhe moſtrava o ſinal da Cruz, determinou de ir ás voltas demandar a terra do Preſte João; mas a gente da Armada, como homens de pouca fé, deram-lhe muitos inconvenientes pera o não fazer: e deſte ſinal, que ſe vio no Ceo, mandou Afonſo Dalboquerque tirar inquirição por todas as náos, e todos ſe affirmáram verem huma Cruz no Ceo muito clara, e reſplandecente por hum grande eſpaço, de

economia de elementos descritivos que segue o relato curto e circunstancial, à maneira de relatório: "(...) entraram o estreito e dizem que viram no Céu uma cruz, a que todos adoraram; e, na ilha de Camarão, invernaram. Este foi o primeiro capitão português que deu informação daquele mar, e do da Pérsia coisas pelo mundo tão celebradas."[106] Estes são homens que cruzaram o Oriente e transmitem a voz que corria no imaginário coevo: a evocação da imagem do Preste João; a possível concretização da chegada a um reino cristão há tanto tempo sonhado pela cristandade.

Tanto Fernão Lopes de Castanheda como João de Barros não poderiam deixar de evocar este acontecimento. O seu exercício de um providencialismo determinista é todavia acautelado pela emergência de informações que teriam sido dadas a Afonso de Albuquerque pelos pilotos locais relativamente ao aparecimento de uma estrela que lhes poderia indicar qual a direcção a tomar. Os processos narrativos seguidos, tanto por Castanheda como por Barros, apesar de similares, denunciam algumas diferenças, as quais denotam distintos modos de ajuizar o fenómeno. São outras as vozes que se fazem ouvir, outras as formas de se sentir e interpretar o mundo.

Segundo Fernão Lopes de Castanheda, Afonso de Albuquerque estaria determinado a chegar a Judá contra vontade dos que consigo seguiam. Estando a quatro dias de caminho, e devido aos ventos, fundeou *sobre a Pérsia* até se ter visto perante a contingência de fazer nova aguada. Regressando de novo ao estreito do mar Roxo, teria surgido no céu, *da banda do sul*, uma estrela, conhecida

---

que tirou hum eſtromento, que mandou a ElRey D. Manuel."Brás de Albuquerque, *op. cit*, IV, pp.48-49.

[106] António Galvão, *op.cit.*,p.229.

pelos mouros como *Tária* a qual pronunciaria novos ventos que conduziriam a armada às terras do Preste[107] .

Os referidos pilotos teriam informado Afonso de Albuquerque de que, seguindo esta estrela como orientação, em dois dias e uma noite atingiria Maçua, lugar onde ele pretendia construir uma fortaleza. Em contrapartida, o governador poderia receber a amizade do Preste, o qual, por ser um rei poderoso, cristão e declarado inimigo dos mouros, o socorreria e auxiliaria em gente e mantimentos. Seguindo estes conselhos, Afonso de Albuquerque aguardaria o aparecimento da dita estrela, quando, no céu, teria luzido"(...)hũ ſinal de cruz muyto clara & reſprandecente, ſobre que veo hũa nuuem que em chegãdo ſe partio em duas partes ſem tocar na cruz nem encobrir ſua claridade."[108]

A reacção dos que seguiam na armada foi de profunda admiração, não sendo procurada uma explicação. Castanheda afirma algo de idêntico àquilo que Gaspar Correia referiria, isto é, o facto de Afonso de Albuquerque considerar aquele acontecimento como um prenúncio da vontade divina, e um sinal para partir em demanda do caminho indicado[109]. Face às questões técnicas levantadas pelos pilotos, nomeadamente o facto de não poderem navegar sem vento, e de poderem embater nos baixios caso seguissem a rota proposta, Afonso de Albuquerque resolveu permanecer naquele lugar.

A sequência narrativa de João de Barros acompanha a sua distinta e marcante fluência discursiva, na qual se verifica um encadeamento lógico dos diferentes informes evocados e a respectiva correlação de causa-efeito. João de

---

[107] Cf.Fernão Lopes de Castanheda ,*op.cit.*,I, pp. 761-762

[108] *Ibidem*, p.762.

[109]"E ho gouernador com todos os q̃ virão eſta cruz a adorarão em giolhos chorãdo cõ deuação: & daquela cruz tomou ho gouernador ſinal que queria noſſo ſenhor que foſſe pera aquella parte, & aſſi ho diſſe a todos os capitães & pilotos que chamou pera iſſo, & que bem poderião ir âs voltas." *Ibidem.*

Barros apresenta a permanência de Afonso de Albuquerque em Camarão. Aguardando as condições favoráveis para poder atingir a cidade de Judá, o governador segue os conselhos dos pilotos mouros que lhe teriam prometido a possibilidade de continuar a navegação do estreito, caso se orientasse através de uma estrela entre eles conhecida como Tária[110]. Os ventos não seriam contudo propícios à navegação e, tal como Castanheda, Barros assinalaria a aguada nas ilhas de Camarão, e o regresso ao estreito:"(...)eſtando no qual lugar viram contra a parte onde ſe o ſól punha q̃ eꝛa da teꝛra do Preſte, hum ſinal de cruz no çéꝯ de cor vermelha muy reſplandecẽte & de largura de hũa bráça, & o comprimento em proporçam della."[111]

O autor da *Ásia...Dos feitos que os Portugueses fizeram no descobrimento e conquista dos mares e terras do Oriente* explicita a função dada pelos mouros quanto ao aparecimento da estrela *Taria*, e o que ocorreu em termos da navegação, não olvidando o fenómeno registado pela armada, assim como a reacção que teriam tido os portugueses perante a aparição. Como também Castanheda aventara, estes ter-se-iam colocado de joelhos em adoração, erguendo as mãos em direcção ao céu.

Barros empregaria aqui toda a mestria do seu domínio da língua e apelaria à intensidade dramática criada pelas palavras de Afonso de Albuquerque, evocativas de um sinal divino[112]. Estas culminariam num clímax de tensão narrativa corporizado na reacção dos portugueses que seguiriam nesta armada, todos eles postos :"(...)em lagrimas da deuoçã & feruor de fé, leuantandoſe em

---

[110] Cf.João de Barros, *Ásia ...Segunda Década*, p. 368.

[111] *Ibidem.*

[112] "(...)em alta vóz começou dizer: o ſinal de nóſſa redençam, o ſinal de nóſſas victórias eſpirituais,& temporaes, ornada e decoráda cõ o precioſiſſimo ſangue de Chriſto Jeſu, a aruore diuina cujo fructo remio o pecado do fructo q̃ nos trouxe a mórte: eu cõfeſſo ſeres o ſinal em q̃

todalas náos hũa grita dando gloria a deos que parecia romperem os cẽos: no fim da qual grita tangeram as trombetas & tirou toda a artelharia, em meyo do qual tempo hũa nuuẽ branca foi cobrindo aquelle ſinal."[113] Por último, o autor das *Décadas* informa o leitor que Afonso de Albuquerque elaborara um relatório sobre o que aconteceu e o enviara ao monarca, evocando a existência de um desígnio divino.

Nestas narrativas da Expansão aparece frequentemente a noção de *causa* como se esta fosse determinada pelo determinismo providencialista. O modo como ela se expressa nestes textos será objecto de um exame mais detalhado no terceiro capítulo deste trabalho, pois iremos essencialmente focalizar os modelos explicativos expressos pelos cronistas face à novidade, nomeadamente o *Outro*, e os processos de alteridade enunciados.

Se, por um lado, o providencialismo desencadeador dos actos - causa primeira dos empreendimentos - se expressa nestas crónicas da Expansão, a busca da verdade e a sua explanação revela-se igualmente, como já afirmámos, um princípio enunciador do discurso histórico. O vivenciado, o experienciado, funcionam como critério de verdade. Os sentidos surgem como instrumentos de validação do discurso. É por isso mais ou menos constante em qualquer destes autores a referência a expressões como " eu vi", "eu conheci", ou mesmo a utilização do testemunho de quem viu.

A transcrição de documentos, como assentos de pazes ou cartas trocadas entre os diferentes intervenientes, é abundantemente empregue pelos cronistas da Expansão. Deste modo se comprova a autenticidade dos factos narrados. Os documentos podem aparecer transcritos directamente, muitas vezes destacados

---

eſtá a eſperança de noſſas victorias, nos te confeſſamos, reconhecemos, & adoramos,pedindote que per már & per terra ſejas nóſſo defenſor." *Ibidem*, p.369.

do fluxo narrativo, ou indirectamente, sendo sumariados ou não. As marcas de oralidade expressas na narrativa, nomeadamente através da introdução do discurso directo, funcionam quer como meio de transmitir as informações, quer como estratégia de aproximação do leitor ao que é narrado. Consequentemente, acentua-se o efeito de verosimilhança. Gaspar Correia é dos três cronistas da Expansão aquele que mais constantemente utiliza este técnica discursiva.

Intimamente relacionado com a concepção do espaço encontra-se a forma como a natureza é sentida e vivenciada por estes homens de Quinhentos. A natureza traduz uma imagem plural onde, para além do olhar explicado através de um empirismo, se patenteia uma procura de definição do desconhecido pelo conhecido, de descrição da minúcia, subjugada a uma apreensão da visão geral do objecto. A utilização prática dos elementos naturais serve a multiplicidade de propósitos narrativos, os quais se subordinam à intencionalidade do autor. Esta abrange o registo de factos militares, potencialidades económicas, dados novos relativamente à fauna e flora, descrição do espaço natural, e toda a variedade de intentos que presidem a esta ou àquela micronarrativa. Não encontramos a procura de transmissão de um processo explicativo mais geral de inscrição numa gnoseologia.

A novidade é veiculada e distinguida a partir do já conhecido. Fernão Lopes de Castanheda, por exemplo, ao descrever a existência de um templo numa cidade do reino de Pegu, assinala que, no rio que a banha, existe uma enorme quantidade de peixes, quase do tamanho de tubarões, com três ordens de dentes, e uma grande boca. No entanto, eles poderiam ser domesticados, visto aproximarem-se da margem caso se batesse na água, ou fossem chamados *por um certo nome*. Tudo isto acontecia apesar da extensão e caudal do rio, de se

---

[113] *Ibidem.*

notar o ciclo das marés, e da sua proximidade ao mar. Estava-se possivelmente em presença de cetáceos[114].

Nesta descrição dos novos dados transmite-se o conhecimento do saber empírico e do que pela observação é de imediato apreendido. Não é estranho a este processo de notação da diferença que Castanheda, ao assinalar a viagem de Luís Gusmão e o seu desvio para o Brasil, escreva sobre a existência em tais paragens de umas: "(...) formigas muyto grãdes & peçonhẽtas, & criauão em aruores em ninhos que hi fazião da feyção que antre nos os fazẽ as andurinhas."[115]

Apesar de não terem como objectivo primeiro desvendar as novas fauna e flora, as crónicas da Expansão rendem-se ao imperativo do novo e à consequente necessidade da sua transmissão. Tal ocorre mesmo em textos que de imediato postulam o seu afastamento face um mero enquadramento na vivência local, como seria o caso de Gaspar Correia. Apesar disso, mesmo nas *Lendas da Índia*, deparamo-nos com um breve aflorar dos costumes locais, e com um caminhar progressivo para a sua referenciação. É neste contexto que, ao expor a viagem de D. Lourenço de Almeida a Ceilão, o autor se debruça sobre a árvore da canela e sobre um estranho animal morto por D. Lourenço nesta expedição. Este animal abrigava-se numa grande furna onde se teria criado, tendo inicialmente dois pés de comprimento, uma grande cauda, pescoço curto e cabeça comprida. Teria igualmente uma *grande boca* e *dentes* e o seu corpo seria negro com conchas. Encontramo-nos possivelmente em presença da descrição de um réptil, presumivelmente um crocodilo

Segundo o cronista, os habitantes afirmavam que este animal já teria duzentos anos. Devido à sua perigosidade, o rei local obrigava os naturais a

---

[114] Cf.Fernão Lopes de Castanheda , *op. cit.*,II,p. 24.

[115] *Ibidem*,II, p.29

pescarem e a darem-lhe o pescado. Face a esta situação, D. Lourenço de Almeida pediu autorização ao rei para o matar com o recurso a alguns falcões[116].

Poderiamos, no entanto, ser levados a pensar que, no caso de Gaspar Correia, este enlevo pela descrição de alguns animais e plantas estaria directamente relacionada com o facto de estes poderem fugir ao que seria o parâmetro da normalidade conhecida. Mas não são apenas os animais mais estranhos o alvo da atenção do autor das *Lendas da Índia*. Muitas vezes, o cronista focaliza episódios passíveis de suscitar curiosidade, como o da pancada sofrida na nau de D. João de Lima quando este ia na armada de Diogo Lopes de Sequeira, perto do cabo da Boa Esperança.

Julgando tratar-se de algum rombo, a tripulação teria corrido para a bomba. Contudo, nada de anormal foi na altura detectado. Somente quando chegados a Cochim deram conta de que se encontrava incrustado no tabuado da embarcação um *focinho* de peixe, de um osso muito forte que teriam cortado. Tendo sido mais tarde a nau varada, deram conta que este teria penetrado profundamente no casco o que levantou várias interrogações face ao tamanho e peso de tal animal.

Apesar de Gaspar Correia não conhecer a espécie a que este peixe pertenceria, procura integrá-lo no conjunto das conhecidas, considerando o saber dos marinheiros, e afirmando que este exemplar só poderia ser um tipo de espardarte, visto ser este um peixe"(...) que no mar corre com mór força, e se vio muytas vezes pelejar com as baleas, e tem no focinho hum muy forte osso com muytos dentes."[117]

---

[116] Cf.Gaspar Correia,*Lendas da Índia*, I, p.655.

[117] *Ibidem*, II, p.556.

João de Barros não deixou de assinalar alguns casos que ele próprio apelida de *maravilhosos*, e que são aliás referenciados por Fernão Lopes de Castanheda e por Gaspar Correia. Nas crónicas da Expansão espelha-se uma estruturação comum dos eventos enunciados em cada segmento ou sequência narrativa e que enformam o discurso histórico deste ou daquele governo da Índia, desta ou daquela etapa da Expansão portuguesa. Paradigmática desta mesma estratégia é a evocação do que teria ocorrido na viagem que Rui Vaz Pereira faz para a Índia em 1520.

João de Barros enfabula este episódio, escrevendo que, após ter passado o cabo da Boa Esperança, a embarcação de Rui Vaz teria sofrido um forte embate. Passados alguns momentos, os que nela iam aperceberam-se de que não navegavam impedidos por aquilo que o cronista diz ser um monstro. Através de um processo descritivo profundamente sensorial, Barros refere que ele acompanhava toda a quilha do galeão. Sendo o seu comprimento de 125 palmos, a sua cauda imobilizava o leme, e as barbatanas, ou asas, como Barros designa, *abraçariam dois costados*, chegando até à mesa da guarnição.

Alguns dos marinheiros teriam tocado o animal, que se teria lançado à água como se de uma baleia se tratasse[118]. Não se estava em presença de um animal conhecido e este não abandonava a rota do galeão. Feri-lo estava fora de questão, pois o comandante receou que os movimentos provocados pelo ataque colocassem em perigo os tripulantes. Por esse motivo, o animal foi apelidado de espírito mau, chegando a ser exorcizado pelo capelão. O espécime marinho, baixando: "(...)as prepetanas& eſpedioſe per baixo, ſem fazer mais que reſpirar grande quantidade dagoa per as trombas(...)"[119]

---

[118] Cf.João de Barros, *Ásia...Terceira Década*,fl 108v.
[119] *Ibidem*.

A procura de uma explicação é, todavia, uma constante em Barros. Sem deixar de notar o carácter fora de comum e a estranheza da espécie, confronta o acontecido com o experienciado no reino, apesar de apontar a intervenção divina. Fá-lo pela voz dos mareantes, os quais consideravam que este era um *peixe sombreiro* igual ao que dera à costa em Atouguia e abalroara dois barcos de pescadores, não ousando estes pescar até que finalmente:"(...) orações e prezes do pouo ó trouxeram a cóſta."[120]

Este episódio foi igualmente anotado por Castanheda. Com a sua habitual contenção descritiva e peregrinando pelos mesmos factos de Barros, o cronista não apelida este peixe de monstro mas sim de *sombreiro*. O seu enfoque narrativo passa pela precisão descritiva, tradutora de um testemunho de quem abraçou ou domina as lides da marinharia. O comprimento deste peixe acompanhava o galeão[121]. O cronista relata todas as manobras efectuadas, para que a embarcação se conseguisse libertar[122], não deixando de anotar o desígnio divino que se teria manifestado de forma a afastar tal ameaça[123].

Por seu turno, Gaspar Correia transita de imediato para a descrição do *fantástico*. A dúvida cautelar, a contenção explicativa, a lógica discursiva, são substituídas pelo desmesuramento de um olhar transtornado pelos sentimentos. Segundo ele, Rui Vaz Pereira foi perseguido por um peixe:"(...)negro espantoso,

---

[120] *Ibidem*.

[121]"(...)tinha o cingido com a cabeça na amura, & o rabo no leme: com que deu nele duas pancadas que derribou dous gormetes que hião a ele,& era tão groſſo que chegaua com hũa eſpadana á meſa da guarnição & muytos lhe puſerão a mão(...)"Fernão Lopes de Castanheda, *op. cit.*, II, p.61.

[122] "(...)receando ho piloto & ho meſtre q̃ çoçobraſſe ho galeão: mandarão amaynar ho traquete da gauea, & ho cõdeſtabre ho quiſera ferir cõ hũ pique & não lho cõſentirão, & ſocorreoſe ho capitão a noſſo ſenhor, & hum clerigo ſe reueſtio, & com hũas reliquias na mão começou a rezar (...)"*Ibidem*.

que nunqua fôra visto outro tal, o qual correo após o galeão dous dias e noites, rodeando o galeão muytas vezes, o qual de quando em quando deitaua hum resolho d'agoa mais alto que o galeão, com que todos auendo grande medo se encomendauão a Nosso Senhor que os liurasse de tal pexe(...)"[124].

As peripécias das manobras tentadas para o governo do galeão são inúmeras. O fantástico pontua cada frase, sendo o animal descrito como se fosse possuidor de uma rapidez e força desmesuradas. Além disso, é-lhe atribuída uma intencionalidade na acção, algo que nenhum dos outros cronistas regista[125]. Era como se o galeão se encontrasse em terra, porém "(...) o mar n'elle batia, que era grande, e as velas com muyto vento querião arrebentar. Polo que tomarão os traquetes das gaueas e mesurarão as velas por se nom desaparelhar."[126] A descrição do peixe é toda ela hiperbólica, com o recurso a vocábulos correntes entre os marinheiros. Segundo Correia, ele tinha no seu dorso umas barbatanas que ao se movimentarem eram tão altas como meia *enxarcia*, o espiráculo era uma abertura como um "(...) escotilhão, per que resolhaua agoa tão alta que cobria o galeão, com que ficaua meo alagado, que se toda cayra dentro metêra no fundo."[127]

O pânico gerado é descrito através de um movimento ritmado que parece antecipar uma lógica cinematográfica: "(...) todos estauão como mortos pedindo a Deos misericórdia, deitando sobre o pexe reliquias, e agoa benta que hum

---

[123]"(...) quis noſſo ſenhor que auendo hũ oytauo dora q̃ ho peixe tinha aferrado ho galeão o deſaferrou, & deitou pola boca duas ou tres vezes grãdes golpes dagoa no chapiteo, & tornou apos ho galeão que ſeguiu ate ho quarto da modorra rendido."*Ibidem*.

[124] Gaspar Correia, *Lendas da Índia*, II, p.549.

[125] "(...)o qual pexe se adiantou hum pedaço, e fez volta e veo direito ao galeão, e correo de longo roçandose no costado do galeão, e com orabo o cengio e lhe yomou a roda de proa, e meteo a cabeça sobre o leme, com que o çarrou á banda que o nom puderão bolir os marinheiros que o gouernauão, que bradarão cuidando que estauão em sequo(...)"*Ibidem*.

[126] *Ibidem*, II, p.595.

[127] *Ibidem*.

crelgo benzia revistido, resando muytas orações sem ousarem de o toquar, porque se o pexe se assanhasse com pouqa força reuirára o galeão."[128] Desde *horas de terça* que não se mexeu durante todo o dia e noite. No dia seguinte, quando o sol apareceu, o galeão seria finalmente libertado[129].

O modo como, nestas novas paragens, se aproveitam as plantas é algo que os cronistas descrevem muito sumariamente visto não ser esse o seu propósito. Muitas vezes assiste-se à reprodução das mesmas informações em autores que permaneceram largo tempo no Oriente, como é o caso de Gaspar Correia, ou de Fernão Lopes de Castanheda. A sua preocupação centrar-se-ia frequentemente nas especiarias, embora mesmo nestes casos não se verifique uma sistematização descritiva.

Uma das espécies de certo modo referenciada, tanto em Castanheda como em Gaspar Correia, é a planta da canela. Ao debruçarem-se sobre a ilha de Ceilão, para além de a situarem no contexto geográfico, político e social, salientam as capacidades económicas dos seus produtos e atentam nesta especiaria. Gaspar Correia menciona sumariamente a árvore da canela, até porque só existe naquela ilha: "A qual aruore he baxa e delgada de madeira; todo o ano tem folha e está verde sem perder folha, sómente tem folha mais em hum tempo que em outro, que he o tempo de florecer (...)"[130].

O cronista compara esta espécie vegetal com outra conhecida da Europa e amplamente utilizada em Portugal, escrevendo que a partir da sua flor branca aparece uma baga preta como a do louro, e sendo as folhas muito semelhantes.

---

[128] *Ibidem.*

[129]"(...)o largou, ficando o pexe per popa, porque o galeão foy áuante. O pexe virandose mostraua as ilhargas, que era cousa medonha de vêr, que cuidarão que era o próprio diabo, e todos nom deixauão de rezar, cuidando que os tornaria'abalroar, e sendo a tarde, o pexe, deitando grandes resolhos d'agoa, se foy atrauessando pera o mar, que nom pareceo mais."*Ibidem.*

Diferentes impressões sensoriais são evocadas nesta mesma descrição, pois a flor é *muito cheirosa*, e da baga se produz um azeite: "(...) que se faz duro como sabão branco, cousa muy forte de quente; e quando a baga está madura que começa a sayr, então está a canella de vez em sua mór perfeição, que he em Julho, e Agosto."[131]O autor das *Lendas da Índia* continua a sua narrativa com a descrição de todo o trabalho levado a cabo aquando da sua colheita, e da cadeia económica e social que ligada a ela se estabelece.

Por seu turno, Fernão Lopes de Castanheda elabora um tipo de descrição muito semelhante, embora mais sucinta. Escreve que esta ilha tem muitas e boas águas, bem como diverso arvoredo, sendo a maior parte deste constituído por árvores da canela. Castanheda constata igualmente a similitude entre a planta e o louro:"(...) & a caſca he a canela q̃ vẽ ca, q̃ ſe tira dos ramos deſpois denxapotados & ſecos, & iſto faz a gẽte baixa que a vẽde por muy pouco preço."[132] Castanheda convoca também as impressões sensoriais, à semelhança do que faz Gaspar Correia e do processo recorrente nas narrativas de Quinhentos. Recorde-se como este autor descreve várias árvores de fruto, entre as quais as laranjeiras doces, que possuem umas laranjas com uma casca tão doce como o gomo, ou como enfatiza o cheiro de ervas aromáticas, como os manjericões e as alfavacas[133].

Quão semelhantes do relato de Duarte Barbosa - fonte confessa de ambos os autores -, são estas duas descrições. Nelas se enquadram as acções humanas. A vivência dos espaços e o conhecimento da realidade local, levou a que outros elementos subsidiassem a narrativa, nomeadamente a citação, por parte de

---

[130] *Ibidem.*, I, p. 652.
[131] *Ibidem.*
[132] Fernão Lopes de Castanheda, *op.cit.*,I, p.261.
[133] *Ibidem.*

Castanheda, de odores e sabores. Ao traçar a ilha de Ceilão, Duarte Barbosa assinala igualmente os bons ares e os excelentes variados frutos que aí nascem. Os montes encontrar-se-iam pejados de laranjeiras que dariam laranjas *doces* e *formosas*, *de três ou quatro espécies de sabor*, possuindo algumas uma casca que se tornava bem mais doce que o seu suco[134]. Duarte Barbosa apenas referencia a canela como *boa* e *verdadeira*, atribuindo-lhe qualidades bem genéricas e pouco precisas em termos botânicos, veiculando a sua habitual comparação ao loureiro, e o modo como se procede à colheita[135].

Quão específica se revela a descrição que encontramos no *Colóquio dos simples e das drogas* sobre a canela. Garcia da Orta serve-se de idênticos elementos comparativos, como o confronto da árvore da canela à do loureiro, mas pormenoriza diferentes elementos - forma e cor, por exemplo. Por outro lado, na referência sumária e geral feita à ilha de Ceilão, salienta a qualidade das suas laranjeiras, pois:"(...) as laranjas he a milhor fruta que ha no mundo em sabor e doçura(...)"[136].

Apesar de não ter vivido no Oriente, João de Barros subscreve o processo descritivo da crónica de Expansão, em paralelo com o modelo seguido por Fernão Lopes de Castanheda ou Gaspar Correia, salvaguardando sempre as distintas construções do eu escritor. A natureza funciona como o enquadramento que tornará visível ao leitor o desenrolar da acção histórica. Considerando ainda a ilha de Ceilão, constata-se que, para além do enfoque geográfico e do relato da historicidade da presença humana, Barros refere as potencialidades económicas.

---

[134] *O Livro de Duarte Barbosa* , p.145.A edição elaborada por Luís de Albuquerque apresenta uma redacção um pouco diferente pois na fixação do texto, o qual não obedeceu a fins eruditos recorreu-se às três cópias existentes em Lisboa, respectivamente na Biblioteca Nacional e Torre do Tombo.Contudo o modelo de descrição empregue segue o da primeira edição em língua portuguesa feita pela Academia de Ciências de Lisboa.

[135] *Ibidem*, p.146.

Apesar de encaminhar o leitor para o livro onde trataria em detalhe estas questões, o cronista aponta os bons ares da ilha, a sua fertilidade, a produção da canela que é utilizada no Ocidente, apesar de, noutras partes do Oriente se encontrar esta árvore, ela seria contudo agreste e brava[137].

Não pretendemos traçar uma gnoseologia presente ao tempo no conceito de natureza, mas tão somente detectar o processo deste olhar das crónicas da Expansão sobre o espaço natural, visto este funcionar como quadro onde prepassam as acções históricas dos portugueses de Quinhentos. Ele revela um conhecimento empírico, formulado através de analogias, no qual se empregam figurações partilhadas pelo sujeito que escreve e pelo seu leitor ou ouvinte. Deste modo, a árvore da canela é idêntica à do loureiro; o peixe desconhecido é como o peixe *sombreiro*; as formigas fazem ninhos como os das andorinhas; o peixe-diabo tinha umas barbatanas tão altas como o meio da enxárcia.

O experienciado é utensílio, por excelência, deste encontro com a novidade, seja ela a natural ou a humana. Nas crónicas da Expansão, essa vivência pode passar pela do *Outro*, construindo o cronista o seu texto histórico a partir dos relato de quem viveu a sua narrativa. Cumpre-se assim o princípio de veracidade.

---

[136] Garcia da Orta , *Colóquio dos Simples e das Drogas*,I, p.217.

[137] Cf. João de Barros, *Ásia ...Década Terceira*, fol.27.

2. O paradigma da *viagem*

Os relatos esparsos das primeiras e diferentes viagens efectuadas para o Oriente foram consultados pelos cronistas da Expansão e de certo modo integrados nos seus textos de acordo com este processo de construção da narrativa histórica. O experienciado pelos intervenientes nas expedições incorporou as várias narrativas quer através do testemunho escrito quer do oral. A construção do espaço físico nos relatos da Expansão, obedece essencialmente à descrição do espaço geográfico percorrido, tendo como sistema de referências o olhar de mar para terra. É o decalcar do experienciado, é a praticabilidade do conhecido.

Consequentemente, o autor descreve as viagens assinalando as aguadas, as baías, as possíveis entradas em terra, os cursos de água que favorecem a penetração, as condições oferecidas para a defesa ou ataque das expedições. A par disso surge a descrição dos animais, das potencialidades locais e do modo como são utilizadas as diferentes plantas. Estas narrativas que se centram no relato de uma determinada viagem, têm, no entanto, como principal propósito funcionarem como descrições do que aconteceu. Não obedecem a propósitos mais vastos como os de narrar grandes batalhas, ou os feitos que os seus autores consideram dever pertencer a uma memória mais colectiva, à história de um povo. Apesar disso, os textos descritivos foram: "(...) os autênticos alicerces do dizer literário seja a nível prosaico (caso das *Décadas da Ásia* de João de Barros) seja a nível poético com *Os Lusíadas.*"[138]. Muitos destes textos forneceriam o

[138]Luis Filipe Barreto, *Descobrimentos e Renascimento, Formas de Ser e Pensar nos séculos XV e XVI* , Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1983, p.132.

olhar, *decalcariam* a realidade que se pretendia transmitir e que tanta curiosidade provocava.

A nossa análise centrar-se-á no texto *paradigmático* da *Viagem*, o primeiro relato sobre a primeira viagem de Vasco da Gama, conhecido como a relação de Álvaro Velho, narrativa nuclear da cronística da Expansão.

Este manuscrito registou, e transmitiu ao leitor, as primeiras impressões dos portugueses em terras do Oriente. O códice onde foi encontrada esta descrição pertence à Biblioteca Pública do Porto (nº 804) e teria feito parte da colecção do Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra. Deste códice fariam parte, para além da descrição desta viagem, uma "(...) relação geográfico - comercial 'de certos regnos que estão de Calecut para a banda do sul ' (...)"[139], e o rol dos preços porque se vendem as especiarias em Alexandria bem como um breve vocabulário português - malaio. À descrição foi dada o nome de *Roteiro da viagem que em descobrimento da Índia pelo cabo da boa Esperança fez Dom Vasco da Gama em 1497.*

Frederico Diniz de Ayalla teria afirmado que este manuscrito se dataria de finais do século XVI ou início do século XVII, a ele não se devendo prestar grande atenção[140]. Esta afirmação seria amplamente contestada por Franz Hümmerich[141] que o dataria do século XVI. Na sequência dos estudos de Diogo Köpke e Ernesto Ravenstein, foi atribuída a autoria desta descrição a Álvaro

---

[139] A edição por nós utilizada será a de Damião Peres, *Diário da Viagem de Vasco da Gama*,Porto,Livraria Civilização , 1945. Citamos a p. 9.

[140]Cf. Luis António de Oliveira Ramos, *Catálogo dos Manuscritos Ultramarinos da Biblioteca Pública do Porto*,Porto,Biblioteca Pública do Porto, 1988, p. 28

[141] Escreve-o no seu estudo "Verfasser und Echtheit des "Roteiro "oder Entdeckungsbericht " Lendas da Índia" que apareceu traduzido para português na edição elaborada por Damião Peres do roteiro e onde se incluiu o estudo crítico de Gago Coutinho sobre a náutica da viagem de Vasco da Gama e a tradução pelo comandante Moura Brás dos três estudos elaborados por Franz Hümmerich sobre este códice.

Velho, marinheiro que integrou a primeira expedição de Vasco da Gama [142]. No entanto, Diogo Köpke escreveria que esta cópia quinhentista seria de Fernão Lopes de Castanheda que a teria escrito quando exerceu o cargo de bedel e guarda do Cartório da Universidade de Coimbra. Aí disporia de um variado número de relatos dos quais se auxiliaria para escrever a sua *História do Descobrimento e Conquista da Índia pelos Portugueses.*

Castanheda utilizou de facto esta descrição. No seu artigo *A viagem de Vasco da Gama entre Moçambique e Melinde, segundo os Lusíadas e segundo as crónicas*, Luís de Albuquerque fez uma colação de textos onde acompanha as aproximações descritivas de Gaspar Correia, Damião de Góis, Fernão Lopes de Castanheda, João de Barros e Luís de Camões ao *Roteiro*[143], sendo a descrição da viagem feita por Gaspar Correia a que mais se afasta do texto de Álvaro Velho[144]. É pois inegável que este relato teria sido conhecido e consultado pelos autores quinhentistas.

---

[142] Diogo Köpke teria feito o estudo introdutório e as notas da primeira edição deste códice. A qual saiu num trabalho conjunto deste historiador com António da Costa Paiva sob o título *Roteiro da Viagem que em Descobrimento da Índia pelo Cabo da Boa Esperança ,fez Dom Vasco da Gama ,em 1497*, Porto, Typographia Comercial, 1838. Por seu turno, Ernesto Ravenstein traduziu o roteiro para língua inglesa e publicou em Londres, nas colecções da Hakluyt Society, em 1898.

[143]No decurso do meu curso de mestrado, foi-me proposto pelo referido historiador, e porque eu estava a trabalhar sobre Fernão Lopes de Castanheda,que comparasse os dois textos, o de Álvaro Velho e o de Fernão Lopes de Castanheda. Posteriormente desenvolvi esta colação de textos e alarguei o campo de comparação, confrontando este texto de Álvaro Velho com o de Fernão Lopes de Castanheda, Gaspar Correia, e o texto anónimo que foi intitulado *Crónica do Descobrimento e Conquista da Índia pelos Portugueses*.Cf. Ana Paula Avelar ,*Visões do Oriente-Formas de sentir no Portugal de Quinhentos* no prelo.

[144]Frederico Dinis Ayalla, que elaborou um estudo sobre esta mesma descrição e defendeu a sua veracidade, afirmou ser esta a exacta e fiel narrativa dos acontecimentos. Contra esta posição se insurgiu Franz Hümmerich e Gago Coutinho. Este último ao estudar as referências náuticas descritas por Gaspar Correia escreveu:" Resta pois concluir que, do princípio ao fim, a versão do Descobrimento da Índia, apresentada nas *Lendas das Índias* peca por inverosimilhança, absurdos, falsidades.Elas são incompatíveis com o *Roteiro* e Cronistas, e só uma falta de análise, embora superficial, explica que a narrativa de Gaspar Correia tenha sido tomada a sério, e como História, por historiadores conceituados."Damião Peres,*op.cit.*, II, p. 171.

Observemos como foi atribuída a autoria deste relato a Álvaro Velho. Descobrir a identidade do narrador da viagem constituiu objecto primeiro de alguns estudos. Sobre este assunto pronunciaram-se Diogo de Köpke, Ravenstein e Franz Hümmerich, recaíndo a escolha, através de uma exclusão de partes, num marinheiro ou num soldado da armada de Vasco da Gama, chamado Álvaro Velho. As razões que levaram a esta conclusão prendem-se com o facto de, na própria narrativa, o autor declarar que teria sido um dos treze homens que acompanharam Vasco da Gama quando este visitou o samorim em Calicute[145].

Na esteira do que foi assinalado por Diogo Köpke, Damião Peres refere quem teria acompanhado Vasco da Gama. Usando Castanheda como fonte, assinala os nomes de Diogo Dias, que ocuparia o lugar de escrivão de Vasco da Gama; o seu vedor; Fernão Martins, intérprete; João de Sá, que, por seu turno, seria o escrivão de Paulo da Gama; um marinheiro chamado Gonçalo Pires; Álvaro Velho e Álvaro de Braga, que seria o escrivão de Nicolau Coelho[146].

Se observarmos um pouco mais atentamente as palavras do cronista, verificamos que, após enunciar[147] estes nomes, afirma desconhecer a identidade de quem teria também acompanhado Vasco da Gama, sendo no entanto 13 os elementos que fariam parte do grupo. Por isso, se nos socorressemos de outros registos, teriamos possivelmente conhecimento de outros nomes.

Gaspar Correia menciona igualmente alguns dos acompanhantes de Vasco da Gama. Será através da sua pena que nos deparamos com outros dois nomes,

---

[145] *Ibidem*, pp. 38 -39.

[146] Cf.*Ibidem*, p. 17

[147] "(...)& ali ſe aſſentou q̃ foſſem coele doze pessoas.ſ.Diogo diz ſeu eſcrivão & Fernão martinz ho lingoa, & ho ſeu veador,& Ioão de saa que deſpois foi teſoureyro da caſa da India,& hũ marinheiro chamado Gõçalo pirez que fora de sua criação,& hũ Aluaro velho,& Aluaro de Braga que deſpois foy eſcriuão dalfandega do Porto(...)"Fernão Lopes de Castanheda,*História do Descobrimento e Conquista da Índia pelos Portugueses*,I, pp. 44-45

João de Setubal e João Palha[148], sendo igualmente nomeado como escrivão da fazenda de Calicute um Pero de Braga[149] o qual, não sabemos se teria ido nesta embaixada. Além disso, um dos referenciados por Gaspar Correia apresenta outro nome próprio; o *língua* seria um João Martins e não, como Castanheda indica, Fernão Martins. Na crónica de D. Manuel, o mesmo Gaspar Correia apenas alude à ida de Vasco da Gama a terra e ao episódio da sua prisão[150]. Esta forma de elaborar o discurso é, aliás, frequente; basta consultar o que escreveu, por exemplo, João de Barros, o qual refere ter sido Vasco da Gama acompanhado por doze homens[151].

Idêntico percurso foi seguido na *Crónica do Descobrimento e Conquista da Índia pelos Portugueses*, onde, devido ao facto de o texto estar truncado, nem sequer encontramos a descrição da ida a terra do capitão mor[152]. Por seu turno, Damião de Góis, ao escrever sobre o reinado de D. Manuel, apenas menciona que, para que as naus não ficassem desguarnecidas de homens, o comandante se tinha feito acompanhar por apenas 12 homens, entre os quais, os principais segundo este cronista seriam, Diogo Diaz, João de Sá, Álvaro Braga, Fernão

---

[148] "(...) e leuou na sua companha doze homens bem vestidos, e alguns de sua creação e forão hum Aluaro de Braga, João de Setuval, João Palha, todos homens bem despostos (...)"Gaspar Correia,*Lendas da Índia*, I, p. 96.

[149] Cf. *Ibidem* ,p.89.

[150] Chegados a Calicute:"(...) que era no cabo do veram da Ymdya e emvernaram em hua bahya que fazia detras de hua pomta e se chama Coulete omde o capitam mor foy em terra com mujta paz e com o regedor da terra em toda a amjzade damdo lhe presentes e fazemdo compra dalgua droga de cravo pymenta canela gemgybre / pasamdo se algus dyas o regedor o premdeo per conselho de mujtos mouros que avia na terra (...)"Gaspar Correia, *Crónica de D. Manuel e de D. JoãoIII*, pp. 5-6

[151] Cf. João de Barros,*Ásia... Primeira Década*, p. 148.

[152] Cf.Luís de Albuquerque e Adélia Lobato, *Crónica do Descobrimento e Conquista da Índia pelos Portugueses*, pp.9-10.

Martins, língua, e Álvaro Velho. Os restantes seriam criados do próprio Vasco da Gama[153].

São muitas as contestações[154] relativamente à atribuição da autoria deste manuscrito a Álvaro Velho. Consideramos pertinente evocar os argumentos a favor apresentados por Diogo Köpke, já que este se revela uma referência incontornável em toda esta disputa. Segundo Köpke, a primeira comprovação seria dada pelo narrador do *relato* que, logo no início da narrativa, se coloca como tripulante da Nau S. Rafael capitaneada por Paulo da Gama[155]. O segundo aspecto prende-se com os nomes considerados por este historiador. A sua fonte é Castanheda no momento em que relata o encontro de Vasco da Gama com o samorim de Calicute.

Diogo Dias e o vedor acompanhariam Vasco da Gama, e pertenceriam à nau S. Gabriel; Álvaro de Braga seria escrivão de Nicolau Coelho, e pertenceria à nau Bérrio; Fernão Martins, devido à natureza da narrativa e ao cargo que ocuparia, não seria o autor deste *Roteiro*; Gonçalo Pires não teria escrito

---

[153] Cf.Damião de Góis,*Crónica do Felicíssimo Rei D. Manuel*, I, p 90.

[154] Isto apesar de Pereira Caldas ter escrito um artigo intitulado *Álvaro de Braga e não Álvaro Velho como auctor plausível do Roteiro da Viagem que em descobrimento da India pelo Cabo da Boa Esperança fizera Vasco da Gama,* Braga,1898, em que relembrava o facto de Álvaro de Braga ser escrivão e de o roteiro terminar exactamente no momento em que a nau Bérrio se tinha afastado da armada e regressado a Portugal para dar a notícia da chegada à Índia. Esta tese foi contestada tanto por José Machado em *Álvaro de Braga, reflexões ao snr. Pereira Caldas*, Braga, 1900, como por Franz Hümmerich, nos citados artigos deste autor.

[155] Lembremos a passagem em que se situando a armada no rio do Ouro, esta nau se perde:" E foy de noute tamanha a çarraçam q̃ se perdeo paullo da gama de toda a frota por hũu cabo e p̃llo out° o capitam moor / e depois que amanheçeo nom ouvemos vista delle/nem dos outs° navios / e nos fezemos o camjnho das jlhas do cabo verde como tinhamos ordenado q̃ quem se perdesse q̃ se segujse esta rrota / Ao domjguo segujnte ẽ amanheçendo ouvemos vista da jlha do sall / e loguo dij ahũua ora ouvemos vista de tres navios / os quaees fomos demãdar e achamos a naoo dos mãtimtos e njcollaoo coelho / e bertolameu diz q̃ hia ẽ nossa companhia ate amjna / Os quaees tambem tinham perdidos o capitam moor (...)Damião Peres, *op.cit.*, *p.*1. As passagens que se refiram ao códice e para facilidade de citação referiremos como *Diário da Viagem de Vasco da Gama*.

determinadas passagens do modo como se encontram redigidas nesta descrição; por fim, o perfil traçado por Castanheda de João de Sá, não corresponderia, segundo Diogo Köpke, ao do autor desta narrativa. Portanto, e por exclusão de partes, restaria Álvaro Velho, o qual, depois da destruição da nau S. Gabriel, teria passado para a equipagem da nau de Vasco da Gama.

Outro dos argumentos apresentados prende-se com o facto de Melinde ser descrita como uma terra semelhante a Alcochete. Ora, Álvaro Velho seria presumivelmente do Barreiro. Tal hipótese foi levantada por Hümmerich quando concluíu que o autor desta descrição seria o mesmo do manuscrito de Valentim Fernandes[156]. Deste modo, a proximidade das localidades, Barreiro - Alcochete, faria com que o autor conhecesse bem a vila e a pudesse usar como comparação. Por outro lado, como Luís de Albuquerque afirmou, é necessário não esquecer que D. Manuel tinha nascido nesta vila, e a citação do topónimo representaria uma homenagem ao monarca português, isto tudo, para além da evidente semelhança que se sentiria ao vislumbrar as duas terras do lado do mar[157].

O problema da identificação da autoria deste texto tem desde sempre seduzido os historiadores, sendo a contestação ao nome de Álvaro Velho uma constante da historiografia que se debruça sobre a Expansão portuguesa. Por outro lado, uma das preocupações sentidas por alguns historiadores teria sido a imagem que se revelaria nesta descrição da figura do capitão-mor. Viriato Campos e José Pedro Machado estudaram o seu perfil e actuação, traçando

---

[156] Manuscrito encontrado na Biblioteca Pública Bávara de Munique e que descreve as terras de negros ao sul da Gâmbia extraída da "Descripção de Cepta por sua costa de Mauritânia e Ethiopia pelos nomems modernos proseguindo as vezes algumas cousas do sartão da terra firme. Scripto anno de 1507 " Cf. Damião Peres, *op. cit.*, II, p. 519.

aquilo que seria a sua biografia. Por este texto passam todos os que se debruçam sobre a figura de Vasco da Gama. As próprias comemorações de 1998 da chegada à Índia de Vasco da Gama foram propósito para que tenham surgido toda uma série de textos onde este relato é tido em consideração. A biografia de Vasco da Gama foi alvo de perspectivas tão diferentes como as traçadas por historiadores de escolas, também elas, tão distintas, como Sanjay Subrahmanyam ou Luís Adão da Fonseca.

Vários estudiosos se têm preocupado com a comparação deste códice com as obras coevas, nomeadamente as crónicas quinhentistas, orientando os seus confrontos consoante os objectivos nucleares que se propuseram estudar. Assim, a propósito das questões náuticas que se levantariam nesta viagem de Vasco da Gama, Gago Coutinho, para além de equacionar os problemas naúticos que se teriam colocado à armada portuguesa, também estabeleceu o que seriam os relatos mais precisos e exactos da referida viagem, não só no que diz respeito à navegação atlântica mas também à do Índico[158]. Por exclusão de partes, e em conclusão, defendeu que neste códice encontrariamos uma maior precisão na descrição, ainda que, para ele, o autor tenha sido provavelmente um soldado e aventureiro, e não um marinheiro como outros historiadores da época, nomeadamente Diogo Köpke defendiam [159].

Alguns aspectos náuticos relevantes segundo o ponto de vista de um piloto, como certos instrumentos utilizados e a determinação das latitudes, não seriam assinalados. Tais omissões conduziriam alguns cronistas a aditar alguns

---

[157]Esta informação foi-nos transmitida numa das sessões do curso de mestrado na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, na qual abordámos a importância de alguns textos historiográficos.

[158]Cf. *Ibidem*, p. 110-141

[159] *Ibidem*, p. 105.

factos aconteceria com Castanheda, no dizer de Gago Coutinho que nomearia tempestades ao norte das Canárias e na travessia do Atlântico Sul[160].

O facto de a descrição desta primeira viagem de Vasco da Gama terminar abruptamente nos baixios do rio Grande, significaria que o seu autor teria ficado naquelas paragens. Para Franz Hümmerich tal justificar-se-ia com a descrição das terras ao sul da Gâmbia. Outros estudiosos, como José Pedro Machado e Viriato Campos, levantaram a hipótese de o autor ter sido condenado ao degredo em terras africanas, cumprindo assim uma pena. Uma outra causa possível seria a de que o autor deste relato teria seguido com Nicolau Coelho para Lisboa. Todavia, a conjectura que nós subscrevemos como sendo a mais aceitável, seria a de esta cópia, a única conhecida, não ter sido concluída pelo copista.

Para além de toda a contorvérsia que rodeou a datação ou autoria deste texto, motivada pela sua não identificação, uma outra atravessou várias gerações de historiadores, a sua designação. Esta tem sido nomeada como *Roteiro* ou *Diário*. Contudo, e seguindo aquilo que, segundo Luís de Albuquerque, seria a designação mais correcta[161], utilizaremos os vocábulos *Relato* ou *Relação*. Duas são as razões que nos assistem. A descrição não segue a estrutura modelar de um Roteiro, apresentando informações minuciosas sobre a navegação, e sendo, as que existem, exíguas face a outros roteiros. De igual forma não surge o *modelo* «diarista-cronológico» de narrativa, apesar de se observar uma certa notação mais ou menos quotidiana do que se vai passando na viagem.

Com efeito, João Rocha Pinto que se tem debruçado sobre a designação modelar de alguns dos textos quinhentistas, nomeadamente os geralmente denominados *roteiros*, considerou que esta narrativa se deveria enquadrar naquilo

---

[160] *Ibidem*, p. 106.

que designa ser um texto compósito, pois a descrição da viagem obedece a uma *concepção socializada,* onde a personalidade egocêntrica do autor, segundo Rocha Pinto, se dilui, na personalidade do grupo:"(...) Deixa entrever um olhar ingénuo, e até cândido, na observação que faz de sociedades outras, uma admiração e algum espanto, ainda que muito ténues, chegam a aflorar, embora se perceba o esforço de um 'olhar distanciado'."[162]

Estas considerações permitem-lhe concluir que bastariam as deambulações efectuadas por Álvaro Velho, para além de apresentar o dia-a dia da embarcação, e as manobras de marinharia, para se considerar estarmos em presença de uma *relação de viagem*[163].

Por outro lado, e citando uma das diferenças importantes entre os chamados roteiros e este texto, assinalada por Luís Filipe Barreto[164], os roteiros e guias distinguem-se pelo seu carácter utilitário, enquanto a descrição de viagem fixa a memória; processo aliás comum ao tempo.

Devemos observar não só, este *olhar* simples e por vezes algo «ingénuo» do autor, mas também algo mais, como a manipulação a que foi sujeito pelos cronistas da Expansão, ou a forma como se integrou e diluiu numa memória colectiva, numa estrutura narrativa diferente de uma *História do Descobrimento e Conquista da Índia pelos Portugueses* e de uma *Ásia ...Dos feitos que os Portugueses fizeram no descobrimento e conquista dos mares e terras do Oriente.* Deste modo, importará analisar a estrutura da narrativa de Álvaro Velho e os processos de integração nas crónicas da Expansão.

---

[161] Cf. Luís de Albuquerque,"A Viagem de Vasco da Gama entre Moçambique e Melinde, segundo os Lusíadas e segundo as crónicas" in *Estudos de História*,Coimbra, 1974, II, p. 243 .

[162]João Rocha Pinto, *Houve diários de bordo durante os séculos XV e XVI?*, Lisboa, Instituto de investigação Científica e Tropical, 1988, p. 405.

[163] *Ibidem.*

O autor segue o percurso da viagem de Vasco da Gama, descrevendo a partida de Lisboa e os sucessivos acontecimentos que considerou relevantes, como as terras a que aportaram, os nativos que encontraram, a fauna e flora, as condições náuticas sentidas, e as possibilidades oferecidas na viagem para o estabelecimento de futuros contactos. Toda a descrição é elaborada tendo como ponto de observação o mar e a aproximação de terra.

Segundo Luís Filipe Barreto, este relato *representa* a escrita do encontro: "Escrita de arquitectura sensorial, desde a vista ao tacto, o relato da primeira viagem de Vasco da Gama às Índias procura uma verdadeira representação dessa viagem iniciadora, uma prisão das coisas à rede de reprodução das palavras."[165] Com efeito, este texto pretende *copiar* o que aconteceu e o que se *viu*; ele funciona, assim, como elemento formulador da escrita. Subscrevendo Luís Filipe Barreto, a orgânica descritiva deste relato é a comummente estruturada para a narração de toda a viagem marítima renascentista modelada pela *verbalidade*.

As suas diferenças entre um relato ou um roteiro consubstanciam-se no que seriam evidências e acentuações realizadas em micro-unidades discursivas que, no entanto, não transformariam radicalmente o núcleo estrutural do relato. Essas variantes apenas revelariam possíveis combinatórias presentes a qualquer sistema[166]. Consequentemente, revela-se neste período renascentista uma constante discursiva nos textos que descrevem as viagens marítimas e que se modelam pela *verbalidade*.

---

[164] Cf. Luís Filipe Barreto, *Descobrimentos e Renascimento, Formas de ser e pensar nos séculos XV e XVI*, p. 132.

[165] Luís Filipe Barreto, *Descobrimentos e Renascimento, Formas de ser e pensar nos séculos XV e XVI*, p.127

[166] *Ibidem*, p. 128.

Segundo este historiador, a narrativa assentaria num movimento dual terra/mar que se processaria numa caminhada entre a partida e o objectivo[167]. Para Luís Filipe Barreto, a exposição da conquista do objectivo é de tal modo importante que a descrição da terra de chegada ocupa largamente o território discursivo. Este caminhar para a conquista do objectivo seria conseguido através de várias sequências de passagem e paragem, seguindo uma progressão de cadeias que procurariam situações de oposição, como dia-noite ou cristão - mouro[168]. Aliás, nas próprias crónicas da Expansão, após a revelação do caminho enunciatório, paradigmático da chegada ao novo e ambicionado espaço, o percurso só ganha revelância no que de estranho e diferente oferecer. A permanência e a conquista do espaço do *Outro* ocupa o núcleo discursivo essencial das diferentes crónicas; ele é o objecto de evocação.

No caso da narrativa de Álvaro Velho estamos ainda perante uma tradução da proximidade ao que é narrado, à novidade, com a transmissão do que foi vivenciado, e não com uma construção narrativa distanciada do seu objecto. Trata-se de um texto que ainda apresenta características algo medievas, como seja a enunciação inicial onde, para além da evocação a Deus, a narrativa refere a *era* cristã[169].

---

[167]Esta estrutura enunciada por Luís Filipe Barreto é construída a partir de um esquema por ele elaborado e que passamos a transcrever :

T M T'

m t' m'

Viagem de ida
Viagem de Volta

M - Grande mar oceano
m- Partes do oceano
T - Terra de partida
T' - Terra de chegada
t' - Terra de passagem e paragem "*Ibidem* ,p.130.

[168]Cf. *Ibidem*, p.130-131.

[169]:"Em Nome de dꝭ Amem // Na era de mjll iiije lRbij mamdou ellRey dom manuell o pᶠmᴿᵒ deste nome ẽ portugall / a descobrir/ quatº navios os quaees hiam ẽ busca da espeçiaria (...)"*Diário da Viagem de Vasco da Gama* , p.1.

Já se indiciam todavia alguns dos elementos que vão espelhar a modernidade, como o enquadramento temporal preciso da narrativa, nomeadamente a introdução de elementos de precisão no tempo dos acontecimentos descritos, não se socorrendo exclusivamente o autor do calendário litúrgico. Este aparece referenciado a par da indicação do dia da semana, do mês, ou do ano[170], assinalando-se as horas; isto é, recorre-se não só a um registo mais vago como o canónico, mas também ao calculado mecanicamente[171]. Naturalmente, tratando-se de uma viagem marítima e devido às já enunciadas características da narrativa, aparecem referenciados os chamados quartos de vela[172], os quais eram marcados através da utilização de relógios de areia, e regulavam o trabalho nas naus e caravelas das armadas.

De imediato deparamos neste relato de Álvaro Velho com o propósito económico, ainda que o princípio religioso surja *enfaticamente* referido através da expressão de abertura do texto, *Em nome de Deus Amen*, sendo este o *motor* primeiro da expedição. O autor não deixou de repetir, em vários momentos, quer os propósitos da expedição através de processos que se adequavam à situação, quer os seus intervenientes. Por exemplo, um dos degredados que seguiam na armada, afirmaria a dois mouros em Calicute que os portugueses buscavam cristãos e especiaria[173]. Neste mesmo momento descritivo, Vasco da Gama acentua esse aspecto ao declarar ao rei de Calicute que já há sessenta anos que os reis portugueses enviavam suas embarcações para descobrir *aquelas partes*, visto saberem que aí encontrariam reis cristãos. Contudo, ocultaria os propósitos

---

170 "(...) a vinte e sete dias do mes doutubro vespora de sam simam e judas (...)"*Ibid em*, p.2

171"(...) ate a quarta frr^{a} p̃lla manham/ E aas dez oras do d.(...) *Ibidem.*

172 "(...) o quarto p^{i}m^{ro}" *Ibidem.*p.11.Branquinho da Fonseca assinalou que os quartos de vela eram de prima (20 às 24 horas); modorra (24 às 4 horas); de alva (4 às 8 horas), visto auxiliarem-se de relógios de areia a ampulheta era mudada de meia em meia hora.

173 *Ibidem*, p.36.

económicos[174], obedecendo a um intento diplomático. Aliás o modo como este autor inicia o seu texto indicia estarmos em presença de um homem habituado à escrita notarial.

Segundo a análise elaborada por Luís Filipe Barreto a partir do universo semântico, a distinção entre o objectivo primeiramente enunciado, que ele considera ser o económico, e o propósito religioso, e o jogo de intenções mais ou menos ocultas revela uma nova *atitude*: "A fonte não é a verdade mas uma verdade, isto é, uma emergência do dito e não dito, do explícito e do implícito que forma um campo textual(...)"[175].Ora, Álvaro Velho revelou o que seriam as actuações dos intervenientes na acção, escolhendo a sua própria *voz*, e distinguindo-a das restantes, apresentando-a de imediato ao leitor, ou seja, no preciso momento em que iniciou a sua narrativa.

Num relato de viagem a equipagem aparece através da designação do que seriam os seus principais elementos, os quais são determinados, ou melhor evidenciados por cada autor, segundo a sua perspectiva, aquela que seria a corrente. Como em Álvaro Velho, também noutros textos quinhentistas, e mesmo nas crónicas da Expansão, encontramos a sua nomeação. Contudo, a explicitação nas crónicas ultrapassa em larga medida a breve enunciação feita por Álvaro Velho[176].

Castanheda afirma que a nau dos mantimentos havia sido comprada pelo rei a um Aires Correia de Lisboa, e teria uma capacidade de 200 tonéis, visto as

---

[174] "(...) avia sasenta anos que os Reys seus anteçesores mãdavam cada ano navios a descobrir contra aquelas partes por quanto sabiã q̃ ẽ aq̃llas partes avia rreis x^{i}staos como elles/E q̃ por este rrespeito mãdavam adescobrir esta trr^{a} e nam por q̃ lhe fose necesario ouro nẽ prata por q̃ tinha tamto e a vondança q̃ lhe nom era neçesario avello desta trr^{a}(...)" *Ibidem* p. 44

[175] Luís Filipe Barreto, *op. cit.* ,p.135.

[176] Cf. *Diário da Viagem de Vasco da Gama*, p. 1.

restantes naus não conseguirem os mantimentos para *ate tres annos*[177]. A armada seria composta por 148 pessoas, indo Vasco da Gama na nau S Gabriel, tendo como piloto *Pero Dalãquer q̃ fora piloto de Bertolomeu diaz quãdo fora deſcobrir o rio Iffante*. Por seu turno, Paulo da Gama seguia na S. Rafael, Nicolau Coelho partiria como capitão da caravela Bérrio, e Gonçalo Nunes era o capitão da nau de mantimentos. Bartolomeu Dias acompanharia a expedição até às ilhas de Cabo Verde para depois seguir para a Mina[178]. Vasco Gama teria até ordenado que, se algum navio se perdesse, os restantes deveriam dirigir-se para as ilhas de Cabo Verde que funcionariam como ponto de reunião. Álvaro Velho assinalaria igualmente tal ordem.

Nas *Lendas da Índia*, Gaspar Correia designaria as embarcações afirmando que Nicolau Coelho partiria na São Miguel. A descrição da viagem por ele feita é, com efeito, muito diferente das elaboradas por Fernão Lopes de Castanheda, João de Barros, ou mesmo pelas crónicas régias como a de Damião de Góis. O próprio autor afirma no prólogo da primeira *Lenda* que utilizou uns papéis que lhe teriam chegado à mão. Certamente não se teria auxiliado deste *relato*. Esta é também uma das razões pelas quais alguns historiadores defendem que a sua narrativa não teria correspondido à verdade dos factos, considerando-o fantasioso ou, no limite, falseador da verdade. Não subscrevemos esta opinião, visto considerarmos serem outros os testemunhos, outra a forma de olhar para o

---

[177] Na primeira edição do primeiro livro de Fernão Lopes de Castanheda, o autor não incluíu esta sua informação e unicamente escreveu:"(...)deſpois de feytos hũ foy chamado ho Anjo ſã Gabriel que era decerto & vinte toneladas, & ho outro ſão Rafael, & era de cento. E pera hir em conſerua deſtes nauios comprou elrey a hũ piloto da vila de Lagos chamado Birrio hũa carauela de cincoenta toneladas, & tinha ho meſmo nome do piloto: & aſſi cõprou hũa nao de dozentos toneis a hſu Aires Correa ."*História do descobrimento e Conquista da Índia pelos Portugueses*, edição de 1551, p.3

[178] Na impressão de 1551 aparece referenciado como criado de Vasco da Gama e capitaneando a nau de mantimentos não Gonçalo Nunes mas sim Gonçalo Gomes. Cf. Edição de 1551, pp.6,7e Cf.Fernão Lopes de Castanheda, *op. cit*., p.11.

passado, marcada, nomeadamente, por uma lógica maniqueísta que persistirá ao longo de todo o texto.

Segundo Gaspar Correia, a tripulação de cada navio contemplaria até 80 homens, oficiais e marinheiros:"(...) os outros de sua creação, criados e parentes, todos com muito desejo de tomando trabalho a parte que lhe coubesse, com muita confiança nas mercês qu'ElRey esperauão, tornando a Portugal."[179] Por outro lado, este mesmo autor, na *Crónica de D. Manuel*, explicita que os navios não teriam mais de cem tones cada um[180]. Em contrapartida, João de Barros reforça estas informações, elaborando mesmo um relatório bastante minucioso.

O autor da *Ásia* escreve que, entre mareantes e homens de armas, iriam até 170 pessoas e que os três navios teriam entre 100 até 120 toneladas cada um. Barros apresenta, sob uma forma muito próxima do relatório, para além das embarcações, a sua tonelagem, o respectivo piloto e escrivão. Este seu processo de enunciação é também seguido por algumas crónicas da segunda metade do século XVI[181]. Lembremos Damião de Góis que, na sua crónica sobre a figura de D. Manuel e mencionando a equipagem das embarcações que partiram nesta viagem, introduz outros elementos em certa medida subsidiários da narrativa, como o despacho das naus. Elemento incontornável num discurso da Expansão, seja ele a cronística ou a crónica régia, é o situar dos intervenientes destas

---

[179] Gaspar Correia ,*Lendas da Índia* , I , p. 15

[180] Gaspar Correia, *Crónicas de D. Manuel e de D. João III (até 1533)*, p.3

[181]Vasco da Gama iria no S. Gabriel, sendo seu piloto Pero de Alenquer, o qual, como Castanheda já escrevera, teria participado na viagem de descobrimento do Cabo da Boa Esperança.O escrivão desta embarcação era Diogo Dias, irmão de Bartolomeu Dias. Refere ainda que Paulo da Gama era o capitão do navio S. Rafael, sendo seu piloto João Coimbra, e escrivão João de Sá. Do navio Bérrio seria capitão Nicolau Coelho, o piloto Pero Escolar, e o escrivão Álvaro de Braga. Acompanharia a equipagem uma outra nau de que era capitão Gonçalo Nunes, criado de Vasco da Gama, a qual:"(...)ya ſómente amarinhada, pera depois que os mãtimẽtos dos nauios ſe foſſem gaſtãdo tomárẽ os q̃ ella leuáua ſobreſalẽtes, & a gẽte ſe paſſar a elles."João de Barros, *Ásia ...Primeira Decada*, p. 127.

empresas no seu tempo, como aquilo que Góis escreve acerca de Fernão Lourenço: "(...) feitor da casa da Mina, q̃ foi hũ dos magnificos homẽs daq̃lle tẽpo, & q̃ do seu fundou de nouo hos paços de Sanctos ho velho." [182]

Mesmo em obras que obedecem a um propósito e modelo distintos do da cronística, encontramos idênticas estratégias discursivas no registo da viagem. Outras incursões narrativas se denunciam em Duarte Pacheco Pereira, apesar de o seu ser *um livro de cosmografia e marinharia*. Digno de nota é o processo por ele utilizado para assinalar as quatro naus que foram enviadas para a Índia.

Ainda que em termos gerais, o cuidado do autor do *Esmeraldo De Situ Orbis* vai no sentido de aclarar os materiais e a adequação dos navios às condições desta viagem[183]; era, por exemplo, necessário que as embarcações fossem fortes em madeira e pregadura. O cuidado emprestado à equipagem dos navios é evidenciado por Pacheco Pereira. Na armada encontravam-se três *esquipações* de velas para cada nau, assim como amarras e outros aparelhos de cordoalha, *três e quatro vezes dobrada além do que costumam trazer*[184].

O perfil do escritor e a sua valoração face ao objecto de escrita, é algo que pressupõe quer o acto da escrita quer a escrita do texto histórico. Existem, no entanto, elementos constantes que evidenciam a escolha de uma estrutura própria ou comum a este ou aquele modelo de escrita. O cruzamento e a inserção

---

[182]Damião de Góis, *op. cit*, I, p. 73.

[183]"Nom comvinha que pera este descobrimento e viajem se excedese ho modo da grandura das naaos e cantidade dellas e por isso mandou el Rey, nosso senhor que se fizesem quatro nauios pequenos que o mayor delles não pasase de cem tonees pera sima porque pera terra nom sabida e tam incognita como aquella emtam era nom era necessario serem mayores//e esto se fez asy porque mais ligeiram.te podesem entrar e sayr em todo luguar o que sendo grandes nom podiam fazer(...)"Duarte Pacheco Pereira ,*op.cit.*, p378.

[184]"(...) ha lonca dos tonees, pipas barris, asim de vinho como dagua, vinagre e azeyte toda foy arqueada com muitos arcos de ferro que cada pessa levava por segurar o que dentro tinha//os mantimentos de pam, vinho, farinhas, carnes, legumes e cousas de botica, e asy armaria e

de diversos registos narrativos na construção de um novo, no nosso caso, das crónicas da Expansão, é o percurso que desvendamos. Deveremos, portanto, regressar a um dos textos/fundadores da narrativa da viagem paradigmática de Vasco da Gama.

Tal como Maria Alzira Seixo referenciou, assiste-se sem dúvida em Álvaro Velho a um nítido acordo entre a progressão do espaço e do tempo no fluxo do narrar a viagem. A sucessão de dias e meses é marcada pelos acontecimentos especificamente assinalados, percorrendo-se assim a distância e denunciando-se a irreversibilidade do percurso. Trata-se, com efeito, de um processo usual na época; recordemos a relação anónima da Segunda viagem de Vasco da Gama à Índia[185], a navegação às Indias Orientais de Tomé Lopes[186], ou ainda o relato anónimo da navegação de Pedro Álvares Cabral[187]. Mesmo quando analisamos as crónicas da Expansão, esta estratégia discursiva é ainda utilizada, acentuando-se significativamente na exposição narrativa das *Lendas da Índia.*

Um aspecto que deveremos ainda considerar face à conceptualização do discurso de Álvaro Velho, no contexto desta relação umbilical entre tempo-espaço, é que a notação das"(...) demoras, mudanças de direcção ou retrocesso que a hesitação, o erro ou a contingência da relação do navio com o lugar implicam(...)"[188], conduziu a um novo modo de escrever. Como tão bem advogou Maria Alzira Seixo, constata-se o abandono de um percurso narrativo algo abstracto e alegórico das narrativas de viagem de tipo medieval, convocadoras da

---

bombardaria tudo isto foy dado em tanta habastansa quanto ha necessidade do cazo comvinha e muyto mais(...)" *Ibidem.*

[185] "Relação anónima da 2ª viagem de Vasco da Gama à Índia" in *Cadernos da Revista de História Económica e social nº6-7.*Lisboa, 1985, pp. 141-199.

[186] Cf.António Cruz, *O Porto nas Navegações e na Expansão,* Lisboa, 1983,pp.173-278.

[187] Cf. *Navegação de Pedro Álvares Cabral,* Lisboa, *Collecção de Noticias para a História e Geografia das Nações Ultramarinas, que vivem nos domínios Portuguezes ou lhes são visinhas,* tomo II, 1812.

[188] Maria Alzira Seixo, *Poéticas da Viagem na literatura,*Lisboa, Cosmos, 1998, p. 98.

passagem do homem pela terra, para que se integre a experiência directa do sujeito e o modo como ele constrói o seu mundo empírico[189].

Este homem, Álvaro Velho, que relata a primeira viagem de Vasco da Gama, assinala vários pontos geográficos que são por ele utilizados como indicadores do espaço percorrido e que marcam a viagem. Estes podem ser desde ilhas já conhecidas, ou rios já denominados, até novas terras que teriam pela primeira vez sido nomeadas. Por seu turno, o narrador é o viajante que conhece a arte de marear.

Neste relato da primeira viagem de Vasco da Gama, e referenciando a sua análise narratológica, poder-se-ão denotar 12 sequências, ou segmentos narrativos. Não é, contudo, objecto do nosso estudo escalpelizar o entrecruzar destes segmentos, nem sequer prosseguir na desmontagem da estrutura narratológica deste relato da primeira viagem de Vasco da Gama[190].

No âmbito do nosso trabalho, apenas interessará reter que se destacam quatro núcleos narrativos essenciais. O primeiro núcleo corresponde ao percurso da viagem já conhecido por Bartolomeu Dias. Distinguindo-se, então, as duas costas de África em que a passagem do Cabo funciona como elemento de articulação discursivo.

No segundo núcleo acentuam-se, no trajecto irreversível da viagem, os factores indiciadores da aproximação à Índia (o reter de um ritmo mais cadenciado dos elementos diegéticos)- com o jogo entre os contactos positivos e negativos que se multiplicam no percurso da costa oriental africana, enfatizando-se a lentidão que acompanha o último trecho do mesmo até à chegada a Calicute.

---

[189] *Ibidem.*

[190] Cf. Maria Alzira Seixo, *op.cit.*, pp. 98-103.

O terceiro núcleo discursivo -a permanência em Calicute- ocupará aproximadamente um terço da totalidade desta relação, cumprindo-se o propósito da viagem paradigmática - a chegada à Índia por mar e finalmente o contacto inicial com povos indianos.

Por último, no quarto núcleo, observa-se o regresso da armada ao reino, sendo brevemente anotadas as escalas do percurso seguido. Esta é, todavia, subitamente interrompida.

As narrativas que vão obrigatoriamente passar pela descrição da primeira viagem de Vasco da Gama, como as crónicas da Expansão, e as que terão tido contacto com este texto, demonstram uma nítida preocupação no sentido de descrever a partida e as diferentes etapas da expedição; assim se vai corporizando a ***Descoberta***. A primeira viagem de Vasco da Gama é o caminho ***iniciático***, o cruzar de diferentes mares. A épica camoniana consubstancia esta mesma ideia na construção do seu discurso. Nas crónicas, cada autor edifica a sua própria perspectiva narratológica. Tal reflectir-se-á, tanto na integração de elementos, como na sua exclusão, consoante as idiossincrasias dos autores, e, consequentemente, dos seus discursos.

O momento da partida corresponde ao confronto entre o que se conhece e domina, e a expectativa que rodeia um desconhecido que se pretende almejar. Cada cronista da Expansão manipula os diferentes dados de que dispõe e procura traduzir essa ambiência. Assim, em Castanheda assiste-se a uma contenção discursiva que passa pela economia de elementos narrativos; anota-se a partida de Vasco da Gama de Montemor, a preparação da armada e a saída do Restelo num sábado, aos oito dias de Julho do ano de 1497[191].

---

[191] "Deſpachado Vaſco da gama em mõte mór ho nouo onde el Rey eſtaua, partioſe cõ ſeus capitaẽs pera Liſboa: õnde feyta ſua armada embarcouſe a gente dela, q̃ forão cento & corenta & oyto

O momento do embarque é sintética mas cuidadosamente descrito. Todos teriam saído em procissão de Nossa Senhora de Belém que, ao tempo em que o cronista redige a sua História, era uma ermida "(...) & hião em pelote & cirios aceſos nas mãos, & os frades rezando; & ya coeles a mayor parte da gẽte de Liſboa, & a mais dela choraua com piedade dos q̃ ſe yão embarcar crẽdo q̃ auião todos de morrer.Embarcados todos & Vaſco da gama com os outros capitães, logo derão ás velas & ſe partirão de foz ẽ fora."[192]

Gaspar Correia não se alonga no momento da partida, apesar de dedicar um capítulo à sucessão de D. Manuel e à decisão em continuar a empresa do descobrimento da Índia. O cronista menciona como o monarca teria mandado acabar os navios e o seu provimento para tal empreendimento; relata igualmente a entrega da armada a Vasco da Gama, explicitando preponderantemente os preparativos da armada por parte do capitão-mor[193], e, lateralmente, a partida de Belém.

---

peſſoas: ẽ Reſtelo, q̃ ſera hũa legoa de Liſboa, hũ ſabado oyto dias de Iulho do anno de mil & ccccxcvij."Fernão Lopes de Castanheda, *op. cit.*, I, p.11Na primeira impressão não assistimos a alterações significativas: "Deſpachado ho capitão moor partioſe com ſeus capitães pera Liſboa,onde feyta ſua armada embarcou ſe a gente dela, que forão cento & quarẽta & oyto peſſoas em Belem que ſera hũa legoa de Liſboa hũ ſabbado oyto dias de Iulho do anno de mil & quatrocentos & nouenta & ſete annos." edição de1551, p.7.

[192] *Ibidem*.Continuamos a não encontrar alterações significativas, somente se assinalou nesta edição de 1551 o facto de irem na procissão descalços, e de Vasco da Gama ser referido não pelo seu nome mas sim como capitão mor, aliás estratégia comum a toda esta primeira impressão, por outro lado o cronista escreve que teriam os mareantes saído de um mosteiro da ordem de S. Jerónimo, quando a saída da equipagem tinha sido da ermida da Ordem de Cristo. O tempo interveio, transformando e confundindo a memória. Reconstruindo-a:"E ao embarcar ſayrão todos em proſſiſſão de noſſa ſenhora de Belem hũ moſteyro da ordem de ſão Hieronimo, & hiã deſcalços & em pelote & cirios aceſos nas mãos,& a mais dela choraua com piedade dos que ſe hi ẽbarcar crẽdo que auião todos de morrer.Embarcados todos & ho capitão moor com os outros capitães, logo derão aas velas & ſe partirão de foz em fora."edição de 1551, p.7.

[193]"(...) falando com os marinheiros que hauião de ir, lhe muito encomendou que em quanto nom partissem, trabalhassem por aprender a carpenteiros, cordoeiros, calafates, ferreiros, e torneiros, e por isso lhe acrecentou mais a dous cruzados por mez, a fora o soldo de marinheiros que tinhão, que erão cinco cruzados por mez; o que todos folgarão d'aprender, por mais

Não são descurados elementos que, à partida, poderiam ser considerados acessórios a uma História dos grandes feitos, como os soldos dados; no entanto eles traduzem uma vivência, a prática de um dia a dia, a subsistência de quem parte. A narrativa desta partida da armada de Vasco da Gama prossegue nas *Lendas da Índia* com a referência tanto das quantias de dinheiro atribuídas pelo Rei aos *casados*, sob o propósito de o deixarem a suas mulheres, como do soldo concedido aos solteiros para o seu *apercebimento*, ainda que os navios fossem, segundo o autor das *Lendas*, cheios de mantimentos.

Gaspar Correia apontou igualmente as mercês ofertadas aos Gama (dois mil cruzados a cada um) e a Nicolau Coelho (mil cruzados). Anotando uma data diferente para o dia da partida, escreve que todos teriam ouvido missa, e logo em seguida:"(...) s'embarcarão, e derão à vela e sahirão do rio, indo ElRey no seu batel os acompanhando, e fallando a todos com bençõe e boas horas se despedio delles, ficando sobre o remo até desaparecerem, como parece desta pintura da cidade de Lisboa."[194]

O recurso a uma pintura sobre a qual não possuímos dado algum (local onde se encontraria, quem seria o seu autor, quem a possuiria), como forma de explicitação ou mesmo de comprovação da narrativa, é algo que acompanha o processo descritvo deste cronista. É o recurso a uma estratégia descritiva muito próxima do *debuxo*, da pintura. Não nos deveremos esquecer que este cronista tem como prática o desenho. Recorde-se os esboços feitos das praças portuguesas no Oriente.

Já na sua *Crónica de D. Manuel* o processo discursivo é similar, ainda que surja subjugado a uma estratégia de enunciação. Após nomear o encontro do rei

---

vencerem; e Vasco da gama lhe comprou todas as suas ferramentas do que compria a seus officios(...)"Gaspar Correia , *Lendas da Índia*,I ,p15.

com Vasco da Gama, e o facto de tanto este quanto seu irmão terem em segredo prometido a D. Manuel descobrirem a Índia se essa fosse a vontade de Deus "(...) ou sobre a demanda morrerem e nom tornarem a Purtugal sem recado //Os quaes jrmaãos partyram de Lysboa em xix de Março do djcto ano de mjll iiij^{c} lRbiij (sic) nom levamdo mais que omens do mar e mujtos pylotos e mestres(...)"[195].

Gaspar Correia descreve na crónica manuelina o tipo de embarcações utilizadas, cuidadosamente assinalando que iria na conserva uma pequena *navete* carregada de mantimentos, a qual seria posteriormente queimada, e que os navios eram de *cem tones* cada um. O seu discurso obedece ao relato dos acontecimentos que teriam tido lugar durante o reinado de D. Manuel; em certa medida, eles introduzem-se nos momentos em que são importantes para o desenvolvimento do tema nuclear da sua narrativa, a elaboração de uma crónica régia. Semelhante processo seria utilizado por Damião de Góis na *Crónica do Felicíssimo Rei D. Manuel*[196].

João de Barros descreve a partida da cidade de Lisboa carregada de intenso dramatismo, no qual se mistura a narrativa factual - decerto colhida junto das testemunhas que viveram tal acontecimento-, as impressões decorrentes do seu dia-a-dia na cidade Lisboa, e, por fim, as informações consideradas

---

[194] *Ibidem.*

[195] Gaspar Correia, *Crónicas de D. Manuel e de D. João III (até 1533)*, p.3.

[196] "Depois del Rei ter isto assentado se foi Destremoz a Euora, & dali despedio Vasquo da gama, & seu irmão Paulo da gama, dandolhes por companheiro Nicolao coelho, caualleiro de sua casa, hos quaes partiram do porro (porto) de Bethelem ahos dous dias do mes de Iulho do mesmo anno de mil, & quatroçentos, & nouenta, & sette, do que agora nam direi mais por ser neçessario fallar nos negoçios do Regno, em quanto elles fazem sua viajem."Damião de Góis, *op. cit.*, I, p.49. No capítulo xxxv este autor retoma a descrição da viagem até chegar à aguada de S. Bràs. " VASQVO da gama partio de Lisboa, quomo atras fica dito, hum sabbado,viij dias de Iulho do anno do Senhor de Mil ccccxcvij, & com elle seu irmão Paulo da gama, & Nicolao coelho com outra nao q̃ leuaua mantimentos de q̃ era capitão Gõçalo nunez."Ibidem, p. 73.

pertinentes. Existem nítidos pontos de contacto na técnica descritiva empregue e na transposição da ambiência vivida entre este relato e o de Castanheda.

No entanto, no caso de Barros, os *quadros* descritivos jogam com uma exímia conjugação cruzada de micro-narrativas bem definidas, concebidas segundo um processo de cinematização do discurso. Assim, narrou a partida do Restelo, que seria um lugar de antiga ancoragem, a vigília celebrada na véspera da partida na ermida de Nossa Senhora de Belém, ali situada e fundada pelo infante D. Henrique, e onde se encontrariam alguns frades do convento de Tomar que ministrariam os sacramentos aos que partiam na armada[197]. De seguida elaborou uma minuciosa relação dos diferentes momentos que antecederam a partida, no dia seguinte. Naquele sábado, dia oito de Julho, dia dedicado a Nossa Senhora, acorreu ao lugar muita gente não só pela «devoção do dia» mas também para se despedirem dos que iam na armada.

João de Barros exerce um domínio exímio da língua, exemplicado pelo recurso a uma imagem hiperbólica na descrição da praia do Restelo, e em todo o fluir sequencial deste momento. Não se pode deixar de referir o visualismo cénico que prepassa este *quadro* da partida, o jogo exemplar entre a descrição do pormenor, a atitude deste ou daquele indivíduo, a actuação de grupos e o movimento do conjunto[198].

O cronista inscreve este acontecimento no momento geracional da Expansão e na evocação da figura do Infante D. Henrique. Porém, o momento

---

[197] Cf. João de Barros, *Ásia ... Primeira Década*, p,125.

[198] "E quãdo foy ao embarcar de Váſco da Gámma, os freires da cáſa cõ alguũs ſacerdótes q̃ da cidáde lã érã jdos dizer miſſa, ordenáram hũa deuóta prociſſam com o leuarã ante ſy neſta órdem: elle & os ſeus cõ cirios nas mãos & toda a gẽte da cidáde ficáua detras reſpondendo a hũa ledainha q̃ os ſacerdótes diante yam cãtando, t os porem junto dos bateꝭs em q̃ ſe auião de recolher.Onde feito ſilencio, & todos póſtos em giolhos, o vigairo da cása fez em vóz alta hũa confiſſão geral:&nofimdella os abſolueo na fórma das bulas q̃ o jnfante dom Anrique tinha auido pera aquelles q̃ neſte deſcobrimento & cõquiſta faleceſſem (como atras diſſemos)." *Ibidem*, p.125.

paradigmático da partida é destacado, pois "(...) foy tanta a lágrima de todos, q̃ neſte dia tomou aquella práya poſſe das muitas q̃ nella ſe derramã na pártida das armádas (...)donde cõ razam lhe podemos práya de lagrimas pera os q̃ vam, & terra de prazer aos q̃ vem."[199]

O exercício de transposição dos vários sentimentos torna pujente e vivencial este lento afastamento da margem. No desfraldar das velas, e seguindo a sua prática os mareantes, foram dizendo boa viagem: "(...) todolos q̃ eſtauam prõptos na viſta delles, com hũa piadóſa humanidáde dobrárã eſtas lagrimas: & começáram de os encomẽdar a deos, & lançar juizos ſegundo o q̃ cada hũ ſentia daquella partida."[200] E a comoção a todos invade[201]. O desfecho da descrição acompanha o movimento ritmado da partida e: "(...)huũs oulhando pera a tẽrra & outros pera o már, & juntamente todos ocupádos em lagrimas & penſamento daquella jncẽrta viagem: tãto eſtiuẽram promptos niſſo, te que os nauios ſe alongáram do pórto."[202]

Se a partida é nitidamente um dos segmentos narratológicos fundadores das crónicas de Expansão, ela mesmo pode integrar um fluxo narrativo onde o propósito de escrita se revela diferente. Tal seria o caso do *Tratado dos Descobrimentos* de António Galvão, onde, no momento em que cronologicamente se situa a primeira viagem de Vasco da Gama, o cronista recorre a um processo descritivo no qual se notam os eixos axiais da viagem, enquanto paradigma de Descoberta. Mas este é um outro tempo de escrita, um momento em que por

---

[199] *Ibidem*, pp.125-126.

[200] *Ibidem*, p.126.

[201] "Os nauegantes,dádo q̃ com o feruor da óbra & aluoroço daquella jmpreſa embarcáram contentes,tãbem paſſádo o termo do deſferir das velas ſeus parẽtes, & amigos, lẽbrandolhe que ſua viágem eſtáua póſta em eſperança,& nam ẽ tẽpo certo nẽ lugar ſabido:aſſy os acõpanhauam em lagrimas como em o pẽſamento das couſas em tam nóuos cáſos ſe repreſentam na memória dos hõmẽes."*Ibidem*.

[202] *Ibidem*.

demais é conhecido o *caminho*[203]. A valoração *iniciática* de um Barros dilui-se num relato pejado de momentos da memória, de factos marcantes, depurados por um tempo.

Assim, sucede-se uma sucinta partida, a aguada nas ilhas de Cabo Verde, a passagem do cabo da Boa Esperança, e a colocação da marca de domínio -o padrão. Ao chegar a Moçambique, logo se dirigiram para Mombaça e Melinde onde teriam recebido pilotos que os teriam posto na Índia. Sempre respondendo ao modelo diacrónico do seu discurso, e porque um novo ano se inicia, deparamo-nos com 1498, e a chegada no mês de Maio às cidades de Calicute e Panane, aí permanecendo todo o Inverno. António Galvão prepassa pelo que teria sido a descoberta da costa até Angediva, acompanhando a mera referenciação topográfica elementos de localização referencial- a enunciação dos graus[204].

Noutros relatos, como a crónica anónima descoberta no *British Museum*, intitulada *Crónica do Descobrimento e Conquista da Índia pelos Portugueses*, os momentos iniciais são os que descrevem já a presença da armada portuguesa em Mombaça, aparecendo aqui e ali pequenas informações sobre os costumes locais que se revelam contrários aos propósitos morais da sociedade europeia. Por isso, chocam e como tal são apresentados pelo autor. Em Calicute "(...) ha muyta luxuria, moça(s) de biij annos ja conheçem homem, vendem hũa virgindade por

---

[203] "No mesmo ano de 497 a vinte dias do mes de Iulho,partio Vasco da Gama por mandado del Rey dom Manoel,de Lisboa pera aa India com tres vellas,hiam por capitães Vasco da Gama,& Paulo da Gama seu hirmão, & Nicolao Coelho, & cẽto & vinte homẽs nellas, hia hum nauio cõ mantimento, &em treza dias foram ao Cabo verde á ilha de Santiago a tomar refresco,& dahi foram ao longo da terra: & alem do cabo de Boa esperança poserã padrões nella."António Galvão, *op. cit.*, p. 91-92.

[204] "(...) partiram de Angediua, & no Feuereiro do ano de 499.ouueram vista da terra de Africa, acima de Melinde cõtra ho norte tres ou quatro graos: da hi foram à quella cidade, & della a Moçambique, & ao cabo de boa Esperança, & tomaram na mão a costa, & vieram as ylhas do Cabo verde(...)"*Ibidem*.

hum fanõ que val xbij reaaes."[205] Os aspectos positivos são igualmente mencionados, pois, como escreve este cronista, se existia nesta cidade mouros e outras pessoas de *pouca virtude* que estariam contra os portugueses, outros existiam, doutra *lei*, que lhe davam bom acolhimento[206].

Apesar de a narrativa ter o propósito nítido de expressar o domínio da força bélica portuguesa, por vezes, estão subjacentes os diferentes conflitos. Nem sempre estes surgem estruturados segundo uma dicotomia negativa em que os não cristãos, por o serem, revelam o Mal. Após a passagem por Mombaça, os segmentos narrativos desta crónica contemplam: a chegada a Melinde e os contactos com o rei local; o empréstimo dos pilotos ao capitão-mor; a chegada a Calicute; a embaixada ao rei, e a tentativa de venda da mercadoria levada pelos portugueses; o descontentamento de Vasco da Gama e, por fim, a sua partida para Lisboa.

Este autor refere igualmente as mercês concedidas ao capitão-mor, e aos outros homens que o acompanhavam.Ter-lhes-iam sido dadas, tenças, merçês e privilégios, segundo a qualidade das pessoas[207]. Esta anotação inscrever-se-ia na tradução de uma ambiência, de um quotidiano, do que é esperado como recompensa.

Luís de Albuquerque salientou que nem Fernão Lopes de Castanheda nem João de Barros aludem a estas e outras mercês, ainda que o primeiro na primeira impressão da sua *História do Descobrimento e Conquista da Índia pelos Portugueses* dê notícia da mercê concedida a Nicolau Coelho, o que já não se verifica na edição de 1554. Por seu turno, Gaspar Correia, nas suas *Lendas da Índia*, para além de mencionar as concedidas a Vasco da Gama, Nicolau Coelho e

---

[205] *Crónica do Descobrimento e conquista da Índia pelos Portugueses*,p. 12

[206]Cf. *Ibidem*,p.11.

aos herdeiros de Paulo da Gama, também refere que D. Manuel teria mandado apregoar que todos os que tinham sobrevivido à expedição e os herdeiros de quem tinha perecido, fossem resgatar o que lhes seria devido[208].

2.1. Matrizes de uma *viagem*

Deveremos neste momento assinalar algumas questões axiais que se ergueram e erguem na comunidade científica relativa a esta *viagem*, e ao sentir de uma era Gâmica. Este primeiro relato de Álvaro Velho estabeleceu-se, sem dúvida, como fundador de uma imagética e como formulador de uma validade histórica respeitante a esta expedição. Seja directamente, seja transmutado pela voz dos cronistas, Álvaro Velho revelar-se-á como a matriz incontornável desta expedição.

Exemplar desta função é o lugar que este texto ocupa, nomeadamente, como comprovador do acaso ou intencionalidade da descoberta do Brasil. Desde há algum tempo que esta é uma das contorvérsias que apaixona os que sobre a Expansão escreveram. Recordemos os estudos de Damião Peres, Gago Coutinho, Duarte Leite ou Luís de Albuquerque. No seu livro *A construção do Brasil*, Jorge Couto efectuaria a síntese do debate levado a cabo ao longo dos anos[209].

---

[207] Cf.*Ibidem*, p.15.

[208]"(...) mandou apregoar que todos os viuos e herdeiros dos mortos fossem receber todo o que lhe era deuido até as naos entrarem em Lisboa; e aos mestres e pilotos, a cada hum meo quintal de cada droga somente de canella e maça, porque as naos leuárão pouca. Aos herdeiros dos mestres não derão drogas, somente lhe derão em dinheiro a metade do que valião(...)"Gaspar Correia, *Lendas da Índia*, I, p. 143.

[209] Cf. Jorge Couto, *A construção do Brasil* , Lisboa , Cosmos, 1995, pp. 171-182.

A este propósito, e advogando a tese da intencionalidade, esta relação é referenciada, visto destacar os sinais que na viagem de Vasco da Gama se teriam detectado relativamente à existência de terra mais para ocidente[210]. Gago Coutinho esclareceu que não interessaria a Vasco da Gama seguir para terra a Ocidente; pelo contrário, deveria evitá-lo para poder prosseguir na direcção Sul - para o Cabo. Nesta relação surgem igualmente outros dados que permitiram a Gago Coutinho traçar aquela que teria sido a rota seguida por Vasco da Gama, primeira e última intenção do autor.

O conhecimento da prática de navegar aparece nesta narrativa ainda que Álvaro Velho talvez nem fosse marinheiro, não sendo certamente piloto[211]. Com efeito, ao descrever a chegada e permanência na ilha de Moçambique, e após referir o tipo de embarcações[212] utilizadas, o autor do relato afirma que os seus marinheiros possuíam agulhas genovesas e quadrantes para se orientarem[213]. Segundo Luís de Albuquerque, o autor teria confundido o quadrante ocidental com um instrumento chamado *Kamal* ou *loh* que os portugueses designariam tavoleta[214].

---

[210] "(...) e ẽ xxij d. do dito mes hindo na volta do mar ao sull e a quarta do sudueste achamos mujtas aves feitas como garçõees e quando veo a noute tiravam contra o susoeste m^{to} rrigas como aves q̃ hiam p*era* trr^{a}"*Diário da Viagem de Vasco da Gama*,p. 2.

[211]Cf.Luís de Albuquerque,"A viagem de Vasco da Gama entre Moçambique e Melinde,segundo os Lusíadas e as crónicas", in *Estudos de História* , p. 264.

[212] "ITEM as naõos desta trr^{a} sam grandes e sem cubertas e nam tẽ pregadura e andam com tamjca e jso mesmo os barcos / e suas vellas sam esteiras de palma(...)*Diário da Viagem de Vasco da Gama*,p.20.

[213] *Ibidem*,pp.20-21.

[214] "(...)quanto à utilização de cartas pelos navegadores do Índico mais de um testemunho o confirma, embora se deva aqui lembrar que A. Teixeira da Mota insistiu no facto de não se tratar de verdadeiras cartas de navegação, com as características daquelas que eram usadas pelos Portugueses e outros navegadores do Ocidente. A referência à utilização de bússolas na pilotagem do Índico pode ser fundamentada, apesar de, ainda segundo A. Teixeira da Mota, o uso da agulha nesse mar se não ter ainda naquela época, generalizado como no Atlântico, em virtude de o tipo de navegação praticada no Índico o não reclamar com tanta urgência; mas a descrição da agulha num texto árabe comentado por G. R. Tibbetts(...) mostra que as agulhas

A vivência e o convívio com a prática de navegar é por demais evidente nas múltiplas citações aos ventos, ao navegar à corda, ao sondar os fundos para avançar com segurança, ao movimento de aves, de animais marinhos, às próprias alterações do mar[215], e às sucessivas referências ao estado das embarcações e aos trabalhos quotidianos na manutenção das mesmas. A importância que as aguadas assumiam para a navegação explica as mais ou menos constantes citações que são efectuadas.

Na realidade, visto este texto ser um relato da primeira expedição de Vasco da Gama, e tendo esta viagem o nítido propósito de revelar o caminho iniciador de amplos contactos comerciais, tornar-se-ia premente designar os dados importantes para futuras viagens. Como seria usual, Álvaro Velho refere os conhecimentos anteriormente adquiridos e utilizados pelos mareantes nas sucessivas rotas. Aliás, o propósito inicial e matriz da narrativa identifica-a e distingue-a.

Ampla é a descrição da baía a que foi dado o nome de Santa Helena, começando o autor por referir a sua situação geográfica "(...)linpa e abrigada de todollos vemtos soo mente de noro este e ella jaz leste e oeste(...)"[216], aí permanecendo os portugueses durante oito dias "(...) alimpando os navios e

---

não seriam muito diferentes das agulhas genovesas (ou "genoiscas") como diz Álvaro Velho" Luís de Albuquerque, *op. cit.*, pp 264-265.

[215] Por exemplo, depois de se ter quebrado a verga ao capitão mor, a 200 léguas da ilha de Santiago, e já a 22 de Agosto, e depois de terem avistado os referidos *garções*, assinalaram não só uma baleia a umas oitocentas léguas em mar como:"(...) a vinte e sete dias do mes doutubro vespora de sam simam e judas q̃ hera sesta frr^{a} achamos muytas baleas/e hũas q̃ se chamam quoquas/e lobos marinhos //Item hũua quarta frr^{a} pr^{m}r^{o} d. do mes de novembro q̃ foy d. de todos os santos achamos mujtos signaees de trra os quaees eram hũus golfãoos que naçem ao lomgo dacosta // "*Diário da Viagem de Vasco da Gama*,p. 2.

[216] *Ibidem*, p.3.

corregendo as vellas e tomando lenha"(...)"[217], não se esquecendo de referir os respectivos cursos de água neste caso o rio Santiago.

Esta forma de tratar os lugares que possibilitam bom acolhimento é tanto mais importante quando se descrevem as dificuldades sentidas no mar, nomeadamente as doenças que atacam os homens, neste caso o escorbuto. Ao permanecerem no rio dos Bons Sinais, onde *tomaram água*, limparam os navios, e corregeram o mastro do S. Rafael, muitos homens adoeceram, tendo-lhes inchado os pés e as mãos, crescido as gengivas *tanto sobre os dentes* que não se conseguiam alimentar[218].

Apesar da repetição estruturalmente idêntica por parte dos cronistas da Expansão relativamente a esta doença, outras são as informações prestadas ao leitor. Fernão Lopes de Castanheda apontaria a eventual causa de tal enfermidade que parecia dever-se ao ar da região, pois, para além do referido inchaço nas mãos, pernas e pés e da alteração das gengivas, estas apodreciam de tal modo: "(...) que não auia quem ſoportaſſe ho fedor que ſahia da boca, & com eſtes males padecião doores muy grandes & morrerão algũs, ho que pos a gente em grande deſmayo."[219] O autor da *História da História do Descobrimento e Conquista da Índia pelos Portugueses* acentua a actuação de Paulo da Gama que teria minorado o sofrimento dos homens, visitando-os dia e noite, consolando-os, e repartindo os bens a si destinados[220]

Em igual momento da narrativa, João de Barros aponta que os homens teriam permanecido no rio dos Bons Sinais para reparar as embarcações, muitos

---

[217] *Ibidem*.

[218] Cf.*Ibidem*, p.16.

[219] Fernão Lopes de Castanheda, *História do Descobrimento e conquista da Índia pelos Portugueses*, edição 1551,p. 15. A reedição do primeiro livro segue a citada. Cf. Fernão Lopes de Castanheda, *op. cit.*, p.18.

[220] *Ibidem*.

adoecendo e morrendo. Duas seriam causas: a erisípela[221] e o escorbuto. Para a primeira não designa possíveis origens, fazendo-o contudo para a segunda, a qual seria provocada pelas carnes, pescado salgado e biscoito corrompido. Aliás, a primeira é de imediato denominada, o que não aconteceria com a segunda[222].

As doenças como o escorbuto, directamente relacionadas com a navegação, porque afectam as tripulações, são anotadas. Apesar da frequência com que atingiriam os mareantes, a sua anotação nas crónicas só é evidenciada nesta primeira viagem. Estamos, assim, perante a transposição do facto, do testemunho presencial que passa para a *memória*, que pertence ao comummente partilhado.

Outro indicador a suscitar a nossa atenção é a elaboração das descrições dos habitantes que correspondem frequentemente aos seguintes tópicos: cor de pele, como vivem, o que comem, o que vestem, as armas que utilizam, os animais que possuem; isto é, a transposição do imediatamente observável.

Ora, este é o processo empregue por Álvaro Velho. Em Santa Helena os homens são baços, só comem lobos marinhos, baleias, carne de gazela, e raízes de ervas, cobrem-se com peles e usam umas *baínhas* em suas *naturas*. As armas que utilizam "(...) sam hũus cornos tostados Mitidos ẽ hũas varas dazambujo e tem muytos cãees como os de portugall e asy mesmo ladram//"[223].

---

[221] Esta infecção da pele é provocada por bactérias, que penetrariam no paciente através de pequenas feridas ou úlceras. Os seus sintomas poder-se-iam talvez confundir com o escorbuto pois sentiriam os pacientes mal-estar, febre, dores de cabeça e vómitos, aparecendo de seguida manchas vermelhas formando grandes bolhas que rebentariam e formariam crostas. No entanto os sintomas do escorbuto, são minuciosamente descritos.

[222] "A mayór parte foy de heriſipollas & de lhe crecer tanto a cárne das gẽgiuas, q̃ quásy nã cabia na boca aos homeẽs, & aſſy como crecia apodrecia & cortáua nella como em cárne mórta, couſa muy piadóſa de ver: a qual doença viẽ̃ depois conhecer q̃ procedia das cárnes peſcádo ſalgado, & biſcopto corrõpido de tanto tẽpo."*Ásia...Primeira Década*, p.131.

[223] *Ibidem*.

À semelhança da referência aos cães que são como os de Portugal, também os corvos marinhos, as gaivotas, as rolas e as cotovias em Santa Helena, são iguais às do reino. Conhece-se pela semelhança, e fornecem-se as informações necessárias à permanência dos homens no mar, nomeadamente o facto de a terra ser muito sadia e *temperada de boas ervas*.

As crónicas da Expansão cruzam outros elementos a estes ligados que seriam dados por esta fonte. Fernão Lopes de Castanheda revela uma transmissão impressionista baseada na aparência; refere-se não só que são baços, mas também que são feios de rosto. Por outro lado, enquanto que Álvaro Velho refere serem as roupas de peles de animais que cobrem o corpo e umas *baínhas as suas naturas*, Castanheda afirma que essas peles são feitas como capas francesas.

Não é apenas o registo estético que perpassa nesta passagem da *História do Descobrimento e Conquista da Índia pelas Portugueses*, pois também se revela aqui uma impressão auditiva própria que se integra noutra impressão que não a directamente recolhida nesta fonte. Segundo ele, a *fala* destes homens assemelhava-se a um soluçar. A impressão auditiva captada por Álvaro Velho estaria directamente relacionada com uma certa distância do relator, pois menciona o ladrar dos cães, enquanto que Castanheda apreende a cadência da linguagem, tenha esta impressão sido por si ou por outrém colhida na viagem.

Quando Castanheda escreve, era frequente os portugueses percorrerem estas paragens. Consequentemente, para além da descrição do objecto/arma é explicitada a sua função, outras são igualmente as aves anotadas como fazendo parte da dieta local[224].

---

[224] Edição de 1551: " E ſegũdo os noſſos deſpois acharã, os homẽs q̃ morauão no ſertão daq̃la angra, ſão pequenos de corpo, & feos de roſto, de coor baça, & q̃ndo falauão parecia que ſaluçauão, ſeus veſtidos ſão de peles dalimarias, feytos como capas franceſas, & trazem ſuas naturas metidas em hũas bainhas de pao bẽ lauradas. Trazẽ por armas hũas varas dazãbujo

Gaspar Correia não relata a passagem por esta angra, preferindo descrever a navegação feita e as tormentas sentidas até ao dobrar do cabo da Boa Esperança. Uma das suas referências interessantes é o facto de se começar a registar uma diminuição da luz solar, efectuando os navegantes o cálculo mecânico das horas através do uso dos relógios. A sua descrição é elaborada sem que se assista a uma articulação lógica de acontecimentos, obedecendo ao que de momento em momento vai acontecendo. As sensações descritas são imediatistas e passam pela valoração pessoal, o *vento mui poderoso e frio*, o *mar temeroso de ver*. Este trecho antecederia o momento da passagem do cabo, preparando e intensificando as dificuldades no dobrar do da Boa Esperança[225].

João de Barros afirma que a primeira terra a que Vasco da Gama teria aportado antes da passagem do cabo da Boa Esperança, seria uma baía agora designada Santa Helena, distinguindo o seu tempo do de um passado recente[226]. Barros aproveitaria a descrição da saída em terra do capitão -mor para fazer aguada e tomar a altura do sol, para descrever o uso do astrolábio. Este cronista,

---

toſtadas,& nos cabos metidos hũs cornos dalimarias, toſtados que lhes ſuẽ de ferros,& ferẽ cõ eles . Mãtenſse eſta gente de rayzes deruas, & de lobos marinhos,& baleas, de que aq̃laangra he muyto abaſtada,& aſſi de coruos marinhos & gaiuotas,& tambẽ comẽ gazeçlas ,& rolas ,& cotouias,& outras alimarias & aues que ha na terra, em que tambẽ ha cães como os de Portugal,& aſſi ladrão.".A referência na reedição de 1554:"E ſegundo os noſſos deſpois acharão,os homẽs q̃ morauã no ſertão daq̃la angra:ſam peq̃nos de corpo,& feos de roſto, de coor baça, & quando falauão parecia q̃ ſaluçauão, ſeus veſtidos ſam de peles dalimarias, feytos como capas franceſas.Trazẽ por armas hũas varas dazãbujo toſtadas, & nos cabos metidos hũs cornos dalimarias toſtados,q̃ lhes ſeruẽ de ferros, & ferem coeles. Mantenſe eſta gẽte de rayzes deruas, & de lobos marinhos, & baleas, de que aq̃la angra he muyto abaſtada, & aſſi de coruos marinhos & gaiuotas: & tambẽ comẽ gazelas, & rolas, & cotouias, & outras alimarias & aues que ha na terra em que tambẽ ha cães como os de Portugal ." Fernão Lopes de Castanheda, *op. cit.*, I, p.13

[225]"Do que auido bom conhecimento fizerão volta ao mar, assi forçando os nauios contra o vento, e andarão tanto pera o mar contra o sul, que quasi nom hauia no dia sol de seis horas; em que o vento era mui poderoso e frio, com que o mar era muito temeroso de ver, sem nunqua ter brandura, de noute nem de dia, que sempre tinhão tromenta, com que a gente padecia muito trabalho." Gaspar Correia, *Lendas da Índia*, I, p. 16.

[226]João de Barros, *Ásia ...Primeira Década*, p.126.

de imediato, prossegue a sua narrativa afirmando que Portugal teria sido o primeiro país a utilizar este instrumento. O seu raciocínio prossegue com uma digressão pelo modo como este evoluiu, evocando a matriz da Expansão, e notando como se navegaria desde o tempo do Infante D. Henrique[227]. Esta sua digressão discursiva enforma a sua narrativa e evidencia a sua erudição.

Em contraponto com a erudição renascentista de João de Barros, surge o sistema de referências da sua fonte, Álvaro Velho, no qual o narrador do relato da primeira viagem de Vasco da Gama obedece à sua própria subjectividade. Ao descrever o nativo que teria sido capturado na baía de Santa Helena, e levado à presença de Vasco da Gama, afirma que este era pequeno de corpo e parecido com Sancho Mexia. Não temos conhecimento de quem seria este homem, decerto alguém identificável para os leitores a quem se dirigia a narrativa. Este relato obedece à dimensão do conhecido, do familiar, sendo contraposto o que se afasta deste percurso[228].

---

[227] "E porque em eſte reyno de portugal ſe achou o primeiro vſo delle em a nauegáçá(peró que em a nóſſa geographia lárgamente tractamos deſta matéria em os primeiros liuros della :) nam ſerá eſtranho deſte lugar, dizermos quando per quem foy achádo, pois nam é de menos louuor eſte ſeu trabálho que o doutros nóuos jnuentóres que acháram couſas proueitóſas pera vſo dos hómeẽs. No tempo que o jnfante dom Anrique começou o deſcobrimento de Guiné, toda a nauegaçam dos mareantes éra ao longo da cóſta, leuandoa ſempre por rumo: da qual tinham ſuas noticias per ſináesde que faziam roteiros como ajnda ao preſente vſam em algũa maneira, & pera aquelle módo de deſcobrir jſto baſtáua. Peró depois que elles quiſſéram nauegar a deſcobérto, perdendo a viſta da cóſta & engolfandoſe no perigo do már: conheceram quantos enganos recebiã na eſtimatiua & juizo das ſingraduras que ſegundo ſeu módo em vinte quátro óras dauam de caminho ao nauio, aſſy por razam das correntes como doutros ſegredos q̃ o már tem, da qual verdáde de caminho a altura é muy cérta moſtrador. Peró como a neceſſidáde é meſtra de todalas ártes, ẽ tẽpo delrey dõ Joã o ſegundo foy per elle encomẽdádo eſte negócio a meſtre Rodrigo & a méſtre Joſepe judeu ambos ſeus medicos, & a hũ Martim da boémia natural daquellas pártes : o qual ſe gloriáua ſer diſcipulo de Joãne de Monte Regio afamádo aſtrónomo entre os profeſſõres deſta ſciẽcia. Os quáes achárã maneira de nauegar per altura do ſól, de que fizeram ſuas tauoádas pera declinaçam delle: como ſe óra vſa entre os nauegantes, já mais apuradamente do q̃ começou, em q̃ ſeruiã eſtes grãdes aſtrolábios de páo. " *Ibidem*, p. 127.

[228] Vários são os exemplos; este nativo"(...) andava apanhando mell na charnequa / porq̃ as abelhas naq̃lla trr^{o} o fazem ao pee das moutas(...)"*Diário da Viagem de Vasco da Gama*,p.4; Os bois

Uma das características marcantes de Álvaro Velho é a emergência de uma percepção sensorial que não se restringe aos aspectos visuais e abarca intensamente os aspectos auditivos. O som produzido pelos animais é assinalado pelo autor. Este não o faz através de um mero processo de inferência imediata, embora tente transmitir as flutuações sonoras apreendidas: os lobos marinhos descritos na angra de São Brás, não só são grandes como ursos, temerosos e com uma forte dentição podendo até intentar um ataque aos seres humanos, não tendo as lanças capacidade para os ferir, e tendo vários tamanhos, mas dão urros como liões e os mais pequeninos como cabritos e os sotilicários mais conhecidos por pinguins, zurram como asnos [229].

A própria impressão musical é assinalada, estabelecendo-se contacto civilizacional através desta linguagem. Nesta mesma angra de S. Brás e num dos 13 dias em que Vasco da Gama aí permaneceu, depois de os portugueses sairem em terra, os autóctones começaram a tanger quatro ou cinco flautas: "(...) e hũus tangiam alto e outs^{o} baixo ẽ man^{ra} q̃ comçertavam mujto bem pera negros de q̃ se nom espera musica /e balhavam como negros /e o capitam moor mãdou tanjer as trombetas e nos ẽ os bates balhavamos/e o capitam moor tambem de volta com nosco (...)"[230].

A impressão auditiva é subjectiva, chegando o autor mesmo a demarcar a composição musical, e a distinguir as diferentes sonoridades, nomeadamente quando produzidas por instrumentos até aí, e por ele, desconhecidos. Ao descrever a visita do rei de Melinde a Vasco da Gama, Álvaro Velho refere duas buzinas de marfim que faziam parte da comitiva do rei local. Estas eram da altura

---

da Angra de S. Brás são "(...) muj.to grandes como os dalemtejo e mujto gordos(...)"*Ibidem*, p.10; no ilheú desta mesma angra existem umas aves "(...)q̃ sam tamanhas como patos e nam voam por q̃ nom tem penas nas aas e chamãlhe fottylicayos (...)"*Ibidem*.

[229]Cf. *Ibidem*.

de um homem, sendo sopradas por um buraco que se encontraria a meio do instrumento, e concertando-se harmoniosamente com *os anafes no tanger*[231].

A referenciação elaborada por Álvaro Velho não abarca unicamente o registo do que auditivamente o teria cativado, ou alertado, de igual modo se evidenciando a percepção gustativa do diferente. As palmeiras dão um fruto tão grande como melões, e o miolo *de dentro* saberia a junça avelada[232]. É a medida do *corpo*, do que por outro pode ser mais claramente percepcionado, é o conhecer pela prática dos sentidos, são os primeiros passos no domínio do desconhecido.

Nestes textos quinhentistas, e logo neste relato da primeira viagem de Vasco da Gama, revelam-se claramente as estratégias que estariam presentes nos contactos com outros povos. Estes são cativados através do bom acolhimento nas embarcações, da tomada de alimentos e da oferta de produtos que depois se tentam trocar. Mostram-se as mercadorias que se pretendiam comercializar, nomeadamente as especiarias que se revelam desconhecidas nas paragens africanas.

Apesar de nos depararmos com a admiração que teria decerto atingido os portugueses nos vários contactos com estes povos, ela verbaliza-se frequentemente na descrição de animais, de costumes, ou mesmo face ao reconhecimento de contactos entre os povos que habitariam diferentes pontos da costa africana.

Quando esta expedição chega à angra de São Brás, depara com um comportamento distinto do que tinha sido a recepção a Bartolomeu Dias. Em vez da imediata fuga ou ataque, surge a aproximação: "(...) do q̃ ficamos m^to

---

[230] *Ibidem*, p.8.
[231] *Ibidem*, p.33.
[232] Cf.*Ibidem*, p.21.

maravilhados"[233]. Esta dever-se-ia eventualmente às informações que lhes teriam chegado dos habitantes da angra de Santa Helena.

A aproximação dos autóctones é nesta expedição tentada por Fernão Veloso que, segundo o autor da relação, desejaria saber como viviam, tendo por isso pedido licença ao capitão-mor para os acompanhar. Perante a permissão dada, o marinheiro partilha com os negros da angra o lobo marinho que assaram e as raízes que comiam. Após o repasto, foi indicado a Fernão Veloso que regressasse à embarcação, não deixando que fosse mais longe. Este regressou à praia, dando-se então a escaramuça entre os portugueses que o tentavam recolher e os negros que dali atiravam com azagaias. A *centração analítica* de Álvaro Velho de imediato emerge, escrevendo que: "(...) por q̃ nos fiavamos delles parecendonos q̃ heram homẽs de pequeno coraçam e ẽ nom se esteueriã acometer o q̃ depois fezeram p̃llo quall hiamos despreçebidos darmas(...)"[234].

A aprendizagem, a experiência, levará a que esta mesma situação não se repita quando Martim Afonso vai a terra, na angra de São Brás por ordem de Vasco da Gama: após serem recolhidos os portugueses, e embora tendo com eles confraternizado, o capitão ordena que alguns tripulantes fossem de novo a terra, vestidos com os gibanetes, armados de lanças, azagaias e bestas, verbalizando Álvaro Velho claramente a demarcação da *força*, o domínio pelas armas[235]. Este processo é, aliás, frequentemente empregue ao longo da expedição; relembrem-se as escaramuças na ilha de Moçambique[236].

---

[233] *Ibidem*, p.7.

[234] *Ibidem*, pp.5-6.

[235]"(...) e isto majs *pera* lhe mostrarmos q̃ eramos poderossos pera lhe fazer mall e q̃ lho nã queriamos fazer(...)"*Ibidem*,p.9. Também Castanheda e Barros se debruçam sobre esta incursão. Cf. Fernão Lopes de Castanheda, *História do Descobrimento e Conquista da Índia pelosPortugueses*, edição1551, p.12. e na reedição,*op.cit*,.I , p. 16. Cf. João de Barros, *Ásia...,Primeira Década*,p. 130

[236] Cf. *Ibidem*, pp.19-21.

O episódio de Fernão Veloso é sem dúvida dos mais conhecidos, até pelo uso emblemático que dele fez Luís de Camões, transformando-o numa micronarrativa que funciona como *bathos* do poema épico. Fernão Lopes de Castanheda assinala esta incursão portuguesa sem a marca de comicidade transmitida por Camões. A sua versão deste episódio é similar à de Álvaro Velho, ainda que introduza outros elementos tradutores de outras vozes interpretativas, nomeadamente ao escrever que a autorização dada por Vasco da Gama teria resultado da insistência importuna de Veloso, ou na atribuição de intenções logo à partida conflituosas aos habitantes da angra[237].

Gaspar Correia não assinalaria tal episódio nem na crónica sobre a figura de D. Manuel, nem sequer na descrição desenvolvida que faz desta expedição nas suas *Lendas*. Em contrapartida, João de Barros distingue este episódio, afirmando que Fernão Veloso seria um homem de armas que requerera junto de Vasco da Gama autorização para ir a terra e acompanhar os indígenas. A sua intenção seria a de procurar outras informações referentes ao lugar onde estavam,

---

[237] Fernão Veloso querendo conhecer a maneira de viver destas populações, pediu licença ao capitão-mor o qual lha deu:"(...) mais por importunação que por vontade. E indo Fernão veloſo cõ elles tomarão hũ lobo marinho, que logo aſſarão ao pee de hũa ſerra, & ho cearão todos. E ſegundo deſpois pareceo a gente da terra tinha ordenada treição aos noſſos,porque aquella cõ que Fernão veloſo ceou tanto q̃ teue acabado de cear ho fez tornar pera a noſſa frota que eſtaua perto, & deſpois de partido forão a pos elle devagar, & quando Fernão veloſo chegou a borda dagoa eſtauão os noſſos ceãdo(...)"Fernão Lopes de Castanheda, Perante os gritos de Veloso, Vasco da Gama foi a terra, acompanhando-o outros capitães noutros batéis. Porém, iam desarmados:"(...) parecendolhes que os negros não farião o que fizerão: & eles em aparecendo os noſſos bateis deitarão a correr com grande grita, & aſſi ſayrão outros que estauão eſcondidos no mato, & em os noſſos deſembarcando derão ſobre elles tirandolhes com ſuas azaguayas(...)".Fernão Lopes de Castanheda, *História do Deescobrimento e Conquista da Índia pelos Portugueses*, edição 1551, pp.8-9. Rápido foi o embarque português. Apesar disso, Vasco da Gama e três outros portugueses foram feridos. Ainda que a expedição tenha permanecido quatro dias naquelas paragens "(...) não tornarão mais os negros: & por iſſo ſenão pode ho capitão moor vingar deles."*Ibidem*. Na reedição deste primeiro livro, a designação de capitão mor é substituída pelo nome Vasco da Gama.Cf.Fernão Lopes de Castanheda, *op. cit.*, I, p. 13.

pois as transmitidas seriam escassas. Paulo da Gama reforçaria este pedido, sendo a autorização concedida.

No capítulo seguinte variados quadros descritivos e simultâneos são apresentados, numa nítida confluência de diferentes testemunhos. Assim, Fernão Veloso teria partido com os negros, e Vasco da Gama regressado ao seu navio. Em terra permaneceria Nicolau Coelho, ocupado em vários afazeres[238]; caindo a tarde, Veloso regressaria apressado para junto dos restantes portugueses: "(...) Os marinheiros do batęl porq̃ Fernam Velóſo nũca leixáua de falar em valentias: quando o viram sóbre a práya decer com páſſos a meyo chouto, acinte deteuerãſe em o recolher."[239]

Uma breve escaramuça se levanta e, depois de alguns ferimentos, os portugueses regressam à armada[240]. Ora, esta narrativa revela-se próxima da tropologia camoniana, sendo sem dúvida Barros a sua fonte primária[241].

---

[238]"(...) dár guarda a gẽte, em quãto apanháua lenha, & outros mariſcauã lagoſtas por auer ali muytas. Paulo da Gámma por nã eſtar ocióſo, vẽdo q̃ entre os nauios andáuã muytos baleátos tras o cardume do pexe meudo, ajuntou dous bateęs pera andar cõ fiſgas & arpões a elles(...)"João de Barros, *Ásia...Primeira Década*, p.128.

[239] *Ibidem*.

[240] "E em querẽdo entrar ao batęl meteram dous negros aelle polo entreteę, da qual ouſadia ſairam cõ os fucinhos lauádos em ſangue, aque acodirã os outros: & foy tanta a pedráda & frechada ſóbre o batęl, q̃ quando Váſco da Gãma chegou polos apaziguar foy frechádo per hũa pęrna, & Gonçálo Aluarez méſtre do nauio Sã Gabriel, & dous marinheiros leuárã cada hũ ſua."*Ibidem*,pp128-129.

[241] Relembremos as estrofes de Camões:"(...) He Veloso no braço confiado/E, de arrogante, crê que vai seguro;/Mas, sendo hum grande espaço já passado,/Em que algum bom sinal saber procuro/Estando, a vista alçada, co'o cuidado/No aventureiro, eis pelo monte duro/Aparece e, segundo ao mar caminha,/Mais apressado do que fôra, vinha.//O batel de Coelho foi de pressa/Pelo tomar, mas, antes que chegasse,/Um Etíope ousado se arremessa/A ele, por que não se se lhe escapasse./ Outro e outro lhe saem; vê-se em pressa/ Veloso, sem que alguém lhe ali ajudasse./Acudo eu logo,e,em quanto o remo aperto,/Se mostra um bando negro,descoberto.//Da espessa nuvem setas e pedradas/Chovem sobre nós outros, sem medida;/E não foram ao vento em vão deitadas,/Que esta perna trouxe eu d'ali ferida;/Mas nós como pessoas magoadas,/A resposta lhe demos tão tecida,/Que em mais que nos barretes se suspeita/Que a cor vermelha levão desta feita.//E sendo já Veloso em salvamento,/Logo nos recolhemos pera a armada,/Vendo a malícia feia e rudo intento/Da gente bestial, bruta e malvada,/De quem nenhum melhor

Não cabe no âmbito do nosso trabalho percorrer os diferentes portos e aguadas feitas por Vasco da Gama. Aliás, tal exercício tem sido levado a cabo por inúmeros historiadores que sobre esta figura da Índia se têm debruçado. Depois de termos reavaliado alguns indicadores analíticos, como o registo das percepções sensoriais, as marcas de uma prática náutica, o signo da doença -o escorbuto-, ou da vivência social-o episódio de Fernão Veloso, deveremos salientar vectores interpretativos.

O nosso objectivo centrar-se-á, neste momento, na abordagem dos diferentes módulos de olhar que se vão elaborando e essencialmente reproduzindo através das crónicas da Expansão as quais têm como protótipo narrativo o relato de Álvaro Velho. Confrontaremos, então, este primeiro quadro compósito da memória com a sua utilização na cronística em três vectores axiais da nossa análise:

1- as formas de exposição dos modelos de organização social espelhados nos diferentes espaços, tomados enquanto micronarrativas que se contactam num fluxo narrativo e diacrónico da viagem;

2- a questão religiosa e a procura da cristandade num espaço infiel - a memória do Preste João;

3- o encontro com a *finalidade* - o espaço indiano;

A descrição da forma como as diferentes sociedades vivem, passa pelos signos exteriores, e fundamentalmente pela captação do que de imediato é apreendido pela visão. Não deixa o autor deste relato de apresentar os seus juízos de valor padronizados pela sua vida em Portugal, tendo sempre em atenção os

---

conhecimento/Pudemos ter da Índia desejada/Que estarmos inda muito longe dela./E assim tornei a dar ao vento a vela.//Disse então a Veloso um companheiro(Começando-se todos a sorrir):/' Olá!Veloso amigo, aquele outeiro/É melhor de descer que de subir. '/ 'Sim, é' responde

macro-espaços já por nós enunciados - costa ocidental africana, costa oriental, Índia-, e as diferenciações de ritmos narrativos[242].

O encontro restringe-se a uma troca de produtos, resgatando os portugueses conchas que os bochimanes usavam nas orelhas, pois pareciam prateadas. Menciona-se que estes povos gostariam do cobre, visto utilizarem-no sob a forma de contas que usariam nas orelhas. Já depois de dobrado o cabo, e na angra de S.Brás, a primeira enunciação dos seus habitantes evoca homens baços como os da angra de Santa Helena.

Cascáveis foram lançadas, sendo possível estabelecer um contacto mais próximo, pois, contrariamente à fuga que Bartolomeu Dias tinha assistido na suas viagem, estes homens não só recolhem as cascáveis como respondem a esta primeira tentativa de contacto, lançando-as, por seu turno, em direcção dos portugueses, e chegando mesmo a receberem-nas da mão do capitão-mor. Estes contactos prolongam-se, trocando Vasco da Gama cascáveis e barretes vermelhos, e recebendo manilhas de marfim, confirmando-se os indícios recolhidos através da observação da existência de excrementos dos paquidermes.

Denota o autor a existência de bois, vacas e carneiros. Por outro lado, face à música de flauta tocada e dançada pelos locais, responde a armada com o tanger de trombetas acompanhadas pelo dançar dos nossos tripulantes. O contacto posterior levaria a que um maior grupo local se aproximasse da nossa frota. As mulheres colocar-se-iam em duas elevações tocando e dançando, apercebendo-se o autor do relato que os homens mais novos protegeriam o grupo a partir do

---

o ousado aventureiro;/ 'Mas, quando eu para cá vi tantos vir/Daqueles cães,depressa um pouco vim,/Por me lembrar que estáveis sem mim.'" *Os Lusíadas*,canto V, estrofes 31-35.

[242] Cf.*Diário da Viagem de Vasco da Gama*,p.3

mato. Face a esta disposição, e devidamente armado, um grupo de portugueses manifestaria, como já afirmámos, a sua força[243].

À medida que a expedição sobe a costa oriental, multiplicam-se as informações. Deste modo, ao noticiar os contactos estabelecidos com os cafres, afirma-se que os homens e as mulheres são negros, e que existe um senhor entre eles. A permanência na terra da Boa-gente faculta outras notícias, como a impressão colhida de que a população seria maioritariamente feminina, visto ser a razão de 20 homens para 40 mulheres. Denuncia-se ainda o material utilizado nas casas - a palha - e o facto de as suas armas serem arcos *frechas* e azagaias de ferro.

O olhar de Álvaro Velho, como relator da viagem de Vasco da Gama, é sequencialmente direccionado para as potencialidades económicas que poderiam ser oferecidas aos portugueses. Reporta assim a existência de cobre - utilizado nos adornos que eram colocados nas pernas, braços e nos cabelos retorcidos, e como moeda de troca pelas camisas levadas pelos tripulantes-, e do estanho encontrado nas guarnições dos punhais, ainda que as bainhas fossem de marfim[244]. A própria fabricação local do sal é referenciada[245].

No rio dos Bons Sinais a gente é negra, os homens de bons corpos e só cobrem as suas *vergonhas* com uns panos de algodão, usando no entanto os *senhores* uns panos maiores. Apesar de *senhor* ser uma terminologia imprecisa, não deixa

---

[243] cf.*Ibidem*, pp.7-9.

[244] Cf.*Ibidem*,pp.13-14.

[245] "(...) esta jemte traz hũas cabaças grandes ẽ q̃ leuam do mar pera o sertão agoa salgada e deitam a ẽ hũas poças na trrª e fazem della sall(...)"Ibidem, p.14. Relembre-se a importância do sal para a sociedade porrtuguesa, e igualmente o facto de defendo a tese da autoria deste relato ser de um natural do Barreiro na provável terra de origem do autor deste relato existirem muitas salinas.

de se revelar tradutora de uma percepção imediata de quem viu. Além disso, o leitor apreenderá rapidamente o seu sentido.

Igual imagem é transmitida pela descrição das mulheres, e daqueles que seriam os canônes estéticos dessa sociedade, visto que *parece bem* às moças da terra furarem os seus lábios em três sítios e aí dependurarem uns pedaços de estanho retrocidos [246]. Neste rio dos Bons Sinais, a descrição dos autóctones contemplaria a sua forma de vestir - alguns dos senhores usariam uma touca na cabeça lavrada com vivos de seda ou um carapuço de cetim verde, considerando-os o autor fidalgos. Estamos perante um modelo de inscrição do olhar a partir de imediatas percepções vivenciais, as suas, aplicadas a uma outra realidade em tudo diferente.

Esta aproximação prossegue à medida que a frota sobe a costa. Na ilha de Moçambique os homens são ruivos, bem constituídos e da *seita* de *Mafamede*. A sua língua é como a dos mouros, e envergam panos de linho e de algodão "(...) mujto delgados e de muitas cores de listras e sam rricos e laurados/e todos trazem toucas nas cabeças com uiuos de seda laurados com fio douro(..)"[247]. O autor regista as suas profissões - são mercadores e estabelecem o seu trato com mouros brancos-, descrevendo as embarcações com que se tinham cruzado e que transportariam oiro, prata, pano, cravo, pimenta, gengibre, pérolas, aljofar, rubis. A Índia estava já perto.

A viagem continua depois dos problemas com os pilotos, das escaramuças e das manifestações de força por parte da armada de Vasco da Gama por demais conhecidas. Prosseguem igualmente as suspensões descritivas do autor, nas quais se referenciam, nomeadamente, os contactos com o rei de Mombaça e a

---

[246] Cf.*Ibidem*,p.15

[247] *Ibidem*, p.18.

respectiva embaixada, a nova cilada dos mouros, não deixando de ser referido que a cidade é bem *assentada*, e que o seu porto tem capacidade para muitas embarcações. A sua vila possui junto ao mar uma fortaleza baixa.

Álvaro Velho traduz então o testemunho dos *Outros*, dos que a terra teriam ido e transmitido que tinham visto muitos homens que se encontrariam presos com ferros. O narrador veicula uma ideia que perseguiria todos os que se encontravam nesta mesma expedição, segundo a qual os presos seriam cristãos, pois em tal terra estes estariam em guerra com os mouros[248].

A referência a Melinde passa pelo nomear do emissário enviado ao rei local, pelo seu bom acolhimento, e pela entrevista travada entre este e Vasco da Gama. Deveremos evidenciar, no entanto, a minuciosa descrição da forma como o rei local se apresentou vestido, e o patentear da sua opulência, sinónimo de riqueza. Segundo se refere, trazia uma opa de damasco, forrada de cetim verde, usando uma touca na cabeça. São igualmente notados os signos de poder; as suas cadeiras de arame e o toldo de cetim; os acompanhantes e o cerimonial do encontro. Enfim, toda a encenação que rodearia a afirmação de um poder[249].

O nosso segundo eixo axial de análise, a questão religiosa e a procura da cristandade num espaço infiel, foi focalizado por Luís Filipe Barreto num espaço antropológico, desnudando as componentes de algo que ele definiu como sendo o *continente antropológico* de Álvaro Velho: "(...) fruto duma etnologia pragmática

---

[248] Cf.*Ibidem*, p. 29.

[249] "(...) duas cad^{ras} darrame cõ seos coxís e hũ toldo de çatim crimjsym/ o qual toldo era rredondo e andaua posto ẽ hũ pao/ E trazia hũ homem velho por paje o qual trazia hũu tracado q̃ tinha abaynha de prata e muj^{tos} anafis e duas bozinas de marfim daltura de hũu homem e eram mujto lauradas e tanjianse per hũu buraco q̃ tem no meo/ as quaees bozinas concertam com os anafes no tanjer(...)"*Ibidem*,p.33.

dominada por vectores etnocêntricos. O outro é sempre medido a partir do seu grupo e do seu mundo."[250]

Este aspecto evidencia-se quando se analisa a mundividência religiosa retratada. O propósito de imediato anunciado é o de se ir buscar reis cristãos, sendo frequentemente ocultada a razão económica[251]. Se tal é verdade, a terminologia empregue no referenciar os outros - os outros cristãos, entenda-se-, é toda ela carregada de uma vertente nitidamente escatológica; os mouros são os *perros*: foram eles que em Mombaça tentaram provocar pesados danos às embarcações portugueses[252]e puseram entraves à viagem da armada. A boa recepção colhida, num primeiro momento, em Moçambique, seria fruto da confusão presente no poder local, pois os mouros confundiriam os portugueses com os turcos. Perante a descoberta de que eram cristãos, de imediato se levantam fortes entraves à expedição. Segundo Álvaro Velho, os mouros ordenariam a prisão e a morte dos tripulantes da armada[253].

Assiste-se a um jogo entre esta ameaça do mouro e o reconhecimento do cristão. A notícia de que os cristãos se encontravam em guerra com os mouros e de que bem perto se localizariam as terras do Preste João, com as suas muitas cidades ao longo do mar, os seus mercadores e naus, atravessa este relato. No entanto, a informação colhida é a de que este rei se encontraria no sertão[254]. O encontro tangencial com a lenda do Preste João percorreu o imaginário medieval, e corporiza-se igualmente neste contacto dos portugueses com o Oriente.

---

[250] Luís Filipe Barreto, *Descobrimentos e Renascimento*, p. 142.

[251] Cf.*Ibidem*,p. 134.

[252] Cf.*Diário da Viagem de Vasco da Gama*,pp.29-30.

[253] " E jsto foy ẽquanto lhe parecia que nos eramos turcos ou mouros dalgũa outª parte/ porq̃ elles nos perguntavam q̃ se vinbamos de torquja e q̃ lhe mostrasemos os arcos de nossa trrª e os liuros de nossa ley/ E depois que souberam que nos eramos xistaõos ordenaram de nos tomarem e matarem a trçam(...)"*Ibidem*,pp-29-30.

[254] *Ibidem*,p. 19.

Assistimos mesmo neste relato à procura da identidade dos cristãos, narrando Álvaro Velho a apresentação feita por Paulo da Gama de um retábulo que transportaria consigo, tendo a imagem sido reconhecida pelos apelidados de índios cristãos. A própria descrição do templo brâmane é feita utilizando como sistema de referência os signos cristãos, não só no que seria a representação arquitectónica do templo mas também na descrição de uma imagem.

O autor penetra no templo, descrevendo-o a par e par, ou melhor, percorrendo o seu próprio percurso. Assim, o corpo da igreja seria da *grandura* de um mosteiro, trabalhada em cantaria e telhada de ladrilho. Na porta principal encontrar-se-ia para além de um padrão muito grosso, da altura de um homem, um outro que possuiria na extremidade a figuração de uma ave, provavelmente um galo. No meio da corpo da igreja situar-se-ia um coruchéu e uma porta que dava acesso a uma escada de pedra ao cimo da qual se encontraria uma pequena imagem que, segundo Álvaro Velho, diziam os locais ser de Nossa Senhora. Por outro lado, o narrador acentua o facto de neste lugar de culto se encontrar em frente da porta principal e colocadas ao longo da parede sete pequenas *campas*[255]. Vasco da Gama aí teria feito as suas orações.

Não existiria qualquer símbolo de adoração a Cristo ou qualquer indicação de que esta comunidade professasse uma religião cristã. Contudo, Álvaro Velho denomina-os como cristãos. O facto de não serem mouros, e de acordo com o princípio dicotómico Bem/Mal, Cristandade/Mourama, estes novos *Outros* teriam que ser cristãos.

Por último, e sintetizando as linhas de força presentes no momento em que na narrativa se atingiu o propósito primeiro e final - a Índia, Calicute-, deveremos recordar a interessante interjeição de boas vindas que recebe a

[255] *Ibidem*, p.40.

expedição portuguesa quando atinge Calicute e que é pronunciada por um mouro: "(...) Buena ventura, buena ventura: muitos rubis, muitas esmeraldas. Muitas graças deveis de dar a Deus por vos trazer a terra onde há tanta riqueza", de bons auspícios pela substância, mas igualmente pela coloquialidade convidativa, que pode significar injunção dos interesses nacionais próprios no discurso de outrém que, sem mais testemunhos, apresenta uma veracidade organizada pelo objectivo desejado."[256]

O fluxo narrativo detém-se nos diferentes detalhes que acompanhariam a presença de Vasco da Gama nesta cidade. Segundo o autor, os cristãos seriam homens baços, de barbas compridas, alguns dos quais tinham a cabeça rapada. Estes homens teriam as orelhas furadas e nelas colocariam muito ouro, vestindo os mais *honrados uns panos delgados* da cintura para baixo. Ainda segundo este autor, as mulheres seriam feias, de pequena estatura, e usariam muitos adornos de oiro no pescoço e nos braços várias manilhas, bem como anéis nos dedos dos pés. Não se exime Álvaro Velho de lançar juizos de intenção, sendo estes *Outros* objecto de crítica "(...) maviossos quamto ao q̃ parecem e sam homẽs que segdo a prmra façe sabem pouco e sam mujto cobiçosos(...)"[257].

Álvaro Velho explicitou as funções desempenhadas por alguns elementos nesta sociedade, através de elementos correspondentes à sociedade portuguesa; por exemplo, ao nomear o cargo de catual, compara-o ao do alcaide, anotando a pompa de que revestiria tais funções, e denunciando a estratégia de poder presente nas relações sociais[258].

Mencionam-se ainda as sucessivas peripécias do desembarque, a marcha triunfal dos portugueses em Calicute, a oração na igreja, não reconhecida como

---

[256] Maria Alzira Seixo, *op.cit.*, p.102.

[257] *Diário da Viagem de Vasco da Gama*,p.37.

templo brâmane, mas sim como templo cristão apesar da diferente representação das imagens. Estas tinham uma pintura tão diversa que os dentes seriam tão grandes que da boca saíam uma polegada, e, cada santo, quatro ou cinco braços[259].

A comparação da recepção feita aos portugueses com a que seria decerto concedida por um rei em Espanha[260], para além de confirmar uma relação de poder, de encenação de um domínio existente e actuante, também transporta elementos de sobrevalorização relacional, essencialmente política. Na chegada a este novo espaço oriental, o termo de comparação é uma casa reinante europeia, a espanhola, a outra potência ibérica.

Contudo, situações adversas confrontariam esta embaixada, pois os presentes dos portugueses não seriam bem recebidos pelo rei, revestindo-se de insucesso a audiência ao samorim. A troca de missivas reais possibilitaria, porém, futuros dividendos.

Álvaro Velho apresenta todas as questiúnculas relacionadas com o possível comércio a estabelecer, o facto de terem estado sob prisão e, de apesar dos imediatos resultados negativos, se ter estabelecido uma feitoria em Calicute. No entanto, segundo o autor, as ciladas continuaram, sendo alguns portugueses feitos prisioneiros. Vasco da Gama conseguiria finalmente libertá-los. A partida efectuar-se-á então.

Antes da viagem de regresso ainda é elaborado como que o relatório da terra de Calicute, no qual se apresenta, de um modo muito sucinto, o circuito

---

[258] Cf.*Ibidem*, p. 38.
[259] *Ibidem*,p.40-41.
[260] *Ibidem*,p.41.

económico da especiaria, sendo salientados indicadores referenciais geográficos e os diferentes gastos dispendidos na viagem[261].

Recorde-se que encontramos incluso neste manuscrito uma cópia não só de notas que referenciam alguns reinos que se situavam a sul de Calicute, onde se listam os produtos que aí poderiam ser adquiridos, bem como o seu valor no circuito comercial da época. Essas notas teriam sido recolhidas a partir do testemunho de um homem que conheceria o português e que, segundo o autor do manuscrito, permanecia neste espaço oriental havia já trinta anos. Oriundo de Alexandria, este homem conheceria o circuito comercial e os seus custos[262]. Segundo Banha de Andrade que fez uma inventariação dos estudos históricos que sobre estas notas se debruçaram, as informações seriam da autoria de um

---

[261] " Desta trr^{a} de calecut que he chamada jndea alta vay a espiçiaria que se come ẽ ponẽte e ẽ leuante e ẽe portugall e bem asy ẽ todas as provinçias domundo/asy mesmo vam desta çidade chamada calecut muj^{tas} pedras p^{r}ciosas de toda sorte.s. ẽ esta dita cidade ha de sua propria colhenca esta espiciaria q̃ se segue / muj^{to} gyngiure e pimenta e canella/ posto q̃ nom he tam fina co(*mo*) he hade hũua jlha q̃ se chama çillam a qual esta de calecut oyto jornadas/toda esta Canella vem ter aesta çidade de calecut e ha hũa jlha que chamam melequa donde vem o crauo aesta cidade/aquy carregam as nãos de meca aespiçiaria e a leuam ahũa çidade q̃ esta ẽ meca q̃ sechama judea e poem desta jlha laa cinq^{o}enta d. de vento apopa q̃ as nãos desta trr^{a} nõ andam p̃lla bolina e alij descarregam e pagam ao grã soldam se drr^{to}/ e dalij a tornam acarregar ẽ outs^{a} nãoos majs pequenas e alevam per ho mar rruyvo a hũu logar q̃ esta junto com santa caterina de monte synay q̃ se chama tuuz e tambem aquy pagam out^{o} drr^{to} aquy carregam os mercadores esta espiçiaria ẽ camellos alugados aquat^{o} cruzados cada hũu camello e alevam ao quayro ẽ dez d. e aquy pagam out^{o} drr^{to}/ E neste camjnho pera o cairo mujtas vezes os salteam ladroẽs q̃ ha naq̃la trr^{a} os quaẽs sam alarves e outs^{o} /Aquy tornam ha carregar out^{a} vez ẽ hũauas nãoos que andam ẽ hũu rrio quesechama o njllo q̃ uem da trr^{a} de preste joham das jmdias baixas e vam *per* este rrio dous d. ate quechegam a hũu lugar q̃sechama Roxete e aquy pagam out^{o} drr^{to}/ E tornam out^{a} vez acarregar ẽ camelos e alevam ẽ hũa jornada ahũua Cidade q̃ sechama alexandria aquall he porto de mar//aesta cidade dalexãdria vem as gales de veneza e degenoa buscar esta espiçiaria daquall se acha q̃ ha o gram soldam de drr^{to} sejs cẽtos mjll cruzados/ dos quãees da ẽ cadahũu ano a hũ rrey q̃ sechama Cidadym cem myll por que faça guerra ao preste joham e este nome de gram soldam conpra se por drr^{o} q̃ nam hade ficar de pay a f^{o} (...)" *Ibidem*, pp. 64-66.

[262] Cf. *Ibidem*, pp. 81-87.

Gaspar da Índia ou Gama, e correriam nos círculos europeus mesmo sem se encontrarem em apêndice ao Roteiro[263].

Não deixa de ser digno de registo que, mesmo quando o propósito é de índole nitidamente comercial, como seria o caso, o homem de Quinhentos necessita de transmitir as suas impressões, nomeadamente o que de diferente presenciou. Deste modo, embora sucintamente, o autor anónimo descreveu, por exemplo, algo que também encontramos nas crónicas; a forma como são capturados os elefantes selvagens[264].

A viagem de regresso é empreendida, assistindo-se à narração de alguns incidentes, nomeadamente a perseguição movida pelos mouros. Subscrevendo a análise de Maria Alzira Seixo, o que de algum modo marca este regresso é o assinalar de Ceilão e Malaca, percorrendo o autor em seguida os lugares de Mogadoxo, Melinde, Mombaça, Zanzibar, S. Jorge, S. Brás, o cabo da Boa Esperança, tudo isto rapidamente e em jeito de notas (sobretudo a partir de S. Brás) até à Guiné, altura em que a narrativa desta viagem se detém, incompleta."[265]

Partindo dos três vectores axiais por nós enunciados no relato da primeira viagem de Vasco da Gama à Índia, cumpre-nos ainda que sucintamente rever as diferentes modalidades estruturadas pelos crónicas da Expansão, tendo sempre em atenção que a notação exaustiva dos diferentes textos não é propósito nosso e, de certo modo, já o perseguimos noutro trabalho[266]. Pretendemos, em contrapartida, traçar as intersecções narrativas entre este relato e as crónicas de Expansão, desvendando os módulos de apropriação de um testemunho na

---

[263] Cf. António Alberto Banha de Andrade, *Mundos novos do Mundo*, p. 197.
[264] Cf. *Diário da Viagem de Vasco da Gama*, p. 85.
[265] Maria Alzira Seixo, *op. cit.*, p. 103.
[266] Cf. *Visões do Oriente .Formas de sentir do Portugal de Quinhentos*,no prelo.

formação de uma *memória* do passado e de construção de uma História presente. Recorde-se que, dos três cronistas da Expansão, somente Fernão Lopes de Castanheda e João de Barros se auxiliam de Álvaro Velho.

Após a leitura dos capítulos referentes a esta primeira *Viagem*, concluímos que tanto Barros quanto Castanheda seguem a estruturação narratológica de Álvaro Velho, detendo-se fundamentalmente na permanência em Calicute, sem todavia deixarem de referenciar as várias micronarrativas comtempladas pelo autor do relato. Por outro lado, assistimos à depuração de elementos construtores de um discurso de juízo, que pontua, e por vezes se acentua, no texto da referida relação, ou mesmo se corrigem elementos tradutores de uma primeira impressão de um espaço novo; recorde-se a assunção de Álvaro Velho segundo a qual os portugueses estariam presentes numa igreja cristã, apesar da constatada dissemelhança entre as formas de representação das imagens religiosas.

Começaremos por o autor da *História do Descobrimento e Conquista da Índia pelos Portugueses*. O processo de construção narrativa, acima brevemente enunciado, parte da articulação feita por Castanheda entre os elementos recolhidos, neste caso, o relato de Álvaro Velho, e a integração de dados por si e por outros experienciados.

O seu discurso vai condensando as informações retiradas de Álvaro Velho. A integração de novos elementos não é tão visível no percurso da costa ocidental africana, e mesmo da oriental, seja no encontro na angra de Santa Helena, ou na Angra de S.Brás, ou mesmo em terras dos Bons Sinais. Ao descrever a população local, e seguindo bem de perto o relato de Álvaro Velho, ao descrever as mulheres denuncia-se a intervenção pessoal, a sua própria observação - as mulheres teriam bom parecer-, sendo destacadas as *moças* que usavam o mesmo

trajar dos homens e que teriam os seus *beiços* furados, por *galanteria*[267]. Aliás, na reedição deste primeiro livro, e procurando uma certa economia descritiva e uma maior fluência do discurso, não encontramos esta mesma referência.

A partir do momento em que Castanheda, sempre tendo como matriz primeira Álvaro Velho, narra a chegada da frota à ilha de Moçambique, inicia-se o processo de inserção narrativa, habitualmente utilizado por este cronista da Expansão. Os homens que estabelecem o primeiro contacto com a armada de Vasco da Gama, para além de serem como Álvaro Velho noticiara, homens baços, *de bons corpos*, vestidos com panos de algodão listrados e coloridos, usavam-nos, uns cingidos até ao joelho, outros sobrelevados como capas, outros ainda terçados mouriscos e adagas[268]. Fernão Lopes de Castanheda explicita a confusão demonstrada pelos mouros que pensariam que os portugueses seriam turcos, justificando tal facto devido à notícia que receberiam da Turquia através do mar Roxo[269].

A inserção mais notória que pronuncia o processo descritivo autonomizado de Fernão Lopes de Castanheda, ocorre no momento em que a frota chega a Mombaça. No início do referido capítulo são descritas as condições económicas da ilha, e precisada a sua localização, o tipo de construções, e as formas de governo[270]. Esta enunciação de elementos descritivos será a seguida por Castanheda ao longo da sua *História*. Semelhante distinção descritiva é

---

[267] "(...) as molheres que tinhão boõ parecer principalmente as moças que andauão do meſmo trajo que os homẽs,& traziam os beiços furados por tres lugares metidos pedaços deſtanho nos buracos por galanteria(...)"Fernão Lopes de Castanheda, *História do Descobrimento e Conquista da Índia pelosPortugueses*, edição1551, p. 14.

[268] Ibidem, pp. 16-17 e ,*op.cit.*, I , 19.

[269] Ibidem, p. 17,op. cit, I, 19.

[270] "(...) tem rey ſobre ſi, & os moradores dela ſão mouros, hũs brancos outros baços, aſſi homẽs como molheres & prezãſe de bõos caualeyros, & andão muyto bem tratados: & aſſi as molheres com panos de ſeda & joyas douro & pedraria."*Ibidem*,p.27 e *op. cit.*, I,p.27.

formalmente assumida na própria nomeação dos capítulos. Assim, não só o cronista aí apresenta os tópicos da intriga, mas também os elementos descritivos. Não só escreve um capítulo, o XIII, sobre *De como partido ho capitão moor de Melinde chegou a Calecut,& da grandeza& nobreza deſta cidade*[271], como um capítulo digressivo sobre, *Do grande poder delrey de Calecut,& de ſeus coſtumes:& aſſi dos outros reys do Malabar, & da maneyra que viuem os Naires*[272].

Esta é aliás uma estratégia discursiva comum a João de Barros[273]. O autor da *Ásia*... também segue a estrutura do relato de Álvaro Velho, ainda que sejam inseridos elementos compósitos vários onde a informação da relação se cruza com outras digressões. A estratégia utilizada, por exemplo, em Moçambique, repete-se ao longo do seu discurso cronístico[274]. A fluidez discursiva de Barros, e o seu esmerado domínio linguístico, sempre marcado por um estilo influenciado pelos Antigos, leva a que surjam construções frásicas que jogam não só com a clara e ao mesmo tempo elaborada exposição discursiva, mas onde também se criam imagens metafóricas fortes, muitas delas na própria crítica que encerram. Consequentemente, face a Moçambique: "(...) procedeu elegerſe pera eſcála de noſſas náos, hũ lugar tam doentio & bárbaro, leixando na meſma cóſta outros mais celebres & nóbres."[275]

---

[271] *Ibidem*,p. 37 e *op. cit.*, I,p35.

[272] *Ibidem*,p. 41e *op. cit.*, I,p.37.

[273] Deparamos com a introdução de capítulos como "Em que ſe deſcreue o ſitio da térra aque própriamente chamámos Jndia dẽtro do Ganges:na qual ſe contem a prouincia chamáda Malabár, hũ dos reinos da qual é o em que eſtá a cidáde Calecut, onde Váſco da Gámma aportou" *Ibidem*,p.144.

[274] "(...) A q̃l pouoáçã Moçãbiq̃ daq̃lle dia tomou tãta póſſe de nós, q̃ em nome, e̦oje a mais nomeáda eſcala de todo o mũdo, & per frequentação a mayór q̃ tẽ os Portugueſes:& tãto, q̃ poucas cidádes há no reino q̃ de cinquoẽta ãnos a eſta párte ente̦raſſẽ ẽ ſy tãto defunto como ella tẽ dos nóſſos."João de Barros,*Ásia ...Primeira Década,* p.133.

[275] *Ibidem*, p. 133.

Tal como Castanheda, também João de Barros inscreve numa logicidade discursiva própria, ainda que seguidora da estrutura narrativa de Álvaro Velho, elementos relativamente à estrutura topográfica dos espaços. O manuseamento linguístico traduz outras vivências que não as suas.

Ao falar de Mombaça, este cronista consegue transmitir o olhar do mar para terra que seria a linha de horizonte da armada[276], e avança na exposição das construções que se vislumbrariam tentando mesmo traduzir os seus modelos arquitectónicos: os edifícios eram de pedra e cal, possuindo janelas e eirados como em Espanha[277].

Tal como Castanheda, também Barros reproduz as percepções auditivas que o autor do relato da primeira viagem de Vasco da Gama assinalou, como a combinação dos instrumentos utilizados pelos diferentes povos com os quais os intervenientes na expedição contactaram. Assistimos, é certo, ao cumprir dos segmentos narratológicos esboçados por Álvaro Velho, no entanto, tanto na *História dos Descobrimentos e Conquista da Índia pelos Portugueses* como na *Ásia*, não encontramos a dicotomia Bem/Mal - corporizada na Cristandade *versus* Mourama.

Deparamos, todavia, com a inclusão de actos denunciadores de traição, a crítica a esta ou àquela actuação; por exemplo, os corsários são apelidados de vagabungos por João de Barros[278]. Contudo, não será injuntivo que todo o mouro

---

[276]"A ſituaçam da qual eſtáua metida per hũ eſteiro q̃ torneáua a terra fazẽdo duas bocas:cõ que ficáua em módo de jlha tam encuberta aos nóſſos, que nam ouuerам viſta della ſenam quando amparáram cõ a garganta do pórto."*Ibidem*, p. 138.

[277]"Deſcuberta a cidáde, com os ſeus edificios erã de pedra & cal com janellas & eyrados a maneira de Eſpanha, & ella ficáua em hũa chápa que dáua grã viſta ao már: eſtaua tam fermóſa q̃ ouuerам os nóſſos q̃ entráuã em algũ porto deſte reyno E poſto que a viſta della namoráſſe a todos: nã conſentio Vásco da Gámma ao piloto q̃ meteſſe os nauios dentro como elle quiſera(...)"*Ibidem*.

[278] João de Barros, *Ásia ...Primeira Década*, p. 153.

seja malicioso e traidor, nem sequer se mimetiza determinados vocábulos como o epíteto de *perro* empregue por Álvaro Velho.

A vivência pessoal do espaço e o seu domínio no caso de Castanheda levá-lo-ão a que, no momento em que descreve a visita e oração de Vasco da Gama no templo brâmane, defina as diferenças entre este local de oração e o cristão. Surge então a designação de pagode, como no texto de João de Barros[279]. Fernão Lopes de Castanheda assinala o facto de Vasco da Gama ter pensado que se encontraria num templo cristão, denotando o sândalo que teria sido entregue aos portugueses, a função dos cafres, e apontando ainda as imagens que cobririam as paredes e que teriam provocado a perplexidade de alguns elementos da nossa expedição, levando estes a pôr em causa o estarem num local de culto cristão[280].

No momento em que Vasco da Gama se ajoelha em oração a uma imagem que nomeavam como sendo a da Virgem Maria, Castanheda acrescentaria mesmo face ao texto de Álvaro Velho que um dos elementos da expedição João de Sá, perante o que considerava ser a fealdade das imagens, ajoelhando-se, teria proferido: "(...)Se iſto he diabo eu adoro a Deos, verdadeiro. E ho capitão moor que ho ouuio oulhou parele ſorindo."[281]

Em contrapartida, João de Barros é mais conciso na exposição da arquitectura e decoração do edifício, denominando-o como um templo de gentio, e evidenciando na descrição da sua planta um domínio do vocabulário específico.

---

[279]"(...) dos ſeus idolos dizẽdo lhe q̃ era hũa igreja de muyta deuação & aſſi ho cuydou ho capitão moor:& indis porque lhe vio ſobre a porta principal ſete ſinos pequenos,diante dela hũ padrã darame daltura de um maſtro de nao & no capitel dele hũa grande aue do meſmo arame que parecia galo,& a igreja era do tamanho dũ grande moſteiro laurada toda de cãtaria & telhada de ladrilho, que prometia ſer de dentro hũ edificio(...)"Fernão Lopes de Castanheda, *História do Descobrimento e Conquista da Índia pelos Portugueses*, edição1551, p.52, e *op. cit.*, I,p.46.

[280] "(...)& delas tinham tamanhos dentes que lhe ſayão fora da boca hũa polegada & outras tinhão quatro braços& erão feas do roſto que parecião diabos: ho que pos algũa duuida nos noſſos de crerem que era igreja de Chriſtãos(...)"*Ibidem*.

[281] *Ibidem*, e *op. cit.*,I,p.46-47.

Assim, para além de apontar o coruchéu, salienta aquilo que pareceria ser uma charola onde se encontrariam depositadas as imagens de culto[282]. Embora não expresse a identificação deste templo com um templo cristão, Barros descreve o culto prestado pelos portugueses a estas imagens[283].

Os segmentos narratológicos associam-se em Castanheda a uma dimensão humanizada dos diferentes acontecimentos. Em determinados momentos assistimos a uma verdadeira cinematização do exposto, sendo esta uma estratégia igualmente desenvolvida por João de Barros. Contudo, a dimensão dialógica que Castanheda acrescentaria, mesmo face ao texto de Álvaro Velho, é amplamente explorada por Gaspar Correia, ainda que este não se tenha socorrido deste relato.

À medida que descreve o percurso de Vasco da Gama, Gaspar Correia utiliza um processo descritivo que passa pela minuciosa representação da intriga. Nas *Lendas da Índia* deparamo-nos então com o emprego constante do discurso directo e com o cruzamento dos mundos empíricos de cada interveniente na acção.

Trata-se de um renovado transitar de evento para evento, tendo como universo descritivo a armada, o viver da viagem; por exemplo, no lugar que Gaspar Correia nomeou de rio da Misericórdia - o rio dos Bons Sinais-, Nicolau Coelho teria contado a traição que ameaça estalar na sua embarcação, tentando alguns tripulantes prendê-lo. Tal não teria acontecido devido ao receio que tinham do capitão-mor que, detectando a sua fuga para o reino, decerto os

---

[282]"(...)muy bẽ laurádo de cãtaria com hũ corucheo cubẽrto de tijólo: á pórta do qual eſtáua hũ padrã grande de latã, & encima por remáte hũ gállo. E dentro no corpo do templo, eſtaua hũ portal, cujas pórtas ẽram de metal per que entráuã a hũa eſcáda q̃ ſubia ao corucheo: ao pẽdo qual onde ficáua o redõdo delle ẽ módo de charóla, eſtáua algũas jmágeẽs da ſua adoraçã."João de Barros, *Ásia...Primeira Década*, p.148.

[283]"(...)ſegundo a fama q̃ cá neſtas pártes auia, & elles acháuam per dito dos mouros: alguũs ſe aſſentaram em giolhos a fazer oraçam áquellas jmageẽs ſerem dignas de adoraçã."*Ibidem*.

perseguiria e os enforcaria. Intentariam os possíveis conspiradores um levantamento geral. Segundo Correia, o capitão-mor, Vasco da Gama, ordenaria a prisão dos que seriam os possíveis amotinados. Observa-se então o movimento dos grupos que se cruzam com a actuação individual: é a marca de uma coloquialidade e a matriz da intervenção providencial[284].

Este processo de digressão narrativa é o mais utilizado por Gaspar Correia. O seu texto constrói-se a partir dos perfis individuais dos intervenientes da Expansão, numa perspectiva profundamente subjectiva na qual os diálogos fundamentam as acções, como veremos adiante no último capítulo do nosso trabalho. Gaspar Correia não se socorreu do texto de Álvaro Velho. A sua narrativa parte do universo da armada. No encontro primeiro com outra realidade, não assistimos a uma distanciação objectiva, ainda que encontremos exercícios narrativos que a procuram sistematizar.

Deste modo, em paralelo com o que acontece nas crónicas de Castanheda e na de Barros, ao descrever as vicissitudes que a armada de Vasco da Gama sofreu em Calicute, e no momento em que se travam as primeiras negociações entre Vasco da Gama e o rei local para o estabelecimento de um trato comercial, Gaspar Correia delineia a importância que esta cidade teria na Índia. Fá-lo não só do ponto de vista comercial mas também mencionando os contactos entre as

---

[284]Nesta mesma sequência narrativa, e preparando o correger das embarcações para o prosseguir do caminho: "(...) O Capitão mór, vendo que os marinheiros trabalharão, e os mestres e pilotos, mormente o seu, sem embargo da prizão que lhe fizera,(...) a todos falou, rogandolhe que em seos corações nom entrasse fraqueza que lhe cauzasse querer fazer outro tal erro entrar em seos corações de cousa de traição, que he tão fea ante Deos, que sempre hão má fim os que as ordenão(...)"Gaspar Correia, *Lendas da Índia*, I, p.28. Perdoando-lhes, tê-los-ia Vasco da Gama exortado : "(...) e que pois a nosso Senhor aprouvera os liurar de tantos perigos, como atély tinhão passados, por sua grande misericordia, nelle tivessem esperança, que a todos encaminharia(...)"*Ibidem*. Após este exórdio:"(...)com lagrimas d'alegria todos responderão amen, amen, assy queira Nosso Senhor por sua grande misericordia, e leuarão as ancoras sahirão do rio com vento da terra."*Ibidem*.

diferentes castas sociais, salientando o papel desempenhado pelos mouros quer junto do rei local, quer no microcosmo social em particular, e acentuando o seu carácter *diabólico*[285].

A necessidade de registar o que vai sucedendo nas viagens, é testemunhado por Gaspar Correia, sendo explicitada a ordem que teria sido emanada pelos capitães das naus no sentido de registar o que era visto, pois, esta era uma das suas missões; esta era o testemunho para os que se seguissem.

Os pontos estratégicos da viagem são enunciados naquela que foi uma das suas obras preparatórias das *Lendas*, a crónica de D. Manuel. Ainda que sucintamente, o cronista descreve aqui esses *topos* estratégicos: os trabalhos vividos até chegarem ao Cabo da Boa Esperança; as várias tentativas para a sua passagem; o encontro com inúmeros rios e enseadas, as posteriores dificuldades na passagem do cabo das Correntes e a chegada ao Rio dos Bons Sinais; a descrição do encontro da armada com os zambucos que os encaminhariam para Moçambique. Relata-se igualmente a estadia em Melinde e a posterior chegada a Calicute, bem como os respectivos contratempos. Por último, descreve-se a partida para Portugal.

Já encontramos a modalidade descritiva que caracterizaria as suas *Lendas*, ainda que sob uma forma de relatório sucinto[286]. Porém, nas *Lendas da Índia* para além de uma minuciosa narração da viagem de regresso, assiste-se ao contemplar

---

[285] Cf." Gaspar Correia,*Lendas da Índia*,I, pp. 75-76.

[286]Atente-se atítulo de exemplo:"(...)e por ser aynda mujto cedo amdou tamto no golfam sem poder atrauessar a myngoa de vemto que lhe morreo a mor parte da gemte e com este trabalho todavya syguymdo seu camjnho por mujta necesydade queymou o nauyo sam Rafaell por ter gemte pera os outros e esto em hũus bayxos que se agora chamam de Sam Rafaell(...)"Gaspar Correia, *Crónicas de D. Manuel e de D. JoãoIII(até 1533)*, p.7. Logo em seguida é registado que: (...) chegaram as jlhas dos Açores omde morreo Palo da Gama e foy enterrado no musteiro de Sam Francisco nAmgra na ylha Terçeyra e ele chegou a Portugal em Outubro de j iiijc lRix/e amdou na vyagem xxbij meses"*Ibidem*.

de uma sequência narrativa na qual se relata a recepção em Lisboa, e as honras e mercês concedidas pelo monarca a Vasco da Gama e aos intervenientes na expedição[287].

Semelhante estratégia é comum às restantes crónicas da Expansão. Igualmente na primeira impressão da viagem de Vasco da Gama, Fernão Lopes de Castanheda segue um processo narrativo muito próximo do por nós enunciado para Gaspar Correia, ainda que prosseguindo com a inscrição nítida no relato de Vasco da Gama, com as respectivas construções discursivas autorais já evocadas. O regresso corporiza-se num conjunto de capítulos que desenvolvem os segmentos narratológicos de Álvaro Velho.

Nesse sentido, surge o capítulo que narra a partida de Vasco da Gama de Calicute para Portugal e o que teria acontecido até Angediva[288], e neste lugar[289], a sua viagem até Melinde e a partida desta cidade. Na reimpressão deste livro observa-se uma diferente organização destas sequências, sendo condensado o relato entre o capítulo anterior e aquele que relataria a viagem até à ilha de Santiago[290]. Na última sequência narrativa da primeira impressão da *História do Descobrimento e Conquista da Índia pelos Portugueses,* Castanheda reuniria não só as informações referentes ao final da viagem de Vasco da Gama, mas também a recepção prestada pelo monarca.

A proximidade desta narrativa ao texto de Álvaro Velho, e muito particularmente na sua primeira impressão, espelha-se até na escrita da última frase que directamente se relaciona com a viagem onde Castanheda escreveu terem os pilotos dito que se encontrariam nos baixios do rio Grande:"(...)& as

---

[287]Cf.Gaspar Correia, *Lendas da Índia*, I, p. 138-144.

[288] Cf.Fernão Lopes de Castanheda, *História do Descobrimento e Conquista da Índia pelos Portugueses,* edição1551,pp.77-78, *op. cit*, I , pp.64-66.

[289] Cf. *Ibidem*,p.78-82-, e *op. cit.*, I,p.66-69.

mais particularidades q̃ daqui por diante paſſou ho capitão moor ate a ilha de Santiago eu as não pude ſaber(...)"[291]. Recordemos que o relato de Álvaro Velho termina abruptamente neste mesmo local. Como assinalámos, constatam-se algumas diferenças de organização discursiva, ou mesmo exclusão de informações que não foram consideradas fulcrais pelo cronista a quando da reimpressão.

Na reedição do seu primeiro livro, Castanheda termina o capítulo XXVII na ilha de Santiago, excluindo a informação que mais não teria conseguido apurar, e inserindo o seu capítulo XXVIII, onde descreveria como teria Nicolau Coelho dado a notícia de que a Índia era descoberta. Por último, escreveria no capítulo seguinte a chegada de Vasco da Gama a Lisboa, coligindo o segmento narrativo que tinha encerrado o seu último capítulo sobre a viagem do capitão-môr em 1551.

Não deveremos esquecer que a reimpressão do 1ºlivro da *História do Descobrimento e Conquista da Índia pelos Portugueses* é dada ao público após a publicação da primeira Década da *Ásia* de João de Barros, e que, nesta reimpressão de 1554, Castanheda entroncaria a profecia de Sibila Cumea no capítulo XXVIII, traduzindo decisivamente a imagem venturosa do monarca D. Manuel. É a afirmação de um discurso régio que João de Barros igualmente emblematiza, não só no momento em que descreve a recepção régia a Vasco da Gama, mas também no último capítulo do livro quarto da sua primeira década, quando redige *Como elrey dõ Mãnuel em louuor de noſſa ſenhora fundou na ſua hermida de Bethlem que eſtáua em raſtéllo hũ ſumptuoſo templo que depois tomou por jaziguo de ſua ſepultura*[292].

---

[290] *Ibidem*,pp.82-85, e *op. cit.*, I,p.pp-69-70.

[291] *Ibidem*,p.87.

2.2. Outras *viagens*

A curiosidade que rodeou esta viagem de Vasco da Gama é logo acompanhada por um conjunto de escritos que correm nos círculos europeus e que difundem a notícia da abertura de um novo caminho para a Índia. De imediato, D. Manuel escreve missivas aos reis de Castela e ao Cardeal Protector informando sobre esta expedição, das quais possuímos unicamente breves informações.

Os italianos noticiam igualmente o acontecimento. Girolamo Sergini escreveria a 10 de Julho de 1499 sobre este *descobrimento*, sendo impressa esta sua notícia em 1507[293]. Por seu turno, Tommaso Deti escreveria para Itália sobre esta mesma expedição elaborando a sua "(...) notizie di molte chose nuove che anchora non sono a notizia ali uomini (que) sono al mondo"[294].

Estes diferentes testemunhos correm a Europa, não constituindo todavia objecto directo do nosso estudo. Assiste-se ao tempo, em Portugal, a uma necessidade premente de transmitir as primeiras vivências da *viagem*. Os relatos individualizados das expedições seguintes prosseguem essa necessidade, exteriorizando visões pessoais e denunciando sem dúvida emoções e experiências particulares e subjectivas. No entanto, será igualmente nestas percepções que poderão por vezes transparecer as vozes que construíam as sensibilidades mais gerais dos portugueses de Quinhentos.

Muitas vezes as informações passariam pelo crivo de terceiros, em particular quando observamos a tradução de alguns desses relatos noutras

---

[292] Cf.João de Barros, *Ásia...Primeira Década*, p. 165.

[293] António Alberto Banha de Andrade faz a sua descrição bibliográfica Cf. *op. cit.*, p.213, e Cf.Carmen M. Radulet, *Os Descobrimentos Portugueses e a Itália*, Lisboa, Vega, 1991, pp. 59-92.

[294] In António Alberto Banha de Andrade, *op. cit.*, p.223.

línguas. Recordemos o papel desempenhado por Valentim Fernandes que desenvolveria a sua actividade por diferentes campos, em particular os de impressor, editor, tradutor e autor. Dois deles são neste momento dignos de referência pela mundividência cultural que espelharia dos homens de Quinhentos: a sua tradução do *Livro de Marco Paulo, do livro de Nycolau Veneto, e o trallado da carta de huũ genoues das ditas terras* e a sua actividade como autor do conhecido manuscrito *Valentim Fernandes* que contemplaria a *Descripçã de Cepta por sua costa de Mauritania e Ethiopia pellos nomes modernos*, *Das ylhas do mar oceano* e a *Crónica da Guiné*. O seu trabalho foi essencialmente em língua portuguesa virado para dar a conhecer em Portugal diferentes textos de origem europeia, nomeadamente italiana, desenvolvendo a sua escrita sobre áreas geográficas bem específicas.

Deveremos igualmente referenciar a acção de Montalboddo, o primeiro organizador de uma grande compilação de notícias sobre os Descobrimentos tanto portugueses como espanhóis, intitulada *Paesi Nuovamente Retrovatti e novo mondo da Alberico Vesputio Florentin.* Apesar de dividido em seis livros, devido ao tipo de relatos recolhidos e à sua origem, poder-se-ão considerar aqui três grandes núcleos. O primeiro seria constituído pelos três primeiros livros e comportaria os relatos que visavam dar a conhecer a costa africana e a chegada à Índia, encontrando-se relações de viagens até ao momento desconhecidas, como as de Cadamosto, Pedro de Sintra, Vasco da Gama e Cabral. O segundo núcleo é formado por relatos já anteriormente publicados e que se debruçariam sobre as expedições ao continente americano. O terceiro núcleo incluiria cartas comerciais sobre as explorações de Gaspar Corte-Real e João da Nova, e a relação do padre José Indiano sobre o Oriente[295].

[295]Cf. *Ibidem*, pp.530-531.

Inspirando-se nesta mesma compilação, aparece em 1550 a importante obra de Giovanni Battista Ramusio, *Delle Navigationi et Viagi*, cujo primeiro volume é impresso nesse ano, embora o trabalho de colecção e de tradução dos textos a reunir, se desenvolva a partir de 1520. À semelhança de Montalboddo, também Ramúsio incluiria cartas e digressões de viagem, tendo alguns dos textos já anteriormente sido publicados e outros ainda permaneceriam manuscritos à data da sua publicação por Ramúsio.

A tradução de manuscritos portugueses foi de tal modo importante que nalguns casos como, por exemplo, na *Navigazione del capitano Pedro Alvares scritta per um piloto portoghese*, ou na *Navigazione verso le Indie orientali scritta per Tomé Lopez, scrivano de una nave portoghesa*, só possuímos actualmente a versão italiana. A primeira obra referenciada e conhecida como *Relação do piloto anónimo*, apresenta toda uma organização formal que obedeceria às regras de imprensa um pouco ao gosto italiano, como João Rocha Pinto defende.

Segundo este autor, teria possivelmente sofrido distorções pois: "(...) esta relação de viagem denuncia uma visão burguesa do Mundo e das coisas, pouco condizente com a cosmovisão de um piloto português (a autoria portuguesa original do texto não é de modo algum posta em causa). Aproxima-se muito mais do livro de Nicolo di Conti ou da carta de Girolamo da Santo Stefano(...)"[296] e seria traduzida em latim, alemão, francês, espanhol[297].

Esta relação surge com uma organização em capítulos que não seria possivelmente a escolhida por um piloto para elaborar as suas informações. Do ponto de vista formal a narrativa seria possivelmente a que corresponderia ao escrito corrente da época para este tipo de relatos de viagem escritos pelos

---

[296] João Rocha Pinto, *A Viagem Memória e Espaço.A Literatura Portuguesa de Viagens. Os Primitivos relatos de viagem ao Índico-1497-1950, Lisboa,* Livraria Sá da Costa , 1989, p.122.

intervenientes da Expansão portuguesa; isto é, o relato sequencial, sem a demarcação de capítulos, e das consoantes organizações temáticas deles decorrentes. Recorde-se Álvaro Velho ou a carta de Pero Vaz de Caminha.

Os capítulos desta relação do piloto anónimo relativa à navegação de Pedro Álvares Cabral, correspondem, é certo, a sequências narrativas, destacando momentos descritivos particulares. A descoberta da terra do Brasil, apesar de não ser nomeada, corporiza um desses momentos. A sua organização é semelhante à que se observa nas crónicas de Expansão, em particular a da *História do Descobrimento e Conquista da Índia pelos Portugueses*, ou as Décadas da *Ásia*.

Neste relato observa-se a inclusão de sequências narrativas nas quais se destaca a descrição dos costumes locais e se assiste a uma multiplicidade de temas repetidamente abordados pelos cronistas da época, desde os hábitos relacionais desta ou daquela casta, até aos mecanismos de domínio praticados por este ou aquele rei.

Deste modo, constatamos que o capítulo VI que se debruça sobre a cidade de Mogadoxo, a ilha de Julfar, Ormuz e a província de Cambaia, ou o capítulo XII, que apresenta a descrição da cidade de Calicute, dos costumes do seu rei e povo; ou ainda o capítulo XIII onde se narra quer o modo como os sacerdotes brâmanes se relacionariam com as mulheres do rei, quer a reverência que o povo deveria ter para com o seu rei.

Por outro lado, o capítulo XIV trataria de uma casta de mercadores, os guzarates e do que seriam os seus usos, debruçando-se o seguinte noutra casta de mercadores, os zetires e os seus costumes. Por último, no capítulo XVI, o autor deste relato abordaria os costumes do rei de Narsinga, nomeadamente o número de mulheres que fariam parte da sua *casa*, e o uso destas se imolarem aquando da

---

[297] Francisco Leite de Faria, *Estudos Bibliográficos sobre Damião de Góis e a sua época*, pp.263-267.

sua morte. O autor mencionaria igualmente os elefantes que este governante possuiria, e outros assuntos como a duração das estações do ano, e dos meses em que os navios largariam de Meca carregados com especiarias[298].

Estes elementos são igualmente tidos em atenção e destacados da fluidez narrativa tanto por Castanheda como por Barros, procurando-se assim informar o leitor de uma nova realidade. O fulcro da narrativa é a descrição dos sucessivos eventos que marcaram a expedição de Pedro Álvares Cabral, seguindo a sua evolução diacrónica, mas sem que se esteja em presença de um diário de viagem, e sem que se desenvolva os problemas de navegação. São essencialmente evocados os sucessivos encontros com os poderes locais, os acordos celebrados, os confrontos armados, as formas de vestir e de receber.

Não subscrevemos a opinião de João Rocha Pinto, segundo a qual estamos na presença de uma visão burguesa do Mundo. Consideramos que os parâmetros que levaram a esta designação não estão explicitados no citado texto. Concordamos, porém, que, tanto esta narrativa, quanto a de Tomé Lopes, sofreram influências organizativas, e muito provavelmente, à semelhança do que se assiste nas crónicas portuguesas de Expansão, se tenha assistido à inserção de outras informações, muito ao estilo renascentista.

De igual modo, o relato de Tomé Lopes seria primeiramente publicado por Montalboddo(1507), e, em 1550 por Ramúsio, sofrendo posteriores impressões. As chamadas de atenção feitas relativamente ao relato do piloto anónimo, deverão ser igualmente consideradas na abordagem desta obra, pois também aqui surge a divisão da obra em capítulos, o que provavelmente não aconteceria no manuscrito original, do qual não possuímos cópia alguma.

---

[298] Cf. "Navegação de Pedro Álvares Cabral"in "*Collecção de Noticias para a História e Geografia das Nações Ultramarinas, que vivem nos domínios Portuguezes,ou lhe são visinhas*, Lisboa, Academia Real das

Os acontecimentos pontuam igualmente as sequências narrativas, ainda que a marca autoral defina a diferença desta obra. Não existem aqui capítulos especificamente direccionados para os costumes, mas sim com outro tipo de informações como as reparações várias feitas nas embarcações, ou o modo como são dispostas topograficamente as terras.

É outro o olhar autoral; no entanto, continuamos a ter presente referências aos vários encontros tidos com os poderes locais, assim como se denunciam várias impressões subjectivas, como no momento em que Tomé Lopes descreve uns elefantes em Melinde, negando a voz corrente na época de que estes não possuiriam juntas, e intercalando tal observação com o encontro tido entre os portugueses e o rei local[299].

A mão do tradutor e compilador sentiu-se obviamente nestes textos; contudo as identidades autorais distinguem-se. É igualmente difícil estabelecer padrões que poderiam estar presentes à inserção desta ou daquela informação, deste ou daquele texto, pois a correlação entre os textos que formulariam o conjunto da compilação não é clara; mesmo elementos informativos que aparecem numa narrativa, são noutra ignorados, como o escorbuto, doença tão nefasta e presente nas armadas da época. Assim, no relato do piloto anómino, constata-se não só a sua designação explícita mas já o seu tratamento, efectuado no momento em que a armada chegou a Melinde. O rei teria então enviado uma embaixada, com algum refresco: "(...) de muitos carneiros, galinhas, patos,

---

Sciencias, 1812, II,pp.117, 126-131.

[299] Cf.António Cruz, *O Porto nas Navegações e na Expansão*, Lisboa, Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, 1983,p.216.

limões, e laranjas as melhores que ha no mundo, e com ellas sararão de escorbuto alguns doentes, que tinhamos comnosco."[300]

Observemos agora a relação de Tomé Lopes, escrivão na nau de Rui Mendes de Vasconcelos. Esta seria capitaneada pelo italiano João Buonagracia, e pertencia à armada de cinco naus de Estevão da Gama, que partiu a 1 de Abril de 1502 ao encontro de Vasco da Gama que, por seu turno, partira a 10 de Fevereiro[301]. Nesta relação refere-se que, em Angediva, os tripulantes teriam armado algumas tendas em terra onde se encontrariam os doentes, aos quais "(...) cresciam as gengivas sobre os dentes, de modo que muitos morriam. Outros padeciam de um tumor, que lhes nascia entre as coxas, o que não fazia tão perigosos como os primeiros."[302]Apesar da distinção estabelecida entre a sintomatologia detectada nos pacientes não nos aparece ainda o tratamento dispensado ao escorbuto.

Estas são todavia questões que se prendem com uma realidade narrativa alheia ao objecto directo do nosso estudo, as modalidades de tradução de um texto, ou melhor de que modo este é manipulado na época pelos seus contemporâneos, no que diz respeito à sua divulgação noutras línguas[303].

Textos parcelares como estes traduzem uma *viagem*, a do seu autor. Aqui, são os acontecimentos que marcam a narrativa. No caso da *Relação Anónima da Segunda Viagem de Vasco da Gama*, são as descrições bélicas que determinam todo o relato.Tendo sido encontrado como manuscrito, e assim decerto correndo ao tempo, a sua estrutura formal não sofre os arranjos e subdivisões das anteriores

---

[300]"Navegação de Pedro Álvares Cabral"in *Collecção de Noticias para a História e Geografia das Nações Ultramarinas , que vivem nos domínios Portuguezes,ou lhe são visinhas,* II,p 114.
[301] Cf.António Cruz, *op. cit.*, pp.140-141,173.
[302] *Ibidem*,p.220.

relações mencionadas. Não é igualmente um diário de bordo, nem um livro de armação. Trata-se sim de um registo de uma expedição igualmente marcada pelo decurso dos acontecimentos dispostos cronologicamente.

Segundo João Rocha Pinto, o texto acolheria esta versão a partir de apontamentos vários compilados durante a viagem ou nos momentos em que a expedição fez aguada ou fundeou neste ou naquele porto, tendo posteriormente sido escritos sob a forma de texto corrido. O editor teria chegado a esta conclusão quer pelo emprego dado aos tempos verbais, quer devido aos:"(...) fólios em branco, as interpolações latinas e as rasuras e riscos, além do facto de a escrita ser de duas maõs(...)"[304].

Na introdução à leitura paleográfica do manuscrito elaborada por Leonor Freire, João Rocha Pinto sintetiza os aspectos fundamentais a reter relativamente a esta descrição. Assinala igualmente o seu primeiro propósito que seria os feitos bélicos perpetrados pelos portugueses nesta expedição. O registo do tempo apresenta lacunas várias e mesmo imprecisões, assistindo-se até à ausência de referência temporal nos novos segmentos narrativos[305].

O fio condutor da narrativa reside nas peripécias da viagem e em todo o tipo de contrariedades com as quais os intervenientes na expedição se depararam. É como se o autor se tivesse afastado da sua função de relator e fosse tomado pelos acontecimentos. Exemplo do que acabamos de afirmar é o momento em que é descrita a tensão vivida em Calicute resultante dos desacatos e da morte dos portugueses que se encontravam na feitoria desta cidade aquando

---

[303]Pretendemos posteriormente debruçarmo-nos sobre estas modalidades de tradução, nomeadamente através da confrontação das compilações publicadas no estrangeiro e na análise dos textos escolhidos e introduzidos nessas mesmas compilações.

[304] " Relação Anónima da segunda viagem de Vasco da Gama ã Índia" in *Cadernos da Revista de História Económica e Social*, , nº6-7-, Lisboa, 1985.

[305] Cf. *Ibidem*, p.164.

da viagem anterior de Pedro Álvares Cabral. Tal facto levou a que Vasco da Gama lançasse um ultimato ao samorim local. Não recebendo resposta, tomou 32 mouros que teria aprisionado de um zambuco, mandando-os enforcar nas naus, para que deste modo fossem vistos da cidade. Em seguida, jogaria a artilharia contra Calicute: "(...) omde vyamos dyRybar/casas he pallmeyRas/*e* a tarde ma*n*dou ho/allmjRa*n*te dese*n*for/car hos negros Todos//*e* ma*n*dou lhe cortar as cabe/ças *e* as mãos he hos pes he/ma*n*dou tudo isto meter e*m*/hũa almadja seno*m* hos corpos q*ue* la*n*çaRo*m*/ho mar *e* com hũua carta (...)"[306]. O ataque à cidade continuaria.

Confrontamo-nos com a evocação paradigmática dos segmentos narrativos tradutores de uma actuação onde se distingue e evidencia uma presença. Tomé Lopes relata este mesmo acontecimento, ainda que a sua descrição seja bem mais comedida. Segundo ele, o almirante mandou que se enforcassem os mouros e cafres do zambuco aprisionado em Padarane, e que se encontravam dispersos pelas diversas embarcações. Os corpos deveriam estar bem alto para que fossem visto da cidade[307].

Apesar desta decisão, a desejada resposta não chegaria à armada portuguesa. Após as primeiras cargas de artilharia sobre a cidade, perto do anoitecer, o almirante ordenou que os enforcados fossem descidos e que lhes fossem cortados as mãos, os pés e as cabeças, os quais foram enviados para terra numa das almadias capturadas sendo os troncos lançados ao mar[308].

Independentemente das evidentes particularidades descritivas, este episódio é narrado nas crónicas da Expansão. Gaspar Correia não deixou de assinalar que após a tomada dos zambucos, Vasco da Gama ordenaria que a todos

---

[306] *Ibidem*, pp.187-188.

[307] António Cruz, *op. cit*, p.242.

fossem cortados mãos, orelhas e narizes, e que estas partes dos corpos fossem enviadas a terra com um brâmane que teria envergado um hábito de frade cristão. Este, igualmente sem orelhas, nariz e mãos, seria portador de uma mensagem na qual se afirmava que o rei deveria cozinhar estes despojos em caril[309].

Os detalhes descritivos deste episódio foram desenvolvidos por Gaspar Correia nas suas *Lendas da Índia*. Quando escreveu a sua *Crónica de D.Manuel*, elaborou uma descrição bem mais concisa que subscreve a de Tomé Lopes e a do autor anónimo do relato da segunda viagem de Vasco da Gama[310]. A estratégia discursiva seguida na *História do Descobrimento e Conquista da Índia pelos Portugueses* é bem menos passional[311], o que aconteceria aliás na *Ásia* de João de Barros[312].

---

[308] Cf.*Ibidem*.

[309] E o autor prossegue:" E a todos os negros assi justiçados mandou atar os pés, porque não tinhão mãos pera se desatarem, e porque se nom desatassem com os dentes com os paos lhe mandou dar nelles,que nas bocas lhos metterão por dentro, e forão assi carregados huns sobre os outros emburilhados no sangue que delles corria, e mandou sobre elles deitar esteiras e ola secca, e lhe mandou dar as velas pera terra, com o fogo posto que erão mais de oitocentos Mouros;e o pager do frade com todas as mãos e orelhas tambem á vela pera terra sem fogo, com que logo forão ter a terra, onde acodio muyta gente a apagar o fogo, e tirar os que achárão viuos, com que fizerão seus grandes prantos."Gaspar Correia, *Lendas da Índia*, I, p.302.

[310] "(...) o que vemdo ho almjrante e lhe tardava a reposta logo mandou chegar sua frota jumto da terra o mais que pode e todos os mouros da nao mandou emforqar nos lays das vergas das naos que heram tantos que pera // todas avya que da terra tudo bem vyam os mouros que pera yso correram mujto ha praya a ver hũua tam gramde cousa e mujtos pranteamdo que vyam seus payse outros os filhos enforcar (...)" Gaspar Correia, *Crónicas de D. Manuel e de D. João III(até 1533)*, p.17.

[311] Após a não resposta favorável do rei local:"(...)ho capitão môr em ſendo meyodia mãdou tirar hũa bõbardada q̃ era ſinal que enforcaſſem os Malabares q̃ eſtauão partidos pola frota,& forão todos enforcados,& deſpois dafogados lhes mandou cortar os pees & as mãos & metidos em hũ parao os mãdou a terra per dous bateis bẽ artilhados & hũa carta pera el rey de Calecut em arabigo(...)"Fernão Lopes de Castanheda, *História do Descobrimento e Conquista da Índia pelos Portugueses*, edição1551,pp.136-137. A segunda :"(...)em ſendo meo dia a hũ tiro que deſparou hũa bombarda forão enforcados todos os cincoẽta peſcadores q̃ peſcadores q̃ eſtauão repartidos pelas naos, q̃ muyto eſpantou aos de Calicut que ho virão da praya: E deſpois de mortos os ẽforcados lhes forã cortados os pés & as mãos, e forãp leuados a terra em hũ paraó com hſua carta de dõ Vaſco pera el rey em arabigo(...)", *op.cit.*, I, p.101.

[312] "Paſſado o qual termo porque nam ouue repóſta, mandou"(...) que cada hũa enforcáſſe no lays da verga os mouros que lhe elle mandára:&ſóbre eſta óbra que foy hum eſpectaculo de muyta dór a toda a cidade(...)"João de Barros, *Asia ...Primeira Década*, p.234. Depois do ataque

Durante esta expedição de Vasco da Gama manter-se-iam as disputas com Calicute, sendo o almirante muito bem recebido em Cochim e aí estabelecendo contactos económicos. No texto anónimo que relata esta segunda viagem de Vasco da Gama, observa-se que, à partida de Cochim, se vive como que o culminar da viagem, dando-se ínicio ao sumariar do regresso, e acentuando-se as informações referentes às manobras das naus e às suas singraduras[313].

O processo narrativo retoma a sua estrutura inicial, assinalando-se como tópicos referenciais as ilhas por que passaram e a apreensão global do espaço físico, com os seus arvoredos, vales, e qualificativos gerais do espaço. Os estados do mar, as diferentes vicissitudes da viagem, como as calmarias, ou as trovoadas os tipos de vento desfavoráveis ou favoráveis à navegação, a falta de mantimentos e a sua má conservação, os doentes e os mortos, fizeram com que se sentisse *as delícias de ter refresco*, e finalmente ao chegar à vista do cabo: "(...)espynhel q*ue* foy ho mor prazer/q*ue* nu*n*ca vymos //"[314]

Comparando o relato anónimo da segunda viagem de Vasco da Gama com a relação de Tomé Lopes, e ainda que surjam, em termos da descrição dos acontecimentos, nítidas convergências discursivas, denuncia-se claramente o modo como os propósitos individuais se espelham nestas narrativas parcelares e como os enfoques dados aos acontecimentos se desviam consoante o ponto de vista do autor. Isto, apesar de todas as ressalvas já feitas ao texto do referido escrivão.

---

da artilharia:"Quando veo ſóbre a tárde por eſpedida & mayór terror mandou cortar aos enforcádos que ẽram trinta & dous cabeça mãos & peẽs, & foram metidos em hum bárco com hũa cárta(...)" *Ibidem*, p.235.

[313] Cf." Relação Anónima da segunda viagem de Vasco da Gama à Índia" in *Cadernos da Revista de História Económica e Social*, nº6-7, Lisboa, 1985, p. 164.

[314] *Ibidem*, p.199.

A viagem *iniciática* tinha sido realizada e o processo de construção do percurso marítimo estava mais ou menos estabelecido. As bases da carreira da Índia iriam ser naturalmente formuladas. Poder-se-á todavia afirmar que a rota das naus que fariam o caminho para a Índia depois de 1500, rapidamente ganharia aquilo que poderíamos apelidar de um padrão-base, sofrendo somente pontualmente alterações motivadas por circunstâncias particulares que se centrariam fundamentalmente no momento da viagem no Índico. Raramente estas mutações seriam regularmente efectuadas[315]. Após um primeiro conhecimento dos factores de ordem física, e das melhores estratégias com vista à sua eficaz superação, a viagem de ida para o Oriente vai permanecendo quase inalterável.

As naus partiam de Lisboa no fim do Inverno ou no princípio da Primavera. O atraso nessa partida comprometia o sucesso da viagem, a qual se pretendia que decorresse no mais curto espaço de tempo, descendo segundo uma linha norte-sul até atingirem as ilhas de Cabo Verde, aí inflectindo:"(...) para sudoeste, de modo a contornar o anticiclone centrado no Atlântico numa derrota em arco que as levava a aproximar-se da costa brasileira, a sul do cabo de Santo Agostinho; descaíam depois lentamente para o rumo leste, na direcção do cabo da Boa Esperança."[316]

Refere Luís de Albuquerque que, se o dobrar do cabo se desse na primeira quinzena do mês de Julho, o percurso recomendado seria a viagem por dentro, pelo canal de Moçambique,"(...) com uma bordada até à ponta de Santa

---

[315] Cf. Paulo Guinote,Eduardo Frutuoso, António Lopes, *Naufrágios e outras perdas da "carreira da Índia" séculos XVI-XVII*, p.39.

[316] Luís de Albuquerque, *Escalas da Carreira da Índia*,Lisboa, Junta de Investigações Científicas do Ultramar,1978.p.5.

Maria, na ilha de S. Lourenço, a fim de evitarem os os baixos da Índia."[317] Deste modo, seria possível aproveitar a monção favorável do Verão. Se algum atraso se verificasse, a escolha do percurso a seguir depois do cabo da Boa Esperança passaria por fora da ilha de S. Lourenço, atravessando um canal situado a leste da ilha e navegando-se em direcção aos portos industânicos.

A forma como a cronística trataria as viagens, ou melhor o seu percurso, subordinar-se-ia à referência mais ou menos linear dos factos que de algum modo se salientariam do seu fluir normal. Não nos deparamos com o relato pessoalista que pontua a epistolografia coeva. Assinalam-se os momentos da partida das armadas, os seus intervenientes e os momentos mais significativos da viagem, sejam trovoadas, doenças, e mortes, ou os contactos estabelecidos com as populações, muito particularmente os combates travados[318].

Um dos elementos interessantes a reter face às crónicas da Expansão é a quase inexistente informação sobre a forma como os tripulantes das armadas ocupariam os seus tempos. Estudos vários se têm ocupado desta problemática, no entanto, existe todo um vasto campo de investigação a desenvolver. Não deveremos a este nível esquecer o trabalho sistematizador elaborado António da Silva Rego sobre as *Viagens de Lisboa à Índia em meados do séc. XVI*[319], onde foram coligidas informações sobre este quotidiano a partir de um tipo de fonte muito específica: as cartas dos missionários. Estas constituem, efectivamente, um repositório imenso de informações várias, desvendando o seu cáracter pessoal e profundamente subjectivo de todo um sentir, ele próprio enquadrado em

---

[317] *Ibidem*.

[318] Cf. I Capítulo e o que escrevemos relativamente às estruturas narrativas destas crónicas.

[319] Cf. António da Silva Rego, *Estudos de História Luso-Africana e Oriental*, Lisboa, Academia Portuguesa da História, 1994, pp.51-108.

modelos mundividentes específicos, que naturalmente exige, em termos de tratamento, ferramentas metodológicas várias.

Conhecemos pelas crónicas da Expansão alguns dos trabalhos naúticos desempenhados nas armadas, sempre que estes se tornam um elemento perturbador do fluxo narrativo. Surgem, por exemplo, notícias da correcção das embarcações, ou da necessidade de fazer aguada, ou do desaparecimento de uma embarcação, sem que o lazer seja todavia objecto de atenção.

São igualmente inexistentes informações quanto aos jogos de azar realizados e proibidos pelos capitães, aos perigos provocados pelos candieiros nas embarcações, ao uso ou não para os doentes de alguns dos produtos utilizados na botica do navio, ou até mesmo a presença de mulheres a bordo. Pontualmente, foram descobertas e castigadas, mas a frequência dos casos citados nas cartas indicia que a sua presença seria uma ocorrência comum e decerto provocaria desacatos.

Não deveremos contudo ignorar a especificidade da fonte, neste caso a carta, e do seu objectivo, um determinado leitor[320]. O objecto narrativo das crónicas da Expansão é diferente, cumprindo o propósito mais geral de descrever os eventos que se repercutem no universo social português. Tal acontece mesmo na obra de Gaspar Correia que recorre frequentemente ao diálogo como processo narrativo e onde a troca de opiniões é uma constante.

A viagem torna-se o meio para estabelecer o contacto como um *Outro*, uma preparação do domínio a ser exercido. É certo que nos deparamos sempre com um maior enfoque na descrição do percurso de uma expedição que parte das escalas já conhecidas e nomeadas pelos cronistas e percorre outras vias

marítimas. Obedece-se deste modo e sempre ao princípio de transmitir os novos espaços que são percorridos, de espelhar o estabelecimento e consolidação da presença portuguesa no Oriente.

[320]Cf. ANTT, *C.C.*,P. Iª, m.78,doc.120, publ. António da Silva Rego, *op.cit.*, III, pp.442-447, e ANTT,*C.C.*,P.Iª, m.45, doc.127, publ, António da Silva Rego, *op.cit.*, pp.191-198. Ou ainda, Cf. Joseph Wicki, *Documenta Indica*, I, pp.382-406.

Capítulo III

Construções do *Outro* nos horizontes da *Ars Historica*

"Não foi logo de início que os deuses revelaram tudo aos mortais, mas com o tempo, eles acabaram por descobrir o que era melhor."

Xenófanes, frg. 18 Diels

Depois da *viagem* importa desvendar os olhares dos portugueses de Quinhentos que se cruzam no espaço oriental. A chegada levou ao confronto com a novidade e com a necessária apreensão do *Outro*, iniciando-se um processo de construção de uma imagem tão plural ou tipológica quanto os momentos que provocam essa mesma construção; como sejam o da chegada, permanência e vivência dos portugueses.

O processo encontrado para a exposição do olhar reportar-se-á igualmente aos desígnios propostos pelo sujeito autoral, pelo solo da sua vivência, pelo objectivo da sua escrita. Deste modo, a "unidade objectiva" do nosso estudo determinou igualmente as mundividências espelhadas, as imagens construídas e transmitidas de *nós*, ao caso, os homens que, na primeira metade de Quinhentos, escreveram as crónicas de Expansão, e dos *outros*; entendidos estes na sua multiplicidade.

Desde o primeiro registo da viagem, constata-se uma particular atenção na transmissão dos costumes e dos valores que norteiam a sociedade local. É certo que a construção da imagem do *Outro* se pode subordinar a um *imaginário especular*, o qual se origina numa ilusão mimética[1]. No entanto, semelhante construção a partir da identificação, da ideia do espelho, do *Outro* à imagem do *Eu*, não se assume enquanto uma ilusão, uma construção, mas sim como possibilidade do acesso ao *real*. As atitudes que se tomam face ao *Outro* são bastante diferenciadas, abarcando desde um total repúdio, a uma certa incompreensão, a um acentuar da diferença, e até a uma procura de interpretação do que se observa.

Deparamos, assim, nestas narrativas com processos de construção da imagem do *Outro*, que passam pelo confronto, ou até pelo diálogo com a diferença, e de certo modo com a sua assimilação. Na realidade, os vários tipos de comportamento estabelecem-se consoante a multiplicidade dos contactos e a construção arquetípica herdada. As visões negativas transmitidas pela tradição face ao mongol, turco ou muçulmano, determinam a imagem construída, enquanto um olhar muito mais benevolente face ao gentio se desprende de imediato dos textos analisados.

Intimamente relacionado como o processo do conhecimento, da visão do *Outro*, cruza-se uma noção distinta que postula a descrição, a função que a *memória* ocupa no corpo social, entendida esta nas suas múltiplas componentes e hierarquias, segundo a concepção de *orgânicas naturais*. Tentemos estabelecer os traços evolutivos desta noção, pois, em certa medida, eles funcionam como matrizes da sua interiorização e concepção pelos historiadores da Expansão.

---

[1] Cf. Claude-Gilbert Dubois, *L'Imaginaire de la Renaissance*, Paris, PUF, 1985, p.18.

A relação entre a memória e a História é algo sobre o qual importará reflectir. Segundo Le Goff, na filosofia grega não se verifica uma reconciliação entre *Memória* e *História*. Embora tanto em Platão como em Aristóteles a memória faça parte da alma, a sua manifestação dá-se na sua parte sensível e não intelectual. Para este historiador, a memória platónica já não se revestiria de um carácter mítico, não procuraria integrar o passado do conhecimento, enquanto conceito fugiria à experiência temporal[2]. No caso de Aristóteles, constata-se o estabelecimento da diferença entre a memória, como mera faculdade de guardar o passado, e a reminiscência, definida como evocação voluntária desse passado. Contudo, no exemplo aristotélico, a memória inclui-se no tempo, ainda que este não se apresente como inteligível.

Por seu turno, os latinos, ainda que também se debrucem sobre a *memória artificiosa* dispõem-na no sistema da retórica, o qual dominaria a cultura Antiga. A memória constituiria a quinta operação, depois da *inventio*, entendida como o encontrar o que se quer dizer, a *dispositio*, a qual ordenaria os argumentos encontrados, a *actio*, isto é, a estratégia de apresentar o discurso como se o orador tomasse a pele de um actor, recorrendo a gestos e às modulações da dicção das palavras, e, por fim, encontrar-se-ia a *memória*[3].

A par desta memória que entronca na escrita, desenvolve-se a memória colectiva, a qual representa a marca, o deixar o registo dos feitos, denotando o poder de ser também esta memória destruída; recorde-se, por exemplo, o acto de destruição das estátuas dos imperadores.

Durante a Idade Média surgem vários tratados que desenvolvem estas linhas de interpretação da natureza e função da memória inscrevendo-a na

---

[2] Cf.Jacques Le Goff, "Memória" in *Enciclopédia Einaudi*, Lisboa, Imprensa Nacional -Casa da Moeda, p.21.

retórica e na teologia. Sem pretendermos escalpelizar as várias acepções esboçadas ao longo da Idade Média, uma delas deverá ser convocada, pelo modo como cruza memória e fábula, e pelo facto de encontrarmos este cruzamento na cronística da Expansão. Referimo-nos a Alberto Magno e à forma como parte da já mencionada distinção aristotélica entre memória e reminiscência.

Este pensador dominicano perseguiria o cristianismo do *homem interior*, integrando a intenção (*intentio*) no que seria a imagem de memória, de certa maneira intuindo o lugar desta no imaginário, e considerando que a *fabula*, o *maravilhoso*, as *emoções* que se direccionam para a metáfora (*metaphorica*), a auxiliam. Contudo a memória funciona como um imprescindível auxiliar da prudência, entendida como *sageza* e concebida como uma mulher de três olhos que pode ver as coisas passadas, presentes e futuras[4].

Vejamos como se intui esta imagem da memória na cronística da Expansão, recorrendo, em primeiro lugar, a Fernão Lopes de Castanheda. Logo no prólogo, da reedição de 1554, do seu primeiro livro, Castanheda menciona a necessidade de fixar pela escrita os feitos dos portugueses, pois, se tal não acontecesse, perder-se-ia a memória de feitos tão notáveis, situação de todo indesejável[5]. Em segundo lugar, João de Barros. No prólogo da Terceira Década da *Ásia*..., Barros irá evocar a importância da fãbula, nomeadamente a da moderna *Utopia* de Tomás More, inscrevendo-a na tradição clássica. Salienta igualmente nesta passagem o valor memorativo da palavra. Em terceiro lugar, deveremos ter presente a nomeação - *Lendas* - dada por Gaspar Correia à sua crónica da Expansão.

---

[3]Cf.*Ibidem*.

[4] Cf.*Ibidem*, p.31.

[5] Cf.Fernão Lopes de Castanheda, *op.cit.*, p.4.

O desenvolvimento da imprensa contribui naturalmente para a introdução de uma mudança na função da memória, pois encontramos à disposição do colectivo a palavra escrita, sendo então necessário desvendar caminhos de leitura no enorme manancial informativo. É a prática da memória individual que se corporiza progressivamente ordenando o novo texto a partir de outros textos, de outras fontes.

A reutilização de um texto implica também um processo de reprodução de uma *memória*, de um conhecimento individual que se publicitou. A utilização de fontes que correm manuscritas, surge como um processo de permanência de uma memória que se vai reformulando à medida que vai sendo reutilizada. O olhar o *Outro*, nesta assunção de uma imagem do *Eu*, é quase um *dever ser* nos diversos processos de transmissão das texturas civilizacionais que surgem nas crónicas da Expansão.

1. Primeiras *leituras* de uma vivência

Para além do registo mais ou menos imediatista do relato da viagem, existe um *segundo momento* de registo das vivências, aquele com que nos deparamos em todo um imenso manancial de informações transmitidas pelas cartas que são enviadas do Oriente. Logo em 1505, Gaspar Pereira, escrivão dos negócios e despachos na armada de D. Francisco de Almeida e feitor em Cochim, escreve uma carta ao rei, datada de 11 de Janeiro de 1506. Esta funciona como um relato circunstanciado da sua presença na Índia desde 18 de Dezembro de 1505 a 12 de Janeiro de 1506[6].

[6] ANTT, *C.C.* P.I°, m. 5, doc.70, publ.,*Cartas de Afonso de Albuquerque,* II,pp. 354-369.

A missiva era um relato minucioso e oficial que complementaria o que este mesmo escrivão teria enviado ao rei, na primeira frota[7]. Não se encontrou registo algum destes manuscritos[8], mas toda uma série de informações, deste e de outro tipo se incluíam em cartas. No entanto, habitualmente estas cartas não apresentam a linearidade diarística daquela a que nos referimos, a qual foi decerto consultada por alguns dos nossos cronistas da Expansão.

Segundo o mesmo princípio, encontramos outra carta, a de Álvaro Vaz, datada de Cochim, de 24 Dezembro de 1504. Segundo o seu emissor, esta seria a resposta ao pedido do monarca português no sentido de que descrevesse todas as ilhas e lugares da Índia até Malaca, bem como as suas mercadorias e respectivos preços[9]. As sucessivas ameaças de Calicute, fizeram, porém, com que o seu tempo fosse ocupado na resistência aos ataques a Cochim, e à supervisão das partidas das naus.

A carta em questão reflectirá exactamente esta ambiência através da descrição das peripécias vividas em torno dos ataques de Calicute a Cochim. A solicitação real evoca os conteúdos das narrativas de Tomé Pires e Duarte Barbosa, também eles ocupando um cargo semelhante na hierarquia administrativa portuguesa de então e que vão ser os autores de um relato que obedece aos propósitos narrativos esboçados nesta missiva de Álvaro Vaz.

---

[7]"Per a primeira frota, de que foi fernão soares, mandey a vosa alteza dous cadernos, ambos de huum theor, de todo o que se caa pasara e acontecera, e huum per elle mesmo, e o outro per aluoro lopes, escripuam da naao de que antam gonçalues era capitam, e ambos em senhos cofres fechados pera os nom verem(...)" *Ibidem*, p. 354.

[8] Cf. António Alberto Banha de Andrade, *Mundos Novos do Mundo*, p. 415.

[9]"(...) todalas ilhas e lugares que neste maar da Imdia e pela costa daquy tee Melaqua jazem e asy as mercadorias que ha em cada hũa e das nosas quaees sam pera la milhores e os preços dhũuas e doutras etc[a]"ANTT, *Gav.* XV,2-36, publ. *As Gavetas da Torre di Tombo*,Lisboa, Centro de Estudos Históricos Ultramarinos, 1964,IV, p.132.

Surgem, deste modo, outras narrativas que não se centram apenas na digressão discursiva do relato de um percurso. Apesar de a sua estrutura ser subordinada ao trajecto seguido, esses textos procuram esboçar notas históricas, quadros de costumes, e, obviamente, o enquadramento geográfico. Neste âmbito importará destacar as obras de Tomé Pires e de Duarte Barbosa. Estas revestem-se de interesse para o nosso trabalho por razões óbvias, já que tanto Duarte Barbosa como Tomé Pires são fontes devidamente assinaladas pelos cronistas da Expansão.

Ao narrar a actuação do governador Lopo Soares, Gaspar Correia afirma que, em 1516, este teria despachado Fernão Peres de Andrade para a China segundo ordem do monarca. Peres de Andrade seria acompanhado por um Tomé Pires, filho do boticário real, que se interessava pelas *cousas* do Oriente, e muito particularmente da China. Tomé Pires pretendia escrever sobre elas[10]. O autor das *Lendas da Índia* descreveria a embaixada em que Tomé Pires participaria em Cantão[11], acentuando o facto de este ter enviado um livro, onde daria conta das riquezas e grandezas do rei da China, as quais, no entanto, pareciam *duvidosas de crer*[12].

Por seu turno, Castanheda descreve de um modo algo diferente a inclusão de Tomé Pires nesta expedição. Para este cronista, a sua presença na embaixada devia-se ao facto de Peres de Andrade não ter levado do reino embaixador indigitado pela coroa. Assim, tal escolha ficaria a cargo do governador que teria escolhido Tomé Pires por ter sido boticário do princípe D. Afonso, e

---

[10] "(...) hum Thomé Pires, filho do boticairo d'ElRey dom João, que era muyto corioso de saber todolas cousas da India, por ysso veo com elle embarcado pera hir n'esta viagem da China, que em Portugal se fallauão grandes cousas da China que o Thomé Pires cobiçou de hir saber e vêr, pera as escreuer, como depois foy, e adiante d'elle contarei."Gaspar Correia, *Lendas da Índia*, II, p. 473.

[11] Cf.*Ibidem*, II, pp. 528-529.

por ser um homem discreto e conhecedor de várias das drogas que diziam existir na China[13]. No momento em que o cronista relata a embaixada, volta de novo a repetir estas mesmas informações[14].

Finalmente, João de Barros, para além de citar as suas qualidades como boticário, refere a sua aptidão para as letras. Segundo este cronista, Tomé Pires era um homem discreto, aprazível, curioso e possuidor de um espírito vivo[15]. Estas referências contribuem com informações relevantes sobre este autor, cuja biografia foi esboçada por Rui Loureiro na edição crítica de *A Suma Oriental*[16]. No âmbito do nosso trabalho, importará salientar as vertentes culturais que funcionaram como matriz do seu escrito e indiciar possíveis influências que o seu texto teria exercido nas descrições dos cronistas da Expansão.

As ligações de Tomé Pires a Lopo Soares ficaram bem evidenciadas. Tomé Pires teria exercido o seu lugar de boticário do príncipe, seguindo a profissão que já teria sido a de seu pai, como escreveu Gaspar Correia. Castanheda coloca-o junto do infante D. Afonso. Por seu turno, Jaime Walter,

---

[12] Cf.*Ibidem*,II, p.678.

[13] "(...)porq̃ não leuãdo Fernão perez de Portugal embaixador dirigido pera elrey da China ſenão quẽ elle quiſeſſe:deu o gouernador eſte officio a hũ Thome pirez que fora boticairo do principe dom Afonſo, & deulhe ho gouernador eſte cargo por ſer homem diſcreto & curioſo,& pera conhecer muytas drogas q̃ lhe dizião q̃ auia na China(...)"Fernão Lopes de Castanheda, *op. cit*, I, p.876.

[14] Depois de afirmar que os presentes tinham sido guardados numa casa e que a chave tinha sido dada ao embaixador:"(...) que auia nome Thome pirez & fora boticairo do principe dõ Afonſo, & por ſer diſcreto & curioſo pareceo bem ao gouernador mandalo coeſta embaixada, q̃ el rey de Portugal não ho mandaua coela, antes cuydando q̃ el rey da China eſtaua perto mandou a Fernão perez que mandaſſe lá hũ dos ſeus capitães, ou quem lhe bem pareceſe. E ho gouernador não quis ſe não mandar eſte Tome pirez, que mandou com conſelho dos fidalgos & capitães da India, polas cauſas q̃ digo, & porque conheceria melhor que os outros as drogas que auia na China." *Ibidem*, I, p. 922.

[15]"E poſto que nam ꝙa o mais abil & aucto que podia ſer: porque alem de ter peſſoa & natural deſcripçam, com letras ſegundo ſua facultade & lárgo de condiçam & apraziuel em negóçear: ꝙa muy curioſo de enquerer & ſaber as couſas,& tinha hum ſpirito viuo pera tudo."João de Barros, *Asia...Terceira Década*, fl.51v.

[16] Cf. Rui Loureiro,*op.cit.*,pp.13-26.

partindo da indicação não explicitada de Afonso de Albuquerque numa carta de 1513, considera ser este o príncipe D. João, futuro rei de Portugal[17]. Considerando todavia o pressuposto de que Tomé Pires teria começado a exercer esta sua profissão antes de 1490, constatar-se-á que lhe teria sido possível, num primeiro momento, ocupar esse lugar junto do príncipe D. Afonso, e, num segundo momento, junto do príncipe D. João, segundo a harmonização de dados formulada por Rui Loureiro.

Dever-se-á igualmente salientar a sua presença na corte. Como recorda João de Barros, teria as letras necessárias ao exercício do seu mester, ainda que não se encontre a nomeação das autoridades que legitimariam o seu discurso no momento em que trata das *drogas* e das *especiarias*. Esta seria uma prática corrente ao tempo, basta recordar o modelo discursivo de Garcia da Orta.

Os propósitos narrativos são obviamente distintos. Além de não possuirmos a narrativa original, e reportando-nos ao texto em língua portuguesa, constata-se que as cópias manuscritas apresentam diferenças; sejam elas a de Paris, pela primeira vez publicada por Armando Cortesão em 1978, ou a de Lisboa, publicada por Rui Loureiro em 1996. A primeira edição quinhentista que, como sabemos, foi italiana, é traduzida, e por isso trabalhada pelo compilador, merecendo um tipo de análise diferente. Esta obedece aos intentos de Ramúsio(1500), o organizador do volume, e responde aos anseios do seu público.

Aliás, segundo Rui Loureiro, Tomé Pires referiria Giovanni de Empoli[18], numa passagem que só encontramos no manuscrito de Paris, e que não oferece a

---

[17] *Ibidem*, p. 15.

[18] Sobre esta figura Cf. António Alberto Banha de Andrade, *Mundos Novos do Mundo*,pp. 762-768.

mesma leitura a Armando Cortesão no seu estudo crítico sobre este manuscrito[19]. Dever-se-á ter igualmente em atenção o facto de uma carta de Empoli aparecer inclusa no primeiro volume da sua *Delle Navigationi et Viaggi*...de Ramúsio nos fls158v-188v. Este texto refere-se todavia à primeira jornada na Índia no ano de 1503. Contudo, seria Andrea Navagero que, entre 1525 e 1528, teria adquirido em Lisboa a cópia da narrativa de Tomé Pires que serviria de fonte a Ramúsio[20].

Para além da sua formação em Portugal, é possível que outros contactos com a cultura europeia da época se tivessem estabelecido, possivelmente com a italiana. Tomé Pires refere que no Malabar a linguagem seria como em Itália[21], citando de um modo algo negativo as *sumas* ou *tratados* sobre as *coisas* do mar que evocariam as suas maravilhas, embora só se debruçassem sobre curtas viagens de não mais de 15 dias que teriam sempre como ponto de referência a costa[22].

Através dos indícios colhidos nesta obra, revelam-se as leituras das *humanidades* correntes ao tempo, ainda que não se verifique uma certa interiorização dos saberes clássicos. A *Suma* inicia-se com uma citação de Aristóteles, sendo vagamente nomeados escritores que trataram da Pérsia: Marco Polo ou Varthema? Não se evidenciariam, porém, influências de outros autores anteriores. Esta obra surge, pelo contrário, como uma relação essencialmente baseada em dados pela primeira vez compilados pelo autor; no caso da utilização

---

[19] "(...) os mouros pola maneira que forõ guanhamdo os Regnos hos vam perdemdo o Regno sem portos casa he sem portas noso sõr he o que q ̃ho perdimento de mafamede E Joane o esp ̃iuão o faz trigoso Ja he tempo(...)"Armando Cortesão, *A Suma Oriental*...,p.215. Armando Cortesão anota o nome Joane e escreve São João, autor do Apocalipse?

[20] Cf. Rui Loureiro, *op.cit*, p. 32, e George B. Parks,"The Contents and sources of Ramusio's *Navigationi*, in Gian Battista Ramusio, *Navigationi et Viaggi-Venice 1563-1606*, Amsterdão, R.A.Skelton& George B. Parks, 1967-1970, III, p.12.

[21]"(...) limguoagem he toda huũa .casy como em Jtalia (...)"Rui Loureiro, *O manuscrito de Lisboa da Suma Oriental' de Tomé Pires(contribuição para uma edição crítica)*, p.173.

de outras notícias que não as suas observações, estas deveriam ter sido colhidas na Índia[23]

Com efeito, Tomé Pires teria partido para aquelas paragens por volta de 1511, na armada de D. Garcia de Noronha, sobrinho de Afonso de Albuquerque[24], permanecendo em Cananor durante alguns meses. Aí desempenharia o cargo de feitor das drogas. A sua carta, escrita de Cochim e endereçada ao monarca D.Manuel, datada de 27 de Janeiro de 1516, demonstra, por um lado, o domínio que este boticário teria das plantas orientais, e, por outro, a meticulosidade que colocava no seu trabalho. Refira-se, contudo, que esta missiva não é objecto do nosso estudo[25]. Afonso de Albuquerque chamá-lo-ia a Cochim, enviando-o a Malaca. Nesta cidade teria feito uma inquirição com Rui de Araujo e com o capitão da praça sobre Afonso Gomes e João Viegas com vista ao apuramento de alegadas irregularidades praticadas[26].

No ano de 1512 estaria em Malaca onde ocuparia os lugares de escrivão da feitoria, contador e vedor, vindo a usufruir de uma boa situação económica, tal como ele próprio descreve na carta que envia a seu irmão, datada de 7 de Novembro de 1512[27]. Em 1515, teria regressado à Índia. Com a chegada, em Setembro de 1515, de Lopo Soares de Albergaria, efectiva-se a armada de Fernão Peres de Andrade, partindo Tomé Pires como embaixador, e desembarcando em

---

[22]"(...)cita depreciativamente as 'sumas ou tratados 'sobre as 'cousas do mar', que falam 'maraujlhas nas cousas do mar', quando na realidade tratam de curtíssimas viagens de não mais de 'XV dias sempre a vista de terra'(...)"*Ibidem*, p. 18.

[23] Cf.*Ibidem*, p. 162.

[24] Como já referimos Rui Loureiro elabora uma documentada nota biográfica sobre este boticário, Cf. *op. cit.*, pp.13-26.

[25]ANTT, *C.C.*,P. I[a], m. 19, doc.102, publ. Armando Cortesão, *A Suma Oriental*..., pp. 446-458.

[26] ANTT, *C.C.*,P.I[a], m.13, doc.110, publ., *Cartas de Afonso de Albuquerque* ,I, p. 145.

[27] Cf. Rui Loureiro, *O manuscrito de Lisboa*...,p.23.

Cantão. Morreria por volta de 1527 no interior do território sem que tivesse conseguido concretizar a sua missão[28].

Várias foram as cópias feitas do seu escrito, das quais conhecemos, pelo menos, três: a que surge sob o nome de manuscrito de Paris que teria sido oferecida a D. Duarte de Meneses; o manuscrito de Lisboa, menos extenso que a anterior; e a que teria sido utilizada por Ramúsio. Armando Cortesão consideraria que esta última seria um apógrafo próximo do manuscrito de Lisboa. As cópias servem, porém, a finalidade do seu copista. Observemos a razão desta constatação.

O manuscrito de Lisboa encontra-se num códice onde se inclui igualmente a "Chronica geral dos susesos do Reino de Gusarate a q*ue* chamaa*m* de Cambaia"[29], provavelmente escrita por volta de 1535. Deverá ser igualmente considerado o facto de ambos os textos terem sido copiados na mesma altura. No entanto, como Sanjay Subrahmanyam assinalou no colóquio *Cinco Séculos de Arabismo e Orientalismo em Portugal (1497-1997)*, esta crónica é um texto nitidamente indo-português, atribuído a um Diogo de Mesquita que esteve durante algum tempo preso do sultanato de Gujarate e que noticia as atribulações passadas após a morte do sultão Modafar[30].

---

[28]Cf. *Ibidem*, p. 25.

[29] BNL, *F.G.*, cod. 299, fls.1-41v.

[30]Aliás, no Arquivo da Torre do Tombo encontra-se:"(...) older manuscript version (...) entitled "Capitulo das causas que passarão no Reyno de Guzarate depois da morte de Sultão Modafar" and thus logically begins with the succession struggle at the death of Sultan Muzaffar Shah (in 1525). A later copy from the seventeenth century in the Biblioteca Nacional bears the rather more pompous and misleading title of'Chónica Geral dos Sucessos do Reyno de Gusarate a quem chamão Cambaya'" Comunicação apresentada no referido colóquio, Abstract de Sanjay Subrabmanyam, "Minating in the successful defence The Crónica dos Reis de Bisnaga and the Crónica do Guzarate:Two Indo-Portugueses Texts of the XVIth Century."Estas crónicas sofreram as suas edições em português respectivamente: *Crónica dos Reis de Bisnaga*,publ.,David Lopes, Lisboa, Imprensa Nacional, 1897. *Crónica do Reino de Guzarate*, Traduzida por Francis A, Mendonça, S.I., ed.S. C. Misra, K.S. Mathew, Baroda, 1981(publ. 1ª vez 1934).

Ora, para quem lesse tal códice, ser-lhe-iam facultados um conjunto de dados relativamente a diferentes espaços de domínio português, sendo possível colher informações locais sobre momentos particularmente difíceis da presença portuguesa, nomeadamente no que diz respeito ao domínio em Diu e à tentativa de corte efectivo da saída de especiarias pelo mar Vermelho e golfo Pérsico.

Por outro lado, assiste-se a uma certa lógica de construção da compilação, pois a estrutura de *A Suma Oriental* é para ler e não para *rotear*, como o próprio autor escreve[31]. O seu discorrer narrativo formula-se a partir da Árabia, e, como sabemos, um dos pontos nevrálgicos do nosso domínio do Índico, é exactamente o Guzarate. Esta zona, mais concretamente, Cambaia, sempre esteve na ordem das preocupações portuguesas. Recorde-se as contestações levantadas pelos sultanatos locais à presença portuguesa naquele espaço; recorde-se toda a luta para a tomada da praça de Diu por Nuno da Cunha, as sucessivas disputas que levariam à morte do rei Badur e a construção da fortaleza portuguesa, o primeiro cerco de 1538, e, cerca de dez anos depois, o segundo cerco. Possuir informações sobre esta região seria, pois, crucial nesta época.

Ainda que muito lateralmente, *A Suma Oriental* satisfaria tal curiosidade. A sua lógica discursiva segue uma organização diferente da dos relatos de viagem, ou da cronística, entendida aqui num sentido mais amplo, e sinónimo de relato de acontecimentos que podem estar directamente relacionados com um espaço localizado, com a actuação de uma *personalidade*.

A sua ordenação narrativa acompanha uma logicidade geográfica. O núcleo ordenador é composto por cinco rios, todos na Ásia, os quais formulariam linhas de fronteira natural: como Tomé Pires escreve; o próprio Nilo dividiria a África da Ásia. Para além deste, seriam consignados o Tigre, o Eufrates, o Indo e o

[31] Cf.Armando Cortesão, *A Suma Oriental*, p.336.

Ganges. Esta narrativa dividir-se-ia em cinco partes, sendo a última das quais dedicada às ilhas[32]

Banha de Andrade sintetiza a orgânica dos diferentes livros que integrariam esta obra, tratando o primeiro o Egipto, Ormuz, Pérsia, até Cambaia; o segundo, abrangeria Decão, Goa, Kannará, Narsinga, Malabar e Ceilão; o terceiro, Bengala, Arrakan, Pegu, Burma, Camboja, Champa, Cochinchina; o quarto, a China, Riukiu, Japão, Bornéu e Filipinas; o quinto, Samatra, Java, Banda, Ceram, Amboino, Molucas e outras ilhas; e o sexto livro, Malaca.

Ao confrontarmos esta enunciação com o mapa incluso por Armando Cortesão dos topónimos e itinerários de Tomé Pires, e ao contrapormos as descrições das viagens por nós mencionadas no segundo capítulo deste estudo, torna-se clara, a distinta intencionalidade do autor. A esta subordinar-se-ia igualmente não só uma diferente formação cultural, mas também a informação recolhida.

Tomé Pires salvaguarda a possibilidade de as suas indicações geográficas não corresponderem, seja ao conhecimento anterior, seja a uma nova *notação*, escrevendo, ao referenciar a ilha de Amboino e a sua proximidade da de Banda, que, se tal informação, não for a dos pilotos, tal dever-se-ia a dados recolhidos junto de mouros e nas suas cartas[33].

---

[32] "A *primeira* parte do livro compreenderia, pois as Arábias(Pétrea, Deserta e Felix, 'a Persia dos arabios'); a *segunda*, a Pérsia, Afeganistão e Paquistão ('a provynçia dos persas naytaques) ('do Eufrates athe o Imdo'); a terceira, 'os resputes Cambaia daquem Guoa, do Imdo ao Gamges a Imdia do Malabar e a provimcia da queliis, em que emtra o Reyno dorixa'até à boca do Ganges, em Camboja; a quarta,'despois de Camboja ahee a China tratarsea'"António Alberto Banha de Andrade, *Mundos Novos do Mundo*, p. 582.

[33]"(...)for afastado dos pilotos eu nom so culpado por q̃ nisto me cometo a quem la foy ysto tenho sabido por mouros por suas cartas que mujtas vezes vy(...)" Armando Cortesão, *A Suma Oriental*...,p.336.

A dedicatória no manuscrito de Paris indica claramente o desejo de que esta narrativa fosse entregue ao rei. Aí se explicitam também os propósitos narrativos do autor e o enfoque dado ao domínio português e aos seus contactos com a *Arábia*; no fundo, a contraposição de dois domínios, o cristão e o mourisco. Não deixa de descrever o *momento*, ou melhor, de apelar aos feitos mais recentes que teriam ocorrido no momento da redacção do seu texto. Pensa-se que o manuscrito de Paris teria sido elaborado pouco depois do original e o de Lisboa, entre 1522-1526[34]. Como é assinalado na recente edição crítica do manuscrito de Lisboa, encontram-se várias notas que indicam a actualização de que a referida cópia teria sido alvo.

Na dedicatória ao monarca, e após assinalar o medo que estaria presente nos espaços sobre os quais ele, autor, se debruçaria, afirma Tomé Pires a força do domínio da coroa portuguesa conseguida através da actuação do "animoso", "astucioso", "previdente" na guerra, e em tudo "prudentíssimo" Afonso de Albuquerque[35] É certo que não deixou igualmente de mencionar a morte do vice-rei D. Francisco de Almeida, ainda que o tenha feito como mera referência, enquadrando o acontecimento no seu fluxo narrativo e não o nomeando através de um discurso laudatório[36].

Uma das questões que se colocam é a de saber se os cronistas da Expansão, e apesar das devidas ressalvas face às cópias que conhecemos, se

---

[34] Cf. Rui Loureiro,*op.cit.*, p. 39

[35]"(...) E curam mais de sse fazer fortes que de cometer forças com suas armadas tudo yso causa o gramde poder que vosa alteza q^{a} traz eixercitado & guerreado pollo muy manifiquo E Jngemte cavaleiro afonsso dalboquerq^{e} seu capitam geeraall. anjmosso astuçioso providemte na guerra E no all vmano prudemtisymo que comtinoada mente com tamto trabalho ora na Jndia alta ora na arabia & no meio nom çesa guerremdo o nome de mafamede(...)" Armando Cortesão, *A Suma Oriental...*, p. 130.

auxiliaram ou não deste relato de Tomé Pires. Já nomeámos a citação claramente feita por Gaspar Correia a este boticário e embaixador português na China. Por seu turno, Armando Cortesão delineou as proximidades existentes entre a descrição da ilha de Samatra elaborada por Tomé Pires e por João de Barros[37], e Rui Loureiro, no seu estudo *A China na Cultura Portuguesa*, referenciou algumas informações que, aquando da descrição e contextualização histórica de Malaca, traçam as proximidades narrativas entre Tomé Pires e Brás de Albuquerque[38].

Não será igualmente de estranhar que o próprio Fernão Lopes de Castanheda tenha consultado este escrito, ou uma das várias cópias que correram em Lisboa. Apesar das dificuldades nomeadas no prefácio do texto de Tomé Pires, Ramúsio conseguiu uma cópia, ainda que imperfeita. Isto, entre 1525-1528, numa altura em que se disputava entre as coroas ibéricas a posse das Molucas. É assim perfeitamente possível que Fernão Lopes de Castanheda se tenha auxiliado de *A Suma Oriental*. Contudo, a voz matricial do autor da *História do Descobrimento e Conquista da Índia pelos Portugueses* é sem dúvida Duarte Barbosa.

Este é um homem da Expansão. Os dados biográficos disponíveis traçam a existência ao tempo de três homónimos. Vejamos dois deles através do perfil sucintamente traçado por Luís de Albuquerque após a colecção de dados laboriosamente recolhidos por historiadores como Sousa Viterbo e G. Schurhammer. Deparamos com um primeiro Duarte Barbosa, sobrinho, e não filho, de Diogo Barbosa, que teria sido alcaide de Sevilha, e cunhado de Fernão

---

[36] " Se dos trogloditas E gemtes que matarom o VisoRey tiurera a velocidade pa caminhar & ver como tiuea diligemcia de emquerir o q̃ nom vy nom fora maravilha. mais copiosa ser esta brebe suma asy que quererme meter na medida terra."*Ibidem*, p. 131.

[37] *Ibidem*, pp.378-379, n. 394.

[38] Cf. Rui Loureiro, *op. cit.*, p.32, n. 105.

de Magalhães. Encontramo-lo na viagem de circum-navegação, perecendo nas Filipinas ao lado do comandante[39].

Teria existido um segundo homónimo detentor do lugar de piloto na carreira da Índia. Este realizara duas viagens, a última das quais em 1519, tendo regressado oito anos depois, segundo o que em 1527 escrevera a D. João III. Em Março de 1532, estando em Lisboa, receberia um despacho régio que lhe dava o ordenado de oito mil réis, pela sua actividade de piloto, ao que se deve acrescentar os doze mil réis recebidos por ser cavaleiro. Teria morrido em 1533[40].

O último Duarte Barbosa que referenciamos seria o nosso autor do *Livro das Coisas da Índia*. Este ocuparia o lugar de escrivão da feitoria de Cananor. Numa das suas cartas datadas desta praça a 12 de Janeiro, Duarte Barbosa escreve que teria chegado a Cananor no ano de 1511 com D. Aires Correia. Para além dos assuntos correntes e do relato de algumas questiúnculas locais, termina a sua missiva com o pedido de que o seu lugar na escrivaninha seja confirmado pelo monarca. Duarte Barbosa afirmaria nesta mesma carta que teria levado um alvará régio em que seria provido da primeira escrivaninha que vagasse, o que aconteceria por morte de João de Ávila.

No entanto, nesse ano de 1513, Duarte Fernandes teria chegado à Índia com um alvará para preencher o lugar de escrivaninha deixado vago por João de Ávila[41], renovando Duarte Barbosa o pedido de que lhe fosse entregue o referido lugar. De acordo com Sousa Viterbo, a sua vida em Cananor não teria sido fácil, chegando mesmo a receber, ainda segundo ele, ordem de prisão do governador, sem que a razão que a motivaria fosse expressa e apesar da protecção do rei local.

---

[39] Cf.Luís de Albuquerque, *Livro do Que Viu e Ouviu no Oriente Duarte Barbosa*, p. 174.

[40] Cf. *Ibidem*.

[41] "(...) pera a escrevaninha de Joham dauila, com os seguros das naaos da terra, e pedromem por feitor (...)"ANTT, *C.C*, P.I[a], m. 12, doc.56, publ., *Cartas de Afonso de Albuquerque*, III, p.50.

Este evento seria relatado numa carta de 17 de Maio de 1514 assinada por Gonçalo Mendes e Francisco Nogueira[42].

Por seu turno, Gaspar Correia afirma que o conheceu na Índia[43]. A dado momento nomeia-o como sendo o sobrinho de Gil Fernandes Barbosa que em 1502 ocupava o lugar de feitor de Cananor. Este sobrinho teria aprendido a língua dos malabares, falando-a fluentemente[44]. O autor das *Lendas da Índia* referencia a actuação de Duarte Barbosa no desempenho de funções como *língua* junto de Afonso de Albuquerque [45].

Duarte Barbosa teria escrito este seu livro por volta de 1516. Em 1517 acompanharia o governador Lopo Soares ao mar Vermelho, voltando a Cananor no ano seguinte, e ocupando o lugar de primeiro escrivão a partir de 1519-1520. Em 1518, quando D. Aires da Gama regressa à Índia, este profere pesadas críticas sob o estado das *cousas* e reafirma a sua confiança em Duarte Barbosa e em Fernão Mendes, a quem deveria ser confiada a fazenda que vai para Baçalor[46].

---

[42] ANTT, *C.C.*, P.I[a], m.15, doc.37, parcelarmente publicada por Sousa Viterbo, *Trabalhos Náuticos dos Portugueses séculos XVI e XVII*, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda,1988, p. 45.

[43] "(...) vi alguns volumes e mormente um liuro que d'isso fez Duarte Barboza escrivão da feitoria de Cananor(...)" Gaspar Correia, *Lendas da Índia*, I, p.2. Igualmente refere Correia ao tratar do Malabar: "Nesta gente Malauar ha dezanoue gerações de gente, e cada huns apartados sobre si por leis e costumes, de que aqui nom fallo, porque adiante em outros lugares o hei de fazer de força, porque minha tenção he nom escreuer nada destas terras e seus costumes, como houve alguns que o fizerão, em que foy hum delles Duarte Barbosa, sobrinho do feitor de Cananor Gil Fernades Barbosa , que fes hum Tratado, que eu vi, de todalas terras, gentes, leis, costumes, e tratos, começando dos Lequeos, correndo todo o mar, que acabou no cabo da Boa Esperança." *Ibidem*, I, p.357.

[44] Este Gil Fernandes tinha hum sobrinho chamado Duarte Barbosa, que estando com elle em Cochym aprendeo a lingoa dos Malauares, que a fallaua melhor que os próprios da terra."Gaspar Correia, *Lendas da Índia*, I, p. 335.

[45] Cf.*Ibidem*, I, p.377 e Cf.*Ibidem*, II, p.122.

[46] (...) que vos daryam della comta pois he tam perto desta fortalleza que na verdade elles ho deviam a fazer he esta feitorya esta sem elles terem nada que fazer he daqui a quatro legoas esta hũu moço de Pero Coresma por feitor he outro moço seu por esprivam de muita fazenda vosa he ho voso feitor e esprivães vosos cryados estam sem na vosa feitorya aver em que vos sevir nom

Só voltamos a encontrar notícias suas em 1529. É, então, ainda escrivão e serviria de intérprete nas negociações de paz com o samorim[47]. A sua morte ocorreria entre Setembro de 1546 e Maio de 1547[48].

As vicissitudes do *Livro das Coisas da Índia* foram já brevemente por nós apontadas no segundo capítulo deste trabalho. António Alberto Banha de Andrade assinala a existência de várias cópias, elaborando mesmo um breve historial das diferentes notícias coligidas. Menciona uma cópia que se conservaria na biblioteca de Barcelona, tendo chegado a esta cidade pelas mãos de um embaixador genovês, e que teria sido publicada em 1865, numa versão inglesa da autoria de Henry Stanley, pela Haklut Society. A cópia de Barcelona teria sido interpretada por Diogo Ribeiro, um português que desempenhava o lugar de cosmógrafo na Casa da Contratação de Sevilha. Outra cópia teria viajado com Fernão de Magalhães, visto ser ao tempo (1519) ainda a melhor recolha de informações sobre as terras do Oriente[49].

Banha de Andrade refere um exemplar deste mesmo livro depositado na Torre do Tombo, cujo códice contém igualmente um roteiro da viagem de Fernão de Magalhães. Este exemplar seria utilizado por volta de 1541 pelo cosmógrafo Alonso de Santa Cruz, na sua obra intitulada *Islario General.* Este autor atribuiria a autoria deste livro ao próprio Fernão de Magalhães[50].

---

entendo isto."Carta de Aires da Gama a el rei D. Manuel, *As Gavetas da Torre do Tombo*, IV, 1964, p. 219.

[47]Cf.Luís de Albuquerque, *Livro do Que Viu e Ouviu no Oriente Duarte Barbosa*, p.174.

[48] Este é o momento apontado por Luís de Albuquerque, embora Luís Filipe Barreto defenda que:"(...) a morte do nosso escrivão etnólogo deve ter acontecido o mais tardar em meados de 1545, pois que em 28 de Outubro deste ano, o primeiro-escrivão mencionado no inquérito de D. João de Castro é Lopo de Aguiar"Luís Filipe Barreto, *Descobrimentos e Renascimento-Formas de ser e pensar nos séculos XV e XVI*, p.149.

[49]Cf. António Alberto Banha de Andrade, *Mundos Novos do Mundo*, p.782.

[50] Na realidade, porém, é a mesma obra de Duarte Barbosa, com interpolações posteriores, decerto pertença do navegador. Este, exemplar, junto ao de Diogo Ribeiro -se nem um nem

Outro exemplar estaria depositado na biblioteca dos Marqueses de Fronteira. De acordo com Luciano Ribeiro, este seria da autoria de João de Barros. As razões de tal hipótese residem provavelmente no facto de, no momento em que são referenciadas as terras do Preste João, a notícia ser substituída pela informação contida na narrativa de Francisco Álvares que só deu à estampa em 1540.

É ainda Banha de Andrade que dá notícia do apógrafo que serviria de base à primeira edição em língua portuguesa desta obra, pela Academia das Ciências, na qual Sebastião Francisco Mendo Trigoso confronta a sua cópia com a de Ramúsio. Recordando as palavras de Luís de Albuquerque, urge um estudo aprofundado sobre esta obra, mas não só tendo em atenção os três manuscritos conhecidos em Lisboa, como escreveu este historiador, mas também o seu confronto com as narrativas conhecidas e depositadas noutros fundos, como os exemplares de Munique, Barcelona, Biblioteca Nacional de Madrid, Biblioteca Nacional de Paris.

Ao trabalharmos com as cópias dos exemplares é sempre necessário ter em atenção várias vertentes: eventuais critérios e intenções do copista; estruturas base da narrativa; análise das diferentes sequências discursivas. Só através da aproximação ao texto, construído a partir das confluências constantes entre os diferentes apógrafos, é que será possível a sua descoberta. Mesmo sem que esse trabalho de determinação exacta do escrito tenha ainda sido realizado[51], e não sendo obviamente esse o propósito deste trabalho, constatar-se-á que a

---

outro serviu para tirar a cópia de Ramúsio- constitui um grupo de três manuscritos do *Livro* de Barbosa, existentes em Sevilha, na primeira metade do século XVI."*Ibidem*, p. 783.

[51] Já Luis de Matos, na sua obra, *Alguns Manuscritos Ultramarinos da B. N. de Lisboa*, Lisboa, 1971, se tinha pronunciado sobre as sérias dificuldades que a fixação do texto de Barbosa levantava.

matriz informante das crónicas da Expansão foi sem dúvida o texto, aqui considerado como a *unidade, a constância* que se releva da leitura[52].

Os seus segmentos descritivos elaborados a partir do percurso que acompanha a geografia física, surgem sempre a par da geografia humana dos lugares, numa busca, idêntica à de Tomé Pires, de aproximação ao *Outro*. Assim se percepcionam as teias sociais e económicas que se revelam nas texturas civilizacionais. Luís Filipe Barreto sintetiza o que considera ser o horizonte do conhecimento de Barbosa. O seu processo parte dos sentidos, e da recolha destas impressões, combinando com o entendimento dos mesmos. Buscaria, com efeito, o rigor da informação, onde as palavras:"(...) procuram imitar as coisas e o lisível convida-nos a um visível do próprio mundo à mão."[53]

Por seu turno, Tomé Pires seguiria um processo técnico-prático em que, partindo do que ele próprio afirma ser o seu processo de construção primeiro, isto é, o *estilo mecânico* empregue por qualquer artifice[54], a sua ordenação discursiva seria posteriormente filtrada pela *verdade*, partindo o seu conhecimento da impressão sensitiva. Deparamo-nos, como é óbvio, com dois discursos diferentes: na obra de Duarte Barbosa o fascínio da orientalidade seria o seu núcleo condutor, enquanto os aspectos prático-mercantis, fruto de uma vivência individual, e a estruturação de leituras, e formas de olhar dos Antigos

---

[52]Não sendo do âmbito do nosso trabalho, a edição crítica desta obra, confrontamos neste nosso trabalho estruturas narrativas e as respectivas sequências ou segmentos narratológicos. Assim para um confronto imediato do texto assinalamos as passagens no que foi a sua primeira edição em português elaborada por Mendes Trigoso no final do século XIX e inclusa na *Colecção de Notícias para a História e Geografia das Nações Ultramarinas Que Vivem nos Domínios Portugueses*, edição esta reeditada por Neves Águas sob o título *O Livro de Duarte Barbosa* . Reportamo-nos igualmente à edição elaborada por Luís de Albuquerque que confronta os três códices existentes em Portugal.

[53] Luís Filipe Barreto, *Descobrimentos e Renascimento- Formas de ser e pansar nos séculosXV e XVI*,p. 156.

[54] Cf.Armando Cortesão, *A Suma Oriental...*, p. 133.

sobre o diferente, enformam as palavras de Tomé Pires. Ainda que as leituras não se revelem na sua forma mais pura e próxima do texto, a sua estruturação, até pelo confronto esboçado, recorda os Antigos[55].

2. Os costumes como construções plurais de um olhar sobre o *Outro*

A ressalva do experienciado é algo de presente nas crónicas da Expansão, revelando-se como marca do nosso Renascimento. A valorização do presente é característica do olhar sobre o que nos rodeia. A transmissão do real, porque novo, porque diferente, porque desejado, é propósito dos que, ao escrever, transmitem esse seu olhar. Esse olhar denuncia uma funcionalidade autónoma do sujeito que escreve, seu autor, servindo como demonstração de um poder. Face a estes pressupostos e porque eles consubstanciam a escrita, deveremos desvendar os eventuais modelos de que se servem em termos globais os sujeitos autorais para cumprir essa mesma função.

Partimos, no fundo, do princípio de que a associação do real com a sua representação, a sua imagem, oferece o quadro formal não só da *inteligibilidade* mas também da *pensabilidade* do mundo[56]. Defendemos que a cronística da Expansão funciona como discurso legitimador de um domínio português no Oriente, no concerto mais alargado dos estados europeus. No entanto, o espelhar desse domínio passa igualmente pelo olhar sobre o *Outro*, pelos processos reveladores dos vários tecidos civilizacionais .

---

[55]"(...) se na tall deujsaõo parecer algũua cousa superflua ou mjmgoada ou Discrepamte a cosmogija fradansellmo E tolomeu E out°s nom pareça noujdade por que os taẽes mais por nouas que por p̃tiq[a] o sentiromnos q[a] tudo pasamos espememtamos & vemos(...)"*Ibidem*.

[56] Cf.Fernando Gil, *Mimésis e Negação*, Lisboa, Imprensa Nacional -Casa da Moeda, 1971, p. 38.

Importa-nos o olhar que se revela na cronística da Expansão, tendo em atenção os processos de construção utilizados pela matriz, isto é, pelo texto *fundador*, entendido enquanto primário. Observar de que modo se operaram mudanças, se mantiveram processos, se revelou um olhar num novo texto que obedece a uma identidade estrutural nova, é o nosso próximo passo. Deverá ser dado, não só por ser outro o autor - em vez de Duarte Barbosa, agora Fernão Lopes de Castanheda, João de Barros, ou Gaspar Correia-, mas também porque tais recorrências se incluem numa crónica mais geral sobre a presença portuguesa no Oriente, e, apesar das vicissitudes, pretendem e conseguem, nos casos de Castanheda e Barros, o beneplácito régio.

Analisemos então as construções do *olhar* na cronística da Expansão que passam, nomeadamente, pelo modelo de descrição. No texto de Duarte Barbosa, ou mesmo no de Tomé Pires, a descrição, seja por natureza ou por essência, não necessita da acção; ou melhor, a descrição é ela própria acção no seu posicionamento face ao sujeito, isto é, acção interior não só de quem a elabora mas igualmente de quem lê[57]. No caso da cronística da Expansão a descrição integra a narração. É entendida e usada como elemento retórico, a *Ekphrasis*, a qual seria ainda definida na Antiguidade Clássica enquanto a escola, o lugar de exercício, para o discurso expositivo, a evidência dada ao olhar[58].

Ora, a descrição ganha contornos de ser o percurso de um olhar. A sua cadência não corresponde à sucessão rápida de acontecimentos. Em contrapartida, a escrita é demorada, prosseguindo a sua própria ordenação a qual não será necessariamente lógica, mas poderá passar pela verbalização da

---

[57]Cf. Heitor Gomes Teixeira " Viagem à superficie do texto."in Stephen ReckertJ. K. Centeno, *A viagem 'entre o real eo imaginário'* Lisboa, Arcádia, 1983, p. 53.

[58]Cf. Alex Preminger, T. V. F. Brogan ed., *The New Princeton Encyclopedia of poetry and poetics*, p.320.

sequência da percepção visual, ou pela logicidade ordenadora do discurso. No entanto, um dos vectores a ter sempre presente nessa exposição do olhar será a transposição da ideia, pois a descrição é tornar visível, *é ver e fazer ver o que se viu*[59]. No caso da cronística da Expansão poderá ser o que outrém viu e incorporou num processo mais alargado do que os portugueses viram. Daí a importância que ganhará o modo como um *Eu colectivo* é interiorizado e assumido no seu confronto com os *Outros*, e consequentemente importa desvendar os processos de validação da esfera do privado e do colectivo.

Ainda que sucintamente, relembremos como se integraram as sequências descritivas nas crónicas da Expansão, para depois confrontarmos exemplarmente os nódulos construtores das imagens dos *Outros*. Como esboçámos no primeiro capítulo, assiste-se à inserção de unidades discursivas autónomas - capítulos - que tratam dos diferentes costumes. Tal ocorre em Fernão Lopes de Castanheda ou em João de Barros, já que Gaspar Correia assinala alguns dos costumes locais no decurso da narrativa, enviando o leitor para o livro de Duarte Barbosa, e inscrevendo a sua crónica no fluxo narrativo dos acontecimentos que marcavam o domínio português no Oriente.

Nos casos de Fernão Lopes de Castanheda e de João de Barros, a inserção dos capítulos que tratam os costumes, surge no momento em se estabelecem os contactos com os contextos culturais referenciadores. Assim, na *História do Descobrimento e Conquista da Índia pelos Portugueses* e na *Ásia*... deparamo-nos com três modelos possíveis de inclusão da descrição de costumes na narrativa.

---

[59] Eitor Gomes Teixeira " Viagem à superficie do texto."in Stephen ReckertJ. K. Centeno, *A viagem 'entre o real eo imaginário'*, p.53.

O primeiro modelo consubstancia um relato mais alargado e ocupa um capítulo.Tal como Fernão Lopes de Castanheda[60], também João de Barros o utiliza, ainda que opte por espelhar, na sua crónica da Expansão, uma ordenação nitidamente geográfica, apresentando as grandes fronteiras espaciais nomeadamente os rios, como tinha sido feito por Tomé Pires[61].

Para além desta contextualização que se inscreve por vezes como o autor declaradamente argumenta no *módo de roteiro*[62], assiste-se a um progressivo enquadramento narrativo no qual se cruza este primeiro capítulo de ordenamento geográfico e de construção do espaço a partir da abstracção quase cartográfica para uma progressiva enunciação conducente à crónica. Assim, embora inicialmente nos confrontemos com a apresentação da costa marítima do Oriente, no segundo capítulo insere-se o relato num quadro social, escrevendo-se sobre alguns reis e príncipes das *partes orientais*, sejam mouros ou gentios com os quais os portugueses estabeleceram contactos, seja através da conquista ou do

---

[60] No Liv. I-cap.XIIII-*Do grande poder delrey de Calecut,& de ſeus coſtumes:& aſſi dos outros reys do Malabar, & da maneira que viuem os Naires;*Liv.II -cap.XVI-*Do grande reyno de Narsinga,& dos mais costumes de sua gente*;cap.XXII-*Das cousas notaueis da ilha* de *Ceilão assi no mar como na terra*;cap. XXXIIII-*Em que se escreue ho reyno de Daquẽ,& como acabarão os reys dele,& como he agora gouernado;* cap. XXXIX-*Em q̃ sescreue a ilha de çacotorã*;cap.CXII- *Em que se escreue ho sitio de Malaca,& a sua grande riqueza:& como se fez reyno*; Liv.III-cap.VIII-*De como está situada a cidade de Goa, cabeça do senhorio do çabayo*;o cap.XCVII-*Do senorio do Preste,& de seus costumes:& de como a mãy do preste mandou hũ embaixador a el rey de Portugal;* cap.CIIII- *Do sitio da cidade Dadẽ & de sua nobreza, & de que senhorio he;* cap.CXXX-*Em q̃ se escreue ho reyno de Cambaya, & dõde começarão os seus reys;*Liv.IV-cap.XXXVII-*Em que se escreue ho grande & abastado reyno de Bengala*;Liv.V-cap.XI-*Em q̃ se escreue ho reyno de Pegú & seus costumes*;cap.XXVI - *Do sitio do mosteiro de Bisam, & da regra que goardão os seus frades;*Liv.VII-cap. XX- *Em q̃ se escreue ho sitio & a fortaleza da ilha de Bintão.*

[61] É assim que na *Primeira Década* no terceiro livro surge o *cap. viij.Em q̃ ſe deſcréve a térra q̃ jáz entre os dous rios Çanágá & Gãbea, & do curſo delles. E como Pero Vaz Biſagudo que leuou o principe dõ Joã o matou mal dizendo que armáua traiçam, a qual mórte el rey muyto ſentio;* ou no quarto livro o *cap.vij Em que ſe deſcreue o ſitio da térra aque própriamente chamámos Jndia dẽtro do Gange: na qual é o em eſtá a cidáde Calecut, onde Vaſco da Gámma aportou.*

[62] No livro nono da *Primeira Década* o seu primeiro capítulo intitula-se:"Em que ſe deſcréue toda a cóſta maritima do oriente com as diſtancias q̃ há entre as mais notáuees cidádes & pouoações per módo de roteirro, ſegundo os nauegantes ."*Ásia ...Primeira Década* , p. 415.

comércio. Determinam-se as estratégias relacionais entre Portugal e os novos espaços: conquista, entenda-se como domínio pela força, comércio, contacto ou domínio sem a expressão militar.

Assiste-se, pois, a uma constância expositiva. João de Barros primeiro situa geograficamente o espaço sobre o qual se debruça, e numa segunda fase deambula pela situação histórico-social dos diferentes povos. Fá-lo para o Malabar[63] ou mesmo Quíloa[64], sendo no entanto outros espaços descritivos por ele igualmente destacados[65]. A integração das acções dos portugueses não passa unicamente pelo enquadramento de costumes e por notícias históricas mais ou menos breves.

No texto de Fernão Lopes de Castanheda esses quadros históricos anteriores à nossa presença são uma realidade. Esta surge através da inscrição no enquadramento geral de uma sequência discursiva, onde a observação vivencial é a matriz. Barros, no entanto, destaca essa historicidade através da sua constituição em capítulo, abordando como aliás acontece com Castanheda temas religiosos, como, por exemplo, ao tratar do senhorio do Preste João. Por outro lado, a inserção no espaço marítimo marca toda a narrativa de Barros. Este é concebido como passível de uma representação geográfica em que a digressão

---

[63] No primeiro capítulo aparece a situação geográfica do Malabar. No segundo capítulo Barros apresenta as nações que povoariam a Ásia e o papel dos portugueses naquelas partes, expondo o cáracter apostólico da actuação portuguesa, inserindo na tradição clássica as contendas bélicas praticadas e referenciando em termos gerais a riqueza de tais reinos. No terceiro capítulo expõe-se o quadro dos costumes.

[64] Veja-se *Primeira Década,* Liv VIII- cap.IV *Em que ſe deſcreue a párte da cóſta de Africa em que eſta ſituada a cidade de Quiloa: á qual terra os Arabios própriamẽte chamã Zanguebár & Ptolomeu Ethiopia ſobre Egipto,*surgindo no cap. VI *Como a cidáde de Quiloa ſe fũdou & os reys q̃ teue te ſer tomáda per nos: & como dom Franciſco Dalmeyda nóuamente fez rey della a Mahamed Anconij.*

[65]Veja-se *Primeira Década* -Liv.X-cap.I*Em que ſe deſcréue a regiam do reyno de Sofála & das minas douro & cousas que nella há: & aſſy os coſtumes da gente & do ſeu principe Benomotápa* ou *Segunda Década* liv. II,cap.II-*Do ſitio da cidáde Ormuz ſituáda na ilha Gerũ, & da ſua fundaçam & reys q̃ teue depois de ſer fundáda te o ánno de quinhentos & ſete que Afonſo Dalboquerque chegou a ella.*

marítima é elemento fundador, desmultiplicando-se os capítulos em que este surge como fio condutor da narrativa[66]

O cronista não se furta a retomar a descrição de um espaço já anteriormente referenciado se as informações que no momento pretende introduzir no discurso esclarecem o conflito que é palco da narrativa; este é aliás um princípio presente nas crónicas da Expansão: é a causa a que responde a introdução do enquadramento dos costumes, ou mesmo da História local. Os cronistas revelam a sua erudição clássica, nomeadamente na inserção das descrições dos espaços na suas denominações clássicas, recorde-se a ilha de Ceilão e a designação de Taprobana.

O segundo modelo de inclusão da descrição de costumes na narrativa consubstancia-se na integração da sequência descritiva no fluir discursivo dos acontecimentos. Encontramos este modelo tanto na *História do Descobrimento e Conquista da Índia pelos Portugueses*[67] como na *Ásia ...Dos feitos que os Portugueses fizeram no descobrimento e conquista da Índia pelos portugueses*[68].

---

[66] Veja-se a *Terceira Década*,liv.VI-cap.IV *Em que ſe deſcreue todo o Maritimo que o mar Parſeo cõtem em ſi, & do ſitio & fertilidade da ilha Baharem.*

[67] Liv.I- cap.XIII *De como partido ho capitão moor de Melinde chegou a Calecut, & da grandeza & nobreza deſta cidade*; cap.IX-*Em que ſe eſcreue a ilha & cidade de Mombaça, & como ho capitão moor chegou a ela, & do que lhe hi aconteceo;*cap.X-*Em que ſe eſcreue a cidade de Melinde, & como ho capitão moor chegou a ela;* cap.LXI *Em que ſe eſcreueo ho ſitio da cidade de Coulã,& de como ho apoſtolo ſam Thome foy hi ter & recebeo martyrio: & de como Afonſo dalbuquerque foy laa carregar& aſſentou hi feitoria;*Liv.II-cap.IV-*De como está situada a cidade de Mombaça,& de como foy sobrela pera tomar;* cap.XXXV-*De como está situada a cidade de Chaul,& do que hi fez dom Lourenço: & de como se tornou a Cochim;* cap.LVIII-*Em que se escreue a cidade Dormuz, & como Cojeatar que era gouernador do reyno se apercebia pera pelejar com ho capitão môr;*cap.CXI-*Da grande ilha de çamatra,& de como ho capitão mȯr assentou nela paz com el rey de Pedir, & como el rey de Pacem, & se partio pera Malaca.*Liv.III-cap.CVIII-*Como ho gouernador se partio pera ho estreito, & da discrição dele;* Liv.IV-cap.XXVII- *De como Fernão perez dandrade tornou a partir pera a China, & da discripção da China;*cap.XXIX-*De como Fernão perez se partio pera Cantão, & do sitio de Cantão;*cap.XXXV- *Em que se escreuem as ilhas de Maldiua. E de como dom Ioão da Silveira assentou trato com el rey de Maldiua;* Liv.VI capV -*De como dõ Garcia anrriquez & Iorge dalbuquerque chegarão ás ilhas de Banda, & discripção destas ilhas;*cap.XI- *De como Antonio de brito & dom garcia anrriques se partirão pera as ilhas de Maluco, & discrição destas*

Por último, deparamos com um terceiro modelo que se prende com a menção e sucinta descrição deste ou daquele espaço, e que não seria referenciado no próprio título do capítulo. Este é o processo comummente utilizado na crónica da Expansão de Gaspar Correia, bem como nas de Fernão Lopes de Castanheda e de João de Barros. Este é também o modelo corrente nos textos coevos, sejam estes crónicas ou não. A localização no espaço da acção descritiva e a breve enunciação dos costumes, segue o modelo empregue por Duarte Barbosa ou Tomé Pires, enquadrando-se a descrição como segmentos narratológicos. Algo de idêntico surge em Álvaro Velho, na *Crónica do Descobrimento e Conquista da Índia pelos portugueses*, ou mesmo no *Tratado dos Descobrimentos* de António Galvão.

Nas crónicas da Expansão incluem-se na narrativa segmentos históricos explicativos dos acontecimentos que se descrevem. Contextualizam-se os eventos muitas vezes tratando a sua historicidade sob a forma de capítulo como quando Fernão Lopes de Castanheda escreve no seu segundo livro o capítulo

---

*ilhas;*Liv. VIII- cap. LIX- *De como ho gouernador determinou de yr sobre a fortaleza de Baçaī, & do sitio da fortaleza.*

[68] Veja-se na *Segunda Década*,Liv.III-cap.IV- *Em que ſe deſcréue o ſitio da cidade Dabul & como o viſo rey deu nella & totalmente a deſtruyo: & do que mais paſſou por nã ter mantimẽtos pera ſua jornada;* Liv.IX- cap.IV *Em que deſcreue a jlha Jãuha:& como hum principe della chamádo Pate Unuz fez hũa muy gróſſa armáda pera vir ſóbre Maláca,& o que os nóſſos ſobriſſo fizéram;* na *Terceira Década*,Liv.I-cap.III*Em que ſe deſcreue o ſitio da cidade Iudá, & o fundamento de hũa armada que o Soldam tinha enuiado per Raez Soleymã ſeu capitã mór, q̃ eſtaua naquells cidade Iudda;*Liv.II-cap.VII*Em que ſe deſcreue a terra da China, & relata algũas couſas que há nella: principalmente da cidade de Cantam, que Fernamperez ya deſcobrir;*Liv. cap.III.*Como Antonio correa chegou ao reyno de Pegu:& aſsi ſe deſcreue do Sitio & couſas delle, & da paz que elle Antonio Correa aſſentou com o ſeu rey, & do mais que fez ate chegar a Malaca;* cap.VII *Em que ſe deſcreue o ſitio das ilhas de Maldiua & algũas couſas dellas: & como Ioam Gomes que foy enuiado a fazer hũa fortaleza na principal chamada Maldiua a fez & depois o mataram os mouros;*Liv.IV-cap.IV*Em que ſe eſcreuem algũas couſas do eſtado del Rey de Narſinga & Hidaicam,& hũa guerra que entre ſi teueram em quanto Diogo Lopez foy ao eſtreyto, & o q̃ della reſultou em proveito noſſo;*Liv.V-cap.I *Em que ſe deſcreue a ſituaçã da jlha Samatra & reinos della, & dalgũas couſas que nella aconteceram aos noſſos:& a cauſa porque o principe do reyno pacem mãdou á India pedir ajuda ao gouernador cõtra hũ tirano que lho tinha tomado.*

LXXV em que se debruça sobre os direitos que tinha o sultão do Cairo sobre a especiaria e o seu auxílio na luta contra os portugueses. Verificamos uma verdadeira similute estrutural na narrrativa de Barros, quando ele se refere igualmente à posição defendida por este sultanato[69].

Assinala-se a concentração de segmentos ou sequências descritivas no momento em que se estabelecem os primeiros contactos no Oriente, em particular quando o sujeito autoral inicia a narrativa dos acontecimentos que revelam o espaço de dominação e que, como espaço de dominação, delimitam a permanência vivencial dos portugueses, possuindo o cronista o testemunho.

À medida que se progride na explanação dos eventos, assiste-se a um domínio do espaço por parte do sujeito autoral. Este opera com a descrição não só de um espaço/ambiência física mas também com um espaço/ambiência social e mesmo espaço/ inscrição num fluir histórico. Este último pode ter como zona axial a inscrição nos clássicos, ou mesmo a sua esfera referencial ser a historicidade local/oriental. Partamos neste momento para a exposição breve e exemplar das texturas civilizacionais destacadas neste olhar cronístico do *Outro*.

2.1.Nos ritos e costumes: primeiros quadros expositivos

Começaremos por observar de que modo se constroem as descrições dos ritos e costumes que provocaram a formulação de textos tradutores de uma visão mais ou menos imediatista do *Outro*. Debruçemo-nos sobre esses textos que

---

[69] Veja-se *Ásia ...Primeira Década*-Liv.VIII-cap.I *Do módo que ſe nauegáuam as eſpecearias te virem a eſtas pártes da Eurôpa ante que deſcobriſſemos & conquiſtaſſemos a Jindia per eſte már oceano:& das embaixádas que os mouros & principes daquellas pártes mandárã ao soldam do Cairo pedindolhe ajuda contra nós.*

formularam as primeiras *gramáticas civilizacionais*. Revelemos os seus núcleos descritivos, e essencialmente os processos que traduziram a sua exposição, pois eles espelham formas de entender e interpretar o *diferente*.

Na cronística da Expansão desde logo se distinguem os núcleos de gentilidade. João de Barros revela-se transparente na estruturação organicista da sua obra face à ordenação da ocupação do espaço oriental. No momento em que Vasco da Gama aporta à Índia na sua primeira viagem, o cronista elabora de imediato aquilo que chama ser a *universal relação* da *província* da Índia para que seja possível um melhor *entendimento* desta chegada[70]. Parte então das fronteiras naturais dos rios - elemento definidor ao tempo, recorde-se Tomé Pires.

A sua inserção numa tradição clássica é todavia revelada através da recorrência a Ptolomeu, ao nome que é dado à região pelos gregos, isto é, Industão. Transpõe a figuração *geométrica* da região, e enuncia as crenças gentílicas e maometanas dos vários povos, assinalando a multiplicidade de ritos e costumes.

No conjunto de reinos mencionados, referencia a província do Malabar onde se situa a cidade de Calicute, salienta a sua importância, afirmando que o seu príncipe é o mais poderoso da província e utiliza o título de samorim. Recorre ainda ao universo referencial europeu ao afirmar que tal epíteto designa *entre nós o título de emperador*.

O espaço de Calicute é genericamente abordado. Segundo ele, a costa é brava, não tem nem altos nem grandes edifícios, e o seu olhar revela-se superficial, pois somente destaca a existência de algumas casas nobres, entenda-se de pedra, de mercadores mouros da terra, do Cairo e de Meca, que ali teriam a

[70] Cf.João de Barros, *Ásia ...Primeira Década*, p. 144.

sua residência devido ao comércio. Os materiais das restantes casas do povoado eram de madeira cobertas com *ola*[71].

Nesta enunciação descritiva, Barros não deixa de referenciar o facto de existirem várias nações - entendidas estas segundo o conceito decorrente do princípio latino do termo-, naquele espaço e de evidenciar já um comportamento de casta. O gentio, - o emprego do singular traduz bem a acepção tipológica de Barros,- seria supersticioso e não tocaria noutras pessoas senão as de seu *sangue*, muito particularmente os brâmanes e os naires, sendo o seu número diminuto. O cronista apontaria mesmo a densidadde demográfica de cada grupo social, sendo, segundo ele, grande parte da população composta por mouros e gentios *mecânicos*. As áreas circundantes ao núcleo populacional mais fortemente povoado são meramente aludidas, nomeadamente o facto de tanto o paço do rei local, samorim, como as habitações dos nobres, se localizarem em redor do mesmo *módo q̃ cá temos as quintãs.*

A minúcia descritiva dos costumes do Malabar ocorreria já em pleno governo do primeiro vice-reinado, o de D. Francisco de Almeida . É este que leva no seu regimento[72] a construção de toda uma rede de fortalezas que fariam frente ao monopólio muçulmano das especiarias, travando o escoamento dos produtos através do mar Roxo, e dominando uma série de zonas geográficas estratégicas essenciais ao comércio português, como Malaca e Ceilão. É o início de uma efectivação do domínio, garantindo bases de suporte, ainda segundo uma estratégia de domínio no Mar.

---

[71] "(...) ſómẽte tinha algũas cáſas nóbres de mercadores mouros da tęrra, & doutros do Cairo & Méçha aly reſidẽtes, por causa do tracto da eſpecearia,onde recolhiã ſua fazenda com temor do fógo: toda a mais pouoação ęra de madeira cubęrta de hũ gęnero de fólha de pálma a q̃ elles chamã óla."*Ibidem*, p.146.

[72] ANTT, m.2de *leis*, n.13 , publ.,*Cartas de Afonso de Albuquerque*,II, pp.272-334.

Semelhante formulação estratégica encontra-se patenteada nas *Décadas* de Barros. O cronista começa o oitavo livro por expor a forma como as especiarias chegavam à Europa, revelando o pedido de ajuda feito ao sultão do Cairo para que este auxiliasse os potentados muçulmanos contra os portugueses. O sultão egípcio interviria junto do Papa, e Barros apresenta a resposta de D. Manuel, referenciando a missiva escrita ao chefe da Igreja [73].

Seguindo sempre a orgânica espacial, Barros aponta a importância de D. Francisco de Almeida na aplicabilidade dessa estratégia, logo se consubstanciando um longo relato sobre o Malabar. Será pertinente atentar no modo como Barbosa referencia esta mesma província, e confrontar o seu texto e o de Tomé Pires com as modalidades discursivas da cronística da Expansão.

Tomé Pires delimita a província do Malabar, enumerando os reinos que com ela confinam, o tipo de relevo e os ventos que sopram, sendo a terra fresca e graciosa. À apresentação nitidamente etiquetada da província se patenteia a crença local que decerto intrigaria o europeu/o português. Aliás, este encontro, ou melhor, confronto com a gentilidade e com as suas crenças, constitui um núcleo formulador do discurso da Expansão. Segundo Tomé Pires, todo o malabar, todo o gentio, desde Cambaia até Bengala, acreditaria na Trindade: "(...)como nos padre filho espũ samto tres pesoas huũ soo dś verdadeiro(...)"[74].

A tríade hindu referenciada é a de Brama, Vixnu e Xiva, frequentemente confundida pelos portugueses com a Santíssima Trindade - Pai, Filho, Espírito Santo. O mais interessante é que no manuscrito de Paris a inscrição na Trindade é estabelecida sem que surja a mediação do "como nós". É certo que a manifestação divina no caso do hinduísmo, o trimũrti, revela-se sob a forma

---

[73] Cf.João de Barros , *Ásia...Primeira Década,* pp.291-294.

[74] Armando Cortesão , *A Suma Oriental...*, p.173.

triangular de modo a que possa presidir aos diferentes estados do cosmos: Brama que representa o aspecto produtor, Vixnu, a conservação, e Xiva, a transformação[75].

Contudo, nem Castanheda nem Barros parecem estabelecer tal confusão. João de Barros não deixa de transmitir a noção de Trindade, assinalando que os brâmanes na sua religião tinham a Trindade de três pessoas e um só deus, confrontando o cronista esta crença nos cristãos, afirmando que a Trindade seria o fundamento da fé, ainda que este princípio seja distinto do hindu, e que os muçulmanos negariam a existência deste princípio triádico[76].

No entanto, ao debruçar-se sobre Goa na segunda *Década*, Barros peregrina pelo local e pelas possíveis razões da sua fundação. A dado passo revela o conteúdo do que teria sido uma doação de terras a um pagode local e a respectiva isenção de qualquer pagamento. O cronista teria tido acesso a este escrito no momento em que redigia a narrativa. Todavia, a sua interpretação das palavras contidas na doação é um pouco diferente da que avançara face ao princípio geral da Trindade para os hindus, interpretando-as como se elas revelassem alguns princípios da doutrina cristã, nomeadamente o da encarnação do filho de Deus e mesmo o princípio de *unidade* na *Trindade*[77]. Barros situaria, enfim, a fundação de Goa no que seria uma possível fundação cristã, inscrevendo-a na matriz portuguesa, no domínio português.

---

[75] Cf.Jean Chevalier, Alain Gheerbrant, *Dictionnaire des symboles*, p. 972.

[76] Cf.João de Barros, *Ásia...,Primeira Década*, p.154.

[77] "O principio da qual doaçã começáua neſtas paláuras: em nóme de deus que ę criador de todos os tres mũdos ceo, tęrra, lũa & eſtrellas, a quẽ adóram & nelle fazẽ ſua boa, ſombra & elle ę o que as ſuſtẽta, a elle dou muytas graças & creo nelle, o qual amor do ſeu pouo lhe aprouue vir tomar cárne a eſte mundo, et cetera: per as quaes paláuras parece que naquelle pouo auia noticia de encarnaçam do filho de deos, & em outras mais abaixo que ę no final do rey confeſſa a trindáde em vnidade ."João de Barros, *Ásia ...Segunda Década* ., pp. 188-189.

Se a novidade, nomeadamente, a novidade decorrente da gentilidade e das suas crenças, conduziria a este mesclar de atitudes, seria necessário a sistematização de vivências e um aprofundamento dos contactos civilizacionais para que o *olhar* se tranformasse no *ver*. Apesar da sua permanência no Oriente, Castanheda subscreve este peregrinar de exposição descritiva através das crenças locais, sem que o cronista manipule um sistema explicativo organizado e tradutor de uma certa logicidade. Tal acontece precisamente no modo como o autor da *História do Descobrimento e Conquista da Índia pelos Portugueses* assinala os brâmanes.

Embora Castanheda já anteriormente os tenha nomeado, volta a debruçar-se sobre eles ao descrever o reino de Daquem. Elabora então uma vasta explicitação desta casta e das suas crenças, afirmando o seu monoteísmo. Não deixa, no entanto, de expressar a sua visão subjectiva ao afirmar que os brâmanes não prestariam honra ao seu deus, considerando que *o bom deus* não necessitaria de veneração visto não prejudicar os fiéis; em contrapartida seria necessário venerar o *diabo*, devido ao mal que este poderia causar[78].

A cosmogonia hindu é traduzida através de uma leitura pessoal e subjectiva, sendo o referencial, o seu, o cristão. O autor da *História do Descobrimento e Conquista da Índia pelos Portugueses* não deixou de enunciar, como já afirmámos a tríade hindu, nomeadamente quando se debruça sobre Cambaia e sobre os seus brâmanes[79], mas avança um pouco mais na explicitação deste

---

[78] "Estes Bramenes crẽ que ha hũ ſoo deos, porem não lhe fazẽ honrra, porque dizem q̃ deos ho bõ que não faz mal a ninguẽ, & por iſſo não tẽ eles neceſſidade de ho hõrrarẽ: mas ao diabo ſi, porq̃ he ruim & faz mal, & porq̃ lho não faça ho hõrrão, & lhe fazẽ muytos templos a que chamão Pagodes.Crẽ que deos dorme no inuerno, & entã ſe caſão."Fernão Lopes de Castanheda, *op. cit,* I, p.290.

[79]Ha outros gentios que ſe chamão Bramenes, que ſam antreles ſacerdotes, & tem em grande reuẽcia ho numero de tres, & confeſſam auer hum ſoo Deos verdadeyro, criador de todas as cousas, & que ſam tres em hũa ſoo peſſoa, & quando rezão, rezão tres vezes a eſtas peſſoas, & tem que Deos verdadeyro tem outros muytos deoſes que gouernão por ele, em que também

universo hindu, nomeadamente no que diz respeito ā terra e ao espaço subterrâneo, no qual os demónios habitariam as camadas superiores, sendo a base ocupada pelos infernos. Situar-se-ia igualmente aí o lugar de espiação dos pecados, não sendo as penas eternas.

Evidencia-se a distinta concepção do cosmos, socorrendo-se este cronista da sua matriz cultural. Face ao princípio de reencarnação das almas, numa estreita obediência às leis de retribuição das boas e más acções, o autor da *História do Descobrimento e Conquista da Índia pelos Portugueses* evoca Pitágoras e a ideia de metempsicose, a transmigração das almas[80]. Se a tradição clássica justificaria alguns dos princípios interpretativos com que os portugueses se depariam no Oriente, a não inscrição num sistema explicativo conhecido, ou a similitude externa de crenças e ritos pode levar a que sejam incluídos num mesmo sistema, ainda que sob formas designativas diferentes grupos sociais distintos; pense-se nos baneanes e nos brâmanes. Ao referir-se ao reino de Cambaia, Castanheda descreve a primeira casta enunciada e as suas crenças[81].

---

crem, pelo que parece que aquela terra foy de Christãos, & por tempo ſe veo a perder a Chriniſtandade nela." *Ibidem*, I, p.806.

[80]"Tẽ a openião de pythagoras acerca das almas, que dizẽ que as almas dos mortos ſe metem em outros quãdo nacem. Tem que ha paraiſo, porẽ, não como nos temos, porque elles crẽ que laa comẽ; & aſſi tem que ha inferno em q̃ as almas pagã ho mal que cã fizerão: porẽ que nã padecẽ pera ſempre ſenão ate certo tempo, & deſpois ſaẽ dali & ſe metem nos que nacem, & que eſte inferno he debaixo da terra."Fernão Lopes de Castanheda , *op. cit*, I, p.290.

[81]" Ha outros gentios a que chamão Baneanes, que não comem couſa nenhũa que padeça morte, & temp or ley de a não matar, nem ver quando a matão, & os pobres lhes leuam aues uiuas & dizẽlhe que as querem matar, & eles as comprão por mais do que valem porque as não matem, & deſpois as ſoltão, & tambem comprão os condenados aa morte pela meſma cuſa, & tanto eſtimão de matar que quando acendem candeas tẽ nas em alenternas por ſe não matarem nas candeas as berberetas. E ſe lhe comem algũs piolhos, mandão chamar outras da ſua ley que uiuem apartados do mundo como hermitães, & tẽ nos por ſantos, & eſtes lhos tirão & os põe em ſi por ſuiço dos ſeus idolos. Eſtes Baneanes tem os mouros em tanta veneração, que onde quer que os achão catiuos os reſgatão logo, ſam muyto namorados, & andão bem atauiados ao ſeu coſtume, & caſam, & tem molheres muyto fermoſas."*Ibidem*, I, 806.

A similitude dos seus princípios leva o cronista a inserir estas crenças orientais - bramanismo e jainismo - no que teria sido um contacto que as aproximaria da religião cristã. Aliás, Castanheda denomina estas castas, não esmiuçando a distinção de práticas e de concepções do mundo, apesar de tipificar crenças e rituais. Por seu turno, Gaspar Correia nomeia unicamente a existência de um brâmane ou de um baneane junto deste ou daquele rei ou senhor, intervindo neste ou naquele acontecimento.

João de Barros evoca igualmente a proximidade dos princípios pitagóricos por parte dos chamados baneanes, nome dado aos jainas do Guzarate que se dedicavam ao comércio, e aos hindus que eram vegetarianos. Logo na primeira viagem para a Índia, descreve o encontro de Vasco da Gama com um zambuco, onde se encontrariam alguns destes seguidores da *seita de Pitágoras*[82]. Os gregos já conheciam o jainismo. Os seus seguidores são também crentes na reencarnação das almas, a qual é possível sob variadas formas desde ser celeste, infernal, humano ou animal.

Deste modo, e obedecendo ao seu mandamento de não injuriar, seguem uma dieta vegetariana, sendo as profissões adoptadas aquelas que os não obrigam a matar animais. O paralelismo entre esta crença e a escola pitagórica é decerto possível, pois também os pitagóricos se abstinham de comer certos alimentos, nomeadamente carne, e acreditavam na metempsicose.

Na *História do Descobrimento e Conquista da Índia pelos Portugueses* apresentam-se alguns conhecimentos do contacto anterior destes povos com a religião cristã, acentuando Castanheda não só os momentos da vida de Cristo

---

[82]"(...)cẽtos hómeẽs a que chamã Baneane do meſmo gentio do reyno de Cambáya: gente tam religióſa na ſecta de Pythagóras,q̃ até a jmmũdicia q̃ criam em ſy nam mátam,nem cómem couſa viua,dos quáes copióſamente tratámos em a nóſſa geographia."João de Barros, *Asia...Primeira Década*,p.142

conhecidos pelos brâmanes, mas também o modo como estes os interiorizaram. Nesta observação o cronista abrange o vivenciar de actos sociais locais, assim como a descodificação, à luz dos preceitos religiosos cristãos, do que localmente lhe teria sido transmitido.

Castanheda faz a sua leitura do que é narrado, anotando que os indianos teriam conhecido o nascimento, paixão e ascensão de Cristo. Transpõe ainda aquilo que coloquialmente recolheu, expondo os sentimentos que a voz popular emprestava a cada momento descrito, como o facto de um menino ter nascido de uma mulher *santa* e de crescer em *bondade* ou da sua morte ser ditada por homens *ruins*, tendo sua mãe chorado tanto que perecera[83].

Castanheda esclarece também que os brâmanes veneram a imagem de Nossa Senhora, a quem chamam *Santa Maria*[84]. Enuncia ainda festividades, denotando o seu testemunho, e expondo as marcas de animismo que teria presenciado, sem todavia emitir um juízo de valor. Fá-lo, em particular, ao referenciar a festa da linha, para a qual encontra equivalente no ritual cristão do baptismo. Como o próprio cronista presenciou, nesta celebração os brâmanes lavar-se-iam numa água por eles considerada santa[85]. Esta *festa da linha* é igualmente referenciada por Duarte Barbosa [86]e João de Barros. Castanheda não

---

[83]ẽ algũa ſombra do nacimento de noſſo ſenhor & de ſua payxão, & aſcenſão,& dizem que ha muitos annos que naceo hũ menino dhũa molher ſctã,cujo pay ſe não ſoube quem era:& eſte menino quanto mais crecia em bondade: & deſpois de homem por ſer aſſi boõ ho quiſera matar hũa gente muyto roĩ:& ele ſe eſcondeo, & nũca mais parecera,& que ſua mãy chorara tanto por ele ate que morrera ."Fernão Lopes de Castanheda, *op. cit*, I, p.290.

[84] "(...) eſtes bramenes achandoſe onde eſtão noſſas igrejas, ẽtrão nelas& adorão as imagẽs, pregũtando ſempre por ſanta Maria, como que tem dela conhecimento ."*Ibidem*, I, p.806.

[85]"Celebrão hũa feſta a que chamão a feſta da linha que he a do ſeu bautiſmo, & então ſe lauão. E eu vi em Goa fazer eſta feſta em hũ pagode que eſtâ na ilha de Diuar (...) & eles crẽ que aquela agoa he ſanta, & que vem ali aquele dia ho Pagode ãdar naquela agoa: & deytãlhe ali muyto betele, & figos, & canas daçucar: & crẽ q̃ aquilo come ho Pagode."*Ibidem*.

[86] Duarte Barbosa escreve que só filhos de brâmanes o podem ser:"(...) os quais, como são de idade de 7 anos, lançam-lhe um tiracolo de uma correia de largura de dois dedos, crua com seu

se restringe a um confronto com a religião cristã, comparando igualmente o bramanismo às práticas islâmicas, ainda que não o faça de um modo circunstanciado.

Os textos de Castanheda e de Barros estão, sem dúvida, próximos da narrativa de Duarte Barbosa, e não tanto da mera referenciação que Tomé Pires faz da Trindade. Ao falar dos brâmanes, Barbosa aponta a veneração ao número três, o seu monoteísmo, a sua veneração da *Trindade*. A dada altura, escreve que a quereriam figurar representando Deus em três pessoas. Contudo, afirma que não teriam conhecimento nem notícia de Jesus Cristo[87].

A conceptualização da transmigração das almas é referenciada por Duarte Barbosa ao escrever sobre os naires, e após enumerar uma série de superstições[88]. Para além de evidenciar a adoração aos astros, nomeadamente ao sol e à lua, e da honra que prestam às candeias e às vacas, Barbosa espanta-se com a crença generalizada face aos comportamentos ditados pelo transe ritualista[89].

---

pêlo, que é de uma alimária que chamam crivarmergão, que é como asno bravo, e mandam-lhe que não coma bétele sete anos, todo qual tempo traz aquele tiracolo; e como é de 14 anos fazem-no bramene, tirando-lhe tiracolo ; e lançam-lhe outro de três linhas, que toda sua vida traz em sinal de bramene.E os que isto fazem é com muita cerimónia e festa, assim como cá festejamos um clérigo quando canta missa nova.Daqui em diante podem comer bétele, mas não carnes nem pescados." *O livro de Duarte Barbosa,* p.114 e Cf. *Livro do que viu e ouviu no Oriente Duarte Barbosa,* p.89.Cf. nota 53 relativamente ás edições desta obra e dos critérios que presidem as nossas citações da mesma .

[87] Assim dever-se-ia cf. *O livro de Duarte Barbosa* p.114 e Cf. *Livro do que Viu e Ouviu no Oriente Duarte Barbosa,*p.91.

[88] "(...)crêem em muitos fantasmas;têm entre si dias bons e maus, nos maus não começarão nenhuma coisa nem farão nada; crêem também en sinais, que se um gato se atravessa diante dele(s), estando para fazer qualquer coisa, não a fazem; se em saindo de casa a algum negócio acham alguma gralha a acarretar lenha, tornam-se; se em partindo de outras pessoas com que estão, algum dos que fica espirra, o que se ia se torna a assentar, e não parte tão asinha."*O livro de Duarte Barbosa* ,p. 123 e Cf. *Livro do que viu e ouviu Duarte Barbosa,* p.100.

[89]"(...) se algum é demoninhado dizem que é o seu deus que se mete nele, e o que lho demónio faz dizer, que são coisas espantosas, tudo crêem, e fã-los acutilar a si mesmos, e tudo o que dizem a el-rei, sem dúvida nenhuma o faz logo, e o demónio, para lhe darem crédito, lhe faz

Como Luís de Matos salientou, seriam só Couto - *Asia... Década Quinta*, José Fenício - *O Livro da Seita dos Índios orientais*, e Diogo Gonçalves - *História do Malabar*, os que se debruçariam em maior profundidade sobre o Hinduísmo. Com efeito, estes autores destacam este aspecto, particularizando a forma como são descritos estes deuses e traçando o percurso dos seus modos de representação[90].

Por outro lado, as primeiras traduções em línguas europeias do poema místico hindu *Bhagavaggītā* surgem em português, e são da autoria dos missionários portugueses da companhia de Jesus. Uma encontra-se na Biblioteca Pública de Évora - Ms. Cod. CXVI-1-27-, e a outra em Roma, no Arquivo da referida Companhia[91], sendo o seu autor possivelmente um brâmane convertido ao Cristianismo.

Estas traduções reportam-se à secção mais conhecida do IV livro do *Mahābhārata*, na qual se inscreve o discurso de Krisna a Arjuna, constituindo a enunciação do *Bhakti* ortodoxo. Deste modo, e porque o *Bahakti* implica o que se considera ser uma relação de graça de Deus com a sua criatura, e a total devoção da criatura com Deus, ele permite a total entrega mesmo vivendo em sociedade[92]. O conhecimento do *Outro* entroncaria num plano superior de interiorização e compreensão, obedecendo a uma estratégia de evangelização e ocorrendo num momento posterior ao da elaboração destas mesmas crónicas.

Embora se denuncie uma similitude discursiva no modo como se verbalizam crenças religiosas - os seus princípios e rituais de imediato despertam

---

mui diabólicos sinais(...)"*Ibidem*. Ainda que a edição de Luís de Albuquerque apresente algumas diferenças, elas não são de modo algum significativas.

[90] Cf. Luís de Matos, *Imagens do Oriente no século XVI*, p. 100.

[91] Cf.Helmuth von Glasenapp, *Religiões não-cristãs*, Lisboa, Enciclopédia Meridiano Fischer, 1965, p. 83 e a notícia dada sobre a possível autoria destes manuscritos.

a atenção de quem se debruça sobre o Oriente-, convém igualmente observar de que forma estas primeiras gramáticas civilizacionais foram interiorizadas, enquadradas no discurso da cronística da Expansão.

Após a explicitação das crenças religiosas do Malabar, Tomé Pires prossegue com a enunciação das três fortalezas de Calicute, Cochim e Cananor, emergindo então um enfoque tipológico e generalista sobre a população: a gente do Malabar é *preta*, *baça* e *parda*, todos os reis são gentios brâmanes ou de casta[93]. A observação da capacidade bélica local é mencionada, enumerando-se os homens de combate, desde naires e frecheiros, e definindo-se quer a importância de que se revestem as armas para os naires, quer o comportamento reverencial que os desta casta têm para com os mais velhos.

Tomé Pires não deixa de apresentar a organização social e a sua orgânica de funcionamento, enunciando as várias castas, entre as quais a brâmane, e explicitando a sua função. São igualmente apontados os cristãos[94], salientando-se ainda os elementos de adoração gentílica, em particular os animais sagrados. Aplica-se como núcleo axial explicativo das práticas religiosas gentílicas, funções nitidamente eclesiais cristãs[95].

---

[92] Cf.Madeleine Biardeau, *L'Hindouisme -Anthropologie d'une civilisation*, Paris, Flammarion, 1995, p. 289.

[93]Cf. Armando Cortesão, *A Suma Oriental*...,p.173.

[94] "(...)ha nesta proujmcia do malabar q̃inze mjll x̃staõos do tempo de sam thome apostollo Dos quaes dous mjl seram homees homrrados cavaleiros mercadores gemte estimaDa & os out°s sam oficiaẽes gemte pobre sam na terra privilegiados E tocamse com os naires abitacam destes x̃staoos he de chetua atee coulam fora daquj nom ha xp̃aaos dos amtigũos nom fallo dos que som tornados em tempo de vosa altez[a] nem nos q̃ se tornam cada dia q̃ sam mujtos."*Ibidem*, p.180.No manuscrito de lisboa e relativamente à última frase assinalada, em vez da referência à figura do rei escreveu o copista " Não falo dos que sam tornado despois de noso descubrimento e cada dia se tornão." Rui Loureiro, *op. cit*, p. 112.

[95] "(...) tem poder Descomungar & absoluer nenhuũ nom trãz armas nem vay a guerra nem se mata por nenhuũ caso por que o mereça framcamte amdam por homde q̃erem posto q̃ seJa em guerra (...)"*Ibidem*, p. 175.

Por outro lado, a precisão utilizada na descrição de uma doença ao tempo comum no espaço oriental, denuncia o olhar subjectivo do seu autor, apesar de ele apresentar os efeitos externos e vísiveis, que a todos pode afectar, como o inchaço dos membros inferiores[96]. Esta doença é conhecida por elefantíase, podendo ser originada por vários tipos de infecções. Tomé Pires aponta como causa habitual as águas, não deixando, de expor outras como a promiscuidade vivida em terras do Oriente[97]. Cursando a logicidade narrativa, Tomé Pires nomeia os físicos do Malabar e o modo como tratam algumas doenças, patenteando a sua curiosidade pessoal, o seu olhar de boticário[98].

Os actos de desonra, os costumes destes reis, a herança de seus títulos, os casamentos numa estrita observância do respeito pelas castas, e a maneira como nestas se organizam os indivíduos, são outros dos aspectos considerados pelo autor. A sua atenção incide igualmente sobre a imagem da mulher, em particular, na função que desempenha na hierarquia social desta sociedade, a qual é bastante diversa da que possui nas sociedades europeias. O casamento e o papel que as mulheres ocupam na preservação da casta é, assim, observado e assinalado[99].

O olhar de Tomé Pires revela o que de imediato se destaca como diferente, nomeadamente a orgânica funcional de uma sociedade distinta. O

---

[96] "(...)aquarta ou q̃mta parte de todos tem as pnas mujto grosas & jnchadas de gramde grosura E morrem diso he he cousa feea De ⊷r Dizem que procede Das augas por omde pasam por que a terra he apaulada chamase pericaes (...)"*Ibidem*.

[97]"Na terra do malabar no Ajumtamento seu tem por costume que a femea tem os olhos na cama E o macho no telhado E Jsto geerall mente amtre gramdes e pequenos E o all tem por estranho E alheo de suas condicoees E alguns portugueses trosnados(costumados) na terra nom lhe pareçe feeo(...)" *Ibidem*, pp. 175-176.

[98] No manuscrito de Paris para além das formas de tratamento locais aparece a referência ao tratamento prestado pelos portugueses relativemente às febres:"(...) Os nosos homees com febres comem galinhas gordas E bebem v^{o} & sam sãoos a mujtos acomtece Jsto & os q̃ se poem em a dieta gastamse(...)" Armando Cortesão, *A Suma Oriental...*, p. 176.

poder e os seus intervenientes são amplamente observados, não deixando de ser referenciadas as hierarquias sociais e as formas de reprodução dos valores defendidos.

A outra primeira gramática civilizacional é a matriz da cronística da Expansão. Na sua estrutura expositiva, Duarte Barbosa evidencia o deambular próximo da realidade visível e lisível. Após a exposição das capacidades mercantis locais, o seu discurso focaliza-se nas formas concretas do viver nos novos espaços. Após delimitar a terra do Malabar e mencionar o antigo rei gentio Cirimai Pirençal, Barbosa introduz a informação da navegação muçulmana naquelas paragens por causa da pimenta, anotando o facto de terem começado a fazer o seu carrego em Coulão.

O autor referencia os dados que precisam as suas notícias, nomeando o sistema formulador da informação local, que não será o europeu, mas sim o sistema de datação muçulmano, adoptado pelos gentios. A manipulação da medida e da noção de tempo é algo de interiorizado e de comummente empregue. Embora encontremos a noção de precisão relacionada com a quantificação, como aliás já amplamente expusemos, uma advertência deverá ser todavia assinalada, até pela multiplicidade de sujeitos que operam com a medida tempo, e pela sua constância nos vários aspectos do quotidiano.

Independentemente da história da quantificação do tempo, deveremos considerar a eventual consciência que os agentes históricos tinham dessa mesma quantificação e do seu impacto a nível do seu dia a dia, nomeadamente enquanto elemento regulador da actividade comercial[100]. A idêntica formulação da medida

---

[99] Cf. Armando Cortesão, *A Suma Oriental...*, pp.177-180.

[100]Cf. Gerhard Dohrn-van Rossum, *History of the hour*,Chicago,The University of Chicago Press, 1996, p. 230.

temporal que ocorre na cronística da Expansão, denuncia a operacionalidade que a medida tempo tinha ganho no quotidiano português quinhentista .

Esta manipulação de diferentes informações prepassa o texto de Duarte Barbosa, espelhando-se ainda quase como tradição na cronística da Expansão deste texto devedora. As notações estruturais dos tópicos expositivos são perseguidas tanto por Barros como por Castanheda. Ao falar do Malabar, Duarte Barbosa indicia a origem da fundação da cidade de Calicute, a hierarquia dos diferentes poderes locais, e as respectivas dependências. Aponta direitos como fazer moeda e aspectos mais funcionais como a cobertura de telha da casa. As apetências autorais revelar-se-iam na explicitação que ao longo de toda a narrativa vai formulando face às várias línguas que localmente são faladas.

Apesar da identificação dos reis enquanto membros da casta superior hindu, o autor enumera ainda outras. A sua descrição passa pelo que de imediato é apreendido através do olhar; este é, afinal, o factor ordenador do seu *conhecer*. Barbosa assinala, assim, a cor da tez dos malabares, a forma como se vestem, denotando toda uma minúcia de detalhes que passam pelo feitio das vestes, dos seus bigodes e das pedrarias com que se adornam. O sistema de referências empregue é o da semelhança entre o observado e o que conhece/ domina, isto é, os usos e costumes europeus. Deste modo, se compreendem afirmações como as referentes às das cabeças que, por vezes, trazem umas carapuças compridas como *cascos de galegos*, ou à barba feita à navalha, deixando uns longos bigodes à *maneira dos turcos*[101].

A estrutura narrativa de Barbosa transita de núcleo para núcleo, seguindo frequentemente a respectiva hierarquia social. Assim, parte da descrição do

[101] Cf. *O livro de Duarte Barbosa*, pp. 100-102, e Cf. *Livro do Que Viu e Ouviu no Oriente Duarte Barbosa*, pp. 72-74.

núcleo populacional alargado da cidade de Calicute, para o lugar onde habita o samorim. Elabora uma descrição através de planos gerais, nomeadamente as disposições das casas, as quais são térreas, ou usos locais, como o de serem os solos *embostados*, e a disposição nos seus interiores de vários panos tecidos, alguns do tamanho de uma manta do Alentejo, dobrada em três.

A tecitura social é uma das preocupações descritivas de Barbosa que será emprestada à cronística da Expansão. Anotam-se as relações amorosas, até pelo facto de estes reis não terem, como Duarte Barbosa afirma, leis de casamento e de a sua descendência ocorrer através da linhagem matriarcal; sucessoriamente, quem ascende ao trono é um irmão ou sobrinho. São ainda focalizados temas como o sustento dos núcleos familiares, o sistema de heranças praticado que se estabeleceria segundo regras diferentes das europeias.

Apesar da nítida dissemelhança face ao sistema europeu, o facto de a matriz sucessória ser a feminina não surge adjectivada ou considerada segundo padrões morais europeus; contudo, segundo Barbosa, as mulheres seriam "mui livres de corpo," cabendo às sobrinhas ou às irmãs do rei o garantir a sucessão. De acordo com o autor, são muito *honradas*, bem *guardadas* e *servidas*, possuindo as suas próprias rendas. A perda da virgindade ocorreria entre os 12 e os 14 anos[102], vivendo em seguida segundo a sua própria vontade[103].

Barbosa descreve cuidadosamente quer o processo de sucessão entre estes reis do Malabar, quer os rituais fúnebres de cremação e as formas de que se reveste o luto. A sua exposição surge, no entanto, sempre subordinada ao

---

[102]"(...) para poder chegar homem a ela mandam chamar fora do reino algum mancebo de linhagem de fidalgos(...)"*Ibidem*,p.103. Cf. *Ibidem*, p.77. As diferentes cópias sugerem a intervenção de várias vozes autorais.O momento da perda da virgindade é nalgumas cópias referenciado como casamento e noutras não.

[103]"(...)daí por diante toma qualquer bramene que quer, e toma quantos quere, e destes há filhos(...)"*Ibidem*, p. 104 e Cf. *Ibidem*, p.76.

imediatamente presenciado, à transmissão do costume, do que deve ser observado e como deve ser observado. Duarte Barbosa expõe todo o cerimonial do poder e a sua ligação à morte[104].

Verifica-se, por outro lado, um cuidado particular na exposição da afirmação do domínio, da hierarquia e do lugar que se detém. O poder do rei é expresso através da transmissão da sua imagem, e de todos os signos onde transparece a simbologia do poder; estes signos serão apenas reproduzidos, sem que a sua descodificação se realize. Transmitem-se, assim, os actores, e os comportamentos que mimeticamente se exigem, pois são estes os garantes do poder. A sua leitura é claramente *intemporal*, formulando para todos os agentes sociais e políticos a orgânica do poder local. Não surge a explicitação que levou à construção desta *gramática* simbólica; no entanto, Barbosa reproduz essa *intemporalidade* do costume.

Exemplo paradigmático do que acabamos de afirmar é o instante em que Barbosa descreve a cerimónia da sucessão do rei, ou quando expõe a relação visível entre este e o príncipe. Visto ser interdito ao príncipe visitar o rei ou acompanhá-lo na corte, assiste-se a todo um cerimonial que marcaria os momentos em que a sua entrada estaria autorizada[105]. A formulação do quadro descritivo desta entrada obedece à exposição não só de uma memória visual mas também auditiva. Os senhores com os seus naires que acompanham o príncipe

---

[104] *Ibidem*, p. 105 e Cf. *Livro do que viu e Ouviu no Oriente*...p.78.

[105] Quando o princípe vem ver o rei acompanhá-lo-ão muitos senhores:"(...)que trazem consigo naires com muitos atambores grandes e pequenos, trombetas à maneira de anafis e frautas, bacias e cest(r)os com que vêm fazendo mui grande harmonia." *Ibidem*, pp.105-106 e Cf. *Ibidem*, p.78.

rodearam-se de músicos. São as impressões sensitivas o instrumento analítico a que Barbosa se socorre[106].

A técnica descritiva não obedece unicamente à recolha de uma fonte oral, denunciando, por vezes, o presenciar de um acto. Assim se compreende que os detalhes do comportamento e atitudes dos intervenientes não sejam somente esboçados, mas sim traçados com enorme detalhe. Recorde-se, a título de exemplo, a descrição da forma como o príncipe, nesta sua audiência ao rei, coloca a sua cabeça num nítido esboçar de um comportamento de adoração e submissão. Segundo Barbosa, este aparece a uma certa distância, bramindo uma espada nua sempre com a cabeça olhando para cima; ao ver o rei, lança-se no chão de bruços, com os braços estendidos, levantando-se de seguida, para de novo se prostrar no chão. É deste modo que se vai aproximando do rei[107] .

Tanto os funcionários dos reis locais, como a forma de exercer a justiça, serão amplamente revelados por Duarte Barbosa. O autor explicita, por exemplo, que esta é exercida segundo a qualidade da pessoa, respeitando as diferentes castas. Mas a sedução deste homem pelo Oriente manifesta-se noutros momentos, como por exemplo ao enunciar os funcionários de que o rei dispõe, em particular os escrivães. Revela-se então o encantamento sensorial no modo como se atem a elementos claramente comportamentais/ visuais distintos. Como escrivão, Duarte Barbosa assinala o pormenor do escrivão quando, pela manhã,

---

[106] Os naires vêm (a) diante, e atrás eles lanceiros, e estão adargueiros com espaduas nuas nas mãos, e saindo dos paços põe-se a uma porta, em pé, vendo toda esta gente vem. E como cada um chega a ele, fazendo-lhe suas reverências, como que o adoram, e apartam-se a cabo, e assim está um grande espaço, que todos acabam de passar (...)"*Ibidem*, p. 106 e Cf. *Ibidem*, p. 78.

[107]"(...)e o príncipe (a)parece (a) um tiro de besta com uma espada nua na mão, vindo brandindo muitas vezes, com o rosto alto e os olhos el-rei, e em o vendo adora-o, lançando-se no chão de bruços, com os braços estendidos por diante, e jazendo assim um pouco torna-se a levantar,e da mesma maneira vai até chegar a el-rei,diante do qual se torna a lançar no chão. El-rei então anda dois passos, e tomando-o pela mão o alevanta,e assim vão ambos para dentro (...)"*Ibidem*, p. 106 e Cf. *Livro do que viu e ouviu no Oriente*..., pp. 78-79.

inicia a sua escrita, antes de tudo anotando o nome dos seus deuses, e adorando-os contra o nascimento do Sol com as mãos erguidas. A ritualidade que envolve os gestos naqueles lugares é devidamente evocada[108].

Esta minúcia na descrição de um quotidiano não se espelha na cronística da Expansão. Os propósitos são outros, não se prendendo com costumes locais, mas sim com o retratar da presença portuguesa, do domínio que esta exerce. O quotidiano oriental enquadraria o discurso e traduziria a vivência onde se movimentariam os agentes da Expansão. Assim se determinam propósitos, se estabelecem as fronteiras entre uma matriz e um novo texto.

Para os portugueses que viveram no Oriente, toda a ritualidade de um poder que se exerce num novo espaço, seduz ou afasta, mas não deixa de modo algum indiferente quem com ele se cruza. Em Barbosa, o efeito foi no sentido de uma nítida emergência nesses novos códigos, ainda que sejam meramente obervados no que espelham nos seus comportamentos exteriores, sem serem *lidos* nas suas intenções.

Este autor apresenta os rituais dos festejos em honra do novo rei, o iniciar o exercício de poder, a sua legitimação, e expõe a forma como este é saudado pelas mulheres, a minúcia e o colorido das suas vestes, o brilho dos adornos e das luzes do cortejo, o ritmo próprio do festejar. Tudo isto aparece *cinematizado*, traduzindo o encanto dos sentidos. Descreve-se, por exemplo, o cortejo para os paços do rei: de noite, compassada e ordenadamente, mil mulheres formadas em grupos de oito avançam concertadas com as suas bacias e candeias acesas, acompanhando o seu ídolo. Colocados a seu lado, os homens vão-lhes metendo betéle na boca e por vezes seguram as candeias[109].

---

[108]Cf. *Ibidem*, p. 107. Cf.*Ibidem*, p. 80.
[109] Cf.*Ibidem*,p.108.

Do quadro geral, Duarte Barbosa começa a referenciar os sujeitos/pares amorosos, nomeadamente os naires, que vão prestando assistência às mulheres no cortejo, limpando-lhes o suor e auxiliando-as[110]. As impressões sonoras são igualmente evidenciadas, em certa medida provocando o culminar da acção e a possibilidade de se expressar as marcas mais gerais dos sentidos, visto neste cortejo serem lançados muitos foguetes e bombas de fogo que iam ardendo, transportando alguns dos participantes armas de fogo. Barbosa escreve sobre o encanto destes festejos, pois, para ele, esta seria *a mais formosa coisa do mundo para ver ao menos neste passo da noite*[111].

O ritmo imprimido ao cortejo por determinados grupos contribui igualmente para a informação, ainda que o sujeito autoral não emita qualquer juízo de valor, como ao referir os grupos de naires que junto ao ídolo, de espadas nuas, vão golpeando o ar, dando muitas cutiladas, e avançando no cortejo espumando e vociferando como se estivessem *endemoinhados*[112]. Estes formam as zonas de movimento que se entrecruzam com o ritmo mais ou menos compassado dos restantes elementos do cortejo / do conjunto[113].

A exposição do cerimonial que de alguma forma traduz uma *gramática* do poder, prossegue com a descrição dos comportamentos deste rei local e da sua corte[114]que, na sua presença, sempre obedece a uma *intemporalidade*, ao seu

---

[110]"(...)e também os naires, que com algumas andam de amores, que lhe(s) vão falando a propósito, e alimpando-lhe(s) o suor do rosto peitos e pescoço, e abanando-lhes com abanos, por elas levarem as mãos pejadas."*Ibidem*.

[111]Cf. *Ibidem*.

[112]"Vão também diante do ídolo muitos naires com espadas nuas, dando em si mesmo, por onde podem, boas cutiladas, e vão escumando e bradando que parecem demoinhados, e eles assim dizendo que os deuses se metem neles, e lho fazem saber."*Ibidem*.

[113] "Vão também ali muitos volteadores,e chocarreiros,e governadores do reino e outros homens honrados, governando e regendo a procissão,e assim a levam em singular ordem, até chegarem aos paços del-rei onde se desfaz."*Ibidem*, p.108.

[114] Cf.*O livro de Duarte Barbosa*, pp. 108-109 e Cf. *Livro do que viu e ouviu no Oriente*..., p. 82.

presente. Aí se inscreve, por exemplo, todo o cerimonial que acompanha a tomada das refeições[115] ou as saídas e idas ao templo[116].

Duarte Barbosa apresenta com todo o detalhe a explicitação das castas, começando pelo topo da hierarquia, descrevendo os costumes de brâmanes, naires, brabares, cujavem, mainatos, caletis, tuias, manen, canacas, ageres, mogeres, monquer, betunes, paneens, revolens, poleás, pareens, chatins, mapula, e, por último, referencia os mouros[117]. Duarte Barbosa tem sempre em atenção aspectos comuns, isto é, a função que ocupam na hierarquia social, como a ela acedem, o seu estatuto perante a lei e os seus ritais de casamento. Demonstra ainda este autor particular atenção com as normas que presidem às relações no seio do núcleo familiar, entendido este num sentido algo diverso do cristão, mas não deixando de empregar o binómio homem/mulher.

O autor cita igualmente as possíveis penas face a eventuais disfunções no seu seio. Referencia comportamentos religiosos, a relação com os filhos, a progenitura e as heranças, focalizando cada uma das castas e grupos identificados. Como não poderia deixar de ser pela diferença que representam face à Europa e a Portugal, em particular, as mulheres e os seus comportamentos são evidenciados. A elas se deve a procriação, sendo a sua liberalidade de costumes algo de constante em todas as castas sociais. Barbosa afirma frequentemente que as mulheres *fazem de si o que querem*, salvaguardando, no entanto, que respeitam as castas a que pertencem e o *costume*, caso contrário serão punidas.

O seu olhar percorre o espaço, obedecendo a uma estratégia de nítida tranposição do visível, embora o sistematize segundo a logicidade do percurso.

---

[115] Cf. *Ibidem*, p.109 e Cf. *Ibidem*, pp, 82-83.

[116] Cf. *ibidem*, pp. 110-111 e *Ibidem*,pp. 83-85.

Para tal, há que confrontar a ordenação geográfica a que o seu texto se subordina. Duarte Barbosa parte do cabo de S. Sebastião até ao grande reino da China, seguindo o caminho por mar, sempre tendo como construção perceptiva o enfoque mar/terra, e integrando segmentos narrativos de uma clara componente etnográfica.

O autor observa sempre as formas concretas do viver, ainda que o faça a par da exposição da componente mercantil. O propósito axial da obra seria exactamente este, o relatar de um viver, o do *Outro*. Sem dúvida alguma que a orientação e estruturação desta narrativa traduz o universo perceptivo de origem. No entanto, a sua percepção não implicou um juizo valorativo negativo face ao diferente, face à alteridade, mas sim a sua constatação.

2.2. Traços de uma matriz do *Olhar*

Evidenciámos as estruturas axiais de dois dos primeiros olhares sobre o Oriente, o de Tomé Pires e o de Duarte Barbosa. Salientámos nexos explicativos que traduzem as formas de ver o espaço indiano, e reportámo-nos à constatação da importância que ganha a crença religiosa para o português de Quinhentos. Este demanda todo um tipo de pontes referenciais, de encontro com as populações indianas, procurando verbalizar os diferentes ritos e costumes; recorde-se a tentativa de interpretação da tríade hindu e as equivalências encontradas com a Trindade cristã.

---

[117]Cf. *O livro de Duarte Barbosa*...pp.114-131 e Cf.*Livro do que viu e ouviu no Oriente* ...,pp. 89-114.

Observemos em seguida de que modo se concretiza a inscrição matricial do olhar dos cronistas da Expansão nestas primeiras gramáticas civilizacionais, e, em particular, no texto *fundador* de Duarte Barbosa.

Igualmente numa ancoragem renascentista, Fernão Lopes de Castanheda corporiza, como já afirmámos, os segmentos dos costumes em forma de capítulos, processo também utilizado por Barros, e que ocorre nas colectâneas de relatos de viagens italianas; recorde-se Montalboddo, ou Ramúsio, ou ainda o relato de João Empoli, florentino que descreveu a sua viagem à Índia na armada de Afonso de Albuquerque.

Dever-se-á ter presente que o texto de Empoli seria publicado pela primeira vez por Ramúsio e que, a par da narração das peripécias da expedição, o último capítulo surge dedicado ao acordo estabelecido entre o rei de Coulão e os portugueses relativamente às especiarias, referenciando ainda usos e costumes dos malabares e gentios da Índia. O discurso de Empoli é sucinto, denotando o olhar superficial e distante com que este italiano acolheu a alteridade nas suas viagens.

Deveremos confrontar esta atitude, ou este ponto de vista narratológico, pois revela um processo de construção de olhar algo diferente do que decorre dalguns textos portugueses. A causa primeira prender-se-á necessariamente como a vivência que emerge, se espelha e corporiza nas narrativas dos agentes da Expansão e, obviamente, nos textos nucleares da nossa análise, a sua cronística[118].

O cuidado e minúcia da observação imbrica necessariamente na construção subjectiva do sujeito autoral na focalização do seu olhar. Num breve

excerto final, Empoli debruça-se sobre os usos e costumes dos malabares e gentios, advertindo o leitor do facto de não ter ao longo da sua viagem descrito os usos dos malabares e gentios, o que provaria, segundo Empoli, a sua *pouca memória*[119], a lateralidade que tais envolvências teriam para o seu propósito primeiro, isto é, transmitir uma viagem, marcar uma presença, a sua. Aliás, elemento claramente evidenciado no modo com termina a sua missiva[120].

Este florentino resumiria, no entanto, sucintamente os traços gerais de um comportamento, traduzindo o que de imediato se apreenderia através de um contacto superficial e mais ou menos momentâneo, generalizando mesmo comportamentos de um ou outro grupo social. Para ele, os malabares seriam gentios e idólatras, não comeriam carne, peixe, ovos, ou qualquer alimento que possuisse sangue, isto é, todos seriam vegetarianos. Empoli afirma que os malabares se sustentariam de arroz e ervas. No trato social seriam homens *limpos* e *civis*, habitando os mais abastados em casa de tijolo e cal. Salientaria ainda a diferença, nomeadamente o facto de adorarem as vacas como deuses.

Por outro lado, veja-se como no relato do piloto anónimo de Pedro Álvares Cabral surgem vários capítulos que, na ordenação da narrativa, constituem um *corpus* tradutor das percepções autorais dos costumes locais, facilitadoras dos contactos com o *Outro*. Elas vão desde a descrição da cidade de Calicute, dos usos do seu rei e povo, até à constituição numa outra unidade

---

[118] Daí que surja como um dos nossos futuros objectos de investigação o cotejo das compilações e traduções italianas que no séc.XVI correram pela a Europa e que denunciam outras manipulações do olhar.

[119]Cf."Viagem às Indias Orientaes por João Empoli, feitor de huma nao portugueza, armada por conta dos marchiones de Lisboa"in, *Collecção de Noticias para a História e Geografia das Nações Ultramarinas, que vivem nos domínios portuguezes, ou lhes são visinhas,* Lisboa, Academia das Sciencias, 1812, III, p.228.

[120]"Eis-aqui tudo quanto pude comprehender, e o de que vos certifico, rogando a Deos que alongue a vida de V. Senhoria por muito tempo."*Ibidem.*

discursiva da notação da forma como os sacerdotes brâmanes se relacionariam amorosamente com as mulheres do samorim, segundo o seu preceito de honra e da reverência prestada pelo povo a este.

Aparece também noutro capítulo a descrição de uma casta de mercadores guzarates e dos seus costumes, logo seguida de uma outra em que se elabora a notação de uma outra casta de mercadores, os zetires, e dos seus usos. Por fim, no XVI capítulo, este piloto anónimo da viagem de Pedro Álvares Cabral referencia o que sucederia com o rei de Narsinga, a sua prática poligâmica, e a imolação tradicional das suas esposas aquando da morte. Neste mesmo capítulo evocaria ainda a importância que localmente teriam os elefantes bem como a duração do Verão e do Inverno, e a partida das embarcações para Meca[121]. A focalização dos costumes passa assim pelo olhar, ou melhor, pelo crivo direccionado do mercador, dos interesses mais gerais dos intervenientes na Expansão portuguesa na mercância.

O Malabar e, desde logo, Calicute seriam óbvia e obrigatoriamente revelados nas crónicas da Expansão. Sistematizemos em seguida o processo de consubstanciação desses olhares, em particular, o seu espelhar de uma matriz *original - a fonte*, e a aplicação de um modelo narrativo - a crónica da Expansão de vertente renascentista classicizante. Observemos, deste modo, o processo de escrita utilizado por Fernão Lopes Castanheda, para estes espaços verdadeiramente nucleares do Índico.

---

[121]Auxiliamo-nos neste nosso trabalho da tradução feita inclusa na *Collecção de Noticias para a História e Geografia das Nações Ultramarinas, que vivem nos domínios portuguezes, ou lhes são visinhas,*a qual foi publicada pela Academia Real das Sciencias em 1812. A tradução foi feita a partir da versão de Ramúsio ainda que se conhecesse uma versão latina, impressa pela primeira vez na versão latina no livro de Cadamosto,*Novus Orbis Regionum ac Insularum.* Contudo esta apresentava lacunas tendo esta edição optado pela tradução italiana.Cf., *op. cit.*,II, nºIII, p. IV.

Na primeira edição do primeiro livro da sua *História do Descobrimento Conquista da Índia pelos Portugueses* deparamos com uma breve deambulação pela visão geral da cidade de Calicute. O cronista apresenta os diferentes planos topográficos, iniciando a sua descrição pela leitura do plano geral. Parte da impressão de um espaço aprazível que se desenvolve ao longo de um recife ainda virgem, mas que seria cercado por hortas, árvores de frutos, palmares e vários veios de água. Salienta tratar-se de uma terra com pouco arroz, embora este seja o principal alimento[122].

Em seguida, prossegue com a leitura dos diferentes eixos arquitectónicos da cidade, evidenciando as poucas casas de pedra e cal existentes. Estas respeitam a lei, sendo consagradas às edificações para ídolos, mesquitas e casas do rei[123]. Castanheda assinala a multiplicidade de gentios que a povoam, os quais pertenceriam a várias crenças; refere ainda a existência de mercadores mouros e o número de embarcações que buscariam o porto.

No capítulo seguinte tratará do grande poder del rei de Calicute, dos seus costumes, bem como do modo como procederiam outros reis do Malabar, e da maneira de viver dos naires. Embora o plano descritivo se subordine ao de Duarte Barbosa, Fernão Lopes de Castanheda estabelece os seus enfoques descritivos que naturalmente correspondem aos seus próprios objectivos

---

[122] "(...)era muy aprazíuel por ſer situada na coſta ao longo dhum arricife quaſi costa braua, cercado de muytas ortas em que ha muytas fruitas da terra & muyta ortaliça& muy ſingulares agoas & aſſi ha muitos palmares & arecais; na terra ha pouco arroz que he o principal mantimento aſſi como antre nos ho trigo, & eſte lhe vem de fora em muyta abaſtança(...)"Fernão Lopes de Castanheda, *História do Descobrimento e Conquista da Índia pelos Portugueses*,edição de 1551, p. 40.E Fernão Lopes de Castanheda, *op. cit.*, I, p.37. O capítulo da reedição deste primeiro livro não sofreu alterações de conteúdo.

[123] "(...) he muito grande, & eſpalhada & toda de caſas palhaças, ſenão caſas dos idolos, mezquitas, & casas delrey que ſão de pedra & cal, & telhadas porque por ley outrem as não pode ter deſta maneira."*Ibidem*.

narrativos. Estas sequências sobre os costumes funcionam ainda como mecanismos enquadradores das acções de carácter militar.

Devido ao facto de estarmos perante uma crónica da Expansão filiada numa matriz renascentista de pendor humanista, igualmente radicada nos clássicos, compreende-se que os costumes dos novos espaços sejam também objecto de relato. Recorde-se Heródoto e as filiações que percorrem a *Ars Historica* entre os que defendem um pragmatismo tucidiano, na sua focalização nos acontecimentos mais recentes e na sua análise depurada pelo olhar político; e os que se inscrevem na estratégia discursiva de Heródoto que se detém nos confrontos de costumes e na inquirição de valores culturais distintos[124].

Deste modo, a preocupação imediata iria no sentido de situar o rei desta cidade do Malabar no conjunto das restantes cidades, sendo o perfil do samorim - que na sua língua quer dizer imperador-, de imediato destacado. Castanheda refere que estes reis são brâmanes, salientando ainda a sua função enquanto sacerdotes, o modo como exercem esse estatuto, e o lugar que ocupam nas suas casas de adoração. Consequentemente, o valor simbólico e a encenação, decorrente do exercício do poder, não deixam de ser sinalizados por Castanheda, num processo que perfilha da construção de Duarte Barbosa[125].

A descrição etnológica que encontramos na *História do Descobrimento e Conquista da Índia pelos Portugueses* e, em particular, o modo de vestir dos malabares, subscreve igualmente a deste autor. São *baços*, andam nus da cintura

---

[124] Cf. Donald R. Kelley, *Rennaisssance Humanism*, p. 101.

[125]"Eſte rey de Calecut era bramane, como tambẽ ho ſão os outros.Que antre os Malabares ſam Sacerdotes, & por iſſo hão todos de acabar ſua vida em hũ pagode que he caſa de oração dos ſeus idolos que tem deputado pera iſſo: & ſempre nela ha dauer hũ rey que os ſirua, & eſte morto poem logo em ſeu lugar ho que reyna:& no reyno poem outro que lhe sucede, & ainda que ho que reyna não queyra entrar no pagode, morto ho que eſta nele hão no de fazer entrar por força."Fernão Lopes de Castanheda, *História do Descobrimento e Conquista da Índia pelos Portugueses*,edição de 1551, p.41.E Fernão Lopes de Castanheda, *op. cit.*, I, p.38.

para cima, usando a partir desta uns panos de seda e de algodão, e *muita pedraria*. Castanheda repete igualmente o hábito que estes reis têm de cortar a barba com navalha, assinalando que os seus bigodes são compridos *como os dos turcos*, empregando os mesmos referentes comparativos. Importa recordar que não seria só Castanheda a utilizar uma fonte credível, no entanto, a comprovação do seu olhar funcionaria aqui como critério. Com efeito, a sua presença no Oriente facultara-lhe a experiência.

A inscrição matricial de Castanheda em Duarte Barbosa revela-se também nas informações relativas à progenitura real, à ausência de lei de casamento, e à sucessão de acordo com a linhagem feminina[126]. O cronista repete o facto de os filhos tidos em comum não serem por estes reis reconhecidos como seus, nem sequer serem os seus sucessores no reino. É ainda assinalada a liberalidade de costumes das mulheres, nomeamente a sua perda de virgindade[127].

São descritas as guerras habitualmente travadas entre os reis locais, a cremação dos mortos, o luto prestado ao soberano falecido, as penas que o seu não cumprimento provocariam e todo o cerimonial da investidura do novo rei, apontando Castanheda os momentos-chave definidores de uma gramática de poder; tal não significa, porém, um alongar em detalhes, tal como sucede com Barbosa[128]. Fernão Lopes de Castanheda aponta os funcionários que o rei tem ao seu dispor, assinalando muito particularmente os seus homens de armas. Desenvolve ainda o seu discurso na descrição dos costumes.

---

[126] "(...) porem tem hũa manceba de linhagem de Naires que antre os Malabares ſão fidalgos(...)" *Ibidem*.

[127] "(...)ſam muyto liures em eſcolherẽ quẽlhe melhor parece, & ſam muy eſtimadas & tẽ muy grandes rẽdas: & como chega algũa a dez annos que he a idade pa conhecerẽ homẽs mandã ſeus parentes chamar fora do reyno a algũ mãcebo Naire & rogar lhe cõ preſentes que lhe va leuar a virgindade (...)" *Ibidem*, p.42 e *Ibidem*, p.38.

[128] Cf. *Ibidem*, p. 42-43.Cf. *Livro do que viu e Ouviu Duarte Barbosa*, pp.76-77 e *O Livro de Duarte Barbosa*, pp.104-105.

Os naires são um dos principais intervenientes nos combates e funcionam na esfera do poder; daí que seja importante conhecê-los, dominar o seu perfil, apresentar o *status* social do opositor militar, do *fidalgo*. Os *vilãos* são pois obrigados a honrá-los, traduzindo a descrição de ser obrigado por quem caminha nas estradas de anunciar a passagem dos naires, podendo o naire mesmo matar quem não cumprir a tradição. De certo modo, esta digressão evoca como que uma reminiscência do que se viu, do que foi presenciado[129].

Em contraponto com o sucinto delinear acima referido, deparamos neste caso com uma maior explanação dos costumes dos naires, até porque estes são os guerreiros, os combatentes, os directos opositores de armas. Seguindo a ordem de enunciação de Barbosa, Castanheda refere os seus hábitos de alimentação, a inexistência de lei do casamento, justificando-a através da sua disponibilidade total para o combate[130]. Castanheda assinala igualmente que os naires não têm progenitura de acordo com seus herdeiros, visto os filhos serem de mancebas que livremente oferecem seus favores, ainda que no respeito intransigente pela casta[131].

Embora mimeticamente o olhar de Castanheda transmita a informação de Barbosa[132], ele reproduz a deambulação descritiva do cronista da *História do Descobrimento e Conquista da Índia pelos Portugueses* e o seu próprio posicionamento valorativo. Fernão Lopes de Castanheda não taxa as acções descritas através de

---

[129]Cf.Fernão Lopes de Castanheda, *História do Descobrimento e Conquista da Índia pelos Portugueses*, edição de 1551, p.43, e Fernão Lopes de Castanheda , *op. cit.*, I, p.39

[130] *Ibidem*, p.44. E *op. cit*,I, p.40.

[131]"(...) mancebas com que dormẽ tres & quatro per concerto que fazem hũs com os outros pera ho fazerem ſem auer briga antreles:& cada hũ ha deſtar coela hũ dia certo de meyo a meyo dia:& aquele ido vem outro,& aſſi paſſão ſua vida ſem os ouuir ninguem,& mantẽna muy honrradamẽte,& qualquer deles que a quer deixar deixa, & ela a eles;& eſtas mulheres ham de ſer Nairas(...) *Ibidem*, p.43, e , *op. cit.*, I, pp. 39-40.

[132]Cf. *Livro do que viu e Ouviu Duarte Barbosa*, pp.91-100 e *O Livro de Duarte Barbosa*, pp.116-123.

dicotomias maniqueístas, ele expõe as diferenças. Ainda que sejam segmentos narrativos colhidos em Barbosa, a sua repetição transmite a aceitação e assunção da valoração herdada. Tal acontece mesmo na apresentação das crenças dos naires e em juízos de valor como o de os considerar *agoirentos*[133].

O polissíndoto que surge na enunciação das suas crendices em dias bons e maus, sol e lua, candeia e vaca, acentua o efeito cumulativo dos factos narrados, distanciando-se Castanheda, através do recurso à *voz geral*, ao que se diz, mesmo quando afirma que os naires são *possuídos pelo diabo*[134].

Apesar de apontar os outros *géneros de gentes*, destaca, por último, como factor comum e relevante, a obediência generalizada aos reis. Exceptua, contudo, os mouros, alvo de grande estima devido aos elevados direitos que pagam relativamente aos produtos que comercializam.

Os factores económicos despontam na tradução das estratégias de contactos enunciadas por Castanheda a partir dos indicadores informativos de Barbosa. O cronista manipula-os, contudo, segundo uma estrutura diferente. Chama assim a atenção para as castas superiores que dominam a esfera do poder e muito particularmente os baluartes defensivos da sociedade local, os naires, não deixando de evidenciar quer as leis a que estão sujeitos[135], quer a forma

---

[133]"(...)ſão grandes agoireyros,& tem dias bõos & maos, adorão ho ſol, & a lũa, & a candea,& as vacas, & qualquer couſa que ſe lhe offrece em ſahindo pela menhaã de caſa:& crem leuemente qualquer vaidade(...)"*Ibidem*, p.45, e, *op. cit.*, I, pp. 40-41.

[134] (...)meteſſe ho diabo neles muytas vezes, & dizem que he hũ dos ſeus deoſes, ou pagodes, que aſſi lhe chamão, & faz lhe dizer couſas eſpantoſas que elrey cree, & ho naire em que ho diabo entre vaiſſe com a eſpada nua diante delrey tremendo todo,& dando cutiladas em ſi, & diz. Eu ſou tal deos & venhote dizer que faças tal couſa, & iſto bradando como doudo: & ſe elrey duuida de ho fazer então da muyto moores brados & gritos, & muyto moores cutiliadas ate ho cre elrey."*Ibidem*, e, *op. cit.*, p.41.

[135]Cf. Fernão Lopes de Castanheda, *História do Descobrimento e Conquista da Índia pelos Portugueses*,edição de 1551, p.44. e Fernão Lopes de Castanheda, *op. cit.*, I, p.40.

como se preparam para a assunção do seu *status*[136]. A referência a outras castas inferiores não é neste momento tipificada por Castanheda que segue a possível ou provável equiparação à organização social portuguesa/europeia, e apelida os diversos membros de *vilãos*.

Destacam-se, desta forma, os vectores essenciais para que as esferas do poder local possam ser perceptíveis. É o exercício da escolha face ao conjunto da informação disponível. É a inserção no propósito primeiro da crónica da Expansão: contar o *Descobrimento* e *Conquista* de novos espaços pelos portugueses.

Confrontámos os modos como Castanheda manipulou a sua matriz original (Duarte Barbosa) num eixo nuclear do espaço Índico - o Malabar, e no momento introdutor e formulador dos primeiros contactos- Calicute. Deveremos observar agora outra voz da cronística da Expansão, a de João de Barros. Este cronista obedece a uma lógica estrutural distinta, de imediato evidenciando eixos temáticos comuns ao Malabar, como sejam as várias nações que o povoam, as crenças dos gentios, nomeadamente o brâmanismo, ou mesmo o estatuto das diferentes castas, em particular das superiores.

João de Barros referencia os costumes dos malabares, obedecendo à mesma inscrição humanista, e concebendo uma unidade narratológica - o capítulo -, sobre os costumes dos malabares num conjunto enquadrador deste espaço. Descreve, assim, a costa segundo a lógica de um *roteiro*, através de um processo de construção espacial do domínio do concreto, traduzindo o geral para uma imagem construída através do visível, da mão do homem, no seu limite corpóreo[137].

---

[136] *Cf. Ibidem*.pp. 44-45 E , *op. cit.*,p.40.Cf.*O livro de Duarte Barbosa*, pp. 116-121e *O Livro que Viu e Ouviu no Oriente*...p.91-99.

[137] "(...) quem nam tẽuer viſto a figura deſta cóſta oriental, vire a mão eſquerda com a pálma pera baixo & ajunte com o dedo meiminho os dous ſeguintes quebrãdoos tẽ as primeiras

Nesta exposição geral não esquece a casa do apóstolo S. Tomé, descrevendo-a com extrema minúcia. A importância da figura deste apóstolo no Oriente é aliás uma constante da cronística da Expansão, prepassando a sua imagética o universo mental dos portugueses de Quinhentos, e, em particular, os seus textos. Ainda no enquadramento dos costumes do Malabar, João de Barros referencia no segundo capítulo do livro IX, da sua *Primeira Década*, um percurso que estaria subordinado aos princípios religiosos e ao poder económico vigente dalguns reis e príncipes com os quais teriam os portugueses comunicado, seja através da conquista, quer do comércio, como o próprio cronista escreve no título do seu capítulo.

Barros começa por designar quatro *nações* de gente: cristãos, judeus, mouros e gentios. As duas primeiras viveriam mais cativas que livres, visto serem súbditas tanto de mouros como de gentios, que dominariam espacialmente estas paragens, pois tanto os habitantes da Arménia, quanto os da Síria ou os da Judeia pagariam tributo ao rei da Pérsia e ao GrãoTurco. Numa verdadeira inscrição clássica, João de Barros ancora tal prática nos gregos[138].

O cronista justificaria mesmo as suas opções descritivas no facto de as relações com os reis do Malabar terem preponderantemente radicado no comércio e não tanto na força das armas condensando as suas razões no final do capítulo[139].

---

junturas & a párte o jndex delles com que fará hũa enſeada,que ę a de Syam: & deſte jndex apárte o polegar quanto podę & fará outra muyto mayór, & eſta ę a de Bengála que jáz entre eſtes dous dedos."João de Barros, *Ásia...Primeira Década*, p.342.

[138] Cf.*Ibidem*, p. 347.

[139] Dęmos hũa noticia geral deſtes principes por as cauſas que atras apontamos:& porque com os reyes do Malabár teuęmos mais cõmunicaçam per cõmęrcio & per ármas, principalmente com o Çamorij & contendemos tęóra com elle, ſem termos dádo relaçam de ſuas couſas conuem que o façamos párticularmente no ſeguinte capitulo."*Ibidem*,p.351.

À semelhança de Fernão Lopes de Castanheda, João de Barros define *topos* narrativos nos quais se insinua um propósito nitidamente humanista; veja-se, por exemplo, o momento em que esboça a matriz gerativa daquele espaço, e em que descreve como a província do Malabar se dividiu em reinos e potentados. Discorrendo sempre do geral para o particular, João de Barros desvenda em seguida o *fundamento* do reino do samorim, e acentua a função bélica de alguns núcleos sociais específicos.

De um modo um pouco diferente do que foi feito no prólogo, no qual fundamentou o registo escrito, contrapondo-lhe o registo oral, assiste-se aqui ao insculpir do relato historiográfico de novo na *memória*, ultrapassando-se a esfera da fundamentação filosófica geral para se comparar a prática corrente no espaço Malabar. Surge assim descrito o vestígio material onde a memória escrita se encerra entre os gentios. A sua função, e até o modo como se organizam os documentos escritos locais, é por ele esboçado, apontando-se a sua organização numa espécie de livros. A transmissão da memória própria local e a formação individual ditam estes segmentos narrativos, tal como o processo de leitura do alfabeto local, ou a prática do escrever, remetendo-nos o cronista para a sua geografia[140].

Destaca-se a sua afinidade com a fonte; o conhecimento do modo como o outro constrói o seu olhar sobre si próprio. Para tanto deverá o cronista reconhecer as crenças religiosas, a interpretação da criação do mundo. A cosmogonia local é, efectivamente, para João de Barros, um dos aspectos nucleares da compreensão do *Outro*. Podemos afirmar que, embora esses princípios não se encontrem expressos, nomeadamente, na *História do Descobrimento e Conquista da Índia pelos Portugueses*, ou nas *Lendas da Índia*, denuncia-

[140]Cf. *Ibidem*.

se uma emergência de respostas, ou melhor, de exposições das formas de interpretar o mundo das gentes orientais. Barros prosseguiria na enunciação dos elementos formuladores de um sistema de conhecimento do *Outro*.

Para tal importaria saber da antiguidade da presença dos homens naquele espaço físico, das diferentes concentrações demográficas do espaço e das razões que as motivariam. Seria igualmente necessário ter conhecimento das vicissitudes sofridas pelas comunidades humanas ao longo dos tempos, o que decerto se encontraria descrito nas antigas crónicas. No entanto, estas aparecem muitas vezes como registos enfabulatórios, análogos aos primeiros textos dos Antigos gregos e romanos- verdadeiras metamorfoses de transmutações, como o cronista regista[141].

No seu horizonte de memória estariam possivelmente as epopeias *Mahābhārata*, onde surge narrada a história da luta entre as duas tribos de Kuru e Pāndu, e onde se encontram ainda textos poéticos de cariz didáctico. Os mais conhecidos seriam o *Bhagavadgitā* e o *Rāmāyana*, que descreve a saga vivida pelo filho do rei *Rāma*, ou ainda os dezoito *Purāna*, contos antigos que revelam um conteúdo mitológico, e, para além da criação do mundo, abordam as acções de culto e outras doutrinas de *sabedoria*[142]. Não temos informação quanto a um possível conhecimento de Barros relativamente a estes textos; de qualquer modo, fortes são os indícios que apontam nesse sentido. Além disso, como já referimos, importa lembrar que o cronista da *Ásia* afirmara ter utilizado crónicas locais que lhe teriam sido interpretadas.

---

[141]"(...) aquy para nóſſo jntento báſta ſaber que a mayór párte das cousas da eſcriptura da ſua religiã, a criaçam do mũdo, antiguidáde da pouoaçãm delle, a multiplicação dos hómeẽs & chrónicas dos reyes antiguos,tudo ẽ hũ módo de fabulas como tinham os Grégos & Latinos, & quãſy hũ metamorphoſeos de trãſmutações."*Ibidem*,p. 352.

[142] Helmuth von Glasenapp, *op. cit.*, p.95.

O seu horizonte de escrita passa pela contextualização ao tempo da chegada dos portugueses. Começará por afirmar que o nome de Malabar era usado havia 112 anos, tendo sido dado por um rei local, *Saramá Perimal*, sendo a sua importância tal que funcionaria na história local como indiciador temporal. O seu reinado representaria a era e o ano a partir do qual se referia o tempo[143]. A marca do tempo, enquanto valor simbólico da memória, é constatada por Barros, assim como os diferentes *modus operandi* que se revelam nas sociedades. Trata-se de um processo algo presente nos homens de Quinhentos, como em António Galvão e no seu *Tratado dos Descobrimentos*[144].

Barros aponta que seria em Coulão que esse soberano teria o centro do seu reino. Para aí concorriam os negócios das especiarias, pelo que o cronista consideraria pertinente referenciar igualmente a chegada dos muçulmanos e, ainda que sucintamente, historiar a sua presença[145]. A presença muçulmana leva-o a acentuar o pendor judicativo. Ao descrever a morte de *Saramá Perimal*, Barros chega mesmo a escrever que antes que este alcançasse Meca, fosse ele gentílico ou convertido à fé islâmica, pereceria no *fogo infernal*[146].

O recurso à historicidade leva-o a desenvolver os aspectos relacionados com a conversão de *Saramá Perimal* e a destacar ter sido Calicute o local dado por este rei aos mouros para que estes se estabelecessem, mostrando a divisão do reino efectuada no momento da sua morte. Barros apresenta a distinção entre o samorim e os outros reis locais, nomeadamente o facto de, ao tempo da chegada dos portugueses, esta ser a cidade mais rica.

143" (...)O qual rey foy tam poderóſo q̃ por memória do ſeu nóme faziam a computaçam do tẽpo do reinãdo delle:que com nóſſa entráda leixáram, tomãdo a ella por era & ánno de ſuas eſcripturas de que já muytos usam."João de Barros *Ásia...Primeira Década*, p.352.

144 Cf.António Galvão,*Tratado dos Descobrimentos*, p.52.e II capítulo desta nossa dissertação.

145 Cf.João de Barros, *Ásia...Primeira Década*, p.352.

146 Cf.*Ibidem*, p. 353.

João de Barros descreveria não só as condições económicas conhecidas, inscrevendo a sua narrativa na tradição clássica e evocando o que Arriano teria escrito sobre esta gente do Malabar[147]. Não deveremos esquecer que este historiador grego que foi aluno do filósofo Epicteto, segue nos seus textos historiográficos na esteia de Apiano, defendendo o regresso da elaboração de uma História que pretende ser precisa, clara e sóbria. Arriano procurou traçar nas suas obras as experiências recolhidas em vários momentos da sua vida, em particular no seu *Periplo ao Ponto-Euxino*, enquanto ocupou o lugar de governador da Capadócia.

O interesse por esta obra é uma constante por parte de quem se debruça pelas discussões em torno da geografia. O próprio Ramúsio refere a navegação de Arriano[148] nos fls 302v-309v do *Primo volume Delle Navigationi et Viaggi nel val si contiene la descrittione dell'Africa*. Ioanne Stuckius anota esta descrição no seu *Arriani Erythraei periplus* referenciando várias obras portuguesas da Expansão[149]. Como Banha de Andrade assinalou, Ramúsio incluiria na sua terceira edição (Veneza, 1565) da colecção *Delle Navigationi et Viaggi*, partes do texto de Barros[150]. A seguir surgiria a tradução italiana das duas primeiras *Décadas* deste cronista, por Afonso Ulloa, editadas em Veneza, respectivamente, nos anos de 1565 e 1572.

---

147 "(...)no framento q̃ ſe ácha das couſas de Arriano eſcreueo da Jndia diga algũa couſa do coſtume deſta gente do Malabár como que teue noticia della."*Ibidem*, p. 354.

148 Cf. Francisco Leite de Faria, *Estudos Bibliográficos sobre Damião de Góis e a sua Época*, p.489.

149 "(...)non seulement le *Nouus Orbis*, l'important recueil de Ramusio, où avaient été imprimés, entre autres, la *Suma Oriental* de Tomé Pires, le *Livro* de Duarte Barbosa et la *Verdadera informaçam* du P. Francisco Álvares, mais aussi les *Décadas* de Barros, traduites en partie, depuis 1561, en italien, et les ouvrages en Latin d'Amato Lusitano et de Garcia de Orta; il les citera à plusieurs reprises dans nombreuses annotations au Périple d'Arrien."Luís de Matos, *L'Expansion Portugaise dans la Littérature latine de la Rennaissance*, p. 542.

150 "(...) anunciando no frontispício, a seguir à descoberta da navegação à volta do mundo,"la Relatione dell'isola Giapan,scoperta nella parte Settentrione,et alcuni capitoli appartenenti alla Geographia, estrati del S. Giovan di Barros Portoghese"António Alberto Banha de Andrade, *João de Barros-Historiador do pensamento humanista português de Quinhentos*, pp.72-73.

Deste modo, o cruzamento seria evidente para Stuckius, o qual citaria o autor da *Ásia*.

Para além de assinalar o périplo de Arriano, João de Barros nomeia a sua constatação de uma ordem social, explicitando o sistema de castas[151]. A partir da enunciação da hierarquia deste sistema social, João de Barros menciona o naire, a casta militar do Malabar que corporiza a defesa dos reinos, e cumpre o seu binómio cronístico, explanando os percursos de domínio subordinados aos vectores conquista/comércio.

Seguindo a segunda vertente do seu discurso, o comércio, nomeia os chatins, mercadores que terão ido para o Malabar, oriundos de Coromandel, os mouros naturais da terra que se apelidariam de *nayteás*, apontando a sua mestiçagem, traduzindo os sinais exteriores da sua condição e evocando os seus privilégios[152]. Menciona igualmente os mouros estrangeiros, arábios, persas, guzarates. O olhar sobre os judeus que estão nesta região é atravessado por leves críticas sobre a sua actuação em geral, salvaguardando a imagem dos que estão no Malabar[153].É o centrar da sua atenção na mercância.

Deveremos salientar todavia que a exposição de Barros sobre os costumes do Malabar obedece a uma lógica diferente das de Barbosa ou de Castanheda. O seu discurso denuncia uma reorganização geral das informações segundo áreas temáticas; por exemplo, ao abordar os naires e os seus costumes, de imediato

---

151 "Porque o laurador ę di∫tincto do pe∫cador, o tecelam do carpinteiro &c. de maneira que os officios tem feito entrelles linhágẽ própria pera huũs nã ca∫ãrem cõ os outros, nem cõmunicarem em muytas cau∫as: & o filho do carpinteiro não póde ∫er alfayate, porque em módo de religiam cada hum na vida & officio ∫egue ∫eu pay, da qual ∫uper∫tiçam e∫creuęmos em os cõmentarios da nó∫∫a geographia."João de Barros *Ásia...Primeira Década*, p.354

152 "Os quáes como ∫am me∫tiços no ∫angue a∫∫y o ∫am na crença, & lógo ∫am conhecidos nos co∫tumes no trajo & na pe∫óa, de que há tã grande numero q̃ ę a quarta párte da gente: porq̃ como os mouros ∫am libertádos per preuilegio do rey & pódem ∫e tocar com todo o gentio nóbre, o que nam faz o pouo, por razã de∫ta liberdáde fazen∫e muytos mouros." *Ibidem*, p.355

153 Cf.*Ibidem*.

menciona as mulheres naires, e muito particularmente as normas de sucessão familiar. Reflecte-se no discurso a liberalidade que estaria presente nos hábitos de relacionamento amoroso destas mulheres. O sistema de referências utilizado não surge como mero processo de reconhecimento da diferença, elaborando a sua inserção nas regras correntes nos costumes europeus. Nem Barbosa, nem Castanheda evocam o conceito de adultério no que diz respeito ao relacionamento entre uma mulher naire e um membro de uma casta inferior, sendo somente assinalada a aplicação de uma pesada pena. Barros, por seu turno, refere-o.

Esta incorporação quase que indistinta de normas da sociedade cristã aplicadas ao universo malabar, nomeadamente naire, aparece igualmente neste cronista da *Ásia* quando se referencia a diferença de castas e o afastamento social existentes entre os diferentes núcleos da organização social. Barros escreve que o comportamento dos naires se poderia confrontar com o judaico relativamente ao que cada um consideraria impuro[154]. O traço autoral manifesta-se nesta sua crónica, sendo as questões judaicas um dos vectores sobre o qual se debruçou na sua vida de escritor. Recorde-se que, como referiu I. S. Révah, é da sua autoria um livro apologético anti-judaico escrito por um cristão, o colóquio *Ropica Pnefma*[155], impresso em 1532.

João de Barros prossegue na sua vinculação aos preceitos cristãos referindo a liberdade que os naires teriam nas suas relações amorosas, não tendo estes vínculo conjugal[156]. Assistimos a uma teia de informações comuns aos

---

[154]"(...) nam faziam os judeus em ſeu tẽpo tanta purificaçã quando ſe tocáuam com hũ Samaritano, quantas elles fãzem, ſe per deſtãſtre algũ deſte póuo lhe tóca: & aſſy os tratam como ſe elle foſſe hum corpo glorificádo & o outro hũ jmmundo animal."*Ibidem*, p.354.

[155] I.S. Révah, *Études Portugaises*, p.61.

[156] (...) elles & ellas tam liures deſte vinclo cõjugal, q̃ ſe hũ auorrece ao outro, jſto báſta pera ſe apartárẽ per módo de repudio, porẽ em quãtos ambos eſtã em cõcórdia elle ę obrigádo pera nã

diferentes cronistas da Expansão, como Castanheda, ou mesmo o autor de uma das primeiras gramáticas civilizacionais do Oriente, Duarte Barbosa, fonte matricial destes homens. Salienta-se ali a sucessão por via feminina e traça-se a sua origem no recuo dos tempos, apontando-se, tal como Barbosa e Castanheda, o facto de que tal lei surgiria para que estes se mostrassem sempre prontos para o *exercício da guerra*.

Descreve-se igualmente a sua preparação para a assunção do seu lugar na casta, designadamente o seu acompanhamento pelos panicais, seus mestres. O ritmo descritivo da sua preparação e a visualização dos exercícios, denota a marca subjectiva e encantatória do narrador, para além de uma maior minúcia descritiva; por exemplo, explicita a utilização do óleo de gergelim e de azeite para que os seus membros não sofram qualquer tipo lesão e possam ser leves e destros, assemelhando-se, como escreve Barros, a aves[157].

A simbologia do poder é referenciada como se de um europeu se tratasse. A oficialização da entrada na casta militar é denominada pelo autor como a *cerimónia de armárẽ caualeiro*, e toda a nomenclatura evoca os preceitos europeus, nos diferentes momentos da cerimónia, nas atitudes tomadas, nos gestos esboçados, nas palavras proferidas[158]. Como temos demonstrado, a ordenação dos

---

entrar dentro & ſaber ocupáda, achar adárga & eſpáda do outro á pórta ſem porjſſo receber eſcãdalo ou paixam(...)"João de Barros, *Ásia...Primeira Década*, p.355.

[157] Cf.*Ibidem*, p. 356.

[158] "A cerimónia de armárem caualeiro, éjr cõ todolos parentes & amigos cõ pompa & apparáto de feſta a cáſa delrey ou ſenhor cõ que viue, & offerecelhe ſſenta moedas douro a que chamã fanões, cada hũ dos quáes póde valer da nóſſa moeda vinte reáes, todos póſtos ẽ hũa folha de betelle: & o ſenhor lhe pregunta ſe quér ſer caualeiro, & elle com todolos que o acompanham a hũa voz reſpondem, ſy, Entam lhe manda cengir hũa eſpáda de bainha vermelha, & põenlhe a mão pela cabeça dizendo entre ſy certas paláuras da religiam daquella órdem: & depois em alta vóz diz eſtas: Paguégo brámmenta biſquera, que querem dizer guardarás os Brámmanes & as vácas: & dito jſto o ſenhor lhe dá dous fanões douro em ſinal & começo de pága do ſoldo, ou moradia que cada mes a de ter delle, & eſta éa primeira honra que recebe. Acabando o ſenhor ſua cerimonia hum eſcriuam ſeu em alta vóz pregunta pelo nóme delle nóuel caualeiro,& de

itens descritos é comum aos enunciados por Barbosa, subscritos por Castanheda e também agora por João de Barros. Contudo, os enfoques temáticos acentuam as marcas autorais.

No momento em que a superstição local é citada, uma série de encadeamentos informativos é facultada pelo autor da *Ásia*, desde a necessária consulta feita aos astros relativamente aos actos pessoais, com risco de perda das suas fazendas, ao momento que antecede as intervenções militares. Barros manipula as informações, reflectindo mesmo à boa maneira clássica o conhecimento dos vários processos divinatórios empregues pelos gentios, e não deixando de os inserir nessa tradição. Deste modo, nomeia a astrologia, a geomancia, piromancia, hidromancia, onomatomancia e todas as artes divinatórias ligadas aos céus e aos planetas. As leituras dos agouros através das animais fazem igualmente parte da panóplia dos *saberes* ocultos orientais, sendo estes, segundo Barros, mais familiares do *demónio* do que teriam sido os Antigos gregos e romanos.

A referência à astrologia é habitual nos textos quinhentistas e nas suas crónicas, como sucede em Castanheda e em Gaspar Correia. No entanto, nesses textos não se observa uma enunciação tão minuciosa e catalogadora destes diferentes *saberes*[159].

A organização espacial das habitações é mencionada pelo cronista, ainda que este traduza a impressão geral da disposição das casas e fundalmentalmente uma certa imprecisão na leitura da ocupação espacial. Salienta-se a impressão

---

que familia ę & aſſy o aſſenta em o liuro da matricola dos caualeiros: o qual aſſento ę teſtemunhado cõ alguũs dos principáes que com elle vię̃ã, em módo de padrinhos. E tirando as peſóas muyto nóbres que elrey faz por ſua mão, as mais vezes comęce eſte armar de caualeiro ao próprio Panical meſtre da eſgrima: & ordinariamente todos em quanto pódem trazer ármas, & cę̃tos dias na ſomana por nã perderem o exercicio dellas ſam obrigádos jr a eſcóla deſta eſgrima. *Ibidem*, p.357.

sensitiva, afirmando Barros o carácter labiríntico das ruas e casas; por outro lado, informações como as fortificações ou os acidentes de relevo, importantes para o efectivar de um processo de conquista da terra, são bastante gerais[160]. A observação e vivência de um espaço não se revela aqui.

Contudo, e porque o cronista se debruça sobre o domínio, a conquista, não deixa de evidenciar que os príncipes do Malabar fazem a sua guerra a pé. No seu confronto com as nossas forças, estes reis locais teriam recebido auxílio dos mouros que, por seu turno, lhes teriam facultado a possibilidade de combater com o recurso à artilharia, e a outros *artifícios* e *industrias* deles desconhecidos[161]. Estes não são, porém, os únicos opositores que se desvendam no combate que travam com os portugueses, não sendo também esta a sua única forma de pelejar. Outras guerras se travaram com outros reis e princípes.

2.3. Nos ritos e costumes : outros *quadros* expositivos

Evidenciou-se até este momento uma nítida inserção matricial no discurso cronística das informações colhidas em Duarte Barbosa. O paralelismo estrutural entre as crónicas de João de Barros e Fernão Lopes de Castanheda ultrapassa todavia esta fonte, revelando uma logicidade discursiva comum. Ela espelha-se de imediato nas unidades narratológicas (capítulos) dedicadas aos costumes, os quais marcam claramente esferas de domínio português, e traduzem microcosmos locais fortemente implantados e denunciadores de estruturações políticas distintas.

---

[159] *Ibidem*, p.357.

[160] Cf. *Ibidem*, pp.357-358.

O primeiro universo político destacado é, como já vimos, e, naturalmente, o espaço do Malabar. Nele se traduzem as múltiplas redes de domínio local, as relações de forças existentes entre os vários potentados locais, e o núcleo dominador com o qual se entra de imediato em conflito, por ser o que detém o controle político ancestral da área, Calicute.

Como observámos detalhadamente, os cronistas descrevem os costumes locais a partir desse *topos*, Calicute. Tal será realizado à medida que o estabelecimento de contactos comerciais avança, nomeadamente através das diversas expedições enviadas, e do estabelecimento de uma presença portuguesa constante naquele espaço oriental. Esta consubstancia-se, em particular, na constituição de um aparelho político administrativo, comandado pelos vice-reis e governadores. Aí se revela ainda a percepção dos primeiros estabelecimentos dos portugueses, entre os quais se destaca a recepção favorável em Cochim, núcleo centralizador da nossa presença no Oriente, numa primeira fase apoiada por Cananor e Coulão, criando-se as respectivas feitorias bem como os pontos necessários de escala na costa oriental africana, Sofala, Quíloa, Melinde. Estes pontos são também devidamente evidenciados pelas descrições que tanto Barros como Castanheda fazem destes espaços[162].

Conjugando órbitas geográficas diferenciadas capazes de garantir um monopólio mais ou menos efectivo do tráfego das especiarias, foi considerada por D. Manuel a necessária constituição de uma rede de feitorias em Cochim,

---

[161]Cf. *Ibidem*, p. 358.

[162] Joao de Barros escreve no seu liv.VIII, cap.IV da *Primeira Década* sobre a costa de África e a situação da cidade de Quíuloa, descrevendo no sexto capítulo a sua fundação e os reis que a regeram até ã conquista desta praça por D. Francisco de Almeida. De igual modo assinala no cap.I liv.X da *Primeira Década*, a região de Sofala. Por seu turno, a estratégia de Castanheda é idêntica descrevendo a cidade de Mombaça no capítulo IX do seu primeiro livro.

Anjediva, Cananor e Coulão, bem como Sofala, Quíloa e Melinde, garantindo o trato português.

Deste modo, avançar-se-á para a construção de um conjunto de fortalezas que vão proteger o comércio dos ataques dos adversários. Por outro lado, torna-se operativo o domínio das várias esferas político-geográficas locais, nomeadamente o domínio de Cambaia, e a mudança do centro decisório português de Cochim para Goa. Tal facto assinala a percepção da importância que poderia representar tal praça no controle do comércio que então se estabelecia entre Cambaia e o cabo Comorim.

Dever-se-á referir ainda o constante corte das vias alternativas de escoamento dos produtos que se iam estabelecendo à medida que se efectivava a presença portuguesa. Destaca-se a este nível a conquista de Malaca, centro distribuidor das especiarias e chave da Insulíndia, pois esta praça controlava as passagens do Índico com o mar de Java e com o mar da China meridional, constituindo uma rota alternativa e de fuga ao controle português do Índico.

Desde cedo que o monarca português pretendeu dominar o golfo Pérsico e o mar Vermelho. A partir destes pontos seria possível cortar as rotas das especiarias aí centradas e canalizadoras destes produtos para os mercados de Damasco e do Cairo, e que tinham como porta de entrada na Europa as cidades italianas, entre as quais naturalmente se destacava Veneza. Relembre-se a importância da cidade de Ormuz, neste mesmo contexto, e a sua conquista por Afonso de Albuquerque, bem como as várias tentativas de controlo do mar Vermelho.

Depois de termos observado o espaço iniciático do contacto português com o Malabar, Calicute, analisemos as estratégias empregues noutros quadros

expositivos da descrição do espaço, e confrontemos os processos empregues na sua construção.

Narsinga é outro espaço que corporiza uma presença portuguesa, e que será destacado como núcleo vivencial. Este nome foi atribuído pelos portugueses ao reino de Bisnaga, visto este reino ser governado pelo rajá Immadi Narashima (1491-1505) quando os portugueses aí chegaram; desse nome decorreria a denominação por nós atribuída. Este reino estendia-se pelo interior do Decão, pela costa de Coromandel até ao cabo de Comorim, e, pela costa de Canará, de Goa a Mangalor.

Duarte Barbosa e Tomé Pires[163] apresentam os seus limites, tal como Fernão Lopes de Castanheda. À semelhança de Barbosa, Castanheda enuncia cinco províncias, e menciona quem é que as povoa, apresentando os mouros e os gentios. A sua longa descrição passa de novo pelas crenças que professam, considerando que praticam muitas e diversas idolatrias e acreditam em agouros[164].

Castanheda salienta o facto de as mulheres dos estratos sociais mais elevados se imolarem pelo fogo aquando da morte dos seus maridos. Todo este cerimonial, o"sati", é por ele amplamente relatado, sendo os seus diferentes momentos assinalados, desde o convite aos familiares e amigos, passando pela festa que decorre durante três dias até à imolação[165] .Tal prática seria proibida no reino de Goa por Afonso de Albuquerque após a sua tomada[166].

A observação sobre o aspecto exterior dos gentios obedece a um olhar que surge tanto em Tomé Pires como, particularmente, em Barbosa. Nele prossegue-

---

[163]Cf. *O livro de Duarte Barbosa*, pp. 81e 86.*Livro do que Viu e Ouviu no Oriente*... p.59 e p.64-65 e Cf.*O manuscrito de Lisboa*..., pp.101-102.*A Suma Oriental*...,pp.169-171.

[164] Fernão Lopes de Castanheda, *op. cit.*,I, p. 244.

[165] Cf.*Ibidem*.

se uma matriz de observação mediada pela diferença, na qual os critérios estéticos são também aplicados. Castanheda não se exime de afirmar que as gentes são bem dispostas, em particular as mulheres, as quais revelam cuidados especiais no modo como comem e se vestem[167]. As práticas amorosas são igualmente relatadas por Castanheda, assim como as disputas que a esse nível surgem, a par da descrição de todos os códigos sociais a elas ligados. Castanheda não emite juízos de valor face a práticas correntes distintas dos códigos de conduta europeus, nem mesmo quando se debruça sobre usos tão diversos, como a cerimónia da perda de virgindade[168].

O processo de descrição deste espaço segue o já enunciado: situação geográfica geral e um posterior centrar na urbe que funciona como centro do reino, neste caso a cidade de Bisnaga. Castanheda faz a sua leitura topográfica e, genericamente, caracteriza o movimento das ruas, enumerando, por exemplo, os produtos que são transaccionados, os direitos pagos pelos mercadores, as habitações reais. O cronista compara ainda o comportamento geral destes reis com os do Malabar, afirmando que estes vivem mais *polidamente* no seu comer e vestir[169].

O autor da *História do Descobrimento e Conquista da Índia pelos Portugueses* enuncia aspectos tão distintos como a riqueza real, o tesouro de Bisnaga, o cerimonial que marca todos os actos sociais, os castigos infligidos aos senhores locais, a crença nos desígnios premonitórios, ou as tropas de que dispõem. A minúcia descritiva leva-o a revelar os diversos gastos tidos com cada

---

[166]Cf. Brás de Albuquerque, *op. cit.*, II, pp.116-117.
[167] Fernão Lopes de Castanheda, *op. cit*, I, p.254.
[168] Cf. *Ibidem*, I, 246
[169]Cf. *Ibidem*, I, p. 247.

interveniente no combate, e, por último, com o conjunto[170]. Todo o ritual bélico é amplamente apresentado, repercutindo-se na narrativa uma intensa visualização do conjunto militar e dos diversos *corpos*.

A descrição de cada espaço obriga o narrador, neste caso o cronista da Expansão, a referenciar, para além da estrutura habitual de leitura topográfica da urbe, os materiais utilizados nas diferentes construções, apresentando não só os edifícios que se destacam pela sua volumetria ou singularidade mas também a habitação dos membros das castas inferiores. Expõe-se igualmente a qualidade dos produtos, os ofícios mecânicos, elaborando-se uma descrição etnológica muito superficial, e apresentando-se minuciosamente as formas de vestir e de comer[171].

Relativamente a cada espaço, são salientados os aspectos que de certo modo o caracterizam e ao mesmo tempo distinguem, não se eximindo o cronista de repetir informações face a determinadas crenças, em particular as religiosas. O cronista fá-lo como se pela primeira vez se debruçasse sobre tal temática. Tal ocorre, por exemplo, com as práticas dos brâmanes, os quais são evocados em diferentes reinos indianos, onde, como é natural, integram a hierarquia social;

---

[170]"(...)ſe eſtes laſcarîs ho fazẽ be na guerra acrecentâlhe ho ſoldo,& ſe deſpois ho fazem melhor danlhe capitania de gente,& aſſi vão acrecentando os bõs caualeyros q̃ vẽ a ſer grãdes capitães,& aſſi tem cẽ mil homẽs de caualo, os quaes andão armados de laudeis acolchoados dalgodã muyto groſſo, & ceruilheiras,& de coyros de bufaros,& deles ſã as outras armas,& tẽ tãtas peças como os noſſos arneſes,pelejão com agomias,lanças,& zabunchos: os piães ſam ſem conto,porque logo ſe ajuntão em hũ exercito hũ cõto,dous cõtos de homẽes por ſer a terra muyto pouoada,& eſtes nã tẽ mais armas defenſiuas q̃ eſcudos,ſoomente os fos frecheiros que os não trazem, & por iſſo morrẽ muytos nas batalhas, nas quaes ẽtrão tambem muytos alifantes armadas cõ cubertas de coyros de bufaros, ou dãtas as quaes os cobrẽ ate os pes & todas muyto pintadas,& aſſi leuã teſteiras dos meſmos coyros, & cubertas as trombas de hũas argolas largas de cobre ou arame,& nos dentes atadas duas eſpadas largas, & agudas de cada parte hũa,pera q̃ rompendo pelos ĩmigos os matẽ: ſobreſtes alifãtes vão postos hũs castelos de madeira em que cabẽ ate oyto homẽs que dali pelejão com frechas,& vão os caſtelos apertados com hũas cilhas, tãto que não podem cair por mais que os alifãtes corrão, & he muyto fermoſa couſa hũ exercito coeſtes alifantes,& com tanta gente." *Ibidem*, I, p. 249-250.

recorde-se a descrição do reino do Malabar e de Cambaia[172]. Semelhante estratégia é comum a Duarte Barbosa.

É como se, subitamente, a narrativa se cruzasse com a forma expositiva de um relato que mimeticamente reproduz uma matriz. Por vezes, essa renovada evocação é utilizada mesmo quando se trata do mesmo livro. João de Barros obedece, porém, a uma lógica estrutural onde esta invocação cíclica não se reproduzirá com a frequência da do autor da *História do Descobrimento e Conquista da Índia pelos Portugueses.*Em João de Barros encontramos a sistematização de quadros gerais de costumes.

Relativamente à ilha de Ceilão, Fernão Lopes de Castanheda descreveu o processo de captura dos elefantes e a pesca das perólas. Na sequência da matriz de Duarte Barbosa, referencia a existência de uma pegada que seria a de Adão, descrevendo a romaria que a ela fazem os mouros[173]. A historicidade dos diferentes espaços é, por vezes, salientada, como acontece quando Castanheda se debruça sobre o reino de Daquem.

O cronista explicita aqui a evolução da forma de governo, no qual se transita da figura real para um governo de capitães. O cronista defende que esta mudança se revelou positiva visto os reis deste reino serem essencialmente mercadores e não cavaleiros, factor que seria corrigido com a ocupação do poder pela figura de um capitão, assistindo-se à chegada de mouros, turcos, e de outras gentes do mar Roxo[174]. O próprio exercício da justiça, através de penas não aplicáveis no reino, e em tudo diferentes da tradição europeia, suscita a anotação de Castanheda; recorde-se o terceiro livro da *História do Descobrimento e Conquista*

---

[171] Cf.*Ibidem*, I, 263.
[172] Cf. *Ibidem*, I, 806.
[173] Cf. *Ibidem* , I, pp.261-263.
[174] *Ibidem*, I,p. 289.

da Índia pelos Portugueses, quando o cronista se ocupa da cidade de Goa, chamando a atenção para a prática que o sabaio - o governador canarim - tinha de lançar os condenados ao rio[175].

Fernão Lopes de Castanheda enuncia muitas vezes sumariamente os traços caracterizadores de um espaço de uma vivência local. Assim, na ilha de Sacotorá toda a gente é *baça* e teria em tempos seguido a fé cristã, visto adorarem a cruz, possuirem altares semelhantes aos que existem no reino, e ainda usarem nomes como Maria, Isabel ou Ana[176]. O cronista reproduziu igualmente uma tradição, segundo a qual os mouros consideravam ser esta a ilha habitada pelas amazonas.

A cidade de Malaca é apresentada não se denunciando uma impressão negativa pelo facto de tanto o rei como os habitantes serem mouros. As sensações auditivas provocadas pelo carácter *doce* da língua malaia e pela facilidade com que ela poderá ser aprendida, são igualmente evocadas por Castanheda. O seu olhar sobre os malaios traduz uma distanciação do narrador face ao objecto observado, o qual aparece inserido num quadro geral: são brancos, bem dispostos e proporcionados, e vivem nobremente. Por outro lado, a adjectivação é bastante imprecisa; constata-se que são galantes, músicos, namoradores, e as mulheres, na sua maioria, formosas. Porém, algo se destaca, algo se pormenoriza: os juncos. O olhar de Castanheda percorre a embarcação, as dimensões das amuradas, os forros

---

[175] "(...)ho çabaio foy ſenhor deſta ilha, pera a fortalecer, mãdou que todos os condenados ã morte por juſtiça foſſem lançados naquele rio com grande ſoõ de trõbetas& bacias, que os lagartos teuerão por ſinal da ceua que lhe lançauão, porque comem homẽs, & acodião logo como ouuião as trombetas, & daqui ſe acoſtumarão ali, de maneira que ſe deixarã ficar, & fizerão caſta q̃ ha ali agora muitos(...)"*Ibidem*, I, p. 512.

[176] Cf.*Ibidem*,I, p. 298.

do tabuado, o betume utilizado, a sua durabilidade[177]. É o novo, o distinto que atrai e que possibilita uma prática diferente de navegação.

Para além do cuidado na tradução da expressão volumétrica dos diferentes edifícios no plano geral da urbe, e dos materiais assinalados, em determinados momentos ressalta no texto de Castanheda como que uma vontade de tradução através da palavra do que visualmente se oferece de tão diferente; algo que, do ponto de vista estético, é *novo*. Tal não significa, contudo, que o autor da *História do Descobrimento e Conquista da Índia pelos Portugueses* proceda a uma avaliação estético/crítica dos objectos artísticos, embora muitas vezes o elemento que provoca a sua admiração seja a multiplicidade e diversidade de crenças com que o olhar do europeu/português se confronta nestes espaços orientais.

Verdadeiramente exemplar de tal processo de descrição é o momento em que Castanheda transcreve a adoração prestada a uns ídolos de Pegu, nomeadamente a representação do deus criador. Os gentios deste reino cultuariam ídolos bem diversos na sua representação, desde os que teriam uma figuração humanizada, um homem de um palmo de altura, até aos que assumiriam a estatura de gigantes. Os materiais utilizados seriam os mais diversos, abarcando cal, tijolo, metal ou madeira. Poderiam igualmente ser estes ídolos dourados ou policromáticos, e apresentariam três rostos. Castanheda justificaria estas figurações transcrevendo o ponto de vista das gentes locais, segundo o qual serem estes a figuração e objecto de adoração ao deus grande

[177] Cf. *Ibidem*, I, pp.460- 461.

criador do mundo. Encontra-se ainda a justificação de serem *santos* que em vida teriam cumprido as regras de bons cavaleiros[178].

Apesar de a volumetria dos edifícios ser assinalada na *História do Descobrimento e Conquista da Índia pelos Portugueses*, o olhar reflectido nestas descrições é pouco estruturado e informado sobre a gramática artística. Não deveremos esquecer que se formulam então os tratados de arquitectura, nos quais se questionam as regras construtivas numa nítida busca da tradição clásssica greco-latina. Castanheda enuncia meramente os vários elementos que comporiam o edifício, ainda que na sua descrição possa emergir como que um traço humanista que se insinua, por exemplo, na sua referência às pirâmides do Egipto. É certo que a nomeação destas construções é precisada por Castanheda ao referir que as *varelas* seriam parecidas em tamanho com as pirâmides do Egipto. O cronista apela afinal ao testemunho de outrém.

Castanheda descreve todavia as chamadas *varelas* asiáticas, neste texto os pagodes, com um detalhe e precisão de materiais e dos elementos decorativos, que não encontramos na referência a outros edifícios de culto. Neste caso é muito mais sucinto, expressando o olhar de quem vê mas não domina a especificidade própria de uma gramática artística. Os mosteiros seriam em madeira muito fortes e dourados nalguns sítios, possuindo sinos de várias dimensões como os *nossos*. O seu olhar centrar-se-ia exactamente nos sinos que seriam maiores que os de Santiago de Galiza, com letreiros e trabalhados. Seriam empregues nos rituais de culto.

Por outro lado, as *varelas* seriam construídas como as chinesas, ainda que fossem maciças de cal e tijolo, retocadas com betume lacre e depois douradas de

---

[178] Cf.*Ibidem*, II, p.21.Duarte Barbosa refere a existência de ídolos mas não os descreve, Tomé Pires nem sequer os nomeia.

ouro-pão. Na ponta apresentariam uns varões de ferro com uma esfera onde seriam depositadas oferendas de ouro e pedraria, e sombreiros de metal cercados de campaínhas; a menor *varela* teria um tamanho de quatro braças[179].

As impressões estéticas participam do discurso de João de Barros. Este não só trabalha a palavra - relembremos os prólogos das suas *Décadas*-, como reproduz os movimentos de conjunto, numa maleável combinatória na qual o indivíduo habilmente emerge - recordemos a descrição da partida de Lisboa da primeira armada de Vasco da Gama. Barros consegue traduzir uma impressão plástica do espaço, sendo a descrição de Adem disso exemplo.

Barros não se coibe de traduzir a impressão imediata afirmando que a cidade é muito formosa. Mas a explicitação do conjunto arquitectónico impõe-se, levando-o a desvendar os vários planos da cidade e a afirmar que esta jaz ao longo da ribeira e que tem bons muros, torres e muitos edifícios, e casarias altas de sobrados e eirados. O remate descritivo do conjunto consubstancia-se, sem dúvida, na ***imagem*** que se reflecte no texto. A descrição construída a partir da linha do mar para terra inscreve a *chapa de serra* que traduz a solidez e uniformidade da matéria, da natureza, a qual apresenta no seu cume como que uma pintura obra da natureza e dos homens, visto a serra ser de pedra viva, com picos tão crespos e dobrados que se assemelham a uma fortaleza. Sobre este entalhamento natural construiram os homens muitos casteletes e torres; entre cada espaço não erigido lançaram panos de muralha, edificando como que uma verdadeira fortificação[180].

João de Barros utiliza uma estratégia enunciativa paralela à de Fernão Lopes de Castanheda. Veja-se, a título de exemplo, como apresenta a ilha de

---

[179] Cf.*Ibidem*.Tal descrição não aparece referenciada seja em Barbosa seja em Tomé Pires.
[180]Cf. João de Barros, *Ásia...Segunda Década*, p. 346.

Socotorá, onde, a par da situação geográfica, se desvenda a marca autoral de inscrição quer nos textos clássicos quer na sua própria obra[181]. A inserção dos cristãos locais no seu próprio rito, descrevendo-o minucisamente, obedece à necessidade de explicitar as crenças locais e à concretização do encontro dos portugueses com uma comunidade cristã[182].

O modelo de apresentação etnológico das populações locais, apesar de por vezes seguir os mesmos elementos que observámos em Castanheda, traduz toda uma concepção estética da descrição algo diferente da do autor da *História do Descobrimento e Conquista da Índia pelos Portugueses*. É certo que Barros reproduz ainda uma tipificação dos homens e das mulheres locais, referenciando-as como grupos que apresentam características muito gerais. Nesta ilha, os homens seriam, segundo o cronista, *bem dispostos de cor*, e as mulheres mais alvas e varonis, não só na sua estatura, mas também pelos seus músculos, provocados pelo exercício, visto combaterem ao lado dos companheiros e a tradição dizer que noutro tempo teriam vivido como ***amazonas***[183].

A voz corrente, a inscrição na História local, não deixou de ser evocada por Barros. O encantamento que tais histórias trariam ao cronista é bem patente no modo como ele assinalaria a sua maneira primitiva de combater. Seriam

---

[181] Eſta jlha alguũs quę̃ dizer por ſer muy grande & a mayór daquella garganta dos mares q̃ vam abocar o eſtreito do mar rioxo que aquella a q̃ Ptolomeu chama Dieſcoridos de hũa cidãde della deſte nome(...)" João de Barros, *Ásia...Segunda Década*, p.18.

[182] "Todos ſam cristãos Jacobitas da caſta dos abexijs, peró que muytas couſas nã guardam de ſeus coſtumes: os mais dos hómeſs tẽ os nomes dos apoſtollos & as molheres de Maria. Sua adoraçam ę a cruz,& ſam tam deuótos della que per hábito todos trazem hũa ao peſcoço: & em algũas cáſas que tem de óraçam eſte ę o ſeu orago.Geralmente todos vam rezar a elles tres vezes, hũa muyto cedo a maneira de matinas, outra a óras de beſpora, & outra ás completas: & a ſua oraçam ę em caldeu, & o módo de rezar ę dizer hũ ſo, hũ verſo, & os outros juntamẽte como coro reſpondem com outro. E entenderã lhe os nóſſos que os já ouuiram rezar eſta paláura, Alleluya: tẽ circunciſam & jejum a maneira de auento,& hũa ſó molher, da mouidade que ham págam dizemo á jgreja." *Ibidem*.

[183] Cf.*Ibidem*,p.19.

conhecidas por serem feiticeiras, ainda apresentando, segundo ele, traços de bestialidade no vestir e no pelejar. As práticas de combate passam pelas pedradas atiradas com fundas, e ainda que alguns possuam espadas, estas são de ferro *morto*[184].

Diferenças de registo entre João de Barros e Fernão Lopes de Castanheda deverão contudo ser devidamente assinaladas: a descrição da situação geográfica, dos espaços numa nítida inscrição nos modelos geográficos greco-latinos; e a identificação do recurso a fontes locais. A construção de uma *História* segundo os modelos clássicos e ao mesmo tempo humanistas de enquadramento no passado anterior aos acontecimentos presentes, é uma preocupação constante na *Ásia... Dos feitos que os Portugueses fizeram no descobrimento e conquista dos mares e terras do Oriente.* É a marca autoral que se afirma; é a inscrição num modelo; é a prática de uma construção da *ars Historica.*

Esta percepção do fluxo dos tempos do que antes se passou, nele integrando a presença portuguesa, é um objectivo constante em Barros. O cronista fá-lo ao escrever sobre Ormuz - praça de claras evocações clássicas-, ou sobre Goa - imagem de um poder que se pretende centrípeto- o português. Ainda que Fernão Lopes de Castanheda empregue por vezes esta estratégia historicista, fá-lo sem referenciar a sua fonte, como no caso de Ormuz, sendo a sua organização discursiva igualmente diferente. Confrontemos estas vozes e denunciemos as diferenças. Tomemos exemplarmente a descrição de Ormuz.

O autor da *História dos Descobrimentos e Conquista da Índia pelos Portugueses* emprega a sua habitual e já exposta estratégia descritiva, situando geograficamente a cidade na respectiva ilha e procedendo à sua leitura

[184] Cf.*Ibidem.*

topográfica[185]. De imediato, apresenta considerações de cariz etnológico. Tipifica os habitantes através da habitual generalização de comportamentos, adjectivando valorativamente alguns destes, embora esta não seja, como já referimos, sua prática constante. Condena nomeadamente os traços de luxúria que detectou nos seus comportamentos. Um certo visualismo encantatório, e fortemente subjectivo emerge, por vezes, na prosa de Castanheda: os persas seriam naturalmente *músicos*, não só no seu falar, mas também expressam a musicalidade nos seus gestos, nas suas mãos[186].

Castanheda desenvolveria esta descrição dos costumes relativamente ao modo de vestir e às armas utilizadas, assim como aos produtos transaccionados, aos hábitos alimentares e até aos passatempos, mostrando a tradição clássica vivida pelos persas, em particular nos costumes observados e traduzidos pelo cronista; por exemplo, a certas horas do dia, de manhã ou de tarde, um velho mouro leria as antigas crónicas persas, sobre as figuras ilustres, como Alexandre, e do passado local, sendo por isso mesmo louvado na cidade[187]. No capítulo seguinte, Castanheda narra como *Cojeatar*, Kwaja Atar, guazil de Ormuz entre

---

[185]"Eſta cidade he raſa nem tem outra fortaleza ſenão as caſas delrey: he de muytas & fermoſas caſas, & altas de pedra & cal,& geſſo cubertas de terrados. E porque he muyto quẽte no verão tẽ as caſas hũs catauentos q̃ ſão como chaminés, & fazẽnos no meo de hũa caſa, & por eles lhe ẽtra ho vẽto(...)" Fernão Lopes de Castanheda, *op. cit.*,I, p. 339.

[186] "(...) os arabios ſão baços,& os Perſianos aluos & bẽ apeſſoados: & ſão todos muyto dados a deleytações, aſſi no comer ẽ como apetites carnaes, principalmente na luxuria: ſão muyto grãdes caualgadores & tanto que jogão ã choca acaualo:ſão naturalmente muſicos aſſi de falas como de mãos, & trouadores& dados a lêr hiſtorias antigas. Finalmente ſão inclinados a todas as boas manhas & tem as mais delas: ſão muyto cioſos das molheres: & por iſſo lhas ninguẽ não ve & ſão elas muito fermoſas ."*Ibidem*.

[187] Cf.*Ibidem*, I,pp. 340-341.

1507 e 1515, ganhou o governo da cidade, sendo considerado pelo nosso cronista como um tirano[188].

Por seu turno, João de Barros inscreve a descrição desta cidade a partir das informações que teria recolhido em crónicas persas que lhe teriam sido traduzidas. Barros precisa temporalmente os seus informes não só a nível da cronologia árabe mas também da cristã, estabelecendo sempre a linha correlativa entre o que descreve e a sua clareza para quem lê. Nesse sentido, explica, por exemplo, a origem da palavra Ormuz que, em persa antigo, significaria palmar, e inscreve este dado na geografia antiga, citando Ptolomeu. Ainda que recuando no tempo, a apresentação dos dados do passado atinge como Castanheda *Coje Ata*. À semelhança do que fizera Castanheda, Barros considera-o um tirano. As afirmações de índole filosófico-políticas são ainda desenvolvidas por este cronista. Barros interpreta as motivações que conduziram a determinadas decisões e explicita-as.

Assim, a razão porque se encontram tantos *capados* a ocupar lugares-chave de governo, surge integrada no âmbito da estruturação de um governo tirano, pois o facto de não possuirem descendência, não os impeliria a ganhar grandes riquezas para os transmitirem naturalmente, estariam assim mais disponíveis para tratar dos bens dos seus senhores, para exercer o poder em seu nome[189].Barros tece ainda considerações mais gerais sobre o lugar ocupado pelos

---

[188]"(...) do reyno Dormuz q̃ ele gouernaua auſolutamẽte porq̃ eſtaua muyto poderoſo de gẽte: & de dinheyro que gaſtaua muy largamẽte nas couſas que cõprião ã ſegurança da ſua tirania."*Ibidem*,I, p. 342.

[189]"(...)cá per hũa párte ſe temem & nam quęrem fazer gouernadóres a hómeẽs poderóſos naturáes da tęrra, porque nã tenham fauor do pouo com q̃ póſſam reinar algum módo de traiçam, & per outra quę̃ terenizar o pouo per mãos deſtes ſeus eſcrauos: aos quáes elles muy ameude dam hũa créſta de lhe tomar quanto tem, & lógo o tornam a pór no officio pera lhe fazer outro tanto, & aos capádos ajnda eſtimam mais por nam terẽ filhos pera quem ájam de roubar." João de Barros, *Ásia...Segunda Década*, p. 53.

escravos na sociedade local. A ***natureza*** implícita ao estado de escravo que conduzirá necessariamente à vontade de ganhar a liberdade, surge aqui como uma assunção profundamente interiorizada quer da ordenação ***natural*** das coisas quer da observação da ***sua*** lei[190].

O cronista da *Ásia ...Dos feitos que os Portugueses fizeram no descobrimento e conquista dos mares e terras do Oriente* não deixou de entroncar a localização dos espaços locais na estrutura organizativa do espaço dominado por Portugal. Logo na apresentação da cidade de Goa afirma ser esta a metrópole episcopal das praças portuguesas da Índia, numa terra chamada pelos naturais de Canará[191]. O cronista prossegue com a sua narrativa assinalando, tal como Castanheda, que os esteiros da ilha estariam pejados de crocodilos, ainda criados para guardarem a entrada da cidade. Barros insere Goa no que teria sido uma primeira marca de cristandade, noticiando uma inscrição antiga que de tal daria conta.

O seu discurso é marcado pela tensão apologética. Nele prepassa o carácter verdadeiramente *messiânico* dos portugueses nalguns segmentos descritivos, sendo também anotada a marca doutrinária deixada pelos religiosos em tais paragens. Paradigmática desta deambulação é o seu dar graças por tal inscrição ter sido encontrada por um povo cristão, este, de *nome* e *sangue* português, enviado por um cristianíssimo príncipe, imagem especular do governante, D. Manuel[192].

---

[190]"Os quáes eſcrávos como per o diſcurſo deſta hiſtória ſe verá, & em a nóſſa geographia muytas vezes matárã os ſenhóres & ſe apoderárã do eſtado do ſenhor: porque o animo humano ſófre mal ſobjeiçam, & por cauſa deſta liberdãde nã há párte no mũdo onde ſe nã áche mão armáda pola defender."*Ibidem*.

[191] *Ibidem*, p.187.

[192](...) eſte ſeu pouo chriſtão do nome & ſangue Portugues, ẽuiádo per hũ tam chriſtianiſſimo principe como foy elrey dom Mannuel, mereceo jr tirar aquella jmágẽ ẽterrada nos aliceces da gẽte pagaã dos gentios & perfidos mouros: & cõ glória & louuor delle meſmo chriſto liure daquelle barbaro captiueiro foy póſta em altar de catholica adoraçam."*Ibidem*, p. 189.

A inscrição *retorico-classicizante* é feita através do recurso ao Egipto, ao seu Nilo e às suas pirâmides[193], nelas se evocando, nomeadamente, a acção dos elementos nesse espaço edificado. Num nítido processo de marca humanista, cita o Tejo e o Mondego a par dos anteriores exemplos, em particular o último, no que seria o desaparecimento pela força das águas de vários edifícios.

Dever-se-á assinalar a constância com que Barros confronta as suas fontes nomeadamente as de origem local, não europeia. Fá-lo também em Goa ao descrever a forma como os mouros se fizeram senhores do reino de Decão e do *estado de Goa*, segundo a terminologia do próprio autor. João de Barros menciona que existiriam três versões relativamente ao modo como os mouros ali teriam entrado. Essas versões seriam, respectivamente, a dos mouros de Guzarate, a do reino de Decão, e, por último, as crónicas dos reis gentios de Bisnagá. Contudo, o cronista não deixa de optar nesta colecção de fontes, e de concluir que o conquistador terá sido o rei de Decão, escolhendo pois a narrativa dos mouros deste reino, a qual se aproximaria da crónica geral dos persas o *Tarigh*[194]. O autor da *Ásia* emprega a mesma estratégia ao referenciar as crónicas malaias de que se teria socorrido para descrever o sítio da cidade de Malaca[195].

Observemos a exposição da estratégia de domínio mouro da região de Goa por parte de João de Barros. O autor não se limita a apresentar os factos ocorridos, medidas tomadas, alianças estabelecidas, hierarquização de funções

---

[193] "Porq̃ ſe vęmos q̃ todo o Egipto(nã falãdo de tẽpos antequiſſimos em q̃ algũs hiſtoriógrafos & filosofos quęrem q̃ tudo foy már) mas depois q̃ foy cultiuado de ſementes & habitádo de tantas & tam ſumptuóſas cidádes & meraculoſos pirames que foram auidos por milagres do mũdo com ſua altura: tudo o tempo enterrou nã per terremótos mas có tęra ſobrepóſta q̃ o Nillo trouxe das poeiras da Ethiópia, & mais cõpridas & profũdas cáuas per ao cẽtro da tęra, do q̃ em altura ſóbre a fáçe della ę o mõte Taurro. De que ſam teſtemunho muytos dos nóſſos q̃ andárã naquellas pártes, cõ que nẽ vęmos cidádes nẽ pirames nẽ as ſęçe fózes do Nillo(...)"*Ibidem*, p.190.

[194] *Ibidem*.

[195] Cf. *Ibidem*, pp. 247-248.

dos vários agentes de poder, expõe ainda a *gramática* do poder corporizada no cerimonial descrito e traduz essa simbologia. Escalpelizemos esta sua logicidade.

Barros começa por apresentar a divisão feita por *Mamudxá*, aliás Mahmud Shah, do seu reino de Decão em dezoito *frontarias*, ou seja, guarnições militares de fronteiras que seriam governadas por dezoito capitães, tendo no topo um capitão-geral igualmente nomeado. Estes teriam como função defender o espaço que lhes tinha sido atribuído e alargá-lo conquistando terras aos gentios.

A sua lealdade seria conseguida pelo facto de estes seus capitães serem seus próprios escravos, e de terem demonstrado ao longo das batalhas que tinham capacidades para comandar os homens e serem leais. Eram igualmente obrigados a ter residência na capital do seu reino, devendo eles próprios nomear os que em seu nome aí residiriam. Por seu turno, estes teriam de ir todos os dias ao paço em sinal de obediência e menagem, reverenciando o rei. Barros descreve minuciosamente esta homenagem, estabelecendo a difereça entre este reverenciar e o comum cumprimento reverenciador mais ou menos quotidiano[196].

---

[196] Estes *protegidos*:"(...) todolos dias auiam de jr ao páço dar hũa viſta a elrey fazendolhe hũa reuerencia a que os mouros chamam çalema & alguũs çumbaya, principalmente no Malayo. A qual corteſia é hũ abaixar de cabeça ante o ſenhor té a poer quásy nos giolhos & a mão direita no chão, & os muyto nóbres nam póem a mão no chão mas em ſua própria pérna jsto tres ou quatro vezes ante q̃ cheguẽ á peſóa do ſenhor: & chegando a elle metemlhe a cabeça entre as mãos dando a entender que aly lha offerece como eſcráuo ſeu pera mandar deſpor de ſua vida o que lhe elle aprouué.Entam o ſenhor ſe eſtá ſatiſfeito de ſeus ſeruiços tem já feito pera áquellas peſóas hũa viſtidura a que elles chamã cabáya que comũmente os mouros vſam naquellas partes, comprida de mangas cengida & abérta pordiante com hũa ába ſobre outra ao módo do trájo dos venezeanos. A qual cabáya de brocádo ſeda ou pano, ſegundo a calidáde da peſóa, o ſenhor lança ſóbre os ómbros: que parelles é couſa de hónra & ſinal pubrico que o principe eſtá delle contente. Acabando de receber eſta cabáya tórna recuando pera tras, acuruandoſe com o corpo & cabeça outras tantas vezes como fez á jda ſempre com o róſto no ſenhor, té que ſe afáſta bem delle: & ſe há de ficar na cáſa, eſpéra que o mande aſſentar em cócaras no chão ſegundo ſeu vſo, & ſe é peſóa muy nóbre ſóbre alcatifas. Porem eſte dár da cabáya & meter a cabeça entre as mãos, nam é todolos dias ſnam quando hum capitam deſtes ou qualq̃ outra peſóa nóbre nóuamente vem á corte, ao módo que nos témos na chegáda ou eſpedida pera fóra beijarmos a mão a elrey em ſinal de obediencia:cá o ordinário de cada dia quando eſtes van diante do principe nam fãzem mais que abaixar a cabeça hũa ſó vez, como nós abaixamos o

A logicidade da simbologia do costume local é observada segundo a compreensão mais geral dos comportamentos, numa interpretação dos signos sociais, e, muito especificamente, de toda a simbologia que marca o exercício do poder. Destaca-se ainda a inserção do indivíduo nesse mesmo exercício no cumprimento do ritual formulador do lugar de cada um na sociedade e, em particular, na sociedade do príncipe. Aliás, o recurso de Barros à matriz etimológica das palavras que designam os comportamentos, marca bem esse imbricar nas origens. Simultaneamente, através das origens, em termos linguísticos, faz remontar à Antiguidade Clássica.

A mesura é explicada nesta panóplia de signos, visto que o facto de nos curvarmos perante outra pessoa, denuncia ao *outro* que nos colocamos num lugar inferior ao seu, cumprindo o ritual a sua função; como escreve João de Barros, as cerimónias foram *inventadas nas cortes dos príncipes*, traduzindo esta expressão a consciência da construção de uma imagem de governante e de poder. O cronista vai mais longe na sua explicação, afirmando que tal invenção decorre das procedências das dignidades e da sua submissão ao príncipe; o lugar do indivíduo estabelece-se no conjunto ordenado de todos. É a hierarquização social, oriunda de um poder que é dado e exercido.

Segundo João de Barros, este reverenciar designar-se-ia por cortesias, por elas terem surgido na corte, e porque o vocábulo corte deriva do "chors" latino, o qual significaria também aglomerado de pessoas no acto de guerra sob o governo de uma pessoa[197]. Ora a sua inscrição clássica remete para a designação etimológica do vocábulo o qual significaria estado maior referido por Cícero em *Verres*, 2, 66 , Catão, 10, 10, ou mesmo Lívio , 29, 19, 12. Deste modo a prática da

---

corpo ajnda que direito quando fazémos nóſſa meſura que quér dizer medida ſegundo a etimologia do vocabulo & auto da couſa."*Ibidem*, pp. 193-194.

guerra e a necessidade de resposta face a uma ameaça justifica o comando/governo.

A multiplicidade de costumes é considerada, tal como o que de diferente/estranho aparece, dando normalmente lugar a uma reacção de repúdio por parte do cronista. Esta não será todavia uma postura constante. Constata-se, com frequência, que o olhar de João de Barros é, simultaneamente, distanciado e atento; através dele procura estabelecer quadros explicativos denotadores da legitimação de um poder. A sociedade é aqui tida na sua concepção organicista de *corpus mysticum*[198].

João de Barros traduz a tipologia estrutural da sociedade, *o mundo todo* estaria repartido nestas cortes, onde residiriam as cabeças/os príncipes que teriam determinado a maneira de serem reverenciados e obedecidos. Daqui decorre a inclusão dos diferentes costumes numa estrutura explicativa geral que interpreta as reacções face ao distinto, a um uso que não seu[199].João de Barros não deixa, todavia, de justificar a tomada da praça pelos portugueses, o nosso domínio legitimado pelo facto de os mouros se apresentarem sempre com a espada na mão *& póſta na garganta dos gentios da térra.*

A inserção na tradição clássica, e a revelação do costume, onde perpassa uma observação valorativa dos aspectos estéticos do conjunto humano contemplado, são vectores, sem dúvida alguma, axiais do olhar de Barros. A descrição efectuada da ilha de Malaca é paradigmática do que afirmamos. Nela a

---

[197] Cf.*Ibidem*.

[198] Cf.Ernest H. Kantorowicz, *The King's two Bodies.A Study in Medieval Political Theology*, p.209 e Otto Gierke, *Political Theories of the Middle Age*, Cambridge , University Press, 1996, pp.22-30

[199]"(...)reſidem as cabeças delle que ſam os principes, cada hum ordenou módo de ſer reuerenciado & obedecido. Donde vemos tanta variedáde de corteſias, & entre os barbaros tam eſtranhas do nóſſo vſo,que as auemos por riſo & elles as nóſſas póſto que todas vam a eſte fim de obediencia: & geralmente todollos mouros da India vſam eſte módo que diſſémos terem eſtes capitães do reino Decam." João de Barros, *Ásia ...Segunda Década*, p.194.

sua observação joga entre a visão de conjunto e a atribuição de juízos; seria a gente mais *mimosa* e *altiva* de opinião, sendo todos fidalgos. O seu exercício na vida seria *doçuras*, *música*, *amores*, *vestidos*, e *o cuidar de sua pessoa*, face a tudo emitindo *grande opinião de cavaleiros*, e sendo *atrevidos na acção*. O autor da *Ásia* considera ainda um provérbio local, tradutor daquela que seria uma realidade a nível do comportamento: Malaios namorados, Jaus cavaleiros[200]. A crítica de Barros recairia sobre as liberalidades afectivas comuns nesta sociedade.

Na cronística da Expansão assiste-se não só a um processo de inclusão matricial das fontes, mas também de exclusão de determinados *topos* que, segundo os cronistas, não obedeceriam ao propósito da sua narrativa, embora por vezes se encontrem numa das fontes citadas e sejam mesmo amplamente referenciados por outros. Tal ocorre com uma das práticas locais, o uso peculiar de trazerem nas "(...) suas naturas nuns cascáveis(...)"[201], como referencia Duarte Barbosa, Tomé Pires[202], Duarte Galvão no seu *Tratado dos Descobrimentos*[203], Garcia de Resende na sua *Miscelânea*[204], Luís de Camões em *Os Lusíadas*[205], Pigafetta no seu escrito *Navegação e Descobrimento da Índia Superior...*[206]

---

[200] *Ibidem*,pp.256-257.

[201] *O Livro de Duarte Barbosa* ..., p. 159. *Livro do que viu e Ouviu no Oriente* ... p.138 apresenta identica passagem .

[202] *O manuscrito de Lisboa* ... ,p. 137.Na edição de Armando Cortesão encontramos um amplo cotejo desta passagem com os escritos da época que referenciamos no corpo do nosso trabalho .Cf. *A Suma Oriental* ..., p.235.

[203] Cf. Duarte Galvão, *Tratado dos Descobrimentos* p. 105. Este assinala o facto de Duarte Fernandes ter sido o primeiro português que percorreu o reino de Pegu afirma ser dele a informação sobre este reino, e do facto de neste reino usarem tal prática.

[204] Cf. *op. cit*,estância 88 , p. 349.

[205] Cf. Canto X, estância 122, que aliás aparecia suprimida em edições censuradas desta obra.

[206] Cf. *Fernão de Magalhães A primeira viagem à volta do mundo contada pelos que nela participam*, Mem Martins, Pub. Europa-América, 1990, p. 69. O texto é da autoria de Pigafetta e foi traduzido pelo editor como ele próprio esclarece a partir da cópia da Biblioteca Ambrosiana, Milão (redigido numa mescla de italiano, espanhol e dialecto veneziano)."Descoberto pelo abade Carlos Amoretti em 1795, dele foi feito uma edição em italiano (Milão, 1800), e desta uma tradução francesa (Paris, 1801), anotada pelo mesmo Amoretti, em que se baseou a presente

e até a edição de 1502 elaborada por Valentim Fernandes do *Livro de Nicolau Veneto*[207].

A presença no Oriente decerto motivou uma maior necessidade de descrição relativamente aos espaços a conquistar, como sucede não só em Castanheda e Barros, mas, particularmente, em Gaspar Correia. Este último incorpora as suas informações no decurso da narrativa um pouco ao sabor dos acontecimentos, pois o seu fio condutor é o das acções militares e da intervenção dos portugueses; é a *História* dos feitos militares em que o homem ajudado pela providência concretiza o desígnio divino.

A explicitação dos espaços faz-se, por exemplo, no modo como expõe as fortalezas portuguesas, onde igualmente se insinua a marca autoral. Recorde-se que este cronista foi, como dissemos, vedor das obras da cidade de Goa. Por outro lado, domina a arte do desenho, como se evidencia tanto nos *debuxos* das fortalezas portuguesas que acompanham as suas *Lendas*, como na orientação por ele dada ao pintor que executou os retratos dos governadores da Índia, desde D. Francisco de Almeida até D. João de Castro[208].

---

edição."*Ibidem*, p. 20.Sabemos que Pigafetta é parcialmente incluso no primeiro volume da obra de Ramusio,*op. cit.*,fls. 398r-403v.

[207] Nesta edição de Valentim Fernandes inclusa com a tradução do livro de Marco Polo, a obra de Nicolo de Conti aparece na sua versão em língua portuguesa, quando pouco tempo antes tinha aparecido em latim, aliás é baseado nesta edição que Ramusio incluirá tal texto na sua colectânea segundo afirma António Alberto Banha de Andrade, *Mundos Novo do Mundo*, p. 361. Este italiano tinha percorrido durante vinte e cinco anos o Oriente, e tinha regressado a Itália em 1453,"(...)Conti andou por Damasco, Bagdade, Basra, Ormuz e Kalhate, até à Índia e Ceilão. Daí, pelas Andames, Samatra, foi a Tenassim e Bengala. Voltou à Índia por Arracão, para Ava, então capital da Birmânia, e daí para Java e Champa; sul da Índia, por Socotorá, mar Vermelho, Cairo e Veneza."António Alberto Banha de Andrade, *op. cit.*, p.361. Neste seu livro também escreve Paggio Braciolini, que teria sido o narrador desta viagem de Nicolo di Conti, este mesmo costume.Cf. *Livro de MarcoPaulo- O livro de Nicolao Veneto*...,Lisboa, Biblioteca Nacional, 1922, fl.83,r.

[208] Cf.Gaspar Correia, *Lendas da Índia*,IV, pp.596-597.

Observemos um pouco mais detalhadamente qual a estratégia descritiva de Gaspar Correia. Como referimos, ele introduz elementos que desenham alguns dos costumes locais, sem, no entanto, se ater em longas deambulações sobre os mesmos e sem os integrar em segmentos narrativos próprios - capítulos - à maneira classicizante. Elementos destruturantes de uma determinada ordem - a sua/a europeia- são evidenciados, sem que o olhar se pronuncie como retratando essa distinta *realidade*, ou sem que se evidencie um juízo maniqueísta. Deparamos, pelo contrário, com a admiração e, frequentemente, com o repúdio face a essa diferença, numa nítida inscrição num primeiro estádio de conhecimento.

Surge deste modo tratada a informação relativa ao facto de na Índia, nomeadamente na costa do Malabar, existirem e serem escutados feiticeiros e adivinhos, também conhecidos como canaiates. Não se exime Gaspar Correia de os considerar diabólicos, salientando a veneração que teria sido prestada a um destes homens em Cananor, tendo sido guardadas as suas profecias[209].Tal ocorre aquando da narração da primeira viagem de Vasco da Gama à Índia, sendo portanto verosímil a introdução de tais profecias que correriam localmente. A este seria atribuída a lenda segundo a qual aquela terra seria tomada por um rei de longínquas paragens que teria gente branca e que *faria muito mal* aos que não se manifestassem seus amigos[210]. Ora, tal discurso encontra-se perfeitamente entroncado no fluir narrativo não aparecendo a mediação do narrador, de certo modo indirectamente comprovando-se a premonição pela presença dos portugueses.

---

[209] Cf.Gaspar Correia, *Lendas da Índia*, I, p. 69.

[210]"(...) hum Rey muy longe, que tinha gente branca, que farião muito mal aos que nom fossem seos amigos, e que isto seria d'aly a muitos tempos; e deixou sinaes de quando isto seria."*Ibidem*.

Apesar da sua ressalva face ao propósito de não se deter sobre os costumes locais, e de enviar o leitor para Duarte Barbosa ao descrever a chegada à cidade de Calicute da primeira armada de Vasco da Gama, o cronista elabora uma ligeira incursão sobre os seus habitantes. Trata-se de uma óptica distinta das de Castanheda e de Barros, visto de imediato assinalar a presença de mouros[211] e só em seguida se referir aos malabares. Destacam-se igualmente os propósitos do comércio por parte dos directos opositores à concretização do objectivo dos portugueses. Correia afirma que os malabares seriam muito pobres devido aos poucos recursos da terra, e ser essa a razão do domínio dos mouros, os quais pagam avultadas rendas.

Por outro lado, a conversão dos gentios à fé islâmica teria sido conseguida através de uma intervenção diabólica, ainda que, segundo Correia, tal tenha acontecido unicamente com os mais pobres. Toda a organização social é exposta segundo um princípio maniqueísta interpretando os costumes locais, nomeadamente o respeito das castas inferiores face aos naires, como se estes fossem *malditos*, e radicando nos mouros a origem de todo mal [212].

O autor de regista ainda algumas das festas celebradas pelos malabares, como por exemplo as religiosas. Este cerimonial é, com efeito, minuciosamente retratato, como acontece durante a descrição do governo de Diogo Lopes Sequeira, no momento em que, em Junho de 1519, este inverna em Cochim, apresentando o narrador os vários jogos habitualmente praticados e estabelecendo o seu correlativo para o uso europeu. Assim os *parás* são como

---

[211]Cf. *Ibidem*, I, p.75.

[212]"(...) somente se tornarão Mouros gente baixa que trabalhauão por dinheiro nos matos, e no campo. E estes são malditos, que nom podem andar per nenhum caminho se nom bradando, por não virem de supito os Naires ter com elles,porque logo os matão, porque sempre trazem suas armas, e esta baixa nom podem trazer armas por se nom defender;e quando assi vão bradando,se algum Naire lhe brada, logo se metem polo mato,muy longe dos caminhos." *Ibidem*, p.75.

torneios[213]. Não se trata, de facto, de uma estratégia isolada. Gaspar Correia evoca toda a simbologia do poder patenteada no ritual que acompanharia os vários encontros entre capitães e governadores portugueses e os reis locais. Este procedimento surge em escritos que traduzem as acções militares, seja numa crónica como a cópia do escrito anónimo do *British Museum*, seja nos relatos dos diferentes cercos.

O olhar do narrador informa sempre as descrições e reflecte o sistema de valores que o norteiam; por exemplo, na crónica anónima do *British Museum* os costumes locais são referenciados segundo um princípio maniqueísta, podemos afirmar que bebendo uma interpretação do mundo semelhante à de Gaspar Correia, embora expressando uma gnoseologia bem mais simples e dicotómica que a do autor das *Lendas das Índia.*

O facto de os povos com que os portugueses se deparam no Oriente observarem costumes diferentes dos europeus, conduz necessariamente a uma identificação com a alteridade absoluta: são *maus* e, consequentemente, condenados. Não encontramos a mediação de um olhar sobre o diferente.

Assim, e somente a título de exemplo, na rica cidade de Calicute, onde se encontram ricos mercadores, o rei e todos os seus habitantes locais são gentios

---

[213] "N'este inuerno, per costume dos malauares fazem huma grande festa a seus pagodes, em que se fazem muytos ajuntamentos de homens e mulheres louçãos de seus pannos, e arriados com suas joyas d'ouro; a qual festa se faz geralmente em todo o Reyno do Malauar, e a faz cada Rey e senhor em suas terras, onde se ajuntão seus vassallos, e fazem grandes gastos, e se ajuntão primeyro dez e doze dias em cabildas e magotes, e fazem bandos como moços d'escola polo entrudo, e se apartão em capitanias, e fazem seus jogos d'armas pelejando huns com outros ás tardes, pelejando com regeitos de páos, e fundas, e frechinas d'arquos de cana e palmeira. Nos prymeyros dias começão com estas cousinhas como de folgar, e tomão tanto a ponto d'honra nom sayrem vencedores do campo que per derradeyro vem a guerra crua, e se matão huns a outros, e tudo fica em modo de folgar como torneos, e elles chamão a ysto pará, e acabado todo mal huns com outros ficão amigos como d'antes erão. E durão estas parás doze dias, sempre á tarde, até o dia de festa principal, que a bespora he o mór pará, em que se ajuntão todos, que

idólatras, *de mau viver*, e as mulheres possuem 8 a 10 maridos. O sistema de referências utilizado é o europeu, os hábitos amorosos são casamentos, não se esboçando sequer o procurar a razão, ou a tradição que motivariam estas formas de relacionamento[214]. A observação através do geral, o tomar a qualidade de um pelo todo, a transmissão do que se vê através do recurso a estereotipos, é o processo empregue na observação dos *outros*. Consequentemente, nesta crónica anónima, e formulando o narrador uma espécie de síntese face à observação, a cidade de Calicute é apresentada como sendo uma cidade marcada pela luxúria[215].

O sistema de referências é nitidamente o seu, isto é, o europeu. É através dele que se conhece e que se dá a conhecer, por exemplo, o bramâne que entre os locais tem aquela *dignidade que entre os cristãos tem o Papa*, ainda que salvaguarde o facto de o bramâne não ser tão obedecido[216]. Não se assiste à mediação de um olhar que capta a alteridade - o *Outro*, o diferente -, e a interpreta em função de um sistema próprio de valores, ainda que em termos finais estes sejam filtrados pelos sistemas judicativos europeus, processo comummente utilizado pelos cronistas da Expansão, apesar das variantes, como sucede com Gaspar Correia, Castanheda, ou Barros.

---

fazem batalha ordenada ás cutiladas e lançadas, em que muytos ficão mortos. E tem elles que suas almas são saluas, porque assy morrem fazendo festas a seus pagodes." *Ibidem*, II, pp.570-517

214 "(...)de grãdes tratos e ricos marcadores, o rey e os seus todos gentios idolatras, de maao viver;hũa molher tem oyto e x maridos, moça de oyto annos ja conheçe homem. Nesta çidade se converte todo o trato d'especiaria da India e todo se passa per mão dos mouros de Meca que ali estam estantes."*Crónica do Descobrimento e Conquista da Índia pelos Portugueses*, p. 9.

215"Nesta çidade ha muyta luxuria, moça(s) de biij annos ja conhecem homem, vendem hũa virgindade por hum fanõ que val xbij." *Ibidem*, p. 12

216 "O viso rey mandou no castello armar panos e correyer asentos, e vestiose elle e dom lourenço, e asy os outros, e veo o rey em huum amdor, eo mamgati caimal diamte delle em outro Amdor rico mais que o delrey, trazia muita jemte; o viso rey os sayo a receber abaixo fora da fortaleza, com grandes abraços e muita honra recebeo o mangati, e sobirom pera riba, homde tres cadeiras estavom em huum estrado postas(...)"*Ibidem*, p 35.

A subjectividade e a pessoalização narrativas estão sem dúvida presentes na epistolografia da época ainda que esta obedeça igualmente a uma tipificação que passa pela determinação do destinário e dos laços estabelecidos entre o emissário e o receptor. A sua finalidade, o fim a que se destina, é algo que fundamenta o conteúdo; tal acontece quer no que diz respeito a um relato de Gaspar Pereira quer às cartas dos Governadores da Índia.

A minúcia do relato da exposição do que se faz e de quem faz, é um elemento determinante destes escritos, para além da marca constante do exercício do domínio que passa não só pela narrativa dos combates travados como pela descrição das fortificações portuguesas levantadas. A expressão do poder é todavia sempre identificada, sendo os seus rituais devidamente enunciados.

Verdadeiramente paradigmática desta estratégia de assunção de um domínio sobre o *Outro*, ou pelo menos sua tradutora, seria a já referenciada carta de Gaspar Pereira. Nela encontramos a descrição de toda a encenação do poder ao descrever, por exemplo, a recepção de D. Francisco de Almeida e de seu filho ao rei de Cochim e a seus aliados, levada a cabo em Janeiro de 1506. Os diferentes momentos do ritual são descritos, narrando o escrivão que o vice-rei teria mandado armar no castelo panos e assentos, vestindo-se os portugueses a rigor para receber o rei que chegaria transportado num andor, saindo o vice-rei da fortaleza para o receber[217].

A hierarquia não só é referenciada como exposta, apresentando-se os diferentes comportamentos dos intervenientes: o vice-rei e o rei local ter-se-iam sentado enquanto que o *mangati*, permaneceria de pé, pois esse era o seu costume. Mas este escrivão explicita que só os bramânes se sentam ainda que

[217] ANTT, *C.C.* P.I^{a},m.5, doc.70, publ., *Cartas de Afonso de Albuquerque*, II, p. 362.

não coloquem os pés na alcatifa, afastando-a de si[218]. O escrivão prossegue então com os detalhes da embaixada, apresentando o modo como os visitantes vinham vestidos[219]. O próprio D. Francisco de Almeida elogia os dotes de Gaspar Pereira escrevendo a a el-rei que a narração do que se passaria na Índia estava nas mãos deste homem, pois o vice-rei via nele um fiel e verdadeiro servidor, superior aos cronistas[220].

Esta carta é transcrita por Gaspar Correia nas *Lendas da Índia* considerando que ela corresponderia ao conteúdo da sua obra. Aliás, este processo é recorrente em Fernão Lopes de Castanheda, João de Barros, ou mesmo na Crónica anónima do *British Museum*, enquanto estratégia utilizada como confirmação dos factos expostos, ou mesmo expressão de acontecimentos mais controversos. Na própria crónica régia encontramos esse recurso; recorde-se a escrita sobre a figura de D.Manuel por Damião de Góis.

Descrever os factos circunstanciais que poderão ou não possibilitar o cumprimento da missão é determinante para quem escreve para o reino, corporizando-se tal intuito exemplarmente nas cartas dos diferentes agentes da

---

[218] "(...) e o orey e o viso rey se asentarom e o mangati esteue sempre de pee, que se nom asemtou, que he caa costume perante o rey nenhuum outro se nom for rey se nom asemtar a vista delle, ainda que gramde senhor seja, saluo os bramanes que som clerigos seus, que logo se asemtam, e asy he costume peramte elrey nenhuum que rey nom seja, aimda que seja bramane, nom poer os pees em alcatifa, arredamna com as maãos e poem ospees debaixo della (...)*Ibidem*, pp. 363-363.

[219]"(...) o mangati trazia no braço direito duas manilhas douro muito grossas arriba do cotouello, como se caa costuma, e nas orelhas huuns anees douro sem pedras, e no pee direito duas manilhas douro, a huuma muito larga e grande, e a outra mais estreita e grosa, e em ambas muitos robis, e pareciam booms; e na maão huum paao que custumam caa os reys e grandes senhores que tem terras e justiça trazerem; depois dasemtados dise o viso rey a baltesar, filho de gaspar, que era limgoa, que lhe disese que avia muitos dias que o desejava ver, que folgarya muito de se veerem muitas vezes e de fazer por elle e suas cousas que lhe requerese, porque sabya que era bom amiguo e vasallo delrey de Cochym (...)" e Gaspar Pereira prossegue com a descrição das trocas de palavras havidas e com As deliberações tomadas relativamente ã ameaça de Calicute. *Ibidem*.

[220] Cf.Gaspar Correia, *Lendas da Índia*, I, p.897.

Expansão. Não é de estranhar que, por exemplo, Afonso de Albuquerque revele as diferenças climáticas e as novas condições de vida que se ofereciam aos portugueses, o que determinaria o processo e efectivação da conquista, o domínio, afinal. Além disso, tais argumentos favoreceriam a estratégia de domínio veiculada por este governador. Deste modo se vai justificando a defesa da tomada de Goa, considerando esta rica em tudo o que seria necessário, para as várias despesas, nomeadamente com os oficiais, os mesmo com materiais, como madeira, ferro, salitre, ou até mantimentos como o arroz[221].

Seriam igualmente mencionados tanto os hábitos como as dificuldades levantadas pela adaptação à nova realidade, algo de efectivamente relevante no seio dos portugueses; por exemplo, homens tão importantes para a manutenção do nosso domínio, como os calafates e os carpinteiros, ao terem, segundo Afonso de Albuquerque, mulheres indianas, e ao trabalharem naquele clima, deixariam de possuir as capacidades de trabalho que de início haviam demonstrado, sendo por isso necessário recorrer à mão de obra local, nomeadamente a de Goa[222].

Tendo em atenção uma estratégia nítida de dominação, o autor da missiva aponta a correlação de forças em presença naquele espaço específico. Para além das referidas riquezas, Goa teria no seu porto bastantes embarcações armadas que sulcariam os mares, e seria presa fãcil de turcos estrangeiros, sendo possível o estabelecimento dos rumes. Portugal arriscar-se-ia a que, se esta intenção se efectivasse, caso as naus sob a nossa bandeira que por aí passassem quando seguiam para Angediva, fossem atacadas se perdessem as cargas.

O modo como se discorre sobre as praças, mesmo quando estamos em presença de uma carta, segue *topos* mais ou menos comuns. Esta missiva de

---

[221] ANTT, *C.C.*, P.I[a],m.9,doc.86, publ. *Cartas de Afonso de Albuquerque*, I, p. 21

[222] Cf. *Ibidem.*

Afonso de Albuquerque tipifica, por exemplo, esses propósitos. Veja-se que o autor tem o cuidado de apontar as condições da barra e de esta poder suportar embarcações de alto porte. Designa ainda a qualidade dos ventos, assim como as possíveis condições de alimentação, nomeando os veados, as lebres, as perdizes, os arrozais, o trigo, o feno, e salientando, não só o necessário aos homens, mas também aos animais, o que permitiria suportar demorados cercos.

Para além destes aspectos de carácter *prático*, é considerada a estratégia mais global face ao espaço. Goa é tida em consideração numa relação directa com o medir de forças locais, isto é, equacionando-se o dano que se provocaria a Daquem, potentado local e inimigo dos portugueses. Goa representava, para este, um local excelente para resistir face a ameaças terrestres, visto ser uma ilha. Importa não esquecer que desta forma se impediria o estabelecimento dos rumes, para além de se afastarem os turcos que se encontravam na posse de Goa[223].

Afonso de Albuquerque revela o facto de ter recolhido as suas informações junto de mouros, e descreve a situação política que então se vivia. Lembremo-nos de que esta carta é datada de 17 de Outubro de 1510. O conhecimento das teias de dependência que se encontravam estabelecidas no Oriente, seria essencial para o ajustamento que deveria ser feito pelo poder português com vista ao domínio e à permanência no local.

Seria, portanto, essencial que os decisores políticos estivessem a par das condições locais. Este conhecimento não poderia, deste modo, restringir-se unicamente ao governador, devendo o Rei de Portugal estar, também ele, devidamente informado. Consequentemente, Afonso de Albuquerque afirma que o rei de Daquem deu a terra em capitanias ou senhorios a seus escravos que

[223]Cf.*Ibidem*, pp. 21-22.

seriam turcos "De nação." Estes ter-se-iam então rebelado contra o seu senhor, não usando o trato de rei.

Por outro lado, o pagamento dos tributos processar-se-ia de uma forma perfeitamente arbitrária, sendo constantes as lutas entre os vários aguazis[224]. Um dos aguazil que estaria envolvido em disputas mais ou menos frequentes, seria o de Chaul. Após a conquista de Goa e a expulsão dos mouros, segundo o signatário da missiva, bastariam para manter esta praça 400 portugueses, embora ela pudesse sustentar 3 a 4 mil homens.

Se face aos elementos estratégicos encontramos nas cartas abundantes referências, já as descrições dos espaços não foram de modo algum objecto de um cuidadoso relato. O vocabulário empregue é frequentemente subjectivo e impreciso, sendo apenas oferecida a impressão geral tida no primeiro contacto com o novo espaço. Por seu turno, os vocábulos utilizados conotam uma dimensão quase *ética*. Numa carta escrita pelo monarca ao arcebispo de Braga, D. Diogo de Sousa, datada de 19 de Junho de 1508, ao descrever a cidade de *Oje*, afirma-se que esta é grande e nobre e os *edifícios de casas honrados*[225].

Não possuímos assim informações mais objectivas que delimitem, por exemplo, o tamanho da urbe ou mesmo a tipologia das casas ou dos próprios materiais empregues. No entanto, na mesma carta, ao descrever a fortaleza inimiga, o relato ganha precisão. Esta construção é então avaliada em termos arquitectónicos, e a nível do que seria a sua eventual capacidade de resposta face a um ataque. Tomamos assim conhecimento da própria planta da construção, das capacidades defensivas em termos dos baluartes de que dispõe com

---

[224] *Ibidem*.

[225] Biblioteca da Ajuda, *ms*., publ., *Cartas de Afonso de Albuquerque*, II, p. 420.

bombardeiras e seteiras, sendo igualmente veiculada a impressão estética tida por Tristão da Cunha da *muito fremosa caua de redor*[226].

3. À descoberta do domínio do *Outro*

Depois de termos analisado os processos de construção dos espaços descritivos e a forma como as fontes matriciais são utilizadas, deveremos neste momento observar como o português é retratado na esfera do individual, nomeadamente no seu confronto com os *outros*. A partir desta observação desvendar-se-ão os matizes em que o olhar *em si* centrado anula ou não os outros olhares.

No século XVI formulam-se várias atitudes face à novidade, desde o nítido reforço da superioridade do português face ao *outro*, até ao delinear de uma descentração progressiva do olhar. Aspectos positivos e negativos vão sendo apontados e confrontados, mesmo quando estamos em presença de sequências descritivas que se debruçam sobre a actuação de elementos que pertencem às esferas sociais mais elevadas. Deparamos assim com o enaltecimento de qualidades bélicas, diplomáticas, ou de costumes, tanto dos portugueses como de alguns dos núcleos sociais contactados.

É certo que este confronto, especificamente em relação ao turco e ao mongol, transparece num espaço específico, o do campo de batalha, evoluindo a sua própria concepção ao longo das descrições. Com efeito, é diferente a forma como são narrados os primeiros combates - no Malabar, por exemplo-, dos que decorrem durante o governo de Nuno da Cunha. É igualmente distinto o modo

[226]Cf. *Ibidem*, p. 421.

de revelar a entrada no golfo Pérsico, ou no golfo de Ormuz, dos combates em Cambaia. O próprio valor dos opositores ganha tonalidades específicas, até porque se estruturam formas de ocupação e domínio particulares, assim como conjunturas politico-militares distintas, para além de se posicionarem novas estruturas evolutivas de poder.

Nos diferentes textos espelha-se uma visão orgânica da presença portuguesa. Ela emerge na revelação corporizada pelo domínio militar dos vários espaços. Existem obviamente contrariedades, mas a operacionalidade revelada nas intervenções em combate, a articulação entre a acção individual e a do grupo, os espaços concedidos a cada uma destas esferas, a observação da prática e do valor do *Outro*, também ele entendido enquanto grupo e indivíduo, tudo isto é assinalado, a par da actuação dos chefes opositores e dos portugueses.

A análise do procedimento dos combatentes é, afinal, tida em atenção, formulando o propósito primeiro da cronística da Expansão. Devemos recordar que não é nosso objectivo proceder à elaboração de uma História Militar, mas sim salientar quer a importância concedida aos combates quer a forma sistematizada como estes são frequentemente descritos.

A visão de conjunto atravessa as diferentes *Histórias*, mesmo as que são escritas por quem nunca esteve na Índia, como é o caso de João de Barros. Os testemunhos que serviram de base para a sua escrita traduzem exactamente esta característica. Estamos, com efeito, num momento em que a *Conquista* é algo que constantemente atravessa o quotidiano dos portugueses de Quinhentos; em que o poder se afirma pela permanência noutros espaços e pelo fortalecimento das posições estratégicas conseguidas; em que as constantes notícias de ameaças dos turcos à presença portuguesa eram motivo de sobressalto; em que as mercês

conseguidas junto do monarca dependiam directamente dos relatos feitos sobre as acções realizadas além-mar.

Tal reflectir-se-á até na prática do escrever a *Brevíssima e sumária relação que fez da sua vida e obras o grande Martim Afonso de Sousa , senhor de Prado e de Alcoentre, capitão donatário da ilha de Tamaraci, no Brasil, que serviu de capitão- mor do mar da Índia e depois foi Governador dela* dirigida à rainha D. Catarina; ou *Dos feitos de D. Cristovão da Gama em Etiópia*, escritos por Miguel de Castanhoso; ou a *Breue relação da embaixada que o Patriarca D. João Bermudes trouxe do imperador da Ethiopia*; ou o relato de *O Primeiro Cerco de Diu*, de Lopo de Sousa Coutinho; ou ainda um tipo de textos que apresentam uma finalidade distinta como as cartas de D. Francisco de Almeida, Afonso de Albuquerque ou D. João de Castro.

A descrição das acções militares ganhava, deste modo, uma natural importância, sendo preocupação primeira das inúmeras missivas que se cruzavam nas armadas dirigidas aos vários agentes do poder e ao próprio monarca. Relatos como o já referenciado de Gaspar Pereira, ou como o de Álvaro Vaz, eram frequentes. Fazer a guerra seria, no dizer de Afonso de Albuquerque, o caminho para a paz[227], participando tal ideia do imaginário português. Ainda segundo Afonso de Albuquerque, nunca devia Portugal deixar de castigar quem não cumprisse as obrigações contraídas com os portugueses, devendo-se vingar o nosso bom nome, pois tal contribuiria para a nossa fama e crédito[228].

As palavras são de Afonso de Albuquerque mas o princípio há muito que se encontra presente na actuação portuguesa; recorde-se a segunda viagem de Vasco da Gama e a expedição contra Calicute que tinha atacado a presença portuguesa nos mares do Malabar, ou o ataque de D. Francisco de Almeida

---

[227]Cf. Carta de 16 de Outubro de 1510, publ. *Cartas de Afonso de Albuquerque*,I, pp. 19-21.
[228] Cf. ANTT, *C.C.* P.1ª ,m.9, d. 86 , publ. *Cartas de Afonso de Albuquerque*,I, p. 21.

contra Diu, na sequência da morte de seu filho D. Lourenço. Para além destes, abundam idênticos exemplos na História da presença portuguesa no Oriente; exemplos que, por isso mesmo, cruzam as páginas da cronística da Expansão.

Denuncia-se a existência de constantes nestes relatos, mesmo quando só em termos de uma mera amostragem deixamos o nosso olhar percorrer estas e outras cartas. Uma dessas constantes é o valor revelado no combate militar pela artilharia grossa. Esta desempenha um papel fundamental enquanto elemento dissuasor que levaria os inimigos a entregarem-se nas mãos dos portugueses. Ao avançar sobre a ilha de Soar, Afonso de Albuquerque destacá-la-ia[229].

É, além disso, propósito primeiro dos portugueses buscar rendimentos próprios para o pagamento das despesas que vão aumentando devido ao alargamento dos espaços de actuação. Ora, esta aparecerá também como uma marca constante nas narrativas dos homens da Expansão, encontrando-se naturalmente presente na epistolografia com ela relacionada.

Um dos aspectos que vai surgindo de uma forma mais ou menos constante na correspondência trocada entre os intervenientes da Expansão, é o mau estado das embarcações e da artilharia. É igualmente destacada a necessidade de dinheiro para o socorro das necessidades que se levantam, e para, não raro, acalmar os homens[230].

A marca pessoal decorre das diferentes cartas enviadas do Oriente. À partida, tal facto constitui um valor acrescido, na medida em que a subjectividade desvendaria novos factos. Contudo, a construção do sujeito é algo

---

[229]"(...) determinei de poer artelharia grosa em terra e a combater; nom ousou desperar o combate e se vieram meter todos em minhas mãos, e se fizeram vasalos del Rei e Rrecebêrãom sua bandeira e me fizeram carta disso, e a villa pagua trebuto, com que se pagãom os frecheiros que o alcaide da fortaleza tem pera guarda dela (...) "ANTT, *C.C.*, P. Iª, m.6, doc. 8, publ. *Cartas de Afonso de Albuquerque*,I,pp.9-10.

[230]Cf. *Ibidem*,I, p p. 11, 14-15.

que atravessa também a epistolografia. Deste modo, ao trabalhar com estas fontes, dever-se-á proceder à elaboração de um breve cruzamento entre as diferentes cartas enviadas no mesmo momento e versando os mesmos acontecimentos; por exemplo, missivas destinadas ao monarca, ou a qualquer outro *funcionário* real. Através destes cruzamentos desvendar-se-ão outras intenções, outros olhares, por vezes, verdadeiramente contraditórios.

Exemplo paradigmático do que afirmamos seriam as cartas enviadas da Índia por Martim Afonso de Sousa aquando da questão de Diu. Estas cartas são enviadas a D. João III, a D. António de Ataíde, conde da Castanheira, primo direito do próprio Martim Afonso de Sousa e influente conselheiro do rei, a Fernão Álvares de Andrade, detentor do importante cargo de escrivão da fazenda e alvo da confiança régia, e a Pero Vaz, vedor da fazenda em Goa.

Em todas elas se tecem pesadas críticas contra o governador Nuno da Cunha. As queixas são variadas e têm sempre presente o destinatário da carta e a função que este ocupa na hierarquia social. No entanto, na sua *memória* ou *autobiografia oficial*, por nós assim denominada, a *brevissima e sumaria relação que fez da sua vida e obras o grande Martim Afonso de Sousa*, toda esta intensa crítica não é aflorada, sendo outros os feitos devidamente evocados pelo fidalgo à rainha D. Catarina.

Universos epistolares encontram-se acessíveis para este trabalho, basta recordar a compilação das *Cartas de Afonso de Albuquerque e outros documentos que as elucidam*, ou o trabalho desenvolvido sobre a figura de D. João de Castro por Luís de Albuquerque. Dever-se-ia, porém, ter sempre presente as ligações familiares, as informações que chegariam por outras vozes, e ainda o modo como se desenvolve a apresentação dos factos e se valorizam momentos e atitudes. Mas esta não é a nossa *galáxia* discursiva .

É todavia uma constante de análise que o saber, do qual participa o olhar sobre o *Outro*, se revela, como os estudos interculturais têm vindo a defender, enquanto algo de construído. Este é, com efeito, um *saber construído* que, sem dúvida, desvenda muito mais sobre o observador do que sobre o observado. Contrapor-se-iam, de um e de outro lado, categorias prévias produzidas pelo senso comum que por vezes se teriam enformado num qualquer outro discurso letrado[231]. Tal é a estratégia de construção do saber que amplamente enunciámos.

Importa neste momento recordar as grandes linhas evolutivas do que foi a construção do domínio Português do Oriente. Este não correspondeu, como é óbvio, a um espaço político contínuo, sendo uma rede mais ou menos diversificada e atomizada de relações políticas já actuantes, que se mantêm como formas de auto-governo, ainda que sejam objecto de controle da coroa portuguesa, muitas vezes segundo estratégias que se podem considerar para-diplomáticas[232].

Muito raramente se encontram formas de governo directo por parte da coroa portuguesa. Prosseguir com as formas de auto-governo pré-existentes, ainda que sob um controle eminente da coroa, revelava-se bastante mais económico, revestindo-se de um pragmatismo governativo que visava a concretização dos objectivos centrais da coroa. Apesar de enunciados, não deixam de assentar neste processo de utilização pragmática e económica dos meios. O regime de auto-governo obedeceria em termos finais a uma estrutura de tratados celebrados com os potentados locais que criavam a tecitura de controle da coroa portuguesa, funcionando esta última adaptada ao quadro local.

---

[231] Cf. António Manuel Hespanha, *Representações do poder e modelos institucionais num império pluri-cultural- O império Português do Oriente*,pp.1-2.

Como António Hespanha ressalva, este regime de auto-governo teria nalguns momentos resultado de concessões dadas após uma conquista militar. A razão pela qual estas concessões foram atribuídas prender-se-ia com a consciência que os portugueses teriam de que não seria possível administrar directamente e segundo a aplicação de modelos europeus espaços com uma cultura política e jurídica diversa e mesmo estranha da europeia. Foi a aplicação do pragmatismo de funcionamento que ditaria esta assunção modelar de domínio sobre os *Outros*[233].

A consciência das várias etapas da presença dos portugueses no Oriente, está presente nos textos que se debruçam sobre a narração do que se experienciou naquelas paragens face àquilo que seria iminentemente novo e diferente. No entanto, e nunca será demais referi-lo, o propósito autoral enforma o discurso, condicionando a expressão dessa realidade mais ou menos pessoal, mais ou menos testemunhal. Daí a necessidade de ter sempre em atenção que a cronística da Expansão obedece a propósitos próprios de veicular uma presença portuguesa no espaço oriental, e de ser uma voz que se toma como *voz* de um estado num concerto de estados europeus. Como tal, cada uma das narrativas, devido aos seus inerentes condicionalismos, muitos dos quais já enunciados, ganha tonalidades próprias, denunciando legitimações igualmente distintas, decorrentes por vezes da difusão que cada uma das obras sofreu.

Independentemente desses traços individuais, desvenda-se nos três autores que elaboraram crónicas da Expansão, essa vertente de transmissão de uma presença de tradução de uma voz, de um estado.

---

[232]Cf.*Ibidem*, p.3.
[233]Cf.*Ibidem*.

Apesar de cada autor se ter socorrido de várias fontes testemunhais para construir o seu discurso, e de muitas vezes ter seguido estratégias próprias, o critério acima citado justifica a exposição do processo de construção da presença portuguesa no Oriente. Cada autor encontra a sua estratégia discursiva, por nós apresentada no primeiro capítulo deste trabalho, estando a ordenação diacrónica subjacente nos vários discursos de uma forma mais ou menos estruturante.

Observámos já a dimensão que o diferente assumiu, nomeadamente a importância de que se reveste a descrição dos costumes nestas obras, assim como as fontes testemunhais utilizadas, para além das matrizes metodológicas a que cada uma obedeceu. Neste momento importará observar como é que a assunção de um poder que passou pela conquista efectiva se encontra nas narrativas.

As crónicas da Expansão focalizam primordialmente a expressão do poder português, e os actos militares associados a esta presença e domínio. Dever-se-ão assim cruzar não só os actos bélicos descritos e as práticas narrativas empregues, mas também, ainda que por vezes segundo um princípio de amostragem, como tais acções de domínio se repercutiram sob a forma de notícia junto dos outros estados europeus. Para além das análises de práticas militares, da forma como os inimigos observam os actos praticados, e do traço construtor da imagem dos diferentes intervenientes nas acções descritas, evocaremos momentos por nós considerados pertinentes, visto não caber no âmbito deste trabalho uma abordagem exaustiva, algo de incompatível com o espaço e o objecto previamente definidos. Percorreremos os vários passos da construção de uma presença no Oriente, observando alguns dos momentos-chave.

3.1. Primeiros momentos de uma presença e de um domínio português no Oriente

O núcleo formulador dos nossos contactos comerciais no Malabar traça-se após a primeira armada de Vasco da Gama e devido à manifesta animosidade de Calicute à nossa presença, expressa aquando da viagem de Pedro Álvares Cabral que se contrapôs à recepção calorosa de Cochim. Esta praça veria assim a possibilidade de sair da esfera de influência de Calicute.

Os portugueses que se encontravam na feitoria de Calicute teriam sido alvo de um ataque por parte de mercadores mouros, ataque esse eventualmente autorizado pelo samorim. Na reedição do seu primeiro livro, Fernão Lopes de Castanheda subscreve esta ideia afirmando que, deste modo, a fazenda que se encontraria na feitoria, e que era muita, teria ficado para o rei local[234]. Não encontramos expressão análoga na primeira versão do cronista. Nesta mesma reedição de 1554, de imediato Castanheda relata como Pedro Álvares Cabral se teria vingado dos mouros; os acontecimentos descritos na edição de 1551 são essencialmente análogos [235].

A versão do ataque à feitoria é muito mais desenvolvida na primeira edição do que na reedição da obra. Na narrativa escrita por Castanheda em 1551, são enunciadas as várias peripécias do combate travado entre os portugueses que ocupavam a feitoria portuguesa e os mouros que a atacavam, sendo mesmo apontado o facto de esta se encontrar cercada, e de uma determinada parede funcionar como nossa barreira defensiva.

---

[234]Cf. Fernão Lopes de Castanheda, *op. cit.*, I, p.89.

[235] Cf.Fernão Lopes de Castanheda , *História do Descobrimento e conquista da Índia pelos Portugueses*, edição de 1551, p. 116.

Na segunda edição destaca-se a presença de mouros favoráveis à presença dos portugueses, salientando-se os que pretendiam avisar do que se preparava, e sendo evocada a presença de um veneziano que de súbito teria entrado na feitoria e criticado Aires Correia por este ter tomado a nau de outros mercadores, pois se o objectivo dos portugueses era o estabelecimento de contactos económicos tal medida não seria decerto a mais indicada. A própria organização da informação nestas duas edições é diversa.

Fernão Lopes de Castanheda introduzirá na reedição do primeiro livro informações que teria decerto colhido posteriormente, tratando igualmente o conteúdo informativo de um modo muito mais estruturado, denotando-se então um maior cuidado na construção narrativa. Aliás, uma das referências curiosas prende-se com a informação segundo a qual se referiria à actuação de António Correia no quarto livro - isto na edição de 1551. Tal intenção será todavia corrigida na reedição de 1554, escrevendo então o cronista que se debruçaria sobre essa figura no quinto livro.

Deveremos ter presente que, aquando da saída da reedição deste primeiro livro, já os outros haviam sido impressos, nomeadamente os segundo, terceiro, quarto e quinto. O sexto livro sai precisamente no mesmo ano da reedição do primeiro (1554), estando portanto concretizada a arquitectura da sua História. Tal não aconteceria ainda em 1551, altura em que o autor poderia estar na posse de alguns esboços deste seu trabalho.

Estes relatos apresentam-se fundamentalmente centrados na descrição dos feitos militares, nas armas utilizadas, nos movimentos dos diferentes *corpos* de homens, nas mortes. É certo que tais informações acompanham as atitudes tomadas por este ou aquele português, por este ou aquele mouro ou gentio. Pensemos num relato coevo que então correu manuscrito e que apresenta como

nítidas características fundadoras o esboçar das ofensivas dos portugueses, a já citada crónica anónima do *British Museum*, publicada por Luís de Albuquerque. Sobre a sua descrição deveremos ressalvar estarmos eventualmente em presença de uma das cópias que ao tempo correriam.

Neste mesmo relato, Aires Correia teria tomado conhecimento através de um naire da traição de que estaria a ser alvo junto do samorim. Depois de Cabral ter retido a nau que pretendia partir do porto de Calicute, a feitoria teria sido atacada, sem que se registasse suspeita alguma, tendo morrido três homens. O movimento de pegar em armas, e de todas as medidas de imediato tomadas são enunciadas, através de frases sincopadas que traduzem o ritmo da respostas: os homens *lançaram*-se às armas, só alcançando espadas e adargas, fechando as portas, ainda que no momento já tivessem perecido 45 dos sitiados. O feitor sairia por outra porta do lado da praia, mas tudo já estaria cercado; no entanto, os portugueses teriam rompido o cerco, não saindo sem lutar[236].

É obviamente diferente o tipo de estratégia narrativa por que opta Gaspar Correia. O tom dialogante e a forma mais ou menos deambulatória do seu discurso, em que descreve cada momento da acção e o seu encadeamento, acompanha os trajectos mais ou menos individuais dos participantes. Aproxima-se este do ritmo narrativo de um romance de cavalaria; aliás, o título de *Lendas da Índia* de certo modo evoca esta mesma tradição. É como se a sua narrativa aqui e ali fosse atravessada pela prática deste género, os padrões do romance de cavalaria seguem de perto os da épica. Centra-se é certo nos indivíduos,

---

[236]"(...)deram nas casa da feitoria, sem sospeita, em que aas portas mataram tres homẽees. Vemdo os nossos tal caso tam supito, com grande alvoroço se lançaram aas armas, fechamdo as portas, mas ja neste tempo eram dos nossos mortos bem quorenta e çinquo homẽes, e nam poderam mais alcançar que espadas e adargas poucos, e por outra porta da praya saio o Feitor e outros, fogimdo contra o maar. Mas como tudo era çercado de imigos, per meo delles rromperã,

absorvendo e cativando o interesse pelas *personalidades*, percorrendo rapidamente toda uma multiplicidade de eventos num curto espaço de tempo, no entanto em termos de construção, requer uma certa unidade no plano narrativo, assim como exige uma certa harmonia das partes, buscando a aventura através do selvagem e do encantatório[237].

Este é o processo por excelência de Gaspar Correia, como é patente no relato deste ataque feito pelos mouros à feitoria de Calicute. Neste passo da narrativa o autor das *Lendas da Índia* nomeia o mouro *Cojebequi* que teria impedido que os filhos do feitor fossem à feitoria. Este mesmo mouro tentara advertir Aires Correia, mas viu-se impossibilitado pelo cerco já perpetrado por mouros e naires.

Toda a descrição é feita apelando ao sentir individual, e a um intenso dramatismo. O feitor estava, segundo o cronista, com *grande angústia de morte*, tentando ocultá-la aos que com ele estavam, para evitar uma debandada geral em direcção dos batéis. Não desejava contudo que estes adormecessem, e será neste tom algo angustiante que evolui a narrativa de Gaspar Correia, interpretando o cronista intenções e atitudes, como o que acontece face ao subterfúgio encontrado pelo feitor de manter os seus homens em vigília sob ameaça de que poderiam ser assaltados.

O cronista prossegue com o alerta lançado por um português que durante a noite saíra da feitoria. Cuidando que os homens que a cercavam eram ladrões, teria lançado o brado: "Ladrões! ladrões!," provocando o imediato ataque dos mouros. A minúcia do movimento de ataque e dos combates, não se compara ao

---

matando e ferindo algũus; e asy dos nossos nã se forã em paz."*Crónica do Descobrimento e Conquista da Índia pelos portugueses*, p. 24.

[237] Cf.Richard Chase, *The american novel and its tradition*, New York, Anchor Books, 1957, pp.16-17.

tom algo comedido e mais ou menos distante dos outros cronistas da Expansão. Em Gaspar Correia o ritmo sincopado e verdadeiramente fílmico é logo transposto para a acção: os mouros teriam cometido as paredes recebendo a resposta dos portugueses; por seu turno, estes acudiriam com lanças, adargas, e bestas, tentando outros fugir pelo mar. No entanto, os mouros conseguiriam entrar defendendo-se os portugueses como *homens mortos*[238].

A refrega continuaria ainda. Segundo Gaspar Correia, os mouros não incendiaram a feitoria porque isso havia sido proibido pelo samorim, visto este pretender ficar com a carga de especiaria que se encontrava armazenada. Face ao barulho da refrega, o capitão-mor ordenaria que os berços atirassem sobre os mouros que cercavam a feitoria e, segundo Gaspar Correia, assim conseguindo provocar pesadas baixas. O exagero e as imagens manipuladas pelo cronista provocam uma profunda impressão no leitor, pois os portugueses acertaram numa multidão de mouros que *cobria* a praia, sendo alguns portugueses capazes de se recolherem aos batéis apesar de muito feridos.

O pulular de quadro evocador de uma acção para outra desponta no escrito de Gaspar Correia. Assim, da praia de novo se transita para a feitoria e para a acção que aí decorria. Devido à resistência oferecida pelos portugueses não teriam os mouros sido capazes de entrar, contudo, subiram para cima da casa e frecharam os resistentes, começando cada vez mais a serem limitadas as armas de que os portugueses dispunham[239]. Um novo dia rompia e o combate prosseguia[240], conseguindo alguns dos portugueses refugiar-se em batéis que

---

[238]Cf. Gaspar Correia, *Lendas da Índia*,I, p. 202.

[239] *Ibidem*, pp.202-203.

[240]"Isto era já que esclarecia o dia. O que vendo os dos bateis tirauão quanto podião com os berços, mas os Mouros erão tantos que nada prestaua, em modo que o feitor e todos forão mortos; sómente até trinta e seis homens que tiuerão ventura de se acolherem aos bateis, todos feridos, antre os quaes forão dous frades e o guardião, e esto porque os Mouros acodirão muytos

recolheram às naus com os feridos que acabariam por morrer porque a água salgada entrara nas feridas e os remédios escasseavam. Segundo escreve Gaspar Correia, *logo lhes entrava o pasmo*, e morriam[241].

Existem todavia outros processos narrativos nas crónicas de Expansão, como se constata, nomeadamente, em João de Barros. Este cronista desenvolve uma visão de conjunto onde articula várias informações. Barros segue uma estrutura própria na qual os propósitos estratégicos se evidenciam, assistindo-se a verdadeiras incursões discursivas onde sentimentos pessoais e percursos mais ou menos colectivos se cruzam. Barros aplica as técnicas descritivas correntes no seu discurso da *Ásia*, narrando o tomar das naus pelos portugueses, e as disputas que se desencadeiam.

Neste relato, João de Barros ressalta fundamentalmente o carácter algo anárquico de que se teria revestido o ataque dos mouros e dos gentios. Não ficamos com a impressão de que esse cerco teria sido alvo de um planeamento mais ou menos estratégico, como acontece com o relato de Gaspar Correia ou com a versão de Castanheda. De igual modo, Barros referencia a doença de Pedro Álvares Cabral que estaria com *cezam das quartaãs*, até porque lhe teriam dito que as casas estavam cercadas, ordenando este comandante que se prestasse auxílio aos sitiados[242].

---

a roubar, polo que os d'ElRey que lho defendião, matarão delles muytos. Os Capitães no mar, ouvindo a revolta na terra, mandarão dar fogo em tiros grossos, com que deitarão muytos pelouros perdidos na cidade, com que receberão muyto mal." *Ibidem*, p.203.

[241] *Ibidem*.

[242]"(...) cáſas eſtáuã todas cercádas & que iſto parecia furor do pouo:a gram preſſa mãdou os capitães com todolos bateęs & a mais gente que podéſſem leuar. Mas foy a tempo q̃ já nas cáſas nam auia viuo nenhum dos nóſſos, & alguũs que ſe quiſſéŗã acolheŗ ao már, vinhã os mouros & gentios ás frechádas & lancádas pola práya ſem lhe darem tempo pera embarcar."João de Barros, *Ásia...Primeira Década*,p.194.

O cronista assinala neste momento o que teria sido a premeditação face ao combate, evocando o carácter maléfico dos mouros e dos seus ardis[243]. Contrapõe no entanto os aspectos apostólicos, ao mencionar os que teriam escapado a essa luta, nomeadamente frei Henrique que apresentaria algumas feridas nas costas as quais ele teria aceite como penitência[244]. São ainda mencionados outros portugueses, como o filho do feitor António Correia que viria a salientar-se nos trabalhos das Índia, e referenciada a ajuda que alguns dentre eles teriam recebido de *Coge Bequij* que os teria escondido em sua casa.

Mesmo no contexto de uma derrota portuguesa, João de Barros destaca a figura de Pedro Álvares Cabral através das palavras que este teria pronunciado após terem sido recolhidos os feridos portugueses da contenda. A proximidade à figura do capitão-mor ganha novos contornos. As suas palavras revelam então o perfil do *cavaleiro*, do capitão responsável pelas suas tropas, do fidalgo, da sua honra[245], chegando a verbalizar num monólogo a reacção do capitão-mor, o qual culmina com o desejo de que este de bom grado dispensaria dez anos da sua vida por uma hora da de Aires Correia.Tal expressão de pesar legitima de certo modo a sua *arguição* relativamente a algumas das decisões tomadas durante o cerco[246].

---

[243]"(...)pera ſe melhor vingárem delles, os mouros que ordenáram eſta maldade a noite paſſada teueram eſta jnduſtria, mandáram fazer a práya em montes darea & cóuas donde tiráram os montes:porque querendoſe os nóſſos acolher aos batéẽs quando vieſſem trás elles, iſto lhe foſſe empedimẽto pera ſe nam recolher tam preſtes, & entre os matariam ás frechádas." *Ibidem*.

[244] "(...) algũas feridas pelas coſtas: o qual como puriſſimo religioſo que éra as recebeo em lugar de martirio(...)"*Ibidem*.

[245]"(...)louuado ſeja deos pois ẽ mais poderoſo pera vos deſtruir hũ amigo ſimulado, que hũ imigo deſcubẽrto. Aires correa tinha por amigo aquelle mouro Cemecerij &confiaua em ſuas palauras, & eu deſcanſaua nas ſuas: & aſſy elle morreo deſenganado já delle & eu moiro porque enganey a muytos parecẽdome q̃ acertáua em ſeguir ſeu parecer." *Ibidem*, p.195.

[246]"Verdadeiramẽte ajnda q̃ elle morreo como caualeiro & os outros q̃ cõ elle vam, & todos por ſeruir elrey nóſſo ſenhor acabárã em bõ lugar, & eu le tenha mais enueja á ſua mórte do q̃ ſe póde ter a eſtas minhas quartaãs:toda via déẽra por hũa óra de vida de Aires Correa dez annos da minha, ſómente pera o poder arguir em algũas couſas deſtas q̃ eu adiuinhey & me elle nam cria."*Ibidem*.

Na sequência desta atitude do rei de Calicute, igualmente narrada nos relatos parcelares da viagem de Pedro Álvares Cabral[247] e face à amistosa e desejada recepção do rei de Cochim, formaliza-se a aliança com este potentado local, consubstanciando-se o apoio de outro dos reis locais, o de Cananor. Deste modo, proceder-se-ia à efectivação dos contactos económicos. Na segunda viagem de Vasco da Gama à Índia, obtém-se, por fim, nítidos dividendos económicos face aos produtos transaccionados. Esta é claramente uma expedição militar, uma demonstração de força face às sucessivas ameaças do samorim de Calicute. Tal ficou aliás já assinalado quando, no II capítulo deste trabalho, referenciámos as várias obras que sobre ela se debruçaram.

Esta viagem tem como nítido propósito a demonstração de um poder que passaria até, eventualmente, por actos de violência sobre os mouros locais, sendo tal noticiado. Assim, face ao pedido de paz enviado a Vasco da Gama pelo samorim de Calicute, o almirante dirige-se a esta praça, e, após aguardar algum tempo para que se encetassem mais contactos, mandou que cada nau enforcasse os emissários nas vergas. Este acontecimento é descrito com maior ou menor minúcia mesmo nos relatos que se debruçam unicamente sobre esta viagem como a *Relação anónima da segunda viagem de Vasco da Gama* ou a descrição de Tomé Lopes.

A estrutura narrativa utilizada por João de Barros é muito similar à do relato de Tomé Lopes, ainda que surjam epítetos que delineiam o perfil de Vasco da Gama e que não são utilizados por Barros, como considerar que a resposta do almirante ao samorim de Calicute era *soberba* ou *altiva*. Deveremos recordar que deste texto só conhecemos a sua tradução italiana. Assistimos, porém, a uma nítida aproximação textual, nomeadamente estilística, entre estas

[247] Cf.*Navegação de Pedro Álvares Cabral*, pp. 132-133.

duas descrições. É certo que se trata de sujeitos autorais diferentes, mas a forma *italianizante* encontra-se bem patente em Barros.

Já no segundo capítulo assinalámos os modelos descritivos presentes na cronística e nas relações desta segunda viagem de Vasco da Gama[248], tendo então demonstrado as diferenças discursivas ditadas pela pena subjectiva que acompanha todas as narrativas. Contudo, contornos autorais se espelham. Recorde-se o tom contido de Castanheda, ou a focalização *dramática* de Gaspar Correia que assenta não só nas imagens discursivas conseguidas, mas também nos diálogos forjados a partir do ponto de vista do autor. Pense-se na ironia de um Tomé Lopes, na eventual acentuação do seu tradutor, ou ainda na lógica discursiva de um Barros. Atente-se igualmente na economia descritiva de um *relato anónimo da segunda viagem de Vasco da Gama*, ou de uma *Crónica do Descobrimento e Conquista da Índia pelos Portugueses*. Em todos estes textos se desvendam actuações, se evocam personalidades.

Na sequência deste processo de construção da presença portuguesa no Oriente, será erguida uma fortaleza em Cochim. Estabelecer-se-ão, então, contactos com Coulão, um matriarcado que detinha uma importante posição estratégica no sul da península. Cochim, Cananor e Coulão eram potentados frequentemente ameaçados pelo poder de Calicute e que aguardavam o protectorado efectivo do domínio português. Desde cedo a coroa portuguesa intervém através dos seus agentes com o intuito de conseguir sentar nos tronos locais reis que apoiem o comércio com Portugal. Tal sucede, por exemplo,

[248] Cf. p.309.

quando os Albuquerques chegam à Índia e D. Francisco de Almeida reconduz o rei de Cochim ao seu trono e combate os seus inimigos[249].

Em 1504, deparamo-nos assim com três cidades que favoreciam o comércio com os portugueses no Malabar. Este era, contudo, somente o centro distribuidor das especiarias, e não abrigava os núcleos de produção das especiarias tão almejadas pelos portugueses. De Cananor só se extraía o gengibre que representava um reduzido rendimento quer face à pimenta ou à canela de Ceilão, quer ao cravo e à noz de moscada das Molucas. Estas continuavam a ser distribuídas por Malaca, não se dominando ainda todo o circuito da pimenta. A presença no Malabar não era, deste modo, suficiente para se obter o monopólio das especiarias, visto estas chegarem através das redes de mercadores muçulmanos às cidades italianas, nomeadamente a Veneza. Sentir-se-iam, porém, nítidas oscilações no mercado relativamente às especiarias fornecidas nos circuitos de distribuição europeus pelos italianos.

Durante este período assiste-se a uma certa ambiguidade face ao comando da empresa portuguesa no Índico, já que desde a primeira viagem de Vasco da Gama até 1505, a autoridade portuguesa é exercida por homens nomeados pelo monarca. Estes detinham o título de capitão-mor, podendo coexistir vários ao mesmo tempo na Índia; veja-se o caso da armada que parte para a Índia comandada pelos Albuquerques. Em certa medida, começa-se a esboçar o sistema de permanência portuguesa no Índico.

As próprias disputas entre os portugueses que aí desempenham os seus cargos, começam a delinear determinadas fissuras sociais. Tal seria o caso da querela que estalaria entre D. Francisco de Albuquerque e Afonso de

---

[249] Cf.Fernão Lopes de Castanheda,*Crónica do Descobrimento e Conquista da Índia pelos Portugueses*,p. 558-158 e Cf.Fernão Lopes de Castanheda, *op. cit.*,pp. 117-119,Cf.João de Barros,

Albuquerque aquando da construção do castelo de madeira em Cochim no ano de 1503. Rodeado por um conjunto de funcionários e nobres aos quais dava mesa, o primeiro fidalgo pretenderia que este castelo recebesse o nome de Albuquerque. Por seu turno, Afonso de Albuquerque defenderia que essa construção deveria receber a denominação finalmente atribuída de "castelo Manuel"[250].

Nem sempre se assiste nas crónicas a um completo delinear das querelas que estalariam entre os vários agentes da Expansão, e tal acontece mesmo nas narrativas que não reivindicam o *decoro* histórico, como seria o caso da crónica anónima do *British Museum*. Neste texto encontramos a descrição do andamento dos trabalhos de construção, traduzindo-se a azáfama decorrente dos mesmos e salientando-se o papel desempenhado pelos capitães que, segundo o cronista, eram os primeiros que lançavam mão à obra[251]. A chegada de Afonso de Albuquerque é referida como possibilitando o mais rápido andamento dos trabalhos, anotando-se os materiais utilizados a madeira e alguma pedra, sintetizando-se em breves pinceladas a volumetria da construção. Esta teria sido

---

Ásia...Primeira Década, pp. 250-251.Gaspar Correia, *Lendas da Índia,* I, pp.381-383.

[250] Cf. Jean Aubin," L'apprentissage de l'Inde. Cochin, 1503-1504" *Moyen Orient et Ocien Indien,* 4, 1987.

[251] Depois da alegre recepção feita pelo rei de Cochim ao capitão-mor e da apresentanção por parte deste da determinação em se fazer uma fortaleza:"Dise Elrrey que lhe prazia de todo o que quysesem fazer, que oulhasẽ o sytyo e lluguar mais neçesaryo e hy o fyzesem, e que toda a madeira que pera iso ouvessem mister a mãdasẽ cortar e thomasr livremente e que lhe daria gẽte que ho ajudasem.e ẽtã se tornarã as naos. E ao outro dia rrepertyrã ha gente, hũus abrir aliçerces outros a cortar madeira e serralla, e outros acarretalla, de mameira(*sic*) que todos trabalhavã, e com muy grã deligençia se fazia. E os capitães heram os primeiros que lamçavã mão e começarã fazer os allyçerçes de pedra e call, que fazyã de cascas de sybas e snnegias. E os da terra, per mãdo d'Elrrey, hos ajudavã muy bem e tinhã ja junto ao pee da obra toda pedra e madeira. E estamdo nisto, chegou Afonsso d'Allbuquerque com quatro naos, com que todos ouverã muyto prazer e Elrrey muyto nmais. E foy lhe dado a metade do castello a fazer, o qual ho açeytou." *Crónica do Descobrimento e Conquista da Índia pelos Portugueses*,p. 56.

erguida em poucos dias, em quadrado e com duas andainas, e possuiria dois baluartes com bombardeiras e seteiras[252].

Fernão Lopes de Castanheda elabora uma extensa descrição deste castelo assinalando explicitamente o facto de este ser de madeira. A sua técnica descritiva segue a situação temporal - isto é, a data do início dos trabalhos. O cronista refere ainda o contentamento do rei local face à diligência dos portugueses nos trabalhos de construção, descrevendo-a após assinalar a chegada de Afonso de Albuquerque e o auxílio por este prestado aos trabalhos, o que teria acelerado a sua conclusão. Referencia igualmente a impressão geral da construção, *forte e formosa* como qualquer outra de pedra e cal, e apresenta a sua planta e volumetria. Era de planta quadrangular, com um vão de nove braças de largura e comprimento. As paredes eram *duas andainas de palmeiras* e de outras árvores metidas no solo, percintadas com ferro. O vão entre as *andainas* encontrava-se entulhado[253].

O cronista prossegue a sua descrição através de um discurso denotativo em que o percurso do seu olhar percorre a construção, assinalando os dados dignos de registo para que as capacidades defensivas da fortaleza fiquem bem patenteadas. Destaca-se então uma nítida cinematização da narrativa[254]. A dimensão simbólica do acontecimento consubstancia-se no benzer da fortificação, não sendo referenciadas desavenças entre os capitães. Castanheda acentuaria, no entanto, os laços de vassalidade a que estariam sujeitos estes

---

[252]Cf. *Ibidem*,p. 57.

[253]Fernão Lopes de Castanheda, *História do Descobrimento e Conquista da Índia pelos Portugueses*,edição 1551, p.163.

[254] E deſtas andainas tinha dous baluartes em cada cada canto, & todos bem artilhados & era cercada de caua que ſe enchia dagoa. E ao outro dia deſpois que foy acabada fizerão os noſſos hũa prociſſam(...)"*Ibidem*.

fidalgos, nomeadamente através do nome dado ao castelo[255]. De certo modo reforça esta ideia através da evocação do carácter missionário da empresa dos portugueses nas paragens orientais[256].

Por seu turno, João de Barros salienta o facto de ter sido Francisco de Albuquerque quem, aproveitando a alegria do rei de Cochim pela sua recondução no trono do seu reino, lhe solicita autorização para a construção de uma fortaleza, salientando o facto de a construção ter ficado sob a alçada de Afonso de Albuquerque, estando a carga das naus a cargo de Francisco de Albuquerque[257].

Barros assinalaria a existência de uma igreja do orago S. Bartolomeu que teria sido erigida pelo próprio Afonso de Albuquerque, destacando o cáracter providencial destas construções, como que transpondo a simbiose presente nos desígnios dos portugueses, na vontade da coroa e dos seus fidalgos[258]. Não deixa o cronista da *Ásia* de assinalar que, apesar de esta fortificação ter sido de madeira, ela teria funcionado como modelo construtivo de outras edificações em pedra e cal, nomeadamente as de Goa, Malaca e Ormuz, consideradas pelos cronistas como as principais *cabeças* dos reinos e estados dos domínios portugueses na

---

[255] "E por mandado dos capitães moores lhe foy poſto nome Manuel por honrra de noſſo ſenhor, & por memoria del rey dõ Manuel de quẽ erão vaſſalos aqueles que a edificarão."*Ibidem*, pp. 163-164.

[256]Cf. *Ibidem*, p.464. Na reedição do primeiro livro encontramos diferenças verdadeiramente pontuais. Assim depois de descrever que a fortaleza foi acabada, Castanheda nomeia os nomes de Francisco de Albuquerque e Afonso de Albuquerque como tendo sido os que teriam organizado a procissão substituindo o epíteto geral de capitães mores pelos nomes.É igualmente retirada a explicitação de terem sido os capitães mores a darem o nome de *Castelo Manuel* apesar de tal ideia se encontrar subentendida no discurso. Cf. *op.cit*, I, p. 122.

[257] Cf.João de Barros, *Ásia...Primeira Década*,pp.251-252.

[258] "Parece q̃ aprouue a deos que elle foſſe auctor deſtas duas óbras, hũa eſpiritual que foy a fundaçam da jgreja & outra temporál da fortaleza: neſta tomando poſſe por párte do reino & na outra por párte da jgreja Romana."*Ibidem*.

Índia. A visão organicista natural espelha-se nas apreciações político-administrativas de João de Barros[259].

Gaspar Correia é, na realidade, o grande descritor dos espaços fortificados, demonstrando uma arte exímia na representação das fortalezas. É exemplar o modo como deambula através do exercício da palavra pelas construções fortificadas, apresentando não só a sua volumetria, adequação ao espaço e praticabilidade defensiva, mas introduzindo também nessas mesmas descrições os elementos descritivos que possibilitam uma certa avaliação da evolução construtiva.

O domínio do espaço, o seu experienciar, transparecem quando este cronista se debruça sobre as fortalezas. São as suas apetências e formação pessoais que se revelam nessas passagens; recorde-se o cargo que ocupou na Índia junto do governador D. João de Castro; recorde-se que supervisionou as obras da casa do apóstolo S. Tomé, tendo tido o encargo de acompanhar a elaboração da galeria de retratos dos vários governadores da Índia; recorde-se as suas gravuras sobre as diferentes praças portuguesas. Cochim é, do que afirmámos, um dos múltiplos exemplos.

A encenação do poder aparece revelada nas suas diferentes práticas e simbologias, sendo a carga dramática traduzida pelo constante recurso ao discurso directo. Vejamos a chegada do rei de Cochim ao local onde seria construída a fortaleza de madeira. O cronista inicia aqui a narração com a referência da chegada do rei pelo rio, sendo acompanhado pelos capitães nas suas embarcações. A impressão auditiva do momento é denotada através do assinalar das *gritas* e *prazeres*. O rei aportaria, e, falando com todos, mostraria o lugar onde a fortaleza deveria ser construída.

---

[259] Cf.*Ibidem*.

Gaspar Correia acentuou o *lugar*, uma ponta de um palmar de terra alagadiça onde um esteiro de água do mar formava como que uma ilha. De imediato o Capitão mor teria tomado uma enxada e, cavando, proferiria as seguintes palavras: "Em nome e louuor da fé de Christo, que cauando se descobrio a Sancta Vera Cruz, que Nosso Senhor quis mostrar a Sancta Elena.'"[260]

Todo o desenrolar da acção é demonstrado passo a passo, desde os primeiros momentos de ocupação do espaço destinado à fortaleza. Gaspar Correia enuncia então as quatro covas abertas e o nome dos seus cavadores, delineando os alicerces da planta quadrada da referida fortificação. Mesmo no decurso desta construção, e no seu próprio delineamento, o cronista evoca a submissão hierárquica entre os portugueses, os quais reafirmariam a sua obediência[261]. O cronista descreve de seguida o modo como estes acompanhariam o rei de Cochim até aos seus aposentos e a intervenção dos nossos marinheiros na construção da fortaleza .

A accção é apresentada através de um processo deambulante de micronarrativa em micronarrativa. Visto tratar-se de uma fortaleza, o cronista referencia a artilharia nela colocada, nomeadamente as 10 peças assentes nas portinholas abertas entre o madeiramento, as quais, no entanto, possuíam portas. Gaspar Correia menciona igualmente os 10 falcões dispostos no andaime superior, apontados para a barra e para o mar, salientando o facto de não se encontrarem peças viradas para terra, de molde a diplomaticamente se mostrar ao rei a confiança depositada na sua amizade. Por outro lado, na tranqueira ao longo do rio abrir-se-ia uma grande praça virada para a ribeira, assim como várias

[260]Cf. Gaspar Correia, *Lendas da Índia*, I, p. 385.

casas construídas com as árvores arrancadas naquele campo por ordem do rei local, tendo sido os respectivos proprietários pagos devido ao corte[262].

Para o autor das *Lendas da Índia* o nome de Castelo Manuel teria sido atribuído por vontade expressa do próprio rei de Cochim. Distingue-se assim na narrativa a marca do poder transmitida através da simbologia dos actos. No dia 1 de Novembro, dia de todos os Santos, teriam seriam colocadas bandeiras na tranqueira e um altar teria sido armado na casa grande. Francisco de Albuquerque e os fidalgos portugueses muito *louçãõs*, entre *as gentes*, ouviram a missa solene celebrada por frei Domingos de Sousa, da ordem de S. Domingos que teria acompanhado Afonso de Albuquerque. Segundo Gaspar Correia, terminada a missa, ter-se-iam iniciado as folias e o banquete.

O rei de Cochim seria informado da conclusão da obra e da razão dos festejos. Querendo *honrar* a festa, subiu ao seu elefante e, acompanhado dos naires, dirigiu-se para a fortaleza. Ao seu caminho terá ido o capitão para o receber. O rei demonstraria a sua perplexidade perante semelhante trabalho. Após observar a artilharia disposta, e tendo os portugueses dado por finda a construção, foi-lhe pedido que desse um nome ao Castelo. De acordo com Gaspar Correia, a sua resposta seria: "ElRey meu irmão se chama Manuel, tambem esta casa e pouoação se chama Manuel."[263] Perante tal resposta os capitães prestaram grandes cortesias, dando os navios salvas ao rei.

O processo de transmissão da marca do domínio português e de todo o ritual que envolve as relações de poder estabelecidas localmente, é constantemente referenciado por Gaspar Correia. A entrega da carta ao rei de

---

[261]"(...)elles disserão: 'Senhor, tudo he teu, que sempre será em quanto tu quiseres. Aqui somos teus, e no mar, e em toda a parte, pera fazermos teu seruiço até morrer.'" *Ibidem*, p. 386.
[262] Cf.*Ibidem*, p.394.
[263] "*Ibidem*.

Cochim pedindo a licença para que seja construída uma nova fortaleza naquele reino é disso exemplo. Curiosamente, tanto a carta como o seu portador são minuciosamente descritos. A missiva teria sido redigida numa *formosa* escrita a letras douradas numa folha de papel de marca maior. O seu portador, o filho do vice-rei, D. Lourenço teria ido muito loução, tendo envergado sobre uma couraça um colete branco, muito reluzente como um *espelho*, *lavrado e dourado*, e com uma rica espada de armas.

Gaspar Correia continuaria com a exposição da cerimónia de manifestação do poder. D. Lourenço seria acompanhado por dois pagens; um deles transportaria um elmo com um extenso tufo de penas, e o outro levava uma alabarda dourada com uma grossa haste chapeada com uma barra de ferro retorcida e dourada, o seu corte de meio côvado seria roliço, o cabo possuiria um ferrão de meio côvado, quadrado e em aço. Como Correia não deixou de anotar, esta arma seria de difícil manejo[264]. Por isso mesmo, o autor das *Lendas da Índia* mencionou o impacto que a *diferença* tinha nos agentes de poder local, e a própria manipulação dos portugueses perante a reacção do *Outro*. D. Lourenço ter-se-ia apresentado assim armado, porque, segundo Gaspar Correia, o príncipe há muito lhe expressara a vontade de o ver armado.

O cronista das *Lendas da Índia* revela no seu discurso os ambientes e os sentires que se vivem nos diferentes momentos; pequenos gestos e actos surgem profundamente visualizados na narrativa. Através do envolvimento do leitor, Correia desvenda as marcas do domínio que se revelariam nos frequentes encontros que tinham lugar entre os representantes da coroa portuguesa e as esferas políticas autóctones. A simbologia dos actos, nomeadamente o prestar a reverência face aos poderes locais, como acontece nesta recepção pedida e

[264] *Ibidem*, I, p. 637.

concedida pelo rei de Cochim a D. Lourenço, é apresentada, sendo revelados os seus signos. Refere-se, por exemplo, que o rei local não consente que D. Lourenço coloque o joelho no chão em sinal de reverência.

Por outro lado, assiste-se à manipulação dos mecanismos *encantatórios* do romance de cavalaria, como, por exemplo, através da adopção de um ritmo específico, ainda que não se esteja em presença desse tipo de construção de narrativa, dessa estrutura enfabulatória. Assim, a carta seria colocada num receptáculo de prata que era transportado pelo feitor; à sua frente iria o alferes de D. Lourenço, com o seu guião com cabo de *letreiros* dourados, acompanhado por trombetas. Ao chegar a casa do rei local o príncipe teria recebido D. Lourenço, tomando-o pela mão e apresentando-o ao rei de Cochim. As reacções desencadeadas pela evolução dos acontecimento são apontadas pelo cronista. O rei teria entre risos e prazeres questionado a razão da sua embaixada, a qual teria decerto um desfecho positivo, o pedido ser-lhe-ia concedido. O rei não autorizando que D. Lourenço se ajoelhasse recebeu a carta e enquanto a mandava ler, perante o espanto revelado por todos os presentes face às armas de D. Lourenço, este demonstava o modo como as manejava[265].

De novo a exposição da construção defensiva pedida pelo vice-rei é minuciosamente revelada aos leitores. São apresentados os materiais utilizados, a concepção arquitectural subjacente à obra, os dispositivos bélicos, defensivos e ofensivos, e a forma como esta nova construção se enquadraria, no espaço volumétrico da anterior[266]. São igualmente apresentadas as manifestações de legitimação e de domínio portugueses, como a cerimónia inaugural, levada a cabo

---

[265] Cf. *Ibidem*.

[266] Cf. *Ibidem*, I, pp.640-641.

após o serviço religioso, e a visita à mesma então efectuada pelo rei de Cochim, bem como a entrega das chaves ao rei local[267].

Assiste-se neste momento ao estabelecimento de uma rede de relações político-económicas com potentados locais, frequentemente rivais e que obedeciam a esferas de domínio político-geográfico também elas diferenciadas. Esta presença portuguesa procura garantir o tráfico das especiarias, ainda que, como assinalámos, neste período se atinjam unicamente os centros de distribuição. No Malabar definem-se todavia quatro centros de controle português, com a presença da respectiva feitoria, sendo o núcleo mais dinâmico Cochim, seguido de Angediva, Cananor, Coulão. É certo que se assegurava o circuito económico da costa oriental africana através das feitorias portuguesas de Sofala, Quíloa e Melinde.

3.2. Operacionalidade de um domínio português - Os primeiros governos da Índia

Em 1505, D. Manuel nomeia governador-mor da frota da Índia D. Francisco de Almeida. É clara a intenção real de estabelecer uma rede de fortalezas-feitorias que garantisse uma presença naquelas paragens, tanto na carta de poderes datada de 7 de Fevereiro, como no regimento datado de 5 de Março [268]. Serão assim erguidas fortalezas em Cananor e em Cochim (garantindo a presença em Coulão). Estas seguem modelos construtivos constantes, como de

---

[267] Cf. *Ibidem*, I, p.641.

[268] Cf.ANTT Gav.XIV, m.3 doc14 e *Leis*,2-13,.publ. Alexandre Lobato, *Fundação do Estado da India em 1505*, pp.111-115 e 117-135 e o regimento encontra-se ainda publicado em *Cartas de Afonso de Albuquerque*, II, pp.272-334.

certo modo salientou João de Barros ao evocar a fortaleza de madeira em Cochim.

Não deveremos esquecer a prática corrente entre os portugueses de consigo transportar castelos de madeira, os quais eram fãcil e rapidamente construídos. Deste modo eles garantiam a possibilidade quase imediata de defesa dos contingentes humanos, em território mais ou menos hostil. Várias são as cartas que assinalam tal prática. Mas, como também já salientamos, não cabe no âmbito do nosso trabalho desenvolver os traços evolutivos de estratégias militares empregues no Oriente, mesmo que para tanto tomemos somente as *Crónicas* da *Expansão*.

Pretendemos analisar as formas de olhar uma realidade mais ou menos distante, transpostas pelos vários cronistas. Os processos descritivos utilizados por Fernão Lopes de Castanheda, Gaspar Correia e João de Barros, correspondem a idêntico processo de abordagem, salvaguardando os registos factuais individualizadores de cada um dos momentos em que tais fortalezas são construídas, isto é, a minúcia descritiva e planificadora dos diferentes espaços consagrados nas construções, realizado por um Gaspar Correia[269], a linearidade sintética de Fernão Lopes de Castanheda[270], a integração fluida num discurso tematicamente centrado noutros objectos discursivos, como acontece com João de Barros[271].

---

[269] Descrição da fortaleza de Cananor, cf.Gaspar Correia, *Lendas da Índia*, I, pp. 712-713; 728-729.

[270]Veja-se a fortaleza de Cananor Cf. Fernão Lopes de Castanheda, op. cit,I, p. 253. Veja-se a descrição da fortaleza de Cochim construída por D. Francisco de Almeida em Castanheda,Cf. *op. cit*, I, pp. 273-274.

[271]Fortaleza de Cananor Cf. João de Barros *Ásia ...Segunda Década*, p.28-32.Fortaleza de Cochim Cf.*Ásia...Primeira Década*, p. 266.

O título de vice-rei atribuído a D. Francisco de Almeida, disporia *de largos poderes em matéria de guerra, justiça e fazenda* [272]devendo preparar as bases para que as armadas pudessem encontrar refresco e reparar seus estragos, devendo igualmente desenvolver as boas relações com os reis gentios. Por outro lado, dever-se-ia garantir o embarque para Portugal da carga de especiaria das praças de Cochim e Coulão, para além de se supervisionar as armadas que chegavam e partiam para o reino.

A actividade do corso encontrar-se-ia de certo modo legitimada neste mesmo regimento de D. Francisco de Almeida, o qual regularia o próprio lucro da empresa. Neste documento é normalizada a entrega dos dividendos aos *vários* intervenientes nas expedições e do *tomar das presas*. A coroa receberia um quinto, o qual segundo alguns historiadores, nomeadamente indianos, como Sanjay Subrahmanyam, se baseava num precedente anterior, a tradição islâmica dos *khums*, em que um quinto do saque - *ghanima* - era entregue ao suserano, ou ao Califa. Esta norma aplicar-se-ia aos despojos conseguidos por barcos reais - aos quais se destinava o regimento de 1505; por seu turno, aqueles que se entregavam a práticas descritas pelos cronistas coevos como *andar* às *presas*, estavam sujeitos ao *quinto*[273].

O Mar Vermelho foi uma das zonas merecedoras da atenção de D. Francisco de Almeida[274], até porque era uma das portas de saída das especiarias em direcção a Alexandria e daí rumo a Veneza. Apesar do estabelecimento

---

[272] Cf. Joaquim Veríssimo Serrão, *História de Portugal*,III, p. 113.

[273]Cf..Sanjay Subrahmanyam,*The portuguese empire in Asia 1500-1700*,Londres-Nova Iorque, Longman, 1993, p.62

[274] No seu regimento e relativamente ao Mar Roxo deparamo-nos com o seguinte texto:"Aquy leixares os nauyos que vos parecer que sam necesarios, asy pera defemsam da casa como pera dano dos nauyos da pasajem dos mouros, e asy pera se fazer trauto, porque somos emformado que em zeyla se pode fazer muyto proueyto por aveer hy muyto ouro." *Cartas de Afonso de Albuquerque* ..., II, p.312.

português em Sacotorá, o domínio do mar Vermelho seria sempre periclitante. A esfera de influência do primeiro vice-rei abrangia uma área que abarcava o norte do Malabar, os portos de Goa e Chaul, a região de Cambaia e as imediações do golfo Pérsico[275].

No momento em que D. Francisco de Almeida é incumbido do cargo de governador da Índia, Chã Isma'il, rei da Pérsia e fundador da dinastia Safávita, teria sido declarado inimigo do chamado Islão sunita ou ortodoxo e perseguiria árabes e otomanos. D. Manuel concebiria então a ideia de concretizar uma aliança luso-persa, subordinada a fins militares e religiosos, que, por seu turno, auxiliaria a consolidação do nosso domínio no Oriente. Esta não viria, contudo, a concretizar-se[276].

Desde a expedição de Pedro Álvares Cabral e perante a ameaça do poder português de corte das rotas de especiarias, o sultão mameluco, Qansawh al-Ghawri, que reinou de 1500-1516, intentou junto de vários principes europeus e até do papado que fossem lançadas medidas contra os portugueses. Era seu objectivo que a actuação portuguesa fosse limitada no oceano Índico e junto do mar Vermelho em particular.

O interesse era grande quer por parte dos portugueses que pretendiam dar a conhecer os novos espaços vislumbrados, quer por parte de outros círculos europeus, nomeadamente italianos, que desejavam tomar contacto com os novos circuitos por nós estabelecidos. Logo após o envio de missivas régias, surgem notícias em português, castelhano e italiano da carta de D. Manuel endereçada aos reis católicos e datada de 1501, na qual o monarca dava conta da expedição

---

[275] Cf. António Dias Farinha,"Os portugueses no Golfo Pérsico (1507-1538)" *Mare-Liberum*, 3, Lisboa, 1991.

[276] Cf.Joaquim Veríssimo Serrão, *História de Portugal*,III, p. 114. Cf. Jean Aubin, *Le royaume d'Ormuz au début du XVIe siécle*, pp. 77-179.

de Cabral e da euforia que perpassava a corte portuguesa. Ainda esta armada não tinha aportado ao reino e já uma outra expedição, a de João da Nova, partira para o Oriente[277].

Importará assinalar que surgem informações relativamente à frota de 1501-1502, escritas por Bartolomeu Marchioni que teria partido a 5 de Março de 1501, no navio comandando pelo florentino Fernão Vinet e Leonardo Nardi, empregado de Marchionni[278].Tanto este, quanto Nardi, teriam enviado para Veneza epístolas apresentando alguns dados a propósito da viagem, em particular, de carácter económico.

Igualmente, Giovanni Francesco Affaitadi[279] escreveria a Piero Pasqualigo revelando-lhe o regresso da frota de João da Nova e prestando informações acerca da chegada dos portugueses a terra de Vera Cruz. Estas informações seriam completadas com uma nova carta escrita poucos dias depois e que seria publicada por Montalboddo nos *Paesi novamente ritrovati*[280]. Ora, tanto Piero Rondinelli redigiria uma carta comercial onde se debruçaria sobre esta mesma viagem, como Bonajuto de Albano descreveria o regresso da expedição[281]. Como foi demonstrado, a curiosidade, e, em particular, a dimensão dos contactos travados

---

[277]Não se conhece o texto original da carta no entanto encontramos em António Alberto Banha de Andrade,*Mundus Novos do Mundo*, p. 269 inventariado toda uma série de exemplares em língua portuguesa, castelhana. A existência de tais cópias mostra bem a avidez que rodeava a recolha de informações sobre as expedições portuguesas.Interessa igualmente relembrar que aos monarcas espanhóis esta expedição de Pedro Álvares Cabral noticiava a presença portuguesa no continente americano. Cf Luís de Matos,"Les relations de voyages du XVIe siécle" in *L'expansion portugaise dans la litterature latine de la Renaissance*, pp. 243-248.

[278] Foram publicadas por Marino Sanuto, *I Diarii di Marino Sabunuto*, IV, col.544-545 e 545-546 .cf. António Alberto Banha de Andrade, *Mundos Novos do Mundo*, p.292-297.

[279] Luís de Matos refere-se a este mesmo italiano como sendo de um mercador de Cremona Gianfrancesco Affaitati. Cf. Luís de Matos, *L'expansion portugaise dans la litterature latine de la Renaissance*, p. 211.

[280] Cf.*Ibidem*, p. 293.

pelos portugueses no espaço asiático, são de imediato objecto da curiosidade de outros europeus que os tentam desvendar, de acordo com o princípio óbvio de salvaguarda das esferas económicas estabelecidas.

A segunda viagem de Vasco da Gama foi igualmente tema de várias notícias que surgem privilegiadamente sob a forma epistolar. Giovanni Francesco de Affatadi foi um dos autores dessas notícias[282]. Banha de Andrade chama a atenção para o facto de alguns dos cronistas parecerem desconhecer as peripécias da viagem, assinalando, por exemplo relativamente à segunda expedição de Vasco da Gama, que Fernão Lopes de Castanheda aponta a data de 1 de Setembro como momento do regresso e entrada no porto de Lisboa de algumas embarcações da conserva de Vasco da Gama, e que João de Barros nomeia o dia 10 de Outubro. Estas não são todavia as preocupações do nosso trabalho.

Na realidade, surgem várias epistolas consagrando-se a esta viagem. Entre estas destacam-se a do italiano Alberto Cantino, dirigida ao Duque de Ferrara, informando-o da expedição de Vasco da Gama que pretenderia bloquear o mar Vermelho; as duas cartas de Matteo de Bergamo; uma missiva de um feitor de Marchioni, de que não se conhece o conteúdo[283]; as de Cazano del Nigro, dirigida a seu irmão que ocupava o lugar de embaixador junto da coroa espanhola; de Cesare Barzi; e, por último, a de Francesco Corvinelli. Muitas

---

[281] Cf. *Copia d'una letera venuta di Lisbona, della tornata delle 4 charevelle di Chalicut cholle spezieri* , Biblioteca Riccardiana de Florença, cod. 1910, fos.55v-57, e António Alberto Banha de Andrade, *Mundos Novos do Mundo*,p. 296.

[282] Encontramo-la inserida nos *Diarii* de Marino Sanuto.

[283] Segundo António Alberto Banha de Andrade" Não se conhece a missiva do feitor de Marchioni, nem carta deste que se lhe refira. Por outro lado, publicou-se em 1507, nos *Paesi*, uma *Copia de una littera recevuta dalli mercatanti de Spagna alli soi correspondenti in Fiorenza et in Venetia, del tratado de la pace infra el re de portogallo et el re de Colichut*, que se não for, em parte, essa mesma epístola, pode ser um apanhado dela e de outras. (...)O texto não está literalmente copiado pelo menos no início, parecendo mais um misto de notícias dos primeiros contactos de

outras terão sido escritas, das quais não temos conhecimento. Com efeito, face à ameaça de um circuito económico, logo *vozes* se levantam no sentido de informar sobre tendências e linhas de actuação de um outro reino, o português.

Não pretendendo ser exaustivos, desejaríamos lembrar textos escritos noutras línguas que não a italiana, ainda que tenham conhecido tradução. É o caso da epístola sobre esta mesma viagem redigida por um flamengo, editada em 1504 por Jan van Doesberg, em Antuérpia. Outros textos ganham igualmente distintos contornos narrativos, como seria, por exemplo, a *relação anónima da segunda viagem de Vasco da Gama*, que se conservava em Viena. Segundo Banha de Andrade, existe ainda outro relato desta mesma viagem em língua alemã que teria sido escrita por um autor que deveria ser da região da Baviera ou Suávia, possivelmente das cidades de Nuremberga ou Augsburgo. O relator da missiva deveria ser um agente comercial que teria escrito aos seus patrões, provavelmente os Welser, as suas obervações[284]. Por último, não podemos deixar de assinalar a já referenciada relação de Tomé Lopes.

A frota de 1503 de Afonso de Albuquerque, Francisco de Albuquerque e de António Saldanha será igualmente objecto de descrição por parte de cartas publicadas por Montalboldo nos seus *Paesi*, nomeadamente a de Affaitadi, a *Viaggio fatto nell'India per Giovanni da Empoli*, ou a *Viagio de India fato per 3 nave portogalese*, de que não se conhece o autor, ou ainda o relato sobre a expedição de 1504, de Lopo Soares, escrita em alemão, e da qual também não se conhece o autor.

Gama com o rei de Calecute e novas posteriores da quinta armada, comandada pelos Albuquerques." *Mundos Novo do Mundo* , p.301.

[284]"(...) concluem Polisenski e Peter Ratkos que se trata de autor das imediações da Baviera e Suávia, isto é, das cidades de Nuremberga ou Augsburgo, possivelmente um agente comercial que transmitiu aos patrões,(decerto os Welser) tudo quanto observou. Sugerem o nome de Lazar Nuemberger, mas nada comprova essa atribuição, de forma apodíctica."*Ibidem*,p. 316.

Não sendo do âmbito do nosso trabalho analisar a epistolografia produzida neste período da Expansão, nem sequer a diarística italiana que desde cedo veiculou estas nossas expedições, veja-se contudo *Girolamo Priulie e I suoi Diarii* que abrange um período entre Abril de 1494 e Julho de 1512, onde dava notícias várias sobre as expedições portuguesas, ou o texto de Marino Sanuto que toca igualmente os anos de 1496 ao de 1533[285].

Estas vozes são as que se rejubilam com as vitórias do sultanato egipcío e seus aliados nos espaços orientais e se entristecem perante a crescente preponderância dos portugueses nesses mares. No entanto, é revelante ter em atenção o facto de que, em 1501, devido à luta que Veneza mantinha contra os turcos, é solicitada a ajuda através da intervenção papal dos reis cristãos no combate contra esta ameaça, a qual obteve apoio do monarca português.

Por vezes, encontramos nestes mesmos diários missivas de outros italianos que enformariam o discurso do seu autor, como, para além das citadas, a de Giovanni Matteo Cretico[286]. Devemos igualmente ter presente a relação de Leonardo Cá Masser ou o relatório de Vincenzo Quirini[287]. Contudo, não cabe também no âmbito do nosso estudo desenvolver estes outros olhares. Tal análise implicaria toda uma utensilagem metodológica diferenciada, sendo os propósitos e os sujeitos implícitos nesse objecto de estudo necessariamente distintos dos da cronística da Expansão. Convém referir, no entanto, que algum dos cruzamentos narrativos entre estes textos e as crónicas de João de Barros, Fernão Lopes de Castanheda e Gaspar Correia, foi sendo esboçado no trabalho historiográfico de António Alberto Banha de Andrade, *Mundos Novos do Mundo*.

---

[285] Cf.*Ibidem*, pp.283-288.

[286] Cf.Luis de Matos,"La correspondence des marchands et des diplomates italiens" in *L'Expansion portugaise dans la Littérature latine de la Renaissance*, p. 207-240.

[287] Cf. António Alberto Banha de Andrade, *Mundos Novo do Mundo*, pp.458-475.

Evidenciámos, ao longo destas linhas, o abundante interesse pelas sucessivas expedições portuguesas. Demonstrámos igualmente que todas as expedições da coroa portuguesa foram objecto dos olhares europeus, sobre elas correndo informações que não as veiculadas pelas vozes dos portugueses. Portugal representava, com efeito, uma ameaça crescente para as rotas que serviam o eixo Veneza-Alexandria.

Ao tempo destas primeiras notícias referenciadas, as diligências do sultanato mameluco egípcio não tinham contudo surtido efeito, pelo que foi enviada uma frota do Suez com o apoio de Veneza e de vários potentados locais que se sentiam atingidos pela presença portuguesa. Esta frota confrontou-se com a armada portuguesa capitaneada por D. Lourenço de Almeida que vigiava as costas do porto de Chaul. A batalha é amplamente descrita pelos cronistas da Expansão, sobressaindo o valor guerreiro e o elogio à personalidade de D. Lourenço[288].

Em Janeiro de 1508 os portugueses foram derrotados. O vice-rei responde de imediato e, em Fevereiro do ano seguinte, ataca a frota de egípcia comandada por Emir Hussain (Mir Hocem, das nossas crónicas) que se encontrava fundeada em Diu. Esta frota e a dos seus aliados foi derrotada, e mesmo os apoiantes do sultanato mameluco, como Malik Ayaz, governador de Diu, foram obrigados a negociar com os portugueses. Esta vitória reporia a superioridade naval portuguesa em águas orientais[289].

Uma das notas interessantes a reter prende-se com as palavras de João de Barros acerca dos despojos encontrados nas embarcações dos vencidos,

---

[288] Cf.João de Barros, *Ásia...Segunda Década*, pp.82-89. Cf. Fernão Lopes de Castanheda, *op. cit*, I, p. 397-399.Cf.Gaspar Correia, *Lendas da Índia*,I,pp. 762-771.

[289] Cf.Gaspar Correia, *Lendas da Índia*, I, p.937-958.Cf. João de Barros, *Ásia ...Segunda Década*, p.129-134, Cf. Fernão Lopes de Castanheda, *op. cit.*, I,pp.437-443.

nomeadamente dos *rumes*. D. Francisco de Almeida permitiu que estas fossem *esbulhadas* tendo-se encontrado alguns livros em latim e italiano. Alguns destes versariam sobre religião, outros eram de orações e outros ainda narrações de histórias. Teria sido igualmente encontrado um livro de orações em língua portuguesa. Tal facto levaria o autor da *Ásia* a concluir que grande seria a variedade de gentes que acompanharia aquele arraial do *demónio*[290].

Mesmo que este indício da nossa presença não indicasse necessariamente a presença de portugueses que tivessem fugido do nosso arraial, é certo que, desde o início, o papel dos missionários cristãos se revelou de extrema importância. São eles que desempenham uma função nitidamente pedagógica e defensora do dever tanto junto dos portugueses como das comunidades locais. Deste modo, poder-se-á considerar que eles gerem e fazem cumprir normas específicas de comportamento.

Nota-se desde cedo a nossa preocupação no sentido de criar laços sociais com as comunidades locais. Estes laços passariam pelo casamento, pela conversão à religião cristã e até pela transmissão de modelos educacionais europeus, e portugueses, em particular. Desde o início da nossa presença em paragens orientais que se revela a intenção de facultar rudimentos educativos aos mais novos que lhes permitam não só ler e escrever, mas também introduzi-los nos costumes e formas de pensar da comunidade portuguesa.

A derrota infligida em Diu por D. Francisco de Almeida iria influenciar definitivamente a queda do sultanato *mamluk*, até pelas crescentes dificuldades que este sentiria face aos otomanos. Ainda durante este vice-reinado tenta-se conquistar Malaca, não se obtendo no entanto êxito na empresa.

---

[290] Cf. João de Barros, *Ásia...Segunda Década*, p. 133.

O vigor epistolar dos estrangeiros, e muito particularmente dos italianos[291], sobre o governo do primeiro vice-rei, continuaria bem patente com o aparecimento em compilações, de notícias sobre esta empresa portuguesa; recorde-se a já tão por nós referida *Paesi* de Montalbolddo (1507), a coleccção de Valentim Fernandes-Peutinger (1506-1507), ou ainda as obras dos cronistas Raffaelle Maffei da Volterra (1506) e de Battista Fregoso (1509)[292]. Relembre-se igualmente a obra traduzida para latim a *Iter Indicum*, escrita por Balthazar Sprenger, ou a relação de outro alemão seu contemporâneo, Hans Mayr, que também havia participado na frota de D. Francisco de Almeida[293], ou ainda o itinerário de Ludovico de Varthema[294].

A necessidade de relatar as acções dos portugueses no Oriente passaria igualmente pelas sucessivas cartas escritas pelo próprio monarca relatando as notícias que lhe chegariam. A publicitação dos feitos constituirá um meio de congregar as vontades e desejos de todos, são as *cousas para nossos reinos todos nossos*

---

[291] Veja-se ainda as cartas recolhidas por Marino Sanuto e inclusas nos seus *Diarii* de correspondentes italianos que noticiam a chegada a 6 de Março de 1506 do envio das especiarias por parte de D. Francisco de Almeida a *Memoriale de le novuelle che son venute per le quatro nave che veneno de India e intrarno in Lisbona, veneri a di 22 de Mazo de 1506* e a *Copia de nove de Portogal, contenute in una letera data a presso Lisbona, a di 26 Mazo, drizata a sier Francesco Donado ,a di ...Luio 1506* publicadas em *Diarii* ...de Marino Sanuto no seu sexto volume cols363-367 e 383-384. Ou ainda a *Nota duna letera di Portugallo, la quale schrive da Mozandiche, de di 10 di genaio 1506*, Biblioteca Riccardiana de Florença, cod. 1910, fls 123-125 ou ainda uma outra missva também publica em *Diarii* de Marino Sanuto no seu oitavo e último volume cols, 577-578, a qual é datada de 11 de Maio de 1509, e refere a carga enviada pelo vice-rei em Dezembro e por último encontra-se a notícia de uma quinta missiva que dá notícias da cidade de Ormuz igualmente inclusa no cod.1910,fls, 130-130v da Biblioteca Riccardiana de Florença. Segundo António Alberto Banha de Andrade:"O conjunto destas cinco cartas comprovam que a atenção dos italianos não esmorecera do ablao sofrido desde o êxito de Vasco da Gama. Interessados uns na própria empresa, em que tomavam parte, continuava a não faltar quem prestasse informações em ordem ao equilibrio do abalado comércio veneziano." *Mundos Novo do Mundo*,p. 493.

[292] Cf. *Ibidem*, pp. 475-488.

[293] Cf. *Ibidem*, pp. 477-488.

[294] Cf. Luís de Matos,"Les relations de voyages du XVIe siécle" in *L'expansion portugaise dans la litterature latine de la Renaissance*, pp.255-273.

naturais[295],é da *res publica* que se trata. A intervenção divina e o favorecimento recebido pelos portugueses na expansão da fé e no acrescentamento da honra dos reinos e senhorios, bem como os frutos que se vão colhendo no aumento da fazenda, são outras das marcas que de um modo mais ou menos constante percorrem as epístolas trocadas no reino[296].

Outro dos traços mais constantes é a descrição, ainda que sucinta, dos costumes locais, em particular dos que se aproximam dos cristãos. Referenciam-se os jejuns de carne e pescado praticados na quaresma e adventos, o casamento monogâmico, as igrejas e os altares com as suas cruzes, a prática de nomear os filhos com os nomes dos apóstolos, o pagamento do dízimo, utilizado na reparação das igrejas e na distribuição pelos pobres da cidade, o culto religioso praticado três vezes ao dia e a veneração que têm pela cruz[297].

Para além destas práticas retratadas no universo epistolar, importará regressar a 1509 e à substituição operada pelo monarca no governo da Índia. A escolha de D. Manuel recairia sobre Afonso de Albuquerque. Este tinha-o já enviado em 1506, com a missão de suceder a D. Francisco de Almeida quando terminasse o seu vice-reinado. Até esse momento, Albuquerque deveria usar o

---

[295]Biblioteca da Ajuda ,mss. , publ.,*Cartas de Afonso de Albuquerque* , II, p. 419.

[296] "E porque ellas todas sam cousas pera nosos Reynos e todos nosos naturaees tomarem muyto prazer e allegrya e contemtamento por serem tam gramdes começos de muyto acrecemtamento da nosa fee, e asy de myuto mais acrecemtamento domra de nosos Reynos e senhorios, pollo que mais gosto lleuamos de nesta empreza trabalhar que por allgum respeito, posto que os proueitos da fazemda nella sejam muy gramdes, e por ellas serem desta callidade, e avermos por certo que pera vos seram de tamto prazer como he rezam, vollas quisemos noteficar, e asy porque posaees ver, louuores muytos sejam dados a noso senhor como o muyto trabalho noso de gramdes ocupações e muytas e muuy gramdes despesas que teemos feitas e fazemos na comquista e nauegaçam da Imdia e daquellas partes oryentaes, e os, trabalhos daquelles que niso nos seruem teem ja dado e dam fruyto de cemto por hum, e pois em tam breue tempo o teem dado cemtenareo, esperamos em noso senhor segumdo custume de sua misiricordia e das gramdezas e llarguras de suas mercees, e de que nos e nosos Reynos bem podemos testemunhar muy cedo sera millesymo o fruyto que se colhera, e asy por noso senhor sempre ajudar por sua deuinal clemencia os cuidados e trabalhos que em seu seruiço se empregam . " *Ibidem*, pp. 419-429.

título de capitão-mor do mar da Arábia, conseguindo no desempenho desse cargo dominar a cidade de Ormuz, e tornando-a tributária de Portugal. Ele intenta ainda tomar a própria fortaleza, embora não chegue a concretizar os seus propósitos devido à falta de acordo dos capitães que o acompanhavam.

No entanto, o vice-rei não deseja entregar-lhe o governo da Índia, apresentando como motivo o facto de se preparar para atacar a armada do sultanato egípcio e dos seus aliados em Diu. Afirma igualmente que a nau que lhe seria enviada pelo monarca para o seu regresso, ainda não teria chegado à Índia. Após a vitória de Diu, Afonso de Albuquerque requereu de novo a entrega do governo da Índia, a qual mais uma vez lhe teria sido negada, sendo mesmo aprisionado a mando do vice-rei na fortaleza de Cananor onde permaneceria três meses. Só em Outubro de 1509, após a chegada da armada de D. Fernando Coutinho, e perante as provisões régias para que este ocupasse o seu cargo, é que finalmente se deu a passagem do governo da Índia .

A posição de João de Barros face a estas disputas é de imediato apresentada, considerando o cronista que a função da sua *História* o discurso da sua *Ásia* deveria ser o escrever a guerra travada entre os portugueses e os infiéis e não a que no seu seio deflagrou. João de Barros adverte mesmo o seu leitor de que este não deve de esperar que se encontrem retratadas as diferenças entre o vice-rei e Afonso de Albuquerque. Esta não é aliás uma decisão esporádica tomada neste momento específico, pois tal atitude será idêntica à de outros passos da narrativa coincidentes com divergências entre os portugueses. Só será referenciado aquilo que o cronista considere necessário para o bom *entendimento* da

---

[297] Cf. *Ibidem.*

História[298]. João de Barros limita-se a imputar *razões* de ambos os sectores e a assinalar que estas se tecem de um e outro lado. João de Barros concluiria o seu juízo escrevendo que o vice-rei teria *caído em culpa* por muito ter em si confiado, e Afonso de Albuquerque por ter desconfiado[299].

Por seu turno, Fernão Lopes de Castanheda apresenta detalhadamente as diferentes fases da disputa ainda que de um modo um tanto contido. Atente-se no exemplo da ordem emanada do vice-rei de Afonso de Albuquerque partir para Cananor. O cronista assinalaria que se teria desconhecido a causa pela qual D. Francisco de Almeida teria ordenado o embarque para Cananor de Albuquerque, evocando o muito serviço que deste modo seria prestado à coroa[300].

No entanto o autor da *História do Descobrimento e Conquista da Índia pelos Portugueses* refere que Afonso de Albuquerque consideraria que o vice-rei pretendia não só prendê-lo mas que o próprio facto de o enviar numa embarcação em muito mau estado, era sinal do seu desejo de que este naufragasse e morresse. O cronista narra a entrevista havida entre ambos, e os sucessivos reveses que esta atitude provocou no seio dos portugueses, uns e outros defendendo ou atacando os respectivos adversários.

A figura de Lourenço de Brito é, em determinado momento, elogiada por Castanheda devido à atitude que este toma em Cananor de defesa da imagem dos portugueses face aos povos locais, nomeadamente, a sua tentativa de ocultar destes as disputas entre os portugueses, visto estes serem, segundo Castanheda,

---

[298] "(...) todo o diſcurſo deſta nóſſa Aſia eſcreuer ſómente a guẽra que os Portugueſes fizẽram aos jnfiẽes & nam a que teuẽram entre ſy, nam eſpẽe alguem que deſtas differenças do viſo rey & Afonſo Dalboquẽrque, & aſſy doutras que ao diante paſſãram ſe ája deſcreuer mais que o neceſſario pera entendimento da hiſtória(...)" João de Barros, *Ásia...Segunda Década*, p. 139.

[299] Cf. *Ibidem*.

[300] Fernão Lopes de Castanheda, *op. cit*, I, p. 476.

tão poucos, longe de seu reino e numa terra de inimigos[301]. Após a narração das diferentes peripécias, assiste-se, por fim, à assunção do governo da Índia por parte de Afonso de Albuquerque.

Finalmente, Gaspar Correia desenvolve uma estratégia narrativa que lhe permite apresentar os vários aspectos de que se revestiu a contenda, para tal recorrendo amplamente ao diálogo. Por outro lado, na descrição projectam-se os processos tradutores da vivência. É como se o próprio cronista tivesse estado presente nas diferentes situações. Uma das muitas passagens que transmitem esta mesma ambiência, seria a da chegada de uma das naus a Cananor, onde se encontraria Afonso de Albuquerque. O narrador nomeia a chegada ao cais de um batel e a saída rápida em terra de um homem que teria bradado a Albuquerque:"Aluiçaras, Senhor Gouernador! Vem de Portugal quinze naos, e o Marichal vosso sobrinho por Capitão mór dellas, e esta he de sua companhia."[302]

O cronista das *Lendas da Índia* prossegue com a apresentação da recepção dada pelos portugueses aos que vinham nesta nau, anotando o repicar dos sinos da Igreja, o agradecer em oração na mesma, e a chegada a casa de Afonso de Albuquerque. Gaspar Correia descreve as palavras trocadas entre ambos, demonstrando o conhecimento que o capitão Gomes Freire teria da querela que estalara com o vice-rei, e anotando a resposta de Albuquerque, onde este expressaria o espanto que de certo teria assaltado Gomes Freire por o ter encontrado vivo[303]. Assistimos nesta passagem a um intenso jogo dramático bem ao estilo de Gaspar Correia e da sua pena.

---

[301] Cf.*Ibidem*,I, p.480.

[302] Gaspar Correia, *Lendas da Índia*, I, p.985.

[303](...)a qual noua deu tanto prazer que toda a gente acodio, repicando os sinos da Igreja, donde forão fazer oração,e logo se forão a casa d'Afonso d'Alboquerque,que jă sabião o que se passaua d'antre o Visorey e Afonso d'Alboquerque. Ao que Afonso d'Alboquerque sayo ă porta a receber Gomes Freire com grandes prazeres.Gomes Freire,o abraçando com grandes cortezias, lhe disse:

Com o governo de Afonso de Albuquerque dá-se a passagem do centro de governo português para Goa, isto após a sua conquista, e na sequência de uma segunda tentativa das tropas portuguesas. Goa encontrava-se sob o domínio do rei de Bijapur Yusuf Adil Shah (o Idalcão das nossas crónicas), sendo um importante centro de importação de cavalos para o Decão; acentue-se que estes tinham um papel fundamental na estratégia militar dos potentados locais quando se desenvolviam combates terrestres.

A posição geopolítica de Goa possibilitava um controle mais eficaz do reino de Cambaia e dos circuitos de saída das especiarias praticados pelas rotas muçulmanas. Daí que fosse importante que esta se encontrasse nas mãos dos portugueses e que aí se situasse o centro de decisão do nosso governo. O conselho da conquista de Goa teria sido dado ao governador por um corsário hindu, de seu nome Timmaya (o *Timoja* das nossas crónicas).

O relato deste ataque, dos sucessivos momentos da refrega e da posterior defesa desta praça, são minuciosamente apontados pelos vários cronistas. Um dos dados importantes a ter em atenção é o facto de se salientarem os actos militares não só dos opositores ao poder português mas também de outros que, apesar de não serem portugueses, combatem a nosso lado. Será assim descrito que Afonso de Albuquerque ouvira os conselhos de *Timoja*, em particular relativamente à forma como seria praticável a entrada nalguns dos cursos de água que dariam acesso a esta praça. Não se eximem as crónicas de elogiar as actuações bélicas dos inimigos dos portugueses, mesmo sendo estes turcos de nação, como acontece na descrição da tomada do castelo de *Pangij*, um dos baluartes defensivos de Goa, por parte de D. António de Noronha.

'Senhor, nom cuidaua que aquy achasse Vossa Senhoria.' Elle lhe respondeo: 'Mas espantaiuos como som uiuo." *Ibidem*.

As técnicas descritivas a que obedecem os diferentes cronistas da Expansão são similares para os vários combates e para os diferentes textos. Não deveremos contudo esquecer que a marca pessoal continua a distinguir os textos, apesar das variações a nível da estruturação da acção ou das formas de exposição das actuações diferenciadas. Daí a importância de que se revestia na época o modo como os acontecimentos eram narrados, o movimento de influências que se fazia sentir, provocando a crítica e a censura das obras, bem como o aparecimento de múltiplos relatos, por vezes através de cartas onde cada interveniente procuraria repor a sua verdade dos factos.

Tomemos unicamente a título de exemplo as descrições elaboradas pelos três cronistas acerca da situação específica da tomada do referido castelo de *Pangij*. João de Barros descreveria o encontro-surpresa de Jorge Fonseca com o castelo. Este, de repente, ter-se-ia deparado com um baluarte edificado pelos mouros onde se encontrava a artilharia que defendia a entrada do rio[304]. Vendo o risco que estes portugueses corriam, D. António veio de imediato em seu socorro, colocando-se os respectivos batéis defronte do dito baluarte, para, como escreve o cronista, não mostrarem fraqueza. O protagonista movia-se pelo espírito de vitória, ignorando o perigo que lhe poderia chegar da fortaleza onde se encontravam 400 mouros, alguns com montadas[305].

O resultado seria uma luta bem renhida, ficando os mouros, segundo Barros, subjugados pelo peso das lanças e das cutiladas. Em vez de entrarem dentro da fortificação, os mouros fugiram para os campos que rodeavam a refrega,

---

[304] João de Barros, *Ásia...Segunda Década*, p. 198.

[305] (...) pos o peito em tẽra: & foy aſſy tam de ſubito & deſpachadamẽte feito, que nam ouue acordo entre os mouros de poer fógo a artelharia, mas como gente que acóde á roido da maneira que ſe acha, deſordenãdos viẽram receber os nóſſos." *Ibidem*.

abandonando o seu capitão, um turco de nação chamado *Yáçuf Gurgij*[306]. Este seria, no dizer do autor da *Ásia*, um homem valente, como teria demonstrado no campo de batalha, apenas se retirando do combate devido a um ferimento numa mão[307]. Por fim, a fortaleza ficaria despejada.

Ouvindo o troar da batalha, Afonso de Albuquerque teria enviado socorros que ajudariam a rechaçar do baluarte defensivo os restantes mouros que ainda aí teriam permanecido. O próprio *Timoja*, ao dar-se conta de que D. António o teria tomado, sem o seu auxílio, passaria para o outro passo de terra firme, onde se encontraria um baluarte com artilharia e uma guarnição de 30 homens, querendo seguir o exemplo do fidalgo português e porque, como escreve Barros, *seria cavaleiro de sua pessoa* imitaria a vitória[308]. Para João de Barros, a intervenção divina fez com que a praça fosse tomada sem mais derramamento de sangue[309].

Se recorrermos a idênticos momentos do mesmo assalto a este baluarte mouro, constatamos que Fernão Lopes de Castanheda imprimiria uma lógica narrativa mais imediatista que a de João de Barros, apresentando a estratégia militar orquestrada antes da intervenção no campo de batalha e o modo orgânico como esta seria posta em prática pelos diferentes agentes. Castanheda menciona, assim, como em conselho foi determinada a missão de D. António de Noronha que deveria tomar o baluarte que estaria na ilha de Goa, assinalando o facto de *Timoja* ir contra uma outra fortificação que se encontraria em terra.

Tendo ambos partido, D. António atacaria o baluarte da ilha, defendido, de acordo com Castanheda, pelo mouro *Çufogogi*, o capitão de Goa. Ao ter tido

---

[306] Cf.*Ibidem*, pp. 198-199.
[307] *Ibidem*, p.199.
[308] Cf. *Ibidem*.
[309] " Mas nóſſo ſenhor em cujo poder eſtam todalas victórias, quis que nam fóſſe eſte trabálho adiante: porque na victória que ſe ouue do capitam Yáçuf Gurgij ouueſſemos ſem mais ſangue póſſe daquella cidáde de Goa." *Ibidem*.

notícia da chegada da armada portuguesa, este capitão reforçaria com gente a cavalo o baluarte da ilha, atirando uma forte carga de artilharia[310]. O resultado de tal bateria seria a queda de um pelouro na proa da fusta onde ia D. António, falhando por muito pouco o próprio capitão[311].

A resposta portuguesa não se faria esperar. O cronista da *História do Descobrimento e Conquista da Índia pelos Portugueses* assinala o nome de quem em primeiro lugar teria saído em terra, e como teria aberto passagem com cutiladas e lançadas[312].Apesar de não proceder a um elogio directo à figura do capitão turco, Castanheda não deixa de acentuar que este tinha sido ferido, precisando a natureza dessa ferida. Uma seta teria penetrado pela palma de uma mão do capitão mouro, e, porque a dor era *mortal*, este afastou-se da peleja. Face ao afastamentoo do seu capitão, os mouros teriam fugido e o baluarte ficaria na posse dos portugueses.

De imediato é descrito o saque do que foi encontrado nesta fortificação. Enquanto este se efectivava, Castanheda noticiaria a tomada do outro baluarte por *Timoja*, afirmando apenas que este teria morto alguns inimigos, e tomado e queimado a posição defensiva[313]. Apesar de neste espaço específico não depararmos com a evocação do providencialismo como causa do desfecho desta empresa, tal não significa que esta conceptualização de causalidade não esteja presente em Fernão Lopes de Castanheda; antes pelo contrário, encontramos frequentemente tal explicação na *História do Descobrimento e Conquista da Índia pelos Portugueses.*

---

[310]Cf. Fernão Lopes de Castanheda, *op. cit.*,I, p. 514-515.

[311] *Ibidem*, p.515.

[312]"E cõ tudo ele com os outros capitães não deixarão de paſſar auante & poiarão em terra, onde ho primeyro que poiou foy Iorge fogaça,& com ho ſeu guiã ſe meteo antre os immigos que erão muytos,& pelejauã cõ muyto esforço âs cutiladas & lãçadas, & os noſſos tambẽ(...)"*Ibidem.*

[313] Cf.*Ibidem.*

Gaspar Correia exerce o seu fascinante ritmo discursivo e a sua singular disposição narrativa dos factos, cruzando-os com outras informações de um modo distinto, como aliás temos vindo a demonstrar. Deste modo, e tomado conselho de se conquistar Goa, apresentando-se a própria intervenção de *Timoja*, anuncia o autor a missão de D. António, introduzindo então um elemento algo diferente do dos outros cronistas. Gaspar Correia descreve uma surtida de *Timoja*, motivada pela sua vontade de demonstrar a sua capacidade de acção, e onde este teria tomado algumas almadias com pescadores, manifestando o governador o seu contentamento[314].

Seguindo o processo que lhe é próprio, o cronista introduziu nesta altura as informações por ele recolhidas sobre o reino e senhorio de Goa, e as relações políticas com os reinos circundantes, narrando de seguida o ataque de D. António e de *Timoja* que concertados teriam dado no baluarte, fugindo os mouros, ainda que rispostando com a artilharia. *Timoja* teria então tomado 6 tiros de ferro pequenos. Seguindo o seu conselho, D. António sairia com sua gente em terra, ainda que à frente deste seu contingente avançassem os homens de *Timoja*, visto conhecerem o terreno. O papel deste corsário hindu acentua-se na escrita do autor das *Lendas da Índia*: avançando na descrição e entrando em terra, *puseram fogo, matando tudo quanto achauam*[315].

A resposta dos inimigos dos portugueses é logo de seguida noticiada. Perante este ataque o capitão do castelo responderia mas pouco conseguiria, como afirma Gaspar Correia, ante a fúria dos portugueses. O resultado desta

---

[314]"E cõ tudo ele com os outros capitães não deixarão de paſſar auante & poiarão em terra, onde ho primeyro que poiou foy Iorge fogaça, & com ho ſeu guiã ſe meteo antre os immigos que erão muytos,& pelejauã cõ muyto esforço âs cutiladas & lãçadas,& os noſſos tambẽ (...)" Gaspar Correia, *Lendas da Índia*, II, pp. 54-55.

[315] Cf.*Ibidem*.

refrega seria a debandada dos mouros[316]. Afonso de Albuquerque seria informado do que se teria passado, prosseguindo Gaspar Correia com a descrição dos sucessivos eventos, como a entrega da cidade de Goa ao governador, e as medidas então tomadas.

Voltemos, porém, ao governo de Afonso de Albuquerque na Índia. Apesar de Goa passar a ser o centro do governo português no Oriente, Cochim permaneceria como um importante mercado de compra de especiaria. Goa, por seu turno, rapidamente superou Calicute como porto de comércio entre Cambaia e o cabo Comorim. Os portugueses procuram então cortar as saídas de produtos através de Malaca, em direcção ao golfo Pérsico e ao mar Vermelho. Malaca funcionava como a chave de acesso aos mercados da Insulíndia. O ataque de Afonso de Albuquerque a esta praça seria coroado de êxito apesar das oposições locais, e nomeadamente do pedido de ajuda feito pelo sultanato local ao imperador chinês. Este solicitou ao rei do Sião que respondesse a este pedido.

As notícias sobre esta cidade e sobre a sua importância desde cedo chegam ao monarca português. Ainda durante o primeiro vice-reinado da Índia, D. Manuel salienta a sua importância, ordenando a D. Francisco de Almeida que se desloque àquela praça e que aí estabeleça as bases de trato comercial com os portugueses[317]. Devido à impossibilidade de concretizar tal ordem régia, no ano

---

316"(...) logo fogirão pola terra dentro; outros se meterão em almadias e se passauão o rio pera a outra banda, que era a terra firme, ao que acodirão as atalyas e batés tirando tiros, com que tomarão muytos, e outros se afogarão. E forão a outro baluarte que estaua defronte do castello, de que os mouros logo fogirão, em que tambem tomarão tiros de ferro, e no castello doze ou quinze peças, tudo de ferro, e tomarão huma boa fusta que estaua no mar ." *Ibidem.*

317 Numa carta de régia de 1506 escreve D. Manuel:"(...) Se, quando em booa ora partisejs da ymdia pera Mallaca, vos parecese que, dos nauyos que podees leuar comvosco, poderejs escusar dous ou ate tres, pera os emviardes pera afonso d'alboquerque, a boca do mar rroxo e aquela parajem por homde ha d'amdar, folgaryamos de hlo emviardes, porque, pello muyto que lla ha de ter de fazer, comvijra que ande bem acompanhado, e, ao menos, quamdo nom fosem tres

de 1508 será enviada uma frota. O próprio regimento de Diogo Lopes Sequeira indica a este capitão português que conheça a parte oeste da ilha de S. Lourenço bem como as terras até Malaca. Relativamente a esta, el-rei chega a ordenar que se Diogo Lopes Sequeira não conseguir tomar carga, ou por não ser proveitosa ou por não levar mercadorias suficientes para a troca, deveria tentar recolher toda uma série de informações, como as referentes às mercadorias e produtos existentes, bem como os interesses dos mercados locais[318].

Como afirmámos, Afonso de Albuquerque conquistaria Malaca, até porque Pha Borom Raxa, rei do Sião, se congratularia com a presença portuguesa naquelas paragens. Informações sobre esta praça correm nas cartas do tempo, sendo preocupação dos governadores enviar os seus próprios emissários com a incumbência de que estes escrevessem detalhadamente sobre os novos lugares.

Afonso de Albuquerque enviaria Manuel Fragoso e António Miranda ao rei do Sião para que estes o informassem acerca daqueles espaços. Brás de Albuquerque assinalaria nos seus *Commentarios*... tal facto, ao referir-se à recepção feita, em Janeiro de 1514, aos embaixadores dos reis de Pegu e Sião acompanhados por Manuel Fragoso. Na altura o filho-biógrafo de Afonso de Albuquerque recorda as ordens que seu pai tinha dado a estes emissários, destacando a de fazerem um livro de *todas as cousas, mercadorias, trajes, costumes da terra, e da altura em que os portos se encontravam*[319].

---

fosem dous."ANTT, maço 1 de leis s. d., 22, publ., *Cartas de Afonso de Albuquerque* , III, p.273. e Cf. Gav. XX, 4- 15. Publ., *As Gavetas da Torre do Tombo*, X, p.356.

[318] "(...) se aquy em mallaca nam tomaseis caregua por vos nam parecer tam proueitosa, ou por nam leuardes mercadarias perra que podeseis auer, depois de trabalhardes de saber todo o que na terra ha, de modo que nam posa ficar cousa que nam saibaees, asy das mercadarias que nella ha, como das que a jente e mercadores querem e com que mais follgam, e do fruto que nella ha das outras terras, e muy particularmente de todo della (...)"ANTT, *C.C.* P.I^{a} ,m. 6 doc. 82, publ. *Cartas de Afonso de Albuquerque*, II, p.414.

[319]Cf. Brás de Albuquerque, *Commentarios do grande Afonso Dalboquerque* ..., IV, 204.

Segundo este mesmo autor, tal livro teria sido enviado para o reino na armada de D. Garcia de Noronha. Gaspar Correia mencionaria também nas suas *Lendas da Índia* que uma carta de Manuel Fragoso teria chegado a Afonso de Albuquerque, entre Fevereiro e Março de 1514, e que este estaria no Sião, tratando das cousas do feitor de Malaca. Segundo Gaspar Correia, Manuel Fragoso informaria nesta carta o governador das *cousas* da terra e do comércio, noticiando que Malaca se encontraria em guerra[320]. É nesta preocupação corrente que se inscreveriam as obras de Tomé Pires e de Duarte Barbosa.

Também os italianos, como Ludovico Varthema e Piero Strozzi, escreveriam sobre o Oriente aquando dos primeiros governos de D. Francisco de Almeida e de Afonso de Albuquerque. O itinerário do primeiro, escrito por volta de 1509, e que sairia impresso em 1510, conheceria uma entusiástica recepção na Europa de então. Varthema evoca as suas deambulações e toda uma série de informações que teria recolhido nas suas andanças.

Este viajante teria partido de Itália por volta de 1500, e, disfarçado de mercador muçulmano, alcançaria Alexandria e o Cairo. Posteriormente, regressaria a Alexandria, passando por Beirute, Tripoli, Alepo, Damasco, Medina até Meca, e, provavelmente, Giddá. Desta cidade partiria para Adem, passaria por Zeila, mar Vermelho, e dirigir-se-ia a Goa. Daí seguiria para o golfo Pérsico atingindo Ormuz, de novo descendo, e, percorrendo a costa do Malabar. Nesta, contornaria Angediva, passando por Onor, Mangalor, Cananor, Calicute, Cochim, Chaul, Ceilão Negapatão e Paliacate, tocando a costa de Coromandel. Passaria o golfo de Bengala, tocando Satigão, descendo em direcção a Pegu, e daí até Malaca. Visitaria Pedir, em Samatra, passando as Molucas, Celebes e Java. De

---

[320] "(...) que estaua em Siam tratando das cousas do feitor de Malaca, em que lhe daua conta de muitas cousas da terra e dos tratos, e certificaua que Malaca estaua em guerra(...)"Gaspar

Malaca chegaria a Calicute, e daí a Cananor onde se encontraria D. Lourenço de Almeida[321].

Esta obra foi difundida por uma Europa que, como Banha de Andrade anotaria, gostosamente leria as sucessivas peripécias das suas deambulações e os costumes por ele retratados dos povos orientais. De igual modo, ter-se-iam os seus leitores deliciado com a descrição da vitória naval dos portugueses em Cananor, a 17 de Março de 1506, e com a participação que Ludovico Varthema teria tido no combate em que seria armado cavaleiro por D. Francisco de Almeida, tendo Tristão da Cunha como seu padrinho[322].

Os portugueses não deixaram de ler a sua obra. Homens da Expansão, como Garcia da Orta, contestam-no até. Nos seus *Colóquios dos Simples e das Drogas*, Garcia da Orta escreveria que, tanto na Índia como em Portugal, conversara com pessoas que o teriam conhecido no Oriente. Estas ter-lhe-iam dito que ele envergaria as vestes dos mouros, e que se teria aproximado dos portugueses, penitenciando-se da sua proximidade aos muçulmanos. Garcia da Orta contestaria igualmente o facto de Ludovico Varthema ter ido para além de Calicute e Cochim, visto as paragens citadas pelo italiano, não terem sequer sido percorridas, ao tempo pelos portugueses[323].

Orta não se exime mesmo de afirmar que a sua opinião mudara após ter visto o seu itinerário, pois antes considerava-o *um homem de verdade*[324]. O autor dos

---

Correia, *Lendas da Índias*, II, p.381.

[321] Cf. António Alberto Banha de Andrade, *Mundos Novos do Mundo*, p.688.

[322] *Ibidem*, pp. 695-696.

[323] "(...) eu falei, cá e em Portugal com homens que oconheceram cá na India, e me dixeram que andava cá em trajos de mouro, e que se tornou pera nós, fazendo penitencia de seus peccados: e que este homem nunca passou de Calecut e de Cochim, nem nós naquelle tempo navegávamos os mares que agora navegâmos."Garcia da Orta, *Colóquio dos Simples e das Drogas*, I, p.106.

[324] "E eu tinha este Luduvico, que aleguais, por homem de verdade; e depois, vendo o seu livro, acho que escreveo nelle o que á vontade lhe veo(...)"*Ibidem*, pp.106-107.

Colóquios dos Simples e das Drogas apresenta as suas razões para tal afirmação, nomeadamente o que, segundo ele, teria Varthema escrito sobre Ormuz e Malaca. Semelhantes dúvidas seriam, de certo modo, confirmadas pelos editores críticos da obra.

Esta não é a única voz que refere o *itinerário* de Ludovico Varthema. Cronistas do reino, como Damião de Góis[325] e Jerónimo Osório[326], citá-lo-iam também. Não deveremos esquecer que este é o italiano que na Índia é armado cavaleiro pelo vice-rei, e que regressaria a Portugal com Tristão da Cunha, confirmando o monarca esta honra[327]. Também os cronistas da Expansão o nomeariam.

João de Barros assinalaria que teria ido junto de D. Lourenço de Almeida um italiano que se chamaria Ludovico Romano, o qual lhe confessara que saíra às escondidas de Calicute para lhe transmitir a notícia de que uma armada inimiga dos portugueses se aprestara para os combater[328]. Prosseguindo com as suas informações, Barros concluiria que este teria regressado ao reino na armada de D. Tristão da Cunha, partindo de seguida para a Itália, onde escreveria em língua vernacular todas as suas viagens. João de Barros salientaria igualmente o facto de Ludovico Varthema descrever os combates que presenciara ao lado de D. Lourenço de Almeida. O autor da *Ásia* apontaria também a tradução que teria sido feita em língua latina deste itinerário e a sua inclusão num volume que se intitularia *Novus Orbis*[329].

---

[325]Damião de Góis refere a aproximação deste italiano a D. Lourenço:" No qual tempo veo ter com elle hũ homem per nome Luis vuartmã natural de Bolonha em Lombardia, que andára por muitas partes do mundo, de que screueo hum tratado(...)" *Crónica do Felicíssimo rei D. Manuel*, II, p. 39 . Este cronista salienta igualmente a sua actuação em combate Cf. *Ibidem*, II, p.84.

[326] Cf. António Alberto Banha de Andrade, *Mundos Novos do Mundo*, p. 692.

[327] ANTT, *Chancelaria de D. Manuel*, Liv. V, Fl.15v.

[328] Cf.João de Barros, *Àsia ....Primeira Década*, p. 389.

[329] Cf.*Ibidem*.

Esta colectânea escrita em latim correria impressa na Europa a partir de 1532, nela se integrando um conjunto de obras que se debruçavam sobre a Expansão portuguesa, como o relato do piloto anónimo de Pedro Álvares Cabral, as quatro navegações de Vespúcio, o livro de Paulo Gróvio, os tratados contidos no *Itinerariũ Portugallẽsiũ*. João de Barros citaria também Paulo Giovio ou Gróvio, na *Primeira Década*, ao mencionar a casa do apóstolo S. Tomé. Refere, então, que ele, João de Barros, tinha dado uma inquirição levantada por Nuno da Cunha sobre os naturais de Meliapor e dois livros, um em chinês e outro em persa, a *Joanne Riccio, arcebispo de Siponto*, que ao tempo era núncio do Papa Paulo III. Estes livros forneciam alguns dados sobre os costumes dos gentios. Esta seria a sua resposta ao pedido que lhe tinha sido feito de que prestassem algumas informações sobre as paragens asiáticas[330].

João de Barros assinala ainda aos seus leitores que lhe tinha sido solicitado o envio de tais elementos ao cardeal *Farnes*, ou Farnésio, que como João de Barros assinalaria seria neto do Papa Paulo III, segundo diligência incetada por Paulo Giovio, bispo noscerino que, para este cronista, seria um *barão* diligente, curioso das *cousas dignas de serem escritas para a a sua história geral do seu tempo.* Aliás, tais qualidades teriam sido já evidenciadas nas obras por ele impressas. Não deixa o cronista da *Ásia* de elogiar tal inscrição, fazendo jus do seu espírito crítico, nomeadamente face ao seu presente. Deste modo, assinala a qualidade estilística de Paulo Giovio e regozija-se com o facto de as suas informações se corporizarem na memória narrativa deste autor[331].

---

[330]Cf.*Ibidem*, p.344.

[331]"(...) lembrandome que na pena & eſtillo deſte doctiſſimo Paulo Jouio as minhas achegas ficáuã póſtas ẽ ẽdificio de perpetua mamória pois tiue ſórte de vida q̃ tenho mais cabedal em deſejo q̃ facultáde & tẽpo pera eſte officio de eſcriptura." *Ibidem*.

Por seu turno, a figura de Paulo Giovio encontra-se no cerne de uma acesa disputa travada por Damião de Góis. Em 1533, este bispo de Nocera traduziu de português para latim, para Clemente VII e Carlos V, as cópias das cartas do Preste João levadas por D. Martinho e pelo padre Francisco Álvares. Essas versões seriam inseridas por Damião de Góis na sua obra *Fides, religio moresque Aethiopium*, de 1540. Contudo, no livro de Paulo Giovio, *De legatione moschovitarum*, escrito em 1525, e incluso na referida colectânea *Novus Orbis*, este autor criticou, nas palavras de Amadeu Torres, o chamado mercantilismo e monopólio português relativamente à navegação e comércio estabelecidos na Índia. O autor chega mesmo a acusar os portugueses de venderem por bom preço e boa qualidade especiarias já em mau estado[332].

A resposta de Damião de Góis é dada na sua *Disceptatiuncula...contra Paulum Iovium*[333], inclusa em 1539 nas páginas finais do *Commentarii rerum gestarum in India citra Ganges a Lusitanis*, datado de 1538. Na edição de 1539 não aparece com o título, no entanto, em 1544, aquando da impressão dos *Opuscula*, o título *De rebus et imperio Lusitanorum ad Paulum Iouium Damiani a Goes disceptatiuncula*, seria introduzido[334]. A questão relativa à legitimidade do monopólio régio é aliás recorrente nos meios intelectuais portugueses.

Deveremos, neste momento, prosseguir com o cruzamento da cronística da Expansão com os textos de viagens que correriam ao tempo. Também Fernão Lopes de Castanheda assinala a intervenção de Varthema junto de D. Lourenço, escrevendo que este seria acompanhado por um homem branco vestido de mouro que lhe teria pedido protecção. Este era cristão e vinha de Calicute.

---

[332] Amadeu Torres, *Noese e Crise na epistolografia latina goisiana*, Paris, Centro Cultural Português, 1982, p.319.

[333] Francisco Leite de Faria, *Estudos Bibliográficos sobre Damião de Góis e a sua Época*, p. 17.

[334] Amadeu Torres, *op. cit.*, p.319.

Castanheda não só referenciaria o seu encontro com D. Lourenço, como inscreveria o seu périplo pela Ásia. O autor da *História do Descobrimento e Conquista da Índia pelos Portugueses* afirmaria que este homem que tinha solicitado uma audiência a D. Lourenço, se dizia Luís Patrício, e era natural de Roma. Desta cidade partira havia alguns anos para conhecer o mundo, percorrendo a Ásia; no regresso à Europa, atingira Calicute, onde permaneceria devido à guerra que entretanto estalara[335]. Este cronista da Expansão não deixou igualmente de anotar o facto de, após o combate travado nesta praça, Ludovico Varthema ter sido armado cavaleiro por D. Francisco de Almeida[336].

Dever-se-á salientar que Varthema escrevera sobre os Descobrimentos portugueses, e que, no seu percurso pessoal, se cruzara, quer com D. Tristão da Cunha - segundo alguns cronistas, seu padrinho no acto de armar cavaleiro, quer com D. Nuno da Cunha, o protector do nosso cronista da Expansão, autor da *História do Descobrimento e Conquista da Índia pelos Portugueses*. Decerto Castanheda teria conhecido a obra deste italiano.

Um aspecto deverá, porém, ser assinalado relativamente ao itinerário deste italiano. Apesar de a última parte da sua narrativa conter um *Libro della Etiopia* onde narra o seu regresso à Europa na frota de Tristão da Cunha, não existe referência alguma às vicissitudes sofridas na viagem, nomeadamente a actuação do capitão da frota, ainda que descreva algumas das escalas feitas.

Existem outros relatos italianos sobre viagens pelo Oriente nesta fase do domínio da presença portuguesa nestas paragens, como o do florentino Piero

---

335"(...) & metidos, ho homẽ lhe diſſe que auia nome Luis patricio, & era natural de Roma, dõde auia anos q̃ partyira aver mũdo: & deſpois de ter viſta a mor parte Daſia tornãdoſe pera Europa fora ter a Calicut, onde lhe fora forçado deterſe por amor da guerra(...)"Fernão Lopes de Castanheda, *op. cit.*,I, p.266.

336"(...)algũs caualeyros, ãtre os quaes foy Nuno da cunha, & luis patricio Romano de q̃ a tras fiz menção." *Ibidem*, I, p.361.

Strozzi. Este italiano acompanhou Diogo Lopes Sequeira a 5 de Abril de 1508, tendo participado na tomada de Goa em Fevereiro de 1510. Gaspar Correia noticia a presença neste mesmo combate de um Pero Escroco, que seria identificado como Strozzi, como anotou António Alberto Banha de Andrade[337]. O cronista situou-o aquando da tomada de Goa, embora posteriormente se tenha afastado da companhia de Diogo Lopes Sequeira. Mais tarde, no momento em que este fidalgo ocupou o lugar de governador da Índia, surgirá de novo na sua companhia .

O quarto governador terá a dada altura tomado a informação de tudo o que lhe teria sido transmitido por um florentino, Strozzi, que, de acordo com Gaspar Correia, teria sido enviado como feitor para a costa de Coromandel[338]. Numa missiva datada de 31 de Outubro de 1520, Nuno de Castro noticia que Pero Estroço (deturpação do nome de Strozzi) se encontraria em Coromandel havia dois anos. Este seria um homem de fora da terra, e teria liberdade de actuação. Nesta altura possuiria uma considerável fortuna, não estando, todavia contente, pois, no momento em que Nuno da Cunha escreve esta carta, haveria 400 portugueses que chegariam a esta costa vindos de Malaca, e aí permaneceriam[339]. Nuno da Cunha solicita, deste modo, ao monarca que intervenha, pondo cobro a esta situação.

Não deveremos esquecer que, ao longo da primeira metade do século XVI, e não só, esta costa representava o espaço em que a presença portuguesa se realizava através da iniciativa de particulares; por outro lado, as praças

---

[337]Cf. António Alberto Banha de Andrade, *Mundos Novos do Mundo*, p. 697.

[338]"(...) enformação de tudo, mandou um froletim, chamado Pero Escroco, seu conhecido, que era bom homem de tratar, o mandou por feitor á costa de Choromandel."Gaspar Correia, *Lendas da Índia* , II, p.567.

fortificadas estavam distantes, recorde-se Malaca e as Molucas, não existindo por isso mesmo controle efectivo por parte da coroa portuguesa e dos seus agentes.

Strozzi teria mantido correspondência com seu pai ainda quando se encontrava em Lisboa. A única missiva conhecida seria, no entanto, a que teria escrito de Goa, a 20 de Dezembro de 1510, endereçada ao seu progenitor que se encontraria em Florença. Nela Strozzi salienta a sua óptima viagem, a mais bela viagem até ao momento realizada desde a descoberta do caminho marítimo[340]. Ao fundearem em Goa, e encontrando os portugueses em guerra, teriam sido obrigados a se deterem e a não seguirem viagem, o que agradou ao comandante do Rei de Portugal. Strozzi obedecer-lhe-ia e servi-lo-ia com a sua embarcação, visto considerar ser este *um serviço a Deus e ao Rei de Portugal*[341].

O autor apresenta a cidade de Goa, afirmando que esta sempre foi local de encontro de vilões, tanto do mar como da terra, inimigos de cristãos e de portugueses, em particular. O resultado do combate travado seria a sua devastação pelo fogo[342]. Aliás, a refrega teria sido de tal modo feroz que, ao entrarem em terra, ninguém teria sido perdoado[343]. O florentino informa ainda a sua família de que, apesar de ter sido ferido, se encontraria bem.

339"(...) hũ homẽ defora da terra, hõde faz o que quer, e esta bẽ rico, agora vira e esta ja de todo danado, por que nunca de la sayẽ iijc homẽs portugueses, que de malaca vẽ hy ter(...)"ANTT, *C.C.*, P.1ª,m. 9, doc. 92. Publ, *Cartas de Afonso de Albuquerque*,VII, p.181.

340"(...) il piu bello viaggio che mai si sia facto da che e portoghesi scopersero(...)"*Gustavo Uzielli*, Piero di Andrea, Strozzi, Roma, , 1895, publ.*Cartas de Afonso de Albuquerque*,VI, p.408-409.

341"(...) fermaci qui e nou seguire il nostro viaggio, chê cosi ẽ piaciuto al Locotenente del Re di Portogallo; et a moi ẽ parso obedirlo et servirli con la nostra armata per essere quello al servitio et di Dio et del Re." *Ibidem*, p. 409.

342 (...) un receptaculo di ladri et tristi tanto di mare quanto di terra; et sempre nimica al nome christiano et maxeme al portoghese; et la terra, fu tutta messa a sacho e fuocho et fiamme, la quale si chiama Ghoa."*Ibidem*.

343 Dipoi entrati nella terra nonsi perdonõ nessuno tanto masti quanto femine, donne gravide et putti in fascie."*Ibidem*.

Esta carta seria inclusa na colectânea de Alessandro Zorzi, onde o copista alteraria o nome da praça considerando que esta carta se referiria a Quíloa[344]. Nesta mesma epístola Strozzi indica que partiria para Malaca, embora não tenhamos outra informação que o comprove. No entanto, outras cartas dão notícia da sua presença no Oriente. A 3 de Novembro de 1517 surge uma missiva de Francisco Dias que afirma ter entregue a Rui Araújo a quantia de 200 cruzados que Strozzi, deveria a este português[345]. Referem os seus biógrafos que teria ido a Banda e às Molucas e que, por volta de 1520, estaria em Cranganor vindo a falecer na Índia[346].

Outras cartas de italianos transmitem notícias de Malaca, nomeadamente as datadas de 13 de Janeiro de 1513, de Zuan Battista Atrozzi, a de 24 de Maio do mesmo ano, cujo autor se desconhece - ainda que alguns historiadores afirmem ser de Girolamo Sernigi-, a de 14 de Julho e 6 de Novembro, de Giovanni da Empoli, ou ainda o chamado *Aviso da Lisbona, di 15 Luio 1514.* Todas estas missivas se debruçariam sobre Malaca[347].

Apesar de alguns mercadores italianos possuirem autorização do monarca português para prosseguirem com os seus navios até esta praça de Malaca, Afonso de Albuquerque reteve-os em Goa, sendo chamados a participar na luta na referida praça; estes mercadores foram obrigados a aguardar até que uma armada preparada pelo governador partisse para a sua conquista. Segundo alguns historiadores, tal atitude teria agudizado ainda mais as vozes discordantes que se levantavam no reino contra o seu governo da Índia, considerado pela alta nobreza como demasiado militarizado e centralizado. *Vozes* como a de António Real ou de

---

[344] Cf. António Alberto Banha de Andrade, *Mundos Novos do Mundo* , p. 698 .

[345] ANTT,*C.C.*P.p.II[a],m.72, doc.92,publ., *Cartas de Afonso de Albuquerque*,VII, p.170.

[346]Cf. António Alberto Banha de Andrade, *Mundos Novos do Mundo*,pp. 697-690 e *Cartas de Afonso de Albuquerque*,VI, p. 410.

Gaspar Pereira ergueram-se na própria Índia, considerando que não seria possível manter um tão elevado número de fortalezas, e protestando com o apoio que o próprio Afonso de Albuquerque oferecia a outros que não portugueses[348]. Mesmo quando se esboça uma tentativa de aliança anti-islâmica entre Portugal e o reino da Etiópia, o embaixador Mateus é aprisionado, sendo colocados vários entraves à concretização da mesma[349].

A política posta em prática a leste do cabo Comorim decorria da cooperação entre a coroa portuguesa e mercadores gentios, como *Nina Chatu*. Estas eram expedições mais ou menos isoladas que atingiam zonas como Martabam, ou Pulicate ou mesmo as Molucas. A partir de 1518 estas expedições passam a ser feitas por navios da coroa que transportavam o capitão, feitor e escrivão, todos eles portugueses. Estabelecer-se-iam assim as carreiras nestas paragens dos mares do Oriente[350].

Deveremos neste momento regressar ao esboço da nossa presença em paragens orientais. Em 1512, ter-se-iam efectivado os primeiros contactos entre o reino de Portugal e o Sião, formalizando-se a nossa entrada nessas paragens, nomeadamente através das viagens de António de Abreu às ilhas Banda e de Francisco Serrão a Ternate. Chega-se assim ao célebre arquipélago das Molucas, atingindo-se o espaço de produção das tão ambicionadas especiarias, e abrindo-se

---

[347] Cf. António Alberto Banha de Andrade, *Mundos Novos do Mundo*,pp.699-710.

[348] Cf. ANTT, *C.C.*,P.Iª,m.12, doc.44, publ, *Cartas de Afonso de Albuquerque*,III,pp.337-355, e Cf. ANTT, C.C.Iª-12-57. Publ., *Cartas de Afonso de Albuquerque*,III, p.356.

[349] Cf. Jean Aubin,"L'Ambassade du Prêtre Jean à D. Manuel" *Mare Luso Indicum*, 3, 1976, pp. 23-25.

[350]"Now, east of Cape Comorin, the first *carreiras* to emerge were those from the Indian west coast to the Banda Island in the Moluccas via Melaka, to Coromandel(that is, Pulicat), and to Pegu in lower Burma. There then followed others, to Bengal, and to a whole host of ports on the Malay peninsula. The captains of these were at times asked to play the role of diplomats and ambassadors, and to establish relations between Goa and the rulers of the ports to wich the *carreiras* were destined." Sanjay Subramanyam, *The portuguese empire in Asia 1500-1700*, p. 71.

o lugar de frequentes e continuadas disputas com Espanha relativamente à efectiva demarcação e activação das zonas de influência das duas potências ibéricas nestes mares. Estamos perante a abertura da célebre "questão das Molucas" e o aparecimento das sucessivas disputas entre os navios espanhóis e portugueses que cruzavam estes mares.

Procurar-se-á então quebrar o poder do senhorio de Veneza e do império turco através da conquista de Adem, o que afectaria necessariamente a passagem do mar Vermelho. Contudo, e porque Socotorá não apresentava todas as condições necessárias para funcionar como base naval de apoio às intenções dos portugueses, tal projecto não se concretizou. O domínio do golfo Pérsico seria, no entanto, alcançado através da tomada de Ormuz que ocorreu em 1515, abrindo as relações com a Pérsia apesar do domínio frequentemente periclitante de Portugal.

Enquanto o domínio e a permanência no espaço do Índico são assegurados pelo combate, fundamentalmente o combate naval, a interacção com os grupos locais passa pela transmissão de valores culturais e essencialmente religiosos. A educação dos jovens locais - o ensino da língua e dos rudimentos religiosos - destaca-se, de imediato, como uma das primeiras funções dos religiosos que se instalam nestas paragens. Para além do ensino, estes prestam assistência, promovem uma rede de hospitais, e tentam incentivar uma formação religiosa cristã, deste modo desenvolvendo a sua acção missionária.

Para que tenhamos informações relativas a este quotidiano, deveremos todavia socorrer-nos de diferentes cartas dos intervenientes na Expansão, pois seria nelas que se destacariam, por exemplo, as preocupações relativamente à assistência facultada aos doentes, a necessidade de construir hospitais e de fornecer tanto alimentos como ajuda médica.

A presença na Índia leva a que se denuncie uma grande minúcia descritiva, como, por exemplo, quando Gaspar Correia explicita a ocupação do espaço oriental por parte dos portugueses; veja-se o caso da epidemia que assolaria Goa durante o governo de D. João de Castro. Não podemos esquecer que Gaspar Correia é o cronista da Expansão que mais tempo permanece no Oriente, vivenciando vários momentos dos governos da Índia e experienciando a consolidação da nossa presença efectiva nas várias paragens orientais.

Gaspar Correia descreve com minúcia o quadro sintomático desta doença pelos locais chamada *moryxy*, igualmente conhecida por *cholera morbus*, e mesmo os tratamentos intentados na altura. Esta teria atingido todo o tipo de pessoas, e até os animais, nomeadamente aves de criação machos e fêmeas[351]. O quadro clínico seria também apresentado pelo cronista: as pessoas sofreriam de uma dor no estômago que, segundo alguns mestres, seria provocada pelo frio. Contudo, Gaspar Correia adianta que se teria chegado à conclusão de que esta não seria a verdadeira causa. A dor seria tão forte e causaria tanto mal que parecia *peçonha*[352].

O cronista assinala pormenorizadamente os sintomas, revelando e salientando o olhar de quem com cuidado observa o *Outro*: destaca que os doentes ficariam prostrados, que queriam beber muita água, que ficariam com o estômago *dessecado*, e com cãibras que tolhiam os nervos das curvas, e das palmas dos pés. Eram tais as dores que o paciente ficaria como que *passado da morte*, os *olhos quebrados*, e as unhas dos pés e das mãos pretas e encolhidas[353]. A doença

---

[351]"(...)toda calidade dep essoa, de minino muy pequeno de mama até velho de oitenta annos, e nas alimarias e aues de criação da casa, que a toda cousa viuente era muy geral, machos e femeas(...)"Gaspar Correia, *Lendas da Índia*, IV, p.288.

[352] "A qual dôr daua no estamago, causado de frialdade segundo affirmauão alguns mestres; mas depoius se affirmou que lhe nom achauão de que tal dôr se causasse.Era a dôr tão forte, e de tanto mal, que logo se conuertia nas sustancias de forte peçonha(...)"*Ibidem*, pp. 288-289.

[353] "(...)a saber: d'arraesar, e beber muyta agoa, com deseqamento do estamago, e cambra que lh'encolhia os neruos das curuas, e nas palmas dos pés, com taes dôres que de todo o enfermo

ceifava muitas vidas, os físicos não achavam cura e o enfermo só durava um dia. De cem doentes escapariam apenas cerca de dez, e estes porque de imediato haviam sido socorridos com mezinhas muito leves e feitas pelos habitantes da terra[354].

Face a esta situação, o governador Martim Afonso de Sousa determinaria, no ano de 1543, que se abrisse um dos doentes que morreu no hospital com tal doença, e, na presença de todos os mestres, estes analisaram o corpo. Segundo Gaspar Correia, e satisfazendo a curiosidade mais geral dos seus leitores, não teriam encontrado nenhuma anormalidade no corpo, somente o estômago estaria *encolhido*, do tamanho de uma *moela de galinha*. Obedecendo à atenta descrição do fenómeno, acrescentaria que esse mesmo órgão estaria todo ele enrugado como se fosse couro tratado pelo fogo[355].

Garcia da Orta que acompanhou Martim Afonso de Sousa e que a ele dedica os seus *Colóquios dos Simples e das Drogas*, menciona igualmente essa doença, a qual naquele ano afectou o quotidiano dos portugueses. Escreveria Garcia da Orta que rapidamente morreriam os pacientes num espaço de tempo que duraria entre 24 horas a 4 dias. Porém, Orta teria tido conhecimento de um enfermo que teria durado vinte dias. O autor dos *Colóquios dos Simples e das Drogas* desenvolveria a sintomatologia apresentada pelos pacientes aos quais foi detectado pulso fraco, suores frios, grande sede e calor, olhos *sumidos*, incapacidade de dormir, vómitos e cãibras nas pernas, enunciando de seguida o

---

ficaua passado de morte, e os olhos quebrados, e as unhas das mãos e dos pés pretas e encolheitas."*Ibidem*, p.289.

354"(...)escapauão erão alguns por lhe acodirem muy breue com meizinhas de pouqua sustancia, que sabião os da terra."*Ibidem*.

355"(...) mandou ajuntar todolos mestres, e o mandou abrir, e em todo o corpo de dentro lhe nom acharão mal nenhum, sómente o bucho encolheito, e tamanino como huma muella de galinha, e assy enuerrugado como coiro metido no fogo. Ao que disserão os mestres que o mal d'esta doença daua no bucho, e o encolhia, e fazia logo mortal."*Ibidem*.

tratamento que se dispensaria[356]. Mas este era um dos núcleos temáticos de Garcia da Orta.

Em certas ocasiões, os interesses dos vários agentes da Expansão colidiam e o funcionamento local ressentir-se-ia. Contudo, as informações conducentes ao conhecimento minucioso de um quotidiano, da vida nas praças portuguesas, não é objecto primordial da atenção dos cronistas da Expansão. Estes espelham as actuações, apresentando os factos militares e as estratégias conducentes ao domínio efectivo do poder.

3.3. Operacionalidade de um domínio português -Outros Governos da Índia

Ao esboçar as grandes linhas evolutivas da estratégia de domínio português dos novos espaços, destaca-se a figura, ou melhor, o governo de Lopo Soares de Albergaria (1515-1518). A este se deve a tentativa de cortar definitivamente o caminho alternativo de fuga ao monopólio português por parte dos muçulmanos através do mar Vermelho, com a destruição da fortaleza egípcia da ilha de Comorão, e com o incêndio de Zeila. Os seus intentos viram-se todavia gorados, pois o comércio continuaria.

Soares de Albergaria conseguiu penetrar nas ilhas Maldivas e contactar com o reino de Bengala. Facilitou o comércio da canela, construindo uma fortaleza na ilha de Ceilão e tornando tributário da coroa portuguesa o rei de Colombo. Alargaram-se, neste período, os contactos com Sumatra, Java, Bengala

[356] Cf. Garcia da Orta, *Colóquios dos Simples e das Drogas*,I, pp. 261-267.

e Pegu. Por outro lado, em 1515, atingiu-se a ilha de Timor. Conseguiu-se igualmente alcançar o tão almejado império chinês.

Este governador defenderia a liberdade de actuação dos portugueses e a sua busca incessante de proventos. A sua política é bastante diversa da do seu antecessor, isto é, não se defende agora um certo *dirigismo* governativo que fora a tónica de governo de Afonso de Albuquerque. Por seu turno, os dois governos seguintes - o de Diogo Lopes de Sequeira e o de D. Duarte de Meneses - procuraram encontrar um certo equilíbrio entre o *dirigismo* governativo de Albuquerque e a eventual liberdade exploratória de um Lopo Soares de Albergaria. Vejam-se as medidas tomadas durante estes governos face à zona a leste do cabo Comorim.

No governo de Diogo Lopes de Sequeira (1518-1522) prossegue a tentativa de domínio do mar Vermelho, sendo conquistadas Maçua e Arquico. Efectiva-se igualmente a embaixada de D. Rodrigo de Lima ao reino do Preste João. D. Rodrigo era acompanhado pelo padre Francisco Álvares que desempenhava as funções de secretário e que escreveu a *Verdadeira Informaçam das terras do Preste Joam, segundo vio e escreveu ho padre Francisco Alvares*, impressa em 1540. Esta obra é uma das matrizes das nossas crónicas da Expansão.

Desde o período medieval que corria no imaginário europeu a figura do soberano indiano *Presbiter Johanes* e da sua presumível *Carta*, na qual é nomeada a existência de um reino cristão onde têm lugar tanto maravilhas como verdadeiras monstruosidades, cruzando as fronteiras entre o divino e o diabólico; recorde-se, por exemplo, que as suas regiões orientais seriam fronteiriças do próprio Paraíso terrrestre.

Significativo do que referimos será a igualmente a passagem neste texto onde se menciona a pimenta e o bosque onde esta seria recolhida. O bosque

situar-se-ia no sopé do monte Olimpo, onde nasceria uma fonte de águas límpidas que possuiria o sabor de todas as especiarias. O seu sabor mudaria, e, se uma pessoa bebesse em jejum três vezes dessa fonte, nunca mais padeceria de doença alguma, apresentando ao longo da sua vida a imagem de alguém com 32 anos de idade. Este sítio situar-se-ia próximo do Paraíso de onde Adão teria sido expulso[357].

A *Carta* do Preste João corria nas suas diferentes versões na Europa de então. Segundo alguns teóricos, parece ter sido escrita originariamente no seio do clero que acompanhava a corte imperial alemã, aquando da preparação das segundas cruzadas, e durante a rivalidade política entre duas facções: por um lado, os Hohenstaufen e Bizâncio, por outro, o pontificado romano[358]. Contudo, as evoluções sucessivas por que passou este mesmo texto, levam a que os seus propósitos iniciais se transformem. Progressivamente, tentou-se identificar este Preste João com reis asiáticos, desde mongóis a arménios, ou mesmo africanos como núbios ou etíopes.

O tipo de sociedade cristã descrita caracterizar-se-ia progressivamente como sendo a de diversas heterodoxias cristãs, como nestorianas, indianas, ou coptas, assim se reflectindo o espectro imagético que este texto, ou melhor, as suas sucessivas construções, possuía no seio da mentalidade europeia. Vários foram os viajantes que, desde o século XII, afirmaram o seu encontro com o

---

[357]"Ora, este bosque fica situado no sopé do monte Olimpo, de onde nasce uma clara fonte que conserva em si o sabor de todas as especiarias. De facto, varia o seu sabor em cada hora do dia e da noite e espalha-se a uma distância de três dias, não longe do Paraíso de onde Adão foi expulso. Se alguém beber em jejum três vezes dessa fonte, a partir desse dia nunca mais sofrerá de qualquer doença e será sempre, enquanto viver, como se tivesse trinta e dois anos de idade."*Carta do Preste João das Índias*, Lisboa, Assírio e Alvim, 1998, p.65-67.

[358] Cf.*Ibidem*, p. 10.

Preste João das Índias[359]. Um dos que nos interessa, particularmente devido à importância que teve para os cronistas da Expansão, foi Marco Polo.

Várias são as referências ao Preste João das Índias que ocorrem no seu livro. A primeira indica que os tártaros seriam tributários de um Grande Rei que se chamaria *Bucham* mas era apelidado pelos latinos de Preste João[360]. Em seguida Marco Polo referiria a luta entre os tártaros e o rei. Neste mesmo primeiro livro, são apontados os sucessores do primeiro Preste que continuariam a usar tal nome[361]. Já no segundo livro das viagens do veneziano surge nomeado o Preste João, e as lutas que este teria travado com os tártaros[362].

Francisco Álvares elaboraria a sua própria descrição da expedição ao reino do Preste João, da qual faria parte. O presbítero secular participaria na embaixada de Duarte Galvão à Etiópia, embora este não tenha passado do mar Vermelho, pois morreria na ilha de Comorão. A partida do clérigo para as paragens orientais data de 1515. Contudo, devido à oposição de Lopo Soares de

---

[359] António Alberto Banha de Andrade apresenta o contexto em que tal narrativa teria surgido. Segundo este historiador a lenda teria começado:"(...) parece que desde a invasão de Edessa em 1144, por um numeroso exército muçulmano, comandado pelo governador de Mossul e Alepo, que esmagou as tropas sírias e arménias dirigidas por cruzados cristãos. Surge, então a que se crê primeira referência do Preste João -rei e sacerdote- na obra do historiador alemão Otto von Freising, que relata o desastre, e conta a vitória daquele soberano contra os Persas e a caminhada frustada em socorro de Jerusalém.Os seus domínios estendiam-se para além da Pérsia e da Arménia, no Extremo Oriente; era rei cristão e descendia, em linha recta dos Reis Magos."*Mundos Novos do Mundo*, p. 850. Este historiador refere igualmente que tal narrativa se fundaria em factos históricos pois:"Deu-se, efectivamente, a derrota de um sultão seljúcida, Sandjar, de Khorasan , na batalha de Qatwan, perto de Samarcanda, em 9 de Setembro de 1141 e o vencedor, Yeh-lü¨Ta-Shih, foi o Império Kara-Khitay(o Cataio Negro), da Ásia Central. Este seria, pois o Preste João, que as crónicas chinesas declaram budistas, provindo daí, a convicção dos Bizantinos e Sírios, de professar o cristianismo(...)juntou-se, com o andar dos tempos, a tradição indiana do apostolado de S. Tomé no Malabar, acrecentando-se, ao poder bélico do herói, a riqueza faustosa de palácios de ouro e pedraria."*Ibidem*.

[360]"(...)gram Rey que era chamado Bucham. Ao qual os latinos chamauam Preste Joham. De que falla todo o mundo (...)" *Marco Paulo*...,Liv. I, cap.lj.

[361]Cf. *Ibidem*, Liv. I, caps, liij,lxv.

[362] Cf. *Ibidem*, Liv.II, caps,xxx, lij.

Albergaria, aguardaria no Oriente ainda quatro anos antes de se concretizar o seu objectivo inicial. A escolha de Diogo Lopes de Sequeira para sucessor no governo da Índia possibilitou que finalmente se realizasse tal embaixada, agora sob a chefia de D. Rodrigo de Lima, de quem Francisco Álvares era capelão. A partida para a Abissínia ocorreria em 1520, sendo o regresso a Lisboa em 1527.

No início da década de trinta, Francisco Álvares é enviado a Roma, ao papa Clemente VII, com o propósito de descrever a sua viagem. Em Janeiro de 1533, na cidade de Bolonha, e na presença do imperador Carlos V e do embaixador português junto da corte papal, D. Martinho de Portugal, entregaria ao Papa as cartas de obediência do imperador David ao Sumo Pontífice, traduzidas para latim pelo próprio bispo Paulo Grófio[363]. Entretanto, Francisco Álvares teria escrito a narrativa da sua viagem à Abissínia, tendo sido pedido pelo embaixador português, D. Martinho de Portugal, que Paulo Grófio traduzisse para latim a *Verdadera Informaçam*. Este pedido não viria contudo a concretizar-se[364]. No decurso desta estadia em terras de Itália, e numa altura em que aguardava a sua nomeação como patriarca da Etiópia, Francisco Álvares viria a falecer[365].

João de Barros tinha já assinalado este bispo da Igreja na sua *Primeira Década*, nomeadamente devido ao seu interesse pela descrição das comunidades cristãs que teriam sido fundadas pelo apóstolo S. Tomé. João de Barros menciona o padre Francisco Álvares no capítulo I, do livro IV, da *Terceira Década*,ao escrever sobre as *cousas* do rei da Abissínia ou Etiópia, erroneamente, segundo o cronista, apelidado de Preste João. Não só descreveria Barros as razões que teriam levado a

---

[363] Cf. Amadeu Torres, *Noese e Crise na epistolografia Latina Goisiana*,I, p. 254.
[364] Cf. Luís de Matos, *L'expansion portugaise dans la literature latine de la Renaissance* , p. 62.
[365] Cf.Joaquim Verissimo Serrão, *A historigrafia Portuguesa- Doutrina e Critica*, I, pp. 370-372.

esta designação, como apresenta as informações recolhidas sobre este rei local e o seu povo.

A primeira notícia anotada na *Ásia* teria a ver com as instruções dadas a Vasco da Gama no sentido de que este conhecesse o *estado* e *cousas* deste príncipe cujo senhorio seria na Abissínia. João de Barros debruça-se sobre as várias interpretações dadas a este nome, evocando António, arcebispo de Florença, que teria explicado a designação deste rei: *Presbiter*. Em sequência, Barros referencia Marco Polo, elaborando uma síntese das respectivas passagens inscritas no livro de viagens sobre o Preste João[366]. Em seguida, cita uma crónica persa a que teria tido acesso, onde se descreve a comunidade cristã do Preste João, como sendo nestoriana, assinalando Barros o facto de ter largamente tratado este assunto na sua *Geographia*.

O autor da *Ásia* aponta igualmente o opúsculo de Damião de Góis, *Fides, religio, moresque Aethiopum*, pela primeira vez impresso em 1540, onde este referenciaria a religião e os costumes dos abissínios, noticiando a chegada a Portugal de um embaixador oriundo deste reino africano; na linguagem local o seu título quereria dizer *Precioso João*[367]. Seguindo os mesmo propósitos discursivos, Barros evoca Marco António Sabelico que, na sua *Rapsodia*, teria escrito que o vocábulo *Giã* significaria na língua local potente, e que o nome de João seria a sua derivação[368].

A inscrição no contexto dos círculos italianos não seria só efectuada por João de Barros através da nomeação de Marco António Sabelico mas também de

---

[366] Cf. João de Barros, *Ásia ...Terceira Década*, fols 84v-85.

[367] "E daqui ꝓcedeo hũ embaixador deſte reyno de Abaſſia q̃ veo a eſte Portugal, dizer ao nóſſo Luſitano Damiã de Góes quando eſcreueo da religiam & coſtumes deſta gẽte, que em ſua linguagẽ Bebuleꝫ& Enco queria dizer Precioſo Ioanne."*Ibidem*,fl.84v.

Pico della Mirandola. Este cronista da Expansão recorda que a informação que consubstanciaria este texto, estaria directamente relacionada com o facto de Mirandola evocar a mesma narrativa, embora tenha designado este rei como *Preſtam rey dos Indios*[369]. O autor das *Décadas* explicita o que teria motivado tal erro na designação. Ao tempo só se tinha informações através dos religiosos que do seu reino chegavam à cristandade, o que motivaria este tipo de interpretações[370].

João de Barros evocaria, deste modo, o interesse que os círculos europeus, e os italianos, muito em particular, demonstraram pelas expedições portuguesas. Marco Sabelico que viveria entre 1436-1506, escreveria a sua *Rapsodiae Historiarum enneadum* a qual sofreu várias edições, tendo sido traduzida para português por D. Leonor de Noronha, filha do Marquês de Vila Real. A primeira parte é editada em 1550, sob o título de *Coronica geral de Marco António Cocio Sabelico. Des ho começo do mundo ate nosso tempo*, cronologicamente terminando no império romano. Em 1554 sairia a segunda parte, pela mão de João Barreira, sob o título *Esta he a segunda parte da historia da nossa redenção:que se fez pera consolaçã dos que não sabẽ latim*. Segundo José Maria Rodrigues, esta obra seria a primeira que pretenderia elaborar uma História Geral; é este mesmo autor que refere ter Camões estudado esta *disciplina* por este mesmo livro[371]. Recorde-se igualmente que Fernão Lopes de Castanheda teria tido acesso a esta obra, visto ser guarda da Livraria da Universidade de Coimbra, e de contactar com estes impressores

---

[368]"(...) hũ religioſo deſta naçam dizer a Marco Antonio Sabelico quando compunha a ſua Rapſodia, que eſte vocabulo Giã na ſua lingua queria dizer potente, & que chamarmoſlhe Ioam ſeria corruçam deſtoutro."*Ibidem*.

[369] *Ibidem*.

[370]"(...) engano que eſtas peſſoas tam doctas receberam, foy por naquelle tẽpo nam termos mais noticia daquelle principe, que quanto ſabiamos per os religioſos do ſeu reyno que viamos neſtas partes, muytos dos quáes contam couſas differentes do que os nóſſos tẽ viſto."*Ibidem*.

[371] Cf. José Marias Rodrigues, *Fontes dos Lusíadas*, p. 248, Cf. António Alberto Banha de Andrade, *Mundos Novos do Mundo*, p. 381.

entregando-lhes o material tipográfico. Isto para além do facto de terem sido estes os que imprimiram a *História do Descobrimento e Conquista da Índia pelos Portugueses.*

Igualmente interessantes se tornam os traços que decerto ligaram D. Leonor de Noronha ao próprio Fernão Lopes de Castanheda. Segundo Américo da Costa Ramalho, a tradutora para língua portuguesa desta obra de Sabelico tê-la-ia ampliado ocasionalmente, como aconteceria com o capítulo de Job que Sabelico não menciona[372]; sendo mesmo as referências às navegações portuguesas bastante escassas nesta História Geral[373].

Recorde-se os pontos de contacto possíveis de traçar entre o cronista da *História dos Descobrimentos e Conquista da Índia pelos Portugueses* e D. Leonor de Noronha, para além do facto de as suas respectivas obras serem impressas pelos mesmos impressores. D. Leonor de Noronha era filha de D. Fernando de Meneses, 2º marquês de Vila Real, e da marquesa D. Maria Freire, sendo por isso irmã de D. Pedro de Meneses, de quem Cataldo Sículo foi mestre, bem como de sua irmã. Não foram raros os elogios aos dotes de latinista desta última, que seria aliás, das discípulas dilectas do mestre[374]. Também o pai de Fernão Lopes de

---

[372]A. Américo da Costa Ramalho,"D. Leonor de Noronha" in *Enciclopédia Luso-Brasileira de Cultura,* 14, p.235.

[373]António Alberto Banha de Andrade escreve:"Se a edição de 1504 é pobre de referências às actividades marítimas da Península, as que se seguiram à morte do autor não melhoraram sensivelmente. Assim, a de 1517 continua a ostentar a mesma pobreza de notícias, servindo-se ainda de obras antigas para localizar a Índia, apesar de já registar que as 'naus ibéricas' foram pela África, cabo da Boa Esperança, região dos Trogloditas, no mar barbárico e índico, até 'Colocuta' e outras ilhas adjacentes, tendo trazido especiarias, após dezoito meses de longo percurso e luta cruel com os mercadores'egípcios'.Na edição de 1560, repete-se exclusivamente a mesma informação, como se pela Europa não tivessem reboado estrondosamente factos bem mais concretos." *Mundos Novus do Mundo,* p.382.

[374] Américo da Costa Ramalho frequentemente se debruçou sobre esta figura .Veja-se a título de Exemplo a sua obra *Estudos sobre o século XVI* , pp.4, 19, 331, ou ainda *Para a História do Humanismo em Portugal,* pp. 101, 107, 194.

Castanheda teria privado com Cataldo Sículo[375]. Os círculos culturais do tempo cruzam-se, deste modo, nas biografias dos nossos cronistas da Expansão; pensamos, naturalmente, em Fernão Lopes de Castanheda e em João de Barros.

Tal como afirmámos, João de Barros cita Pico della Mirandola. O interesse deste italiano pela empresa portuguesa, é logo denunciada numa carta de D. Manuel enviada, em 1507, ao papa Júlio II e que sairia impressa em várias línguas, celebrando a vitória contra os infiéis em terras do Oriente. Nela ele elogiaria as navegações de Lisboa ao Oriente levadas a cabo pelo, como ele apelida, glorioso príncipe Manuel[376]. Apesar de Pico della Mirandola ter falecido antes da primeira viagem de Vasco da Gama, ele conhecia as navegações no Atlântico e enalteceria, sob a forma de um *Hymni Heroici*, os feitos portugueses.

Como referiu Luís de Matos, depois da oração de obediência ao papa Leão X, vários poetas italianos, como Camillo Porzio, Baptista Mantuano, Girolamo Britonio e Pietro Leoni escreveriam sobre as expedições portuguesas. Os seus *topoi* seriam, por um lado, a propagação da fé cristã, e, por outro, a admiração face aos feitos militares e às explorações marítimas[377].

A inscrição da narrativa de João de Barros nas letras e nos círculos humanistas europeus é por demais evidente. Regressemos, porém, à narrativa de João de Barros e ao modo como ele nela insculpe o texto de Francisco Álvares.

Após as referências a Pico della Mirandola, o autor da *Ásia* referencia a embaixada de Diogo Lopes de Sequeira ao rei David, que reinaria ao tempo na

---

[375] Cf. AnaPaula Menino Avelar, *Fernão Lopes de Castanheda- Historiador dos Portugueses na Índia ou cronista do governo de Nuno da Cunha?*, p. 27

[376]"(...) fera par la suite le plus grand éloge des navigations menées par 'le glorieux prince Emmanuel' depuis Lisbonne jusqu'en Orient, mentionne les relations commerciales, reproduit les vers de Pic de la Mirandole sur l'Expansion portugaise et crée, ã ce qu'il semble, les néologismes 'Trapobanitae' et 'Cananoritae'."Luís de Matos, *L'expansion portugaise dans la litterature latine de la Renaissance*, p.298.

[377] Cf. *Ibidem*, p.366.

Etiópia, salientando particularmente a entrada de D. Estevão da Gama no estreito aquando do seu governo da Índia.

João de Barros noticia a ida deste governador ao Suez, no ano de 1541, com o propósito de queimar a armada que os turcos aí preparavam contra os portugueses. Ao regressar à Índia, deixaria naquelas paragens seu irmão D. Cristovão da Gama para que este fosse em auxílio do rei da Abissínia, visto este lhe ter enviado um pedido de ajuda devido aos ataques que sofria por parte dos mouros[378]. Os sobreviventes desta expedição teriam sido os veiculadores de informações sobre este reino, tendo João de Barros composto a sua *Geografia* e recolhido as notícias, nomeadamente através de Francisco Álvares, a partir das quais elaboraria este texto[379].

Um dado interessante seria o facto de, por volta de 1533, pouco tempo depois de a embaixada do rei da Abíssinia se ter apresentado ao papa Clemente VII, sair pela primeira vez o *Legatio David*. Neste seria narrada uma embaixada do rei deste mesmo reino, levantando Francisco Leite de Faria a possibilidade de tal opúsculo poder ter sido elaborado a partir das informações transmitidas pelo padre Francisco Álvares que ao tempo se encontraria na cúria papal[380]. No entanto, possuímos de sua reconhecida autoria *Ho Preſte Ioam das Indias Verdadera informaçam das terras do Preſte*[381],obra que teria sido consultada por João de Barros, Fernão Lopes de Castanheda e Gaspar Correia.

---

[378] "(...) o anno de quorenta & hũ entrou naquelle eſtreito, & foy ateę o lugar de Suez, onde o Turco tinha feito hſua armada, com tençãm de á queimar. Na qual tornáda leixou o requerimento deſte rey, ſeu jrmão dom Chriſtouão da Gamma com quatrocentos homẽes pera lhe adjudar a recobrar ſeu reyno: q̃ de todo lhe tinham tomado os mouros(...)"João de Barros, *Ásia...Terceira Década*, p.fl.85.

[379] Cf.*Ibidem*.

[380] Cf.Francisco Leite de Faria, *Estudos Bibliográficos sobre Damião de Góis e a sua Época*, p.7.

[381] Cf. António Joaquim Anselmo, *Bibliografia das obras Impresssas em Portugal no século XVI*, p.296.

O historiador António Alberto Banha de Andrade refere que a *Carta das novas que vieram a el-Rei nosso Senhor do descobrimento de Preste Joaõ* impressa em 1521 por Germão Galharde, teria sido consultada, entre outros, por Fernão Lopes de Castanheda, o qual chegaria mesmo, segundo este historiador, a transcrever passagens inteiras que teriam sofrido somente pequenas alterações sintácticas[382]. Esta carta conta a expedição de Diogo Lopes de Sequeira até às costas da Etiópia.

Como já afirmámos, as cartas corriam sobre as novas paragens, sendo algumas por vezes impressas, devido à sua aquidade e à necessidade de satisfazer a ânsia de notícias, como pensamos que teria acontecido com esta. Aliás, como o próprio autor indica no início da missiva, esta teria chegado através do caravelão comandado por Pero Vaz de Vera. As notícias recebidas por el-rei proviriam da pena de Diogo Lopes de Sequeira e do licenciado Pero Gomes Teixeira, ouvidor nas partes do Oriente. Nestas cartas narrar-se-ia a expedição a terras do Preste João.

Observemos um pouco mais em detalhe a estrutura narrativa da obra de Francisco Álvares e como este seria referenciado pelos cronistas da Expansão. Este clérigo descreveria minuciosamente no seu livro a viagem de Pero da Covilhã e Afonso de Paiva, o qual viria a falecer no Cairo. Em 1494, Pero da Covilhã conseguiria atingir a Abissínia, não regressando, no entanto, a Portugal visto não ter recebido autorização do rei local para a sua partida. Francisco Álvares encontrá-lo-ia quando chegou a esse reino. Recuemos um pouco e vejamos alguns dos momentos que marcam as tentativas de encontro deste *reino cristão*.

---

[382] António Alberto Banha de Andrade, *Mundos Novos do Mundo*, p. 857.

Depois desta Embaixada de Pero da Covilhã e de Afonso de Paiva, D. Manuel renovaria os esforços no sentido de atingir a Abissínia, enviando para tal novos emissários. Após várias vicissitudes, estes emissários - João Gomes e João Sanches - teriam alcançado a Etiópia, fazendo-se passar por mercadores muçulmanos. Foram recebidos pela rainha Helena, regente na menoridade do imperador *Lebna Denguel*, a qual teria afirmado que enviaria um seu emissário ao rei cristão. Este foi o embaixador Mateus, o qual, para além da carta, traria uma relíquia cristã. As vicissitudes da sua viagem são relatadas nas crónicas da Expansão. D. Manuel escreveria mesmo ao papa Leão X dando notícias desta embaixada. Quando em 1515, o embaixador Mateus regressa ao seu reino, é acompanhado por Duarte Galvão, e, como já mencionámos, por Francisco Álvares.

Lopo Soares de Albergaria, então governador da Índia, depois de vários entraves, organizara uma expedição ao mar Roxo com o propósito de encontrar e destruir a armada turca, da qual havia recebido notícias. A entrada no estreito chegou a concretizar-se, mas, após algumas peripécias, os portugueses retiraram-se e com eles a embaixada ao Preste João, tendo entretanto falecido Duarte Galvão. Em inícios de 1520, de novo se intenta a chegada ao reino do Preste. A missão foi chefiada por D. Rodrigo de Lima que seria acompanhado pelo embaixador Mateus e pelo padre Francisco Álvares.

A *Verdadera Informaçam* subordina-se ao percurso desta viagem. O autor demonstra um cuidado particular em relatar as cerimónias religiosas, e, em particular, os costumes locais, elaborando mesmo capítulos sobre os mosteiros e igrejas do reino da Abissínia, ou descrevendo como se manifestava a devoção local, nomeadamente o culto diário, referenciando as missas celebradas, a prática

do baptismo e da circuncisão. Não deixa igualmente de anotar Francisco Álvares os hábitos de enterrar os mortos ou de venerar as pedras de ara[383].

Particular relevo é dado por este clérigo aos contactos pessoais estabelecidos com o rei etíope, nomeadamente as diferentes conversas travadas acerca de assuntos teológicos, prática aliás corrente aquando do confronto de mundividências diferentes e que se pretendem próximas. O próprio Damião de Góis escreve o seu *Fides, Religio, moresque Aethiopum* a partir das longas disputas teológicas travadas com o embaixador do rei etíope que regressa a Portugal com esta embaixada, o *licacanate Zagazabo*. Já com o embaixador Mateus se tinha seguido a mesma prática[384]. Recorde-se que a citada obra de Damião de Góis dá à estampa em 1540, isto é, no mesmo ano que a de Francisco Álvares.

As crónicas da Expansão vão de certa forma condensar estas informações da *Verdadera Informaçam* e traçar um quadro geral dos costumes. Após ter assinalado as razões que levariam a atribuição do nome de Preste João a este rei etíope, João de Barros descreve as informações que teria recolhido sobre o seu *estado* e povo. No segundo capítulo, deste livro IV, da *Terceira Década*, João de Barros inscreveria este reino na historicidade local, no seu passado, relatando como a rainha do Sabá teria ido a Jerusalém com Salomão, rei da Judeia, do qual teria tido um filho, David de seu nome. Este teria sido o primeiro rei da Abissínia. João de Barros descreveria neste mesmo capítulo o *estado* deste reino, assim como algumas das suas práticas religiosas e dos seus costumes[385]. A sua narrativa prossegue com a descrição da embaixada de D. Rodrigo de Lima.

---

[383] Cf. Francisco Álvares, *Verdadeira Informação das terras do Preste João das Índias*, Lisboa, Agência Geral das Colónias, 1943, pp. 29,38,56,230.

[384] Cf. *Ibidem*, pp. XXIX-XXX.

[385] Cf. João de Barros, *Ásia...Terceira Década*,livroIV, cap.I-II, fl.84v-93.

Fernão Lopes de Castanheda segue idêntico procedimento. Este cronista assinala a obra de Francisco Álvares, sendo a sua digressão narrativa similar à realizada por João de Barros; não deveremos esquecer que o livro da *História do Descobrimento e Conquista da Índia pelos Portugueses* onde sai essa referência é o terceiro, o qual foi acabado de imprimir em 1552, enquanto a *Terceira Década* só sairia em 1563. As práticas narrativas deambulam por análogos processos discursivos. A participação de Fernão Lopes de Castanheda neste insculpir narrativo, segue o propósito de introduzir o reino do Preste João no momento em que chegaria ao governador a notícia do envio de um embaixador - o embaixador Mateus - que estaria preso em Dabul.

Castanheda introduz na narrativa a explicitação do erro que, segundo ele, teria ocorrido ao se apelidar o imperador da Etiópia de Preste João, socorrendo-se do livro de Marco Polo e defendendo a mesma posição. Neste texto, aquele a que habitualmente se chama Preste João, possuía um senhorio vizinho do do Grão Cataio, e do reino de Deli. Este senhor era cristão e teria perecido às mãos do Cataio que lhe teria tomado o reino[386]. Deste modo, aquele a que ao tempo se chamava Preste João não o seria verdadeiramente; igualmente, este reino não seria o citado nos antigos textos.

Fernão Lopes de Castanheda evoca Francisco Álvares, referenciando-o como sua fonte[387]. Será seguindo tanto este texto como Damião de Góis[388],

---

[386](...) ſegũdo Marco paulo eſcreue. Aq̃le q̃ ſe ſoya de chamar preſte joão, teue ſeu ſeñorio comarcão cõ as terras do grão cão de Cathayo, que ficaua antrelas & ho grande reyno de Deli, bẽ dentro no ſertão da India, & era Chriſtão, & foy vencido & morto em hũa batalha q̃ lhe deu ho grão cão de Cathayo q̃ lhe ocupou ſeu ſeñorio, & nũca mais ouue preſte joão(...)" Fernão Lopes de Castanheda, *op. cit.*, I, p. 724.

[387]"(...)& ſegundo iſto o q̃ agora chamamos preſte johão ho não he, nẽ menos tẽ tal nome ẽ ſua terra, & aſſi ho diz Frãciſcaluarez no liuro q̃ fez das cousas do ſeñorio deſte preſte, onde andou muyto tẽpo & ſoube todas ſuas particularidades(...)" *Ibidem*, pp.724-725.

[388] Recorde-se que a já citada obra de Damião de Góis é impressa em 1540, e que é a partir de uma nota autografa presente num dos livros de Castanheda que pertenceram a Damião de Góis

amplamente elogiado pelo cronista, que Castanheda conclui a sua digressão pelo nome de Preste João. Segundo ele, não é de facto correcto apelidar este rei da Abissínia como *presbiter*, porque este não é bispo, nem sequer se deve encontrar na derivação deste vocábulo o designativo de Preste. Ainda de acordo com Castanheda, neste reino existiria um patriarca responsável pelas igrejas que, na sua língua, seria designado *neguz* ou *agacé*, o que significaria rei ou imperador[389].

A esta explicitação etimológica, reproduzida segundo o que seria uma tradição, ou melhor discussão corrente nos círculos culturais portugueses de então, Castanheda acrescenta o epíteto atribuído a este rei, *Precioso João*, como escreveria Damião de Góis . Seria assim a partir do corromper de precioso que aparecia o designativo de preste.

Após esta deambulação explicativa, tão recorrente nos textos, ou mesmo nos momentos em que qualquer autor então escreve acerca do nome da lendária figura, perseguindo o seu pragmatismo discursivo, Castanheda transita para a explicitação do passado do rei que reinava naquele tempo na Etiópia. Sintetiza a inscrição deste, não só no preceito religioso que, para o cronista, subscreveria o cristão, mas também na origem genealógica da família reinante, a qual remontaria ao rei Salomão e à rainha de Sabá. As similitudes estruturais das crónicas da Expansão, nomeadamente no tratamento dado à historicidade de determinados espaços, como a Abissínia, são por demais evidentes.

Em seguida, Castanheda apresenta sumariamente o senhorio do Preste e os seus costumes, bem como o envio de um embaixador ao monarca português. Nesta apresentação a estrutura discursiva cumpre com os *itens* descritivos que

---

que nós temos actualmente notícia do facto de não terem sido publicados os últimos livros de Castanheda devido às pressões junto da corte de fidalgos que se considerariam mal tratados pela pena deste cronista .

[389] Cf.Fernão Lopes de Castanheda, *op. cit.*, I,p.725.

precedem os capítulos que se debruçam sobre os costumes e que por nós foram já analisados. Assim, surgem, por exemplo, as condições económicas, a estrutura organizativa dos espaços públicos e privados, o imediatamente observado, as vestes, as punições face aos crimes praticados, os rituais religiosos, os seus locais de culto e a própria hierarquia religiosa[390].

Fernão Lopes de Castanheda transcreve igualmente a carta enviada a D. Manuel por este embaixador. O cronista não deixa de assinalar a embaixada de D. Rodrigo de Lima, desenvolvendo-a por 10 capítulos que seguem de um modo condensado a narrativa feita por Francisco Álvares, evocando os sucessivos contactos directamente estabelecidos entre este membro da Igreja e o Preste João[391].

Por seu turno, Gaspar Correia refere nas *Lendas da Índia* a presença de Francisco Álvares, nomeadamente aquando da morte de Duarte Galvão, como sendo o responsável pela posterior transladação das suas ossadas da ilha de Camarão para a Índia e depois para Portugal[392]. Gaspar Correia noticia a partida da embaixada de D. Rodrigo de Lima, salientando posteriormente o que teria sido transmitido ao governador D. Vasco da Gama, em 1524, através de uma carta enviada pelo fidalgo. O cronista explicita as suas opções narrativas, assinalando os momentos em que retomaria este ou aquele acontecimento, como acontece ao afirmar que quando se debruçassse sobre a expedição de D. Rodrigo de Lima retomaria a descrição das informações prestadas por este fidalgo[393].

---

[390] Cf.*Ibidem*,I, pp. 725- 728.

[391] Cf. *Ibidem*,II, pp.189-206.

[392] Gaspar Correia, *Lendas da Índia*, II, p.499.

[393]"O que aquy nom escreuo, porque o farey adiante quando veo dom Rodrigo; porque ouve alguns dos seus que o trouxerão escrito, mórmente o padre Francisco Aluares, que milhor cuidado teue de escreuer muidamente todo o que passarão, de que eu ouve o seu liuro, de que tomey as forças que me parecerão que erão necessarias pera estas lendas, e nom tomey muytas

No final da micronarrativa sobre a presença da embaixada deste fidalgo junto do Preste João, Gaspar Correia repete que se auxiliaria do texto de Francisco Álvares ainda que neste fossem descritos acontecimentos aos quais seria díficil dar crédito. Contudo, afirmaria o seu confronto de informações recolhidas pelos portugueses que teriam participado nesta embaixada, e desta comparação traçaria a sua narrativa[394]. Ao observar o texto relativo a esta expedição, constata-se que ele se aproxima muito dos segmentos discursivos de Francisco Álvares.

É no terceiro livro das *Lendas*, aquando da embaixada de D. Rodrigo de Lima, que amplamente se explana, o que, segundo Correia, se espelhava como digno de menção. Esta embaixada é integrada na sequência das anteriores expedições, nomeadamente na de Pero da Covilhã. O autor segue a narrativa de Francisco Álvares, designadamente nas referências aos diálogos teológicos encetados com o Preste João[395].

Os primeiros aspectos apresentados prendem-se com as diferentes peripécias da estadia dos portugueses na corte do Preste e com as informações que seriam transmitidas por Pero da Covilhã. Toda a exposição do poder e do seu ritual é amplamente desenvolvida por Gaspar Correia, como, por exemplo, ao descrever tanto as audiências entre o rei etíope e o fidalgo português, como o montar do arraial do Preste[396].

Encontramos nas *Lendas da Índia* a publicação de cartas que, como anota M. Lopes de Almeida, teriam sido pela primeira vez impressas em português na obra de Francisco Álvares. Refere igualmente este historiador o facto de Paulo

---

miudezas porque a leitura era grande, que depois no Reyno se empremio, e veo á India empremido." *Ibidem*, II, p.833.

[394] *Ibidem*, III, p. 79.

[395] Cf. *Ibidem*, III, pp.22-79.

Jóvio ou Gróvio ter traduzido para latim as missivas dirigidas pelo Preste a D. Manuel e a D. João III, e que se encontrariam na obra deste autor intitulada *Hispaniae, Aethipi Indiae scriptores varii* [397].

Pelo confronto feito por M. Lopes de Almeida, várias discrepâncias se assinalam entre as diferentes versões; por exemplo, a carta do Preste a Diogo Lopes Sequeira, ainda que presente em Francisco Álvares, não seria traduzida por Jóvio. Relembre-se que João de Barros refere claramente o autor latino, ainda que recorrendo igualmente a Francisco Álvares, e que Fernão Lopes de Castanheda citaria este último, conhecendo por isso a versão das ditas missivas. As fontes matriciais da cronística da Expansão cotejam-se, ainda que os autores que delas se servem, se encontrem, dois no reino - Castanheda e Barros- e um na Índia - Gaspar Correia.

Este último, nas suas *Lendas*, tem sempre o cuidado de situar a narrativa. Apesar de recorrer a extractos de testemunhos vários colhidos pelos portugueses que andavam na corte do Preste João, fá-lo com algumas restrições, pois, como ele próprio afirma, os portugueses *escreviam o que cada um podia*, nomeadamente ter-se-iam recorrido das informações prestadas por Pero da Covilhã e dos testemunhos que oralmente recebiam de quem como eles andava no arraial[398].

Apesar do fito primeiro de seu trabalho ser escrever sobre os feitos dos portugueses e não sobre as terras, Gaspar Correia obedece a muitos dos tópicos descritivos comummente utilizados por quem narra os costumes. Paradigmaticamente, o cronista procura transmitir algo de diferente, a vivência

---

[396] Cf. *Ibidem*, III, pp.44-47.

[397] Cf.*Ibidem*,III, p.52, nota 1.

[398]"(...) escreuião cada hum quanto podia. Do que ouueram grande enformação de Pero da Couilhã e de seu filho, escreuendo o que vião e ouvião, que perguntauão. Do que pareceo rezão que algumas escreuesse n'esta lenda, porque busquey as milhores de muytas que me contarão(...)" *Ibidem*, III, p. 66.

do que se encontra. Assim, surge desde a expressão arquitectónica do edificado, das igrejas - aqui a esfera do religioso predomina-, às festas religiosas, do matrimónio, à prática da circuncisão, dos hábitos alimentares, à organização social e sua hierarquia, das práticas militares, ao exercício da justiça, das práticas médicas, ao que a terra dá - passando pela moeda, pelos animais que existem ou não-, ao aspecto das mulheres e ao seu papel na sociedade, até à sumária descrição do que ocorreria noutros reinos[399].

Tendo sintetizado os vectores fundamentais destes sucessivos relatos sobre as primeiras expedições a terras do Preste, deveremos atentar noutros aspectos do domínio português no Oriente e nas práticas de governo que o vão construir.

Durante o governo de Diogo Lopes Sequeira teve lugar a construção das fortalezas de Chaul e Coulão, tendo António de Abreu recebido a incumbência de erigir uma feitoria em Ternate. Face à sempre constante necessidade de dominar a costa de Cambaia, visto esta continuar a ser um centro de comércio muçulmano e de influência turca contra a presença portuguesa nessas paragens, intentou-se construir uma fortaleza em Diu; porém, tal propósito não seria atingido.

No governo de D. Duarte de Meneses (1522-1524), o rei de Ormuz recusaria continuar a pagar o tributo à coroa portuguesa, tendo atacado a nossa feitoria, e posto em causa a presença em Mascate, Curiate e Barém[400]. É durante este governo que António Tenreiro teria acompanhado a embaixada enviada por Baltasar Pessoa, em 1523, ao rei persa, visitando o reino, e descrevendo no seu livro estas suas deambulações pela Pérsia, Arménia e Egipto.

---

[399] Cf.*Ibidem*, III,pp. 66-79.

Depois de António Tenreiro ter regressado a Ormuz, é enviado para o reino por volta de 1528, pelo capitão da fortaleza, ao tempo, Cristóvão de Mendonça. Segundo António Tenreiro, esta missão visava explorar o caminho de regresso da Índia, mais especificamente do reino de Ormuz para o reino de Portugal via terrestre[401]. O seu *Itinerário* relata as suas viagens, e um olhar pessoalizado sobre um espaço diferente. Ele inscreve-se no contar a viagem - a sua-, aquela que descreveria algo até ao momento não conhecido pelos portugueses.

Os cronistas da Expansão tomaram conhecido do manuscrito. Dever-se-á recordar que o livro só seria impresso em 1565, embora o autor tenha possivelmente elaborado a sua redacção final por volta de 1557-1560[402]. Aliás, ele próprio assinala ter redigido o seu trabalho anteriormente. Fernão Lopes de Castanheda nomeia-o no momento em que descreve a embaixada de Baltasar Pessoa e ao mencionar a cidade de Tabariz[403]. Ainda que sucintamente, Castanheda referencia o envio de António Tenreiro por Cristovão Mendonça a Portugal. O cronista anotaria o espanto que esta viagem teria provocado ao tempo, já que ela demonstraria a possibilidade de por terra estreitar os contactos

---

[400]Cf. João de Barros, *Ásia ...Terceira Década*, Livro VIII, caps, VI-VII.Cf. Fernão Lopes de Castanheda,*op. cit.*, II, pp. 141-151.Cf. Gaspar Correia, *Lendas da Índia*,II, pp.742-774.

[401] "(...)me mandou Christovam de Mendonça capitão e governador do reyno de Ormuz que viesse da India por terra a Portugal com cartas de muyta importancia a El Rey vosso avô: o que eu aceitey & foy cousa noua & estranha neste reyno verem homem que da India viesse por terra a Portugal."António Tenreiro, *Itinerário ...Em que se contem como da India veo por terra a estes reynos de Portugal*, Lisboa, Typographia Rollandiana, 1829, p. 4.

[402] Joaquim Verissimo Serrão, *A Historiografia -Doutrina e Critica*,I, p.380.

[403]"(...) & aſſi outras muytas de muy nobres & ſumptuoſos edificios, & pouoadas de gente muy luzida, como Antonio tenrreyro conta em ho ſeu Itenerario, em que largamẽte eſcreue toda eſta terra."Fernão Lopes de Castanheda, *op. cit.*, II, pp.228.

entre a coroa e os seus agentes no espaço oriental. Esta viagem por terra de Ormuz a Portugal teria levado cerca de três meses[404].

Também Gaspar Correia teve conhecimento desta expedição de regresso, anotando-a. Fá-lo, nomeadamente, ao inscrever este envio de cartas de Cristovão Mendonça em 1528 com as notícias que se prendiam com o facto de o governador Nuno da Cunha estar na costa de Melinde, das informações relativamente às movimentações dos *rumes*, e outras *cousas* de Ormuz. O cronista aponta o conhecimento destas paragens por parte de António Tenreiro, afirmando que ele dominaria muitas das línguas ali faladas, visto ter acompanhado Baltasar Pessoa.

Tenreiro conheceria os costumes mouros bem como as suas práticas religiosas, atrevendo-se por isso mesmo a *andar entre eles*. O autor das *Lendas da Índia* não se exime de o classificar como sendo muito *esforçado de espírito*, ainda que os motivos de ter aceite tal missão radiquem fundamentalmente na esperança que depositaria nas mercês concedidas por el-rei de Portugal[405]; o que aliás, se concretizaria[406].

Por seu turno, João de Barros indica nos apontamentos que foram entregues a João Baptista Lavanha, a existência da obra de António Tenreiro, a qual teria decerto consultado para a elaboração da sua narrativa. Foram, no entanto, os últimos capítulos do itinerário de António Tenreiro o objecto preferencial de consulta dos cronistas da Expansão, até porque a viagem de regresso significa, como já anteriormente afirmámos, uma maior eficácia nos

---

[404] (...)deu a el Rey as cartas que leuaua, & foy muy grande eſpãto ſua ida por ſer ho primeyro Portugues que fez aquele caminho por terra, & ho primeyro homem que ho fez ſó cõ hũ piloto, & moſtrou a el Rey que por terra lhe podia is recado da India ẽ tres meſes ou menos, porque não gaſtou ele mais no tẽpo em que caminhou(...)"*Ibidem*, II, p.491

[405] Cf.Gaspar Correia, *Lendas da Índia*,III, pp.316-317.

[406]Cf.*Ibidem*, III,p. 318.

contactos entre a coroa e o governo da Índia, servindo no entanto a fonte a estruturação própria que cada autor deu a cada crónica da Expansão[407].

No governo de D. Duarte de Meneses a influência portuguesa em Malaca é ameaçada, perigando o abastecimento à nossa guarnição. Por outro lado, a fortaleza de Pacem, em Sumatra, foi abandonada, e as lutas entre as oligarquias portuguesas que, desde sempre se formaram na comunidade portuguesa,m agudizaram-se, devido até a este clima de sucessivos desaires.

Novo governador seria então enviado pela coroa. A escolha recairia em D. Vasco da Gama que usaria o título de vice-rei da Índia e que de imediato procuraria acabar com as sucessivas disputas que fervilhavam no Malabar e nas ilhas Maldivas. Todavia, o seu vice-reinado seria curto, pois morreria vítima de doença, aproximadamente três meses após ter chegado a Goa no ano de 1524.

O modelo de sucessão, isto é, a abertura das ordens régias, é amplamente explicitada pelos cronistas da Expansão. A logicidade de João de Barros espelhar--se-ia até na apresentação da orgânica governativa, levando-o a elaborar um capítulo na sua obra onde apresenta *o modo q̃ ſe tẽ na eleiçã da peſsoa de gouernador. E quãdo falece como ſocede a peſsoa q̃ lá eſtaa*, incluindo tal explicitação no momento em que esta é utilizada pelos agentes da Expansão.

D. Henrique de Meneses (1524-1526) sucedeu a D. Vasco da Gama no cargo de governador. Este impor-se-ia às disputas no seio das oligarquias portuguesas, tendo igualmente afrontado o samorim de Calicute que havia cercado a nossa feitoria .Na eventualidade da morte deste fidalgo, o rei tinha escolhido, por via de sucessão, Pedro de Mascarenhas para que este assumisse o lugar de governador da Índia. Este ocupava-se do governo de Malaca aquando da

[407]Cf. António Tenreiro, *op. cit*, pp. 115-137.

morte de D. Henrique de Meneses, defrontando-se com hostilidades e ataques do rei de Bintão.

O lugar é preenchido interinamente, devido a pressões locais, e, em sequência da abertura da segunda via de sucessão, por Lopo Vaz de Sampaio. Esta situação conduziria a um largo período de contendas mais ou menos acesas entre os partidários de um e de outro nobre. Pedro de Mascarenhas chegaria mesmo a ser preso em Cananor, nunca conseguindo reivindicar o seu lugar.

Apesar das circunstâncias, Lopo Vaz de Sampaio ocuparia o lugar de governador durante três anos, lutando contra o samorim de Calicute e contra o rei de Cambaia, sem, no entanto, se assistir a uma resolução ou apaziguamento destes conflitos. Finalmente, Vaz de Sampaio regressa preso a Portugal, devido à sua actuação face a Pedro de Mascarenhas e ao não cumprimento das vontades expressas pelo monarca através das vias de sucessão.

Esta disputa mostra, de uma forma evidente, quer a falibilidade do funcionamento dos governos da Índia, quer as diferentes interpretações de que poderiam ser alvo as ordens régias. A funcionalidade do sistema dependia do equilíbrio e do aproveitamento das diferentes forças em confronto, e ainda do exercício efectivo de poder manifesto pelo governador. Este foi, segundo Jorge Borges de Macedo, o período em que se viveu a mais série ameaça de conflito armado no seio das oligarquias portuguesas que se disputavam na Índia[408].

A coroa conseguiu a partir desta altura evitar futuros conflitos, sendo capaz de criar em torno da escolha régia núcleos *pessoais* de apoio. Formulou-se, assim, um poder centralizado na figura do governador que não seria obrigado a responder, ou mesmo a consultar, permanentemente, outros orgãos decisórios,

como o conselho dos capitães das armadas. Os futuros governadores seriam designados nos círculos cada vez mais próximos da coroa e manter-se-ia o princípio de governo por três anos.

Surgem todavia vozes contrárias, afirmando que em certas fortalezas, como Goa, Malaca e Ormuz, os seus capitães deveriam permanecer durante o tempo em que prestassem bons serviços, assim se criando laços mais perduráveis da sua presença através da permanência das suas famílias. Deste modo, a fazenda de Portugal seria aumentada[409]. Além disso, a duração das comissões seriam exíguas, pois a sua duração não permitiria consolidar um trabalho mais continuado dos diferentes agentes da Expansão[410].

Seria também consignado o princípio, segundo o qual, sempre que o fidalgo designado pela via de sucessão não se encontrasse no espaço entre Ormuz e o cabo Comorim, a sua nomeação deixaria de ser considerada. Por volta de 1527 ocorreriam igualmente pesadas disputas na fortaleza de Maluco entre partidários de D. Jorge de Meneses e de D. Garcia Henriques, as quais dificultariam as negociações que se travavam entre Carlos V e D. João III relativamente à presença de portugueses e castelhanos naquelas paragens.

A concepção do poder em Portugal não decorreria de uma construção meramente teórica, pois tinha em atenção as práticas coevas. Obedecia à eficácia

---

[408]Jorge Borges de Macedo analisa profunda toda esta disputa, confrontando para além das informações colhidas nas crónicas várias missivas escritas sobre este mesmo caso. Cf. *Um caso de Luta pelo poder e a sua interpretação n'Os Lusíadas*, Lisboa, Academia de História, 1976, pp. 77-119.

[409]" As fortalezas da India a saber Gooa Malaqua Hormuz ao meu ver devyam ter capitaes no por certo tempo senam enquanto ho bem fezerem e por asento da terra com suas molheres. Isto se Vossa Alteza deseja as terras augmentadas e nom destroydas(...)"in"Informações acerca das fortalezas da Índia"publ. *As Gavetas da Torre do Tombo*, V, pp.248-249.

[410] "(...)porque capytaes de tres anos sam como vynhas de renda e portanto as gentes das terras sabendo este certeza de tres anos nom tem amor mas cada tres anos temor pelo quall deyxa de vyr e receber a fee o que faria conhecer per longo tenpo ho senhor."*Ibidem*.

do exercício do poder em que a justiça se procurava cumprir seguindo as normas estabelecidas, as quais buscavam o equilíbrio da lei natural.

João de Barros é comedido face às disputas que se levantam na Índia, não deixando por vezes de apresentar as razões de natureza económica que poderiam levar este ou aquele fidalgo a pretender a recompensa para os seus serviços ao ocupar um lugar de capitão numa praça mais rentável; tal é o que se passa, por exemplo, com a descrição feita pelo autor da *Ásia* face às disputas que se levantam entre D. Henrique de Meneses e António de Brito relativamente ao lugar de capitão de Maluco ainda durante o governo de D. Henrique de Meneses[411].

Deveremos ter presente que a *Terceira Década* escrita por João de Barros termina com a morte de D. Henrique de Meneses, não contemplando já as disputas havidas entre Pedro de Mascarenhas e Lopo Vaz de Sampaio. No entanto, e como já afirmámos, a descrição narrativa deveria estar presente na História, servindo esta para enaltecer os feitos dignos de lembrança e não para ensombrar presenças ou acirrar disputas. Recorde-se o prólogo *Primeira Década* e o seu corolário, o da *Terceira Década* da *Ásia.*

Apesar de não olvidar tais casos, Fernão Lopes de Castanheda assume uma postura discreta, que pretende ser distante, recorrendo frequentemente à transcrição dos requerimentos como processo narrativo, e apresentando, quer as posições de apoiantes de uma e de outra facção, quer os sucessivos passos dados com vista à rectificação da ocupação do lugar de governador por parte de Lopo Vaz de Sampaio[412]. A voz do cronista não se faz ouvir de forma autónoma sendo os momentos mais delicados desta disputa narrados através de estratégias

---

411 Cf. *Asia...Terceira Década,* Livro X,cap.IV, fl. 257-260v.

412 Cf. Fernão Lopes de Castanheda, *op. cit.*, II, pp. 453-463.

discursivas que aparentam imparcialidade; relembre-se a utilização no texto dos requerimentos, os quais não só validam os factos, como se assumem como a voz do narrador.

Gaspar Correia, por seu turno, desenvolve todas as peripécias que se girariam em torno dos diferentes eventos. Fá-lo mesmo nos momentos em que à partida pretenderia elaborar uma narrativa bem mais sucinta do que aconteceu. Tal é patente, quando no título que dá ao capítulo VIII, sumaria o que pretenderia ser o seu eixo de narração, o qual passaria por descrever o que sucedera na Índia depois da partida das naus para o reino e da chegada de Malaca do homem que Gaspar Correia, apelida de governador Pero de Mascarenhas. Prossegue neste título com o que seria a exposição das diferenças entre este fidalgo e Lopo Vaz de Sampaio, até *ser julgado por sentença Lopo Vaz gouernador*[413]; contudo, conduz a narrativa deste caso por outros capítulos, até ao XVIII, o qual fecha esta sua *Lenda* sobre Pedro de Mascarenhas, iniciando-se a que trataria dos acontecimentos passados durante o tempo em que Lopo Vaz de Sampaio exerce o lugar de governador da Índia.

Gaspar Correia não se escusa de levantar a sua *voz*, de apresentar o seu juízo sobre os eventos, sobre as atitudes tomadas, sobre os perfis dos intervenientes. Verdadeiramente paradigmático é o modo como conclui este caso. O cronista alude o facto de depois de ter chegado do reino a notícia da decisão do julgamento na Relação desta disputa e de se ter concluído que Pero de Mascarenhas era o governador, condenando-se Lopo Vaz de Sampaio, alguns dos envolvidos nos *errados* procedimentos legais, como Afonso Mexia, sempre receberam a protecção do monarca português. Pero de Mascarenhas sentir-se-ia

[413]Cf. Gaspar Correia, *Lendas da Índia*, III, p. 104 , nota 1.

magoado, visto o seu caso não ter tido seguimento[414]. O autor das *Lendas da Índia* chega mesmo a assinalar que Pero de Mascarenhas era afastado de Portugal por ordem régia, para que não tomasse vingança do dito escrivão[415].

Repondo a vontade do monarca, chegaria à Índia Nuno da Cunha que ocuparia o cargo de governador durante aproximadamente dez anos (1529-1538), fortalecendo as feitorias de Malaca e Maluco, e construindo fortalezas em Chalé e Baçaim. A constante ameaça de Cambaia e o reforço do apoio turco naquelas paragens, levava a que se considerasse a tomada de Diu. Esta seria tentada em 1531, todavia sem êxito. Tanto Fernão Lopes de Castanheda quanto Gaspar Correia se encontrariam neste combate e revelariam a sua presença. A descrição das lutas então travadas é pejada de um intenso visualismo. Vejamos sincrética e paradigmaticamente como cada um destes narradores estrutura o seu texto[416].

Ao interseccionar movimentações individuais com as de conjunto, Fernão Lopes de Castanheda denota uma concepção cinematizada do espaço narrativo. Estamos no combate travado entre portugueses e mouros na ilha de Bete às portas de Diu. O cronista elabora então as sequências dos movimentos individuais, fazendo suceder as frases de um modo entrecortado. Um português

---

[414] E continua Gaspar Correia:"(...)mas a magoa de Pero Mascarenhas nom era senão senão contra Afonso Mexia, que se elle viuera sem duvida que ouvera d'elle tomar vingança, por mais que ElRey o gardasse e fauorecesse, que quando chegou a Portugal ElRey lhe fez honra, e seruia d'escriuão da camara como elle era de primeiro, e lhe fazia muitos fauores, e tinha sempre casas muy perto dos paços, e andaua acompanhado de muytos homens, mui timido; porque Pero Mascarenhas nunqua pedio nada contra Afonso Mexia, que ElREy sabia que lhe fizera todo o mal, polo que ElRey bem entendia que Pero Mascarenhas por sua mão auia de querer vingar. Polo que Elrey mandou Pero Mascarenhas estar por capitão em Azamor, e depois o mandou hir após o Infante dom Luiz quando foy com o Emperador a Tunes, onde de lá vindo morreo em huma carauella que se perdeo." *Ibidem*.

[415]"E ElRey daua estas acupações a Pero de Mascarenhas porque nom estiuesse em Portugal, polo temor que tinha que auia de tomar vingança de Afonso Mexia, porque sabia ElRey que Pero Mascarenhas era muyto homem pera o fazer e nom estimar por ysto sete vidas." *Ibidem*.

mataria um mouro e outro que o acompanhava, ao dar-se conta de que não poderia escapar virou-se para ferir o perseguidor. Este, por seu turno, deu-lhe com a lança *pelos peitos e o passou da outra parte*; atravessado pela lança, o mouro deixaria de correr; quando estava já próximo do português, desferiu uma cutilada com um terçado, cerceando uma coxa, caindo ambos os combatentes[417].

Acentua-se aqui a inserção de movimentos de conjunto, transmitindo o olhar o que se passava no campo de batalha. É como se estivessemos em presença de um plano de conjunto, de um olhar distanciado e geral. Concluir-se-á o exemplo deste mouro, *deste esforço e força havia muitos*, e dos que se acolheram à mesquita, referindo-se que todos foram mortos[418].

Ao chegar, o governador presencia a caça que é dada aos inimigos por parte dos portugueses. Os mouros fugiam pelas barrocas, muitos deles despenhando-se nos penedos devido à pressa. No mar ou em terra, os portugueses atingiam os fugitivos[419]. Apesar da sua habitual contenção descritiva, o cronista afirma que, embora a vitória tenha sido grande, teria tido um elevado custo, resultando em mais perda do que proveito, sendo desnecessária esta

---

[416] Hà que ter em atenção que esta nossa análise funciona em complemento do que afirmámos relativamente ao testemunho presencial dos cronistas da Expansão, nomeadamente Gaspar Correia e Fernão Lopes de Castanheda no I Capítulo desta nossa dissertação.

[417]"E matãdo hũ Portugues hũ mouro, outro mouro que hia em ſua companhia, vendo que nã podia eſcapar, virou ao Portugues pera o ferir, & ele lhe deu cõ a lança polos peytos & ho paſſou da outra parte, & ho mouro deixou correr pola lança aſſi atrauessado, ate ſe ajuntar cõ ho Portugues & deulhe hũa cutilada cõ hũ terçado que lhe cortou hũa coxa cercea, & cairão ambos cadahũ pera ſeu lado."Fernão Lopes de Castanheda, *op. cit*, II, p. 615.

[418] Cf.*Ibidem*.

[419] "(...) os noſſos à caça cõ os mouros que fugião pera as barrocas, por onde ſe deytauão a correr: & muytos cayão com preſſa, & fazião ſe ẽ pedaços por aq̃les penedos, & os outros q̃ acudião todos a eſta parte por ſer a peleja acabada eſtauão em atalaya: & em ſe os do mãr ou os das lapas deſcobrindo, tirauãolhe cõ as eſpingardas, & aſſi matauão muytos."*Ibidem*.

perseguição final[420]. A presença de Castanheda no calor da refrega levou-o possivelmente a expressar tais reparos. É ele próprio que evoca o seu testemunho aquando da bateria de fogo ordenada por Nuno da Cunha a Diu, após este combate na ilha de Bete, agora conhecida como a ilha dos Mortos[421].

Observemos em seguida a versão de Gaspar Correia do mesmo momento em que se dá o combate na ilha dos Mortos. Ferido na face, Diogo da Silveira aproximou-se do governador e disse-lhe que os mouros se encontrariam na mesquita, ao que este a mandaria cercar de palhiço, utilizado pelos mouros como enxerga, ao qual foi ateado fogo. O fumo obrigaria a sair os que se haviam refugiado na mesquita; estes lançariam então *frechadas*, atacando os portugueses com *lançadas* e *estocadas*. Ao plano do conjunto, responde Gaspar Correia igualmente com o caso particular/exemplar: todos seriam mortos, assim como o capitão mouro, o qual tendo sido atravessado com uma lança de arremesso, e não conseguindo combater, *arrancou* as barbas e *com elas na mão caiu morto*[422].

Gaspar Correia assinalou a sua própria presença num catur, de onde assistiria à resistência final dos mouros, já após a sua derrota. A estratégia descritiva é pejada de intenso dramatismo, interseccionando-se o olhar que percorre o conjunto e o particular que atrai o observador. Gaspar Correia narra o sacrifício de quatro mulheres mouras que não queriam ser capturadas vivas pelos portugueses, tendo duas delas sido degoladas por um mouro, e outras duas tentado o afogamento perante a possível intervenção dos portugueses[423].

---

[420] "(...) a vitoria foy grande cuſtou muyto caro, & deu mais perda que proueyto, porque não auia nhũa neceſſidade de matar então aqueles mouros, & muyto grande de poupar os noſſos pera tamanho feito." *Ibidem*.

[421] Cf. *Ibidem*, II, p.620.

[422] Cf.Gaspar Correia, *op. cit.*, III, p. 404.

[423] *Ibidem*.

Em 1535, o sultão Bahadur Shah(Badur das nossas crónicas), herdeiro de Muzaffar Shah II, sultão de Cambaia que governou, entre 1511 e 1526, foi atacado por hostes mongóis nas fronteiras setentrionais do seu reino. Estas tocavam o sultanato de Deli onde os *mogores*, nome atribuído pelos portugueses aos mongóis, exerciam o seu domínio. Bahadur pediu auxílio aos portugueses deixando em troca que estes erigissem a sua fortaleza em Diu. A forma como os *mogores* são percepcionados nas crónicas da Expansão, encontra-se associada à transposição das suas acções militares que, pelo número, pela estratégia e bravura, poderiam pôr em causa a presença portuguesa no Oriente. Devido ao seu valor, os adversários *qualificam* quem os vence; assim se observa a valoração da acção e presença dos portugueses no Oriente.

Após o socorro prestado, Bahadur rapidamente reconsideraria a sua decisão, pedindo auxílio a Khoja Safar (*Coje Sofar*), renegado italiano de origem albanesa e que servia Mahmud Shah, sobrinho de Bahadur, e seu sucessor no governo de Cambaia. Segundo alguns, Bahadur morreria às mãos dos portugueses, arcando desse facto o governador Nuno da Cunha directas responsabilidades. Esta morte levantaria não só amplas e duradouras contendas entre os portugueses e este reino de Guzarate, apesar da manutenção da nossa presença na fortaleza de Diu, bem como acesas disputas entre os portugueses que serviam na Índia, nomeadamente a oposição declarada de Martim Afonso de Sousa.

Por outro lado a ameaça dos *rumes* concretizar-se-ia. O império otomano desde 1520 que se movimentava numa declarada expansão para oeste. As revoltas no Egipto (de Arnavaut Ahmet Pasha) e na Hungria chamaram as atenções do soberano otomano para esta fronteira mais a sul. As movimentações otomanas são descritas nas crónicas da Expansão, funcionando como quadro explicativo.

Elas foram igualmente alvo de descrições parcelares que seriam publicadas nas colectâneas que teriam como tema a Expansão e que coligiram textos vários de diferentes épocas; recorde-se de novo a obra de Ramúsio, na qual se encontra a *Viaggio scritto per vn Comito Venetiano, che fu condutto prigione dalla citta de Alessandria fino al Diu*[424]. A armada preparada no Suez consegue consolidar o domínio do litoral no mar Vermelho, mas a costa de Cambaia e particularmente a tão ambicionada praça de Diu mantém-se sobre o domínio efectivo português. A campanha de Diu fracassou.

Em 1538 dá-se o seu cerco. Estamos, com efeito, perante os últimos momentos do governo de Nuno da Cunha. António da Silveira, capitão da guarnição portuguesa de Diu, conseguiu resistir, sendo esta resistência amplamente descrita pelos cronistas da Expansão que salientam os momentos mais acesos do cerco e todo o fragor dos combates. O impressionismo captado por estas descrições passa mesmo pela tradução dos sons e dos silêncios.

A dado momento, Castanheda descreve a missão de Francisco de Gouveia, capitão do mar de Diu, que pretendia destruir uma construção inimiga que, segundo o cronista, tinha sido cheia de lenha, salitre, enxofre, alcatrão, de tudo o que produzisse fumo, para deste modo cegar os portugueses no combate. Francisco de Gouveia partiu durante a noite com a missão de tentar pôr cobro a esta ameaça.

Apesar da escuridão e devido ao silêncio que imperava, foram as embarcações portuguesas pressentidas pelos inimigos, que de imediato dispararam toda a artilharia de que dispunham. Como Castanheda escreve, devido ao silêncio, tanto mais *espantoso foi o súbito estrondo da artilharia*, de

---

[424] Cf. Gaspar Correia, *Lendas da Índia*, III, p. 870.nota 1.Cf. Francisco Leite de Faria , *op. cit*, pp. 489, onde este autor dá notícia da colectânea de Ramusio.

imediato se erguendo uma intensa fumaça. À rapidez dos tiros disparados pela artilharia, respondiam os remeiros dos catures que, segundo Fernão Lopes de Castanheda, *parecia que voavam*[425]. Apesar destas contingências, a missão seria cumprida, e, como escreve este cronista da Expansão, os portugueses escaparam milagrosamente[426].

Deparamos frequentemente com a inserção de explicações de carácter providencialista aplicadas às mesmas sequências descritivas. É assim, que ao narrar este cerco, Gaspar Correia evoca igualmente o providencialismo. Segundo ele, a falta de água era uma das tormentas por que passavam os portugueses na fortaleza de Diu, até porque os tiros constantes da artilharia inimiga faziam perder a que ainda existia nas cisternas. Assim, todos, nomeadamente as mulheres, através de penitências, orações, jejuns e procissões, rogavam a Deus ajuda, a qual chegaria, sob a forma de uma trovoada. O que para os portugueses foi interpretado como sendo um milagre, significou para os mouros um agoiro[427].

A necesssidade de expressar e transmitir a sua própria visão dos acontecimentos é algo que cada vez mais se patenteia nos escritos portugueses. É dentro deste contexto que surge a descrição deste cerco, feita por um dos

---

[425]"(...)com quanto fazia eſcuro, como o rio era eſtreito foy logo ſentindo dos immigos(...) deſpararam ſua artelharia que tinhã aſſentada por aquela parte:& quanto mais tudo eſtaua calado, tanto mais eſpantoſo foy ho ſupito eſtrondo da artelharia & a grande fumaça que ſe aleuantou, & aſſi como a artelharia jugaua de preſſa, aſſi os remeyros dos catures apertauão o remo com tanta força que pareciam que voauam(...)" Fernão Lopes de Castanheda, *op.cit.*, II, p.883.

[426]"(...)milagroſamente eſcaparão os Portugueſes:E queimada a nao de todo,tornouſe Franciſco de gouuea com o meſmo perigo,& por eſte feyto que fez ficou muyto louuado."*Ibidem.*

[427]"(...)todos, e mórmente as molheres, com jejus e orações, e procissões dentro na igreija, pedião a Nosso Senhor misericordia com muytas lagrimas, porque os nossos tiuessem n'elle mais esforço. Pelo que sobreueo huma treuoada em toda huma noite, que choueo tanta agoa que as cisternas recolherão até tresbordar(...)louuores a Nosso Senhor; do que os muouros tomarão muy grande agoiro (...) porque sabião que os nossos estauão faltos d'agoa, em que elles tinhão confiança que pela sede os nossos serião mais leuemente desbaratados."" Gaspar Correia, *Lendas da Índia,* III, p.893.

intervenientes do mesmo, e que dá à estampa em 1556 em Coimbra. O seu autor foi Lopo de Sousa Coutinho. A sua narrativa é pautada por uma dimensão profundamente impressionista: é a sua vivência que se presencia e que nos atinge pelas dificuldades sentidas ao longo dos dias de combate; mesmo depois de o seu autor ter sido ferido, conhecemos os ecos das refregas. Aliás, ele inicia a sua narrativa pela caracterização de Bahadur, rei de Cambaia, e pela sua morte. Fernão Lopes de Castanheda dá conta da sua presença na altura em que se desenrolam tais acontecimentos[428].

A pessoalização do discurso e o valor do indivíduo acentuam-se através da transposição da sua marca, da sua presença. Lopo de Sousa Coutinho escreve a dado momento que, estando a vigiar, com os seus companheiros, o baluarte dos combates, de manhã, teriam sido atacados pelos mouros. Lopo de Sousa Coutinho foi ferido por um pelouro de meia-esfera, que o atingiu no ombro e espádua direitos. Devido às lâminas das suas couraças recebeu vários ferimentos nas costas. Três outros homens seriam igualmente feridos por este mesmo tiro[429].

Apesar da utilização da terceira pessoa como estratégia enunciadora de uma falsa distanciação, ao descrever a sua queda em combate, o *Eu* retoma de novo a explicitação do seu discurso. Sousa Coutinho escreve que, até então, teria

---

[428] Cf. Fernão Lopes de Castanheda, *op. cit.*, II, pp. 839-840.

[429] "Ao outro dia, 17 do dito mês, como coubesse o quarto de alva a Lopo de Sousa Coutinho, com parte dos seus companheiros foi vigiar em o baluarte dos combates,e, vindo a manhã, o acometeram os inimigos, e, como lho defendesse de um través, foi ferido de um pelouro de meia-esfera pelo ombro e espádua direita, de que recebeu grande ferida, e com as lâminas das suas couraças , que tinha vestidas, houve outras feridas pelas costas, e ferio mais o dito tiro três homens; foi levado a sua estância e curado."Lopo de Sousa Coutinho, *O Primeiro cerco de Diu*, Lisboa, Publicações Alfa, 1989, p. 165.

contado o que tinha visto pelos seus próprios olhos, a partir daquele momento revelaria o que teria visto e sabido *na cama onde jazia*[430].

O seu perfil de fidalgo amante das letras[431] perpassa toda a narrativa, em particular nas divagações que ao longo do seu texto tece sobre o combate, e mesmo na atitude face à morte; neste caso é a marca humanista que então transparece. No momento em que se aguarda o último embate das forças dos turcos, a sua narrativa é paradigmática do seu discurso. *Fenecidas* as defesas, como escreve o autor, os portugueses aprontam-se para o combate. Contudo, a atitude geral vivida dos homens seria a de *louvar* e *exaltar* o modo como iriam perder suas vidas. Tal comportamento não se deveria, segundo Lopo de Sousa, ao temor que por vezes provoca a eventualidade da morte; sentir-se-ia antes de tudo um *prazer esforçado*[432].

De novo este texto se revela tradutor de uma experiência e de uma vivência pessoais; denuncia-se a utilização da imagem, do olhar fragmentário que transparece um sentir comum e essencialmente uma ambiência. Deste modo, o combatente que possuía um bom gibão, envergava-o, e o que não o possuía pedia-o emprestado. Tudo se passava como se se preparasse uma grande festa[433].

---

[430] *Ibidem*.

[431] Cf. Joaquim Verissino Serrão,*A Historiografia Portuguesa-Doutrina e Critica*, I, pp.263-266.Sobre esta obra veja-se igualmente o nosso trabalho, *Visões Particulares do Oriente*, Lisboa, Fundação Oriente, 1993, policopiado, o seu III capítulo -O Oriente- lugares e perspectivas. Neste momento encontra-se em fase de adiantada preparação a sua edição, reformulada.

[432] "(...) não tratava mais da vida que para louvar e exalçar o modo como a haviam de perder, e com isto não havia nenhuma mistura de temor, que a muitos faz desejar a morte os graus dos grandes temores que esperam passar antes de ela chegar, antes havia um prazer esforçado(...)"Lopo de Sousa Coutinho, *O Primeiro cerco de Diu*, p.204-205.

[433] "(...) o que tinha um bom gibão vestia-o e o que não tinha, como para uma grande festa, ia-o pedir a quem, ou por disposição, ou por abundância, lho podia emprestar; por inábil e desemparado se havia o que para tão temeroso e vizinho fim se achava sem alguma peça nova, pela qual não fosse menos querido em tais bodas que os outros." *Ibidem*, p. 205.

O ritual do combate, e de certo modo a sua encenação, aparecem *lidos* pelo fidalgo, afirmando este que tal sentir não derivaria de nenhuma *bruta opinião gentílica*, motivadora do desprezo pela vida, transtornando e alienando os homens, fazendo-os não temer a morte. A sua razão seria outra, pois os portugueses estariam unidos, não conhecendo sentimentos alguns de ódios ou vinganças; vivia-se, sim, a *lei* e o *rei*, a sua *casa*. Por isso, cada um tomava este combate como *coisa* gloriosa e *nobre*. Segundo Lopo de Sousa Coutinho, esta determinação seria abraçada, tanto pelos homens, como pelas *fracas* mulheres[434].

Fernão Lopes de Castanheda conheceria decerto este texto de Lopo de Sousa Coutinho, publicado em Coimbra em 1556, no momento em que o cronista da Expansão se encontrava nesta mesma cidade, preparando-se para fazer sair a sua *História do Descobrimento e Conquista da Índia pelos Portugueses.* Castanheda referencia a actuação de Lopo de Sousa Coutinho neste mesmo cerco, sem no entanto evocar explicitamente este seu texto [435].

A marca individual seria também o processo de fazer ouvir outras vozes e outros olhares num momento em que davam à estampa as tão desejadas ***Crónicas da Expansão***, as quais seriam alvo de amores e desamores. Isto, para além do facto de este cerco de Diu ser objecto de outros textos que se debruçaram sobre estes acontecimentos; recorde-se Damião de Góis e o seu *Commentarii rerum gestarum in India Gangem a Lusitanis anno.1538* que sai em Louvaina em 1539. Como Luís de Matos assinalou, é possível que para a escrita dos *Commentarii*, Damião de

---

[434] "(...) não creia ninguém que entrava nenhuma bruta opinião gentílica das que fazem desprezar o desejo de viver, e como transtornados e alienados do juízo vêm a não temer o remate de todos os grandes temores, que é a morte(...) mas de estarem mui conformes e unidos, sem ódios nem desejos de vinganças, vinha a ser alegre e prazenteira, porque, despejado o entendimento de escrúpulos, confessados ou contritos, tendo por objecto a lei e o rei e sua casa, cada um havia por coisa gloriosa e nobre tal fim; não era só em os homens derramada esta determinação, mas nas fracas mulheres tinha feito tal empresa armaram algumas."*Ibidem.*

[435] Cf. Fernão Lopes de Castanheda, *op. cit*, II,pp. 869-871, 878, 882,884.

Góis tenha utilizado o relato, enviado pela corte portuguesa para a feitoria de Anvers.

Este basear-se-ia no relatório de 1538, redigido pelo capitão da praça, António da Silveira. Estas fontes teriam sido eventualmente perdidas[436]. O monarca português, D. João III de imediato escreveria ao papa Paulo III, noticiando esta vitória dos portugueses sobre os turcos, e faria publicar a sua carta *Serenissimi atque invictissimi portugalliae, & Algarbiorum Regis Literae, ad S.D.N.Paulum III...*[437].

A ameaça turca à Europa faz com que as vitórias portuguesas sejam tão avidamente lidas neste continente. Nesta linha, em 1531, e com a publicação em Lovaina do *Epitome rerum gestarum in India* de André de Resende, apareceria a primeira obra latina sobre a Expansão Portuguesa[438]. Relembre-se que Soleimão II tinha cercado Viena em 1529, e que se apelava na Europa à união dos príncipes cristãos contra esta ameaça.

O combate entre portugueses e turcos no ano de 1530 não seria de todo esquecido; bem pelo contrário, as notícias chegavam. Exemplo disso seria a carta escrita em língua italiana (eventualmente datada de 1536) onde se faria um resumo de uma missiva de Nuno da Cunha. Nesta referir-se-ia a tomada da cidade de Diu pelos portugueses[439]. Como escreve Luís de Matos evocando as palavras de Resende no seu *Epitome*, no Verão de 1530, ter-se-ia festejado em Anvers, ao som dos sinos, a vitória de 1529, conseguida pelo governador Nuno da Cunha sobre a frota do rei de Cambaia[440].

---

[436] Luís de Matos, *L'expansion portuguaise dans la litterature latine de la Renaissance*, p.459.
[437] Cf. Francisco Leite de Faria, *op. cit.*, p.421.
[438] Luís de Matos, *L'expansion portuguaise dans la litterature latine de la Renaissance*, p.427.
[439] Cf. Francisco Leite de Faria, *op. cit.*, pp. 423-426.
[440] Luís de Matos, *L'expansion portuguaise dans la litterature latine de la Renaissance*, p. 431.

Deveremos ainda acentuar algo de relevante sobre o cerco de Diu, de 1538. Com efeito, este perduraria na memória da corte como feito a ser cantado em verso, como aliás aconteceria com o segundo cerco de Diu que seria objecto de um composição poética em verso, escrita por Jerónimo Corte Real. Mais tarde, já na segunda metade do século XVI, Francisco de Andrada faria imprimir o seu poema em 20 cantos, *O Primeiro cerco que os turcos puserão há fortaleza de Diu nas partes da Índia defendida pollos portugueses*[441], seguindo a estrutura do relato de Lopo de Sousa Coutinho. Os cruzamentos e a evocação de vivências é algo que corre nos textos do século XVI.

Os cronistas da Expansão beberam nesta ambiência e dela foram igualmente matriz. Castanheda conheceu a obra de André Resende, pois, como afirmámos, pertencia aos círculos de Coimbra, como, provavelmente, João de Barros. Para além de utilizar a obra de Gaspar Correia, Francisco de Andrada conheceria também Barros e Castanheda. A razão de ter escolhido o texto de Gaspar Correia como fonte primeira e original do seu discurso, deverá constituir matéria para outros trabalhos, para outras deambulações pelo escrever da História no século XVI.

Importará todavia observar outros aspectos do clima que se vivia na Índia por volta de 1538. Uma das vozes correntes entre os portugueses seria a de que a nossa presença em Cambaia não seria suficientemente compensadora para a defesa dos nossos interesses no Malabar[442]. Independentemente de esta ser ou não a *Causa* - consideramos que ela seria uma entre outras das razões pelas quais

---

[441] Cf. Artur Anselmo, *Bibliografia das obras impressas em Portugal no século XVI*, p.337.

[442] Cf. Ana Paula Menino Avelar, *Fernão Lopes de Castanheda -Historiador dos portugueses na Índia ou cronista do governo de Nuno da Cunha?*, pp. 176-196.

Nuno da Cunha seria chamado ao reino[443], tendo sido enviado um novo governador.

Sucede-lhe D. Garcia de Noronha (1538-1540). Este aperceber-se-ia da posição recalcitrante dos portugueses estabelecidos no Coromandel quando lhes foi pedida ajuda através da participação com navios particulares no apoio a António da Silveira. Os portugueses não teriam correspondido ao apelo, considerando que aquela não seria a sua luta. Contudo, levantar-se-iam vozes considerando que, apesar de os turcos terem levantado o cerco, a resposta do vice-rei não teria sido tão célere quanto desejável. Tentando por certo reordenar posições, o vice-rei intentou uma acção militar contra S. Tomé de Meliapor.

Esta praça representava a fixação na baía de Bengala e defendia preferencialmente os interesses de particulares portugueses. Além disso, significava a inscrição num núcleo de presença de cristãos na matriz de defesa da cristandade, pois seria aí que se localizaria o túmulo do apóstolo S. Tomé, tantas vezes evocado no imaginário português como fonte ancestral do cristianismo em tais paragens. Devido à morte de D. Garcia de Noronha antes do termo do seu governo, seriam abertas as vias de sucessão. Estevão da Gama ocuparia, então, o governo da Índia entre 1540 e 1542.

Acentuam-se entretanto as narrativas que marcam as personalidades, nomeadamente quando estas se cruzam com a imagética cultural do tempo. Já assinalámos a importância de determinados núcleos espacio-culturais para o exercício do domínio num espaço tão multifacetado quanto o oriental, e tendo em atenção a situação específica de dispersão centrípeta da coroa portuguesa. Tal é o caso do reino da Etiópia. Ganha assim particular cuidado o auxílio prestado por D. Cristovão da Gama a este reino. *Dos feitos de D. Cristovão da Gama*

---

[443]Cf. *Ibidem*,pp.193-196.

em Etiópia, escritos por Miguel de Castanhoso, inscreve-se, deste modo, noutra matriz que temos assinalado, a da marca do indivíduo.

Nas instruções dadas pelo monarca a D. Estevão da Gama, era salientada a tarefa de tentar queimar as embarcações que ainda permaneceriam no Suez e que poderiam ser utilizadas pelos rumes contra os portugueses. Entretanto, levantar-se-iam dificuldades aos portugueses em Ormuz. Seguindo o propósito inicialmente traçado em 1541, o governador D. Estevão da Gama embarcou de Goa em direcção ao mar Roxo. De tal expedição encontramos a notável descrição de D. João de Castro, o seu *Roteiro de Goa ao Suez*. Apesar de ter alcançado o Suez, o governador não logrou queimar as referidas embarcações, tendo empreendido o seu caminho de regresso.

Quando se encontrava em Maçua, recebeu a visita do governador da costa marítima, *Bahr Nagax*. Este era acompanhado por uma embaixada, na qual o rei da Etiópia dava notícias da invasão perpetrada pelo rei de Zeila, o iman *Ahamad ben Ibrahim al-Ghazi* que teria sido apoiado pelos turcos. O auxílio dos portugueses é então preparado, enviando o governador socorro ao seu aliado cristão. Esta expedição é comandada por D. Cristovão da Gama.

Nela seguiria o Patriarca D. João de Bermudes que acompanharia o governador ao Suez. O seu propósito inicial seria o de seguir para a Etiópia, o que se concretizaria com a empresa de D. Cristovão da Gama. D. João de Bermudes redigiria uma relação intitulada *Esta he hũa breue relação da embaixada q̃ o Patriarcha dõ Ioão Bermudez trouxe do emperador da Ethiopia, chamado vulgarmente Preste Ioão, ao christianissimo, & zelador da fee de Christo Rey de Portugal dom Ioão o terceiro deste nome* que sairia em 1565, e em cujo subtítulo o autor escreveria *Em a qual tãbem conta a morte de dom Christouão da gama : & dos sucessos que acontecerão aos Portugueses que forão em sua companhia.*

Será ainda escrito outro texto sobre esta expedição de D. Cristovão da Gama. É seu autor Miguel de Castanhoso que, como ele próprio afirma, tudo presenciara[444]. Esta narrativa segue a estrutura de um tratado, como aliás é designada. O autor acompanharia D. Cristovão da Gama tendo sido ferido na segunda batalha travada com os muçulmanos. Não estando em condições de combater, limitar-se-ia a assistir ao combate em que D. Cristovão da Gama teria sido capturado. O seu relato segue o percurso espacio-temporal da expedição, descrevendo os sucessivos acontecimentos. Alguns dos costumes são assinalados de um modo mais ou menos breve, acompanhando o ritmo narrativo, a cadência do andar e do olhar do seu autor.

O núcleo central do texto são os combates travados, a minúcia dos arraiais, as disposições das tropas. As vitórias nos combates são narradas, sobressaindo a força da artilharia dos portugueses[445].O desastre final do combate e a morte de D. Cristovão seriam descritos denotando claramente o autor a sua simpatia pelo seu chefe. Miguel de Castanhoso condena os mouros, enunciando as torturas a que D. Cristovão teria sido submetido. Segundo ele, no lugar onde o capitão português fora decapitado, teria aparecido uma fonte, cujas águas curavam os doentes que nelas se lavavam[446]. Mesmo depois desta morte, Miguel de Castanhoso descreveria o que se teria passado junto do Preste João até ao seu embarque para a Índia, concluindo a narrativa com a notação da sua chegada.

---

[444] Miguel de Castanhoso, *Dos feitos de D. Cristovão da Gama em Etiópia*, Lisboa, Sociedade de Geografia de Lisboa, 19 83, p.1. Esta edição possui uma minuciosa notação ao texto de Miguel de Castanhoso.

[445]Exemplo do que afirmamos é esta descrição desta segunda batalha contra o rei de Zeila: "(...) em todo este tempo faziamos todo nosso officio, assim com a artelharia, como com espingardas, e estava o campo todo cheyo de mortos. E oito Portugueses, que andavão a cavallo, fizerão cousas tamanhas, que se em outro tempo fora, ficara delles muita memoria; e não os quero nomear, porque os de pee a mesma honra ganharão, se tiverão cavallos; porque o que ellles fizerão a pee, mostrava ser isto assim(...)"*Ibidem*, p.36.

[446] *Ibidem*, p.50.

Gaspar Correia cita Miguel de Castanhoso, escrevendo o seu nome no título do capítulo que consagra a esta expedição de D. Cristovão da Gama[447], e nomeando-o no início da narração[448].No final desta sua informação, Gaspar Correia menciona a fusta de Diogo Reinoso, onde viria Miguel de Castanhoso, que lhe teria ofertado um caderno no qual ele teria escrito esta expedição[449].

O autor das *Lendas da Índia* alude igualmente o facto de ter visto uma carta de um mouro, endereçada a D. Estevão da Gama onde narrava uma profecia que correria na Etiópia, segundo a qual este reino seria tomado pelos mouros, sendo o rei local socorrido por cristãos de terras longínquas que o ajudariam a recuperar o seu domínio[450]. Tal profecia teria sido cumprida por D. Cristovão da Gama. A morte deste fidalgo português seria mesmo objecto de um texto em língua castelhana, escrito por Miguel Botelho de Carvalho, intitulado *Tragi-comedia del martir d'Ethiopia*, e publicado no ano de 1646[451].

Miguel de Castanhoso não nutria grandes simpatias por D. João de Bermudes[452]. Este membro da Igreja descreveria a sua própria missão, enaltecendo os seus serviços e muitas vezes deambulando pelos diferentes espaços percorridos[453]. A presença de D. João de Bermudes seria igualmente

---

[447]" *Das nouas que contou Miguel de Castanhoso das cousas do Preste, e o que os nossos e dom Cristouão fizerão até morrer Dom Cristouão.*" Gaspar Correia, *Lendas da Índia*, IV, p.345.

[448]"Este Miguel de Castanhoso, que veo na fusta, recontou miudamente o feyto de dom Christouão, que era passado por esta maneira seguinte , a saber (...)" *Ibidem.*

[449] *Ibidem*, IV, p.397.

[450] "(...) que dizia que o Rey da tiopia seria apertado, e seu Reyno tomado de mouros, e que os christãos de muy longes terras o virião secorrer, e que lhe tornarião seu reyno (...)"*Ibidem.*

[451] Cf.Miguel de Castanhoso, *Dos feitos de D. Cristóvão da Gama em Etiópia*, p. XXXII.

[452] No nosso trabalho *Visões Particulares do Oriente*,capítulo III, confrontamos estes dois registos.

[453]"(...)& por isso me apartey hũ pouco da minha historia, pa dar cõta a V. A. breuemẽte destas coisas que eu vi, porque por ventura nã ha agora outrem nesta terra que as saiba de vista se nam eu que morey nella trinta annos, ou mais."João de Bermudes, *Esta he hũa breue relação da embaixada q̃ o Patriarcha dõ Ioão Bermudez trouxe do emperador da Ethiopia, chamado vulgarmente Preste Ioão, ao christianissimo, & zelador da fee de Christo Rey de Portugal dom Ioão o terceiro deste nome* ..., Lisboa , Academia das Ciências, 1844, p. 115.

anotada por Gaspar Correia, nomeadamente através das referências recolhidas no escrito de Miguel de Castanhoso[454]. Dos apontamentos que possuímos do nono Livro de Fernão Lopes de Castanheda, somente se encontra referenciado que D. Cristovão da Gama invernara em Cochim antes da expedição ao Suez[455]. Depois do governo de D. Estevão da Gama, o cargo seria ocupado por Martim Afonso de Sousa(1542-1545). Durante o seu governo os portugueses destruiram Baticalá.

Em Gaspar Correia encontra-se a informação da publicação no ano de 1543 da bula da Santa Inquisição[456]. Esta informação surge após a acusação levantada contra um judeu, conhecido como cristão novo de hereje, e de este ter sido acusado e condenado. As *Lendas da Índia* relatam a execução dessa condenação: o cristão novo teria sido levado ao pelourinho onde seria "afogado", queimado e *feito em pó*[457].

A avaliação que possuímos do seu governo nos textos axiais da nossa análise, as crónicas da Expansão escritas na primeira metade do século XVI, é feita pelo mão de Gaspar Correia. Não deveremos esquecer que não conhecemos nem a narrativa de Fernão Lopes de Castanheda nem a de João de Barros sobre esta figura. O cronista das *Lendas da Índia* acusa Martim Afonso de Sousa de ter enriquecido na Índia e de não ter ouvido o clamor de quem sob seu governo

---

[454] Cf. Gaspar Correia, *Lendas da Índia* , IV, pp. 178-179, 181, 185, 198-200, 203, 364,351-355, 357-358,360, 368, 377, 383-384, 387.

[455] Cf.Fernão Lopes de Castanheda, *op. cit.*,II, p. 939.

[456] "(...) o bispo prégou na sé, e no pulpeto leu a bulla da santa inquisição, e notefiqou a escomunhão, que todos descobrissem de quem quer que soubessem alguns erros,d'homens ou molheres christãos, que viuessem e usassem algumas irisias contra nossa sante fé sómente; porque nas outras sustancias da santa inquisição ao presente se nom auia d'ellas de usar, até nom vir espressa prouisão d'Elrey nosso senhor." Gaspar Correia, *Lendas da Índia*, IV, p.294.

[457]"(...) leuado ao pilourinho, acompanhado da misericordia com mestre Diogo, que o acompanhou até ser afogado, e foy queimado e feito em pó."*Ibidem*.

estava. No último capítulo, onde Gaspar Correia procede ao habitual balanço da actuação dos governadores, é patente esta voz de descontentamento[458].

Contudo ao deixar a Índia e contrariamente ao que era habitual os cofres da fazenda portuguesa não se encontravam vazios, as finanças da Índia tinham ficado equilibradas. Este facto é por demais salientado na sua autobiografia, toda ela profundamente laudatória, como é evidente no seu longuíssimo título[459]. Neste opúsculo não são referidas as constantes desavenças tidas com o governador Nuno da Cunha, assinaladas nas várias missivas enviadas para a corte e para o Rei. Por outro lado, é elaborado um relatório mais ou menos circunstanciado dos diversos sectores da sua governação, desde as acções militares até à gestão corrente[460]. Martim Afonso de Sousa elogia e enaltece o seu governo, a sua actuação no Oriente, o seu perfil de fidalgo que serviu o seu rei e que por isso merece ser recompensado.

O quarto vice-rei da Índia seria D. João de Castro (1545-1548). Durante o seu vice-reinado, este fidalgo teve de defender a cidade de Goa contra os ataques

---

[458]"Com todo o inuerno ouve grande careza de todolas cousas, com que auia grande cramor no pouo, per que o Gouernador dava muy pouqo, com seu muyto dinheiro que tinha bem guardado, sem querer fazer nenhum pagamento á gente, sómente os quartés; com que os homens soffrião muyta pobreza,porque elle quando os ordenou tirou o mantimento aos homens, que erão doze cruzados cad'anno, e lhos mandou carregar no vencimento do soldo, e de doze lhe fez ito, e tirou os quatro dizendo que erão do tempo do verão, que andauão d'armada, que comião do mantimento d'Elrey. O seruiço que n'isto fez a ElRey ante Deos lhe será apresentado."*Ibidem*, IV, p. 430.

[459] *Brevissima e sumária relação que fez de sua vida e obras o grande Martim Afonso de Sousa, senhor de Prado e de Alcoentre, capitão donatário da ilha de Tamaraci, no Brasil, que serviu de capitão-mor do mar da Índia e depois foi governador dela. Á Serenissima Senhora Rainha Dona Catarina, mulher de el -rei D. João, o terceiro, estando ela na regência destes reinos. A qual relação se achou escrita de sua própria mão e letra muito tempo depois dele morto, e é tão breve para omuito que de sua grnadeza se conta, que não faz tocar a mínima parte dos seus feitos heróicos em que se masis engrandece, pois só disse o tema de seu progresso, de que autores de nome poderão (ampliando) escrever largos e copiosos volumes de sua sabida e divulgada história, de que na Índia e nestes reinos há mui claras notícias* Cf.Luís de Albuquerque, *Martim Afonso de Sousa*, Lisboa, Publicações Alfa, 1989, p.67.

[460] Cf. *Ibidem*, pp. 77-78.

de *Idalcão*, e de concretizar o domínio efectivo sobre as terras de Bardes e Salcete. Socorreria ainda Diu no segundo cerco de que esta praça foi alvo por parte das tropas conjuntas de guzarates, abissínios, e turcos chefiados por *Coje Sofar*, que entretanto tinha recebido o senhorio de Surate.

Durante meses as tropas portuguesas, chefiadas por D. João de Mascarenhas, sofreram constantes ataques[461], ainda que o vice-rei tenha sucessivamente enviado os reforços possíveis, seja através de D. Fernando de Castro, seu filho, que morreria durante o cerco, seja através do seu outro filho, D. Álvaro de Castro que recolhera reforços em Chaul e Baçaim. Por último, chegaria a Diu o próprio D. João de Castro com novos e pesados reforços, conseguindo-se então fazer frente às tropas guzarates e turcas que, devido à morte de *Coje Sofar*, eram comandadas por Rumi Khan, o *Rumecão*, filho do dito *Coje Sofar*.

Após uma intensíssima batalha, alvo posterior de inúmeras descrições, os portugueses saíram vitoriosos. Dos três cronistas da Expansão por nós analisados, e sem recorrermos à compilação de João Baptista Lavanha ou a Diogo do Couto, destacamos o texto de Gaspar Correia que minuciosamente elabora a descrição das várias etapas deste ataque. O tom dos sucessivos embates vai crescendo no *clímax dramático* do feito. Através de sucessivas imagens hiperbólicas Gaspar Correia escreve que não existiria homem com *alma no corpo* que conseguisse ver ou saber o que fazia, pois *cego* estaria da *escuridão das panelas e lanças de fogo*. Era tal

---

[461] Cf. "Carta que dom Yoam Mascarenhas capitão de Dyo mãodou ao Jfante dom Luis do que se nele acomteçeo vymdo el Rey de Cambaya sobre ele com todo seu poder semdo dom Joam de Castro gouernador no ano de no ano jbc R bj" in Gaspar Correia, *Crónicas de D. Manuel e de D. JoãoIII (até 1533)*pp.306-327.

o fragor do combate que provocava nos homens um espanto mortal e tremores de pés e mãos [462].

De acordo com a estratégia habitual e repetidamente empregue em todos os textos que relatam os combates, nomeadamente a cronística da Expansão, são contabilizadas as baixas e enumerados os mortos. Gaspar Correia não se escusa de condenar os roubos dos mortos que pereceram na batalha; aliás, o princípio judicativo do discurso está sempre presente no autor das *Lendas da Índia*. Os feitos militares são muitas vezes palco das suas deambulações existenciais; um princípio escatológico maniqueísta preside à sua narrativa.

O milagre surge frequentemente enquanto enunciação de um determinismo causal, fruto em Gaspar Correia dessa luta entre o Bem e o Mal. Esta vitória de Diu teria tido a protecção divina, afirmando-se que uma aparição, *a de uma mulher fermosa que luzia como o sol*, teria sido avistada pelos inimigos sobre o espaço da igreja. Em tal se acreditaria, visto a defesa estar a ser conseguida por oitenta homens numa fortaleza que não possuía paredes. Segundo o autor das *Lendas da Índia* as baixas seriam elevadíssimas, apesar de os portugueses padecerem de fome e de se encontrarem bastante feridos[463].

Perante semelhante situação, Gaspar Correia não poderia deixar de concluir que só a ajuda divina protegia os portugueses. No texto deste cronista da Expansão esta aparição tinha sido contemplada pelos infiéis, pelo arraial inimigo e revelar-se-ia em sonhos aos homens e mulheres sitiados. Tal seria o

---

[462] não auia homem que tiuesse alma no corpo, nem visse, nem soubesse o que fazia,com ceguiera e escoridão das panellas e lanças de fogo, e dos materiaes; com que se nom conhecião huns dos outros, com gritos e brados, e ver cayr mortos e feridos, que fazia hum mortal espanto e tremor de pés e mãos."Gaspar Correia, *Lendas da Índia*,IV, p. 566.

[463]"(...) pois que huma fortaleza sem paredes oitenta homens a defendião, fazendo tanto mal nos imigos, sendo moltidão d'elles, e os nossos fraqo de fome e aleijados de feridas, que pelejavão detrás de paredes que hum gato podia saltar(...)" *Ibidem*, IV, p.569.

desequilíbrio de forças em presença que não existiria homem algum que acreditasse no *que tal se podia acabar sem muy grande mortindade dos nossos*[464].

A intervenção divina é uma das componentes explicativas dos sucessos, e o determinismo causal um elemento fundador do discurso da cronística da Expansão. Encontramo-lo em Fernão Lopes de Castanheda, em João de Barros, ou em Gaspar Corrreia. Com efeito, a descrição de milagres é algo de habitual.

Fernão Lopes de Castanheda enunciaria a intervenção miraculosa nos relatos de alguns dos combates. Veja-se a título de exemplo a descrição da luta travada às portas de Ormuz por Afonso de Albuquerque, enquanto este era ainda capitão-mor, durante o governo de D. Francisco de Almeida. Nela o autor evoca a peleja com *Cojeatar* e a vitória dada por *Nosso Senhor*[465], ou ainda um *milagroſo feyto q̃ fizerão vinte portugueſes na ilha de Ceylão*[466]. Normalmente, tal intervenção é denunciada nos campos de batalha face ao inimigo.

João de Barros não recusa igualmente tal explicação. Exemplo do que acabamos de afirmar seria a vitória de Lopo Soares em Panane[467], ou ainda quando Afonso de Albuquerque, já como governador, vai às ilhas de Camarão, observando um sinal luminoso que lhe indicaria o caminho para o reino do Preste João, chegando a tirar um *eſtromento que enuiou a el rey dom Manuel* onde revelaria a intervenção divina[468].

---

[464] *Ibidem*,IV, p.570.

[465] Cf. estes capítulos intitulados:*De como ho capitão môr pelejou com a grande armada de Cojeatar: & da grãde uitoria que lhe deu deu noſſo ſenhor.* ou *De como el rey Dormuz, & Cojeatar, mandarão pedir a paz ao capitão mór, & ele lha cõcedeo, & cõ que cõdições. E de omo foy manifeſtado o milagre q̃ noſſo ſenhorfizera pelos noſſos na batalha* , Fernão Lopes de Castanheda, *op. cit.*, I, pp. 346-352.

[466] Cf.*Ibidem*, II, p. 299-301.

[467]Cf. João de Barros, *Ásia...Primeira Década*, p. 283.

[468] Cf. João de Barros, *Asia...Segunda Década*, pp. 368-369.No nosso II capítulo desenvolvemos a abordagem feita a esta descrição de um milagre.

O recurso à adivinhação que é referida não só nas crónicas da Expansão mas também noutros textos portugueses, aparece, seja numa perspectiva mais ou menos condenatória, seja como recurso de conhecimento ou mero momento de espanto. Por vezes, verifica-se como que a busca de uma explicação lógica dos fenómenos descritos; noutros momentos, surge a crença segundo a qual outros desígnios predestinam os acontecimentos, separando-se, porém, os aspectos relacionados com o providencialismo divino enquadrados no sentir religioso cristão. Recordemos os sucessivos desígnios assinalados e aflorados ao longo deste nosso trabalho na cronística da Expansão.

Deveremos igualmente ter presente os sucessivos recursos aos sinais que seriam *lidos* pelos contendores nas várias pelejas, e desde logo assinalados nas obras de maior fôlego, como as *Lendas da Índia*, de Gaspar Correia, a *Ásia*, de João de Barros, ou a obra de Castanheda. Algo de idêntico ocorre nos relatos relativos à jornada de Cristovão da Gama em terras do Preste João, ou nas descrições dos relatos de diferentes cercos .

As referências às artes de adivinhação orientais estão presentes nos textos quinhentistas, e fariam parte do quotidiano dos portugueses, não só como recurso mais ou menos constante dos inimigos, ou aliados, mas também como *instrumento vivencial.* São frequentes as explicações que encontramos em Barros face a sinais cósmicos e às interpretações a eles dadas, assim como as críticas levantadas face às crenças locais e às diferentes simbologias[469].

Outros aspectos deverão ainda ser referidos relativamente ao segundo cerco de Diu e ao impacto que teve ao tempo. As notícias sobre esta vitória correram a Europa, impressas tanto em língua latina, como sucedeu com os relatos do cerco escritos por Diogo de Teive, *Commentarius de Rebus apud Dium*

[469] Cf. João de Barros, *Ásia...Terceira Década,* Livro III, cap. X, fl.80, Livro IV, cap.V, fl.100.

(1548), por Damião de Góis, *De ultimo Bello Cambaico Commentarii Tres*[470], ou ainda os opúsculos publicados em Roma ou em Paris no ano de 1549. O primeiro intitular-se-ia *Summario delle cose svccesse á don Giovan di Castro...*[471] Este opúsculo constituiu, porventura, como defenderia Francisco Leite de Faria, a tradução em língua italiana do relato enviado pelo monarca português, D. João III, ao papa Paulo III [472]. O segundo opúsculo seria composto por duas cartas que narrariam este feito e que sairiam em língua francesa, sob a designação genérica de *Nouvelles des Indes*[473]. Estas cartas teriam sido traduzidas a partir de um original português.

Leonardo Nunes seria igualmente o autor de duas narrativas que se debruçariam sobre a figura de D. João de Castro e, em particular, sobre este cerco de Diu. O seu autor teria combatido no Oriente, pelo menos, desde 1538. Segundo Luís de Albuquerque, acompanharia o governador D. Garcia de Noronha após a cidade de Diu ter sofrido o seu primeiro cerco, integrando igualmente, em 1541, a armada de D. Estevão da Gama na expedição ao mar Vermelho. Em 1543, participaria no ataque ao "Pagode de Tremele" perpetrado

---

[470] Cf. Francisco Leite de Faria ,*Estudos Bibliográficos sobre Damião de Góis e a sua Época*, p.150.

[471] O seu título completo seria : *Summario delle cose svccesse á don Giovan di Castro Gouernator del stato della India per il potentissimo Rē di Portogallo tanto nelle guerre contra lo Ydalcaaon Signore della terra ferma qual ē presso alla Cittā, di Guoa, come anche principalmente nella uitoria che hebbe rōpendo l'esercito del Rē di Cābaia qual tenera assediata la fortezza della Cittā de Dio, oue era per Capitanio di essa Don Giouan Mascharenhas, et l'hauena difeso dal detto esercito per spatio di otto mesi che durato l'assedio.* Recentemente foi publicada uma tradução do opúsculo latino, contendo um fac-simile do original. Veja-se *Sumário das coisas sucedidas a D. João de Castro, governador do Estado da Índia,* Lisboa, Edições Cotovia, 1995.

[472] *Ibidem*, p.479.

[473] *Nouuelles des Indes. Par le discours, au vray, de deux, missiues, que l'vn des grands Seigneurs de l'Inde, enuoye ā son amy. En l'vne est representé le Triūphe magnifique, auquel le trescheualeureux Seigneur Don Iehan de Craste, Gouuerneur des Indes pour le Roy de Portugal, entra en la cité de Goue, auec l'excellente reception que luy ont fait les habitās d'icelles. Par l'autre, vous entēdrez les victoires merueilleuse qu'il a depuis obtenues contre le puissant Roy de Cambaye, & autres grands Seigneurs Mores: Ensemble les prises & sacagemens de la forteresse de Ponda, cité de Patane, & autres places.* Cf. Francisco Leite de Faria,*op. cit,* pp. 479-480.

por Martim Afonso de Sousa, tendo acompanhado posteriormente o filho de D. João de Castro, Fernando de Castro, no socorro por este feito, a partir de Goa, à praça de Diu.

Leonardo Nunes é autor de duas obras sobre este mesmo cerco. Um deles intitula-se *Crónica de D. João de Castro, Vizo-rei Que foi da Índia, Dirigida ao muito Esclarecido e Ilustre Senhor D. António de Ataíde, Conde de Castanhera , Senhor de Povos e de Cheleiros, Alcaide -mor de Colares e Vedor da Fazenda de El-Rei Nosso Senhor.* Este texto teria sido concluído, como ele próprio escreve a 22 de Fevereiro de 1550, enquanto ocupava na Índia o lugar de escrivão do provedor-mor dos defuntos[474]. Esta dita crónica teria sido pela primeira vez impressa em 1936, por J. D. M. Ford, a partir de um manuscrito encontrado no espólio da Biblioteca Palha. Este texto restringe-se essencialmente ao relato do cerco[475].

A narrativa inicia-se com a entrega do governo da Índia por parte de Martim Afonso de Sousa a D. João de Castro, sendo então revelados os feitos de de D. Álvaro de Castro. O interesse pelo cerco era tal que Leonardo Nunes teria escrito um sumário do mesmo, publicado em 1925 por António Baião com o título *História Quinhentista (inédita) do Segundo Cerco de Dio*. Este texto funcionaria como preparatório da referida narrativa. É o próprio Leonardo Nunes que se

---

[474]Cf. Leonardo Nunes, *Crónica de D. João de Castro,* Lisboa, Publicações Alfa, 1989, p.178.

[475] Joaquim Verissimo Serrão chama a atenção para este aspecto, nomeadamente ao transcrever uma passagem em que esta vertente discursiva é bem clara, recordemo-la. Depois de evocar os latinos e os gregos, salientando a importância do registo dos feitos como processo do perdurar da memória, ao dedicar ao Conde da Castanheira esta sua crónica:"(...) Residindo eu na India no tempo que o viso Rey dom Joham de Castro, que Deus aja, a guouernava, e vendo o cuidadoque todos tinham antes da guerra que de fazer memoria dos grandes acontecimentos d'ella, quis tomar cuydado de nũa cousa e noutra me acupar, pera que ao menos, quando minhas faltas impidissem ficar esta obra em meu estillo, desse verdadeira materea a doctos engenhos(...)"in Joaquim Veríssimo Serrão, *A Historiografia Portuguesa- Doutrina e Crítica,* I, p.268.

justifica dizendo que pretenderia elaborar uma crónica mas que a falta de tempo não lho tinha permitido[476].

Trata-se, portanto, de dois textos complementares. Mesmo no prólogo da crónica salientaria o cerco motivado pela experiência que teria vivenciado, ainda que, como escreva, não particularize as *memoráveis* e *gloriosas façanhas* levadas a cabo pelo capitão João de Mascarenhas, seus capitães e soldados[477].Frequentes eram as críticas que correriam na corte portuguesa relativamente ao biografar de feitos e perfis dos interveninentes na Expansão. O enaltecimento de figuras e o possível esquecimento de intervenções no espaço oriental decerto atrairiam malquerenças. É o próprio Leonardo Nunes quem adverte relativamnete às péssimas línguas e mordeduras de malícia a que ele esperava não estar sujeito[478].

Será em resultado de tal vitória que D. João de Castro recebe o título de vice-rei, enquanto que seu filho D. Álvaro receberá a capitania-mor do mar da Índia por três anos[479]. Face à expulsão conseguida pelo rei Khanfar do domínio turco de Adem, é proposto ao vice-rei que este instale uma guarnição portuguesa naquela praça, concretizando-se assim o tão ambicionado domínio do mar

---

[476] " Quoando me determjnei a fazer este sumario, que eu quisera que fôra caronica, pera mandar ao reyno, pela obrigação que tenho ha patria e natureza portugues ẽ lhe dar tão boas novas, ficou-me pera ysto tão pouco tempo, que dey mais trabalho ao escritor, do que era possivel e asy porque não tinha outro registo, senão ho da memorja, que he labil e fraca, como porque me convinha dentro em xb(quinze) dias fazer ho proprio e dous trelados pera jrem pera o reyno , asy que esta fatigaçã espiritual, que foy muy grande, me cansou tanto, que deixei por esquecimento, descrever mujtas cousas e particolares, que ho governador D. Joham de Castro fez, de que não tão soomente confesso ignorancia, mas mereço por ysso castigo(...)" Leonardo Nunes, *História Quinhentista (inédita) do Segundo Cerco de Dio,* Coimbra, Imprensa da Universidade, 1925, p. 95.

[477] *Ibidem*, pp.3-4.

[478]"(...) cõfiando q̃ minha tençam me salve das pesimas lingoas e mordedores q̃ estão sẽpre brandindo as pontas cõ has peçonhas nellas de toda ha maliçia." *Ibidem*, p.4

[479] Cf. Joaquim Veríssimo Serrão, *História de Portugal*, III, pp.128-129.

Vermelho. Foi, então, enviada uma expedição chefiada por D. Álvaro de Castro a qual, no entanto, não atingiu os fins militares e económicos pretendidos[480].

Após a morte de D. João de Castro são abertas as vias de sucessão e nomeado para ocupar o cargo D. João de Mascarenhas que entretanto regressara ao reino. Na segunda via encontrava-se o nome de Garcia de Sá que ocuparia o governo durante o curto espaço de 13 meses até ao momento da sua morte. Durante o seu governo estabeleceram-se as pazes com o rei de Bijapur.

Sendo aberta a respectiva via de sucessão em 1549, é encontrado o nome de Jorge Cabral que na altura detinha o lugar de capitão da praça de Baçaim. Em 1550 ocupa este cargo. Durante este governo é bloqueada a passagem da pimenta para Cochim[481]. São também atacadas algumas das cidades do reino de Calicute com o intuito de contrariar esse bloqueio ao comércio português. A chegada do novo governador impede-o de concretizar o seu intento, regressando ao reino.

Na cronística da Expansão denunciam-se vertentes mais ou menos impressivas de um olhar que vai da tradução de uma visão escatológica maniqueísta do mundo, na qual confluem os portugueses de Quinhentos e os *orientais* - veja-se Gaspar Correia-, a uma visão organizativa, enaltecedora, e de certo modo sincrética, dos contactos estabelecidos e *construídos*, implícita no discurso de Fernão Lopes de Castanheda, ou a uma estruturação de um conjunto, harmónico e globalizante, delineador de percursos vinculativos que segue de perto os *modelos clássicos* e que traduz a narrativa de um João de Barros.

De igual modo a cronística da época teria tido em atenção a geografia política europeia. Era importante publicitar o nosso domínio no Oriente, sendo as crónicas da Expansão o veículo por excelência de tal propósito, até porque

---

[480] Cf."Diário da viagem de D. Álvaro de Castro ao Hadramute em 1548"in *Estudos de História*, IV,pp.1-105.

expressam uma *voz*, à qual o monarca D. João III oferece a sua protecção. Referimo-nos obviamente às obras de Fernão Lopes de Castanheda e de João de Barros, visto as *Lendas da Índia* permanecerem manuscritas, e assim correrem, até ao século XIX.

A assunção renascentista do espaço europeu e a sua inscrição na tradição clássica, leva ao recurso da noção de *Hispania* que aparece nalguns textos, muito particularmente em João de Barros; Portugal ocupa então o seu lugar nessa grande definição genérica. No entanto, como assinalámos, Fernão Lopes de Castanheda salienta o papel de Portugal no concerto das nações europeias, nomeadamente ao recordar os contactos estabelecidos entre as diferentes casas reinantes - recorde-se a propósito o prólogo elaborado para os seus quarto e quinto livros. Por seu turno, Gaspar Correia teria inscrito esta sua integração no conjunto europeu ao escrever as crónicas régias sobre D. Manuel e D. João III, nas quais seriam esboçadas, de um modo bastante sintético, algumas das informações recolhidas no Oriente.

No espaço europeu todos os cronistas reflectem a atenção dispensada às constelações imperiais que exerciam o seu domínio. A figura do monarca é sempre marcada na actuação prestada pelos seus múltiplos funcionários locais. As notícias do reino, e, em particular, a da morte de D. Manuel e a da subida ao trono de D. João III, são evocadas tendo em atenção os espaços locais e a forma como estes sentiram e exteriorizaram os acontecimentos.

A presença portuguesa consubstanciar-se-á igualmente no modelo de exercício do poder. Cruzam-se nestes textos cronísticos as noções de Nação, Império, Senhorio/Reino e Estado. A dimensão linguística, como por exemplo, o reforço da ideia de se escrever a História dos portugueses na sua língua materna

---

[481] Cf. Gaspar Correia, *Lendas da Índia*, IV, pp.680-729.

e não no latim, é outro processo de reforçar estes conceitos, algo aliás por nós evidenciado no I capítulo deste trabalho.

Profundamente imbricados nestas noções e na modelar forma de exercício do poder, surgem o conceito de *ResPublica* e a imagem/função do *príncipe*. Estes fluem no modo como ecoa a actuação dos monarcas ao longo destas crónicas, seja ao serem objecto de preocupação, por exemplo, através dos prólogos construídos e por nós analisados, seja ao corporizarem-se nas decisões assinaladas no decurso dos sucessivos governos da Índia .

Um dos critérios tidos como essenciais ao bom governo e funcionamento do aparelho administrativo português que buscava a obtenção dos maiores lucros nesta *Empresa*, era sem dúvida a experiência no exercício dos cargos, muitas vezes associada a um critério de confiança e justiça. As relações espelhadas baseiam-se nos laços pessoais estabelecidos entre os diferentes agentes da coroa e o seu rei. Assiste-se como que ao reforço dos princípios de laços de dependência pessoal, explícita ou implicitamente, enunciados pelos agentes da Expansão. Esta ideia é assumida não só pelo Rei mas também por aqueles que dele dependem. Por seu turno, o Rei figura acima dos restantes elementos do corpo social; é o árbitro, o juíz, ganhando os atributos conotados com a imagem *parental*.

Os critérios de verdade funcionam como legitimação das acções, do poder exercido, aplicável, não só nos contactos estabelecidos entre os portugueses, mas também com os poderes locais, mesmo nas referências feitas aos tradicionais inimigos da coroa portuguesa. Não esqueçamos que a *palavra* é a regra do ideal de cavalaria, e a verdade persegue o ideal do nobre. O nobre, o *príncipe*, incorpora o arquétipo do cavaleiro medievo, pois a morte como que surgiria ligada à empresa militar, dando *voz à imortalidade* narrada pelos cronistas. Essa

imortalidade, oferecida pelo cronista, não deveria ser concedida somente ao cristão, apesar da referência e de toda a importância atribuída à *missão* dos portugueses, isto é, à expansão da palavra cristã, o enaltecimento dos atributos militares e do perfil do inimigo serviria como elemento estruturador e enaltecedor das qualidades dos portugueses.

O governador ou vice-rei como representante da figura do monarca incorpora igualmente toda a ritualidade denunciadora de um poder, de um domínio. Daí a importância atribuída por todos os cronistas da Expansão, ao registo das sucessivas embaixadas e encontros entre os portugueses e os agentes de poder locais, e a transmissão do que seria a adopção por parte dos nossos agentes de poder de um registo do cerimonial tradutor dos nossos comportamentos, os quais poderiam ser lidos, compreendidos, pelos poderes locais.

Encontramos presente em todas as crónicas da Expansão momentos paradigmáticos da expressão de uma ordem do poder, como acontece, por exemplo, quando os diferentes cronistas elaboram as suas visões sincréticas sobre cada governador, chave de uma presença, de um domínio. Tais momentos funcionam como o fecho de um governo, explicitando-se a passagem de poderes. Estes momentos podem mesmo ganhar contornos de elegia, no caso de estarmos em presença de um governador que tenha falecido no Oriente, como acontece com D. Francisco de Almeida, Afonso de Albuquerque, ou D. João de Castro. São expressões de uma *voz* que se multiplica pelos diferentes olhares portugueses sobre a presença e sobre o exercício do poder no Oriente.

Conclusão

"Once known in any detail and any scope, every life is something extraordinary, full of particular drama and tension and surprise, often containing unimagined degrees of suffering or heroism, and invariably touching extreme moments of triumph and despair, though frequently unexpressed. The difference lies in the extent to which one is eventually recorded, and the other is eventually forgotten."

Richard Holmes, *Footsteps*, p.208.

O projecto da viagem do cabo e do atingir da Índia teve como uma das razões fundadoras promover a concorrência comercial com o monopólio veneziano-muçulmano que se encontrava estabelecido nos circuitos europeus de então. Por outro lado, o bloqueio português do estreito de Meca ajudou à ruína do sultão do Egipto, tendo favorecido a conquista deste espaço pelos turcos em 1517.

Não existe dúvida alguma quanto ao facto de a rota do cabo ter atingido o comércio veneziano do Levante, nomeadamente entre 1503-1535, e de a Expansão portuguesa não ter destruído as rotas comerciais de Ormuz ou de Adem. O comércio veneziano no Levante não foi aniquilado, continuando ainda a fazer-se sentir a expansão do islamismo e a sua influência política durante o século XVI .

Neste contexto nitidamente macro-estrutural, tornou-se imperativo transmitir o lugar de uma nação no concerto das nações. Narrar a História da presença e do domínio português no Oriente revelar-se-ia propósito comum aos

Homens de Quinhentos. Centrámos assim a nossa atenção nos testemunhos escritos que procuraram concretizar uma acção individual ou colectiva. Observámos o visível do sujeito histórico, a marca que ele tentou imprimir no seu tempo. Com efeito, este foi um sujeito histórico que vivenciou e transmitiu as suas impressões e vivências, que espelhou os diversos universos sensíveis que se cruzaram na sua mundividência.

Avançámos numa viagem de descoberta dos percursos autorais dos homens do século XVI e dos seus universos constitutivos. Partimos do pressuposto de que o *Homem* conhece e descreve a partir de noções por si adquiridas através da sua experiência, as quais utiliza como sistema de referência, reflectindo o seu sentir e as imagens de si e dos outros através da linguagem.

O primeiro momento do nosso percurso centrou-se, deste modo, na percepção dos vectores construtores de uma vivência e na definição dos traços mais gerais que enformaram um discurso. O objecto considerado seria o produzido na língua vernacular. A língua revela-se afinal um elemento definidor de uma identidade e de um domínio. A *História do Descobrimento e Conquista da Índia pelos Portugueses*, a *Ásia...Dos feitos que os portugueses fizeram no descobrimento e conquista dos mares e terras do Oriente*, e as *Lendas da Índia* são redigidas pelos seus autores em português, e em contextos vivenciais bem distintos.

Tanto João de Barros como Fernão Lopes de Castanheda escreveram as suas obras em Portugal, ainda que Gaspar Correia o tenha feito na Índia. Por outro lado, Fernão Lopes de Castanheda permaneceu durante aproximadamente 10 anos nas paragens orientais, e Gaspar Correia praticamente 50 anos, como ele próprio registaria nas suas *Lendas da Índia* [1]. Em contrapartida, João de Barros

[1]Cf. Gaspar Correia, *Lendas da Índia*, III, p.437.

nunca conheceria *in loco*, tais espaços, pois o mais longe que se deslocara fora a S. Jorge da Mina.

No entanto, e apesar de percursos vivenciais tão distintos, estes cronistas bebem ambiências culturais que se inscrevem numa formação humanista e que, em maior ou menor grau, se espelham nas suas obras, apesar de estas serem distintas tanto na manipulação que cada um faz dos clássicos, como na conceptualização de História que dá corpo aos seus discursos. O uso da língua vernacular é assumido no século XVI como um instrumento do império, como afirmação de um domínio, e esse foi um dos vectores construtores da nossa demonstração.

Ficou igualmente bem patente neste trabalho que, apesar de nos confrontarmos com diferentes modelos de escrita subscritos pelos homens do século XVI, todos eles obedecem ao pressuposto clássico, mais precisamente, aristotélico, de narrar aquilo que sucedeu. Esses modelos satisfazem a curiosidade que grassava nos círculos culturais portugueses e europeus de revelarem a novidade, sendo esta corporizada pelas viagens que se desenvolvem noutros espaços extra-europeus e, muito em particular, se considerarmos a primeira metade do séc. XVI, nos asiáticos.

Assistimos aos escritos dos viajantes e ao facto de ganhar cada vez mais importância a necessidade de narrar a presença de um reino - o Português- extra-Europa. Desta forma se elaboram textos que não se restringem aos acontecimentos e às acções praticadas neste ou naquele reinado e que são transcritas sob a forma de *crónicas régias*. Impõe-se, sim, a necessidade de se escrever aquilo que conhecemos como as crónicas da Expansão.

É vector comum a Fernão Lopes de Castanheda, João de Barros, ou Gaspar Correia a inscrição na tradição cronística portuguesa, nomeadamente com

a evocação feita a Gomes Eanes de Zurara, ou mesmo o facto de o autor das *Lendas da Índia* ter sido igualmente autor de duas *crónicas régias*, manifestando pela prática a distinção dos dois discursos narrativos - a crónica da Expansão e a crónica régia.

Demonstrámos no nosso trabalho que esta vontade de escrever uma História dos Portugueses no Oriente, de o fazer na língua vernacular e fora do âmbito das crónicas régias, obedece à inscrição num discurso modelar corrente nos círculos renascentistas e humanistas europeus. Tanto Fernão Lopes de Castanheda quanto Gaspar Correia, e, como clara e imediatamente se evoca, João de Barros, definem o conceito de História que subjaz às suas narrativas.

Esta inscrição espelha-se como amplamente comprovámos nas estruturas narrativas da cronística da Expansão e no facto de o modelo clássico adoptado ser o de Tito-Lívio, como aliás correntemente acontecia nos círculos humanistas europeus. João de Barros escreve a sua *Ásia* dividida por quatro *Décadas*. Gaspar Correia redige quatro *Lendas da Índia* cada uma delas, ocupando-se aproximadamente de 10 anos do governo e respeitando os anos de início e de termo da actuação de cada governador. Por seu turno, Fernão Lopes de Castanheda compila igualmente em dez livros a sua *História do Descobrimento e Conquista da Índia pelos Portugueses*.

Tanto Castanheda quando Correia pretendiam narrar aproximadamente o que teria acontecido durante os primeiros 50 anos de presença dos portugueses no espaço oriental. O projecto de João de Barros alargaria, e mimeticamente se inscreveria em Tito Lívio, visto começar a sua *Ásia* abordando sincreticamente a tomada da península ibérica pelos mouros, a criação do reino de Portugal, numa outra nítida vertente de inscrição deste como reino da Cristandade.

João de Barros explana-se no momento da partida e avanço português no domínio dos oceanos, mormente na nossa presença no Oriente. Através da *Quarta Década*, redigida por António Baptista Lavanha, a partir, segundo este, de apontamentos deixados por Barros e a ele entregues por seus filhos, seriam narrados os acontecimentos ocorridos durante o governo de Nuno da Cunha. O próprio João de Barros escreve na sua primeira *Década* que o projecto destas se concluiria no ano de 1539, escrevendo 40 livros que comporiam as suas quatro *Décadas*[2].

O simbolismo, marca de um Renascimento, acompanha estas narrativas. O número 10, presente numa ou noutra forma nestas três crónicas da Expansão, representaria o *todo* e o *universal*, princípio decerto almejado pelos seus redactores. O número quatro evocaria simbolicamente o elemento superior da divindade.

Como acima referimos, interseccionam-se nestes discursos quadros culturais e mentais hegemónicos desta época corporizados na escolástica, no humanismo, e mesmo num certo racionalismo pragmático-experimental. O enfoque com que nos deparamos nestas obras de um ou de outro, deriva da respectiva sequência narrativa ou do pendor da formação autoral. Contudo, globalmente, ao evocar a ideia de unidade (dez) circular / esférica, cada um destes autores pretende alcançar a perfeição.

Esta presença subliminar não apaga todavia a diferenciação presente em cada narrativa da perspectiva do autor e do modo como este organiza o seu discurso. Gaspar Correia parte de uma unidade comum que seriam as armadas, as quais marcam um tempo e reflectem uma diacronia narrativa. Elas simbolizam um poder, o do *rei*, e a ligação entre espaços tão distantes quanto Portugal e o

[2] Cf. João de Barros , *Ásia ...Primeira Década* , p. 10.

Oriente - é a matriz que se corporiza, de certo modo, na partida do reino. A esta valorização da diacronia no processo narrativo de Gaspar Correia encontramos em João de Barros ao mesclar das sequências temporais diacrónicas dominantes com as digressões temáticas que obedecem a uma arquitectura própria do autor. Também ele se coloca, enquanto narrador, a partir do reino.

Por seu turno, Fernão Lopes de Castanheda interrelaciona este tipo de sequência discursiva dos acontecimentos e um encadeamento local, nomeadamente no recurso à integração dos diferentes microcosmos locais.Tal facto de modo algum traduz a exclusiva utilização de um ou de outro processo de construção narrativa, em particular no que diz respeito à observância dos microcosmos locais, visto estes estarem igualmente presentes nos tanto em Gaspar Correia quanto em João de Barros. Salientamos, sim, linhas de força.

Estas crónicas são, como variadas vezes comprovámos nesta nossa dissertação, um processo de afirmar uma identidade. Elas corporizam esta vontade, recebem a protecção régia, espelham a posição de um estado no seio de outros estados, de uma nação no concerto de outras nações. Recorde-se que o conceito de *nação*, abraçado em Quinhentos, é o da clássica *natio*, e daí a importância que teve no nosso trabalho a demonstração de uma raiz comum de enformantes conceptuais adoptados pelos autores da cronística da Expansão.

A sua explanação conceptual encontra-se consubstanciada nos textos prefaciais, respeitando-se a sua função. Percepciona-se o que Maria Lúcia Lepecki defendeu, isto é, que: "(...) a Modernidade humanista entende-se a si

mesma como retorno espontâneo a valores eternos presentificados pela renovação da memória histórica."[3]

Os textos prefaciais da cronística da Expansão obedecem aos princípios mais gerais do *decoro* da escrita, da finalidade moral que sempre deve estar presente, cumprindo-se o binómio clássico de *prodesse* e *delectare*. Defende-se igualmente a verdade das afirmações e a força dos testemunhos que as comprovam. É certo que em maior ou menor intensidade nos defrontamos com uma *ideologia teocêntrica* . Por outro lado, o determinismo causal centrado na ideia do *miraculoso* prepassa a cronística da Expansão. No entanto, revela-se de igual forma como modelo explicativo que obedece a uma sistematização do sujeito.

O *providencialismo* e o carácter miraculoso das *Lendas da Índia* constitui uma óbvia razão explicativa comummente empregue; e ainda que se encontre a descrição do milagre ou da manifestação da *providência* em João de Barros e em Fernão Lopes de Castanheda estas ganham as *nuances* do estilo pessoal do narrador: uma contenção linguística no caso do autor da *História do Descobrimento e Conquista da Índia pelos Portugueses*, um exímio exercício de estilo no caso do autor da *Ásia... Dos feitos que os Portugueses fizeram no descobrimento e conquista dos mares e terras do Oriente.*

É igualmente certo que a escrita de Gaspar Correia segue um modelo muito próximo do de Tácito; são os feitos militares os motores primeiros da sua acção discursiva e as suas descrições que realmente procuram a revelação de um *carácter*. Daí as inúmeras incursões pelo discurso directo e pela introdução de um ritmo narrativo frequentemente trepidante.

---

[3] Maria Lúcia Lepecki, "Sobre algumas formas da Modernidade em textos prefaciais portugueses de 1550 a 1650" in *Para uma História das Ideias Literárias em Portugal*, Lisboa, Instituto Nacional de Investigação Científica, 1980, p. 14.

Isto não significa que tanto Fernão Lopes de Castanheda quanto João de Barros não elaborem as descrições dos cercos e dos combates. Pelo contrário, tal será uma constante. Aliás, o visualismo descritivo dos combates em Fernão Lopes de Castanheda é algo que atravessa os seus oito livros conhecidos e mesmo alguns dos excertos que conhecemos do seu nono . Este é igualmente um dos vectores característicos da prosa deste bedel da Universidade de Coimbra.

Castanheda compensaria o seu não presenciar dos factos com o conhecimento local dos espaços descritos e com o recurso a testemunhos de quem lá esteve e lhos contou. Idêntica estratégia seria de algum modo empregue por Gaspar Correia. Por seu turno, João de Barros recorreria ao testemunho. Todos denunciam afinal o recurso ao que lhes teria sido narrado oralmente bem como a testemunhos escritos.

Relembremos, a título de exemplo, os traços de uma presença que surgem na *História do Descobrimento e Conquista da Índia pelos Portugueses* no momento em que Castanheda descreve o primeiro ataque perpetrado pelo governador Nuno da Cunha a Diu e o combate na ilha de Bete, apelidada de "ilha de mortos". A estratégia narrativa utilizada é a que foi igualmente empregue por Gaspar Correia, visto ser este também um dos homens que acompanhou Nuno da Cunha nesta expedição.

No entanto, aspecto relevante, não surge referência alguma quer a Castanheda nas *Lendas da Índia*, quer a Gaspar Correia na *História do Descobrimento e Conquista da Índia pelos Portugueses*, isto, num momento em que ambos se encontram no mesmo lugar e em que, ao longo da suas respectivas vidas e presenças em tais paragens, ambos desempenharam o seu ofício na estrutura administrativa portuguesa.

Será legítimo considerar que tanto em Fernão Lopes de Castanheda como em Gaspar Correia se observa, pontualmente, a evocação da sua presença, do seu testemunho. A vivência de Gaspar Correia no Oriente marcaria profundamente a sua narrativa, mesmo naquilo que seriam as fontes a que se socorreria para escrever a sua crónica da Expansão.

Assiste-se frequentemente a discrepâncias descritivas entre a narração dos factos elaborada por este autor, e por Castanheda e João de Barros; entre muitos historiadores é muitas vezes questionada o que seria uma *inverdade* factual. Argumento por demais evocado, por exemplo, quando alguns historiadores se debruçam sobre a primeira viagem de Vasco da Gama. Contudo, o próprio cronista afirma que a sua fonte primordial passaria por Martim Fernandes de Figueiroa. Esta seria distinta da de João de Barros e da de Fernão Lopes de Castanheda, que, como afirmámos, seria preferencialmente o *Relato* da autoria do também contestado Álvaro Velho, tema que tratámos no II capítulo.

Se, por um lado, o desvendar de fontes é por vezes feito de um modo explícito, como aconteceu com Duarte Barbosa, ou com Francisco Álvares que seriam citado pelos três cronistas da Expansão, o nomear dos autores que se debruçariam sobre o mesmo tema, a crónica da Expansão, não ocorreu. Estes não circulam nas diferentes obras.

No entanto, todos se queixam das críticas que contra os seus escritos se divulgam, muito mais acerrimamente, como se compreende, no caso de Fernão Lopes de Castanheda e de João de Barros, até porque estes vêem as suas obras impressas e objecto de protecção régia, enquanto que a de Gaspar Correia permaneceu manuscrita. Podemos mesmo vislumbrar nas entrelinhas discursivas de um João de Barros e de um Fernão Lopes de Castanheda uma acesa disputa,

na qual ambos reinvidicam a primazia na escrita de uma crónica dos Feitos dos Portugueses.

O primeiro defende a sua arquitectura historicista, elaborando um quadro mais geral da Expansão dos Portugueses no Oriente. Estabelece um todo expansionista do reino de Portugal por outros continentes e segue linhas temáticas diferenciadas. A primeira é apelidada pelo autor de "Milícia", comportando os acontecimentos que decorreram na Europa desde o tempo em que os Romanos tomaram a Península Ibérica. A segunda parte seria chamada "África" e iniciar-se-ia com a tomada de Ceuta. A terceira seria a "Ásia": "(...)por tratar do deſcobrimento & conquiſta das terras & mares do Oriẽte, começando do tẽpo do Infante dõ Anriq̃, q̃ foi o primeiro jnuentor deſta milicia Auſtral & Oriẽtal."[4]. A quarta parte comportaria as terras de Santa Cruz.

Além disso, a sua *arquitectura* narrativa construir-se-ia a partir de três vectores: Conquista, Navegação e Comércio. Na sua *Geografia* João de Barros ter-se-ia ocupado da navegação; daí que amiúde se constate o envio do leitor para esta sua obra, para nós perdida. Relativamente aos outros dois temas: Conquista e Comércio o autor esboça as suas considerações. Como João de Barros escreve e devido à sua natureza, o Comércio sofreria um tratamento próprio sendo abordado através de propósitos mais gerais esboçando-se"(...)em arte com regras vniuerſáes & particulares(...)"[5]. A conquista, isto é, o domínio dos portugueses ocuparia assim as suas primeiras preocupações .

Apesar do enquadramento organicista da sua narrativa, Fernão Lopes de Castanheda conseguiria dar à estampa logo em 1551, a sua obra, pouco tempo antes de Barros. Esta versava o descobrimento e conquista da Índia pelos

[4] Cf. João de Barros, *Ásia...Primeira Década,* p.10.
[5] *Ibidem* , p. 11.

Portugueses. Castanheda decerto seria incluso por João de Barros nos que fizeram o edifício da História e onde: "(...)aſſy os doctos como jnorantes ſam licenceados pera arguir."[6] Seria Castanheda considerado por Barros um *douto* ou um *ignorante* ? Também Castanheda se queixaria dos que pretenderiam denegrir o seu trabalho, e de: "(...) todos ſaberem tachar & poucos fazer (...)"[7]; aliás, tal atitude seria voz corrente ao tempo.

A busca da verdade e do carácter pedagógico que a História deveria ter, se, por um lado, conduz a que João de Barros escreva unicamente os altos feitos e cale o que seria o mau exemplo, por outro, levaria Gaspar Correia a afirmar que: "(...) nom deixarey de escreuer, pera que cada hum aja o galardão de seu bem e do mal, neste mundo nas lingoas e memorias das gentes, e no outro, ante Deos, cada hum auerá direita satisfação de seus merecimentos."[8]Por seu turno, ainda que não calando os abusos e destemperanças da Índia, Fernão Lopes de Castanheda refere-as. Este cronista utiliza uma profunda contenção vocabular e muitas vezes intensifica o recurso à transcrição de documentos, empregando um discurso que se pretende objectivo e formal[9]. Este é, sem dúvida, em tudo diferente do dramatismo verbal de um Gaspar Correia.

Nestas narrativas são empregues idênticas estratégias discursivas, nomeadamente no modo de se fazer o registo temporal. Encontra-se, deste modo, a utilização seja de analepses, como de prolepses. Por outro lado, a busca da *verdade* e de um registo que se pretende acima das questiúnculas localizadas,

---

[6] João de Barros, *Ásia...Segunda Década*, p.2.

[7] Fernão Lopes de Castanheda, *História do Descobrimento e Conquista da Índia pelos Portugueses*, I, p. 495.

[8] Gaspar Correia, *Lendas da Índia* , II, p. 5.

[9] Cf. Ana Paula Menino Avelar, *op. cit.*, pp.118-127.

buscando foros de imparcialidade, leva à tentativa de comprovação do que foi afirmado, nomeadamente através do recurso à transcrição de documentos.

Deparamo-nos, tanto em Fernão Lopes de Castanheda quanto em Gaspar Correia, à elaboração de capítulos que funcionam como verdadeiras súmulas e pontos de situação dos acontecimentos, como se estivessemos em presença de um registo curto e incisivo no fluir da narrativa, como se esta de um relatório se tratasse. Por seu turno, João de Barros apresenta uma construção narrativa onde se assiste sempre à obediência primeira a um fio condutor temático.

As crónicas da Expansão inscrevem-se em termos narrativos, numa prática retórica, mais ou menos eximiamente manipulada. Recorde-se como expoente do exercício da mesma, a prosa de João de Barros. Fernão Lopes de Castanheda fá-lo de um modo bem mais contido, e Gaspar Correia executa-a através das *vozes* por si escritas de um Francisco de Almeida ou de um Afonso de Albuquerque.

A evocação clássica aparece nesta cronística formulando um sistema que axialmente constrói o discurso, veja-se o exemplo paradigmático da evocação a *Alexandre.*

Outros textos sobre a presença portuguesa no Oriente se cruzam com a cronística da Expansão, optando os seus autores por escrever sob outros formas de registo a sua vivência. Recordem-se o *Tratado dos Descobrimentos*, de António Galvão e o facto de este não só notar cronologicamente as *Descobertas* dos portugueses mas também as dos espanhóis; a crónica anónima encontrada no *British Museum* e a particularidade de ser uma narrativa que se debruça sobre os actos bélicos; as várias descrições, nomeadamente, do primeiro e do segundo cercos de Diu; o encontro com o reino do Preste João e as sucessivas narrativas face às embaixadas enviadas e o seu sucesso e insucesso.

Revelámos os diálogos estabelecidos e a emergência de *vozes* que comummente espelham os sentires da novidade. A História tem como seu elemento construtor a *verdade* . Esta é procurada e ao mesmo tempo entendida como um conceito que se intui *em si.* Estamos em presença da *veracidade*, isto é, os discursos narrativos expõem as qualidades do enunciado, e as descrições dos factos subordinam-se a uma intencionalidade de quem escreveu. A memória enforma o discurso, oferece os múltiplos universos pessoais e legitima o afirmado. Mas, no fundo, o texto é um objecto modelado e modelador, e a *viagem* significa a ida ao encontro consciente desta *duplicidade*.

No nosso percurso tivemos em atenção uma outra face especular do discurso, isto é, alguns dos conceitos estruturantes da narrativa, que participaram e erigiram a mundividência cultural dos portugueses de Quinhentos, dos que transmitiram o seu olhar sobre a *novidade*, sobre o *Outro*. Procurámos as imagens que se revelaram como construções do *real*, da sua assunção, muitas vezes cruzada pelo *fantástico*. Recordem-se os relatos dos homens que viveriam muito mais de um século, os seres verdadeiramente fantasiados, a valoração dada às premonições e profecias, a íntima e por vezes indefinida ligação entre astronomia e astrologia, o providencialismo ainda como explicação de uma causalidade.

Frequentemente as estruturas explicativas encontradas para o que seria observado, revelaram não só um horizonte individual deste ou daquele autor mas também um horizonte tradutor de uma mundividência renascentista. Desvendou-se igualmente o modo como se satisfez a curiosidade dos intervenientes da Expansão, o seu horizonte de *Descoberta*; ideia esta que atravessa tanto a *História do Descobrimento e Conquista da Índia pelos Prtugueses*, como a *Ásia...Dos feitos que os Portugueses fizeram no decobrimento e conquista dos mares e terras do Oriente* , ou ainda as *Lendas da Índia.*

Para narrar é necessário registar o *momento*; é necessário traçar a evolução operada na forma de registo do mesmo e no modo como medir o quotidiano e a intervenção de uma vivência. A necessidade crescente de se precisar levou a uma prática corrente de um sistema de referências que não fosse somente *utensílio* de um sujeito, mas que pudesse ser reconhecido e praticado por outros. A aliança constante neste século XVI entre a teoria e a prática, procurando atingir o conhecimento, é algo que atravessa, ou melhor, participa do quotidiano dos *homens* da Expansão. Desvendámo-lo ao provar como é que a interiorização de uma noção comum de *medida* e de construção de uma *globalidade*, afectou a apreensão da *novidade*, ou melhor a transmissão do olhar sobre essa novidade corporizado na cronística da Expansão.

Este traço não se restringe obviamente a estes homens; eles reflectem, afinal, uma construção mais geral, sem contudo deixar de espelhar a sua própria marca, seja nas suas descrições seja na selecção efectuada nos discursos de outrém. É o traço do que visualmente é apreendido. Este, subjuga-se ao primeiro olhar, sempre direccionado de mar-para terra, à impressão do conjunto e imediato movimento de se descer a este ou àquele aspecto que por uma motivação pessoal atraiu os sentidos do observador.

A noção de tempo ainda estaria muitas vezes pejada de referências qualitativas, tomadas em determinados momentos como absolutas, o que perturbaria a ordenação dos factos. Estamos numa época em que a ordenação do tempo comanda o quotidiano, desde os imperativos decorrentes pela vivência dos mercadores, até uma vivência cultural, como seria o *modus operandi* de uma instituição como a Universidade[10]. Assim, encontramos nas narrativas do século

[10] Cf. Gerhard Dohrn-van Rossum, *History of the Hour- Clocks and Modern Temporal Orders*, pp.226-287.

XVI, o registo temporal que cruza as efemérides e as horas marcadas pelo calendário litúrgico, com o recurso a uma notação mecânica dos meses, dias e horas.

Profundamente enleada nesta conceptualização de *tempo* surge a de *espaço*. A sua representação associar-se-ia à funcionalidade. Os sucessivos desafios provocados pelas novas realidades conduziram ao processo de efectuar as descrições. Deste modo, encontramos, por exemplo, frequentemente assinaladas as notações cartográficas dos espaços descritos e uma constante manipulação da descrição, quase podemos dizer, topográfica dos lugares. É como que se se *transcrevesse* a marca que os homens deixaram nos espaços, a sua apropriação e domínio da *natureza*. Um dos vectores indiciadores de tal prática seria a transposição para as narrativas do aparato bélico disposto nos espaços contemplados.

A natureza aparece retratada através de uma *imagem* lapidada em múltiplas faces, muitas vezes carregada de um *maravilhoso*, patenteado por um olhar explicado através de um empirismo, e numa busca de definição do desconhecido pelo conhecido. Todavia, não se encontra a inscrição mais geral numa gnoseologia. A novidade face à nova fauna e flora seria explicada nas narrativas da Expansão através do recurso a espécimes conhecidos, ou melhor dos que se conheceriam na Europa, ponto de partida e sistema de referência dos autores.

A importância do *experienciar*, para quem vivenciou outros espaços, outras realidades e as transmitiu a *outros*, é um tópico narrativo que claramente se enuncia nestes tempos de mudança. Viveu-se a construção e destruturação nos processos, olhares e sensações transmitidas nas narrativas, seja na abordagem da natureza e dos seus fenómenos, seja nas descrições das comunidades humanas.

Os mecanismos explicativos postos em paralelo pelos cronistas da Expansão que escreveram na primeira metade do século XVI, esboçam como que a busca de uma certa unidade explicativa, num espelhar de uma certa imparcialidade do cronista na disputa retratada. Recorde-se o confronto de explicações patenteado relativamente às causas que estariam na origem de o mar Vermelho apresentar tal coloração. O experienciado seria, como afirmámos, o instrumento do encontro com a *novidade*, fosse esta a natural ou a humana. Muitas vezes, nas *Histórias* mais gerais sobre a presença portuguesa no Oriente, essa vivência pode passar pela experienciada por outrém, isto é, a de quem em primeiro lugar a escreveu e que serviu de testemunho. É a prática da *veracidade*.

O desígnio divino aparece nestes textos historiográficos como fundador dos actos humanos, causa primeira dos empreendimentos descritos, enleando-se num processo de busca da *verdade* e na formulação do discurso histórico. Contudo, entrecruzam-se registos que, por vezes, expressam face ao *fantástico* uma dúvida cautelar, uma contenção explicativa, uma lógica discursiva; pense-se em João de Barros e Fernão Lopes de Castanheda, ainda que um olhar pincelado pela exacerbação sensitiva seja apanágio de Gaspar Correia.

Mas a viagem de *Descoberta* foi um nosso exercício de análise. A partida para o encontro com a *novidade*, a viagem que funcionou para a cronística da Expansão como *paradigma*, foi sem dúvida a sequência narrativa da 1ª viagem de Vasco da Gama. Foi no diálogo entre a fonte/testemunho, o *Relato* desta expedição atribuído a Álvaro Velho, e os textos de João de Barros e Castanheda que continuámos o nosso percurso. Esta estratégia analítica comandaria o nosso discurso.

Procurámos a estrutura construtiva dos textos e os seus sustentáculos. Manifestar-se-ia assim o traço do *eu* e do *outro* através das diferentes práticas

confrontadas. Através de um texto fundador de duas crónicas da Expansão, o de Álvaro Velho; revelámos os informes, o *solo* sobre o qual se construíram outros textos, o de João de Barros, e o de Fernão Lopes de Castanheda; confronte-se a marca autoral da narração da partida de Lisboa desta armada, escrita por Barros e por Castanheda.

A primeira viagem de Vasco da Gama funcionou nas diferentes crónicas da Expansão como *iniciática*. Revelou-se neste quadro compósito de uma *memória*; a dos que pertenceram à expedição, e a dos que sobre ela escreveram, inscrevendo-a num quadro geral de uma História da presença portuguesa no Oriente. Três vectores axiais foram estabelecidos e repetidos: os modelos expositivos de cada organização social com a qual os intervenientes na expedição se depararam; a procura incessante da cristandade "o Preste João"; o encontro com a *finalidade* - a Índia.

Outras viagens se formulam entretanto. Consequentemente, conhecer o modo como se estabelece, consolida e transmite o domínio português definir-se-á como o momento seguinte. A imagem do *Outro* é tão plural ou tipológica quanto a altura em que se escreve ou a mundividência do seu autor. A imagem do *Outro* pode subordinar-se a um imaginário especular originado numa ilusão mimética, contudo ela não será entendida pelo seu construtor como uma ilusão mas sim como uma via de acesso ao *real*. Os comportamentos que derivam de tal posição podem ser os mais variados, desde um total repúdio, até à procura de uma razão interpretativa da novidade que se observa, do que motiva o *Outro*. No entanto, o peso da tradição arquetípica herdada, deverá ser sempre tido em atenção, pois manifesta-se mais ou menos intensamente nos vários autores quinhentistas. Perpassam as visões negativas do *mongol*, *turco*, ou *muçulmano* e a imagem benovolente face ao *gentio*.

O *ver*, empregando aqui uma mediatização do olhar, passou na cronística da Expansão pela re-utilização de um texto, pela conservação da *memória* que se foi reconstruindo a cada momento em que o primeiro testemunho se evocou. Poder-se-á assim considerar que o olhar o *Outro* foi quase um *dever ser* nos variados processos de transmissão das texturas civilizacionais. Logo nos primeiros relatos observamos o esboçar de notas históricas de quadros de costumes; é o processo de apreensão deste *novo real*. Recorde-se os textos de Tomé Pires e de Duarte Barbosa e as suas *inclusões* no discurso cronístico da Expansão. Descobrimos afinal as vozes matriciais da *História do Descobrimento e Conquista da Índia pelos Portugueses*, da *Ásia ...Dos feitos que os Portugueses fizeram no descobrimento e conquista dos mares e terras do Oriente* e das *Lendas da Índia*. Sem dúvida que a inscrição preponderante foi a marca de Duarte Barbosa, o seu fascínio pela orientalidade repercute-se de certo modo nos textos .

A descrição efectuada pelas narrativas da Expansão, e muito particularmente pela sua cronística, segue o trajecto do olhar. No caso das crónicas - primordialmente em João de Barros e Fernão Lopes de Castanheda, e ainda que esporadicamente em Gaspar Correia-, a descrição é integrada na fluência discursiva, sendo entendida como elemento retórico, obedecendo à *Ekphrasis*. A descrição obedece a uma cadência própria do olhar, e a sua ordenação poderá não ser inteiramente lógica, mas, como frequentemente se assiste, passar àquilo que poderemos considerar um processo de *verbalização* do olhar. E porque o olhar os *Outros* cumpriu a estratégia de desvendar o observado, seguiu igualmente o processo descritivo.

As sequências descritivas corresponderam a três módulos de inserção no fluxo dos acontecimentos. Podemos traçá-los primordialmente a partir da cronística da Expansão, ainda que se encontrem noutras narrativas coevas,

nomeadamente nas que se inspiram nos modelos italianos ou nas que apenas conhecemos pela tradução nessa língua e pela inclusão nas compilações da época. Um primeiro modelo seria o da formulação de uma unidade discursiva autónoma que se debruçasse sobre a temática dos costumes, muitas vezes inscrevendo-os na historicidade local.

Este modelo surge em Fernão Lopes de Castanheda e em João de Barros, até porque Gaspar Correia envia os seus leitores para Duarte Barbosa quando considera a necessidade de evocar os costumes locais. Isto, apesar de o autor das *Lendas da Índia* ter inserido pequenos segmentos descritivos no seu texto, em particular sob a forma do que nós considerámos ser o terceiro módulo de proceder a uma descrição.

Por seu turno, o segundo módulo presente nestes textos, seria a inclusão no fluxo narrativo de segmentos descritivos que quebrariam a cadência dos acontecimentos, mas que, de certo modo, os enquadraria. Tal estratégia seria denunciada, mormente, na nomeação do capítulo. O terceiro módulo seria a inserção de momentos onde se procede a uma descrição que não teriam sido enunciados no título, entenda-se do capítulo, mas inclusos no fluxo narrativo.

À medida que se explanam os acontecimentos, revela-se, por parte do sujeito autoral, um *domínio* mais efectivo do espaço. Este transmite o *olhar* sobre não só a ambiência física ou mesmo social mas também o situa num fluir histórico. Por outro lado, a historicidade narrada poderia ser inscrita numa tradição clássica ou na *História* local / oriental.

Assim, nas texturas civilizacionais observadas procuram-se os traços comuns, e tal é por demais paradigmático quando nos deparamos com a descrição dos costumes religiosos e com a descrição das práticas hindus. Buscam-se semelhanças, a presença de elementos cristãos, como, por exemplo, na

evocação da tríade hindu, frequentemente confundida com a trindade cristã. É a procura de uma *aliança*, de um passado evocador comum. Recorde-se a importância que tanto na *História do Descobrimento e Conquista da Índia pelos Portugueses* como na *Ásia ...Dos feitos que os Portugueses fizeram no descobrimento e conquista dos mares e terras do Oriente* ou nas *Lendas da Índia* ganhou a descrição dos vestígios da casa do apóstolo S. Tomé ou, como aliás já assinalámos, a atenção dada ao Preste João das Índias.

Porém, não só se descrevem os vários comportamentos observados, reflectem-se igualmente as *gramáticas* locais de exercício do poder, através da narração dos comportamentos dos reis locais e das suas *cortes*, os quais cumprem a regra de *intemporalidade*, denotativa do exercício do domínio. Conhecer tais regras permite a conquista e o exercer de um domínio que não se restringiria a uma aplicação no terreno militar, embora o conhecimento das técnicas de combate dos opositores à presença portuguesa, facilitasse a definição de estratégias que aniquilassem essa oposição.

Progressivamente, desvendam-se atitudes várias nas quais se denuncia a construção de um olhar, o do português sobre um espaço novo, uma alteridade que, gradualmente, vai sendo interiorizada. Observa-se então o nítido reforço da marca de superioridade do *Português* face ao *Outro*. Por outro lado, também gradualmente, se insinuam traços onde se denuncia uma descentração progressiva de atitude que se consubstanciaria em textos como *O Tratado das coisas da China*, de frei Gaspar da Cruz. Isto, apesar da sua especificidade inerente ao momento em que foi escrito, a segunda metade do séc.XVI, e ao núcleo temático contemplado, a China.

Em certos textos do século XVI deparamo-nos com o enaltecimento das qualidades bélicas e diplomáticas tanto dos portugueses como dos núcleos

civilizacionais descritos. É certo que, quanto maior for o valor do inimigo, mais significativa seria a sua derrota . Afinal, perdura ainda nas crónicas o ideal de um cavaleiro que, no campo de batalha, receberia a sua *Honra*.

Recorde-se que tanto Gaspar Correia como Fernão Lopes de Castanheda assinalam que Nuno da Cunha fora armado cavaleiro nos campos de batalha da Índia. Castanheda apontaria que, devido à vitória em Panane: "E por memoria daq̃le feyto armou algũs caualeyros(...)"[11]. Por seu turno, o autor das *Lendas da Índia* narraria minuciosamente as peripécias de tal acontecimento. Segundo o costume, D. Lourenço de Almeida, a pedido de Tristão da Cunha : "(...) tirando a sua própria espada o fez caualleiro, com suas palauras (...): 'Senhor Tristão da Cunha, sabe Deus que minha espada neste dia nom tinha ganhada nenhuma honra, mas agora fica com muyta, que minha espada ganhou em tocar em vosso filho, tão honrado caualleiro, em que fico tão obrigado."[12]

Por último, João de Barros, ao referenciar este mesmo combate, assinalaria igualmente a entrega que Tristão da Cunha fez de seu filho a D. Lourenço, solicitando que Nuno da Cunha acompanhasse D. Lourenço de Almeida na tomada da mesquita em Panane, escrevendo que:"(...) lógo no ſeu róſto foram ambos ſangrádos cada hum com ſua ferida (...)"[13]. A irmandade através das armas e de seus feitos.

Os cronistas da Expansão transpõem as diferenças inerentes aos vários espaços orientais. A Índia apresenta-se multifacetada à medida que são conhecidos os contornos das suas especificidades e, muito particularmente, das

[11]Fernão Lopes de Castanheda,*op. cit.*, I,p.361.
[12]Gaspar Correia, *op. cit.*, I, 724.
[13] João de Barros, *Asia ...Segunda Décda*, p.37.

inerentes ao modo como se estabelece e consolida a presença portuguesa naquelas paragens.

Nos diferentes textos contemplados, constata-se a transposição de uma visão muito orgânica da forma como se dominaram os diferentes espaços. Tal é tanto mais evidente quando estamos em presença da descrição de um cerco ou desta ou daquela conquista militar. Descobrem-se então os movimentos individuais e de conjunto, os espaços de cada uma destas esferas, delimitam-se as acções e as intervenções deste ou daquele combatente neste ou naquele momento da refrega. O ritmo por vezes empregue nas evocações das contendas militares, é de tal modo apaixonado que apela frequentemente aos sentidos do leitor.

Assinalámos igualmente que estes textos serviam em conjunto com outros de documentos para a obtenção de mercês; sejam estas narrativas relatos mais ou menos pessoalizados como a *Brevissima e sumaria relação que fez da sua vida e obras o grande Martim Afonso de Sousa*, ou *O Primeiro Cerco de Diu* de Lopo de Sousa Coutinho, ou ainda as crónicas. Recorde-se a propósito a pressão feita pelos diferentes sectores sociais sobre os textos impressos que conduziu, por exemplo, à não edição dos últimos dois livros de Castanheda, ou a censura feita à crónica régia escrita por Damião de Góis sobre a figura de D. Manuel.

Mas estes textos satisfaziam igualmente curiosidades, nomeadamente a que grassava na Europa sobre os diferentes eventos que tinham lugar noutros espaços. Inúmeras são as descrições que foram impressas, desde relatos e cartas sobre as viagens, às várias refregas; vejam-se, por exemplo, as compilações como os *Paesi* . Dispondo de grande manancial de informação, aos cronistas da Expansão não passariam, no entanto, despercebidos os relatos de estrangeiros. Deste modo, as crónicas referem-se, por exemplo, à presença de Varthema e aos

seus escritos. Mas à cronística da Expansão seria pedido que narrasse os feitos dos portugueses, e esta passaria pelo crivo de uma protecção régia.

No século XVI, a historiografia portuguesa era, como assinala Jorge Borges de Macedo:"(...) une historiographie informative, qui devait tourner au profit du roi et de ses serviteurs. En même temps, on mettait en evidence les avantages d'un pouvoir absolu."[14] Um dos debates que corria nos círculos culturais portugueses centrar-se-ia sobre as figuras régias de D. João II e D. Manuel, nomeadamente no que diria directamente respeito ao tipo de rei e às formas do seu governo; tudo isto, numa nítida inscrição num debate humanista.

O papel da *Fortuna* e a sua intervenção junto dos monarcas preocuparia os círculos culturais portugueses. A lembrança mais ou menos constante da escolha da *esfera* como símbolo de D. Manuel, e o seu carácter premonitório, directamente relacionado com a sua *venturosa* chegada ao trono, seriam elementos constantemente evocados. Além disso, perdurariam as vinculações da imagem de *Principe Perfeito* atribuída a D. João II. Por seu turno, D. João III conciliaria estes dois aspectos, enquanto *Rei* capaz do *bom governo*, e destinatário da *fortuna* no Oriente.

É certo que estas disputas foram conhecidas tanto por Fernão Lopes de Castanheda quanto por João de Barros. Aliás, este último escreveria sobre a figura do monarca na sua *Crónica do Imperador Clarimundo*. No entanto, não seriam estas querelas objecto de reflexão na cronística da Expansão; quanto muito transportariam as construções imagéticas mais correntes, pois outros eram os lugares onde tais acesas e acaloradas interpelações correriam.

Na cronística da Expansão são expostos os vários mecanismos de exercício do poder português no Oriente, sendo revelado todo o seu cerimonial e

[14] Jorge Borges de Macedo, *Damião de Góis et l'Historiographie Portuguaise*, p.59.

encenação - basta para tanto de novo cotejar as descrições das embaixadas aos reis locais, a entrada nos portos, a recepção oferecida pelos governadores e agentes do poder português aos poderes locais. Este aspecto encontra-se igualmente patente nas estratégias discursivas empregues tanto por João de Barros como por Fernão Lopes de Castanheda ou por Gaspar Correia na exposição dos valores corporizados na figura do governador ou vice-rei.

As crónicas ganham nesses momentos uma tonalidade mais próxima do *panegírico* ou, nalguns casos, da *elegia*, ainda que possamos encontrar idênticos discursos relativamente a outros fidalgos que tenham ocupado lugares hierarquicamente menos relevantes, como aconteceria por exemplo relativamente à figura de D. Lourenço de Almeida. Porém, os governadores são os representantes do Rei de Portugal noutro espaço, utilizam a sua *gramática* própria de poder, mas respondem sempre ao monarca.

A composição destes momentos onde o perfil é traçado, onde se revela um carácter, pode tocar, e tal frequentemente acontece, a imagem do *Herói*, numa nítida inscrição na matriz clássica. Atente-se na mais ou menos constante evocação de Alexandre Magno, figura que representava o espelho dos *Reis* no *imaginário* humanista.

Detalhadamente demonstrámos que a *contingência* da *História do Descobrimento e Conquista da Índia pelos Portugueses*, da *Asia ...Dos feitos que os Portugueses fizeram no descobrimento e conquista dos mares e terras do Oriente* e das *Lendas da Índia* obedeceu a um modelo comum de escrever a História da Expansão Portuguesa no Oriente, apesar das nítidas marcas autorais, decorrentes da formação cultural e vivencial de cada sujeito-produtor da narrativa. Desde da visão impressiva e maniqueísta de um Gaspar Correia, à contenção sincrética de um Fernão Lopes de Castanheda, passando pela harmoniosa e decorosa

arquitectura de um João de Barros. Um tempo, o do Humanismo, percorre estas escritas.

Responderam Fernão Lopes de Castanheda, João de Barros e Gaspar Correia aos desejos que cruzavam a sociedade do seu tempo, de registo de um tempo, de tradução de uma memória a histórica. Fizeram-no num diálogo mais ou menos exímio com o ideário clássico das *Humanidades*. Cumpriram o desígnio régio de dar voz ao lugar de Portugal no concerto das nações europeias do século XVI.

Desvendámos formas do olhar sobre outras realidades que estes construtores da História evidenciaram. Revelámos um fio do tempo, e a multiplicidade de *vozes* que percorriam as de uma *História do Descobrimento e Conquista da Índia pelos Portugueses*, ou de uma *Ásia ...Dos feitos que os Portugueses fizeram no descobrimento e conquista dos mares e terras do Oriente* ou ainda das *Lendas da Índia* . Evidenciámos construções várias sobre o *Outro*, e outras propostas de trabalho verdadeiramente aliciantes se forjaram para a autora.

A curiosidade cresceu relativamente a outros campos de análise, como sejam as galáxias narrativas contingentes a estas crónicas da Expansão; pense-se nas missivas pessoais. Descobrir o diálogo estabelecido com a cronística régia é outra das vertentes analíticas a explorar. Mas a nossa curiosidade foi ainda aguçada pelas diferentes construções dos perfis dos governadores e pela marca indiciada destes discursos noutros de outras épocas. Interrogações como de que modo este modelo de História se repercutiu nos momentos posteriores, não só no universo cutural português, mas também europeu, assaltam ainda a nossa mente. Mas estas são outras viagens, outros *universos*, que pretendemos desvendar e conhecer.

Fontes Impressas e Bibliografia

" A regressar do Mundo ao claro dia,
Entrámos nós em tal caminho escuro ;
E, sem de algum repouso haver cuidado,

Fomos subindo, ele de mim seguido,
Até que eu divisei, por um redondo,
Enfim !, quanto de belo o céu remove.

Saindo ali, revimos as estrelas."

Dante Alighieri, *Divina Comédia.*

FONTES IMPRESSAS[*]

Albuquerque, Afonso de, *Cartas de Afonso de Albuquerque, seguidas de Documentos que as Elucidam*, I-VII, ed. Bulhão Pato, Lisboa, Academia Real das Sciencias de Lisboa, 1884-1935.

Albuquerque, Brás de, *Comentários de Afonso de Albuquerque*, 4 vols, Lisboa, Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 1973.

Albuquerque, Luís de, *Cartas de D. João de Castro a D. João III*, Lisboa, Publicações Alfa, 1989.

-Cartas trocadas entre D.João de Castro e os filhos, Lisboa, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, Ministério da Educação, 1889.

- O Livro de Marinharia de André Pires, Lisboa, Vega, 1989.

-O livro de Marinharia de Pero Vaz Fragoso, Lisboa, Centro de Estudos de Cartografia Antiga, 1977.

Albuquerque, Luís de e Armando Cortesão, *Obras Completas de D. João de Castro*, I-IV, Coimbra, Academia Internacional da Cultura Portuguesa,1968-1981.

Álvares, Francisco, *Verdadeira Informação das Terras do Preste João das Índias*, Lisboa, Agência Geral das Colónias, 1943.

Andrada, Francisco de, *Crónica de D. João III*, Porto, Lello & Irmão-Editores, 1976.

As Gavetas da Torre do Tombo,I-XII, Lisboa, Centro de Estudos Históricos Ultramarinos, 1960-1977.

Baião, António, *Documentos Inéditos sobre João de Barros. Sobre o escritor seu homónimo contemporâneo, sobre a família do historiador e sôbre os continuadores das suas "Decadas"*, sep. do *Boletim da Segunda Classe da Academia das Sciencias de Lisboa*, 9, Lisboa,1917, pp. 36-40.

---

[*]Integrámos neste *item* fontes directamente consultadas e utilizadas e fontes que consultámos para estudo, sem as identificar em citação.

-*Itinerários da India a Portugal por terra*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1923.

Barbosa, Duarte, *A description of the coast of East Africa and Malabar in the beginning of the XVIth century*, Londres, Hakluty Society, 1856.
- *Livro de Duarte Barbosa*, Lisboa, Academia Real das Ciências,1813.
-Lisboa, Publicações Europa América, 1992.
-*Livro do Que Viu e Ouviu no Oriente...*, Lisboa, Publicações Alfa, 1989.

Barros, João de, *Asia (...)dos feitos que os Portugueses fizeram no descobrimento e conquista dos mares e terras do Oriente -Primeira Década*, Lisboa, Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 1988.
- *Asia (...)dos feitos que os Portugueses fizeram no descobrimento e conquista dos mares e terras do Oriente -Segunda Década*, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1988.
- *Asia (...)dos feitos que os Portugueses fizeram no descobrimento e conquista dos mares e terras do Oriente -Terceira Década*, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1992.
-*Crónica do Imperador Clarimundo*,3 vols, Lisboa, Livraria Sá da Costa, 1953.
-*Panegíricos*, Lisboa, Livraria Sá da Costa, 1943.
-*Ropica Pnefma*, 2vols,Lisboa, Instituto Nacional de Investigação Científica, 1983.

Beja, Frei António da, *Breve Doutrina e Ensinança de Príncipes*, Lisboa, Instituto de Alta Cultura,1965.
-"Contra os juyzos dos astrologos", in *Boletim da Biblioteca da Universidade de Coimbra* , 16, Coimbra, 1944, pp.181-290.

Bermudes, João de, *Esta he hũa breue relação da embaixada q̃ o Patriarcha dõ Ioão Bermudez trouxe do Emperador da Ethiopia, chamado vulgarmente Preste Joaõ (...)*, Lisboa, Academia Real das Sciencias de Lisboa, 1844.

Biker, Júlio F. J., *Collecção dos Tratados e consertos de pazes da India fez com Reis e Senhores com quem teve relações nas partes da Ásia e da África Oriental desde o princípio da conquista até ao fim do séc.XVIII*, 14 vols, Lisboa, Imprensa Nacional, 1881-1887.

Brandão, Mário, *Documentos de D.João III*, 4 vols, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1937-1941.

-*Actas dos capítulos do Mosteiro de Santa Cruz*, Coimbra, Universidade de Coimbra, 1946.
-*Actas dos Conselhos da Universidade de Coimbra de 1505-1537*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1968.
-*Actas dos Conselhos da Universidade de Coimbra de 1505-1537*,4vols, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1941-1969.
-*Alguns documentos respeitantes à Universidade de Coimbra na época de D. João III*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1937.

Brochado, Costa, *O piloto árabe de Vasco da Gama*, Lisboa, Comissão executiva das Comemorações do V centenário da morte do Infante D. Henrique, 1959.

Buescu, Maria Leonor Carvalhão, -*A gramática da língua portuguesa de Fernão de Oliveira*, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1975.
-*João de Barros, Gramática da língua Portuguesa, Cartinha, Gramática, Diálogo em louvor da nossa linguagem e diálogo da Viciosa Vergonha*, Lisboa, Faculdade de Letras, 1971.

Calado, A. Almeida," Livro que trata das cousas da Índia e do Japão" in *Boletim da Biblioteca da Universidade de Coimbra*, 24, Coimbra, 1960,pp. 1-138.

Carta do Preste João das Índias-Versões medievais latinas, Lisboa, Assírio e Alvim, 1998.

"Cartas de Americo Vespucio a Pedro Soderini gonfaloneiro perpetuo da República de Florença, sobre duas viagens feitas por ordem do Serenissimo rei de Portugal", in *Collecção de Noticias para a História e Geografia das Nações Ultramarinas que vivem nos domínios portuguezes, ou que lhe são visinhas*, II, Lisboa, Academia Real das Sciencias de Lisboa, 1812, pp. 141-158.

Cartas dos Jesuítas do Oriente e do Brasil 1549-1551, Lisboa, Biblioteca Nacional, 1993.

Carvalho, Dias de, *Damião de Góis - opúsculos históricos*,Porto, Livraria Civilização, 1945.

Castanheda, Fernão Lopes de, *Historia do descobrimento e conquista da India pelos Portugueses*, Coimbra, João Barreira e João Alvarez, 1551(6 de Março)
-*Historia do Descobrimento e Conquista da Índia pelos Portugueses*, 2vols, Porto, Lello e Irmão-Editores, 1979.

Castanhoso, Miguel de, *Dos Feitos de Dom Cristovão da Gama em Etiópia*, Lisboa, Sociedade de Geografia de Lisboa, 1983 .

Castilho, António, *Commentario do cerco de Goa e Chaúl no anno de 1570, sendo viso-rei D. Luis de Ataíde*, Lisboa, Officina Joaquiniana da Música, 1736.

Catz, Rebecca, *Cartas de Fernão Mendes Pinto e outros documentos*, Lisboa, Editorial Presença, 1983.

Cochrane, Eric e Julius Kirshner, *The Renaissance*, 5, Chicago, Chicago University Press, 1986.

Coelho, José Ramos, *Alguns Documentos do Archivo Nacional da Torre do Tombo acerca das Navegações e Conquistas Portuguesas* ,Lisboa, Imprensa Nacional, 1892.

Colecção de S. Lourenço, I-III, Lisboa, Centro de Estudos Históricos Ultramarinos, 1973-1983.

Collecção de Monumentos Inéditos para a História das conquistas dos Portugueses em África, Ásia e América,16 vols, Lisboa, Academia das Sciencias de Lisboa, 1858-1933.

Collecção de Noticias para a História e Geografia das Nações Ultramarinas que vivem nos domínios portuguezes, ou que lhe são visinhas,I-VII, Lisboa, Academia Real das Sciencias de Lisboa, 1812-1856.

Copilaçam de todalas obras de Gil Vicente, 2 vols, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1983.

Corneille-Agrippa, Henri, *La Philosophie Occulte ou la Magie*, 4 vols, Paris, Éditions Traditionnelles, 1977-1979.

Correia, Gaspar, *Crónicas de D. Manuel e D. João III*, Lisboa, Academia das Ciências de Lisboa,1992.

-*Lendas da Índia*,4 vols, Porto, Lello e Irmão Editores, 1975.

Cortesão, Armando, *Suma Oriental de Tomé Pires e o livro de Francisco Rodrigues*, Coimbra, Imprensa da Universidade,1978.

Cortesão, Armando e A. Teixeira da Mota, *Portugaliae Monumenta Cartographica* ,6 vols, Coimbra, 1960-1962.

Costa, Abel Fontoura da, -*Livro de Marinharia de Bernardo Fernandes*, Lisboa, 1940.
- *Roteiros portugueses inéditos da Carreira da Índia do séc. XVI*, Lisboa, Agência Geral das Colónias, 1940.

Coutinho, Lopo de Sousa, *O Primeiro Cerco de Diu*, Lisboa, Editorial Alfa, 1989.

Crónica do Descobrimento e Conquista da Índia pelos Portugueses, Coimbra, Junta de Investigação do Ultramar, 1974 .

Cruz, Gaspar, *Tractado em que se contam muito por estenso as Cousas da China, com as suas particularidades e assi do reino Dormuz*, Lisboa, Typografia Rollandiana 1829.
-Lisboa, Edições Cotovia, 1997.

Cruz, Lígia, *Actas dos Conselhos da Universidade de Coimbra de 1537-1557*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1976.

Deslandes, Venâncio, *Documentos para a História da Tipografia Portuguesa nos séculos XVI e XVII*, Lisboa, Imprensa Nacional -Casa da Moeda, 1988.

Documentos sobre os portugueses em Moçambique e na África Central (1497-1840), I-VII, Lisboa, Centro de Estudos Históricos Ultramarinos de Lisboa, 1962-1971.

Empoli, João de,"Viagem ás Indias Orientaes", in *Collecção de Noticias para a História e Geografia das Nações Ultramarinas que vivem nos domínios portuguezes, ou que lhe são visinhas*, II, Lisboa, Academia Real das Scienciasde Lisboa, 1812, pp.219-230.

Fernandes, Valentim, *O manuscrito de " Valentim Fernandes "*, ed. António Baião, Lisboa, Academia Portuguesa de História, 1940.

Fernão de Magalhães-A primeira viagem à volta do Mundo, Lisboa, Publicações Europa-América, 1990

Ferreira, Francisco Leitão, *Alphabeto dos Lentes da Insigne Universidade de Coimbra desde 1537 em Diamte*, Coimbra, Universitatis Conimbrigensis, 1937.
-" Notas ineditas às noticias chronologicas da Universidade de Coimbra" in *Instituto*, 14, Coimbra, 1871.
- *Noticias Chronologicas da Universidade de Coimbra*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1938-1956.

Ford, J. D. M., *Letters of John III King of Portugal 1521-1557*, Cambridge, Harvard University Press, 1931.

Ford, J. D. M. e L. G. Moffat, *Letters of the Court of John III King of Portugal*, Cambridge, Harvard University Press, 1933.

Galvão, António,"Tratado das ilhas Malucos"in *Documentação para a História das Missões do Padroado Português do Oriente- Insulíndia*, Lisboa, Agência Geral do Ultramar , 6, pp.5-162.
-*Tratado dos Descobrimentos Antigos e Modernos Feitos até à Era de 1550*, Porto, Livraria Civilização, 1987.

Góis, Damião de, *Crónica do Felicissimo Rei D. Manuel*, 4 vols, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1949-1955.
- *Descrição da Cidade de Lisboa*, Lisboa, Livros Horizonte, 1988.

Iria, Alberto, *Da Navegação Portuguesa no Índico(Documentos do Arquivo Historico Ultramarino*), Lisboa, Centro de Estudos Históricos e Ultramarinos, 1963.

Lavanha, João Baptista, *Quarta Decada da Asia de João de Barros. Dos feitos que os Portugueses fizeram no descobrimento e conquista dos mares e terras do Oriente*, Madrid, Impressão Real, 1615.

Lemos, Jorge de, *História dos cercos de Malaca*, Lisboa, Biblioteca Nacional, 1982.

Lopes, Tomé, "Navegação ás Indias Orientaes" in *Collecção de Noticias para a História e Geografia das Nações Ultramarinas que vivem nos domínios portuguezes, ou que lhe são visinhas*, II, Lisboa, Academia Real das Sciencias de Lisboa, 1812, pp.159-218.

Loureiro, Rui Manuel, *O Manuscrito de Lisboa da "Suma Oriental" de Tomé Pires*, Macau, Instituto Português do Oriente, 1996.

Maffei, Giordano Pietro, *Historiarum Indicarum Libri XVI*, Venitiis, Officina Damiani Zenarij, 1588.

Marques, J. M. Silva, *Descobrimentos Portugueses*,I-III, Lisboa, Instituto de Alta Cultura, 1944-1971.

Martim Afonso de Sousa, Lisboa, Publicações Alfa, 1989.

Miranda, Francisco Sá de, *Poesias*, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1989.

Montalboddo, Francesco da, *Paesi novamente retrovati per la Navigatione di Spagna in Calicut*, Milão, 1508.

Nunes, Leonardo, *Crónica de D. João de Castro*, Lisboa, Publicações Alfa,1989.
-*História Quinhentista do Segundo Cerco de Diu*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1925 .

Orta, Garcia da, *Colóquio dos Simples e das Drogas*, 2 vols, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1987

Osório, Jerónimo, *De rebus Emmanuelis gestis*, Lisboa, tipografia António Gonçalves 1571-1572, versão portuguesa *Da vida e feitos d'El rei D. Manuel*, 2 vols, Porto,Livraria Civilização, 1944.

Pato, Raymundo Bulhão, *Documentos Remetidos da Índia ou Livros das Monções*,5 vols, Lisboa, Academia Real das Sciencias e Imprensa Nacional, 1876-1935.

Pereira, Duarte Pacheco, *O Esmeraldo de situ Orbis*, Lisboa, Academia Portuguesa de História, 1988.
- edição de Joaquim Barradas de Carvalho, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1991.

Pereira, Francisco Maria Esteves, *Marco Paulo, O livro de Marco Paulo- O Livro de Nicolao Veneto- Carta de Jeronimo de Santo Estevam*, Lisboa, Biblioteca Nacional, 1922.

Pereira, Gabriel, *Roteiros Portuguezes da Viagem de Lisboa á India nos séc. XVI e XVII*, Lisboa, Sociedade de Geographia, 1898.

Pinto, Fernão Mendes, *Peregrinação*, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1983.

Pinto, João Rocha e Leonor Freire Costa, "Relação Anónima da Segunda Viagem de Vasco da Gama à Índia"in *Cadernos da Revista de História Económica e Social- Cidadania e História em Homenagem a Jaime Cortesão*, Lisboa , 6-7, 1985, pp. 141-199.

Ramúsio, Giovanni Baptista, *Delle Navigationi et Viaggi*, 3 vols., Amesterdão, Theatrum Orbis Terrarum, 1967-1970.
-Turim, Giulio Einaudi, 1978.

Rebelo, Diogo, *Do Governo da Republica pelo Rei*, Lisboa,Instituto de Alta Cultura, 1951.

Rego, A. da Silva, *Documentação para a História das Missões do padroado Português do Oriente-Índia* , I-IV, Lisboa , Agência Geral do Ultramar, 1949-1952.
-Documentação Ultramarina Portuguesa, 5 vols, Lisboa, Centro de Estudos Historicos e Ultramarinos, 1960-1967.

Relações da Carreira da Índia , Lisboa, Publicações Alfa, 1989.

Relação das Naus e Armadas da Índia com Sucessos dellas que se Puderam Saber, para Notícia e instrucção dos Curiozos e Amantes da História da Índia, Coimbra, Biblioteca Geral da Universidade, 1985.

Resende, Garcia de, *Cancioneiro Geral*, 5 vols, Lisboa, Centro do Livro Brasileiro, 1973.
-Crónica de dom João II e Miscelânea, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1973.

Rivara, J.H. da Cunha, *Archivo Portuguez-Oriental*, 9 vols, Nova Goa, Imprensa Nacional, 1857-1876.

Sá, Artur Basílio de, *Documentação para a História das Missões do Padroado Português no Oriente - Insulíndia*, I-V, Lisboa, Agência Geral do Ultramar, 1954-1956.

Sabélico, Marco António, *Coronica geral de Marco Antonio Cocio Sabelico Des ho começo do mundo ate nosso tempo ,tresladada de latim em linguagem portugues por Dona*

Lianor filha do Marquês de Vila Real, Dom Fernando, Coimbra, João Barreira e João Alvares, 1550.

Sousa, António Caetano de, *História Genealogica da Casa Real Portuguesa*,13 vols, Coimbra, Atlântida Editora, 1946-1955.
- *Provas da Historia Geneologica da Casa Real Portugueza*,7 vols, Coimbra, Atlântida Editora, 1946-1954.

Sousa, Frei Luís de, *Anais de D. João III*, Lisboa, Livraria Sá da Costa, 1951.

Sousa, Pêro Lopes de, " Relação da navegação de Pêro de Lopes de Sousa " in *Martim Afonso de Sousa*, Lisboa, Publicacões Alfa, 1989, pp. 85-133.

Sumário das coisas sucedidas a D. João de Castro, governador do Estado da Índia, Lisboa, Cotovia, 1995.

Teive, Diogo de, *Relação das proezas levadas a efeito pelos portugueses na Índia, junto de Diu, no ano da nossa salvação de 1546*, Lisboa, Cotovia, 1995.

Tenreiro, António, *Itinerário de Antonio Tenreiro, cavaleiro da ordem de Christo , em que se contem como da India veo por terra a estes reynos de Portugal*, Lisboa, Tipografia Rollandiana, 1829.

Textos sobre o Estado da Índia, Lisboa, Publicações Alfa, 1989.

Torres, Amadeu, *Noese e Crise na Epistolografia latina Goisiana I As Cartas de Damião de Góis II Damião de Góis na Mundivalência do Renascimento*,Paris, Fundação Calouste Gulbenkian, 1982.

Tratado das Ilhas Molucas, Lisboa, Publicações Europa-América, 1989.

Tratado de Tordesilhas e Outros documentos, Lisboa, Publicações Alfa, 1989.

Varthema, Ludovico, *Itinerario del Venerable varon micer Luis patricio romano: en el qual cuenta mycha parte de la ethiopia Egipto; y entrambas Arabias ; Siria y la India . Buelto de latin en romance por Christoval de Arcos clerigo*, Sevilha, 1520.

Velho, Álvaro, *Diário da Viagem de Vasco da Gama*, Porto, Livraria Civilização, 1945.
-edição de Fontoura da Costa, Lisboa, Agência Geral das Colónias, 1940.

"Viagem de Pedro Álvares Cabral"in *Collecção de Noticias para a História e Geografia das Nações Ultramarinas que vivem nos domínios portuguezes, ou que lhe são visinhas*, II, Lisboa, Academia Real das Sciencias de Lisboa, 1812, pp.107-139.

Viagens de Luís de Cadamosto e Pedro Sintra, Lisboa, Academia Portuguesa da História, 1988.

Viagens por terra da Índia a Portugal-António Tenreiro e Mestre Afonso, Lisboa, Publicações Europa-América, 1991.

Wicki, Josef, *Documenta Indica*, I-II, Roma, Instituto Historico Societatis Iesu, 1948-1964.

Zinadim, *História dos Portugueses no Malabar*, Lisboa, Edições Antígona, 1998.

BIBLIOGRAFIA[*]

Catálogos e Índices de Documentação

Boletim da Filmoteca Ultramarina Portuguesa,1-45, Lisboa, Centro de Estudos Históricos Ultramarinos, 1954-1971.

Castro, Augusto Mendes Simões, *Catálogo de Manuscritos*, 23 vols, Coimbra, Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra, 1940-1974.

Catálogo da Biblioteca Pública Municipal do Porto, Índice Preparatório do Catálogo dos Manuscritos em Repertório dos Auctores. Assumptos e Principaes Topicos n'elles Contidos,9 vols, Porto, Biblioteca Pública do Porto, 1880-1896.

Catálogo de Impressos de Tipografia Portuguesa do Século XVI. A colecção da Biblioteca Nacional, Lisboa, Biblioteca Nacional, 1990.

Catálogo dos Reservados da Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra, Coimbra, Universidade de Coimbra, 1970.

Cruz, António Augusto Ferreira da, *Catálogo dos Manuscritos (códices nºs 1225 a 1364)*, Porto, Biblioteca Pública Municipal do Porto, 1952.

Dias, Luis Fernando de Carvalho, *Noticia dos documentos da secção de Reservados, Fundo Geral, da Biblioteca Nacional de Lisboa, respeitantes às províncias ultramarinas de Angola, Cabo verde, Guiné, Macau, Moçambique, S.Tomé e Principe e Timor*, Lisboa, Biblioteca Nacional, 1957.

Fitzler, M. A. Hedwig, *A secção ultramarina da Biblioteca Nacional*, Lisboa, Biblioteca Nacional, 1928.

Gusmão, Armando N., *Livros Impressos no século XVI existentes na Biblioteca Pública e Arquivo Distrital de Évora*, Évora,Tip. Portuguesa, 1964.

---

[*] Integrámos neste *item* bibliografia directamente consultada e utilizada e bibliografia que consultámos para estudo, sem a identificar em citação.

Marques, Alfredo Pinheiro, *Guia de História dos Descobrimentos e Expansão Portuguesa*, Lisboa, Biblioteca Nacional, 1987.

Rego, A. da Silva, *Manuscritos da Ajuda (Guia)*, 2 vols, Lisboa, Centro de Estudos Históricos Ultramarinos, 1966-1973.

Sá, Artur Moreira de, *Índices dos livros Proibidos em Portugal no século XVI*, Lisboa, Instituto Nacional de Investigação Científica, 1983.

Tovar, Conde de, *Catálogo dos manuscritos portugueses relativos a Portugal existentes no Museu Britânico* , Lisboa, Academia das Ciências de Lisboa, 1932.

Bibliografias, Dicionários e Enciclopédias

Albuquerque, Luís de(dir.), *Dicionário de História dos DescobrimentosPortugueses*, 2vols, Lisboa, Editorial Caminho, 1994.

Anselmo, António Joaquim, *Bibliografia das Obras Impressas em Portugal no Século XVI*, Lisboa , Biblioteca Nacional, 1925.

Chevalier, Jean e Alain Gheerbrant, *Dictionnaire des Symboles-Mythes, Rêves, Coutumes, Gestes, Formes, Figures, Couleurs, Nombres*, Paris, Robert Laffont, 1982.

Cochofel, João José ed.,*Grande Dicionário de Literatura Portuguesa e Teoria Literária*, Lisboa, Iniciativas Editoriais, 1973.

Coelho, Jacinto Prado (dir.), *Dicionário de literatura*, 5vols, Porto, Figueirinhas, 1978.

Dalgado, Sebastião Rodolfo, *Glossário Luso-Asiático*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1919-1921.

Enciclopédia-Einaudi,1, *Memória -História*, 17-*Literatura -Texto*, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1984, 1989.

Enciclopédia Luso-Brasileira de Cultura, 23 vols, Lisboa, Verbo, 1963-1995.

Faria, Francisco Leite de, *Estudos Bibliográficos sobre Damião de Góis*, Lisboa, Secretaria de Estado da Cultura, 1977.

Figanière, Jorge César de, *Bibliographia Histórica Portugueza, ou Catalogo Mrthodico dos auctores portuguezes, e de alguns estrangeiros domiciliados em Portugal, tractaram da historia civil e ecclesiastica d'estes reinos e seus dominios, e das nações ultramarinas, e cujas obras correm impressas em vulgar: onde ambem se apontam muitos documentos e scriptos anonymos que lhe dizem respeito*, Lisboa, Typografia Panorama, 1850.

Grande Enciclopédia Portuguesa Brasileira, 57 vols, Lisboa-Rio de Janeiro,Edições Zairol, 1960-1996.

Hall, James, *Dictionary of Subjects & Symbols in Art*, New York, Harper & Row, 1979.

Laffont, Robert e V. Bompiani, *Dictionnaire des Personnages de tous les temps et de tous les pays*, Paris, Robert Laffont, 1960.

Lagoa, Visconde de, *Glossário Toponímico da Antiga Historiografia Portuguesa Ultramarina*, Lisboa, Junta de Investigações do Ultramar, 1950-1955.

Leitão, Humberto e J. Vicente Lopes, *Dicionário da Linguagem de Marinha Antiga e Actual*, Lisboa, Centro de Estudos Históricos Ultramarinos, 1974.

Machado, Diogo Barbosa de, *Bibliotheca Lusitana, Historica, Critica e Cronologica, Na qual se comprehende a noticia dos Autores Portugueses e das Obras que se compuseram desde o tempo da promulgação da lei da graça até ao tempo presente*, 4 vols, Coimbra, Atlântida Editora, 1965-1967.

Martins, Isaltina das Dores Figueiredo, *Bibliografia do Humanismo em Portugal no século XVI*, Coimbra, Instituto Nacional de Investigação Científica, 1986.

Molinié, Georges, *Dictionnaire de rhéthorique*, Paris, Librairie Général Française, 1992.

Preminger, Alex e T. V. F. Brogan(eds), *The New Princeton Encyclopedia of Poetry and Poetics*, Princeton, Princeton University Press, 1993.

Shaw, Harry, *Dicionário de termos literários*, Lisboa, Publicações Dom Quixote, 1978.

Serrão, Joel(dir.), *Cronologia Geral da História de Portugal*, Lisboa, Livros Horizonte, 1980.
-*Dicionário de História de Portugal*, 6 vols, Porto, Livraria Figueirinhas, 1985.

Silva, Innocêncio Francisco da, *Diccionario Bibliographico Portuguez. Estudo de ...applicaveis a Portugal e ao Brasil*, continuados e ampliados por e ampliados por P. V. Brito Aranha, revistos por Gomes de Brito e Álvaro Neves, 22 vols, Lisboa, Imprensa Nacional, 1858-1927.

Viterbo, Fr. Joaquim de S. Rosa de, *Elucidário das Palavras, Termos e Frases que em Portugal Antigamente e que Hoje Regularmente se Ignoram*, ed. Crítica por Mário Fiúza, 2 vols, Porto, Livraria Civilização, 1966.

Obras Gerais

Albrecht, Johannes, " Quelques considerations sur l'historiographie portugaise du seizième siècle" in *I Congresso da História da Expansão Portuguesa no Mundo*, pub. V secção, II, Estudos Gerais, Lisboa, 1938

Albuquerque, Luís de,"Sobre as fontes do *Esmeraldo* a propósito de um livro de Barradas de Carvalho", in *Seara Nova* ,47, Lisboa, 1969, pp. 245-246.
-" Sur quelques textes que Camões consulte pour écrire *Os Lusíadas*" in *Arquivos do Centro Cultural Português*, 16, Paris, Fundação Calouste Gulbenkian, 1981, pp.35-50.

Albuquerque, Martim de, *A consciência Nacional Portuguesa . Ensaio de história das Ideias Políticas*, Lisboa , 1974.
-*A Expressão do Poder em Luís de Camões*, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1988.
- *A sombra de Maquiavel e a ética tradicional portuguesa* , Braga, 1974

-*Estudos da Cultura Portuguesa*, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1983.

-*Jean Bodin na Península Ibérica . Ensaios de história das ideias políticas e de direito público*, Paris, Fundação Calouste Gulbenkian, 1978.

-"L'Humanisme portugais et la France- Bodin au Portugal" in *L'Humanisme portugais et l'Europe -Actes du XXI Colloque Internacional d'études humanistes, Tours, 3-13 Juillet 1978*, Paris, Fundação Calouste Gulbenkian, 1984, pp. 247-261.

-"O Poder Político no Renascimento Português"in *Estudos Políticos e Sociais*, 4, Lisboa, 1966.

- *O poder político no Renascimento português*, Lisboa, Instituto Superior de Ciências Sociais e Política Ultramarina, 1968.

Almeida, Fortunato, *História da Igreja em Portugal*,4 vols, Porto-Lisboa, Livraria Civilização, 1967-1971.

Almeida, Justino Mendes de, "Ainda acerca da palavra *Esmeraldo* no título da obra de Duarte Pacheco Pereira", in *Garcia da Orta*, 18, Lisboa, 1970, pp. 9-13.

-"Princípios do *Esmeraldo de Situ Orbis* feyto e composto por Duarte Pacheco Pereira", in *Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa*, 82, Lisboa, 1964, pp.187-195.

"Uma Gramática latina de João de Barros", in *Euphrosyne*, 2, Lisboa, 1959, pp.255-262.

Alves, Ana Maria, *Iconologia do Poder Real no período Manuelino. À procura de uma linguagem perdida*, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1985.

Andrade, António A. Banha de, *Contributos para a História da Mentalidade Pedagógica Portuguesa*, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1981.

André, João Maria, " Os descobrimentos portugueses e a teoria da ciência no séculoXVI", in *Revista de História das Ideias*, 3, Coimbra, 1981,pp. 77-123.

-*Renascimento e Modernidade do Poder da Magia à Magia do Poder*, Coimbra , Livraria Minerva, 1987.

Anselmo, Artur, *As origens da Imprensa em Portugal*, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1981.

Aristóteles, *Poética*, Lisboa, Imprensa Nacional -Casa da Moeda, 1986.

Azevedo, J. Lúcio de, *Épocas de Portugal Económico*, Lisboa, Clássica Editora, 1988.

Azevedo, Narciso de, "Algumas notas acerca de obras impressas em Portugal no século XVI", in *Bibliotheca Portucalensis*, 2, Porto, Biblioteca Municipal do Porto, 1958, pp.119-143.

Azevedo, Visconde de, *Elencho das Variantes e Differenças Notáveis que se Encontram na Primeira Parte da Chronica d'Elrei D. Manuel Escripta por Damião de Goes e duas Vezes impressa no anno de 1566*, Coimbra, 1919.
-Frei António de Beja, Discípulo de Pico della Mirandolla, Lisboa, Faculdade de Ciências, 1965.

Baião, António, Hernâni Cidade e Manuel Múrias(dir.), *História da Expansão Portuguesa no Mundo*, 3 vols, Lisboa, Ática, 1937-1940.

Barilli, Renato, *Retórica*, Editorial Presença, 1983.

Baron, Hans, *The Crisis of the Early Italian Renaissance*, Princeton, Princeton University Press, 1966.

Bataillon, Marcel, *Études sur le Portugal au temps de l'Humanisme*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1952.

Beau, Albin Edouard,"A valorização do idioma nacional no pensamento do humanismo português" in *Estudos*, 1, Coimbra, 1959, pp.349-370.

Bell, Aubrey, *A Literatura Portuguesa*, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1971.

Benoist-Méchin, *Alexandre Magno*, Porto, Lello & Irmão-Editores, 1980.

Bethencourt, Francisco, "Astrologia e sociedade no século XVI : uma primeira abordagem" in *Revista de História Económica e Social*, 8, Lisboa, 1981, pp. 43-76.
-O Imaginário da Magia. Feiticeiras, saludadores e nigromantes no séculoXVI, Lisboa, Universidade Aberta, 1987.

Black, Anthony, *Political thought in Europe 1250-1450,* Cambridge, Cambridge University Press, 1993.

Braga, Teófilo, *História da Literatura Portuguesa. II-Renascença*, Lisboa, Imprensa Nacional -Casa da Moeda,1984.
-História da Universidade de Coimbra nas suas relações com a Instrução Pública Portugueza, 4 vols, Lisboa, Academia Real das Sciencias de Lisboa, 1892-1902.

Boxer, Charles, *A Igreja e a expansão ibérica(1440-1770)*, Lisboa, Edições 70, 1981.
- O Império Colonial Português, Lisboa, Edições 70, 1972.
- O Império Marítimo Português 1415-1825, Lisboa, Edições 70, 1992.
-Relações Raciais no Império Colonial Português 1415-1825, Porto, Afrontamento, 1977.

Brandão, Mário, *A Inquisição e os professores do Colégio das Artes*,2vols, Coimbra, Universidade de Coimbra, 1948-1969.
-Estudos Vários, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1972.
- O Colégio das Artes, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1924-1933.
- O processo de Inquisição de Mestre João da Costa, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1944.

Brandão, Mário e M. Lopes de Almeida, *A Universidade de Coimbra. Esboço da sua História*, Coimbra, Universidade de Coimbra, 1937.

Breisach, Ernst, *Historiography : Ancien , Medieval, and Modern*, Chicago, University of Chicago Press, 1983.

Buescu, Ana Isabel, *Imagens do Príncipe - Discurso normativo e representação(1525-49)*, Lisboa, Edições Cosmos, 1996.

Buescu, Maria Leonor Carvalhão, *Historiografia da Língua Portuguesa*, Lisboa, Livraria Sá da Costa, 1984.
-"Les Idées Grammaticales de João de Barros"in *Actas do IX Congresso Internacional de Linguistica e Filologia Românicas*,1, Madrid, 1968, pp. 217-227.
-O Estudo das Línguas Exóticas no século XVI, Lisboa, Biblioteca Breve, 1983.
-Textos Pedagogicos e Gramaticais de João de Barros, Lisboa, Verbo, 1969.

Burckardt, Jacob, *A Civilização da Renascença Italiana*, Lisboa, Presença, 1983.

Burke, Peter, *O mundo como Teatro. Estudos de antropologia histórica*, Lisboa, Dífel, 1992.

Caeiro, F. Gama, *O Pensamento Filosófico do século XVI ao século XVIII em Portugal e no Brasil*, Braga, Faculdade de Filosofia, 1982.

Cardim, Pedro, *Cortes e Cultura no Portugal do Antigo Regime*, Lisboa, Edições Cosmos, 1998.

Castello-Branco, Fernando, "Portugal Quinhentista visto através das Cartilhas para Ensinar a Ler", in *Anais da Academia Portuguesa de História*, 21, Lisboa, 1973.

Cerejeira, M. Gonçalves,*O Renascimento em Portugal*, 2 vols, Coimbra, Coimbra Editora, 1974-1975.

Chase, Richard, *The American novel and its traditon*, Nova Iorque, Anchors Books , 1957.

Cidade, Hernâni, *A Literatura Portuguesa e a Expansão Ultramarina*, Coimbra, Arménio Amado, 1963.
- *Lições de Cultura e Literatura Portuguesa*, Coimbra, Coimbra Editora, 1968.
-*Portugal Histórico - Cultural*, Lisboa , Arcádia, 1968.

Cipolla, Carlo M.,*Canhões e Velas na Primeira Fase da Expansão Europeia (1400-1700)*, Lisboa, Gradiva, 1989.

Coelho, António Borges, *Quadros para uma viagem a Portugal no séc.XVI*, Lisboa, Editorial Caminho, 1986.
-*O tempo e os Homens -Questionar a História III*, Lisboa, Editorial Caminho, 1988.
-*Tudo é Mercadoria-Sobre o percurso e a obra de João de Barros*, Lisboa, Editorial Caminho, 1992.

Colaço, J. M. D. , *Galeria dos Vice-Reis e Governadores da Índia Portuguesa*, Lisboa , Tip. A. S. Coelho, 1941.

Cordeiro, Luciano, *Questões Histórico-Coloniais*, Lisboa, Agência Geral das Colónias, 1935.

Cortesão, Armando, *Cartografia Portuguesa Antiga*, Lisboa, Comissão Executiva das Comemorações do Quinto Centenário da morte do Infante D. Henrique, 1960.

Cortesão, Jaime, *História dos Descobrimentos Portugueses*,2 vols, Lisboa Arcádia,s.d.
- *Obras Completas*, vols XXI-XXVI, 6 vols, Lisboa, Livros Horizonte, 1975-1978.

Costa, Abel Fontoura da, *Descobrimentos Portugueses*, Lisboa, Edições Culturais da Marinha, 1983.

Costa, Dalila Pereira da, *Gil Vicente e a sua Época*, Lisboa, Guimarães Editores, 1989.

Coutinho, C. V. Gago, *A Naútica dos Descobrimentos*, Lisboa, 1951-1952.

Couto, Jorge, *A construção do Brasil*, Lisboa, Edições Cosmos, 1995.

Couzinet, Marie- Dominique, *Histoire et Méthode a la Renaissance,- Une lecture de la Methodus de Jean Bodin*, Paris, Vrin, 1996.

Crosby, Alfred W., *The Mesure of Reality . Quantification and Western Society, 1250-1600*, Cambridge, Cambridge University Press, 1997.

Cruz, António, *O Porto nas navegações e na Expansão*, Lisboa, Instituto de Cultura e língua Portuguesa, 1983.

Cruz, Maria do Rosário de A., ".António Ferreira eo Humanismo Jurídico", in *Cultura, História e Filosofia*, Lisboa, Centro de História da Cultura da Universidade Nova de Lisboa, 1986.
-O sistema de Distribuição das cargas nas armadas da Índia, Lisboa, Instituto Nacional de Investigação Científica, 1988.

Curtius, Ernst Robert, *European Literature and the latin Midldle Ages* , Londres, Routldge & Kegan Paul, 1979.

Dalgado, Sebastião Rodolfo, *Influência do vocabulário português em línguas asiáticas*, Lisboa, Escher, 1989.

Delumeau, Jean, *A Civilização do Renascimento*, 2vols, Lisboa, Editorial Estampa, 1984.

Dias, José S. da Silva, *A Política Cultural da Época de D. João III*, 2 vols,Coimbra, Instituto de Estudos Filosóficos, 1969.
-Correntes dos Sentimentos Religiosos em Portugal (Sécs. XVI -XVIIII),2 vols, Coimbra, Instituto de Estudos Filosóficos ,1960.
-Os Descobrimentos e a Problemática Cultural do Século XVI, Lisboa, Presença, 1988.

Dubois, Claude-Gilbert, *L'Imaginaire de la Renaissance*, Paris, PUF, 1985.

Durand, Gilbert, *As Estruturas Antropológicas do Imaginário*, Lisboa, Editorial Presença, 1989.

Falcão, Luiz de Figueiredo, *Livro em que se contém tôda a Fazenda e Real Património dos Reinos de Portugal, India e Ilhas Adjacentes e outras particularidades*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1859.

Figueiredo, Fidelino, *A Épica Portuguesa do século XVI*, Lisboa, Imprensa Nacional -Casa da Moeda, 1987.

Figueiredo, F. M. de, *Descripção de Portugal, Apontamentos e Notas de sua História Antiga e Moderna, Eclesiástica, Civil e Militar*, Lisboa, Oficcina de Francisco Luís Amedo, 1788.

Fraga, Maria T., *Humanismo e Experimentalismo na Cultura do século XVI*, Coimbra, Almedina, 1976.

Foucault, Michel, *L'Archéologie du savoir*, Paris, Gallimard, 1969.

Freire, Anselmo Braamcamp, *Brasões da sala de Sintra*, 3vols, Lisboa, Imprensa Nacional, 1973.
-Emmenta da Casa da Índia, Lisboa, Sociedade de Geografia de Lisboa, 1907.

"Frequência da Universidade de Coimbra em 1540", in *Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa*, Lisboa , 1880.

Garin, Eugénio, *O Homem Renascentista*, Lisboa, Editorial Presença, 1991.
- *O Renascimento - história de uma revolução cultural*, Porto, Livraria Telos Editora, s.d.

Gierke, Otto, *Political Theories of the Middle Age*, Cambridge, Cambridge University Press, 1987.

Gil, Fernando, *Mimésis e negação*, Lisboa, Imprensa Nacional- Casa da Moeda, 1984.

Gil, Juan, *Mitos y utopías del descubrimiento*, 3 vols, Madrid, Alianza editores, 1989.

Gilbert, Felix, *Machiavel et Guichardin Politique et histoire àFlorence au XVI e siècle*, Paris, Seuil, 1996.

Glasenapp, Helmuth von, *Religiões não- cristãs*, Lisboa, Editora, 1965.

Godinho, Vitorino Magalhães, *A Estrutura da Antiga Sociedade Portuguesa*, Lisboa, Arcádia, 1975.
-Découvertes: XV-XVI- Une revolution de mentalités,Paris, autrement, 1992.
-"Entre o mito e a utopia: os descobrimentos, construção do espaço e invenção da humanidade nos séculos XV e XVI", in *Revista de História Económica e Social* , 12 ,Lisboa, 1983,pp.1-43.
-Les Finances de l'État Portugais des Indes Orientales (1517- 1635)Matériaux pour une étude structurelle et conjoncturelle, Paris, Fundação Calouste Gulbenkian, 1982.
-Mito e Mercadoria-Utopia e Prática de Navegar século XIII -XVIII , Lisboa, Difel, 1990.
- *Os Descobrimentos e a Economia Mundial* ,4 vols, Lisboa, Editorial Presença, 1981-1983.
-"Os Descobrimentos Inovação e Mudança nos séculos XV e XVI", in *Revista de História Económica e Social* , 2, Lisboa, 1978 pp. 1-28.

Grimal, Pierre, *La Littérature Latine*, Paris, Fayard, 1994.

Grouchy, Le Vicomte de, *Étude sur Nicolas de Grouchy et son fils Timothée de Grouchy sieur de la Riviére* , Paris-Caen, 1878.

Guinote, Paulo, Eduardo Frutuoso e António Lopes, *Naufrágios e outras perdas da " carreira da Índia" séculos XVI, XVII*, Lisboa, Grupo de Trabalho do Ministério da Educação, 1998.

Hall, John, *The Civilazation of Europe in the Renaissance*, Nova Iorque, Atheneum, 1994.

Heller, Agnes, *O Homem do Renascimento*, Lisboa, EditorialPresença, 1982.

Herculano, Alexandre, *Historiadores Portugueses . Opúsculos . Contorvérsias e Estudos Históricos* , Lisboa , s. d.

Hespanha, António, *As Vésperas do Leviathan . Instituições e poder político. Portugal, século XVII*, Coimbra, Almedina, 1995.
-História das Instituições.Épocas Medieval e Moderna, Coimbra, Almedina, 1982.
-História de Portugal Moderno Político e Institucional, Lisboa, Universidade Aberta, 1995.
-Poder e Instituições na Europa do Antigo Regime, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1984.
- Poder e Instituições no Antigo Regime- Guia de estudo, Lisboa, Edições Cosmos, 1992.

Hirsch, Elisabeth Feist, *Damião de Góis*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1987.
-"Damião de Goes as a representative of his era (1503-1574)", in *Biblos*, 55, Coimbra, 1980,pp.327-338.
-"The Influence of the Discoveries on the Thinking of Damião de Góis", in *Congresso Internacional de História dos Descobrimentos*, 4,Lisboa ,1961pp.241-256.
-"The position of some Erasmian humanist in Portugal under John III"in *Bibliothèque d'Humanisme et Renaissance* , 17, Genebra, 1955, pp. 24-35.

Hooykas,R., *O Humanismo e os Descobrimentos na Ciência e nas Letras Portuguesas*, Lisboa, Gradiva, 1983.

-*The Impact of the Voyages of Discovery and Portuguese Humanist Literature*, Coimbra, 1970.

Huppert, George, *L'idée de l'histoire parfaite*, Paris, Flammarion, 1973.

Kamen, Henry, *O Amanhecer da Tolerância*, Porto, Editorial Inova, 1968.

Kantorowicz, Ernest H., *The King's two Bodies- A study in Medieval Political theology*,Princeton, Princeton University Press, 1981.

Kelley, Donald R., *Renaissance Humanism*, Boston, Twayne Publishers, 1984.

Koyré, Alexandre, *Do Mundo Fechado ao Universo Infinito*, Lisboa,Gradiva, s.d.
- *Étude d'Histoire de la Pensés Scientifique*, Paris, Flammarion,1973.

Kristeller, Paul Oskar, *Renaissance thought and its sources*, Nova Iorque, Columbia University Press, 1979.

Le Goff, Jacques, *History and Memory*, Nova Iorque, Columbia University Press, 1987.

Leite, Duarte, *História dos Descobrimentos. Colectânea de Esparsos*, 2 vols, Lisboa, Edições Cosmos, 1958-1961.

Lepecki, Maria Lúcia, Lucília Gonçalves Pires e Margarida Vieira Mendes, *Para uma História das Ideias Literárias em Portugal*, Lisboa, Instituto Nacional de Investigação Científica, 1980.

Lopes, David, *A expansão da língua portuguesa no Oriente durante os séculos XVI, XVII e XVIII*, Porto, Portucalense Editora, 1969.

Macedo, Jorges Borges de, *Damião de Góis et l'Historiographie Portugaise*, Paris , Fundação Calouste Gulbenkian, 1982.
-*História Diplomática Portuguesa. Constantes e linhas de Força*, Lisboa, Instituto de Defesa Nacional , s. d.
-*Livros Impressos em Portugal no século XVI e Formas de Mentalidade*, Paris, Fundação Calouste Gulbenkian, 1975.
-*Os Lusíadas e a História*, Lisboa, 1980.

-*Um Caso de luta pelo poder e a sua interpretação n' " Os Lusíadas* ", Lisboa, Academia Portuguesa de História, 1976.

Margolin, Jean -Claude, "Damião de Góis et Erasme de Rotterdam", in *Damião de Góis , Humaniste Européen* , Fundação Calouste Gulbenkian, 1982, pp.17-54.

Marques, Alfredo Pinheiro, *Origem e desenvolvimento da Cartografia Portuguesa na época dos Descobrimentos*, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1987.

Martínez, Pedro Soares, *História Diplomática de Portugal*,Lisboa, Editorial Verbo, 1986.

Martins, José F. F. ,*Os Vice-Reis da Índia (1505 -1917)*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1935.

Martins, J. V. de Pina, *Au Portugal dans le Sillage d'Erasme*, Paris, Centro Cultural Português, 1977.

-*Cultura Italiana*, Lisboa , Editorial Verbo, 1974.

-*Cultura Portuguesa*, Lisboa , Editorial Verbo , 1974.

-*Frei António de Beja, Discípulo de Pico della Mirandolla*, Lisboa, Faculdade de Ciências, 1965.

-.*Humanisme Chrétien au Portugal(XVIe siécle)*,Paris, Fundação Calouste Gulbenkian, 1984.

-*Humanismo e Erasmismo na Cultura Portuguesa do Século XVI*, Paris, Fundação Calouste Gulbenkian, 1973.

Humanisme et Renaissance de l'Italie au Portugal- Les deux regards de Janus, 2 vols, Paris, Fundação Calouste Gunbenkian, ,1989.

-"Humanismo e Renascimento. A propósito de um estudo de Ernst-Robert Curtius" in *Revista da Faculdade de Letras*, 11, Lisboa, 1967, pp. 159-191.

-*L'Humanisme Portuguais (1500-1580) et l'Europe*, Paris, Fundação Calouste Gulbenkian, 1978.

-"Sobre o conceito de humanismo e alguns aspectos histórico-doutrinários da cultural renascentista", in *Arquivos do Centro Cultural Português*, 2,Paris, 1970, pp.192-281.

Matos, A. Teodoro de, *Na Rota da Índia . Estudos de História da Expansão Portuguesa*, Macau, Instituto Cultural, 1994.

Mattoso, José(dir.), *História de Portugal*, III-*No alvorecer da Modernidade(1480-1620)*, Lisboa, Círculo dos Leitores, 1993.

Mendes, A., Lopes, *A India Portuguesa*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1886.

Monteiro, Joaquim R. V., *O "Propositado " Encurtamento da largura do Atlântico nas Cartas Portuguesas do Século XVI*, Coimbra, Agrupamentos de Estudos de Cartografia Antiga, 1970 .

Moreira, Eduardo,"O Erasmo português (1501-1573)-Quadros de historia literária evangélica", in *Revista de História* , 4 , Lisboa ,1915,pp.348-353.
-"O Século de Damião de Goes" , in *Revista de História*, 5, Lisboa, 1916, pp. 346-363

Mota, A. Teixeira, *A Arte de Navegar de portugueses e Espanhóis na Época dos Descobrimentos*, Lisboa, Anais do Clube Militar Naval,1944.
-A Evolução da Ciência Naútica durante os séculos XV-XVI na Cartografia portuguesa da Época, Lisboa, Agrupamento de Estudos de Cartografia Antiga, 1961.
-"A viagem de Bartolomeu Dias e as Concepções Geo-Políticas de D. João II", in *Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa*, Out-Dez., Lisboa, 1958, pp-297-322.
-Cartografia Portuguesa dos Descobrimentos, Lisboa, Anais do Clube Militar Naval, Lisboa, 1960.

Passos, Carlos, *Viagens e Naufrágios célebres dos séc.XVI, XVII, XVIII*, Porto, Biblioteca Municipal do Porto, 1937.

Pereira, Maria Helena da Rocha, *Estudos de História da Cultura Clássica,* 2vols, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1990.
-Helade-Antologia da Cultura Clássica, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1982.

Peres, Damião(dir.), *História de Portugal*,V-Barcelos, Portucalense Editora, 1933.
-História dos Descobrimentos Portugueses, Porto , Vertente, 1983.
-Os Descobrimentos Portugueses, Lisboa, Comissão Executiva das Comemorações do Quinto Centenário da morte do Infante D. Henrique, 1959.

Prestage, Edgar, " Critica Contemporânea à chronica de D. Manuel de Damião de Góis, ms do Museu Britannico", in *Arquivo Historico Portuguez*,9, Lisboa, 1914, pp 379-401.

Quicherat, J., *Histoire de Sainte- Barbe. Collége, communauté, instituition*, Paris, Librairie Hachette, 1860.

Ramalho, Américo da Costa, "Damião de Góis plagiado", in *Humanitas*, 35-36, Coimbra 1983-1984, pp.362-364.

-*Estudos Camonianos*, Lisboa, Instituto Nacional de Investigação Científica, 1980.

-*Estudos sobre a Época do Renascimento*, Coimbra, Centro de Estudos Clássicos e Humanísticos da Universidade de Coimbra, 1969 .

-*Estudos sobre o século XVI*, Lisboa, Imprensa Nacional- Casa da Moeda 1983.

-*Latim Renascentista em Portugal*,Coimbra, Instituto Nacional de Investigação Científica, 1985.

-*Para a História do Humanismo em Portugal*, Lisboa, Instituto Nacional de Investigação Científica, 1988.

Rebelo, Luís de Sousa, *A Tradição Clássica na Literatura Portuguesa*, Lisboa Horizonte Universitário,1982.

Révah, I. S.,"Antiguité et Christianisme, anciens et modernes dans l'Oeuvres de João de Barros", in *Revue Philosophique* , 92, Paris, 1967,pp.25-27.

- *Études Portuguaises*, Paris, Fundação Calouste Gulbenkian, 1975.

Ribeiro, J. Pedro, *Dissertação Chronológica e Critica sobre a História e Jurisprudência Eclesiástica e Civil de Portugal*, 5 vols, Lisboa, Academia Real das Sciencias,1819.

Rocha, Andrée Crabbé, *Garcia de Resende e o Cancioneiro Geral*, Lisboa, Instituto de Cultura e língua Portuguesa, 1987.

Rodrigues, Graça Almeida, "Damião de Góis face à Ideologia e ao Poder Vigente" in *Arquivos do Centro Cultural Português*, 11, Paris, 1977, pp.107-131.

-"Damião de Góis 'historiography: A document of the new - born -but promising Europe",in *Arquivos do Centro Cultural Português*,13, Paris, 1978, pp.421-433.

Rodrigues, J. Maria, *Fontes d'Os Lusíadas*,Lisboa, Academia das Ciências, 1979.

Rossum, Gehard Dohrn-van, *History of the hour- clocks and Modern temporal orders*, Chicago, Chicago University Press, 1996.

Sá, A. Moreira de, *De Re-Erasmismo : Aspectos do Erasmismo na Cultura Portuguesa do séc. XVI* , Braga , Faculdade de Filosofia , 1977.
-Humanistas portugueses em Itália, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1983.
-Três estudos sobre Erasmo, Lisboa, Secretaria do Estado da Cultura, 1979.

Sampaio, Albino Forjaz de, *História da Literatura portuguesa ilustrada*, 3 vols, Paris, Aillaud& Bertrand, 1929.

Sanceau, Elaine, *Descobrimentos Portugueses*, Porto, Livraria Civilização, 1980.

Saraiva, António José, *História da Cultura em Portugal*, Lisboa, Jornal do Foro, 1950-1962.
-História da Literatura Portuguesa. Das origens ao Romantismo, Lisboa, Estúdios Cor, 1966.
- Para a História da Cultura em Portugal, Lisboa, Arcádia, 1962.

Saraiva, António José e Óscar Lopes, *História da literatura Portuguesa*, Porto, Porto Editora, 1978.

Seixo, Maria Alzira, *Poéticas da viagem na literatura*, Lisboa, Edições Cosmos, 1998.

Seixo, Maria Alzira e Alberto Carvalho, *A História Trágico-Marítima, análise e perspectiva*, Lisboa, Edições Cosmos, 1996.

Serrão, Joaquim Veríssimo, "A Crónica de D. João III de António de Castilho", in *Arquivos do Centro Cultural Português*,II, Paris,1970, pp. 317-403.
-A Historiografia Portuguesa- Doutrina e Crítica I- sécs. XII-XVI, Lisboa, Verbo, 1972.
-História das Universidades, Porto, Lello & Irmão-Editores, 1983.
-História de Portugal, III, *-O século de ouro(1495-1580)*, Lisboa, Verbo, 1978.
- Portugal e o Mundo nos séculos XII a XVI, Lisboa, Verbo, 1992.

Silva, Vitor Aguiar e, *Teoria da Literatura*, Coimbra, Livraria Almedina, 1983.

Southgate, Beverley, *History: What & Why?- Ancient, Moderno and Postmodern perspectives*, Londres, Routledge, 1996.

Viterbo, Francisco de Sousa,"Damião de Gois e D. António Pinheiro. Apontamentos para a Biografia do Chronista de D. Manuel", in *O Instituto*, 42, Coimbra, 1895, pp.431-449.

-"Estudos sobre Damião de Góis", in *O Instituto*, 47, Coimbra, 1890, pp.50-56.

-"João de Barros e Damião de Góis", in *O Instituto*, 46, Coimbra, 1889, pp. 815-828.

-*Trabalhos Naúticos dos Portugueses-séculos XVI-XVII*, Lisboa, Imprensa Nacional- Casa da Moeda, 1988.

Estudos especializados

Alaux, Jean-Paul, *Vasco da Gama ou l'Épopée des Portugais aux Indes*, Paris, Editions Duchartre, 1931.

Albuquerque, Luís de, *A Naútica e a Ciência em Portugal - Notas sobre as navegações*, Lisboa, Gradiva, 1989.

-"A viagem de Vasco da Gama, entre Moçambique e Melinde segundo'Os Lusíadas', e segundo as Crónicas", in *Garcia da Orta*, Lisboa, Junta de Investigação do Ultramar, número comemorativo do IV centenário da publicação de *Os Lusíadas*,1972.

-" Aleixo de Sousa, 'Capitão de Sofala e Vedor da Fazenda'", in *Estudos de História* ,V, Coimbra ,Universidade de Coimbra, 1977.

-"Alguns aspectos da ameaça turca sobre a Índia por meados do séc. XVI, in *Estudos de História* ,V, Coimbra ,Universidade de Coimbra, 1977

-*Alguns casos da Índia Portuguesa no tempo de D. João de Castro*, Lisboa, Publicações Alfa, 1989

-"Arte de navegar na época dos Grandes Descobrimentos", in *História Nacional do Brasil*, I, Rio de Janeiro, 1977.

- *As Navegações e a sua Projecção na Ciência e na Cultura*, Lisboa, Gradiva, 1987.

-*Crónicas de História de Portugal*, Lisboa, Editorial Presença, 1987.

-"Cumpriu-se o mar. As navegações portuguesas e as influências no Renascimento", in *Catálogo do núcleo dos Jerónimos da XVII de Arte, Ciência e Técnica* ,Lisboa, Presidência do Conselho de Ministros, 1983, pp. 67-128.
-*Curso de História Náutica*, Lisboa, Publicações Alfa, 1989.
-*Escalas da Índia*, Lisboa, Centro de Estudos de Cartografia Antiga, 1978.
- "Fragmentos de uma Carta de D. João de Castro", in *Estudos de História*, V, Coimbra, Universidade de Coimbra, 1977.
-*Introdução à História dos Descobrimentos Portugueses*, Lisboa, Europa-América, 1983.
-"O domínio português no Índico e a resposta turca", in *Estudos de História*, V, Coimbra,Universidade de Coimbra, 1977.
- *Os Descobrimentos Portugueses*, Lisboa, Editorial Alfa, 1983-1985.
-"Um documento relacionado com o segundo cerco de Diu", in *Estudos de História*, V, Coimbra ,Universidade de Coimbra, 1977.

Albuquerque, Luís de e Inácio Guerreiro (ed.), *VIII Seminário Internacional de História Indo-Portuguesa , Actas* , Lisboa , IICT\CETA , 1985.

Almeida, Justino Mendes de, *A Vida de D. João de Castro, escrita por Jacinto Freire de Andrade* , Lisboa, 1968.

Alves, Jorge Manuel dos Santos, " A Cruz, os Diamantes, e os Cavalos: Frei Luís Salvador, primeiro missionário e embaixador português em Vijayanagar (1500-1510)", in *Mare Luso-Indicum*, 5, Paris, 1993, pp.9-20.

Andrade, António A. Banha de, *Gaspar Correia - Inédito*, Lisboa, Junta de Investigação Científica do Ultramar , 1977.
-*História de um fidalgo quinhentista- Tristão da Cunha*, Lisboa, Instituto Histórico Infante D. Henrique, 1974.
-*João de Barros : Historiador do Pensamento Humanista Português de Quinhentos*, Lisboa, Academia Portuguesa de História , 1980.
-*Mundos Novos do Mundo -Panorama da difusão, pela Europa, de notícias dos Descobrimentos Geográficos Portugueses*, Lisboa, Junta de Investigações do Ultramar, 1972.

Aubin, Jean,"A propos de la relation de Martin Fernandes de Figueiroa sur les conquêtes portugaises dans l'Ocean Indien", in *Bulletin d'Etudes Portugaises*, 7, Lisboa/Paris, 1940, pp. 43-78.

-"Albuquerque et les Negociations de Cambaye" in *Mare Luso-Indicum*, 1, Paris, 1971,p.3-63.
-"Cojeatar et Albuquerque " in *Mare Luso-Indicum*, 1, Paris, 1971, pp.97-134.
-"Como trabalha Damião de Góis, narrador da segunda viagem de Vasco da Gama" in Helder Macedo(ed.), *Studies in Portuguese Literature and History in Honour of Luís de Sousa Rebelo*, Londres, Tamesis Books, 1992, pp.103-113.
-"Damião de Góis dans une Europe Evangélique", in *Humanitas*, 31-32, Coimbra, 1979-1980, pp.197-227.
-"Damião de Góis et L'archêveque d'Upsal", in *Damião de Góis, Humaniste Européen.Études presentées par José V. de Pina Martins*, Braga, 1982, pp. 245-330.
-"D. João II et Henry II" in *Congresso Internacional, Bartolomeu Dias e a sua época- Actas*,I, , Porto, pp.171-180.
-"Duarte Galvão", in *Arquivos do Centro Cultural Português*, 9, Paris, Fundação Calouste Gulbenkian, 1973, pp. 43-85.
-"Francisco de Albuquerque un juif castillan au service de l'Inde Portugaise (1510-1515)", in *Arquivos do Centro Cultural Português*,7, Paris, Fundação Calouste Gulbenkian, 1973, pp.175-202.
-"L'ambassade du Prêtre Jean à D. Manuel", in *Mare Luso-Indicum*, 3, Paris, 1976, pp.1-56.
-"L'appentissage de l'Inde:Cochim 1503-1504", in *Moyen Orient et Océan Indien*, 4, 1987, pp. 1-96..
-"La crise Egytienne de 1510-1512. Venise, Louis XII et le Sultan", in *Moyen Orient et Océan Indien*,6, 1989, pp. 123-150.
-La découvert, le Portugal et l'Europe, Paris, Centro Cultural Português, 1990.
-" Le prêtre Jean devant la censure portugaise", in *Mare Luso-Indicum*, 3, Paris, 1976, pp.11-56; *Bulletin des Études portugaises et brésiliennes*, 41, Lisboa, 1980, pp. 35-57.
-"Le Portugal dans l'Europe des années 1500" in *L'Humanisme Portuguais et l'Europe -Actes du XXI Colloque International d'Études Humanistes, Tours 3-13 Juillet 1978*,Paris, Fundação Calouste Gunbelkian, 1984, pp.219-227.
-"Le royaume d'Ormuz au début de XVI siécle", in *Mare Luso-Indicum*,2, Paris,1973, pp. 97-179.
-"Les documents arabes, persans et turcs de la Torre do Tombo" in *Mare Luso-Indicum*, 2, Paris, 1973, pp. 183-187.

-Les frustations de Duarte Pacheco Pereira", in *Revista da Universidade de Coimbra*, 36, Coimbra, 1991, pp. 183-204.
-"Pour une étude critique de l'*Itinerario* d'Antonio Tenreiro", in *Arquivos do Centro Cultural Português*, 3, Paris, Fundação Calouste Gulbenkian, 1971, pp. 238-252.
-*Quelques Remarques sur l'Etude de l'Ocean Indien Occidental au XVI siécle*, Coimbra, Imprensa de Coimbra , 1972.

Avelar, Ana Paula Menino, *Fernão Lopes de Castanheda, Historiador dos portugueses na Índia ou cronista do governo de Nuno da Cunha?*,Lisboa, Edições Cosmos, 1997.
-" Os Portugueses. Imagens narrativas em Crónicas de Quinhentos - Traços de uma Identidade?" in *Discursos-Língua, Cultura e Sociedade*, III, nº1, Lisboa, Universidade Aberta, 1999,pp. 165-176.
-*Visões Particulares do Oriente*, Lisboa, Fundação Oriente, ed.pol., 1993.

Baião, António, *Dois Testamentos Históricos: o do Primeiro vice-rei da Índia D. Francisco de Almeira e o Inquisidor Geral D. Francisco de Castro*, sep. *Memórias (Classe de Letras-tomo VI)*Lisboa, Academia das Sciencias de Lisboa, 1956.
-*Cartas para el-rei D. Manuel I*, Lisboa, Livraria Sá da Costa, 1942.
-*Grandes Vultos Portugueses- III Affonso d'Albuquerque*, Lisboa, Livraria Férin, 1913.

Baptista, Jacinto F., "A propósito de João de Barros, Humanista de Quinhentos", in *Vértice*, 14, Coimbra, 1954, pp.327-332.

Barreto, Luís, " A filosofia experiencial de Duarte Pacheco Pereira" in *História*, 8, Lisboa, 1979, pp. 57-61.
-*Caminhos do saber no Renascimento Português*, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1986.
-" Descobrimentos e Cultura" in *História*, 20, Lisboa, 1980, pp. 40-53.
-" Descobrimentos e Renascimento" in *Brotéria*, 114, Lisboa, 1982, pp.34-54 e pp.194-208.
-*Descobrimentos e saber: Formas de Ser e de Pensar nos séculos XV e XVI*, Lisboa, Imprensa Nacional -Casa da Moeda, 1982.
-" Em torno de Duarte Barbosa. Novos dados biográficos"in *Brotéria*, 111, Lisboa, 1980, pp.428-437.
-*Os Descobrimentos e a Ordem do Saber-Uma análise Sociocultural*, Lisboa, Gradiva, 1989

Beckingham, G. F.e G. W. B.Huntigford, *The Prester John of the Indies*, Cambridge, Halukyt Society ,1961.

Bell, Aubrey,"Damião de Góis, a Portuguese Humanist", in *Hispanic Revue*, 2, Filadélfia, 1941,pp.243-251.
-*Gaspar Corrêa*, Oxford, University Press, 1924.
-*Portuguese Bibliography*, Oxford, University Press , 1922.
-*Um Humanista Português - Damião de Góis*, Lisboa , Edição Império, 1942.

Biardeau, Madeleine, *l'Hindouisme-Anthropologie d'une civilisation*, Paris,Flammarion, 1995.

Bouchon, Geneviève," Le premier voyage de Lopo Soares en Inde (1504-1505)" in *Mare Luso-Indicum*,3, Paris, 1976, pp. 57-84.
-" Les Musulmans du Kerala à l'époque de la découverte portugaise" in *Mare Luso-Indicum* , 2, Paris, 1973, pp.3-59.
-*L'Asie du Sud à l'époque des Grandes Découvertes*, Londres, Variorum Reprints, 1987.
-"L'interprète portugais en Inde au début du XVIe siècle", in *Dimensões de alteridade nas culturas da língua portuguesa-O Outro*,II, Lisboa, Universidade Nova de Lisboa, 1985, pp. 203-213.
-"L'inventaire de la cargaison rapportée en Inde en 1502" , in *Mare Luso-Indicum*, 3, Paris, 1976, pp. 101-136.
-*Mamale de Cananor: Un adversaire de l'Inde portugaise(1507-1528)*, Paris, Librairie Droz, 1975.
-*Navires et cargaisons retor de l'Inde en 1518*, Paris, Société de l'Histoire de l'Orient, 1977.
-" Timoji, um corsaire indien au service de Portugal(1498-1512)", in *Ciclo de Conferências, Portugal e o Oriente*, Lisboa, Fundação Oriente- Edições Quetzal, 1994, pp. 7-25.

Bouchon, Geneviève e Luís Filipe Thomaz, *Voyage dans les Deltas du Ganges et de l'Irraouaddy. Relation Portugaise Anonyme(1521)*, Paris, Centre Culturel Portugais, 1988.

Bourdon, León,"Épisodes inconnus de la vie de Fernando de Oliveira" in *Revista Portuguesa de História*, 5, Coimbra, 1951, pp. 439-453.

-"Notes sur les Sources Portuguaises de Montaigne (Osório et Castanheda)", in *Boletim do Instituto Francês de Portugal*, 4, Lisboa, 1933 pp.161-164.
-"O humanismo português e as suas relações europeias" in *Actas do III Colóquio Internacional de Estudos Luso-Brasileiros -Lisboa, 1957*, 1, Lisboa, pp. 384-391.

Boxer, Charles, " Duas cartas inéditas de João de Barros quando feitor da Casa da Índia" in *Actas do Congresso Internacional de História dos Descobrimentos* , Lisboa, 1961.
-João de Barros, Portuguese Humanist And Historian of Asia, Nova Deli, Concept Publishing Company, 1981.
-"The Carreira da Índia (Ships, Men, Cargoes, Voyages)" in *O Centro de Estudos Históricos Ultramarinos e as Comemorações Henriquinas*, Lisboa, Centro de Estudos Históricos Ultramarinos, 1961, pp. 33-82.
-" Three Historians of Portuguese Asia(Barros , Couto and Bocarro)", in *Boletim do Instituto português de Hong-Kong*, 1, Macau, 1948.
-Portuguese Conquest and Commerce in Southern Asia, 1500-1700, Variorum reprints, 1985.

Campos, Viriato e J.P. Machado, *Vasco da Gama e a sua Viagem de Descobrimento*, Lisboa, Camâra Municipal de Lisboa , 1969.

Carvalho, A. Farinha, *Diogo do Couto, o Soldado Prático e a Índia*, Lisboa, Vega, 1979.

Carvalho, Joaquim, *Estudos sobre a Cultura Portuguesa do século XV*, Coimbra, Universidade de Coimbra, 1949.
-Estudos sobre a Cultura Portuguesa do século XVI, 2 vols, Coimbra, Universidade de Coimbra, 1947-1948.

Carvalho, Joaquim Barradas de, *À la Rechercherche de la specificité de la Renaissance Portugaise*, 2 vols, Paris, Fundação Calouste Gulbenkian, 1983.
As Fontes de Duarte Pacheco no "Esmeraldo De Situ Orbis ", Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1982.
-O Renascimento Português . Em Busca da sua Especificidade, Lisboa, Imprensa Nacional, 1980 .

Carvalho, J.G. Herculano de, "O Vocabulário Exótico na Histoire des Indes", in, *Biblos*,27, Coimbra, 1951, pp. 397-420.

Cidade, Hernâni,"João de Barros- O que Pensa da Lingua Portuguesa" in *Boletim de Filologia*, 11, Lisboa , 1950 pp. 281-303.

Chumousky, T.A. *Três roteiros desconhecidos de Ahmad Kbn-Masdjid, o piloto árabe de Vasco da Gama*, Lisboa, Comissão Executiva das Comemorações do Quinto Centenário da morte do Infante D. Henrique 1960.

Cortesão, Armando, *Cartografia Portuguesa e a " Geografia " de Ptolomeu*, Lisboa, Academia das Ciências de Lisboa, 1964.
-"Contribuition of the Portugueses to Scientific Navigation and Cartography", in *Esparsos*, Coimbra, AU C , 1974.
-"Curso de História de Cartografia", in *Esparsos* , Coimbra , AUC, 1975.
-*History of Portuguese Cartography*, Lisboa, Junta de Investigação do Ultramar , 1969.
-*Nautical Science and the Rennaissance*, Coimbra, Agrupamentos de Estudos de Cartografia Antiga,1974.

Costa, Abel Fontoura da, *A Ciência Naútica dos Portugueses na Época dos Descobrimentos*, Lisboa, Comissão Executiva das Comemorações do Quinto Centenário da morte do Infante D. Henrique, 1958.
-*A Marinharia dos Descobrimentos*, Lisboa, 1933.
-"Cartas Portuguesas dos séculos XV-XVI de Paradeiro Desconhecido", in *Boletim Geral das Colónias*, Lisboa, 1938.
- "Ciência Naútica Portuguesa - Cartografia e Cartógrafos", in *Congresso do Mundo Português* , Lisboa , III, 1940, pp. 337-577.

Cruz, Maria Augusta Lima, *Diogo do Couto e a Década Oitava, da Ásia*,2 vols, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa, 1992-1995.

Danvers, F., *The Portuguese in India . Being a History of the Rise and Decline of their Eastern Empire (1481-1594)*, Londres, 1894.

Dias, Luís F.Carvalho," As Ordenações da Índia", in *Garcia da Orta* ,número especial, Lisboa, 1956, pp. 235-242.

Domingues, Francisco Contente e Luis Filipe Barreto, *A Abertura do Mundo - Estudos de História dos Descobrimentos Europeus*, 2 vols, Lisboa, Editorial Presença, 1986.

Faria, Manuel Serafim, "Vida de João de Barros", in *Discursos Vários Políticos*, Évora, Manuel Carvalho, 1624.

Farinha, António Dias, *Os Portugueses no Golfo Pérsico (1507-1538)*,Lisboa, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, ,1991.

Felner, Rodrigo de Lima, *Subsídios para a História da Índia portugueza*,3 vols, Lisboa, Academia Real das Sciencias de Lisboa, 1868.

Ficalho, Conde de, *Garcia de Orta e o seu Tempo*, Lisboa, Imprensa Nacional -Casa da Moeda, 1983.
-Viagens de Pero da Covilhã, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1988.

Freitas, António M. de, " Assassinato de Gaspar Correia", in *O Repórter*, Lisboa, 1891.

Garcia, José Manuel, *As Viagens dos Descobrimentos*, Lisboa, Imprensa Nacional - Casa da Moeda ,1983.

Gentil, George le, "Nicolas de Grouchy traducteur de Castanheda", in *Bulletin des Études Portuguaises et de l'Institut Français au Portugal* , 4, Lisboa , 1937,pp.31-46.

Graça, Luís, *A Visão do Oriente na literatura portuguesa de Viagens:Os Viajantes portugueses e os Itinerários Terrestres (1560-1670)*, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1983.

Hespanha, António e Catarina Medeiros Santos,*Representações do poder e modelos institucionais num império pluri-cultural- OImpério Português do Oriente*, in R. Zorzi(ed) *L'epopea delle scoperte* , Firenze, Olshki, 1994,pp.449-478.

Hummerich, Hans, "Estudo Crítico sobre o Roteiro da Viagem de Vasco da Gama (1497-1499)", in *Diário de Vasco da Gama*, Porto, Livraria Civilização, 1945.

Iria , Alberto, *A paz com o Rei de Cambaia*, Lisboa, 1950 .

Lisboa e os Descobrimentos -1415-1580: a invenção do mundo pelos navegadores portugueses, Lisboa, Terramar, 1990.

Machado, José Pedro e Viriato Campos, *Vasco da Gama e a sua Viagem de Descobrimento*, Lisboa , Camâra Municipal, 1969.

Mac Gregor, I. M.,"Some Aspects of portuguese Historical writing of the sixteen and seventeen centuries on South East Asia", in *Historians of South East Asia* , Londres, 1961.

Martins, Atilio A. Rego, *Subsídios para uma Critica da " Asia " de João de Barros*, Braga, 1963.

Matos, Luís de, "A Utopia de Tomás More e a expansão portuguesa", in *Estudos Políticos e Sociais*, 4-3, Lisboa, pp. 809-820.

"Acerca dos Inéditos de João de Barros", in *Actas do III Congresso Internacional Luso- Brasileiro*, Lisboa, 1959.

- *Imagens do Oriente no século XVI- Reprodução da Biblioteca Casanatense*, Lisboa, Imprensa Nacional- Casa da Moeda, 1985.

-"La Litterature des Découvertes", in *Les Aspects Internationaux de la Découverte Océanique aux XVe et XVIe Siécles, Actes du Cinquiéme Colloque International d'Histoire Maritime* , Paris , 1960, pp. 23-30.

-L'Expansion Portugaise dans la litterature latine de la Renaissance, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1991.

-Les Portugais à L'Université de Paris entre 1500 et 1550,Coimbra, Imprensa da Universidade, 1950.

-Les Portugais en France au XVIe Siècle, Coimbra, Universidade de Coimbra, 1952.

. "Un umanista portoghese in Italia. Damião de Góis", in *Estudos Italianos em Portugal* , 19, Lisboa , 1960pp.41-61.

Mendonça, Henrique L., .*Vasco da Gama*, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1925.

-Vasco da Gama na História Universal, Lisboa, Sociedade de Geografia de Lisboa, 1925.

Pissurlencar, Panduronga, *Goa Pré-Histórica Através dos Escritores Lusitanos dos Séculos XVI e XVII*, Goa,1962.

Radulet, Carmen M. , *Os Descobrimentos Portugueses e a Itália*,Lisboa, Vega, 1991.

Rego, R. da Figueiroa, "Soldados da Índia - Século XVI . Notícias Geneológicas e Biográficas" ,in *Ethenos* , Lisboa, 1942 .

Ribeiro, Luciano, "A viagem da India a Portugal por terra, feita por António Tenreiro", in *Studia*, 3, Lisboa, 1959, pp.110-123.
-"Em torno do Primeiro Cerco de Diu , in *Studia* , 13-14 , Lisboa , 1964, pp.41-104.
- "O Primeiro Cerco de Diu", in *Studia* , 1,Lisboa 1958, pp. 201-270
- "Preâmbulos do Primeiro Cerco de Diu" ,in *Studia* ,10, Lisboa , 1962, pp. 151-193.
-*Registos da Casa da Índia*, Lisboa, Agência-Geral do Ultramar, 1954.
-" Uma Geografia Quinhentista " in *Studia*,7, Lisboa, 1961, pp. 181-307.

Rodrigues, Francisco, "Mestre João de Bermudes", in *Revista de História*, 30, Coimbra, 1919.

Schurhammer, Georg, "Cartas de Martim Afonso de Sousa (1534-1539)", in *Revista Portuguesa de História* ,9, Coimbra ,1960, pp. 247-276.
-"Indian Letters of 1533", in *O Centro de Estudos Ultramarinos e as Comemorações Henricinas*, Lisboa, 1961 .

Silva, Luciano Pereira da, *Obras Completas*, Lisboa, Agência Geral das Colónias, 1943-1946..

Silva, Nuno Espinosa Gomes, *Humanismo e Direito em Portugal no século XVI*, Lisboa,1964 .

Subrahmanyam, Sanjay, *The Career and legend of Vasco da Gama*, Cambridge, Cambridge University Press, 1997.
The Portuguese Empire in Asia 1500-1700- A Political and Economic History,Londres, Longman, 1993.

Thomaz, Luís Filipe, " A estrutura política e administrativa do Estado da Índia no século XVI" , in *II Seminério Internacional de História Indo -Portuguesa*,

Lisboa, Centro de Estudos de História e Cartografia Antiga, 1985, pp. 511-541.
- *De Ceuta a Timor*, Lisboa, Difel, 1994.

Tibbetts, G.R. *The navigational theory of the arabs in the fifteenth and sixteenth centuries*, Coimbra, Agrupamento de Estudos de Cartografia Antiga, 1969.

Torres, Amadeu,"Damião de Góis e o Pensamento Renascentista: Do Ciceronismo ao Ecletismo" in *Arquivos do Centro Cultural Português*,17, Paris, 1982, pp.3-40.

Vale, Maria Teresa, *Fernão Mendes Pinto- O Outro Lado do Mito*, Lisboa, Terra Livre, 1985.

Vasconcelos, António de, *Escritos Vários*,Coimbra, Publicações do Arquivo da Universidade de Coimbra, 1987.

Washburn, Wicomb E. , *Representation of Unknown lands in XIV, XV and XVI century cartography*, Coimbra, Agrupamento de Estudos de Cartografia Antiga, 1969.

ANTÓNIO ALVES
CENTRO DE CÓPIAS
TESES*CURRÍCULA*RELATÓRIOS*TEXTOS DE APOIO*ENCADERNAÇÕES.ETC.
TEL. 3524666 / 09314700651